

Perspectivas sociológicas contemporâneas

Orgs.:

CAROLINA ZUCCARELLI | JULIANA VINUTO | CRISTIANO MONTEIRO



PPGS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SOCIOLOGIA

Perspectivas sociológicas contemporâneas

ORGANIZADORES:

CAROLINA ZUCCARELLI | JULIANA VINUTO | CRISTIANO MONTEIRO

2024



CONSELHO EDITORIAL

Bianca Salles Pires
Bárbara Rolim
Camila Faria Paçardes
Carlos Douglas Martins Pinheiro Filho
Daniela Moreno Azevedo Cabral
Daniel Luiz Arrebola
Daniel Maribondo Barboza
Fábio Borges
Guilherme Marcondes dos Santos
Hully Guedes Falcão
Leila Maribondo Barboza
Luci Faria Pinheiro
Maria Thereza C. Gomes de Menezes
Márcio Malta (Nico)
Rodrigo Lima
Sabrina Parracho Santana

Perspectivas sociológicas contemporâneas

ORGANIZADORES:

CAROLINA ZUCCARELLI | JULIANA VINUTO | CRISTIANO MONTEIRO

Álvaro Oliveira Marcolino	Jean Oliveira Moura
Ana Carolina Salustiano	Jorge Carlos Dias da Sousa Junior
Ana Raquel Rosa do Couto	Juliana Lencina da Silva
André Dumans Guedes	Laissa Rodrigues
Bruna Raposo	Lara Prata Miranda
Camila Gonçalves da Silva	Larissa Ramalho
Carla Manguiera Gonçalves	Luciano Hermes da Silva
Machado	Marcos Vinicius Sales
Gabriella Grey Moreira	Marllon Motta
Geraldiny Malaguti	Nelson Diniz
Charlene Carvalho Soares	Norma Magalhães
Guilherme Nonato Pio	Raphael Lima
Guilherme Theme Pavão	Tamara Anita Alves Lima Marques
Helbson De Ávila	Valter Lúcio de Oliveira
Hemilim da Silva Lessa	Verônica Toste
Isabela Maia	

1a Edição, 2024

Editora Uaná

CNPJ: 47.351.194/0001-33

www.editorauana.com.br

Produção Editorial | Projeto Gráfico

Leila Maribondo Barboza

Revisão Textual

Lara Mendonça



Acesso livre, não-comercial e gratuito.

doi.org/10.36599/uana-978-65-984727-3-3

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Perspectivas sociológicas contemporâneas [livro eletrônico] / [organizadores Carolina Zuccarelli, Juliana Vinuto, Cristiano Monteiro]. -- Niterói, RJ : Editora Uaná, 2024.
PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-984727-3-3

1. Antropologia social 2. Sociologia
3. Sociologia - Estudo e ensino 4. Sociologia - Pesquisa - Metodologia I. Zuccarelli, Carolina.
II. Vinuto, Juliana. III. Monteiro, Cristiano.

24-232826

CDD-301.7

Índices para catálogo sistemático:

1. Sociologia : Estudo e ensino 301.7

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Apresentação

Este livro reúne um conjunto de pesquisas realizadas no âmbito do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense. São trabalhos de pesquisadores que desenvolveram suas investigações a partir dos anos 2020. Juntos, fornecem uma visão abrangente de algumas das principais questões com as quais a sociologia tem lidado no contexto contemporâneo. Organizado em seis seções temáticas, a obra explora como as múltiplas dimensões das dinâmicas sociais, culturais e institucionais do Brasil atual se entrelaçam e se manifestam em diferentes contextos.

Os capítulos que compõem a seção **Educação, Instituições e Desigualdades** analisam aspectos distintos e interconectados da dinâmica social e educacional no Brasil, refletindo como diferentes fatores influenciam a manutenção da desigualdade no país. "Para além dos indicadores educacionais: economia, educação e desigualdade em Niterói", de Lara Prata Miranda, aborda como a evolução do planejamento urbano em Niterói tem exacerbado as desigualdades sociais, relacionando o aumento da segregação socioespacial com as condições das escolas municipais. Em "A dimensão institucional das desigualdades educacionais" Ana Carolina Salustiano explora como as características institucionais e pedagógicas das escolas afetam o desempenho escolar dos alunos. O estudo revela que a eficácia escolar contribui para um melhor entendimento do Programa Escola

Sem Partido (ESP) pelos estudantes, demonstrando a importância das práticas internas das escolas na formação crítica. Tratando ainda da educação básica, o capítulo "Juristas Evangélicos e o ensino religioso no Brasil: uma análise da participação da ANAJURE no julgamento da ADI 4439/2010" de Camila Gonçalves da Silva investiga o ativismo judicial e a influência crescente dos evangélicos no Poder Judiciário. A análise da atuação da ANAJURE, especialmente em relação ao ensino religioso confessional, revela como o ativismo jurídico se entrelaça com o debate sobre o papel das instituições religiosas e sua influência no Legislativo e no Judiciário.

A seção **Gênero, Raça e Mercado de Trabalho** apresenta discussões que exploram diferentes dimensões das desigualdades e das dinâmicas institucionais, sociais e culturais no Brasil, oferecendo uma análise crítica que conecta as questões de marginalidade, gênero, raça e empreendedorismo. Em "Os paradoxos da marginalidade e permissividade: raça, gênero e a relação entre artistas decoloniais e as instituições do mundo da arte contemporânea", Bruna Raposo e Verônica Toste investigam a predominância de artistas brancos e ocidentais na arte a partir do "paradoxo da marginalidade", onde a inclusão de artistas marginalizados muitas vezes os retira da marginalidade. As autoras mostram como Jota Mombaça, Musa Michelle Mattiuzzi e Pêdra Costa lidam com essa tensão na arte contemporânea. Tratando das relações de gênero em instituições penais, o capítulo "Aprisionamento para além das celas: um estudo sobre relações de gênero em uma unidade socioeducativa feminina no Rio de Janeiro" de Isabela

Maia, mostra que a privação de liberdade é uma extensão da violência e exclusão pré-existentes, destacando a vulnerabilidade penal de gênero e como o sistema socioeducativo reproduz práticas disciplinares similares às do sistema prisional. Essa discussão ressoa com a análise de Carla Manguiera Gonçalves Machado em "Adolescentes, tráfico de drogas e a elaboração da 'noção de pessoa' em decisões judiciais", que aborda como a análise das sentenças judiciais na socioeducação moldam a construção do sujeito, explorando a importância da análise documental para entender a naturalização de práticas e discursos institucionais e como isso impacta as trajetórias dos jovens em privação de liberdade. Charlene Carvalho Soares, no capítulo "Raça e mercado: os casos de Afroempreendedorismo no Rio de Janeiro e Salvador", examina como o afroempreendedorismo, embora enraizado em redes históricas de resistência e solidariedade, enfrenta as tensões e contradições do neoliberalismo.

O tema do **Conflito e da Segurança pública** é marcado por uma complexa interseção entre violência urbana, desigualdade social e a militarização das políticas de segurança. Nesta seção, Hemilim da Silva Lessa mostra a expansão das milícias em São Gonçalo, tradicional reduto do Comando Vermelho. O capítulo "As fases de atuação da milícia em São Gonçalo: uma análise desde a década de 1970" investiga as mudanças na atuação das milícias em São Gonçalo, utilizando análise qualitativa de materiais jornalísticos de 1970 a 2021. A autora mostra que, embora os modos de atuação tenham mudado, a violência extrema

permanece constante. As práticas violentas da estrutura militar e policial foram estudadas por Guilherme Theme Pavão no capítulo “A Doutrina da Guerra Revolucionária: quando a estratégia militar encontra as táticas policiais” onde examina a aplicação da Doutrina da Guerra Revolucionária, desenvolvida por oficiais franceses após a derrota na Indochina, nas escolas militares do Brasil. O texto explora a importação de métodos de repressão e técnicas violentas para obter informações e eliminar dissidentes. Lançando um olhar sobre as relações de classe, o capítulo de Laissa Rodrigues Bezerra “A polícia militar do estado do Rio de Janeiro: uma análise socioeconômica” mostra como a Polícia Militar do Rio de Janeiro se estabilizou recrutando indivíduos das classes populares, contrastando com os métodos anteriores, que favoreciam as classes abastadas. O estudo investiga como essas dinâmicas de classe influenciam a escolha pela carreira e o uso da força, especialmente no contexto repressivo do Rio de Janeiro colonial e escravocrata.

A seção **Economia, Empresa e Desenvolvimento** mostra as interações entre interesses econômicos, políticas públicas e comunidades locais, revelando a complexidade das dinâmicas de poder e suas consequências sociais e ambientais. O capítulo de Guilherme Nonato Pio, “A empresa de si sobre o corpo”, explora como profissionais da estética utilizam o Instagram para promover uma cultura de valorização do corpo como capital, refletindo uma narrativa de sucesso individual e distinção social. Essa análise destaca a mercantilização das subjetividades e o papel das redes sociais na construção de

identidades corporativas. Tratando de como a indústria automotiva molda políticas públicas no Brasil, o capítulo de Tamara Anita Alves Lima Marques e Raphael Lima, “Estado, Multinacionais e Entidades Empresariais: a construção política do Programa Rota 2030”, examina o "Programa Rota 2030" como exemplo de como as entidades empresariais influenciam o governo para garantir um ambiente favorável para investimentos, mesmo em tempos de austeridade fiscal, ilustrando a interdependência entre interesses corporativos e políticas estatais. O capítulo de Jorge Carlos Dias da Sousa Junior e Valter Lúcio de Oliveira, “Eu tenho medo de no futuro tudo isso virar empresa: Lutas pelo direito comum ao mar e processos de desapropriação na Baía de Sepetiba”, foca nas consequências da instalação de termelétricas flutuantes na Baía de Sepetiba. A pesquisa evidencia a ausência de consulta prévia às comunidades locais, como pescadores e marisqueiras, e os impactos adversos sobre a pesca e os recursos naturais comuns, demonstrando a fragilidade das consultas públicas e a vulnerabilidade das comunidades tradicionais frente a grandes empreendimentos. Larissa Ramalho, em “Onde estão os pescadores? A Economia Solidária e o trabalho associado na pesca artesanal em Niterói”, analisa a integração da pesca artesanal na Economia Solidária em Niterói, destacando a trajetória da Associação de trabalhadores do mar da praia de Boa Viagem e as motivações e as estratégias de ação coletiva desenvolvidas pelo grupo. Encerrando a seção, o capítulo de Geraldiny Malaguti, “O Projeto Aracruz Celulose S/A no Norte do Espírito Santo”, mostra como a empresa Aracruz Celulose

S/A adquiriu terras indígenas e quilombolas no Espírito Santo com o apoio do regime ditatorial e de incentivos fiscais. A análise utiliza uma abordagem qualitativa e documentos históricos para expor a relação entre a empresa e o governo militar.

A seção **Imprensa, redes e tecnologias digitais** trata da atuação de diferentes formas de mídia em contextos políticos e sociais variados. O primeiro capítulo “Imprensa negra fluminense no contexto da Ditadura Empresarial-Militar” explora a estrutura e os produtores de conteúdo da imprensa negra, evidenciando sua importância na construção de uma identidade racializada e na luta pela cidadania plena da população negra. Ainda tratando do papel da imprensa nas disputas políticas, o capítulo “Imprensa sindical: um capítulo da comunicação política do movimento de trabalhadores” de Marcos Vinicius Sales documenta o surgimento, evolução e declínio da imprensa sindical, que atuou como um canal independente de comunicação resistindo não só à marginalização dos meios tradicionais, mas também adaptando-se às novas tecnologias e contextos políticos. O capítulo seguinte “Os usos das redes e as masculinidades: violência política de gênero nos grupos de extrema direita no digital” de Juliana Lencina explora a violência de gênero contra parlamentares brasileiras nas redes sociais, com foco na retórica bolsonarista e sua ligação com a extrema direita digital. A análise destaca como essa violência, caracterizada por ataques que desmoralizam e hiperssexualizam as mulheres, reflete a defesa da masculinidade e a tentativa de reafirmação

do poder masculino na política. Por fim, Marllon Motta em seu capítulo “Estratégias para o estudo das Fake News” aborda o fenômeno das Fake News, destacando sua presença em diversas esferas da sociedade, incluindo a política e a academia. Com foco nas eleições brasileiras de 2018, 2020 e 2022, o texto discute a resposta de agências de checagem e o debate legislativo sobre o combate à desinformação.

Os capítulos da seção **Cultura, Subculturas e Espaços Urbanos** exploram diferentes expressões culturais e dinâmicas urbanas, conectando temas como contracultura, transformações sociais e mobilidade. Em *"Da Geração Beat aos Beatles: o Uivo do Sargento Pimenta"* de Álvaro Oliveira Marcolino, o foco está na relação entre os Beatles e a contracultura dos anos 1960, onde o autor evidencia como a banda foi tanto influenciada quanto influenciadora das correntes culturais da época. De modo similar, *"Dos bailes às resenhas: reconfigurações do funk carioca ao longo das décadas"* de Norma Magalhães, mostra a importância do funk carioca para o cenário cultural nacional, desmistificando as construções imaginárias e lançando luz sobre as motivações dos participantes das "galeras funk". Seguindo a linha de estudo das culturas urbanas, *"Subculturas do skate: a experiência do Jiboia DIY em São Gonçalo-RJ"* de Jean Oliveira Moura, Luciano Hermes da Silva e Nelson Diniz, aborda o skate de rua como uma resistência à disciplinarização da prática, enfatizando a autogestão e o espírito contracultural presentes em iniciativas como o Jiboia DIY. Em uma perspectiva de mobilidade e trabalho, o capítulo *"Mobilidades e Concepções*

de Liberdade na Vida Corrida das Motoentregadoras" de Ana Raquel Rosa do Couto e André Dumans investiga como as experiências e valores de motogirls de Rio Bonito são moldados pela mobilidade e pela busca de liberdade, vinculando suas práticas ao debate sobre neoliberalismo. Por fim, *"Espaços de lazer em Campo Grande: Uma perspectiva do Direito à Cidade no subúrbio do Rio de Janeiro"* de Gabriella Grey Moreira, examina as transformações urbanas de Campo Grande, destacando a expansão urbana desordenada e seus impactos nos espaços de lazer da cidade.

Este livro, ao articular pesquisas que abordam questões centrais da sociedade brasileira contemporânea, reafirma a relevância da sociologia como uma ferramenta indispensável para a compreensão das dinâmicas sociais, culturais e institucionais. Reunindo contribuições diversas, a obra oferece subsídios importantes para a reflexão crítica sobre os desafios e possibilidades do Brasil atual. Esperamos que estas análises inspirem novos estudos e debates.

Este livro, ao articular pesquisas que abordam questões centrais da sociedade brasileira contemporânea, reafirma a relevância da sociologia como uma ferramenta indispensável para a compreensão das dinâmicas sociais, culturais e institucionais. Reunindo contribuições diversas, a obra oferece subsídios importantes para a reflexão crítica sobre os desafios e possibilidades do Brasil atual. Esperamos que estas análises inspirem novos estudos e debates.

Por fim, os autores agradecem à CAPES pelo apoio aos trabalhos desenvolvidos no âmbito do PPGS por meio das bolsas do Programa de Demanda Social e dos recursos do Programa de Apoio à Pós-Graduação e à FAPERJ pelo apoio por meio de seus editais destinados às atividades de pós-graduação e aos grupos de pesquisa do programa.

Boa leitura!

**Carolina Zuccarelli
Juliana Vinuto
Cristiano Monteiro**

Prefácio

Este volume reúne trabalhos de investigação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense, cuja organização e constituição docente exhibe um largo espectro de professores e pesquisadores vinculados às questões mais urgentes de nosso tempo. Suas linhas de pesquisa não estão sujeitas hierarquicamente a supostos temas “primordiais”, Todos os temas são importantes, acompanhando a interlocução crescente proporcionada pelo próprio desenvolvimento da Sociologia em nossa época. A noção de “pluralidade” é aqui esmiuçada na diversidade de investigações que fazem parte de um amplo projeto de interrogação e descobertas acerca das angústias, aflições e potências a serem clarificadas diante da realidade de nosso estado e das localidades de origem dos estudantes que acorrem ao PPGS.

A situação geográfica da Universidade Federal Fluminense permite ao PPGS acolher professores, pesquisadores e estudantes que ampliam o escopo das pesquisas para as diversas regiões do Estado do Rio de Janeiro, em uma contribuição que favorece o debate acerca das múltiplas realidades abordadas nesse esforço de conhecimento e interpretação. O PPGS é um programa relativamente novo mas que já encontrou o seu lugar no campo das Ciências Sociais, em diálogo crescente com as demais instituições destinadas a esse fim. Agregou os esforços teóricos e de

investigação da equipe docente e a resposta dos estudantes selecionados ao longo dos últimos anos, que acarretou no nível de publicações alcançado em revistas científicas de relevância, nacionais e internacionais, além dos projetos acolhidos pelas agências de fomento. Esse elenco mostrou um esforço de capturar sucessivamente fenômenos presentes nas dimensões macro e micro de nossa vida social.

Esse breve relato não esgota as fontes de investigação e a constituição de uma massa crítica, que envolve professores e estudantes de pós-graduação, na direção de um polo consistente de debate e intervenção, ao lado dos demais programas de pós-graduação já existentes na região e que alcançaram um nível de qualificação elevado. A história do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense tem mostrado que nos tornamos uma referência para estudantes de todo o estado do Rio de Janeiro, assim como de estados vizinhos. Vale assinalar que as origens sociais e geográficas daqueles que acorrem ao nosso programa revelam também o interesse sociológico por realidades específicas que muitas vezes escapam dos temas canônicos, enriquecendo sobremaneira as tarefas de investigação e aprimoramento da equipe docente para a condução satisfatória dos trabalhos.

Nunca é demais repetir que a diversidade de interesses acadêmicos condiz com a prática democrática da livre circulação de opiniões e interesses, em um tempo em que a racionalidade científica se vê contestada e mesmo ameaçada por convicções adotadas sem limites pelos grupos e setores que

propagam a regressão social e o fascismo como conduta aceitável. O PPGS, em suas práticas cotidianas, caminha na direção liberdade, da afirmação da vida e no acolhimento dos desejos e necessidades humanas.

Luis Carlos Fridman

Sumário

<i>Apresentação</i>	Carolina Zuccarelli Juliana Vinuto Cristiano Monteiro	05
<i>Prefácio</i>	Luis Carlos Fridman	14

SEÇÃO 1 - EDUCAÇÃO, INSTITUIÇÕES E DESIGUALDADES

<i>Capítulo 1.</i>	<i>Para além dos indicadores educacionais: economia, educação e desigualdade em Niterói</i> Lara Prata Miranda	23
<i>Capítulo 2.</i>	<i>A dimensão institucional das desigualdades educacionais</i> Ana Carolina Salustiano	52
<i>Capítulo 3.</i>	<i>Juristas Evangélicos e o ensino religioso no Brasil: uma análise da participação da ANAJURE no julgamento da ADI 4439/2010</i> Camila Gonçalves da Silva	81

SEÇÃO 2 - GÊNERO, RAÇA E MERCADO DE TRABALHO

- Capítulo 4.** *Os paradoxos da marginalidade e permissividade: raça, gênero e a relação entre artistas decoloniais e as instituições do mundo da arte contemporânea* 122
Bruna Raposo
Verônica Toste
- Capítulo 5.** *Aprisionamento para além das celas: um estudo sobre relações de gênero em uma unidade socioeducativa feminina no Rio de Janeiro* 142
Isabela Maia
- Capítulo 6.** *Adolescentes, tráfico de drogas e a elaboração da “noção de pessoa” em decisões judiciais* 172
Carla Manguiera Gonçalves Machado
- Capítulo 7.** *Raça e mercado: os casos de Afroempreendedorismo no Rio de Janeiro e Salvador* 209
Charlene Carvalho Soares

SEÇÃO 3 - CONFLITOS E SEGURANÇA PÚBLICA

- Capítulo 8.** *As fases de atuação da milícia em São Gonçalo: uma análise desde a década de 1970* 241
Hemilim da Silva Lessa

- Capítulo 9.** *A Doutrina da Guerra Revolucionária: quando a estratégia militar encontra as táticas policiais* 272
Guilherme Theme Pavão
- Capítulo 10.** *A polícia militar do estado do Rio de Janeiro: uma análise socioeconômica* 298
Laissa Rodrigues

SEÇÃO 4 – ECONOMIA, EMPRESA E DESENVOLVIMENTO

- Capítulo 11.** *A empresa de si sobre o corpo: os discursos e narrativas neoliberais dos profissionais da estética no Instagram* 316
Guilherme Nonato Pio
- Capítulo 12.** *Estado, Multinacionais e Entidades Empresariais: a construção política do Programa Rota 2030* 341
Tamara Anita Alves Lima Marques Raphael Lima
- Capítulo 13.** *“Eu tenho medo de no futuro tudo isso virar empresa”: Lutas pelo direito comum ao mar e processos de desapropriação na Baía de Sepetiba* 373
Jorge Carlos Dias da Sousa Junior Valter Lúcio de Oliveira

- Capítulo 14.** *Onde estão os pescadores? A Economia Solidária e o trabalho associado na pesca artesanal em Niterói, Rio de Janeiro* 394
Larissa Ramalho
- Capítulo 15.** *O Projeto Aracruz Celulose S/A no Norte do Espírito Santo* 434
Geraldiny Malaguti

SEÇÃO 5 - IMPRENSA, REDES E TECNOLOGIAS DIGITAIS

- Capítulo 16.** *Imprensa negra fluminense no contexto da Ditadura Empresarial-Militar* 462
Helbson De Ávila
- Capítulo 17.** *Imprensa sindical: um capítulo da comunicação política do movimento de trabalhadores* 488
Marcos Vinicius Sales
- Capítulo 18.** *Os usos das redes e as masculinidades: violência política de gênero nos grupos de extrema direita no digital* 518
Juliana Lencina da Silva
- Capítulo 19.** *Estratégias para o estudo das Fake News* 538
Marllon Motta

SEÇÃO 6 - CULTURA, SUBCULTURAS E ESPAÇOS URBANOS

- Capítulo 20.** *Da Geração Beat aos Beatles: o Uivo* 566
do Sargento Pimenta
Álvaro Oliveira Marcolino
- Capítulo 21.** *Dos bailes às resenhas: reconfigurações* 585
do funk carioca ao longo das décadas
Norma Magalhães
- Capítulo 22.** *Subculturas do skate: a experiência do* 615
Jiboia DIY em São Gonçalo-RJ
Jean Oliveira Moura
Luciano Hermes da Silva
Nelson Diniz
- Capítulo 23.** *Mobilidades e Concepções de Liberdade* 637
na Vida Corrida das Motoentregadoras
Ana Raquel Rosa do Couto
André Dumans Guedes
- Capítulo 24.** *Espaços de lazer em Campo Grande:* 663
Uma perspectiva do Direito à Cidade no
subúrbio do Rio de Janeiro
Gabriella Grey Moreira
- Sobre os organizadores*** 682

SEÇÃO 1 - Educação, Instituições e Desigualdades

Capítulo 1

Para além dos indicadores educacionais: economia, educação e desigualdade em Niterói

Lara Prata dos Santos Miranda¹

1. Introdução

Em Niterói, as desigualdades e segregações escondem-se atrás do elevado nível de desenvolvimento humano e da alta renda per capita, mas saltam aos olhos quando comparadas à realidade regional. Em “O papel do Estado na produção do espaço urbano: apontamentos sobre a política urbana de Niterói - RJ”, os autores Rafael Pereira e Regina Bienenstein (2009) analisam o processo recente de renovação política no município e suas implicações sobre o planejamento urbano. Desde 1834, com a transformação da Província do Rio de Janeiro em Estado e a elevação de Niterói à condição de capital da então Província, e até 1975, com a fusão dos antigos Estados da Guanabara e Estado do Rio de Janeiro, o município de Niterói teve sua paisagem e história marcados pela

¹ Lara Miranda é formada em Ciências sociais pela Universidade Federal Fluminense, mestre em Sociologia pelo PPGS/UFF e Doutoranda em sociologia pelo PPGS/USP. Tem experiência na área de sociologia das relações raciais, com ênfase em desigualdades. E-mail: lara.miranda@cebrap.org.br.

proximidade com o Rio de Janeiro, o que influenciou fortemente a sua imagem e representação como cidade até muito recentemente.

Ainda segundo Pereira e Bienenstein (*ibidem*), a virada dos anos 1980 para os anos 1990 inaugurou um processo de renovação política em Niterói sem precedentes, trazendo mudanças significativas no seu planejamento urbano. Com as políticas de cunho social e cultural de impacto, almejava-se construir uma nova identidade para a cidade. Se, por um lado, impactou a forma de planejar os espaços públicos, por outro significou a explosão da segregação socioespacial e o aprofundamento da concentração de renda e desigualdade social. O favorecimento aos agentes do mercado imobiliário e à classe média local, associado à não democratização do acesso à terra para fins de moradia, possui vínculos diretos com os problemas de moradia e com a explosão da não-cidade².

Rezende (2018) aponta que esse processo de emancipação político-econômica e a construção de um imaginário da cidade de Niterói resultou, no século XX, na existência de um projeto marcado pela caracterização da zona norte como área de avanço populacional, associado à construção de uma zona industrial e à formação de um bairro portuário. Já na área conhecida atualmente como zona sul, houve a caracterização de uma área de moradias de veraneio somada a uma presença marcante de estrangeiros. Dentro desta

² Para os autores Pereira e Bienenstein (2009), o conceito de “não-cidade” está relacionado às consequências da construção de uma cidade - mercadoria que sucumbe às exigências do capital privado produzindo desigualdades sociais e espaciais.

reestruturação urbana, aponta o autor, a construção da ponte Presidente Costa e Silva (ponte Rio-Niterói) trouxe um programa de remoção de favelas, principalmente com as que estavam ao longo do trecho em que se encontravam os acessos à ponte. Segundo Barboza (2010 apud Rezende 2018), o programa previa remover todas as favelas existentes na cidade até o ano de 1976. Em relatório sobre a expansão urbana confeccionado por Marcelo Silva da Costa, como cita Rezende (2018), aponta-se que o processo de segregação espacial na cidade de Niterói emerge ao debate público a partir da década de 1950 e a cidade tem seu primeiro plano estruturado de combate à “favelização” na década de 1970, quando se registram 56 aglomerados subnormais.

Esse é o panorama histórico da cidade que se apresenta como objeto central deste capítulo. Aliando as teorias das relações raciais, educação e os estudos sobre a cidade, este texto tem como objetivo apresentar um panorama de 12 escolas da rede municipal e as relações destas com a cidade.

2. Niterói: economia, educação e desigualdade

Niterói ficou em primeiro lugar entre os municípios do Estado do Rio de Janeiro na primeira edição do Ranking de Competitividade dos Municípios (2021), realizado pelo Centro de Liderança Pública. O Estudo analisa a capacidade competitiva³ 405 cidades com mais de 80 mil habitantes do

³ Em um ambiente onde existe a competição saudável entre pessoas e organizações, é natural que ocorram maiores incentivos para a excelência de

País. Dos 33 municípios do Estado do Rio de Janeiro, somente três aparecem entre os cem primeiros colocados: Niterói (29º), Rio de Janeiro (71º) e Volta Redonda (97º).

Segundo o United Nations Development Programme (UNDP)⁴, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. De acordo com os dados dos Censos Demográficos⁵, principal fonte de referência para o conhecimento das condições de vida da população em todos os municípios do país e em seus recortes territoriais internos, entre os anos de 1991, 2000 e 2010, Niterói vem apresentando um constante aumento em seu IDH. Em 2010, o município ficou em primeiro lugar no Ranking no Estado do Rio de Janeiro e em 7º em todo Brasil⁶. Assim como o Índice de Desenvolvimento Humano, o Produto Interno Bruto do Município de Niterói, excetuando o ano 2016, se apresenta em

resultados, bem como para a inovação em instrumentos e métodos que possibilitem a superação de desafios. A capacidade competitiva, então, versa sobre o alcance de bons índices regionais, tais como, saúde, educação e economia.

⁴ Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/idh> Acesso em 16/07/2024.

⁵ Disponível em:

<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/universo-caracteristicas-da-populacao-e-dos-domicilios> acesso em 06/08/2024.

⁶ Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/tj/niteroi/pesquisa/37/30255?ano=2010&localidade1=33&localidade2=0&tipo=ranking>. Acesso em: 06/08/2024.

constante crescimento. No ano de 2019, a Cidade possuía o 97º maior PIB do País e o 7º do Estado⁷.

A Frente Nacional de Prefeitos (FNP), fundada em 1989, é a única entidade municipalista nacional dirigida exclusivamente por prefeitas e prefeitos em exercício dos seus mandatos. Essa organização reúne todas as capitais e os municípios com mais de 80 mil habitantes e é responsável pela publicação do anuário Multi Cidades – Finanças dos Municípios do Brasil, que apresenta dados econômicos de alguns municípios do País. Os dados apresentados nos anuários têm como principal fonte de informações os balanços anuais dos bancos de dados “Finanças do Brasil – Dados Contábeis dos Municípios”, divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), e, na ausência desses, alguns anexos dos balanços solicitados aos próprios municípios omissos. De acordo com o anuário Multi Cidades de 2019, o município investiu, no referido ano, R\$18.649,83 por aluno. Mais que o dobro da média nacional, que foi de R\$7.662,13. Considerando os municípios com mais de 5 mil alunos matriculados na rede municipal, Niterói ocupa a quinta posição do país no ranking de investimentos por aluno.

Em 2022, a Prefeitura lançou um pacote de investimentos de R\$147 milhões para educação, no âmbito do plano Niterói 450 (2022). Dividido em quatro eixos, o planejamento prevê ações de qualificação e ampliação da

⁷ Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/niteroi/pesquisa/38/47001?tipo=ranking>. Acesso em: 06/08/2024

infraestrutura das escolas, gestão pedagógica e reforço escolar, combate à evasão escolar e formação profissional. A educação é o segundo eixo do Niterói 450, que prevê 2 bilhões de reais em investimentos na cidade entre 2022 e 2024 com o objetivo de ampliar e qualificar os serviços prestados à população niteroiense⁸. Assim como o plano Niterói 450, o plano estratégico Niterói Que Queremos (2013 – 2033), define a visão de longo prazo da cidade e orienta políticas públicas e investimentos, neste caso, para 20 anos, buscando gerar impacto a partir da definição de desafios e metas que busquem o desenvolvimento econômico social e a evolução da qualidade de vida dos niteroienses.

Os desafios presentes na área de educação, segundo o referido plano estratégico, são o aumento da qualidade do ensino fundamental I e II, a efetivação da cobertura do ensino, com foco na educação infantil e no ensino fundamental I e o estímulo de um ambiente inovador tecnológico e criativo no município (Niterói, Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, 2022). Neste sentido, são estabelecidos como metas o alcance de 100% de cobertura de pré-escola, o aumento da nota no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no Ensino Fundamental II para 6,7 e no Ensino Fundamental I para 8,3, o alcance integral de cobertura de Banda Larga nas instalações Municipais de Educação e, por

⁸ Disponível em: <http://www.niteroi.rj.gov.br/2022/02/09/niteroi-450-educacao-tera-investimentos-de-r-147-milhoesate-2024/>. Acesso em: 06/08/2024.

fim, ter 100% dos professores do Ensino Fundamental I e da pré-escola com Ensino Superior Completo.

Segundo os dados do Censo demográfico de 2010⁹, 97% de taxa de escolarização de crianças e jovens de 6 a 14 anos. Já os dados do IDEB de 2019¹⁰, apontam um índice de 5,5 e 3,8¹¹ para os anos iniciais e os anos finais do ensino fundamental na rede pública, respectivamente. Segundo os dados da prefeitura, atualmente a Rede Municipal de Educação de Niterói dispõe de 94 escolas, sendo 45 Unidades Municipais de Educação Infantil (UMEIs) e 49 unidades de Ensino Fundamental.

3. A cidade e a escola

De acordo com o Censo demográfico de 2010, a população de Niterói era formada por 487.562 pessoas e a população estimada para 2021 era de 516.981. Do total, 63,53% se autodeclararam brancos, 26,33% pardos e 9,44% pretos. Dentro da cidade, os seguintes bairros apresentam mais de 5 pontos percentuais acima da taxa da população branca da cidade: Boa viagem (84,77%), Cambinhas (85,18%), Gragoatá (70,08%), Icaraí (86,15%), Ingá (79,26%), Itacoatiara

⁹ Disponível em:

<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial>. Acesso em: 16/07/2024

¹⁰ Disponível em: <https://qedu.org.br/municipio/3303302-niteroi/ideb>.

Acesso em: 16/07/2024

¹¹ O Ideb é calculado com base no aprendizado dos alunos em português e matemática (Saeb) e no fluxo escolar (taxa de aprovação), o índice varia de 0 a 10.

(87,08%), Itaipu (82,25%), Matapaca (79,94%), Pé pequeno (77,75%), Santa rosa (75,58%), São domingos (72,12%), São Francisco (81,45%), Vila progresso (74,97%), Vital Brasil (79,48%), Santo Antônio (83,19%), Maravista (75,59%), Serra Grande (73,56%).

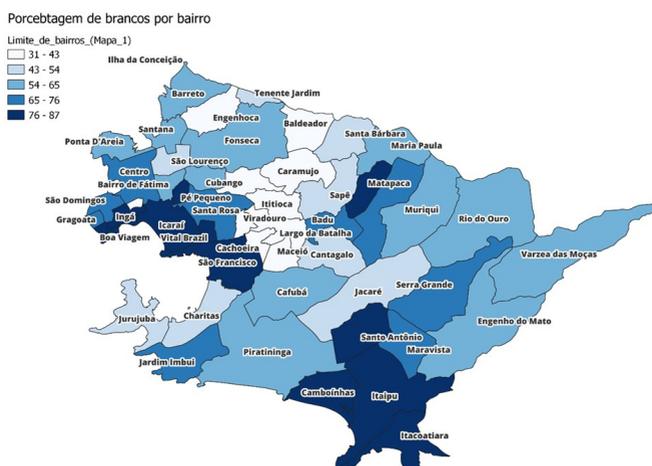


Figura 1: Percentual de brancos por bairro

Fonte: Produzido pela autora a partir dos dados do Censo (2010)

Ainda de acordo com o Censo, Baldeador (47,54%), Cachoeira (44,18%), Caramujo (47,49%), Ititioca (51,71%), Jacaré (42,38%), Jurujuba (44,87%), Largo da batalha (41,23%), Maceió (42,84%), Santa Bárbara (40,06%), Sapê (40,45%) e Viçoso Jardim (47,93%) estão consideravelmente acima da média municipal em relação ao percentual da população que se auto declarou parda.

Porcebtagem de pardos por bairro

Limite_de_bairros_(Mapa_1)

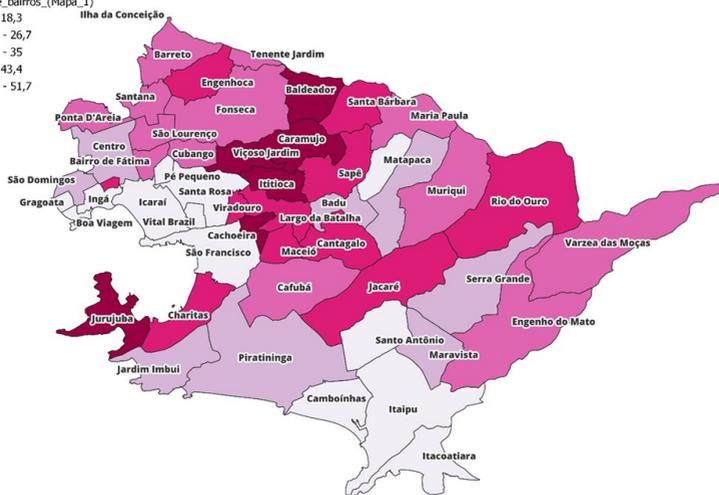


Figura 2: Percentual de pardos por bairro

Fonte: Produzido pela autora a partir dos dados do Censo (2010)

Em relação à população preta, 16 bairros apresentam percentual consideravelmente maior que a média municipal. Sendo eles: Baldeador (17,42%), Cachoeira (17,28%), Cantagalo (13,21%), Caramujo (20,15%), Charitas (14,38%), Cubango (16,28%), Engenhoca (18,1%), Fonseca (13,07%), Ititioca (14,33%), Jacaré (12,52%), Largo da batalha (18,06%), Maceió (14,96%), Morro do Estado (26,59%), Muriqui (12,52%), São Lourenço (15,29%), Viçoso Jardim (18,82%) e Viradouro (24,92%).

Nota-se, a partir disso, que a população preta e parda se concentra, principalmente, na região norte e em dois bairros na região das “Praias da Baía” (Morro do Estado e Viradouro), que, de acordo com os dados do IBGE2024), são considerados aglomerados subnormais. Essa categoria define-se como uma forma de ocupação irregular de terrenos para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas com restrição à ocupação.

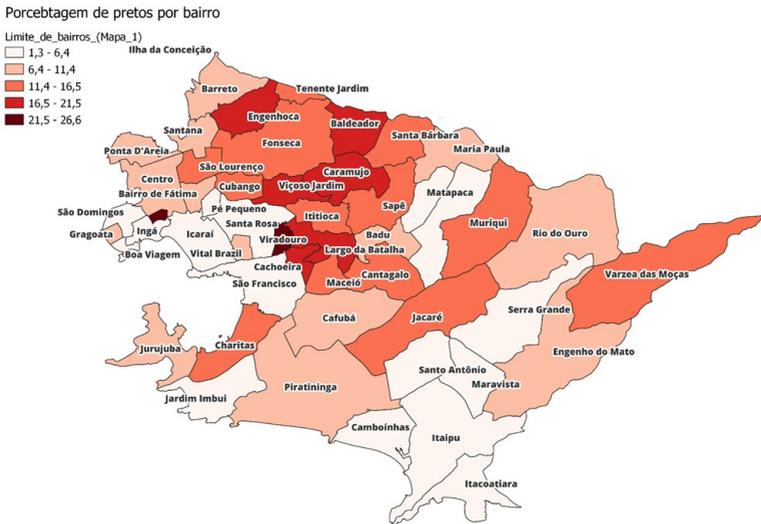


Figura 3: Percentual de pretos por bairro

Fonte: Produzido pela autora a partir dos dados do Censo (2010)

Em matéria publicada no Jornal Nexo, a cidade de Niterói era a que apresentava o maior índice de dissimilaridade

entre as cidades brasileiras. França (2010) em “Raça, Classe e Segregação Residencial no Município de São Paulo” desenvolve uma análise da segregação residencial no município de São Paulo, descrita a partir da articulação entre raça e classe social, tendo em vista questões acerca da inserção dos negros nas classes médias e altas. Uma das ferramentas que o autor usa para medir essas tendências é o índice de dissimilaridade, que se consolidou na sociologia estadunidense como a principal medida de segregação residencial a partir da publicação do artigo de Duncan (1955). Segundo França, o índice de dissimilaridade (D) capta o grau em que dois grupos sociais não estão uniformemente [evenly] distribuídos no espaço de uma cidade. Ou seja, a dissimilaridade seria o contrário da uniformidade, em se tratando da distribuição dos grupos no espaço.

“Assim, a uniformidade se define a partir da proporção de cada grupo na composição da população total da cidade, e do quanto que a distribuição destes grupos pelas diversas áreas da cidade replica esta composição. Ou seja, considerando que a população de São Paulo é composta por 30% de negros, um padrão residencial uniforme requer que cada bairro ou unidade espacial desta cidade também tenha 30% de negros. Quanto mais a composição da população dos bairros se afastar destes 30% de negros – havendo, por exemplo, alguns bairros com muito mais do que 30% de negros e outros bairros com menos –, menor será a uniformidade de

distribuição desta população e, por conseguinte, maior será o valor do índice que aponta o grau de segregação. Em suma, o índice evidencia a relação entre a composição da população de cada unidade espacial e a composição da população de toda a cidade.” (França, 2010, p.71)

As desvantagens do convívio pouco diverso em grupos mais pobres, segundo pesquisas, apontam para chances menores de mobilidade social. Nas periferias, por exemplo, o baixo acesso a mercado de trabalho, serviços públicos, cultura, escolas de qualidade despontam como barreiras. Marques (2005 apud França, 2010) distingue três processos associados ao fenômeno da segregação: o primeiro corresponde à formação de guetos, cidadelas ou enclaves que se caracterizam pelo extremo isolamento, podendo até envolver barreiras físicas ou legais que limitam a circulação e o acesso; o segundo diz respeito às desigualdades de acesso, podendo se referir ao acesso a políticas públicas, à cidade, à educação, entre outros; já o terceiro trata da segregação como o grau de aglomeração de uma determinada categoria social em certos espaços da cidade. “A segregação é – sobretudo – um fenômeno relacional: só existe segregação de um grupo quando outro grupo se segrega ou é segregado. É nesse componente relacional que as medidas de segregação vão se basear, buscando medir o grau de isolamento de um determinado grupo social em relação a outro.” (Torres 2004 apud França, 2010).

Dentro desta concepção de segregação, que recai sobre o grau de concentração, no espaço, de uma categoria social com relação à outra, distinguem-se três dimensões de análise da segregação. Das três dimensões, duas são objetivas e são identificadas por Torres (2004 apud França, 2010): por um lado, a tendência de grupos sociais se concentrarem em certas áreas específicas da cidade, e, por outro, o grau de homogeneidade social interna de determinados espaços. Quando analisamos os indicadores aqui mencionados através dos mapas, podemos perceber que os bairros com maior presença de pessoas não brancas são os que possuem menor rendimento médio e o contrário também é verdade. O bairro Morro do Estado, por exemplo, tem 65,82% de sua população formada por pessoas autodeclaradas pretas ou pardas, o maior percentual em Niterói, e o rendimento nominal mensal domiciliar é de R\$480,50, sendo o bairro mais “pobre” da Cidade. Por outro lado, Itacoatiara que tem 87,08% de pessoas autodeclaradas brancas é a segunda no ranking de bairros com maior rendimento com R\$4.068,18 perdendo apenas para Boa viagem, que lidera com R\$4.144,45. Outro ponto que salta aos olhos é que Niterói, diferentemente de outras Cidades, não apresenta uma característica de segregação espacial clara, ou seja, os bairros de maior e menor rendimento mensal, por exemplo, distribuem-se em certa medida aleatoriamente pela cidade.

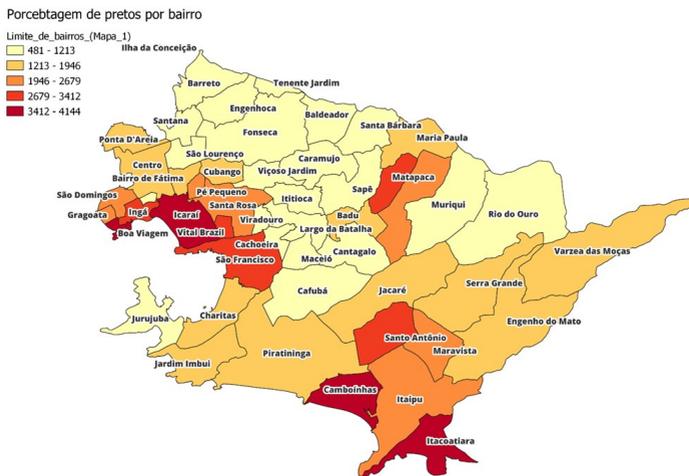


Figura 4: Valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade (reais)

Fonte: produzido pela autora a partir dos dados do Censo (2010)

O Mapa da Desigualdade 2020, confeccionado pela Casa Fluminense, aponta que o salário médio do emprego formal em Niterói era de R\$ 3.334,03, em contrapartida, a diferença da média salarial entre negros e brancos era de 19% (Casa Fluminense, 2020). O salário médio do Rio de Janeiro é de R\$ 4.117,35, enquanto a diferença salarial entre brancos e negros é de 41,9%. O fato de Niterói ser uma cidade rica e com alto potencial de crescimento, como demonstrado anteriormente, fez com que ela se apresentasse como um objeto de pesquisa válido. Mesmo com grande investimento em educação e qualidade de vida, o município continua com grandes taxas de desigualdade e, no âmbito da educação,

apresenta notas baixas nas avaliações educacionais no ensino básico.

Na Prova Brasil, o resultado do aluno é apresentado em pontos numa escala (Escala SAEB). Discussões promovidas pelo comitê científico do movimento Todos Pela Educação, composto por diversos especialistas em educação, indicaram qual a pontuação a partir da qual pode-se considerar que o aluno demonstrou o domínio da competência avaliada. Decidiu-se que, de acordo com o número de pontos obtidos na Prova Brasil, os alunos são distribuídos em 4 níveis em uma escala de proficiência: Insuficiente, Básico, Proficiente e Avançado. Neste sentido, a plataforma QEdU considera que os alunos com aprendizado adequado são aqueles que estão nos níveis proficiente e avançado. No quadro abaixo pode-se observar o panorama da cidade de Niterói no ano de 2021, com o percentual de aprendizado adequado em português e matemática no total de alunos e separados por nível socioeconômico e grupos raciais:

5º ano	Total	Baixo NSE	Pretos	Alto NSE¹²	Branços
Português	55%	51%	45%	66%	63%
Matemática	33%	35%	33%	54%	51%

Tabela 1: Taxa de aprendizado adequado nas turmas de 5º ano

¹² O nível socioeconômico (NSE) sintetiza as características dos indivíduos em relação à sua renda, ocupação e escolaridade, permitindo fazer análises de classes de indivíduos semelhantes em relação a estas características.

Fonte: Produzido pela autora a partir dos dados da plataforma QEd¹³

9º ano	Total	Baixo NSE	Pretos	Alto NSE	Branços
Português	37%	27%	33%	44%	44%
Matemática	12%	10%	12%	24%	22%

Tabela 2: Taxa de aprendizado adequado nas turmas de 9º ano

Fonte: Produzido pela autora a partir dos dados da plataforma QEd

Para fins de comparação, a taxa de aprendizado adequado em português para as turmas de 5º ano do município do Rio de Janeiro foi de 44% e 34% em matemática. Nos anos iniciais, os grupos com baixo NSE e pretos apresentam 51% e 47% de aprendizado adequado em português, já em matemática esses números caem para 38% e 37%. Nos grupos com alto NSE e brancos essas taxas são de 66% e 65% em português e 57% e 54% em matemática. Concomitantemente, nos anos finais, os grupos com baixo NSE e pretos apresentam 34% e 32% de aprendizado adequado em português e 15% - ambos grupos - em matemática. Já nos grupos com alto NSE e brancos esses valores são de 47% e 49% em português e 27% em matemática.

¹³ A plataforma QEd está disponível no seguinte endereço: <https://qedu.org.br/municipio/3303302-niteroi/aprendizado>.

A distorção idade-série é a proporção de alunos com mais de 2 anos de atraso escolar. No Brasil, a criança deve ingressar no 1º ano do ensino fundamental aos 6 anos de idade, permanecendo no Ensino Fundamental até o 9º ano, com a expectativa de que conclua os estudos nesta modalidade até os 14 anos de idade. O cálculo da distorção idade-série é realizado a partir de dados coletados no Censo Escolar. Nos anos iniciais do município do Rio de Janeiro, essa taxa é de 9,2 % e nos anos finais é de 21,4%. Já na cidade de Niterói, a taxa é de 16,3% nos anos iniciais e 34,2% nos anos finais.

Ao olhar para o indicador de mortes violentas, na cidade de Niterói, mais de 60% de todas as mortes ocorridas foram cometidas por agentes do Estado e tiveram como vítimas pessoas negras . De todas as vítimas da polícia, 88% eram negras, de acordo com os dados do Instituto de Segurança Pública analisados pela Casa Fluminense (Casa Fluminense, 2020). O percentual chega a ser maior que em todo o Brasil (75,4%), na região metropolitana do Rio (79%) e na capital Rio de Janeiro (81%). Em números absolutos: a polícia matou 125 pessoas no ano passado em Niterói; 110 eram negras (Betim, 2020).

Outro indicador de desigualdade é que na cidade a população negra morreu 13 anos mais cedo quando comparada com a população branca, enquanto no Brasil e no Rio de Janeiro essa diferença é de 8 e 10 anos, respectivamente. Os dados são ainda mais alarmantes quando levamos em consideração que a população negra representa 35,77% de toda

a população, a menor proporção da região metropolitana, segundo o censo de 2010 do IBGE.

Diversas pesquisas apontam que o desempenho escolar reflete de forma muito direta as características sociais, demográficas e culturais dos alunos, que sintetizam suas experiências educativas anteriores (Bourdieu; Passeron, 2008; Coleman et al., 1966 apud Soares e Alves 2013). Em consonância, existem as pesquisas que se voltam para a investigação do contexto escolar, tentam solucionar a dúvida se as escolas e os sistemas de ensino podem compensar, ou pelo menos minimizar, as desigualdades sociais. Soares e Alves (2013) apontam que, em grande medida, a exploração desse tema surgiu como reação aos estudos educacionais realizados nas décadas de 1960 e 1970 que explicavam as diferenças de desempenho essencialmente pelas desigualdades entre grupos, e não por fatores escolares, tais como biblioteca, recursos e dinheiro (Coleman et al., 1966; Jencks et al., 1972 apud Soares e Alves 2013). Embora as conclusões das pesquisas sobre a influência da escola no aprendizado indiquem que os sistemas escolares por si só não são capazes de mudar a força da determinação social, foram encontradas evidências de que algumas escolas conseguem que seus alunos tenham um aprendizado melhor que o esperado para as suas condições sociais (LEE, 2008 apud Soares e Alves 2013).

No artigo “A metropolização da questão social e as desigualdades de oportunidades educacionais no Brasil”, os autores Ribeiro (2010) têm como objetivo avaliar como o contexto social da vida nas grandes cidades pode influenciar o

desempenho dos sistemas escolares públicos. Os estudos de Alves, Franco e Ribeiro (2008), Torres et al. (2008), Soares, Rigotti e Andrade (2008) que focalizam diferenças intramunicipais no Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, respectivamente, compõem os primeiros esforços nessa direção. Tais estudos têm focalizado desigualdades educacionais na escala intramunicipal, isto é, aquelas decorrentes dos fenômenos da segmentação e da segregação residencial que caracterizam as grandes cidades.

Um exemplo deste tipo de trabalho está presente na pesquisa “Segregação Residencial e Desigualdade Escola no Rio de Janeiro”, Alves et al. (2008) afirmam que a relação entre desempenho escolar, ou nesse caso específico atraso escolar, e o lugar de residência é chamado de efeito vizinhança. Esse efeito explica um determinado fenômeno social em função da relação de causalidade entre o indivíduo – suas motivações, opções, comportamentos e situação social – e os contextos sociais derivados da concentração residencial de pessoas com certas características comuns ou similares. Em outras palavras, se busca captar os efeitos das relações sociais desenroladas no âmbito do lugar de residência sobre os acontecimentos que são característicos da vizinhança (Sampson, Raudenbush y Earls, 1997).

4. O caso dos “9º anos”

Este capítulo surge a partir dos dados obtidos no meu trabalho de mestrado, intitulado “Educação Básica em Niterói:

Uma análise sobre os anos finais do ensino fundamental e a categoria raça”. O objetivo deste trabalho era de apresentar um panorama de 12 escolas municipais da rede niteroiense, além de responder a algumas questões: existem evidências de que a distribuição racial é uma das variáveis importantes para o bom desempenho de uma escola? A localização da escola no espaço urbano é uma variável importante no resultado do desempenho escolar? Além dessas perguntas, que surgem a partir da construção do projeto de pesquisa, as variáveis recolhidas apresentaram novos olhares para a análise, como a relação entre nível de escolaridade familiar dos pais (homens) e mães (mulheres) responsáveis pelos alunos dos 9º anos e a nota do IDEB por escola.

Nesta pesquisa, optei por analisar o Índice dos “9º anos” do ensino fundamental - antiga 8ª série - da rede municipal de Niterói. Esta escolha justifica-se, dentre outras coisas, pelo fato de que ao longo das décadas de 1990 e 2000, diversas políticas públicas foram colocadas em curso com o objetivo de garantir condições mais equitativas para o funcionamento da educação básica, além de reduzir as desigualdades entre as redes estaduais e municipais. Essas políticas contribuíram para a universalização do ensino fundamental e a melhoria do fluxo escolar entre o 1º e 5º ano do ensino fundamental. Nesse sentido, estudos com dados demográficos mostram que os anos iniciais do ensino fundamental estão mais equitativos. Entretanto, os efeitos de fatores relacionados à origem social e contextos locais ou escolares continuam a operar de forma persistente nos níveis

mais altos de ensino (Mont'Alvão Neto, 2011; Ribeiro; Ceneviva; Brito, 2014 apud Alves, 2020).

Pesquisas (Soares e Alves, 2013) apontam que, com base nos dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), os alunos discriminados segundo a cor/raça, com condições socioeconômicas e em escolas semelhantes, têm resultados significativamente distintos. As diferenças entre esses grupos aumentam quando as escolas são melhores. Os autores apontam que as possíveis explicações podem estar relacionadas com as práticas e atitudes internas nas escolas, podendo favorecer os alunos brancos, e que as diferenças individuais são potencializadas quando inseridas em contextos mais favoráveis.

Neste sentido, Alves e Gonzaga (2020) apontam para a importância de analisar também o efeito escola, já que, uma vez que as condições da oferta educativa afetam essa qualidade, a análise da contribuição das escolas deve ser feita a partir de informações sobre os profissionais das escolas, as suas condições de funcionamento além dos resultados de aprendizado e fluxo dos alunos de cada escola. Portanto, para analisar a qualidade da educação, as duas abordagens, a centrada no estudante (indivíduo) e a centrada na escola (contexto da educação) são necessárias.

A partir dos conceitos anteriormente mencionados, a pesquisa objetiva oferecer um panorama das escolas e as características de suas vizinhanças (bairros). Ressalvo aqui que este trabalho não teve tempo o suficiente para elaborar análises estatísticas que seriam imprescindíveis para a visualização das

correlações entre os dados da cidade e das escolas, por isso, a escrita atém-se à realização de um panorama das escolas da amostra escolhida - o que possibilita a reflexão através de diversos pontos de vista.

Na dissertação mencionada, dentre outros dados, apresento 5 tabelas que agrupam indicadores sobre as escolas, bairros e o contexto familiar dos alunos. Apresentarei aqui as principais inferências realizadas a partir dos dados recolhidos. A primeira tabela apresenta os bairros em que cada escola está localizada, o rendimento nominal médio de cada bairro e a distribuição racial. O teste de correlação feito entre as variáveis cor/raça e rendimento demonstrou que existe uma forte relação entre o aumento do rendimento nominal médio e o aumento do percentual de pessoas brancas por bairro, assim como uma diminuição do rendimento ao passo que a taxa de pretos e pardos aumenta. Entretanto, essa correlação é muito fraca em relação aos rendimentos e as notas do IDEB, ou seja, ser um bairro rico ou pobre não influencia diretamente no Índice de desenvolvimento da educação básica das escolas selecionadas.

Realizar um teste de correlação com a distribuição racial das escolas e dos bairros nos conduziria a um dado “deformado” devido ao alto índice de não declarações de cor/raça nas instituições. Entretanto, é possível observar que as instituições possuem certo nível de heterogeneidade racial, já que apenas uma possui mais de 60% de pretos e pardos, por exemplo. Um dado que chama atenção é que, mesmo em bairros que possuem grande maioria de sua população formada

por brancos, essa porcentagem não se reflete nas escolas. Essa variável pode corroborar a hipótese de segregação espacial dentro das escolas, ou seja, mesmo em bairros de predominância da população branca, os estudantes não brancos são segregados em escolas da rede municipal.

Tendo em vista os conceitos trazidos, pode-se observar que, nos questionários sobre mães ou mulheres responsáveis, existe uma forte correlação negativa entre o percentual de mulheres com o ensino fundamental completo até o 5º ano e a nota do IDEB. Em outras palavras, quanto maior é a nota do Índice de desenvolvimento da educação básica, menor é a taxa de mulheres que apresentam esse nível de escolaridade. Da mesma forma, o grau de correlação entre mães/mulheres responsáveis com ensino médio completo e a nota do IDEB é de 0,688, ou seja, existe uma forte relação positiva entre o aumento da nota e o aumento da taxa de mulheres com ensino médio completo. Ao olhar para os dados dos pais ou homens responsáveis, o maior grau de correlação está entre a taxa de homens com Ensino superior completo e a nota; com coeficiente de 0,715, indicando que esta é uma correlação positiva, isto é, quanto maior a taxa de pais/homens responsáveis com ensino superior completo, maior é a nota do IDEB.

5. Considerações finais

Essa pesquisa surge a partir da observação e da aproximação com a estrutura da cidade de Niterói. Uma cidade

que produz indicadores tão eficientes em vários âmbitos e que vêm investindo em educação constantemente ainda sim apresenta números insuficientes da educação básica. Como demonstrado aqui, existe uma literatura que afirma que não há relação direta com a quantidade de investimento em educação e o aumento do desempenho escolar. Nesse contexto, o objetivo era pensar em quais outras variáveis poderiam emergir como importantes nos casos de sucesso.

As análises sobre a relação entre qualidade e recursos financeiros aplicados na educação são bastante controversas. De forma geral, a literatura econômica indica que os gastos em educação não têm associação com o desempenho escolar (Hanushek, 1997). No Brasil, Menezes-Filho e Pazello (2007), com base nos dados do Saeb de 1997 e 1999, constataram que não há relação entre a proficiência dos alunos das escolas públicas e os salários dos professores. Entretanto, observaram que o aumento relativo dos salários dos professores ocorrido em 1998, por meio do Fundo para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef), teve um impacto positivo na proficiência.

Há evidências, portanto, de que os investimentos em educação não produzem obrigatoriamente resultados equitativos, uma vez que os efeitos dos gastos na qualidade ocorrem de forma seletiva. As relações encontradas sugerem que a melhoria da qualidade educacional por meio de mais insumos pode favorecer de forma privilegiada alguns municípios ou escolas. Uma explicação plausível para isto pode ser a distribuição desigual dos atributos qualidade e

equidade em nosso sistema educacional (Soares; Marota, 2009).

De diferentes maneiras, a situação social e cultural das famílias conta muito sobre o desempenho escolar (Baudelot; Establet, 2009). Nos países mais ricos, essa associação pode ser vista quando se compara os resultados nas provas de proficiência e a ocupação dos pais, ou ainda, o acesso desigual às diferentes fileiras do ensino secundário (profissional x propedêutico, para retomar uma das divisões mais antigas dos sistemas de ensino europeus). Numerosos estudos evidenciam como se constroem as desigualdades educativas, entendidas aqui como desigualdades de acesso e de qualidade no sistema de ensino derivadas da origem social, do sexo, da cor da pele, da origem geográfica, etc. Annette Lareau em seu clássico “Unequal Childhoods” (2011) revelou, por exemplo, como as famílias transmitem as vantagens para os seus filhos, concluindo que as diferenças são muito mais importantes entre grupos sociais do que quando se comparam as disparidades entre famílias brancas e negras.

Neste capítulo, menos que responder perguntas, objetivei trazer os dados que foram importantes para a construção da minha dissertação do mestrado. Entretanto, é perceptível que a questão do desempenho escolar é atravessada tanto pela variável família como pelo “peso” da educação formal, já que se percebe uma valorização dos perfis de famílias com maior nível de escolaridade. Tanto o efeito escola como o efeito município são importantes para se pensar a construção da escola ideal para a rede municipal de Niterói, no

entanto, esses dados apresentam um potencial maior quando analisados juntos. Existem outros dados demográficos e outras avaliações educacionais que podem fornecer dados e variáveis para pesquisa e este trabalho de dissertação insere-se nas reflexões iniciais sobre o assunto, além de reafirmar a importância de aliar análises quali e quantitativas.

Referências bibliográficas

Alves, E, Franco, EC, Ribeiro, LCQ (2008). Segregação Residencial e Desigualdade Escola no Rio de Janeiro, em LCQ Ribeiro & R. Kaztman (Eds.). A Cidade contra a Escola. Segregação urbana e desigualdades educacionais nas grandes cidades da América Latina. Rio de Janeiro: Letra Capital, FAPERJ, IPPES.

ALVES, Maria Teresa Gonzaga. Caracterização das desigualdades educacionais com dados públicos: desafios para conceituação e operacionalização empírica. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, n. 110, p. 189-214, ago. 2020.

ARRETCHE, Marta. **Trajetórias das desigualdades**: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. 1ed. São Paulo: Unesp/CEM, 2015.

BARCELOS, Luiz. C. Educação e desigualdades raciais no Brasil. São Paulo: Cadernos de Pesquisa, Fundação Carlos Chagas/Cortez (86): p.15-24, ago. 1993.

BAUDELOT, Christian; ESTABLET, Roger. **La escuela capitalista**. México: Siglo Veintiuno editores, 4ª ed. 1987.

BETIM, Felipe. **A Niterói de Iris e Alessandro desenha o mapa da segregação racial brasileira**. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-25/a-niteroi-de-iris-e-alessandro-desenha-o-mapa-da-segregacao-racial-brasileira.html>. Acesso em: 06/08/2024

CASA FLUMINENSE. **Mapa da Desigualdade**. Rio de Janeiro: 2020

Favelas e comunidades urbanas. IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: 16/07/2024.

FRANÇA, Danilo Sales do Nascimento. **Raça, classe e segregação residencial no município de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas,

Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-28012011-122913/pt-br.php>. Acesso em: 31 ago. 2022.

Hanushek, Eric A. “Assessing the Effects of School Resources on Student Performance: An Update.” **Educational Evaluation and Policy Analysis**, vol. 19, n. 2, 1997, p. 141–64. *JSTOR*, <https://doi.org/10.2307/1164207>. Acesso em 12/08/2024

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

Lareau, Annette. *Unequal childhoods: class, race and family life*. Berkeley: University of California Press, 2003.

LETÍCIA. Aprendizado adequado. QEDuConteúdos, 10 de novembro de 2021. Disponível em: <https://conteudos.qedu.org.br/academia/aprendizado-adequado/?repeat=w3tc#:~:text=No%20QEDu%2C%20consideramos%20que%20alunos,nos%20n%C3%ADveis%20proficiente%20e%20avan%C3%A7ado>. Acesso em: 06/08/2024

MENEZES-FILHO, Naércio Aquino; PAZELLO, Elaine Toldo. Do teachers wages matter for proficiency? Evidence from a funding reform in Brazil. **Economics of Education Review**, v. 26, n. 6, p. 660-672, 2007. Disponível em: http://ac.els-cdn.com/S0272775707000660/1-s2.0-S0272775707000660-main.pdf?_tid=6d779a24-f141-11e1-bf51-0000aab0f26&acdnat=1346180092_ec563e4b56e39926e52989ce324a695. Acesso em: 20 jan. 2023.

PEREIRA, Rafael Carvalho Drumond e BIENENSTEIN, Regina. O papel do Estado na produção do espaço urbano : apontamentos sobre a política urbana de Niterói-rj. *Anais do XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana*, Espírito Santo, v. 1, p. 3438-3457, 07 dez. 2009.

RIBEIRO, L. C. DE Q. Desigualdades de oportunidades e segregação residencial: a metropolização da questão social no Brasil. **Caderno CRH**, v. 23, n. 59, p. 221–233, maio 2010.

SAMPSON, R J et al. “Neighborhoods and violent crime: a multilevel study of collective efficacy.” *New York: Science*, vol. 277, p.918-24, 1997.

doi:10.1126/science.277.5328.918

SOARES, J. F.; ALVES, M. T. G.. Efeitos de escolas e municípios na qualidade do ensino fundamental. *Cadernos de Pesquisa*, v. 43, n. 149, p. 492–517, maio 2013.

SOARES, JE, Rigotti, JIR, Andrade, LT. As desigualdades socioespaciais e o efeito das escolas públicas de Belo Horizonte. In: LCQ Ribeiro & R. Kaztman (Eds.). **A Cidade contra a Escola. Segregação urbana e desigualdades educacionais nas grandes cidades da América Latina**. Rio de Janeiro: LetraCapital; FAPERJ, IPPES, 2008.

TORRES, HG, Bichir, RM, Gomes, S., Carpim, TRP. Educação na periferia de São Paulo: ou como pensar as desigualdades educacionais? In: LCQ Ribeiro & R. Kaztman (Eds.). **A Cidade contra a Escola. Segregação urbana e desigualdades educacionais nas grandes cidades da América Latina**. Rio de Janeiro: LetraCapital; FAPERJ, IPPES, 2008.

Capítulo 2

A dimensão institucional das desigualdades educacionais

Ana Carolina Salustiano¹⁴

1. Introdução

A desigualdade educacional é um fenômeno fundamental na compreensão da organização do sistema de estratificação moderno. Os principais mecanismos que atuam na durabilidade do fenômeno foram mapeados por diversas correntes teóricas que tratam desde as teorias da reprodução e suas principais contribuições na análise da imobilidade social, até as teorias do efeito escola, um conjunto de análises que lança luz sobre os processos que se passam no interior da escola, com capacidade de redução dos efeitos da origem social.

A análise sobre o efeito da instituição se desenvolveu na sociologia da educação, sobretudo, a partir da década de 1970. As pesquisas educacionais se abriram para outras perspectivas, incorporando novos objetos e novas

¹⁴Ana Carolina Moura Salustiano é formada em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, mestre em Sociologia pelo PPGS/UFF. Tem experiência na área de sociologia da educação, com ênfase em sociologia da educação. E-mail: anacmsalustiano@gmail.com.

metodologias, passando a valorizar abordagens microssociais até então pouco usuais nessa área de conhecimento. O foco dos estudos é transferido para o contexto e os processos escolares e o interesse volta-se para dentro da escola. Além dos já conhecidos surveys, foram incorporados os estudos de caso, especialmente em instituições que obtinham resultados excepcionais nas avaliações educacionais. Durante os anos 1980, os trabalhos voltados para os estabelecimentos de ensino se multiplicaram, impulsionados pelas reformas educacionais que ocorreram nos principais países produtores de pesquisas, tornando as escolas mais autônomas e menos homogêneas entre si.

As pesquisas sobre efeito-escola destacam quais as características da instituição escolar que influenciam o desempenho de seus alunos. Entende-se por efeito-escola o quanto um determinado estabelecimento escolar é capaz de acrescentar ao desempenho escolar do aluno, por meio de suas políticas e práticas pedagógicas. Mesmo que as características da escola não consigam explicar todas as variações de desempenho escolar, elas constituem um fator significativo, especialmente no Brasil, onde há uma forte relação entre condições de escolarização e classe social (Brooke; Soares, 2008; Torrecilla, 2008; Vargas, 2009).

Este trabalho tem como objetivo identificar a relação entre a organização acadêmica da escola, seus arranjos institucionais e o conhecimento e percepção dos estudantes a respeito de uma possível mudança nas práticas escolares colocada em pauta pelo programa Escola Sem Partido (ESP). O

Escola Sem Partido é um movimento político que defende a neutralidade ideológica nas salas de aula e que ganhou vulto na primeira década do século XXI estabelecendo, entre outros, uma mudança na atuação da dinâmica em sala de aula a partir de uma série de mecanismos que retiram a autonomia pedagógica e a possibilidade de crítica docente sob o argumento de neutralidade profissional, com impactos significativos na formação dos estudantes.

Uma vasta literatura vem sendo produzida com o objetivo de desvendar o conteúdo do ESP, suas intenções e consequências no campo educacional e na sociedade de uma maneira geral. É possível encontrar inúmeras pesquisas considerando o que pensam os professores sobre o movimento e como a propagação de suas ideias têm impactado a prática docente, enquanto trabalhos que partem da perspectiva dos estudantes são pouco comuns.

Nessa direção, a pesquisa se debruça sobre a percepção dos estudantes a partir de pesquisa de campo desenvolvida em três colégios de nível médio, pertencentes à rede estadual de ensino do Rio de Janeiro. Nestas unidades, foram realizados debates em salas de aulas sobre o ESP e o projeto de lei que visa sua implementação na educação nacional. Além do debate, os estudantes produziram redações sobre a temática, criando um material de referência para a análise dos dados.

A hipótese da pesquisa é de que estudantes de escolas que reúnem um maior conjunto de características consideradas eficazes teriam mais chances de ter informações sobre o Programa Escola Sem Partido, assim como ter um

posicionamento crítico diante dele, porque o acesso à informação de qualidade é um dos elementos que compõem a noção de escola eficaz.

A seguir, apresento o modelo teórico que servirá de análise para os dados levantados ao longo da pesquisa. As análises sobre o efeito escola lançam luz sobre os processos que se passam no interior da escola, destacando os fatores escolares com impacto na eficácia escolar que com mais frequência têm sido elencados pela literatura internacional e nacional especializada. Essas são dimensões importantes da eficácia escolar e, conforme será demonstrado, com efeitos significativos no processo de ensino e aprendizado. A seção apresenta ainda os fatores intraescolares que possibilitaram conhecer as características estruturais dos colégios selecionados, sua organização e dinâmica internas.

A última seção é voltada para apresentar os resultados da pesquisa de campo desenvolvida em três colégios de nível médio, pertencentes à rede estadual de ensino do Rio de Janeiro, onde atuo desde 2014 como professora de Sociologia. As conclusões do trabalho indicam que a escola que reúne o maior número de características das escolas eficazes é também aquela na qual os estudantes possuem maior conhecimento sobre o ESP, confirmando a hipótese inicial da pesquisa. No entanto, as similaridades observadas quanto ao posicionamento sobre adoção do programa indicam que os efeitos das escolas eficazes podem não ser tão determinantes quanto a percepção da informação adquirida.

2. Fatores extraescolares e intraescolares: caracterizando as escolas e seu contexto a partir do modelo teórico da escola eficaz

A busca por identificar os efeitos da escola, isto é, fatores escolares capazes de influenciar o desempenho dos alunos, a fim de compreender o que torna algumas escolas mais eficazes que outras, mesmo em contextos socioeconômicos muito semelhantes, é um ponto crucial para a promoção de mudanças nas escolas e a oferta de ensino de qualidade. No entanto, definir as causas e características das escolas eficazes não é das tarefas mais fáceis. Soares (2004) pondera que não se pode atribuir a nenhum fator isolado a garantia de eficácia escolar. O bom desempenho estaria associado a um conjunto de fatores dependentes uns dos outros. Dessa forma, fatores externos e internos conjugados contribuem para o bom funcionamento das escolas.

As influências externas são aquelas sob as quais não se tem controle, mas que exercem grande impacto nas relações vivenciadas nos espaços escolares e, conseqüentemente, no processo de ensino-aprendizagem. Soares (*ibidem*) argumenta que para a maioria das escolas, a sua localização determina o tipo de aluno que será atendido, assim como os recursos materiais e humanos com os quais contará. Logo, o primeiro passo para compreender uma escola deve ser conhecer sua realidade “geográfica”.

Nas últimas décadas foram desenvolvidos estudos que partiram do argumento de que a desigual distribuição da

população no espaço urbano produz efeitos sobre as condições objetivas e subjetivas que influenciam os resultados escolares, principalmente em crianças e adolescentes de camadas sociais mais vulneráveis residentes em regiões pobres e segregadas. Esses estudos indicam que a organização do espaço urbano tem importância nas trajetórias escolares, especialmente porque a distribuição desigual de recursos sociais e de equipamentos urbanos pode facilitar ou dificultar o acesso a oportunidades educacionais (Ribeiro; Koslinski; Alves; Lasmar, 2010). Nesse sentido, a seguir, apresento as unidades que foram pesquisadas a partir da descrição de suas principais características institucionais e da inserção na cidade de cada uma delas.

3. Organização social do território e distribuição das oportunidades educacionais

As instituições de ensino que fizeram parte da pesquisa estão vinculadas à Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC). São três colégios, cada um com uma organização administrativa e pedagógica singulares. O Colégio Estadual Beth Carvalho¹⁵ oferece o curso normal em período integral e o ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos (EJA) durante a noite. A instituição está localizada próxima a uma comunidade no município de Nilópolis. Recebe tanto alunos deste município, quanto de municípios vizinhos,

¹⁵ Os nomes dos colégios foram alterados para preservar o anonimato das unidades pesquisadas.

como Mesquita e Rio de Janeiro, particularmente dos bairros de Anchieta, Ricardo de Albuquerque e Guadalupe.

Os alunos, de modo geral, estão na faixa etária adequada à série. Em menor número, encontram-se alunos que já concluíram o ensino médio regular e agora buscam o curso normal como uma possibilidade de inserção no mercado de trabalho. O público do curso normal é majoritariamente feminino. Essa escola tem como peculiaridade o desenvolvimento de muitas atividades artísticas, como dança e teatro, além de contar com uma banda musical.

O Colégio Estadual Cássia Eller oferece ensino médio regular e funciona em três turnos. Localizado em Bangu, em uma região de fácil acesso, é cercado por muitas comunidades chefiadas por grupos criminosos diferentes, conformando um cenário de constantes conflitos violentos. As operações policiais e disputas de facções criminosas por vezes afetam o colégio, não por sua localização, mas porque muitos alunos são provenientes de comunidades e quando há esse tipo de situação não conseguem se deslocar até a escola.

A escola atende principalmente alunos dos bairros de Bangu, Realengo e Senador Camará. Nos últimos anos tem recebido muitos alunos oriundos de escolas particulares, tornando o público atendido mais diversificado. Durante o período diurno, dificilmente encontramos alunos com mais de 18 anos, pois esses, geralmente, estudam à noite. Um diferencial da escola é o quantitativo de passeios que são realizados. Atividade muito importante considerando as

dificuldades que muitos alunos possuem em circular pela cidade e ter acesso a equipamentos culturais.

O Colégio Estadual Elza Soares, situado em Realengo, mais precisamente na área de um conjunto habitacional, funciona somente no turno da noite, é o que chamamos de escola compartilhada porque durante o dia atende a rede municipal de ensino do Rio de Janeiro. Os alunos são moradores dos arredores da escola, principalmente desse conjunto habitacional. O turno da noite, tradicionalmente, era frequentado por alunos maiores de idade e/ou trabalhadores, mas devido à falta de vagas para o ensino médio na região a escola recebe muitos estudantes menores de idade. Os alunos maiores de idade, geralmente, frequentam a Educação de Jovens e Adultos (EJA), onde encontramos estudantes tanto na faixa dos 20 anos, quanto na faixa dos 60 anos.

O público é bastante diversificado, composto principalmente por trabalhadores, pessoas que por algum motivo precisaram interromper os estudos e retornaram buscando uma melhor colocação no mercado de trabalho ou uma forma de realização pessoal. O colégio, na modalidade EJA, oferece apenas o ensino médio, que, ao invés de três anos, como no regular, tem a duração de 2 anos divididos em 4 módulos semestrais. O horário noturno é reduzido em todas as unidades estudadas, porém no Elza Soares esse horário é ainda mais reduzido, impactando a interação da comunidade escolar.

As três unidades escolares apresentam distintos formatos organizacionais. No entanto, no que se refere ao nível socioeconômico as escolas se assemelham, o que é um fator

central para testar o efeito-escola das unidades. Os três colégios foram classificados no Grupo 3 do Indicador de Nível Socioeconômico das Escolas - INSE (Inep, 2015). O Instituto descreve o nível socioeconômico 3 da seguinte maneira:

Neste, os alunos, de modo geral, indicaram que há em sua casa bens elementares, como uma televisão em cores, um rádio, uma geladeira, um telefone celular, dois quartos e um banheiro; bens complementares, como videocassete ou DVD, máquina de lavar roupas, computador e possuem acesso à *internet*; não contratam empregada mensalista ou diarista; a renda familiar mensal está entre 1 e 1,5 salários mínimos; e seu pai e sua mãe (ou responsáveis) possuem ensino fundamental completo ou estão cursando esse nível de ensino. (Inep, 2015).

Desse modo, é possível isolar o nível socioeconômico como fator de influência no desempenho dos estudantes e olhar para a influência dos fatores externos e internos à escola na conformação do efeito escola.

Os três colégios estaduais estudados estão situados na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, dois em bairros vizinhos na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro e o terceiro, não muito distante, no município de Nilópolis. A região metropolitana do Rio de Janeiro é marcada por grandes contrastes sociais e desigual distribuição de infraestrutura, bens e serviços. Os investimentos estão concentrados, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, em seu núcleo, o que significa que quanto mais afastado do centro da metrópole

piores são as condições de vida. A ocupação e expansão do território metropolitano tem como característica a contínua exclusão da população de baixa renda das áreas centrais da cidade do Rio de Janeiro rumo às periferias e franjas urbanas (Câmara Metropolitana do Rio de Janeiro, 2018).

Estudos sobre a organização da região metropolitana do Rio de Janeiro (Preteceille; Ribeiro, 1999; Ribeiro, 2000; Ribeiro; Lago, 2000) tiveram como principal contribuição demonstrar que a distribuição da população pelo território não é aleatória, mas reproduz as linhas de divisão da sociedade fluminense. Enquanto algumas regiões, como a Zona Sul, possuem ampla oferta de transporte público, acesso à água e esgoto praticamente universal, dentre outras características urbanísticas importantes para o bem-estar de seus moradores, outras regiões padecem com a total ou parcial ausência dessas condições. Na Zona Oeste e Baixada Fluminense, onde estão situados os colégios estudados, concentram-se a população de renda mais baixa, os menores índices de desenvolvimento humano e escassez de equipamentos urbanos.

Os colégios Cássia Eller e Elza Soares estão localizados na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. Antiga área agrícola da cidade, sua ocupação foi impulsionada pela construção da linha férrea na segunda metade do século XIX, ligando o Centro à Zona Oeste (Ramal Santa Cruz). A partir da década de 1960, período em que houve uma expansão de indústrias na região, essa ocupação foi intensificada. Na década seguinte, proliferaram conjuntos habitacionais destinados a famílias de baixa renda, especialmente aquelas removidas de favelas

localizadas em áreas mais valorizadas da Zona Sul e do Centro (De Oliveira, 2017). Dados do Censo 2010 indicam um crescimento populacional de até 150% nos bairros da região na primeira década de 2000, o que demonstra que a Zona Oeste permanece em franca expansão (G1, 2011). No entanto, esse processo de adensamento populacional, desde o começo, nunca foi acompanhado da infraestrutura urbana necessária para atender uma ampla parcela dos novos moradores.

O Colégio Estadual Cássia Eller está localizado no bairro de Bangu, um dos maiores e mais populosos bairros da cidade do Rio de Janeiro, famoso pelo calor excessivo, pelo time de futebol e pelo Complexo Penitenciário de Gericinó. Possui um expressivo comércio de rua, supermercados, bancos, hospitais, estabelecimentos de ensino, da educação básica à educação superior, bares, restaurantes e clubes recreativos. O bairro conta com a Lona Cultural Hermeto Pascal, onde são realizadas atividades culturais gratuitas ou a preços populares e um shopping equipado com 6 salas de cinema e um teatro.

Situado no bairro de Realengo temos o Colégio Estadual Elza Soares. A atividade comercial em Realengo não é tão desenvolvida e diversificada quanto em Bangu. Na região central do bairro estão localizadas duas universidades privadas e um campus do IFRJ - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, além de uma unidade do Colégio Pedro II. A Lona Cultural Gilberto Gil, o Espaço Cultural Arlindo Cruz e o Espaço Cultural Viaduto de Realengo são os principais promotores de atividades culturais na região.

Já o Colégio Beth Carvalho fica em Nilópolis, na Baixada Fluminense. O processo histórico de ocupação da Baixada foi desde os primórdios ditado pelos interesses econômicos e políticos do então Distrito Federal, atual metrópole do Rio de Janeiro. Por sua localização, se constituiu como zona de passagem entre o porto do Rio de Janeiro e o interior de Minas Gerais. No século XX, a região passou a ser ocupada pela população mais pobre, especialmente migrantes, que já não tinha como se estabelecer na Capital. A ocupação acelerada sem estrutura urbana, a partir da década de 1930, deixou as marcas do descaso dos poderes públicos em seu território, visíveis até hoje (Albuquerque, 2021; Pieve, 2019).

Apelidada de “princesinha da Baixada”, a cidade possui o mais alto IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) da Baixada Fluminense: 0,753. Devido ao baixo dinamismo econômico, Nilópolis encontra dificuldade em reter a mão de obra local. Dados do Censo de 2010 mostram que 52% dos trabalhadores que residem no município trabalham em outras cidades (Albuquerque, Ribeiro, 2020).

As informações levantadas quanto ao contexto social das instituições, somadas a classificação dos colégios de acordo com o INSE, contribuíram para melhor identificar o perfil socioeconômico que fez parte da pesquisa. Dando prosseguimento à caracterização dos estabelecimentos de ensino, serão abordados os fatores intraescolares que possibilitarão conhecer as características estruturais dos colégios, sua organização e dinâmica institucionais.

4. Abrindo a caixa preta das escolas

As características estruturais se referem aos fatores intraescolares, aqueles em que há a possibilidade de serem modificados pela ação institucional interna, se colocando em outra dimensão dos fatores que foram analisados anteriormente. O prédio de uma escola é o seu principal recurso físico, assim como os equipamentos que dispõe e as respectivas condições de uso.

Nesse quesito, o Colégio Estadual Elza Soares possui uma característica peculiar, que é ter seu espaço compartilhado com outra escola. De modo geral, o prédio encontra-se em bom estado de conservação, com paredes pintadas e sem pichações. Os ambientes mais precários são os banheiros tanto dos alunos quanto dos professores. São 12 salas de aula que contam apenas com ventiladores, fazendo com que professores e estudantes sofram com o calor. O prédio de três andares tem pátio coberto, quadra poliesportiva coberta e auditório. O colégio dispõe ainda de sala de vídeo, biblioteca e um laboratório de informática, com 4 computadores para uso dos alunos. No entanto, durante os cinco anos que trabalhei no colégio não tive a oportunidade de conhecer a biblioteca, a sala de vídeo e o laboratório de informática, nem observar seus usos.

O espaço físico do Colégio Estadual Beth Carvalho é bem amplo, conta com área verde, pátio coberto, quadra poliesportiva, refeitório, auditório, biblioteca, laboratório de informática, sem condições de uso. A instituição possui três

salas com recursos multimídias, sala de dança, sala de artes, sala para a banda musical, além de uma sala com recursos especializados para formação de professores. São 18 salas de aula distribuídas por três andares no prédio principal. São salas espaçosas e bem arejadas, porém, não estão equipadas com ar-condicionado, o que incomoda bastante professores e alunos. Todos os espaços da instituição são limpos e bem cuidados, não há paredes sujas, pichadas, as carteiras escolares estão bem conservadas.

O prédio do Colégio Estadual Cássia Eller passou por uma grande reforma entre os anos de 2008 e 2012. A reforma verticalizou o espaço escolar e deixou apenas algumas árvores nos fundos do colégio, uma vez que o prédio toma quase que por completo o terreno da unidade. Um diferencial do prédio é a acessibilidade. O colégio possui 20 salas de aula, equipadas com aparelhos de ar-condicionado. Possui uma quadra poliesportiva e pátio cobertos, banheiro com chuveiro, auditório, biblioteca, refeitório, sala de vídeo, laboratório de ciências e laboratório de informática, equipado com 23 computadores, que não são utilizados pela comunidade escolar. A unidade possui algumas dificuldades quanto à conservação de seu patrimônio, como, por exemplo, as carteiras escolares. Os banheiros dos alunos no segundo andar encontram-se em péssimas condições.

Quanto aos recursos didáticos, devemos refletir não apenas sobre sua existência, mas considerar a sua utilização. Soares (2004) atribui ao livro didático especial destaque enquanto recurso pedagógico. No Brasil, as escolas públicas da

educação básica contam com o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), que distribui livros didáticos para alunos e professores de forma sistemática, regular e gratuita. A experiência com a utilização dos livros didáticos nos colégios aqui estudados enfrenta algumas dificuldades. No ano de 2019, as três instituições sofreram com a escassez de livros didáticos em diversas disciplinas.

De modo geral, os livros didáticos não são amplamente utilizados nas três escolas. A maior dificuldade para utilização dos livros é encontrada no Colégio Estadual Elza Soares, pois não há interesse em incentivar seu uso nem pela equipe diretiva, nem pelos professores. Esta instituição também é a que sofre com maior escassez de recursos pedagógicos. Embora conte com recursos audiovisuais, o uso do auditório, equipado com projetor, notebook e caixas de som, fica restrito a palestras e reuniões de pais e professores.

Dentre as unidades escolares estudadas, o Colégio Beth Carvalho é o que conta com a maior gama de recursos. As três salas multimídias possuem *Smart* TVs, caixas de som, notebook e internet banda larga. No Colégio Estadual Cássia Eller, o auditório é utilizado com frequência pelos professores para passar vídeos, realizar palestras, projetos e apresentação de trabalhos, além de ser utilizado pela direção para reuniões. O auditório é equipado com computador, caixas de som e projetor multimídia.

A biblioteca do Beth Carvalho, possui um acervo de livros considerável, mas como nos lembra Soares (2004), para ter efeito positivo é necessário que os alunos utilizem os

recursos disponíveis. E isto ocorre na instituição, os estudantes utilizam a biblioteca para ler, fazer trabalhos e pegar livros emprestados. Atualmente, a biblioteca possui um agente de leitura e um professor articulador. A localização da biblioteca é estratégica, pois fica no pátio, aos olhos de todos os alunos. No Colégio Estadual Cássia Eller, a localização da biblioteca não ajuda muito, fica no 3º andar e o espaço não é muito frequentado pelos alunos. Conta com duas agentes de leitura que se revezam durante a semana. No Colégio Elza Soares a biblioteca não é utilizada e não possui um funcionário responsável.

Ao analisarmos o quadro de funcionários de cada instituição concluímos que o C. E. Beth Carvalho é a instituição que possui a menor carência de pessoal. Principalmente, no que se refere ao número de funcionários de apoio. A escola possui 4 inspetores escolares e 3 coordenadores de turno, enquanto no Colégio Cássia Eller há apenas um funcionário exercendo essa função, embora esta unidade possua aproximadamente o dobro de alunos que o Beth Carvalho. O trabalho desses profissionais é imprescindível para a organização escolar, pois a ausência desses ou o número insuficiente sobrecarrega a equipe pedagógica, diretiva e/ou de limpeza, que são os profissionais que acabam assumindo a função.

No C. E. Cássia Eller, outro problema é o fato de que a unidade conta apenas com uma orientadora educacional para 1.673 alunos, o que torna inviável a realização de um bom trabalho, considerando que a principal atribuição deste

profissional é o acompanhamento dos estudantes. No C.E. Elza Soares, não há nenhum orientador educacional, nem agente de leitura e o trabalho de inspetor escolar é exercido por uma funcionária terceirizada da limpeza.

Soares (2004) argumenta que a administração escolar deve ser feita com profissionalismo, com base no conhecimento acumulado na área. A atual direção do Colégio Elza Soares é a única entre os colégios tratados aqui que não foi indicada pela comunidade escolar. O estabelecimento sofre com a rotatividade de diretores. O diretor geral assumiu a instituição, de forma interina, no segundo semestre de 2019, por meio da indicação da SEEDUC, após a desistência do diretor anterior.

De modo geral, as direções não apresentam problemas em suas gestões, cumprindo com as determinações da SEEDUC e mantendo boa relação com a comunidade escolar e com as diretorias regionais. Soares (ibid.) considera que a principal função da direção escolar é facilitar o trabalho docente. O autor relaciona o sucesso da administração escolar a objetivos claramente definidos, que todos conheçam e que possam trabalhar para implementá-los.

Os professores são, em grande medida, os responsáveis pelo efeito positivo de uma escola no aprendizado de um aluno (ibid.). Sem concurso para professores desde 2014, o déficit de docentes é uma realidade crescente na rede. Para minimizar o problema, a Secretaria de Educação tem contratado professores temporários e oferecido horas extras aos professores concursados. No estado do Rio de Janeiro, além do piso

nacional do magistério não ser pago, desde 2014 não há recomposição salarial para a categoria. Esta situação faz com que os professores busquem como alternativa trabalhar por mais horas, dando um número maior de aulas, ou ainda, trabalhar em outras atividades.

A elevada carga de trabalho, consequência da precarização do trabalho docente, incide diretamente sobre a qualidade do trabalho realizado e contribui para o adoecimento físico e psicológico do profissional (Almeida, 2004). De acordo com informações apuradas no quadro de horário dos colégios e com funcionários das unidades, apenas o Colégio Cássia Eller não possui carência de professores.

As informações sobre as unidades de ensino até aqui analisadas mostram que os três colégios oferecem modalidades diferentes de ensino, que possuem tamanhos, complexidades de gestão e características estruturais distintas. Chamam atenção as diferenças quanto aos recursos disponíveis, sejam eles físicos, didáticos ou humanos,. Apenas os fatores externos, como a localização e a rede de ensino, aproximam os colégios. Considerando as características apresentadas nesta seção, conclui-se que o Colégio Estadual Beth Carvalho é a unidade escolar que reúne mais características associadas a uma escola eficaz, especialmente pelas características estruturais da instituição, como os recursos (físicos, pedagógicos e humanos),. Na outra ponta, a instituição que reúne menos características capazes de influenciar positivamente o desempenho dos alunos é o Colégio Estadual Elza Soares. O

horário reduzido das aulas, as constantes trocas de diretores, comprometem a eficácia da escola.

5. Percepções e valores frente ao efeito escola

Na seção anterior foram descritas e analisadas as principais características internas e externas das três instituições educacionais selecionadas para esta pesquisa. Partiu-se da contextualização social e econômica, fatores que aproximam os colégios e que não podem ser modificados por eles. O mapeamento das características institucionais permitiu identificar o efeito da escola, isto é, o quanto um determinado estabelecimento escolar é capaz de acrescentar ao desempenho escolar do aluno. O argumento é de que “a escola faz diferença” e pode exercer influência sobre as oportunidades educacionais. Neste trabalho, a percepção dos estudantes sobre o Programa Escola Sem Partido (ESP) nos servirá de ferramenta para testar o efeito-escola. Temos como objetivo identificar se é possível estabelecer relações entre o tipo de instituição escolar e o conhecimento e percepção dos estudantes a respeito do programa.

O Escola Sem Partido estabelece uma mudança na atuação da dinâmica em sala de aula a partir de uma série de mecanismos que retiram a autonomia pedagógica e a possibilidade de crítica docente sob o argumento de neutralidade profissional, com impactos significativos na formação dos estudantes. O pressuposto que guiou a pesquisa é de que é de fundamental importância para os estudantes,

particularmente, e para a sociedade, de modo geral, ter conhecimento das propostas do ESP, uma vez que se trata de um programa que pretende interferir nas práticas escolares do cotidiano.

Isso porque o programa visa alterar tanto o currículo quanto as práticas docentes, através da censura e da criminalização, sob o pretexto de combater a contaminação ideológica e político-partidária que teria tomado conta da educação brasileira. Por trás da tentativa de mudança, está a ameaça a escola pública enquanto espaço de formação cidadã e de respeito à diversidade e convívio democrático. O controle sobre o que pode ou não pode ser ensinado e aprendido representa uma negação ao conhecimento daqueles que necessitam do espaço escolar para ter acesso a informações que, de outra forma, seriam pouco viáveis.

Entre os professores, há relatos de autocensura com receio de passar por algum constrangimento com os alunos. Geralmente, o tema ESP é abordado em tom jocoso pelos professores com frases do tipo “o “escola sem partido” vai vir atrás de você” ou “depois é acusado de doutrinação e não sabe o porquê”. No intuito de conhecer a percepção dos estudantes e o volume de informações que detinham acerca do ESP, foram realizados debates e produzidas redações acerca do tema. A atividade foi aplicada em diferentes turmas de diferentes séries nos colégios Beth Carvalho, Cássia Eller e Elza Soares.

Antes de iniciar a atividade expliquei às turmas que o debate fazia parte do levantamento de dados para a minha pesquisa de mestrado e que eu gostaria de ouvir a opinião

sincera deles sobre o tema, não havendo respostas certas ou erradas. Informei que eu iria apenas fazer perguntas e evitaria me posicionar sobre o assunto com a intenção de saber a percepção deles sobre o programa. Os alunos demonstraram disposição em colaborar e ficaram empolgados com a atividade.

O debate foi realizado em uma semana e a redação na semana seguinte. Durante o debate não forneci informação sobre o ESP, embora os questionamentos por parte dos alunos fossem muitos. Na aula seguinte, antes de iniciarem a redação, foi feita uma leitura em voz alta do texto “Projeto escola sem partido: Argumentos contra e a favor” retirado do site “Politize!”. Após a leitura, coloquei no quadro uma espécie de roteiro com perguntas acerca do conhecimento e do posicionamento dos estudantes sobre o Escola Sem Partido. E reforcei que não havia respostas certas ou erradas, que deveriam escrever a opinião deles.

No C. E. Beth Carvalho foram entregues 122 redações. Em 60 redações os alunos responderam já ter ouvido falar sobre o ESP, 45 alunos responderam que nunca tinham ouvido falar e 17 não responderam à pergunta. Quanto ao posicionamento dos alunos em relação ao ESP, 36 alunos afirmaram ser favoráveis ao ESP, enquanto 40 disseram ser contra. A maioria, 46 alunos, não se posicionou nem a favor nem contra o Programa, sendo a principal justificativa a falta de conhecimento para formar uma opinião. Outros, que também não afirmaram ser a favor ou contra o Programa, argumentaram concordar em parte, apenas com alguns pontos,

e discordar de outros. Independente de concordarem ou não com o Programa Escola Sem Partido, a questão que mais vezes foi levantada nas redações se refere à liberdade de expressão.

No Colégio Estadual Cássia Eller foram entregues 113 redações. Em 70 destas, os alunos informaram não terem escutado falar do ESP em nenhuma outra ocasião, a metade, 35 alunos, escreveram que já tinham escutado falar sobre o assunto, 8 alunos não responderam essa informação. Quando perguntados se eram a favor ou contra o ESP, 50 responderam ser a favor, 33 se colocaram contra e 30 disseram não ser a favor nem contra.

Nesta unidade o argumento mais utilizado a favor da implementação do Programa Escola Sem Partido foi poupar o tempo de aula, os alunos acham que não é correto “perder” tempo de aula para debater assuntos que não estejam previstos no currículo. Em muitas redações foram escritas frases como: *“o professor deve utilizar o tempo de aula para dar a matéria”*; *“o tempo que estamos discutindo estamos perdendo mais aprendizado da matéria do professor”*. Alguns estudantes defenderam ainda que *“Debates políticos em sala de aula atrapalham o andamento normal da aula e tiram o foco principal que é o ensino e o aprendizado”*.

No Colégio Estadual Elza Soares foram entregues 35 redações, das quais 18 alunos disseram nunca ter ouvido falar do ESP, 11 escreveram já ter ouvido sobre o assunto e 6 alunos não responderam a essa pergunta. 14 alunos se posicionaram a favor do Programa Escola Sem Partido, 10 alunos disseram ser contra e 11 alunos disseram não ser a favor nem contra. Nesta

unidade escolar, aqueles que disseram concordar com o projeto levantaram em sua defesa a necessidade do professor ser “neutro”, para não influenciar, manipular ou constranger os estudantes e para evitar brigas em sala de aula por opiniões divergentes. Outro motivo apresentado em prol do ESP foi evitar que os alunos sejam prejudicados por discordarem do professor, *“pois em alguns casos, alunos não conseguem expor suas opiniões sem que sejam prejudicados em diversas situações na qual o professor discorda da opinião do aluno”*.

No colégio Beth Carvalho, 49% dos estudantes afirmaram já ter ouvido falar sobre o Escola Sem Partido, 37% afirmaram não ter conhecimento do tema e 14% não responderam a essa pergunta. A relação se inverte nos colégios Elza Soares e Cássia Eller, onde a maioria dos estudantes declara nunca ter ouvido falar do Escola Sem Partido. No Elza Soares, apenas 31% afirmam ter ouvido falar sobre o programa, enquanto 51% responderam negativamente e 17% não responderam. O percentual de estudantes que disseram ter ouvido falar sobre o ESP é o mesmo no Cássia Eller 31%; a maioria, 62%, informou que nunca ouviu falar sobre o tema e 7% não apresentaram a informação.

No que se refere ao posicionamento dos alunos em relação ao ESP, o colégio Beth Carvalho apresentou porcentagens de alunos favoráveis e contrários ao ESP muito próximas, 30% e 33%, respectivamente. Enquanto 38% preferiram não se posicionar. Nos colégios Elza Soares e Cássia Eller, 29% afirmaram ser contrários ao programa. No Elza Soares, 40% afirmaram ser favoráveis; já no Cássia Eller,

44% se posicionaram desse modo. As porcentagens de alunos que não se posicionaram foram de 31% e 27%, respectivamente. Assim sendo, ao comparar os três colégios quanto ao posicionamento, observa-se que o percentual de alunos contrários ao Programa é muito próximo nas três unidades de ensino. Logo, pode-se concluir que não é possível estabelecer relações entre as características da instituição escolar e o posicionamento dos estudantes referente ao ESP, com base nas informações levantadas nesta pesquisa.

Foi possível observar algumas diferenças entre os argumentos utilizados pelos estudantes que se dizem favoráveis ao programa. No C.E. Beth Carvalho, o argumento é de que a neutralidade docente daria maior autonomia e independência para os alunos construírem sua própria percepção acerca dos conteúdos abordados pelo currículo. E, ainda, que a neutralidade docente evitaria discussões e brigas em sala de aula. Já no colégio Cássia Eller a questão do tempo é acionada em maior número pelos estudantes, que alegam não ser adequado perder tempo de aula com conteúdos não previstos no currículo. No Elza Soares há um temor de que, se o estudante apresentar posição divergente ao professor, possa ser prejudicado em suas notas ou reprovar ao final do ciclo. A questão de gênero e de sexualidade apareceu com maior força entre os estudantes do EJA, que afirmam que a “ideologia de gênero” não deveria ser assunto do cotidiano escolar.

A questão da liberdade de expressão segue presente nas redações dos estudantes do C.E. Beth Carvalho, mesmo para aqueles que são contrários ao ESP. Nesse caso, a liberdade de

expressão é tida como benéfica tanto para a prática docente quanto para o aprendizado dos estudantes. No colégio Cássia Eller, o descontentamento com o movimento diz respeito à censura imposta aos docentes e ao impedimento de acesso ao conhecimento que geraria esse tipo de conduta. No C.E. Elza Soares, o posicionamento contrário ao ESP vai na direção da manutenção da liberdade de expressão no trato dos mais diversos assuntos em sala de aula.

6. Considerações finais

Esta pesquisa descreveu e analisou as principais características internas e externas de três instituições públicas do ensino médio de modo a identificar os fatores escolares associados ao desempenho dos alunos. Partiu-se da contextualização social e econômica, das influências do contexto externo às instituições, enfatizando sua realidade geográfica e a rede de ensino a qual pertencem, fatores que aproximam os colégios e que não podem ser modificados por eles. Entretanto, foi demonstrado que as maneiras como os colégios lidam com tais fatores não são as mesmas. A organização e as dinâmicas internas dos três colégios apresentam muitas peculiaridades, notadamente no que se refere à gestão, à organização acadêmica e aos arranjos institucionais.

O Colégio Estadual Beth Carvalho é a unidade escolar que reúne mais características associadas a uma escola eficaz, especialmente pelas características estruturais da instituição,

como os recursos (físicos, pedagógicos e humanos), a administração e o clima acadêmico favorável. Na outra ponta, a instituição que reúne menos características capazes de influenciar positivamente o desempenho dos alunos é o Colégio Estadual Elza Soares.

Ao analisar as respostas dos alunos comparando as escolas em relação ao conhecimento e percepção destes sobre o ESP, foi possível observar mais similaridades do que diferenças nos resultados. No C. E. Beth Carvalho um maior número de alunos declarou ter conhecimento sobre o Escola Sem Partido em comparação aos colégios Cássia Eller e Elza Soares. Esse dado confirma a hipótese de que os estudantes de escolas que reúnem o maior conjunto de características consideradas eficazes teriam mais chances de ter informações sobre o Programa, uma vez que o Beth Carvalho foi a unidade que em comparação às demais escolas desta pesquisa reuniu mais características de escolas consideradas eficazes.

No entanto, se foi possível estabelecer a relação entre a eficácia escolar e o acesso a um determinado tipo de informação, coloca-se em questão o motivo pelos quais colégios com características institucionais tão distintas, como o Cássia Eller e o Elza Soares, terem o mesmo percentual de estudantes que informaram já ter ouvido falar do ESP. Desse modo, faz-se necessário maiores investigações a fim de esclarecer as possíveis relações entre o conhecimento e a percepção acerca do mundo social e o tipo de instituição escolar.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Enderson Alceu Alves. Baixada Fluminense, uma Periferia por Excelência. Londrina: **Geografia**, v. 30, n. 1. p. 63-83, jan. 2021.

ALBUQUERQUE, Enderson Alceu Alves; RIBEIRO, Miguel Ângelo. As desigualdades socioespaciais na periferia Metropolitana: o exemplo do município de Nilópolis (RJ). **Periferia**, v. 12, n. 2, p. 228-255, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/periferia/article/view/48383/35357>. Acesso em: 11 ago. 2024.

ALMEIDA, Maria Izabel de. Docentes para uma educação de qualidade: uma questão de desenvolvimento profissional. Curitiba: **Educar**, Editora UFPR, n. 24, p. 165-176. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/H9DpQvyc3cPgPV98BTdvnxt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 ago. 2024.

BROOKE, Nigel; SOARES, José Francisco (org.). **Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetória**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

CÂMARA METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO. **Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (PDUI/RMRJ)**, 2018. Disponível em: <https://www.modelarametropole.com.br/wp-content/uploads/2018/09/Produto-18-Tomo-1.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2021.

DE OLIVEIRA, Maria Amália Silva Alves. Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro: entre o rural e o urbano. Porto Alegre: **Illuminuras**, v. 18, n. 45, p. 325-349, ago./dez., 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/79137/45972>. Acesso em: 11 ago. 2024.

G1. **Bairros na Zona Oeste do Rio crescem até 150% em uma década, diz IBGE**. 1º jul. 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/07/ibge-bairros-na-zona-oeste-do-rio-crescem-ate-150.html>. Acesso em: 27 mar. 2021.

INEP. Ministério da Educação. **Nota técnica.** Indicador de nível Socioeconômico (Inse) das escolas. Brasília – DF: 2015. Disponível em: https://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/indicadores_educacionais/2015/nota_tecnica/nota_tecnica_inep_inse_2015.pdf. Acesso em: 27 mar. 2021.

PRETECEILLE, Edmond; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Tendências da segregação social em metrópoles globais e desiguais: Paris e Rio de Janeiro nos anos 80. **EURE** - Revista de Estudios Urbano Regionales, v. 25, n. 76, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/XqgGVh8xnWyTqY4dD6fZqBS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 ago. 2024.

PIEVE, Stella Maris Nunes. Baixada Fluminense: notas preliminares sobre sentidos e identidades de uma região. *In*: Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ENANPUR), XVIII, 2019, Natal. **Anais do XVIII Encontro Nacional da Associação de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional: tempos em/de transformação - utopias.** Natal: 2019.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (org.). **O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade.** Rio de Janeiro: Editora Revan/FASE, 2000.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; LAGO, Luciana Corrêa do. A oposição favela-bairro no Rio de Janeiro. **São Paulo em Perspectiva**, ano 14, v. 1, 2001.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; KOSLINSKI, Mariane C.; ALVES, Fátima; LASMAR, Cristiane. **Desigualdades Urbanas, Desigualdades Escolares.** Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles: IPPUR/UFRJ, 2010.

SOARES, José Francisco. O efeito da escola no desempenho cognitivo de seus alunos. **REICE** - Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en educación, v. 2, n. 2, 2004.

SOUZA, Isabela; CHAGAS, Inara. **Escola sem Partido: entenda a polêmica.** Politize!, 28 nov. 2018. Disponível em:

<https://www.politize.com.br/escola-sem-partido-entenda-a-polemica/>.
Acesso em: 11 ago. 2024.

TORRECILLA, Francisco Javier Murillo. Um panorama da pesquisa ibero-americana sobre a eficácia escolar. *In*: BROOKE, Nigel; SOARES, José Francisco (org.). **Pesquisa em eficácia escolar**: origem e trajetórias. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

VARGAS, Michely de Lima Ferreira. Estudos sobre o funcionamento do sistema de ensino: da reprodução das desigualdades sociais ao efeito escola. **Cadernos de Educação**, n. 32, Pelotas, jan./abr. 2009.

Capítulo 3

Juristas Evangélicos e o ensino religioso no Brasil: uma análise da participação da ANAJURE no julgamento da ADI 4439/2010

Camila Gonçalves¹⁶

1. Introdução

As práticas de ativismo judicial, embora moderadamente desempenhadas pela Corte Suprema em momentos excepcionais, tornam-se uma necessidade institucional quando os órgãos do Poder Público, principalmente o Poder Legislativo, se omite ou retarda, excessivamente, o cumprimento de obrigações a que estão sujeitos. Isso é reforçado quando o Poder Judiciário, tratando-se de comportamentos estatais ofensivos à Constituição, não pode se reduzir a uma posição de pura passividade. Essa perspectiva foi incorporada no voto proferido pelo Ministro Celso de Mello sobre direitos homoafetivos (STF, 2011).

¹⁶ Camila Gonçalves é formada em Direito pela Universidade do Grande Rio, mestre em Sociologia pelo PPGS/UFRJ. Tem experiência na área de sociologia, com ênfase em política, religião, e educação. E-mail: camilagoncalvesadv@gmail.com.

As instituições religiosas sempre desempenharam um papel ativo dentro da política brasileira. A Igreja Católica, em especial, segundo Cancian (2016) teve papel fundamental durante a redemocratização do país após o regime civil-empresarial-militar. A instituição promoveu ativamente a defesa de sua teologia frente aos embates que se instalaram no legislativo e no executivo durante o período ditatorial.

Após a redemocratização e consolidação da nova Constituição Federal de 1988, outros atores sociais religiosos, que antes eram socialmente minoritários ou que não tinham uma representação política vultuosa, iniciaram paulatinamente um ativismo crescente dentro do Poder Legislativo. É assim que, de forma resumida, surge a Bancada Evangélica dentro do Congresso Nacional (Pierucci, 1989).

Seja por inépcia ou despautério, se pensou que a atuação dos evangélicos se desse somente na esfera do Legislativo ou mesmo do Executivo. Atualmente, os evangélicos são continuamente atuantes dentro do Poder Judiciário, desempenhando um ativismo crescente. Essa temática tem ganhado o foco dos estudos sociais, especialmente pela atuação ativa junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) ao longo dos últimos anos em pautas sobre direitos civis, sexualidade e gênero. São utilizados argumentos ora bíblicos, ora seculares e, ainda, “da tradição” (Vital da Cunha, 2020), trazendo na maioria das vezes o debate sobre suas divergências com a ordem política instaurada, numa contraposição entre conservadorismo e progressismo.

Foi curiosidade por entender essas mudanças políticas e sociais que dei início a uma pós-graduação na PUC-RJ que me levaria posteriormente ao mestrado no PPGS-UFF (2019-2021). Sob a orientação da professora Christina Vital, realizei a dissertação “A defesa do ensino confessional no Estado laico: um estudo sobre o posicionamento da Associação Nacional de Juristas Evangélicos (ANAJURE)”. O objetivo era analisar a participação da Associação Nacional de Juristas Evangélicos (ANAJURE) no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 4439/2010), que versou sobre o ensino religioso confessional nas escolas públicas do Brasil.

A ANAJURE foi fundada em Brasília, em 2012, por juristas evangélicos com o principal objetivo de atuar na defesa da liberdade religiosa e no apoio jurídico a igrejas evangélicas, além de se proporem a funcionar como foro de debates e discussões sobre a legislação brasileira. A associação ganhou grande protagonismo desde 2017 com o seu apoio ao então candidato à presidência Jair Bolsonaro e à agenda de combate à corrupção.

Durante o governo Bolsonaro (2018-2022), a ANAJURE gozou de grande notoriedade e esteve envolvida diretamente em debates no STF. Ela foi grande aliada da Frente Parlamentar Evangélica, sobretudo em pautas ligadas aos direitos reprodutivos das mulheres (aborto), aos direitos de pessoas LGBTQIA+ e à defesa de escolas de ensino confessional, sempre defendendo a cosmovisão cristã (ANAJURE, 2013).

Este capítulo tem como finalidade apresentar uma análise sobre o posicionamento da ANAJURE relativamente ao ensino religioso no Brasil. Isso é feito por meio do acompanhamento de sua participação como *amicus curiae*¹⁷ durante o julgamento da ADI acima referida. Para tal, o trabalho foi dividido em três partes. Na primeira, apresento a ANAJURE destacando uma das suas principais temáticas de atenção pública, a saber, a liberdade religiosa. Na segunda, é resgatado de forma breve um debate sobre ensino religioso no Brasil, de modo a introduzir a terceira parte do trabalho, dedicada à análise do ativismo jurídico contemporâneo em geral e da ANAJURE, em particular, assim como a relação do judiciário com os *amicus curiae*.

É apresentada ainda na terceira parte, a audiência pública em que foi tratada a questão do ensino religioso no Brasil, com a participação de várias entidades laicas e outras religiosas. O ativismo judicial do STF produziu situações nas quais este tribunal atuou como legislador diante de lacunas ou de omissões dos demais poderes. À guisa de conclusão, as considerações finais apontam alguns aspectos relevantes para refletir através dos dados levantados em minha pesquisa.

¹⁷ *Amicus curiae* (amigo da corte) é uma expressão latina utilizada para designar o terceiro que ingressa no processo com a função de fornecer subsídios ao órgão julgador. Com o Código de Processo Civil de 2015 (CPC/2015), tal modalidade de intervenção – cujas regras se encontravam dispersas pela legislação processual civil extravagante – foi sistematizada (STJ, 2021).

2. Breve histórico sobre a ANAJURE e sua defesa da liberdade religiosa

A ANAJURE foi fundada no ano de 2012, em Brasília, e é composta exclusivamente por juristas evangélicos. São eles: operadores do direito, integrantes do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da OAB, das Procuradorias Federais e Estaduais, assim como professores e estudantes de Direito de todo o país. A entidade foi criada com o objetivo de constituir-se como fórum nacional de discussão sobre o ordenamento jurídico brasileiro, sobre projetos de lei e propostas de políticas públicas, como fruto de movimentos e parcerias entre lideranças religiosas e operadores do direito no Brasil. Segundo relatório de atividades oficial (2012-2015) é possível conhecer as origens da associação contada pela ANAJURE:

Quando, em 2007, o Dr. Uziel Santana se encontrou com o Dr. Ênio Pereira e o Dr. Valter Vandilson para formar o movimento que culminou na instituição da ANAJURE, naquela ocasião, o Dr. Uziel foi nomeado na função de uma espécie de “Bandeirante” do movimento. A ideia era percorrer o país, falando do movimento, da necessidade do mesmo e do que estávamos dispostos a fazer pelo país e pelas igrejas. Foi, certamente, um ato de fé e profético. De fé, porque não havia condições financeiras e de tempo para isso. Profético porque, nos anos vindouros, especialmente, depois da institucionalização da ANAJURE em 2012, o Dr. Uziel acabou por se tornar realmente um bandeirante do movimento de

juristas evangélicos do país [...] Muitos dos desafios apresentados durante os primeiros anos foi exatamente como financiar as diversas atividades e projetos que nos surgiram. De início, o Dr. Uziel Santana e seus diretores o faziam com meios próprios, ainda que limitados. Depois, Deus levantou importantes patrocinadores, como as universidades Mackenzie e UniEvangélica e outras tantas instituições que hoje tem respaldado e financiado boa parte dos nossos projetos e viagens institucionais (ANAJURE, 2015, p.87-88).

De acordo com dados do relatório e do site, a associação possuía vinte membros em 2012. Cresceu para quatrocentos em 2015 e atingiu seiscentos membros em 2019 (ano em que dei início à pesquisa sistemática). Com sua base oficial em Brasília, a entidade possui coordenação estadual estabelecida em 22 unidades da federação e no Distrito Federal (DF)¹⁸, demonstrando forte organização e influência local. Além disso, possui trinta diretores nacionais e conselheiros destacados. Isso demonstra um alto nível organizacional, tendo sempre a figura de Uziel Santana como principal liderança. Em 2021, Santana se afastou do cargo de presidente da entidade para atuar na campanha de Sérgio Moro para presidência. O cenário político se alterou, mas, daquele ano em diante, a presidência da ANAJURE seguiu com a Dr^a Edna Zilli.

Os associados (membros efetivos e provisórios) realizam um pagamento mensal e têm direito a participar de eventos como cursos e pós-graduação, encontros e palestras. Para os membros, a Associação oferece ainda um clube de

vantagens válido em lojas comerciais variadas, tais como lojas de departamentos e supermercados. O baixo custo das mensalidades atrai novos membros que se alinham aos valores e à religião evangélica.

Entre seus apoiadores, encontram-se figuras de projeção política nacional como a ex-ministra Damares Alves - pastora da Igreja Batista da Lagoinha e atual Senadora da República -, André Mendonça - pastor presbiteriano e atual ministro do Supremo - e o ex-juiz e atual Senador da República, Sérgio Moro. Estes personagens se fazem sempre presentes em eventos como palestrantes ou em cursos de formação jurídica cristocêntrica com professores.

A Associação possui muitas frentes de atuação. Entre elas, o Programa de apoio Denominacional (IPAD), o Programa de Apoio a Agências Missionárias, a ANAJURE Refugees, a ANAJURE Publicações, a Revista Brasileira de Direito e Religião, a Pós-Graduação e Cursos livres, a Academia ANAJURE, o Encontro Nacional de Juristas Evangélicos (ENAJURE), o Congresso Internacional sobre Liberdades Civis Fundamentais, o Programa de Apoio a Instituições de Ensino Confessional (PAIEC), o Departamento de Inteligência e Monitoramento de Proposições legislativas e Recomendações do Ministério Público, além do “ANAJURE Eventos” e “ANAJURE Internacional”.

O tema liberdade religiosa é tão recorrente nos termos e artigos do site da ANAJURE, que se tornou a principal justificativa para as ações da Associação nas esferas em que atua. É pela “defesa da liberdade religiosa” que solicitam

participação nas ações, que tramitam no STF sobre sexualidade e gênero, aborto, união homoafetiva, ensino confessional e em prol de igrejas que foram fechadas pelo *lockdown* durante a pandemia de Covid-19.

A Associação define este tipo de liberdade da seguinte forma disponível em seu site:

É o direito que permeia não só aquilo que o fiel pratica em qualquer sinagoga, igreja ou mesquita, ou em casa durante as refeições, ou antes de dormir; é o direito de expressar sua fé em público, bem como na esfera privada, e agir de acordo com suas convicções religiosas sobre justiça e o bem comum na realização dos deveres de cidadania. Além disso, o direito à liberdade religiosa por natureza inclui o direito de deixar a comunidade religiosa cujas convicções não se compartilha mais e o direito de se filiar a uma diferente comunidade de fé, se assim alguém é levado por sua consciência. E respeito pelo direito exclui o uso da autoridade civil para punir ou impor limitações cívicas àqueles que deixam sua crença ou a mudam (GEORGE, 2013).

Seu grande desafio em 2015 foi a elaboração e a busca de apoio para aprovação no Congresso Nacional do Estatuto da Liberdade Religiosa no Brasil, proposto no Projeto de Lei (PL) nº 1.219/2015¹⁸. Como parte das estratégias para ampliação de

¹⁸ ANAJURE: PL 1219/2015 para criação do Estatuto Jurídico da Liberdade Religiosa no Brasil é protocolado pela FPMRAH e ANAJURE no Congresso Nacional. Disponível em: <https://anajure.org.br/pl-12192015-criacao-do-estatuto-juridico-da-liberdade-religiosa-no-brasil/>. Acesso em:

uma atuação jurídica voltada à liberdade de religião e expressão, por meio de seus membros, a ANAJURE, de 2012 a 2015, trabalhou em prol da criação de Comissões de Liberdade Religiosa da Ordem dos Advogados do Brasil em cada estado da federação. Este projeto específico teve apoio da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, da Igreja Adventista, da ABLIRC (Associação Brasileira de Liberdade Religiosa e Cidadania), da Comissão de Liberdade Religiosa da OAB-SP, da OAB-PR, da OAB-DF, além de vários advogados que também militam em defesa da liberdade religiosa no Brasil¹⁹.



Figura 3: Atuação da ANAJURE (2015)

Fonte: Relatório de atividades da ANAJURE 2012-2015. p.26

30 ago. 2024.

¹⁹ ANAJURE. Estão lançados oficialmente o IPP/Brasil e a Frente Parlamentar Mista para Refugiados e Ajuda Humanitária (FPMRAH). Disponível em: <https://anajure.org.br/estao-lancados-oficialmente-o-painel-internacional-de-parlamentares-para-a-liberdade-religiosa-ippbrasil-e-a-frente-parlamentar-mista-para-refugiados-e-ajuda-humanitaria-fpmrah/>. Acesso em: 30 ago. 2024.

Em 2015, juristas da ANAJURE já participaram da criação, em conjunto com o deputado Leonardo Quintão, do PL nº 1.219, que instituiu o Estatuto Jurídico da Liberdade Religiosa no Brasil. O projeto abrangia as diferentes formas de liberdade religiosa que devem ser respeitadas pelo Estado. No parágrafo único do artigo 7º, o texto afirmava que “a colaboração de interesse público com organizações religiosas, realizada de acordo com a lei, não constitui discriminação ou privilégio”. O Artigo 27, por sua vez, proibia o Estado e seus poderes públicos de “impor limitações ao exercício da liberdade religiosa das comunidades indígenas”.

Em audiência pública sobre o projeto e outros anexos, representantes de ANAJURE expressaram:

Confirmando que o Estado não pode criar obstáculos ou regular o exercício da fé religiosa dentro dos limites fixados na Constituição, o Estatuto destaca também que não deve ser considerado como crime, na forma de discurso de ódio, a divulgação de ideias de uma religião contrária a um determinado comportamento social ou mesmo crença de um determinado grupo, religioso ou não, desde que feitas pacificamente, com urbanidade, tolerância e respeito aos direitos humanos fundamentais (ANAJURE, 2015).

Mas outros projetos de leis sobre a liberdade religiosa continuam a tramitar no Congresso²⁰. A finalidade de modo

²⁰ O Projeto de Lei nº 1.089, de 2015, do Sr. Josué Bengtson, propunha assegurar o livre exercício da liberdade religiosa, de expressão e de consciência. Além dele, o Projeto de Lei nº 4.946, de 2019, do Sr. Eli

geral é fazer com que a opinião, no caso a opinião religiosa, mesmo que discriminatória, esteja enquadrada como “liberdade de opinião/ expressão”, e não seja considerada crime em casos, por exemplo, de prática de crimes de difamação, injúria, intolerância religiosa e injúria racial, permitindo, assim, que qualquer pessoa que use a palavra opinião, possa expressar suas crenças religiosas sobre temas relativos à sexualidade, direito da mulher, direito de gênero e religião, de forma individual ou coletiva, dentro ou fora dos templos, em espaços públicos ou privados, sem que isso seja considerado crime, mas, somente uma “opinião”. Faz-se necessário ressaltar que, atualmente, conforme a decisão de 13 de junho de 2019, que alterou o art. 20 da Lei nº 7.716/1989, a homofobia é equiparada ao crime de racismo e que a Constituição Federal brasileira no artigo 5º, IV e IX, estabelece a liberdade de expressão como uma garantia fundamental individual do cidadão brasileiro, desde que não atinja a honra de terceiros, nem seja discriminatória em relação a raça, cor, sexo, idade, entre outros.

3. ANAJURE e a questão do ensino religioso

O debate sobre liberdade religiosa ainda atravessa a defesa do ensino religioso confessional. Em junho de 2015, a ANAJURE emitiu uma nota técnica pública na qual

Borges, propunha garantir o livre exercício da liberdade religiosa nos temas relativos à sexualidade, nos moldes do inciso VI do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil.

apresentava bases jurídicas diretivas para que o Procurador Geral da República, bem como deputados estaduais e vereadores no uso de suas atribuições constitucionais, ajuízassem ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) em seus respectivos entes federativos. Ou seja, o documento foi elaborado como diretriz de “justificativa legislativa para elaboração ou adequação nos projetos de lei relativos aos Planos Estaduais e Municipais de Educação” (ANAJURE, 2015) por incluir as chamadas “ideologias desconstrucionistas ou ideologia de gênero nos documentos destinados à elaboração de planos de educação estaduais e municipais”. Ao que parece, a ANAJURE buscou servir de base legal para deputados estaduais e vereadores apresentarem projetos de lei sobre o assunto.

O documento afirma ainda que “o objetivo de incluir uma ideologia de gênero nos planos educacionais é promover um distanciamento entre pais e filhos” e conclui, afirmando que a inclusão da ideologia de gênero na educação brasileira representa “uma clara violação da dignidade humana da criança e do adolescente”.

No mesmo ano, também representando a ABIEE (Associação Brasileira de Instituições Evangélicas de Ensino), a ACSI (Associação Internacional de Escolas Cristãs) e a AECEP (Associação de Escolas Cristãs de Educação por Princípios), a ANAJURE entrou com pedido de participação como *amicus curiae* da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4.439/2010. Esta versou sobre o ensino religioso

confessional nas escolas públicas brasileiras, como evidenciado na próxima seção .

Ainda em 2015, a Associação seguiu ampliando seus territórios em prol da defesa da liberdade religiosa e se tornou internacional. Nessa direção, a ANAJURE fomentou a criação da FIAJC (Federación Interamericana de Juristas Cristianos), cujo Presidente do conselho direito é o Dr. Uziel Santana. Além disso, a Associação tinha como intuito ampliar a atuação da ANAJURE junto à OEA (Organização dos Estados Americanos) e realizar convênio de cooperação institucional com o CONARE (Comitê Nacional para Refugiados) e convênio de cooperação institucional com o ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas).

Nos anos de 2016 a 2017, de acordo com relatórios anuais da própria Associação, houve uma grande movimentação no intuito de criar alianças internacionais, com participações em eventos e congressos, palestras na ACNUR e CONARE. A Associação passou a emitir cartas a embaixadas e emitir notas públicas sobre temas ligados aos Direitos Humanos, tais como refugiados, imigração e terrorismo, e sobre outros temas de seu interesse, tais como a educação confessional e ideologia de gênero. Foram lançados, ainda, cursos sobre liberdade religiosa, feitos lançamento de livros e realizadas participações em eventos honrosos e diplomáticos, ampliando o campo de influência da ANAJURE. Na área acadêmica, foram oferecidos diversos cursos em áreas de interesse, como Direito Fundamental, Direito à Liberdade Civil, Direitos Humanos e Religião.

Em dezembro de 2017, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi aprovada sem menção à ideologia de gênero. A ANAJURE celebrou e lançou uma nota sobre continuar o trabalho de cooperação junto ao Ministério da Educação²¹:

Esta Minuta de Parecer e Projeto de Resolução aguarda a prolação do voto vista de alguns Conselheiros e seguimento da votação final dos demais conselheiros, porém representa uma consolidação firme daquilo que havíamos afirmado na Nota Pública divulgada em 5 de dezembro, ou seja, a inexistência de alusões diretas na BNCC à ideologia de gênero na terceira versão, após as revisões e aprimoramentos feitos pelo MEC no texto final apresentado e embargado perante o CNE, e, além disso, vai ao encontro das preocupações que havíamos expressado na mesma Nota, acerca das “descrições - nas disciplinas de Artes (p. 160/161) e História (p.358/359), especificamente - que poderiam possibilitar a implementação da ideologia de gênero dentro das salas de aula, caso uma equivocada hermenêutica seja aplicada. (ANAJURE, 2017).

Em abril de 2017, a Associação criou o PAIEC (Programa de Apoio a Instituições de Ensino Confessional). Por meio dele, a Associação tem atuado como representante

²¹ ANAJURE. Nota de imprensa sobre a minuta de parecer e projeto de resolução sobre a base nacional comum curricular. Disponível em: https://www.anajure.org.br/wp-content/uploads/2017/12/ANAJURE.NotadeImprensa.BNCC_Final_-2.pdf. Acesso em 02 set 2024.

jurídica de instituições ligadas à defesa do ensino religioso confessional, principalmente através da participação ou defesa em ações jurídicas que versam sobre interesses ligados à confessionalidade dessas instituições e a pautas morais. De acordo com o presidente da ANAJURE, a Associação separa um grupo de juristas e advogados membros para ir anualmente à Universidade de Oxford, a fim de realizar um treinamento sobre liberdade religiosa. Lá, esses juristas têm aprofundado seus conhecimentos sobre direitos fundamentais e liberdade religiosa, de modo a oferecer uma prestação de serviço mais eficiente às instituições de apoio à educação religiosa confessional.

O presidente esclarece que o intuito dessa ação é preparar esses juristas para melhor defender as igrejas e escolas confessionais do país. Em vídeo²², com data de 28 de março de 2018, Uziel afirma que existe uma pressão muito grande do Estado contra o ensino confessional, e que, como muitas escolas confessionais não possuem condições financeiras para pagar advogados para defendê-las, é cobrado um valor módico às escolas que participam do PAIEC, e, assim, essas escolas têm à sua disposição uma banca de advogados que podem lhes assessorar.

No Executivo, a Associação aumentou seu espaço de atuação e influência a partir da eleição de Jair Bolsonaro à

²² ANAJURE: PAIEC | Programa de Apoio a Instituições de Ensino Confessionais. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ynBE4QynbDk>. Acesso em 02 set. 2024.

presidência da República em 2018. O então ministro de Bolsonaro, Sérgio Moro, era docente de vários de cursos da associação em Portugal, além de ser tornar um palestrante assíduo. Além dele, Damares Alves, uma das fundadoras da ANAJURE, se tornou ministra. Ambos participaram juntos do VI Congresso Internacional de Liberdades Civis Fundamentais de Anajure em 2019, que até então nunca havia contado com a presença de um ministro de Estado.

4. Audiências públicas no STF e a participação da ANAJURE

No Judiciário, a ANAJURE participa com frequência de audiências públicas no STF, principalmente daquelas que tocam em assuntos das chamadas "diretrizes morais". A Associação se coloca como representante de algumas entidades religiosas e instituições de ensino confessionais, tais como as listadas no quadro abaixo:

SIGLA	SIGNIFICADO
ABIEE	Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas ACSI– Associação Internacional de Escolas Cristãs
AECB	Aliança Cristã Evangélica Brasileira Aliança das Igrejas Evangélicas Congregacionais do Brasil
AMTB	Associação de Missões transculturais Brasileiras
CBB	Convenção Batista Brasileira

CBN	Convenção Batista Nacional
CIBI	Convenção das Igrejas Batistas Independentes
IELB	Igreja Evangélica Luterana do Brasil
IPB	Igreja Presbiteriana do Brasil
IPI	Igreja Presbiteriana Independente do Brasil
IPU	Igreja Presbiteriana Unida do Brasil
SEPAL	Servindo aos Pastores e Líderes

Tabela 1: Entidades representadas pela Anajure no STF

Fonte: Relatório de atividades Anajure 2019-2020.

Em 2015, quando a ANAJURE surgiu no cenário judicial se habilitando como *amicus curiae* na Ação Declaratória de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) nº 26, cujo o objetivo era criminalizar todas as formas de homofobia transfobia no país, a associação contava com apenas três anos de existência. Curiosamente, naquele ano, de acordo com dados da própria associação, haviam aproximadamente quatrocentos membros, como visto no capítulo 1. Foi a primeira vez que uma organização evangélica integrou como parte colaboradora – *amicus curiae* – um processo junto à mais alta instância judiciária da República Federativa do Brasil, o Supremo Tribunal Federal. Desde então, a Associação tem participado efetivamente em ações junto ao STF, seja lançando notas públicas ou se habilitando como *amicus curiae*.

Até junho de 2020 ao todo, oito processos para Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) que tratam sobre estudos de gênero no Supremo Tribunal Federal (STF) possuem a ANAJURE admitida na condição de *amicus curiae*. No geral, os processos questionam a constitucionalidade de leis que vedam discussões acerca de teorias de gênero nas escolas públicas de alguns Municípios brasileiros. Também em junho, a ANAJURE requereu ingresso como *amicus curiae* em outros dois processos de recursos extraordinários voltados à liberdade religiosa: um sobre uma professora exonerada com o fundamento de falta de assiduidade, cuja justificativa tem base nas suas convicções religiosas; e outro acerca do caso em que foi negada a possibilidade de realização de cirurgia sem emprego de transfusão de sangue, solicitação destaque foi feita por razões religiosas.

(...) Durante o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 26, que discutiu se houve ou não omissão legislativa para a criminalização da homofobia, ANAJURE declarou seu apoio oralmente. Também na condição de *amicus curia*, a associação defendeu a ação contra a ação, levantando, entre outros argumentos, “a indefinição das formas de homofobia e transfobia e conflito a liberdade religiosa” (Relatório Anajure - 2020, p.38).

A Associação de acordo com seus relatório, peticionou ao STF o seu ingresso como *amicus curiae* em sete Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), por meio das quais o Ministério Público Federal pleiteia a

declaração de inconstitucionalidade de leis municipais que, em linhas gerais, vedam as discussões da teoria de gênero nas atividades de escolas municipais.

5. STF, ANAJURE e o julgamento sobre ensino religioso confessional no Brasil

Como cita Luy (2011, p.42), “o debate sobre a implementação do ensino religioso no Brasil reforçou a ideia do deslocamento da religião para esfera privada, na modernidade, ainda que seja algo controverso”. Segundo a autora, a aprovação da LDB em 1997 mobilizou setores tanto laicos como religiosos da sociedade em torno do tema. Contudo, a ideia que se tinha de que a racionalização levaria à secularização e que a religião deixaria na modernidade de estar presente como força mobilizadora da sociedade, passando a figurar apenas na esfera privada, não ocorreu. Principalmente na política, a tensão advinda da atuação de grupos de variadas religiões dentro do cenário político permanece, tanto pela disputa de espaço reconhecimento, como pela disputa de poder político pautados principalmente na defesa, afirmação e continuidade da aplicação de valores morais.

O debate sobre qual seria o lugar da religião na modernidade dentro da esfera pública permanece vivo. De acordo com Vital (2021, p.244), “foi-se reforçando uma percepção social de que a presença religiosa no espaço público se estabelecia em oposição à laicidade. No entanto, uma série de trabalhos argumenta que as religiões, em especial a Igreja

Católica, são co-produtoras do Estado Laico no Brasil”. Nesse sentido, o posicionamento do Estado, por meio do STF, ao declarar que é constitucional o ensino religioso confessional nas escolas públicas, traz de novo a necessidade de debruçar o olhar científico socioantropológico sobre a relação entre educação e religião.

O contexto do debate se caracteriza pelo crescimento da presença religiosa no espaço público, notadamente composto principalmente por evangélicos pentecostais desde os anos 1990. Contudo, em reação a esse crescimento, também surgiram outras frentes de atuação de movimento sociais na defesa de um modelo de laicidade que visa ao empoderamento e à visibilidade de outros atores, narrativas e projetos religiosos na política nacional, como é o caso da Frente Parlamentar de Terreiros. Esta, como explica Vital (2021), ao contrário das religiões cristãs e kardecistas, recorre à sua afirmação de bases no espaço social por uma via diferenciada culturalista, étnica, que justifica sua origem e formas de existência, territorialidade, ritualísticas e cosmovisão.

Em 30 de julho de 2010, foi protocolada, pela PGR, a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4439 para discutir a possibilidade ou não do Estado Brasileiro permitir a prática do ensino religioso de forma confessional em escolas públicas de ensino fundamental e médio. A ADI é uma espécie de ação judicial de controle concentrado constitucional, prevista no art. 102, I “a”, e 103 da CF. Esse tipo de ação busca validar uma lei ou ato normativo que se mostre incompatível com o sistema democrático assegurado na Constituição.

O contexto de proposição e ajuizamento da ADI ocorreu, em princípio, pelo acordo internacional assinado pelo então presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e a Santa Sé²³, acordo que estabeleceu o Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil. Tal tratado previa a unificação de normas entre o Estado Brasileiro e a Igreja Católica sobre o casamento religioso e sua validade no âmbito civil, bem como o ensino religioso católico em escolas públicas brasileiras e prestação de assistência espiritual em presídios e hospitais.

Todo tratado internacional, como o acima mencionado, apesar de celebrado pelo presidente, para ser incorporado ao nosso ordenamento jurídico precisa passar pela votação do Congresso Nacional. É preciso que seja aprovado por maioria simples via decreto legislativo, a ser promulgado pelo presidente do Senado. Depois, o texto revisado pelo Congresso segue para promulgação e publicação do Presidente da República, onde ganha força de lei ordinária, sendo assim incorporado ao nosso ordenamento pátrio. Esse foi o caso do tratado com a Santa Sé, que foi transformado no Decreto nº 7.107, promulgado em fevereiro de 2010.

Este decreto, que foi questionado pela ADI 4439/2010, mencionava em seu texto primitivo a importância do ensino

²³ Segundo o Cânon 361, do Código de Direito Canônico de 1983, o termo Santa Sé ou Sé Apostólica tem dois sentidos diferentes, ao afirmar o quanto segue: “Sob a denominação de Sé Apostólica ou Santa Sé, neste Código, vem não só o Romano Pontífice, mas também, a não ser que pela natureza da coisa ou pelo contexto das palavras se depreenda o contrário, a Secretaria de Estado, o Conselho para os Negócios Públicos da Igreja e os demais organismos da Cúria Romana” (Oliveira, 2021).

religioso ser confessional católico, ou de outra religião de forma facultativa.

Artigo 11 República Federativa do Brasil, observância direito de liberdade religiosa, da diversidade cultural e da pluralidade confessional do País, respeita a importância do ensino religioso em vista da formação integral da pessoa.

§1º. O ensino religioso, católico e de outras confissões religiosas, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, em conformidade com a Constituição e as outras leis vigentes, sem qualquer forma de discriminação (Brasil, 2010).

A Procuradoria Geral da República (PGR), à época, contestou tal decreto, alegando que haveria um desrespeito à Constituição Federal, à liberdade religiosa, e laicidade do Estado, pois o trecho do decreto - ensino religioso confessional católico e de outras confissões religiosas- abriria espaço para o ensino religioso dogmático, catequista, dentro das escolas públicas, o que não deveria ocorrer, pois segundo a PGR, o ensino religioso confessional feriria a neutralidade do espaço público que é laico, a partir do momento que o ensino religioso passa a ser confessional ele deixa seu caráter filosófico, histórico e antropológico. Além disso, a PGR solicitou que houvesse a imediata suspensão da aplicação do decreto, alegando também que não seria viável a adoção de uma perspectiva religiosa unilateral dentro das escolas públicas, que

o propósito de tal decreto seria “inculcar” princípios e valores religiosos da maioria, mas em detrimento de visões minoritárias, uma afronta ao estado democrático de direito. Eis o pedido da peça processual inicial:

A PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA em exercício, com fundamento nos artigos 102, I, “a” e “p”, e 103, VI, da Constituição Federal, e nos preceitos da lei 9866/99, vem propor AÇÃO DIRETA DE Inconstitucionalidade, COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR, afim de que essa Corte: (i) realize interpretação conforme a Constituição do art.33, caput e §§ 1º e 2º, da Lei n.º9394/96, para assentar que o ensino religioso em escolas públicas só pode ser de natureza não confessional, (ii) com proibição de admissão de professores na qualidade de representantes de confissões religiosas, profira decisão de interpretação conforme a Constituição do art.11,§ 1º, do “Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil”, aprovado pelo Congresso Nacional através do Decreto Legislativo nº698/2009 e promulgado pelo Presidente da República através do Decreto nº7.107/2010, para assentar que o ensino religioso em escolas públicas só pode ser de natureza não confessional; ou (iii) caso se tenha por incabível o pedido formulado no item imediatamente acima, seja declarada a inconstitucionalidade do trecho “católico e de outras confissões religiosas”, constante no art. 11§ 1º, do acordo Brasil Santa Sé acima referido [...] (STF, ADI 4439/2010).²⁴

²⁴ STF. Petição Inicial da PGR. Julgamento da ADI 4439/10.index 3.

Em tal petição, existiram três pedidos: primeiro, o uso da Constituição Federal, para que fosse assegurada a liberdade de religião e crença filosófica. Caso houvesse ensino religioso, este só poderia ser não confessional, para assegurar a pluralidade religiosa e não discriminação. O segundo pedido se refere à proibição de contratação de professores na qualidade de representantes religiosos, pela União, Estados e Municípios, uma vez que isso poderia representar favorecimento a uma determinada religião em detrimento de religiões minoritárias. Por último, o terceiro pedido foi que, caso a Suprema Corte entendesse que o pedido 1 e 2 fossem incabíveis, então o trecho do art. 11, §1, do Decreto nº 7107, onde estava escrito “ensino religioso católico e de outras confissões”, fosse declarado inconstitucional, ficando somente: “ O ensino religioso de matrícula facultativa”.

Em outras palavras, o pedido 3 seria um pedido alternativo. Ou seja, a PGR reivindicava que o STF declarasse que, no Estado brasileiro, o ensino religioso em escolas públicas não poderia ser confessional e que o Estado não poderia contratar professores para escolas públicas na qualidade de representantes religiosos. Contudo, se os primeiros pedidos não fossem viáveis, a PGR demandava, então, que o STF declarasse a supressão do trecho “católico e de outras confissões religiosas” no texto do decreto. Esse reclamo se fez pois era esse trecho que garantia a possibilidade de confessionalidade do ensino religioso nas escolas públicas,

sendo, assim, a chave principal do debate sobre o ensino religioso confessional ou não confessional no Brasil.

~~O Ensino Religioso, católico e de outras confissões religiosas, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, em conformidade com a Constituição e as outras leis vigentes, sem qualquer forma dediscriminação (Decreto nº 7107, Art. 11, §1).~~

Seguindo o rito da Lei nº 9868/99, em agosto de 2010, o STF despachou aos órgãos e autoridades das quais emanou o decreto impugnado, no caso, por se tratar de um acordo internacional, como dito anteriormente, o Congresso Nacional e a Presidência da República, para que estes se manifestassem no processo da ADI 4439. Nesse trâmite acima citado, em que a presidência e o Congresso deveriam se manifestar, o processo foi levado então para a Presidência e Congresso Nacional, Advocacia-Geral do Senado, Advocacia Geral da União e Procuradoria Geral da União, para que cada órgão que participou da recepção do acordo internacional, ora, Decreto nº 7107/10 opinasse pela procedência ou improcedência do pedido de inconstitucionalidade formulado pela PGR.

Em maio de 2015, o Ministro Luís Roberto Barroso, relator do processo²⁵, convocou para o dia 15 de junho do

²⁵ O relator tem a função de analisar detalhadamente o processo, preparar um relatório a partir dessa análise e apresentar aos demais Ministros. Após isso, ele emite seu voto sobre o caso em questão e este voto serve de

mesmo ano uma audiência pública para discutir o ensino religioso nas escolas públicas brasileiras. Na ocasião, todos os interessados em participar deveriam enviar uma mensagem para o e-mail com endereço do próprio STF, para solicitação de participação em audiência. No corpo do texto, deveria conter: a qualificação do órgão, a entidade ou especialista, conforme o caso, a indicação do expositor, acompanhada de breve currículo de até uma página, e o sumário das posições a serem defendidas na audiência. Para Audiência Pública, os ministros do STF, o Procurador-Geral da República na época, Rodrigo Janot, e o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, também foram convidados.

Em despacho, o ministro esclareceu que os participantes²⁶ seriam selecionados, entre outros, pelos seguintes critérios: (i) representatividade da comunidade religiosa ou entidade interessada, (ii) especialização técnica e expertise do expositor e (iii) garantia da pluralidade da composição da audiência e dos pontos de vista a serem defendidos. É importante explicar aqui que o chamamento público para participação de interessados em audiência pública se dá pela importância de haver a abertura ao debate público para a apresentação de convergências e controvérsias e para a garantia da cidadania e da soberania e da democracia, a fim de que grupos sociais não fiquem à margem do processo. O chamamento para participação popular em audiência pública

referência para os demais Ministros que podem acompanhar o relator ou discordar dele em seu voto.

²⁶ Os atores que participam da audiência pública não se confundem com a figura do *amicus curiae*, pois este último torna-se interessado no processo.

ocorre para que atores interessados no tema possam expor seus pontos de vista aos ministros, no caso aqui em questão, que iriam julgar a ADI.

A audiência pública como instituto da participação popular é um importante mecanismo à disposição da Administração Pública para que, esta possa dar efetividade aos preceitos constitucionais, de forma célere eficaz, ao permitir que a população participe de debates, nos quais sejam colocados em pauta questões de relevante interesse social, em especial, quando da definição de políticas públicas e elaboração de normas (Lemos, 2016, p.2).

Em função do elevado interesse na audiência pública, que registrou 227 inscrições para participação, foram considerados os critérios estabelecidos no despacho já citado. Logo, foi deferida a participação de 21 entidades e órgãos, além dos dez que haviam sido previamente convidados²⁷. Conforme destacou Santos (2021, p.9.), “dentre as entidades participantes, 12 representavam instituições religiosas, 10 diziam respeito a Organizações da Sociedade Civil Organizada,

²⁷ Por determinação do Ministro Luís Roberto Barroso, foram convidadas dez entidades a participar da audiência em 15 de maio de 2015: o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Confederação Israelita do Brasil (Conib), Conferência Nacional de Bispos Brasil (CNBB), Convenção Batista Brasileira (CBB), Federação Brasileira de Umbanda (FBU), Federação Espírita Brasileira (FEB), Federação das Associações Muçulmanas do Brasil (Fambras), Igreja Assembleia de Deus, Liga Humanista Secular do Brasil (LIHS), Sociedade Budista do Brasil (SBB) e Testemunhas de Jeová.

6 instituições estavam vinculadas aos poderes executivos e legislativos e 3 instituições vinculadas às universidades”. Os 31 expositores teriam 15 minutos cada um para apresentar seus argumentos sobre o tema do ensino religioso confessional nas escolas públicas.

Segundo Santos (2020), os atores participantes enviaram para audiência pública, em sua maioria, advogados ou profissionais com doutorado. Havia, portanto, uma firme determinação destes atores em convencer o STF da legitimidade do pleito da PGR, bem como da inconstitucionalidade de texto normativo do Decreto 7107/10. O autor ressalta que houve participantes de diferentes campos, como professores universitários, teólogos e antropólogos.

A manifestação da maioria dos doutores de diferentes campos de conhecimento encaminhou-se favorável ao pedido da PGR de que o Ensino Religioso nas escolas públicas fosse não confessional. A exceção ficou por conta do teólogo pastor Douglas Batista e da professora Roseli Fischmann, livre docente da USP, que, na representação da Confederação Israelita do Brasil, defendeu o modelo de ensino religioso confessional, a ser oferecido pelos próprios grupos religiosos no contraturno da escola, sem ônus para o Estado.

Várias organizações e instituições também se habilitaram para participar do processo como *amicus curiae* do julgamento da ADI 4439/10. Majoritariamente, os *amicus curiae* proferiram sua opinião no sentido da procedência dos pedidos da PGR, ou seja, de que a natureza do ensino religioso não deveria ser confessional e que os professores da disciplina

ensino religioso não poderiam ser representantes de confissões religiosas. Destes atores, apenas a Associação dos Juristas Católicos do Rio Grande do Sul e a ANAJURE se manifestaram contrariamente ao pleito da PGR, isto é, pela declaração de improcedência dos pedidos da PGR, ou seja, a favor do ensino religioso confessional.

As entidades participantes como *amicus curiae* foram sintetizadas na tabela abaixo:

Órgão	Representante
1.Conferência Nacional dos Bispos do Brasil–CNBB	Advogado Antonio Neves da Silva
2.Fórum Nacional Permanente de Ensino Religioso – FONAPER	Advogado Fabricio Lopes Paula e outro(a/s).
3.Conferência dos Religiosos do Brasil - CRB	Advogado Hugo Oliveira e outro(a/s)
4.Associação Nacional Católica do Brasil de Educação – ANEC	Advogado Felipe Inácio Zanchet Magalhães e outro(a/s)
5.Grande Loja Maçonica do Estado do Rio de Janeiro – GLMERJ	Advogado Renata do Amaral Gonçalves e outro(a/s)
6.Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação	Advogado Salomão Barros Ximenes e outro (a/s)
7. Conectas Direitos Humanos	Advogado Flávia Xavier Annenberg outro (a/s)
8. ECOS – Comunicação em Sexualidade	Advogado Salomão Barros Ximenes e outro (a/s)
9.Comitê Latino-Americano do Caribe para Defesa dos Direito da Mulher – CLADEM	Advogado Salomão Barros Ximenes e outro(a/s)

10. Relatoria Nacional para o 'Direito Humano à Educação da Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (Plataforma DHESCA Brasil)	Advogado Salomão Barros Ximenes e outro (a/s)
11. Anis-Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero	Advogado Joelson Dias e outro (a/s)
12. Liga Humanista Secular do Brasil – LIHS	Advogado Túlio Lima Vianna
13. União dos Juristas Católicos do Rio de Janeiro - UJUCARJ	Advogado Ives Gandra Silva Martins outro(a/s)
14. Associação dos Juristas Católicos do Rio Grande do Sul	Idem ao 13
15. União dos Juristas Católicos de São Paulo - UJUCASP	Idem ao 13
16. Associação Nacional de Juristas Evangélicos - ANAJURE	Advogado Valter Vandilson Custodio De Brito outros (a/s)
17. Centro Acadêmico XI de Agosto Faculdade de Direito da USP	Advogada Lívia Gil Guimarães e outros (a/s)
18. Clínica Direitos Fundamentais da Faculdade de Direito da UERJ–Clínica UERJ Direitos.	Advogado Wallace Almeida Corbo e outros (a/s)
19. Associação Brasileira de Agnósticos e Ateus e	Advogada Maria Claudia M. Pinheiro

Tabela 3: Órgãos participantes como amicus curiae no julgamento da ADI 4439/10

Fonte: STF, inteiro teor do acórdão do julgamento da ADI 4439/10.

A importância do *amicus curiae* é que, diferentemente dos participantes da audiência pública, que somente debatem o assunto e expressam a opinião, o *amicus curiae* se habilita no

processo, ele integra o processo, não como parte, mas como um serviço de “conselheiro técnico do juiz”. Diz o texto do artigo 138, do Código de Processo Civil de 2015 (Brasil, 2015):

Art. 138. O juiz ou o relator, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia, poderá, por decisão irrecorrível, de ofício ou a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se, solicitar ou admitir a participação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada, no prazo de 15 (quinze) dias de sua intimação [...] § 2º Caberá ao juiz ou ao relator, na decisão que solicitar ou admitir a intervenção, definir os poderes do *amicus curiae*.

O *amicus curiae*, como bem diz o texto jurídico, intervém no processo para servir como fonte técnica de conhecimento para a Corte em assuntos controversos, inéditos ou complexos que ultrapassem o campo legal. Sua função é assistencial para legitimar e pluralizar o debate constitucional. Sua participação deve derivar da necessidade de defesa de interesses gerais e coletivos ou aqueles que expressam valores essenciais de determinado grupo ou classe. Portanto, esse presta assistência aos juízes e não às partes. Apesar de seu ingresso no processo poder derivar do pedido de uma das partes, também pode se dar pelo interesse do próprio terceiro ou de ofício pelo juiz, portanto, não é função do *amicus curiae* defender seus próprios interesses ou o interesse das partes,

mas, discutir a tese jurídica apresentada no processo e como esta irá afetar a sociedade.

Contudo, é controverso afirmar que o *amicus curiae* seja imparcial e não tenha interesse em favorecer ou defender uma das partes, já que tem por objetivo ver um interesse que sustenta, ser tutelado ou concedido. Acaba se tornando inevitável que o *amicus curiae* seja parcial, pois tem interesse que uma das partes saia vencedora na causa, logo, fornecerá ao órgão jurisdicional elementos que se destinem a respaldar e favorecer a defesa da parte que lhe interessa para obter resultado favorável.

Em 27 de setembro de 2017, após sete anos de amplo julgamento, com os votos finais em empate de 5x5, a Ministra Carmém Lúcia deu seu voto pela improcedência da ADI 4439/2010, desempatando os votos em 6x5. Desse modo, ficou permitido que no Brasil haja o ensino religioso de forma confessional em escolas públicas. Votaram pela improcedência do pedido da PGR e à favor do ensino religioso confessional os ministros Alexandre de Moraes, Edson Fachin, Dias Toffoli, Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes e Cármen Lúcia. Ficaram vencidos os ministros Luís Roberto Barroso (relator), Rosa Weber, Luiz Fux, Marco Aurélio e Celso de Mello, que se manifestaram pela procedência da ação ajuizada pela PGR.

6. Considerações finais

A atuação da ANAJURE na audiência da ADI 4439/2010 evidenciou sua postura firme em defesa do ensino

religioso confessional nas escolas públicas brasileiras. Baseando-se em argumentos jurídicos e religiosos, a entidade destacou a importância de garantir a liberdade religiosa, um direito constitucional, e defendeu que o ensino confessional seria uma extensão dessa liberdade. Neste capítulo, foi evidenciado que a ANAJURE pautou sua argumentação na cosmovisão cristã, sustentando que a presença desse tipo de ensino nas escolas não feriria o princípio do Estado laico. Ao contrário, o ensino confessional garantiria a diversidade religiosa. O foco da Associação foi sempre a proteção dos direitos das instituições religiosas evangélicas, com base em uma interpretação do pluralismo religioso que considera o ensino confessional uma necessidade dentro do sistema educacional.

A ANAJURE também procurou mostrar que sua intervenção no julgamento não se limitava a uma defesa puramente teológica, mas incluía referências a normas jurídicas nacionais e internacionais que asseguram a liberdade de crença. Contudo, essa defesa levanta questões sobre os limites da influência religiosa nas políticas públicas, especialmente em um Estado laico. Embora entidades religiosas, como a ANAJURE, possam colaborar com o Estado em determinados aspectos, é fundamental que essa relação seja constantemente monitorada para garantir que não se transforme em privilégio de uma tradição religiosa sobre outras. O equilíbrio entre o respeito às liberdades religiosas e a manutenção de um Estado que não privilegie nenhuma crença específica deve ser sempre alvo de interesse social.

Por fim, a atuação da ANAJURE reflete uma tendência crescente de envolvimento de entidades religiosas nos debates jurídicos e legislativos do país, especialmente em pautas de grande relevância para os direitos civis. A vigilância sobre essas intervenções é essencial para que a laicidade do Estado, princípio basilar da democracia brasileira, seja preservada, assegurando um espaço de convivência plural e inclusivo, onde diversas tradições religiosas e não religiosas possam coexistir em equilíbrio.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Ronaldo. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *Novos estudos*. CEBRAP, Vol.38., n.1, jan-abr, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/rTCrZ3gHfM5FjHmzd48MLYN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 01 out 2021.

ANAJURE. O Direito e a cosmovisão cristã. *ANAJURE*, 3 jun. 2013. Disponível em: <https://anajure.org.br/o-direito-e-a-cosmovisao-crista/>. Acesso em: 06 abr. 2021.

ANAJURE. Quem somos. Disponível em: <https://anajure.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 06 ago. de 2024.

_____. “Homofobia” fica para o novo Código Penal”. Disponível em: <https://anajure.org.br/homofobia-fica-para-o-novo-codigo-penal/>. Acesso em: 06 abr. 2021.

_____. Parecer Técnico-Jurídico da ANAJURE sobre os planos estaduais e municipais de educação, 2015. Disponível em: https://anajure.org.br/wp-content/uploads/2015/06/Parecer.PNE.PEE_.PME_.Final-2-1.pdf. Acesso em 02 set. 2024.

_____. Relatório Geral de Atividades da Anajure - Ações desenvolvidas de 2012 a 2015. Site Oficial ANAJURE, 2015. Disponível em: <https://www.anajure.org.br/wp-content/uploads/2015/12/Relat%20rio-de-a%87%E4es-da-ANAJURE.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2024.

_____. Relatório Geral de Atividades da Anajure. Atividades de 2019-2020. Disponível em: <https://anajure.org.br/relatorio-anual-de-2019-l-anajure-em-2020-l-recesso-de-final-de-ano/>. Acesso em 04 set. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados Federais. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 2024. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 01 de ago 2024.

BRASIL. Decreto nº 7.107, de 11 de Fevereiro de 2010. Promulga o Acordo entre o Governo Da República Federativa do Brasil e a Santa Sé relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil, firmado na Cidade do Vaticano, em 13 de novembro de 2008. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/821465/decreto-7107-10#art-11_par-1. Acesso em: 02 de set . 2024.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 7107 de 11 de fevereiro de 2010. Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Santa Sé relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil, firmado na Cidade do Vaticano, em 13 de novembro de 2008. Disponível em:

https://planalto.gov.br/CCiViL_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7107.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%207.107%2C%20DE%2011%20DE%20FEVEREIRO,da%20atribui%C3%A7%C3%A3o%20que%20lhe%20confere%20o%20art. Acesso em 02 set. 2024.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 2001.

CANCIAN, Renato. Conflito Igreja - Estado no período da ditadura militar revisitando aspectos teóricos das abordagens institucionais. USP. **Revista Angelus Novus** – Ano VII, n. 11, p. 95-116, 2016.

COSTA, Hermisten Maia Pereira. O protestantismo no Brasil. **Portal de Periódicos Mackenzie**. Ciências da Religião - História e Sociedade, v. 5, n.2, p.93-121, 2007.

COWAN, Benjamin Arthur. "Nosso Terreno": crise moral, política evangélica e a formação da Nova Direita brasileira. **Varia hist.**, v. 30, n. 52. Belo Horizonte: Jan./Apr. 2014.

DA COSTA, ROSALINA MOITTA PINTO. “O amicus curiae como instrumento de participação democrática e de realização dos direitos fundamentais”. **Revista Jurídica da Presidência Brasília**, v.15, n.106, p. 339-372, Jun./Set.2013.

DRESCH, Paulo Cesar. Religião e esfera pública: o discurso religioso no contexto das relações sociais e sua relação com a intolerância e o

preconceito. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, ano 04, ed. 06, v. 09, p. 105-114, 2019.

FIGUEIREDO, Marcelo. **Controle concentrado de constitucionalidade no Brasil**. Tomo Direito Administrativo e Constitucional, Ed. 1, abr. 2017. Disponível em: <https://cutt.ly/rE7BavW>. Acesso em: 06 ago. 2024.

GEORGE, Robert P. O que é liberdade religiosa? ANAJURE. Disponível em: <https://anajure.org.br/o-que-e-liberdade-religiosa/>. Acesso em 02 set. 2024.

GUIMBELLI, Emerson; CARMURÇA, Marcelo (Org.). **Transformações da Laicidade: Estado, Religião e Sociedade em Relação**. Brasília: ABA Publicações, 2024. Disponível em: https://www.abant.org.br/files/225775_00100284.pdf. Acesso em: 06 ago. de 2024.

LEMOS, Luciana de. Audiências públicas como instrumento da participação popular. Jusbrasil, 2016. Disponível em: <https://cutt.ly/wE7C9Ep>. Acesso em: 06 ago. 2024.

MARIANO, Ricardo. Efeitos da secularização do Estado, do pluralismo e do mercado religioso sobre as igrejas pentecostais. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v.3, n.1, jun, 2003.

_____. Expansão e ativismo político de grupos evangélicos conservadores: Secularização e pluralismo em debate. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 16, n. 4, p. 710-728, out.-dez. 2016.

MEIRELLE, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 24ª ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2005.

MONTERO, Paula. Secularização e espaço público: a reinvenção do pluralismo religioso no Brasil. **Revista do Centro em Rede em Investigação em Antropologia**, v. 3, p. 7-16. maio. 2009.

_____. Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v.32, n.1, p.167-183, 2012.

MONTERO, Paula; GIRALDI, Dirceu. Religião e laicidade no STF: as figuras do secular no debate brasileiro sobre o ensino religioso público. **Revista de Estudos da Religião**, vol. 19, n. 3, p. 349-366. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rever/article/view/46955>. Acesso em: 16 ago. 2024

OLIVEIRA, Monsenhor André Sampaio de. Entenda o que é a Santa Sé e o Estado da Cidade do Vaticano. Vatican News, 2021. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2021-04/entenda-o-que-santa-se-e-o-estado-da-cidade-do-vaticano.html#:~:text=No%20sentido%20estrito%20e%20especial,e%20a%20pessoa%20do%20Papa>. Acesso em: 02 set. 2024.

PIERUCCI, Antonio F. Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na constituinte. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, n. 11, p. 104-132, 1989.

PY, Fabio. Bolsonaro e o cristofascismo brasileiro: relação cristianismo e política. Ascom. UENF. Rio de Janeiro. 2021. Disponível em: <https://uenf.br/portal/noticias/bolsonaro-e-o-cristofascismo-brasileiro-relacao-cristianismo-e-politica/>. Acesso em: 28 ago 2024.

QUADROS, Marcos Paulo dos Reis; MADEIRA, Rafael Machado. Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. **Opin. Pública**, v. 24, n. 3 Campinas, Sept./Dec, 2018. Disponível em: <https://cutt.ly/BE7BDrW>. Acesso em: 06 ago 2021.

REGINALDO, Sidney Guerra. **O ativismo judicial religioso católico e a sua influência na atuação do Supremo Tribunal Federal (STF)**. Fundação Edson Queiroz. Universidade de Fortaleza. Tese de Doutorado em Direito Constitucional - PPGD. 2014. Disponível em: <https://uol.unifor.br/auth-sophia/exibicao/10772>. Acesso em: 28 ago 2024.

SANTOS, Erisvaldo Pereira dos. Ensino Religioso e educação pública no julgamento a ADI N. 4439/2010: ideias e atores. **Educação Unisinos**, vol. 25, 2021. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2021.251.0>

6. Acesso em 05 de set. 2024.

SCHERKERKEWITZ, Iso Chaitz. O direito à religião no Brasil. **Revista Procuradoria Geral do Estado de São Paulo**, São Paulo, n. 45/46, p. 87–110, 2019. Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/revistaspge/revista2/artigo5.htm>.

SILVA, Vagner Gonçalves da (org.). **Intolerância Religiosa: impactos do Neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

_____. Neopentecostalismo e religiões afro-brasileiras: significados do ataque aos símbolos da herança religiosa africana no Brasil contemporâneo. **Revista Mana**, São Paulo, vol. 13, n.1, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/dywGNkPpwm6d8GcMVvzskHj/?lang=pt>. Acesso em 28 ago 2024.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação. Edmund Burke e a gênese conservadorismo. **Revista de. Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n.126, p.360-377, maio/ago.2016.

SOUZA JUNIOR, P. G. de; SOUZA, C. H. P. DE. Evangélicos e conservadorismo – afinidades eletivas: as novas configurações da democracia no Brasil. **HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, v. 18, n. 57, p. 1188-1225, 31 dez. 2020.

STJ. Os amigos da corte: requisitos para admissão, funções e limites, segundo a jurisprudência do STJ. 2021. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/22082021-Os-amigos-da-corte-requisitos-para-admissao--funcoes-e-limites--segundo-a-jurisprudencia-do-STJ.aspx>. Acesso 02 set. 2024.

STF. ADI 4439/2010. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Andamento processual. Peças. Disponível em : <https://redir.stf.jus.br/estfvisualizadorpub/jsp/consultarprocessoeletronico/ConsultarProcessoEletronico.jsf?seqobjetoincidente=3926392>. Acesso em 02 set. 2024.

____. Supremo Tribunal Federal. Inteiro Teor do Acórdão da ADI 4439/10. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=314650271&ext=.pdf>. Acesso em 02 de set. 2024.

____. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.277 Distrito Federal. Coordenadoria de Análise de Jurisprudência, 2011. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628635>. Acesso em 02 de set. 2024.

TRIGUEIRO, Gabriel Romero Lyra. “Conservadorismo: perspectivas conceituais”. **Revista Estudos Políticos: a publicação eletrônica semestral do Laboratório Estudos Humanos-** (UFF). Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 86-107, dez. 2015.

VITAL DA CUNHA. Christina. Governo Bolsonaro e ANAJURE: barganhas religiosas entre judiciário e política. **Revista Eletrônica Medium.** Disponível em: <https://medium.com/religi%C3%A3o-e-cultura/governo-bolsonaro-e-ANAJURE-barganhas-religiosas-entre-judici%C3%A1rio-e-pol%C3%ADtica-27542aea8e1f>. Acesso em: 06 ago de.2024.

VITAL DA CUNHA. Christina. Ativismo negro e religioso: o caso da Frente Parlamentar de Terreiros no Congresso Nacional Brasileiro. **Revista Novos Estudos.** Cebrap, 2021.

VITAL DA CUNHA, Christina. Retórica da Perda nas eleições presidenciais brasileiras em 2018: religião, medos sociais e tradição em foco. **Revista Plural.** Antropologias desde América Latina y del Caribe, v.2, n.6, p. 123-149, 2020. Disponível em: [120](https://asociacionlatinoamericanadeantropologia.net/revistas/index.php/plural/issue/view/7Evangélicos e conservadorismo – afinidades eletivas:as novas configurações da democracia no Brasil. HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião, v. 18, n. 57. Acesso em: 28 ago 2024.</p></div><div data-bbox=)

SEÇÃO 2 – Gênero, Raça e Mercado de Trabalho

Capítulo 4

Os paradoxos da marginalidade e permissividade: raça, gênero e a relação entre artistas decoloniais e as instituições do mundo da arte contemporânea

Bruna Raposo Tavares²⁸

Verônica Toste Daflon²⁹

1. Introdução

Nos últimos anos, a constatação de que predomina um perfil de artista homem branco europeu ou norte-americano na arte (Quemin, 2008; 2016; Blackwood *et al*, 2019) impulsionou uma série de críticas. Uma das críticas mais visíveis ganhou forma na chamada “virada decolonial”, que reivindica a descolonização da arte e do pensamento, examinando atitudes

²⁸ Bruna Raposo Tavares é bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense, mestre e doutoranda em Sociologia pelo PPGS/UFF. Tem experiência nas áreas de Sociologia da Arte e Sociologia das Relações de Gênero, com ênfase em arte contemporânea, relações raciais e de gênero. E-mail: brunaraposo@id.uff.br.

²⁹ Verônica Toste Daflon é doutora em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/Uerj) e professora adjunta da Universidade Federal Fluminense, atuando no GSO e no PPGS/UFF. Tem experiência em mulheres e teoria social, desigualdade nas organizações e sociologia histórica. E-mail: veronicatoste@id.uff.br.

enviesadas de museus e curadores e mobilizando temas acerca de raça e racismo nas produções artísticas (Sales, 2020; 2021; Paiva, 2021; 2022; Marcondes; Miranda; Sant’Anna, 2021).

Segundo Vera Zolberg (2017), não é de hoje que o mundo da arte contemporânea possui uma atitude de valorização de artistas marginais e *outsiders* – ou seja, aqueles definidos como minorias pelos atores influentes. Atualmente, porém, o foco se volta para indivíduos racializados e dissidentes sexuais e de gênero, conforme o vocabulário desses sujeitos. O mundo da arte tem depositado neles as esperanças de que sejam uma fonte de inovação estética, criando conceitos contestatórios e transgressores.

Esse capítulo investiga a relação que artistas decoloniais possuem com instituições do mundo da arte e com a academia, usando como moldura a tese do “paradoxo da marginalidade”, de Nathalie Heinich (2016). O conceito de Heinich descreve a maneira como o mundo da arte contemporânea produz um movimento contraditório, pois, ao incluir artistas das margens, ele os retira da situação de marginalidade em que se encontravam. Assim, faz o *outsider* tornar-se *insider* e, como consequência, retira dele o próprio status de marginal que permitiu sua valorização como artista.

Para alcançar esse objetivo, nos debruçamos sobre os casos de Jota Mombaça, Musa Michelle Mattiuzzi e Pêdra Costa, tomando como base suas trajetórias artísticas, seus processos de profissionalização e os discursos presentes em seus textos. Os materiais utilizados são seus sites, seus Currículos Lattes e textos de sua autoria publicados online. Os

dados coletados foram organizados e tratados com o auxílio do site Timewebs e do software QDA Miner 6.

O texto se estrutura da seguinte maneira: primeiro, apresentamos a trajetória típica de um artista contemporâneo, que envolve a passagem pela universidade e por uma série de instituições do mundo da arte. Em seguida, resumimos a discussão sociológica sobre os valores e paradoxos da arte contemporânea; na sequência, falamos das desigualdades na arte e a resposta decolonial. Logo depois, apresentamos dados das trajetórias e discursos de Mombaça, Mattiuzzi e Costa, apontando de que maneiras os valores da permissividade e marginalidade que informam a arte contemporânea moldam o seu fazer artístico. Por fim, concluímos o texto discutindo como a posição de Mombaça, Mattiuzzi e Costa nesse mundo contribui para que nutram uma relação ambivalente com as instituições artísticas legitimadoras e com as instituições acadêmicas e universitárias.

2. Tornando-se um artista contemporâneo

A sociologia da arte mostra que os artistas precisam passar por uma série de etapas durante sua trajetória para alcançar reconhecimento. De acordo com Bueno (2016) e Marcondes (2018), uma das etapas mais significativas na trajetória de um artista contemporâneo é a passagem pela universidade, um ambiente que se transformou no grande campo articulador da arte no Brasil devido aos investimentos públicos que recebeu.

A universidade é um espaço de formação, profissionalização e ampliação da população de artistas. Nas últimas décadas, ela se consolidou como uma extensa rede nacional que fornece oportunidades de bolsas, exposições, publicações etc. Além disso, estabeleceu conexões internacionais, oferecendo bolsas no exterior, programas de residências artísticas, convênios e assim por diante (Bueno, 2016).

A universidade tem também um papel fundamental na consolidação de uma tradição e de um campo intelectual. Nela se compartilham conceitos, visões de arte e valores comuns que atuam na eficácia do sistema artístico (*idem*). Isso se dá em diversas frentes: a capacitação de artistas, a promoção e fortalecimento de correntes artísticas, a legitimação e reconhecimento dos pares e o recrutamento de novos talentos.

Além da passagem pela universidade, Guilherme Marcondes (2018) aponta que um artista contemporâneo bem-sucedido na carreira costuma reunir outras experiências comuns. São elas: a participação em editais para exposições e residências artísticas, premiações e outros processos de seleção, além da construção de uma rede de relações com outros artistas e atores influentes. Os editais, que contam com financiamento tanto público quanto privado, têm sido essenciais para a constituição e renovação do mundo da arte brasileira, pois viabilizam efetivamente as carreiras de artistas, arte-educadores, produtores, curadores, críticos e professores.

A arte contemporânea se caracteriza ainda por uma forte valorização do discurso. De acordo com Lígia Dabul

(2011), a área investe em contextos, palavras, ações, sentidos e significados, além de jogar com a tensão entre o que é ou não obra de arte. Conforme essas convenções, o discurso do artista precisa vir acompanhado de reflexões presentes em outros campos do conhecimento, como a filosofia, a comunicação e as ciências sociais. Para Sandra Rey (2008), espera-se que os artistas mobilizem referenciais teóricos dessas e outras áreas. Tudo isso torna ainda mais central a frequência à universidade e ao ambiente organizacional do mundo da arte, que permitem a aquisição dos conhecimentos exigidos dos artistas.

3. Valores, convenções e paradoxos

O mundo da arte é orientado por convenções e valores artísticos compartilhados pelos atores que o compõem. As convenções conferem sentido e importância ao conceito de obra de arte, definem quais os requisitos necessários para que algo seja reconhecido como arte e determinam o que diferencia um indivíduo comum de um artista. Sendo assim, os valores e convenções servem como balizas para a construção da carreira de artista e sua consagração (Becker, 1977; 2010).

A socióloga francesa Nathalie Heinich (2016) mapeia alguns dos valores e convenções centrais para esse campo. Segundo ela, a arte contemporânea é atravessada por “paradoxos” e um dos principais é o que ela nomeia como “paradoxo da marginalidade”. A arte valoriza aquilo que considera autêntico, fora do comum, atípico e até bizarro – um conjunto de valores a que Heinich dá o nome de “regime de

singularidade”. Sob este regime, a arte contemporânea tem apreço por pessoas que estão às margens. A autora, porém, chama atenção para uma contradição do regime de singularidade: ao trazer para dentro desse mundo artistas antes marginalizados, eles deixam de ser marginais. Em outros termos, esses artistas desviam e transgridem as regras. No entanto, ao institucionalizar estas transgressões enquanto regras novas, o mundo artístico contemporâneo descaracteriza os marginais ao legitimar seus desvios (*ibidem*).

Outro paradoxo apontado pela socióloga é o que ela chama de “paradoxo permissivo”. Esse diz respeito à permissividade das instituições artísticas, que permitem a transgressão das fronteiras da arte, ou seja, dos próprios critérios artísticos em voga (*ibidem*). Contudo, paradoxalmente, a autoridade que permite a transgressão é justamente contra a qual a transgressão se volta, já que o artista tem a intenção de superar a autoridade e modificar os critérios artísticos. Heinich destaca que a instituição é a responsável por delimitar, através dos muros dos museus, dos meios administrativos e das palavras dos críticos a fronteira entre "o incluído e o excluído, o autêntico e o inautêntico, a arte e a não arte” (*ibidem*, p. 12). Desta forma, apresenta-se um novo paradoxo: se a autoridade legitimadora aceita a transgressão, ela é uma transgressão de fato?

O paradoxo da marginalidade, o paradoxo permissivo e o apreço do mundo da arte contemporânea pelo atípico, original e fora do comum estão interligados. A socióloga Vera Zolberg (2017, p.298) afirma que “o processo de mudança da

arte, seja na forma ou no conteúdo, provém geralmente de uma de duas coisas: um desenvolvimento do paradigma corrente; ou como resultado de novas ideias importadas de fora das estruturas estéticas convencionais”. É o caso da “arte *outsider*”, que surge das margens do mundo da arte e é uma importante fonte de mudança estética, gerando conceitos estéticos contestatórios e incluindo grupos entendidos enquanto sub-representados e ostracizados.

4. A “virada decolonial”

Apesar do apreço do mundo da arte contemporânea por artistas *outsiders*, os dados disponíveis mostram que esse universo é marcado por desigualdades. De acordo com Alain Quemin (2008), os principais países na cena internacional da arte contemporânea são os Estados Unidos e a Alemanha, seguidos pela Suíça, Grã-Bretanha, França e Itália. Da mesma forma, os artistas de maior relevância no mundo da arte contemporânea também são dos Estados Unidos ou da Europa (Quemin, 2008; 2016). Outra pesquisa (Blackwood *et al*, 2019) revelou que homens e brancos correspondiam a mais de 80% dos artistas exibidos em importantes museus dos Estados Unidos.

Rankings e listas mais recentes, publicados entre 2020 e 2023, indicam que esse cenário permanece relativamente estagnado, com uma desigualdade persistente da origem nacional dos artistas. No entanto, pequenas mudanças têm ocorrido, como a criação de uma lista dedicada a artistas

mulheres pela empresa Artfacts³⁰. Outro exemplo é que uma artista nigeriana ocupou em 2020 o primeiro lugar do ranking “Top 100 Estrelas do amanhã” da revista Capital, Kunstkompass³¹. E, em 2021, os três primeiros lugares no ranking foram ocupados por mulheres: uma japonesa, uma polonesa e uma alemã. Apesar disso, ainda há o predomínio de homens brancos da Europa e dos Estados Unidos.

As críticas a esse estado de coisas têm sido cada vez mais intensas nos últimos anos, encontrando na chamada “virada decolonial” uma das formas mais conhecidas. Segundo algumas pesquisadoras (Sales, 2020; 2021; Paiva, 2021; 2022), na virada do século XX para o XXI, a arte contemporânea ocidental mundial passou a se debruçar sobre as relações étnico-raciais e de gênero. No entanto, foi por volta dos anos 2000 que se iniciou um movimento em torno da “descolonização da arte”, que incluiu críticas a atitudes de museus e curadores, a mobilização do tema nas produções artísticas e a oferta de oportunidades para artistas entendidos como oriundos de minorias sociais (Paiva, 2022). Desde 2013, ocorre simultaneamente a este movimento uma politização da arte, com um significativo crescimento no volume de produções artísticas que combinam manifestações políticas e arte (Marcondes; Miranda; Sant’Anna, 2021).

³⁰ Disponível em: <https://artfacts.net/gender/female>.

³¹ Disponível em: <https://www.dw.com/en/otobong-nkanga-the-art-worlds-rising-star/a-55324725>.

5. Instituições artísticas, academia e o paradoxo da marginalidade

Jota Mombaça, Musa Michelle Mattiuzzi e Pêdra Costa tratam em suas obras de questões de raça, gênero, sexualidade, subalternidade e colonialidade. Mombaça se identifica como artista interdisciplinar e, em seu site³², afirma que seu trabalho parte de críticas decoloniais e dissidentes de gênero. Seus interesses são a imaginação colonial e a experiência de artistas trans racializados no mundo da arte. Mattiuzzi se entende como artista indisciplinar e afirma em seu site³³ que seu trabalho trata da violência colonial, do pensamento radical negro e do lugar exótico destinado ao corpo da mulher negra. Por fim, Costa descreve suas atividades como antropologia visual e urbana, performance e leitura de tarot. Em seu site³⁴, enfatiza o trabalho com o corpo e o interesse por epistemologia, queer, colonialismo e subversão.

Ao retratar as trajetórias de Mombaça, Musa Mattiuzzi e Costa, observamos indivíduos que se tornam artistas conforme foram legitimados e autorizados por atores e instituições que compõem o mundo da arte. Para tal, tiveram que assimilar as convenções da arte contemporânea e trabalhar com elas de forma criativa. Tais artistas possuem passagem pela universidade e ao menos ingressaram na pós-graduação, onde adquiriram referenciais teóricos de outras áreas do conhecimento, como filosofia, comunicação e ciências sociais,

³² Disponível em: <https://www.jotamombaca.com/>.

³³ Disponível em: <https://www.studiomusa.art/>.

³⁴ Disponível em: <https://cargocollective.com/pedra>.

que são mobilizados em suas criações artísticas. Também participaram de editais para exposições e residências artísticas, receberam bolsas e outras formas de fomento de instituições e eventos reconhecidos a partir de parcerias públicas e privadas, além de terem recebido algumas premiações. Finalmente, também possuem relações com alguns atores importantes do mundo da arte contemporânea, principalmente com artistas reconhecidos, que também atuam como curadores. Sendo assim, percorreram a trajetória de profissionalização comum aos artistas contemporâneos (Bueno, 2016; Marcondes, 2018).

O crescente interesse pela descolonização da arte e pela inclusão de artistas marginalizados trouxe uma série de oportunidades para essas pessoas. Porém, as oportunidades estão condicionadas a inúmeras regras e expectativas. Mombaça, Mattiuzzi e Costa participaram de eventos no mundo da arte que exploravam temas como raça, gênero, sexualidade, colonização, decolonização, política, entre outros. Nesse sentido, se enquadram no tipo de nicho descrito por Marcondes (2022a). O sociólogo tem argumentado que artistas negras frequentemente são colocadas em nichos para tratar de questões específicas – especialmente se contribuírem para promover a arte como um espaço social de liberdade e progressismo. Sendo assim, suas obras acabam “pautadas por uma expectativa branca que as circunscreve a tratar de algumas temáticas raciais, sociais e de gênero” (*idem*, p. 332). Oliveira (2022) também questiona se estas instituições estariam apenas usando o decolonialismo como uma “roupagem inclusiva”.

Ao mesmo tempo, observamos que Mombaça, Mattiuzzi e Costa lidam com os paradoxos da arte contemporânea apontados por Nathalie Heinich (2016) em seus textos e em suas obras, procurando reter sua marginalidade mesmo após sua inclusão nesse mundo. Frequentemente, tais artistas criticam em suas produções os atores responsáveis pela sua legitimação, apontando que haveria injustiças na estrutura do mundo da arte e também da academia. Uma crítica recorrente é que essas duas esferas manteriam uma estrutura hierárquica que permaneceria inabalada pelo movimento de inserção de diversidade.

Por exemplo, Musa Michelle Mattiuzzi aponta que, apesar do interesse do mundo da arte pelos artistas marginais e suas críticas, essas críticas são frequentemente ignoradas, resultando na continuidade de exclusões e silenciamentos desses mesmos artistas. De maneira semelhante, Jota Mombaça expressa o desconforto com sua representação primariamente como parte de um grupo, em vez de indivíduo singular, e aborda em seus textos como as perspectivas negras e anticoloniais seriam transformadas em mercadoria:

(...) do ponto de vista de certas instituições, a explosão de arte e pensamento negros e anticoloniais, que parecem definir hoje os rumos dos sistemas de arte e produção de conhecimento em escala global, seja referida como uma moda, uma tendência de mercado. Uma vez que a commodificação [sic.] dessas perspectivas — nossas perspectivas — depende diretamente de uma certa continuidade entre a

nossa produção artística e a nossa posição sócio-histórica, talvez faça sentido afirmar que a venda de nossos sons, textos, ideias e imagens reencena, como tendência histórica, os regimes de aquisição dos corpos negros que fundaram a situação-problema da negritude no marco do mundo como conhecemos (Mombaça, 2020, p. 6).

Ao longo da análise, notamos que a teoria decolonial permite que Mombaça, Mattiuzi e Costa se distanciem do conhecimento acadêmico que fundamenta sua própria prática artística. Já que mobilizar referências teóricas em suas criações é um dos requisitos para a legitimação da arte contemporânea, o uso de autores das teorias queer e decolonial, que criticam outras correntes teóricas produzidas no interior da academia, fornece uma saída. Isso porque permitem que tais artistas demonstrem domínio do vocabulário acadêmico e teórico e, ao mesmo tempo, consigam atender às expectativas de contestação e transgressão desses mesmos valores artísticos.

Jota Mombaça, por exemplo, afirma que a academia e as estruturas de conhecimento científico são excludentes, ocidentalizadas, racistas etc. Em “Como cartografar o desterro” (2015a), Mombaça descreve a produção de conhecimento acadêmico como pautada por princípios cartesianos, racionais e colonialistas. Em “Pode um cu mestiço falar?” (2015b) – título que demonstra a influência da obra “Pode o subalterno falar?” de Gayatri Spivak –, argumenta que a produção do conhecimento científico é feita a partir de uma série de imposições e de “investimentos normativos que procuram regular desde a indagação que o move até as formas como

organizamos nosso texto e a entonação da voz que devemos empregar ao lê-lo”.

De maneira semelhante, Pêdra Costa imputa às instituições acadêmicas o academicismo, pioneirismo, reprodutibilidade, originalidade. Costa elege uma “ética queer” para confrontar essas ideias, afirmando que sua obra é uma maneira de contestar as instituições acadêmicas e suas regras e valores. Há menções a um “imperialismo academicista”, que suprimiria formas de conhecimento utilizadas por pessoas queer. Além disso, Costa contrapõe uma visão do conhecimento produzido nas instituições acadêmicas e artísticas – normativo, colonial, sensato – a um conhecimento queer – imaginativo, insensato, fragmentado. Costa afirma que pessoas queer possuem uma abordagem única no mundo da arte frequentemente mal compreendida.

Um dos aspectos notáveis nesse conjunto de artistas é a forma como oferecem soluções retóricas para um dos grandes dilemas da arte contemporânea: o paradoxo da marginalidade. Ao acionar leituras decoloniais e queer da marginalidade e subalternidade, e ao destacar as hierarquias internas do mundo da arte, Mombaça, Mattiuzzi e Costa sustentam e legitimam sua qualidade marginal.

Mombaça algumas vezes afirma sua posição enquanto pessoa subalternizada, principalmente em reflexões acerca de seu processo de inclusão no mundo da arte contemporânea. Em seu livro “Não vão nos matar agora” (2021, p.44)), afirma que, enquanto “trabalhadora cultural racializada e desobediente de gênero”, sua presença no mundo da arte é condicionada por

uma “demanda de auto objetificação positiva”, em que sua identidade de gênero, sua racialidade e sua desobediência sexual devem ser o centro de sua produção. Mombaça (*ibidem*) entende que este processo em algum momento pode dar a artistas uma posição privilegiada, “mas inevitavelmente também ressitua nossa posição no marco das lutas históricas contra a desigualdade que nos trouxeram até aqui, dada a nossa inscrição contingente em estruturas que foram primeiramente construídas”.

Em seus escritos, Mattiuzzi também se afirma enquanto pessoa subalternizada, mas geralmente a partir da tematização de questões e experiências de outras pessoas também subalternizadas. Ela destaca os elementos que unem sua própria vivência como mulher negra à experiência de outras mulheres negras, muitas delas pobres, em posições de baixo prestígio e remuneração. Apesar das diferenças de classe social, ela assevera que todas seriam impactadas pelos mesmos estigmas e estereótipos, carregando o estigma da subalternidade. A artista afirma, ainda, que busca confrontar e desestruturar esses estereótipos em suas obras, enquanto ocupa os espaços predominantemente associados à branquitude:

(...) percebo que uma das saídas para pessoas negras que estão ocupando os espaços da branquitude, o mesmo lugar que eu, é não perder a sensibilidade. (...) Nesse caso estabeleço diálogo na arte da performance e com o agenciamento de presença programo experiências na tentativa de reinscrever desorganizar o estigma de mulher negra e a

monstruosidade da representação do corpo negro feminino numa metrópole colonial. Tenho o desejo de deixar claros os estigmas escravocratas e estas palavras são um manifesto acerca da minha experiência. Não estou de acordo com a representação medonha que foi imposta durante todos esses anos a todas as mulheres negras (Mattiuzzi, 2016, p. 5).

Pêdra Costa, por sua vez, também questiona o movimento de trazer pessoas de países colonizados para o centro da arte contemporânea, o que avalia como uma forma de reparação ineficaz. Essa crítica ecoa as preocupações expressas por Mombaça e Mattiuzzi sobre uma falsa integração de artistas de minorias sociais no mundo da arte contemporânea. Costa também parece concordar que sua marginalidade não é diluída no processo de legitimação, pois a marginalidade estaria inscrita em seu corpo e também seria uma questão epistemológica e discursiva.

Não acreditamos na história contada pelo colonizador, pelos que venceram. Minha voz é a voz de pessoas que perderam as identidades e tiveram que aprender, mesclar, hibridar para sobreviver. (...) Não adianta trazer “o bom selvagem” nesse espaço para amenizar a dor e a culpa que vocês sentem em relação às suas fantasias coloniais e apropriações culturais sobre nossos corpos e conhecimentos. Como me aconselhou Grada Kilomba, eu estou aqui para ocupar espaços de poder porque sei que esse poder é branco, e esse poder é carregado de violência. (...) O que deve mudar é o olhar de vocês (Costa, 2016, p. 358).

A partir destes discursos, Mombaça, Mattiuzzi e Costa demonstram estar lidando com o paradoxo da marginalidade no mundo da arte contemporânea. Fazendo uso de teorias decoloniais e queer, tais artistas reafirmam sua subalternidade, mesmo tendo alcançado a legitimidade perante as autoridades artísticas e ocupado espaços que outros artistas das minorias sociais não alcançam. Isso leva a uma relação ambivalente com as instituições artísticas e acadêmicas, como veremos a seguir.

6. Considerações finais: outsider e insider

A análise dos dados indica que Jota Mombaça, Musa Mattiuzzi e Pêdra Costa mantêm uma relação ambivalente com as instituições artísticas legitimadoras e com as instituições acadêmicas e universitárias. A contestação das autoridades artísticas e acadêmicas foi um tema central nos seus discursos. Embora correspondam às expectativas de incorporar e mobilizar referências acadêmicas, vemos que seu recurso frequente a autores das teorias queer e decolonial permite mobilizar e criticar o conhecimento acadêmico simultaneamente.

Essa é uma solução retórica para os paradoxos da arte contemporânea, especialmente o da marginalidade e da permissividade (Heinich, 2016). Isso porque, tais artistas respondem às complexidades que envolvem a inclusão de artistas de minorias, incluindo o interesse do mundo da arte por artistas *outsiders* (Zolberg, 2017) usando correntes teóricas que

criticam as próprias instituições acadêmicas de que fazem parte.

Além disso, os dados demonstram que Mombaça, Mattiuzi e Costa se negam a abrir mão de sua marginalidade, mesmo após sua inclusão nas instituições artísticas e acadêmicas. A reafirmação da sua marginalidade é feita via o recurso a teorias que sustentam que a subalternidade ou o *status* de dissidente está inscrito nos corpos, conformam uma forma de conhecer específica (uma epistemologia) ou são uma forma de discurso que independe da situação material ou da posição institucional dos sujeitos.

Nesse sentido, a principal contribuição deste capítulo foi observar a relação de artistas decoloniais com os paradoxos permissivo e da marginalidade. É na tensão com eles que tais artistas acabam moldando o seu fazer artístico. Ademais, recentemente nos casos de Mombaça e Mattiuzzi há indícios de novas movimentações no mundo da arte, pois há indicações de que buscam adquirir mais autonomia e recusar o lugar em que conseguiram se posicionar inicialmente.

Referências bibliográficas

BECKER, Howard. Mundo artístico e tipos sociais. In Velho, Gilberto. (org.) **Arte e Sociedade: ensaios de sociologia da arte**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

_____. **Mundos da arte**. Lisboa: Livros Horizonte, 2010.

BLACKWOOD, Julie C. *et al.* Diversity of artists in major U.S. museums. **PLoS ONE**, 14(3), 2019.

COSTA, Pêdra. The Kuir Sauvage. **Revista Concinnitas**, v. 1, n. 28, p. 355-359, 2016.

DABUL, Lígia. Rápidas passagens e afinidades com a Arte Contemporânea. **O público e o privado**, n. 17, jan.-jun., 2011.

HEINICH, Nathalie. Práticas da arte contemporânea: uma abordagem pragmática a um novo paradigma artístico. Rio de Janeiro: **Sociologia & Antropologia**, v. 4, n. 2, p.373-390, outubro, 2014.

_____. A arte em regime da singularidade: algumas características sociológicas da arte contemporânea In: **Arte e vida social: pesquisas recentes no Brasil e na França**. Marseille: OpenEdition Press, 2016. Disponível em: <http://books.openedition.org/oep/1466>. Acesso em: 8 dez. 2023.

MARCONDES, Guilherme. **Arte e consagração: os jovens artistas da arte contemporânea**. Tese de Doutorado (Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro). Rio de Janeiro, 367 p., 2018.

MARCONDES, Guilherme; MIRANDA, Ana Carolina F. A.; SANT'ANNA, Sabrina. M. P. Arte, política e autonomia no Brasil a partir de 2013. Fortaleza: **Tensões Mundiais**, v. 17, n. 35, p. 39-72, 2021.

MARCONDES, Guilherme. Quem é artista? Mulheres negras na arte contemporânea brasileira. **Arte & Ensaios**, v. 28, n. 44, jul.-dez., 2022.

MATTIUZZI, Musa Michelle. Merci Beaucoup, Blanco! Escrito experimento fotografia performance. **Issuu**, 2016. Disponível em:

https://issuu.com/amilcarpacker/docs/merci_beaucoup__blanco_michelle_mat. Acesso em: 8 dez. 2023.

MOMBAÇA, Jota. Como cartografar o desterro? **Revista Arte ConTexto**, v. 2, n. 6, mar. 2015a. Disponível: https://artcontexto.com.br/textocurto_06_jota_mombaca.html. Acesso em: 8 dez. 2023.

_____. Pode um cu mestiço falar? **Medium**, 6 jan. de 2015b. Disponível em: <https://medium.com/@jotamombaca/pode-um-cu-mestico-falar-e915ed9c61ee>. Acesso em: 12 de jul. 2023.

_____. A plantação cognitiva. São Paulo: **MASP**, 2020. Disponível em: <https://masp.org.br/arte-e-descolonizacao>. Acesso em: 14 jul. 2023.

_____. **Não vão nos matar agora**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2021.

OLIVEIRA, Priscila Medeiro. Ações de choque e retomada: tensionamentos entre arte contemporânea e teoria decolonial. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ARTE, 15, 2021, virtual. **Atas do XV Encontro de História da Arte**. Campinas: IFCH/UNICAMP, n. 15, 2022.

PAIVA, Alessandra Simões. A hora e a vez do decolonialismo na arte brasileira. Campinas: **Revista Visuais**, SP, v. 7, n. 1, p. 1-17, 2021.

_____. A “virada decolonial” na arte contemporânea brasileira: até onde mudamos? Brasília: **Revista VIS: Revista Do Programa De Pós-Graduação em Artes Visuais**, 21(1), pp. 51-72, 2022.

QUEMIN, Alain. A ilusória abolição das fronteiras no mundo da arte contemporânea internacional. São Paulo: **IARA: Revista de Moda, Cultura e Arte**, v. 1, n. 2, ago.-dez., 2008.

_____. A distribuição desigual do sucesso em arte contemporânea entre as nações: uma análise sociológica da lista dos “maiores” artistas do mundo. In: **Arte e vida social: pesquisas recentes no Brasil e na França**. Marseille: OpenEdition Press, 2016. Disponível em: <http://books.openedition.org/oepp/1466>. Acesso em: 8 dez. 2023.

REY, Sandra. A dimensão crítica dos escritos de artistas na arte contemporânea. Belo Horizonte: **PÓS**: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG, v. 1, n. 1, p. 8-15, maio, 2008.

SALES, Michelle. Nossos Fantasmas Estão Vindo Cobrar: Giro Decolonial na Arte Contemporânea Brasileira. Braga: **Vista**, v. 8, jul-dez, 2021.

_____. As práticas artísticas contemporâneas e o pensamento pós-colonial e decolonial. In: PITA, A. P.; PRADO, M. E.; SALES, M. **Mundo ibero-americano**: entre a tradição e a modernidade. Campina Grande: Editora da Universidade Federal de Campina Grande, 2020.

ZOLBERG, Vera. Incerteza estética como novo cânone: os obstáculos e as oportunidades para a teoria em arte. **NAVA**, v. 2, n. 2, fev.-jun., p.; 296-306, 2017.

Capítulo 5

Relações de Gênero na Socioeducação: Um olhar sobre uma unidade feminina no Rio de Janeiro

Isabela Ramos Maia³⁵

1. Introdução

No município do Rio de Janeiro, o Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE) possui seis unidades para cumprimento de medidas socioeducativas de internação: uma para o sexo feminino e cinco para o sexo masculino, uma unidade específica para internação provisória e uma unidade de triagem. Na minha pesquisa de mestrado, intitulada “*Aprisionamento para Além das Celas: um estudo sobre relações de gênero em uma unidade socioeducativa feminina no Rio de Janeiro*” (Maia, 2023), busquei analisar o atravessamento das relações de gênero nas trajetórias de vida e de internação das adolescentes em privação de liberdade na unidade feminina do Estado, o Centro de Socioeducação Professor Antônio Carlos Gomes da Costa (CEMSE PACGC). A pesquisa tinha como objetivo compreender o impacto das

³⁵ Isabela Maia é formada em Ciências Sociais pela Unirio, mestre em Sociologia pelo PPGS/UFF. Tem experiência na área de sociologia urbana, com ênfase em violência e movimentos sociais. E-mail: isabelarmaia@hotmail.com.

relações de gênero na trajetória, vulnerabilização e internação das mulheres.

O presente capítulo objetiva trazer um resumo dos debates e conclusões da dissertação. Pelo limite da extensão, não é possível, no âmbito deste trabalho, abordar de maneira detalhada todas as temáticas e aspectos investigados na dissertação, mas buscou-se elencar os pontos mais importantes. Entende-se que a privação de liberdade se constitui como uma continuidade da violência e dos processos excludentes que essas meninas já sofriam muito antes do ato dito infracional, de forma que seu aprisionamento se dá previamente à entrada na *cela*. Desse modo, investigou-se o sistema socioeducativo enquanto instituição que transita entre o caráter punitivo, de segurança e socioeducativo; a vulnerabilidade penal de gênero, na medida em que determinadas condutas e jovens são mais “criminalizáveis” pelo sistema; e os atravessamentos de gênero que moldam a experiência feminina dentro das instituições.

A discussão da metodologia deste trabalho conta com entrevistas com as adolescentes em privação de liberdade e com funcionárias - diretoras, agentes, bibliotecárias, assistentes sociais e psicólogas - e a observação sistemática no PACGC. Ao longo de 15 meses (de outubro de 2021 até dezembro de 2022) minha rotina de pesquisa incluiu visitas quinzenais ou semanais ao DEGASE. Ao todo, foram 36 idas a campo. O material acumulado inclui meu diário de campo gravado por mim em áudios, entrevistas transcritas no computador e alguns registros fotográficos, além dos dados fornecidos pelo próprio DEGASE.

Foram realizadas 22 entrevistas, que se basearam na história oral enquanto método investigativo. Para analisar esse material de entrevistas, utilizei o software ATLAS.ti, de análise de dados qualitativos, em decorrência da quantidade de páginas de transcrição. No programa, inseri todos os documentos de entrevista, que codifiquei manualmente. A partir da codificação, pude analisar o que era padrão nas entrevistas e com que frequência determinado assunto aparecia. Além das entrevistas, participei, observando, de diversas oficinas e atividades da rotina da unidade, o que me permitiu ter contato com a maior parte das meninas, e tive acesso a alguns documentos nas pastas que cada interna possui na sala técnica.

No procedimento de apuração do ato infracional ofertado pelo Ministério Público, documento que consta em cada pasta individual das adolescentes e ao qual tive acesso, se localizam na mesma seção as informações de raça, endereço, escolaridade, idade e dados familiares básicos, como uma síntese informativa. Das dez adolescentes que entrevistei, nove eram de famílias pobres e periféricas e sete se autodeclaravam negras - informação disponível nos documentos. Entendo que a não sistematização dos dados de raça e classe pela instituição, ou pelo menos o fato de não terem sido enviados a mim, é uma escolha política, visto que a grande maioria dos adolescentes em privação de liberdade são negros e pobres.³⁶ Das meninas

³⁶ REGUEIRA, Chico. Oito em cada dez jovens infratores detidos no RJ são negros e 39% tiveram parente assassinado, aponta pesquisa. **G1**, Rio de Janeiro, 13 jul. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/07/13/8-em-cada-dez-jovens-infratores-detidos-no-rj-sao-negros-e-39percent-tiveram-parente-assassinado-aponta->

com quem conversei, a maioria tinha entre 16 e 18 anos, perdeu o vínculo com a escola em algum momento de sua trajetória e se encontra em séries anteriores às previstas por idade. Esse padrão se confirma nas tabelas gerais desde 2010. Os atos ditos infracionais cometidos por elas foram: ato análogo ao crime de tráfico ilícito de drogas (4 ocorrências), ato análogo a roubo (2 ocorrências), ato análogo a homicídio (2 ocorrências), ato análogo a furto (1 ocorrência), e ato análogo a lesão corporal (1 ocorrência).

É importante ressaltar que, em alguns momentos deste artigo, em especial quando me refiro a falas das adolescentes e de algumas funcionárias, utilizo termos relacionados à prisão e ao código penal. Faço essa escolha por querer respeitar o modo como as meninas se referem ao DEGASE e também por argumentar que muitas práticas que se pretendem socioeducativas reproduzem, na verdade, um modelo disciplinar prisional.

2. Sistema Socioeducativo: tensões entre educação e segurança

Apesar de vinculado à Secretaria de Educação, existe uma tensão entre educação e segurança dentro do Sistema Socioeducativo, que perpetua práticas prisionais e, como defende Baratta (2003), pouco se difere das penas aplicadas a pessoas adultas que cometem crimes. Jimenez e Frassetto (2015) reforçam essa tese, afirmando que, por mais que haja

pesquisa.ghhtml. Acesso em: 23 maio 2023.

diferenças entre o sistema socioeducativo e o penal, estas são bem menos visíveis que as semelhanças. Observa-se, nesse sentido, uma discrepância entre as regras instituídas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) relacionadas à prática socioeducativa e a realidade de adolescentes em cumprimento de medida no DEGASE, desde o momento da primeira abordagem policial até a experiência da internação. Quando as meninas internadas no PACGC me relataram, por exemplo, o momento em que foram apreendidas, foram comuns narrativas de episódios de violência policial: “Foi horrível. Eu fui pro hospital, tomei soro. Que eu fiquei...Eles me agrediram muito. Fiquei no porquinho³⁷ sete dias. E eu tô aqui hoje, três meses e alguns dias e vou fazer quatro meses. Ai...tá o ó. Já tentei me matar...” (Helena, 17 anos).

Essa violência se perpetua na experiência de internação. Inahra, que estava grávida, me contou que, quando ocorrem algumas brigas dentro do alojamento, muitas vezes, agentes entram e são violentos com as meninas: “Vem, já entra, joga spray de pimenta, depois sai”. Falo aqui no masculino, pois, mesmo com a proibição da atuação de agentes homens dentro do alojamento da unidade feminina, depois de casos de estupro por parte de agentes socioeducativos contra as meninas em

³⁷ Trago a explicação de uma das meninas internadas sobre o que é o porquinho: “O porquinho? É um quatinho pequenininho do tamanho de um banheiro, que é o chão puro e um vaso no chão, que é o boi. O vaso no chão é aquele buraco dentro do chão, e tipo, você dorme no chão. É pequenininho, você não vê nada, só vê parede. E a porta é toda pichada. E aí, é... era tudo escuro, só que os cara acendia a luz pra mim e vários vulgo. Vários vulgo na parede, tudo pichado” (Luisa, 16 anos).

internação, em 2021, ainda havia agentes homens na unidade até a finalização deste trabalho. As próprias agentes me confirmaram que agentes homens entram, principalmente, quando a confusão envolve alguma menina trans, pois esses profissionais são mais “fortes”. Me certificaram, também, do recurso à violência, que elas entendem ser utilizado em último caso, quando não há outra forma de conter alguma confusão.

Não é possível afirmar, no entanto, que os agentes atuem dessa maneira por uma escolha individual, nem que isso ocorra sem gerar conflitos internos para eles. Essa tensão - punição versus educação - adentra o mundo dos agentes que lá trabalham. Tais profissionais oscilam entre a imagem de socioeducadores e de mantenedores da ordem institucional, sendo deles exigido, a cada situação, que atuem mais ou menos deste ou daquele lado (D’Angelo, 2017). A fala de uma das assistentes sociais do PACGC ilustra essa situação:

Porque os agentes, eu... eu acho que, assim, é uma... é complicado pra eles, eu acho, né? Porque tem essa parte do policial, eu acho que eles misturam um policial com um monitor assim, entendeu? Então, uns são mais pro policial, outros são mais pro monitor. Eu trago isso da assistência, porque eu trabalho na assistência e lá a gente tem os abrigos, né? Então, os monitores são os “pais” das crianças de lá. Quem dá banho, quem leva pra escola, quem leva não sei o quê. Então é um monitor, que é um abrigo. A criança tá ali dentro e ela tá sendo cuidada. Aí quando vem pra socioeducação, é pra ser esse monitor também, porque tem gente que conversa, que aconselha, que... estão juntos e, ao mesmo tempo, tem que ser a parte, né? Do respeito, da... né? Da... do policial, né?

Algumas agentes com quem conversei explicaram que, apesar de não acreditarem nesse tipo de atuação, baseada na disciplinarização, acham que é a única possibilidade dentro do sistema. A tecnologia do corpo e a microfísica do poder, conceituados por Foucault (2014), são, aqui, fundamentais. O autor argumenta que operam técnicas e dispositivos de poder, voltados para o corpo, com o objetivo de controlá-lo e hierarquizá-lo em todas as esferas da nossa sociedade. A sociedade disciplinar acomoda, assim, o sistema de castigos à utilidade dos corpos de maneira normalizadora, com vista a deles obter maiores docilidades (Passetti, 1999).

Porque você cria uma casca. Porque... na verdade... coisas acontecem... eu, eu vou falar pra você assim com a maior sinceridade do mundo, falo isso pra você, falo isso pra... se não houver uma disciplina rígida... com muitos... você não consegue. Essa é a verdade. Você perde o tempo todo. Tem rebelião o tempo todo. Tem morte o tempo todo, entendeu? É aquela coisa mecânica mesmo. É fila, é forma, é... isso e aquilo, é uma coisa bem mecânica. Que não é o... não é certo, não é o certo. Mas, infelizmente, a culpa é do sistema. Não é nossa, né? (Agente)

Na lógica segurança versus educação, não há um consenso, nem orientações claras sobre como as agentes devem agir com as adolescentes. Observei que diversas questões, como, por exemplo, poder ir à sala da direção conversar algo com a diretora, pedido comum das meninas, ir à enfermaria, burlar alguma oficina, receber lanche, tudo ganha um caráter subjetivo e depende do momento e da profissional responsável. As punições em decorrência de alguma briga dentro do

alojamento são comuns e ficam a caráter da agente. Pode ser definida punição com isolamento ou perda do direito de contato com a família por um tempo, mesmo que isso não esteja previsto pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) ou definido pelo SINASE. Algumas são mais carinhosas e são chamadas de “mães” pelas meninas, que recorrem a elas até para pedir conselhos amorosos, outras optam por manter certa distância dos afetos das meninas. Uma das agentes me contou: “elas têm a gente como mãe porque sabem que a gente... sempre tá ali pronta pra ajudar... Pronta pra fazer, né? Teve um Natal e Ano Novo que eu fiz ceia pra elas, eu fui pra cozinha fazer”.

Presenciei, em uma das minhas idas ao PAC, uma conversa entre técnicas, assistentes sociais e pedagogas da unidade. Eram cinco mulheres no total debatendo o caso de uma menina de 12 anos que tinha recebido, naquele dia, uma decisão judicial para internação. Era sua primeira passagem pelo sistema e ela tinha sido apreendida por furto, que ocorreu a um transeunte em uma passeata em Copacabana. As funcionárias estavam indignadas com o fato de esta menina ter ficado na internação e várias outras, em suas terceiras ou quartas passagens, em geral por tráfico, serem liberadas. O debate girava em torno do motivo da decisão da Juíza: “deve ser porque as outras já não tem mais jeito, então ela (juíza) nem tenta mais”; “ah, essa ainda tem chance de ser recuperada né, e com a família dela a perspectiva é pior, melhor ficar aqui mesmo”.

É importante questionar, então, qual o papel do DEGASE, que transita o tempo todo entre a tentativa de socioeducar e os atos de punir e controlar. Dados do Sistema de Identificação e Informação de Adolescentes (SIIAD) do DEGASE, elaborados pela Coordenação de Execução de Medidas Socioeducativas (CEMSE), revelam que, em 2021, 3.293 adolescentes estiveram em privação de liberdade no Rio de Janeiro, sendo 3.140 meninos (95,3%) e 153 meninas (4,7%). O DEGASE, órgão vinculado à Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro, é o responsável pela execução das medidas socioeducativas em meio fechado, ou seja, pela internação ou semiliberdade de adolescentes, de acordo com as diretrizes e normas previstas no ECA e na lei nº 12.594/2012 (Brasil, 2012), que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

A lei indica três critérios específicos a serem observados para aplicação de medida de privação de liberdade, sujeita aos princípios de brevidade e excepcionalidade, em respeito à condição peculiar da pessoa em desenvolvimento. São eles: (i) ter o adolescente cometido uma infração mediante violência ou grave ameaça; (ii) ser o adolescente agente reiterado na prática de outras infrações graves; e (iii) ter o adolescente descumprido, de forma repetitiva e injustificada, medidas anteriormente atribuídas (*ibidem*).

No mesmo dia em que a menina de 12 anos, cujo caso foi relatado acima, foi internada, outra, de 17 anos, com quatro passagens, foi liberada. As profissionais concluíram que a juíza provavelmente pensou que, com essa adolescente mais velha,

não valeria mais a pena “tentar ressocializar”, o que foi bastante criticado na sala. As próprias adolescentes me relataram incômodo com o que elas entendiam como variação do critério para aplicação de medida em cada caso.

É perceptível, dessa forma, que não há clareza nem em relação aos padrões e leis seguidas para determinar a internação para adolescentes, nem quanto às formas de atuação de funcionários. As adolescentes, em grande parte dos casos, são apreendidas com uso da violência e têm sua experiência de internação marcada pela lógica da disciplinarização e punição. São comuns, inclusive, as referências das jovens e de funcionárias a termos ligados ao sistema penal, como “cadeia” e “celas”, o que reforça sua similaridade na percepção daquelas que lá estão.

3. Construção Social da Vulnerabilidade Penal de Gênero

Uma das diretoras do PACGC me disse que era raro uma menina de classe média ou alta parar no DEGASE. Para ela, quando excepcionalmente isso acontece, é muito difícil lidar com as famílias, que têm mais dificuldade de aceitar o ocorrido e respeitar algumas regras da unidade. A diretora citou um episódio específico de uma adolescente de família rica que estava em privação de liberdade acusada de fazer parte de uma quadrilha que assaltava shoppings. Os pais da jovem queriam promover uma comemoração pelo seu aniversário de 15 anos dentro da unidade, com balões, presentes etc., e tiveram a entrada dos itens negada na porta, o que gerou grande estresse

para a equipe e a coordenação, pois os pais diziam conhecer alguém considerado importante e ameaçavam punir os funcionários. Arruda (2021), em levantamento de dados referente ao sistema socioeducativo no Brasil, indica que a maioria das e dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa são pobres e oriundos das periferias de suas cidades.

Isso não significa que pessoas de classes sociais mais altas não cometam crimes e que adolescentes desses grupos não cometam atos infracionais. Por isso, é essencial considerar, para esta análise, a existência de uma seletividade penal que atinge pessoas negras e de classes mais baixas. Angela Davis (2016) aponta que mulheres negras eram presas por mais tempo do que homens pelo mesmo crime, principalmente quando estavam em idade fértil, como forma de impedir que tivessem filhos. Analisando o contexto brasileiro, Luciana Boiteux (2016) afirma existir seletividade do sistema ainda maior quando tratamos de mulheres mães, negras e pobres. Para a autora, “apesar de condenadas por crimes sem violência, elas são mais facilmente selecionadas pelo sistema penal justamente por estarem em situação de extrema vulnerabilidade.” (Boiteux, 2016, p. 5). Há, portanto, um movimento de exclusão social dessas mulheres e de seus filhos, que delas dependem. De acordo com Flauzina (2016), a matriz central da punição no nosso país se sustenta fundamentalmente nas mulheres negras.

Além da seletividade existente, que contribui para compreendermos o perfil das meninas que cumprem medida de

privação de liberdade, há um processo de vulnerabilização das jovens que atravessa suas trajetórias de vida e as colocam em uma posição de centralidade como alvo do sistema. Para Michel Misse (1995a), mesmo que pessoas de todas as classes sociais cometam crimes (ou atos ditos infracionais, no caso das meninas e dos meninos), “[...] existem ‘práticas criminais’ efetivamente associadas às condições de vida, sociabilidade e habitação de segmentos ‘marginalizados’ nas grandes metrópoles brasileiras, que a representação social privilegia como objeto principal do ‘medo da violência’ atualmente existente.” (Misse, 1995a, p. 6). É importante entender, nesse sentido, que a Justiça opta por priorizar crimes comumente praticados pelas classes marginalizadas, afetadas pelo desemprego e pela desigualdade social, como crimes contra o patrimônio, e não punir as classes dominantes, sendo as estatísticas, conseqüentemente, sempre seletivas, como afirma Vinuto (2022).

Pode-se afirmar, portanto, que o sistema penal é seletivo na escolha do seu cliente e também na criminalização das condutas (Jimenez; Frasseto, 2015). Arruda (2011) argumenta que o perfil das mulheres encarceradas não se distingue do perfil masculino - considerando raça e classe -, mas a seletividade para mulheres é ainda mais aprimorada. Para as adolescentes em privação de liberdade, isso é perceptível no processo de “[...] infracionalização, iniciado antes da determinação da medida.” (Arruda, 2011, p. 72). Compreender os processos vulnerabilizantes aos quais as adolescentes em privação de liberdade estavam sujeitas durante

sua trajetória de vidas torna-se fundamental, sob a perspectiva de que há uma vulnerabilidade penal de gênero, na medida em que determinadas condutas e perfis de meninas são mais “criminalizáveis” e “condenáveis” aos olhos do sistema. A vulnerabilidade social se encontra, dessa forma, intrinsecamente ligada à vulnerabilidade penal (D’Angelo, 2017).

A feminilização da pobreza assume um papel central nessa dinâmica. D’Angelo (2017) relata como essas mulheres desdobram-se em duplas ou triplas jornadas de trabalho nos espaços públicos e privados para arcar com a responsabilização afetiva e financeira de suas famílias. O Relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 2016, mostra que as mulheres continuam trabalhando mais horas por dia do que os homens, tanto em atividades remuneradas quanto não remuneradas³⁸. Além disso, a mulher, especialmente se é mãe, é vista como aquela que deve estar sempre disponível física e emocionalmente para as necessidades da sua família e daqueles que dela precisam (Silva; Cardoso; Abreu; Silva, 2020). Há, aqui, consequências objetivas, como a precarização da qualidade de vida pela dificuldade de acesso a direitos básicos - alimentação, habitação, lazer etc. - e subjetivas, como efeito da exaustão e da sensação de sobrecarga.

³⁸ ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. OIT: desigualdades de gênero continuam grandes no mercado de trabalho global. **Organização Internacional do Trabalho**, Brasília, 7 mar. 2016. Disponível em: https://www.ilo.org/brasil/brasilia/noticias/WCMS_458115/lang--pt/index.htm. Acesso em: 20 set. 2022.

Essa dinâmica priva as mulheres de “[...] seu escasso tempo de descanso, não há horário estipulado para o início e término de atividades, assim o trabalho público invade o ambiente privado, acarretando um acúmulo de atividades que podem gerar inclusive problemas psíquicos e exaustão.” (*ibidem*, p. 153). Algumas meninas que são mães relataram essa realidade: “Quando eu tava com doze pra treze anos o meu sonho era ser mãe. Aí engravidei com 13 anos, eu achava que ia ser tudo um morango. Ia ser... igual nos filmes, né? Criancinha e tals, né? Só que não, é tudo diferente. É uma realidade... muito difícil”. (Iara, 16 anos); “Eu queria tanto estar grávida, tentei várias vezes, mas agora eu tô cansada. É muito cansativo ter filho.” (Julia, 16 anos).

Além disso, nas entrevistas com as adolescentes, ouvi com frequência que as mães ou avós trabalhavam muito e, mesmo assim, tinham dificuldades para sustentar a casa. Um levantamento da consultoria IDados, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio do IBGE, em 2020, evidencia que Mulheres ganham em média 20,5% menos que homens no Brasil (Alvarenga, 2022). A pesquisa “Sem Parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia” registra que, durante a pandemia de Covid-19, a situação de vulnerabilidade das mulheres, especialmente das negras, foi agravada, a dificuldade de manter o sustento da família se intensificou (Bianconi; Leão; Ferrari; Zelic; Santos; Moreno, 2020).

Pode-se pensar, nesse contexto, na intensificação do ingresso das mulheres no tráfico de drogas como uma consequência da feminilização da pobreza (Debastiani;

Debastiani; Faria, 2018). Nesse caso, o argumento é que as mulheres são mais excluídas do mercado formal de trabalho e, assim, vêm se tornando mais pobres que os homens, com possibilidades de ascensão social muito mais limitadas. “Dessa forma, o tráfico de drogas passou a constituir uma estratégia de sobrevivência das mulheres, mostrando-se, em muitos casos, como uma das poucas atividades laborais acessíveis para aquelas que precisam sustentar seus filhos e são as mantenedoras do lar.” (Boiteux; Fernandes; Pancieri, 2017, p. 4).

Tipo, teve uma vez que eu tava com dez reais, né, que sobrou e meu filho tava sem leite Mucilon, eu fui lá, comprei, peguei mais dez reais emprestado, comprei o leite Mucilon dele e fiquei com fome. Porque eu penso primeiro no meu filho... Independente de tudo, eu comprei as coisas pra ele e fiquei com fome. Aí, eu falei pô, essa vida não tá adiantando pra mim. Tipo, trabalho eu não vou conseguir, trabalho... por causa da carteira de trabalho, eu não consegui ter tirado, porque agora carteira de trabalho não é mais papel, né? É virtual, né? Aí, eu tava com dificuldade pra tentar, porque já tá dando... tava dando no site que já tinha senha, login que já tentaram fazer minha carteira de trabalho, eu nem sabia. Aí a menina falou: só te dou emprego se tiver carteira de trabalho, eu não consegui emprego, eu falei, pô, o único emprego que não aceita carteira é o tráfico (Inahra, 16 anos).

A política de guerra às drogas influencia de maneira substancial a vivência nas periferias e o funcionamento do

sistema carcerário e do socioeducativo nos países da América Latina (Debastiani; Debastiani; Faria, 2018). Atualmente, a chamada guerra às drogas afeta a vida nas periferias e favelas do Rio de Janeiro por meio das investidas de repressão ao tráfico no setor varejista. Tal política impacta diretamente no aumento do número de adolescentes negros e negras nos centros socioeducativos, e no número de pessoas negras assassinadas pela polícia no país, especialmente no Rio de Janeiro, que, em 2020, foi o estado com maior índice de mortes durante operações policiais, segundo relatório da Rede de Observatórios da Segurança. “Desse total, 86% das mortes foram de pessoas negras.” (Alves, 2021, n. p.). Segundo Hirata, Grillo e Dirk (2020, p. 2): “as operações policiais são o principal instrumento da ação pública para o controle da criminalidade violenta no estado do Rio de Janeiro. Há mais de três décadas, as operações policiais são o método preferencial de direcionamento do uso da força pelo Governo.”

Dessa maneira, a lógica da guerra às drogas atravessa o cotidiano das mulheres mais pobres, visto que a prisão como resposta às drogas as afeta desproporcionalmente, especialmente as negras. “O exponencial aumento do encarceramento feminino nos últimos anos está diretamente relacionado ao tráfico de drogas [...]” (Boiteux; Fernandes; Pancieri, 2017, p. 4): em 2014, 63% das mulheres estavam presas por crimes a ele ligados (*ibidem*). Nesse sentido, a seleção dessas mulheres pelo poder punitivo formal está vinculada à vulnerabilidade da mulher na nossa sociedade (Chernicharo; Boiteux, 2014).

Outro aspecto vulnerabilizante é a violência presente na experiência social feminina. Um levantamento realizado pelo Painel de Monitoramento da Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), relata que a Justiça em todo o Brasil recebeu 563,7 mil novos processos de violência doméstica em 2019, número que representa um aumento de 10% com relação a 2018 (Bandeira, 2020). O Instituto de Pesquisa DataSenado, em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência, aponta que o “percentual de mulheres agredidas por ex-companheiros subiu de 13% para 37% entre 2011 e 2019 [...]” (Brasil, 2019b, n. p.), o que representa um aumento de 284% desses casos (*ibidem*). Nesse mesmo período, “[...] cresceu nas mulheres brasileiras a sensação de que não são tratadas com respeito. Esse sentimento era apontado por 35% em 2013, mas chegou a 56% na sondagem mais recente [2019]” (*ibidem*).

A violência de gênero evidencia, dessa maneira, a inserção diferenciada de mulheres e homens na estrutura social e familiar, a partir de uma distribuição assimétrica de poder que, segundo avalia Gonzalez (1983), afeta mais as mulheres negras. Quando observamos o perfil das mulheres encarceradas, notamos um padrão: a grande maioria é negra ou parda e já foi alvo de algum tipo de violência (Isaac; Campos, 2019). No DEGASE, os relatos de violência se misturam à trajetória das adolescentes. Uma dessas histórias é de Giovanna, que relatou ter ido morar com seu pai, após a morte de sua mãe. Ele a agredia, até que ela foi levada pelo Conselho

Tutelar para um abrigo, onde Giovanna disse preferir ficar, para não passar mais pelas agressões que sofria.

Grande parte dos episódios de violência, assim como os de Giovanna, parte de algum membro da família. Maria e Iara foram abusadas sexualmente por parentes homens durante a infância. O pai de Maria está preso por tráfico de drogas há seis anos, e eles não se veem desde então, quando ela tinha 10 anos. Dos 8 aos 12 anos, por determinação judicial, ela viveu com a madrasta, depois de ter passado por sucessivos estupros por parte do avô paterno e de um tio, o que ela também contou com muita dificuldade e dor: “Eu acho que faz parte de um todo na minha vida. São partes que eu não consigo tocar. É isso que as técnicas vivem falando comigo. Que eu começo a me aprofundar... toda vez que eu tava me aprofundando no assunto, eu volto pra trás, eu não consigo” (Maria, 17 anos). Em um momento da nossa conversa ela sentiu mal estar e queda de pressão, depois de falar sobre esse assunto.

A experimentação de violência de gênero pode trazer consequências sérias para a vida de uma mulher. Fonseca e Lucas (2006) argumentam que os sintomas psicológicos comumente encontrados em mulheres vítimas de violência são: insônia, pesadelos, falta de concentração, irritabilidade e falta de apetite. Surgem também problemas mentais, como depressão, ansiedade, síndrome do pânico, estresse pós-traumático, além de comportamentos autodestrutivos, a exemplo do uso de álcool e de drogas, e tentativas de suicídio.

A situação ainda é mais delicada quando afeta crianças e adolescentes. Ferenczi (1984) mostra o papel da lei da

compulsão à repetição, quando uma criança que experimenta sentimentos de desprazer, pode, já na vida adulta, reviver esse desprazer incessantemente. Se sofreu com falta de carinho e experienciou violência, pode, no mínimo, conservar pessimismo e aversão à vida (*ibidem*). Nesse contexto, uma história de maus-tratos pode se perpetuar ao longo das gerações, na medida em que as atitudes aprendidas na família durante a infância tendem a se manifestar também quando o adulto estabelece uma relação conjugal (Lima; Werlang, 2011). Grande parte dos relacionamentos com namorados ou maridos sobre os quais as meninas falaram são permeados pela violência. Segundo Chernicharo e Boiteux (2014), existe um aspecto de continuidade entre a violência sofrida em casa, por pais ou por companheiros, e a violência vivenciada por essas mulheres na cadeia.

4. Como o Gênero Opera no Cotidiano Institucional

Em um trabalho de revisão de literatura, Estrela, Silva Junior e Tannuss (2023) concluem que as vivências de mulheres no encarceramento são mais dolorosas do que as masculinas, por uma série de atravessamentos de gênero que moldam a experiência feminina dentro das instituições prisionais. Para pensar o cotidiano institucional, é necessário considerar que as adolescentes no sistema socioeducativo se encontram dentro de uma instituição que opera controle e docilização dos corpos, processo que ocorre de maneira diferenciada para mulheres. Existe, nesse sentido, uma

tentativa de imposição de um comportamento disciplinar a ser seguido pelas meninas, que, no entanto, não aceitam o processo de forma passiva.

Por ser a única unidade feminina de socioeducação do estado do Rio de Janeiro, é imprescindível analisar o CENSE PACGC sem olhar de modo generalizante em relação ao sistema socioeducativo, além de ser necessário levar em consideração a forma como o gênero opera no cotidiano institucional, enquanto categoria fundamental na organização e nas relações dentro do DEGASE, pois as relações de gênero atravessam as expectativas e normas comportamentais esperadas pelo sistema socioeducativo.

Aqui, entende-se gênero dentro de uma dinâmica de construção identitária, que surge a partir da interação entre o “eu” e a sociedade (Hall, 2015), ou seja, como uma categoria relacional, que é construída e existe apenas em relação ao outro. Na medida em que o contexto socioeconômico produz o ao mesmo tempo em que é produzido pelo - processo de dominação que estrutura as relações sociais e a subjetividade dos indivíduos, em um movimento que atravessa o inconsciente na relação subjetivação-objetivação (Saffioti, 1992), há um espectro de possibilidades de desenvolvimento de gênero, que, dentro de uma unidade feminina do sistema socioeducativo, ganha certas particularidades. Dessa forma, não podemos pensar em apenas uma forma de experienciar o cotidiano da instituição, é fundamental levar em conta o conflito entre o que é imposto pelo sistema e como é vivida essa imposição pelas adolescentes.

Nesse espectro, vale ressaltar que, onde há exercício de disciplinarização e controle, há também resistência e subversão. As meninas, em sua vivência dentro da instituição, encontram diversas formas de driblar as regras impostas. Então, são múltiplas as possibilidades e os entrelaçamentos entre performatividade de gênero, sexualidades, desejos, prazeres e violências, sempre agenciados por uma série de atravessamentos, disputas, poderes e negociações (D'Angelo *et al.*, 2018, p. 45). A privação de liberdade produz, nessa perspectiva, subjetividades e modos de existência (ou sobrevivência) que, sob a ótica das relações de gênero, podem ser compreendidos através da noção de performatividade, ou seja, uma forma de desempenho, no gênero enquanto fazer, e não ser (Butler, 2017, p. 55). Dessa forma, o gênero é fruto de uma construção social baseada na repetição de comportamentos socialmente vinculados a um sexo. Assim, como uma prática discursiva contínua, está aberto a ressignificações e intervenções.

Dessa maneira, dentro do sistema socioeducativo, gênero e sexualidade são constituídos a partir e através de relações de poder, afeto e violência (D'Angelo *et al.*, 2018), e compõem formas de habitar e existir dentro da instituição, como ser “mulherzinha” ou “joão”³⁹. A maior parte das meninas mantém algum tipo de relação afetivo-sexual com outras na unidade. Algumas já se relacionavam com mulheres

³⁹ As meninas são chamadas de “mulherzinhas” ou “Maria” quando performam comportamento associado à feminilidade e de “João” quando sua performatividade é entendida como masculina.

antes da entrada no sistema, e outras se relacionam pela primeira vez dentro apenas. A performance de gênero e sexualidade, nesse contexto, propicia diferentes formas de apropriação do espaço, que reproduz um modelo cis-heteronormativo de poder. Dentro de um relacionamento, à “Maria”, cabe o papel de lavar as roupas e limpar o alojamento; “João”, em contrapartida, provém segurança.

As adolescentes trocam cartas de amor, embora isso não seja permitido. Como não podem entrar no alojamento com o papel, elas escondem folhas avulsas em algum livro na biblioteca ou escrevem na orelha do volume, e avisam à parceira, que corre, assim que possível, para encontrar e ler. Nas correspondências, elas fazem declarações e planos de morar juntas quando deixarem o sistema. A bibliotecária é orientada a jogar fora todas as cartas que achar:

Os livros, elas têm mais cuidado, tem muito, dentro dos livros sempre tem cartinhas. Elas escrevem muito. De uma namorada com a outra, e uma do alojamento tal, às vezes saem correndo. “Tia, tia”. Elas me chamam de tia. “Eu esqueci uma cartinha dentro do livro tal”. Mas, assim, eu não posso ficar guardando. Tipo, como ela veio e falou que tinha, e abriu o livro, tudo bem. Mas eu pego e tenho que descartar, eu tenho que (Bibliotecária).

Por outro lado, chama atenção o papel do trauma nos relacionamentos e a reprodução da violência dentro da unidade. São diversos os relatos de agressão dentro do sistema, principalmente por parte das “João”, dentro de uma lógica de

posse e domínio da parceira, e de estupros por parte das meninas. Santos, Garcia e Gonçalves (2018), em uma pesquisa sobre unidades socioeducativas, afirmaram, em relação ao PACGC, que “não há relatos de violência sexual na unidade. O seguro sequer existe ali. Assim, em princípio, as relações de diferentes naturezas ocorrem com consentimento das envolvidas.” (Santos; GarciaA; Gonçalves, 2018, p. 98). Não foi isso que observei, contudo. As adolescentes, eventualmente, relatavam casos em que foram beijadas ou agarradas contra sua vontade.

Um caso marcante relatado durante o período da minha pesquisa na unidade corrobora minha percepção: Joanna, de 12 anos, sofreu um estupro coletivo por parte de outras adolescentes mais velhas, dentro da unidade. Algumas meninas disseram que duas adolescentes seguraram Joanna, enquanto outras duas abusaram dela sexualmente. Por ter sido de madrugada e ninguém ter feito muito barulho, as agentes não souberam do ocorrido no momento, portanto, não intervieram. Algumas semanas depois, Joanna estava namorando uma das adolescentes que cometeu o abuso. Podemos pensar no exercício de micropoderes - entendido no pensamento foucaultiano como formas capilarizadas de poder que se imbricam nas práticas sociais e nos corpos dos sujeitos - por parte das adolescentes (Foucault, 2015), e na reprodução de um modelo heteronormativo patriarcal de relacionamento, pautado na violência masculina. Desse modo, por mais que de forma minoritária em comparação aos homens, as meninas também

podem reproduzir violência, de modo a exercer poder sobre as demais.

A privação de liberdade resulta em uma série de impactos subjetivos que atingem as meninas. Os relatos e desabafos de angústia e tristeza permearam todas as entrevistas que realizei, e os de automutilação e tentativas de suicídio estiveram muito presentes na pesquisa. Funcionárias e agentes afirmaram ser muito mais frequentes do que em unidades masculinas. Apesar de eu não possuir acesso a dados da unidade masculina, duas diretoras, uma assistente social, uma psicóloga e uma enfermeira relataram que, no DEGASE, as meninas são mais medicadas que os meninos: “Ah, não tem comparação... Aqui é tipo 80, 90%, quando é pouco. Agora todas da internação tomam algum remédio.” (Enfermeira). As principais demandas informadas são insônia - que a equipe técnica descreveu como consequência da ansiedade e também da ausência de muitas atividades na unidade, o que geraria muito menos cansaço nas adolescentes do que a rotina comum delas - e crises de abstinência. Os remédios em questão são ansiolíticos, antidepressivos e antipsicóticos. A menor parte das adolescentes entra na unidade já tomando algum remédio e com receita psiquiátrica de fora.

A opinião sobre o motivo de as meninas serem mais medicadas não foi consenso nas entrevistas que realizei. Para uma diretora, há uma questão hormonal determinante, que faz com que as adolescentes do sexo feminino sejam mais “deprês” e “histéricas”. Segundo ela, que trabalhou mais de dez anos em unidade masculina do DEGASE, os meninos demandam menos

atenção e são mais fáceis de lidar, pois só “dão trabalho” quando, esporadicamente, organizam alguma rebelião, enquanto as meninas ficam “numa picuinha diária”. Esse discurso, não exclusivo dessa profissional, reflete um estereótipo também perceptível na fala de certas agentes, que comparam as unidades femininas e masculinas, como já abordado neste trabalho. Nesse sentido, poderia haver uma abordagem de maior medicação sob argumento de que as meninas precisariam ser mais “contidas” do que os meninos, já que o comportamento delas seria mais “histérico” e descontrolado.

Uma enfermeira com quem conversei apresentou outra perspectiva. Para ela, que também trabalha na unidade masculina, os meninos são mais fechados emocionalmente por uma pressão social e não podem manifestar determinados sentimentos por medo de parecerem fracos no grupo. Alguns, em momentos de ansiedade ou fragilidade, são chamados por apelidos negativos pelos companheiros de alojamento. Já as meninas teriam mais liberdade para expressar sentimentos negativos e pedir ajuda. Cabe, nesse momento, voltar à análise de performatividade. Os meninos em privação de liberdade, por uma expectativa de performance de masculinidade tradicional - demonstrar poucas emoções, não chorar, não parecer frágil - reprimiriam determinados sentimentos, o que não seria necessário em uma performance feminina.

Um ponto que não foi trazido por nenhuma das profissionais que entrevistei é o frequente abandono afetivo das meninas que se encontram em privação de liberdade. Como

abordado no primeiro da minha dissertação (Maia, 2023), as mulheres são quem mais visitam centros socioeducativos e prisões e quem menos recebem visitas. A maioria das meninas no PACGC não recebe visita das famílias, e as adolescentes que são mães acabam impossibilitadas de encontrar seus filhos: “Tô sem visita. Sem visita totalmente não, porque a mãe da minha namorada aqui de dentro, ela já me viu duas vezes. Então não é totalmente, mas minha família não vem”; “mais triste pra mim aqui é ficar longe da minha filha” (Helena, 17 anos).

5. Considerações Finais

O objetivo geral da dissertação, que o presente capítulo objetivou resumir, foi discutir o atravessamento das relações de gênero na trajetória e na experiência de internação de adolescentes em privação de liberdade na única unidade socioeducativa feminina no Rio de Janeiro. Neste trabalho, enfatizou-se o caráter do sistema socioeducativo e da aplicação de medidas socioeducativas; a construção social da vulnerabilidade de gênero diante dos sistemas punitivos; e aspectos da experiência de internação, especialmente os atravessamentos das relações de gênero. É importante ressaltar que não se pretendeu - pela impossibilidade de fazer isso com a qualidade desejável - abordar tudo que foi discutido na dissertação, e muito menos tudo que foi conversado entre mim e as adolescentes.

Todo o material de entrevistas, gravadas em áudios, foi transcrito e analisado no software Atlas.ti, a partir do qual selecionei o que era padrão nas entrevistas para discussão. Não se trata, portanto, de obter fórmulas ou modelos generalizáveis para analisar a internação feminina, ou de ignorar as especificidades das vivências das meninas. Contudo, chamo atenção para as experiências que são comuns às meninas e mulheres dentro e fora dos muros das instituições, e para a seletividade do sistema, que coloca como alvo um determinado grupo de jovens mais “criminalizáveis”.

Referências bibliográficas

ARRUDA, Jalusa. **“PARA VER AS MENINAS”**: Um Estudo Sobre as Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Internação na CASE/Salvador. Orientadora: Maria Gabriela Hita. 2011. 243 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal**: introdução à sociologia do direito penal. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2014.

BOITEUX, L. Encarceramento Feminino e Seletividade Penal. **REDE JUSTIÇA CRIMINAL**, v. 9, p. 23-35, set. 2016.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente [edição atualizada até outubro de 2017]. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/534718/eca_1ed.pdf. Acesso em: 5 ago. 2022.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

D’ANGELO, L.; COSTA, V.; ROCHA, B.; LIMA, V.; HERNANDEZ, J.; PINHO, G.; UZIEL, A. Performatividade de Gênero em Unidades Prisionais Femininas no Rio de Janeiro. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v.38, p.44-59., 2018.

D’ANGELO, Luisa. **Entre “Sujeita-Mulher” e “Mulher de Bandido”**: Produção de Feminilidades em Contexto de Privação de Liberdade. Orientadora: Anna Paula Uziel. 2017. 154 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia.

DEBASTIANI, Joana Silvia Mattia; DEBASTIANI, Valdemir José; FARIA, Josiane Petry. **Seletividade penal e encarceramento feminino: um olhar a partir da feminização da pobreza**. In: Congresso Internacional De Ciências Criminais: Sistema Penal E Violência, 9.; Congresso Transdisciplinar De Ciências Criminais Do Itec-Rs, 18., 2018, Porto Alegre. Anais [...]. Porto Alegre: PUC-RS, 2018. p. 1-15.

FOUCAULT, Michel. A sociedade punitiva: curso no Collège de France (1972-1973). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 42. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

GONÇALVES, Rita de Cássia; LISBOA, Teresa Kleba. Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida. Florianópolis: **Revista Katálysis**, v. 10, p. 83-92, 2007.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2015.

JIMENEZ, Luciene; FRASSETO, Flávio Américo. Face da morte: a lei em conflito com o adolescente. Belo Horizonte: **Psicologia & Sociedade**, v. 27, n. 2, p. 404-414, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/CrQNC9bR7Vd67D3BfqBKP4w/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: ?

MAIA, Isabela Ramos. **Aprisionamento para Além das Celas**: um estudo sobre relações de gênero em uma unidade socioeducativa feminina no Rio de Janeiro. Orientadora: Joana D'arc Ferraz. 2023. 112 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia.

MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 79, p. 15-38, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/sv7ZDmyGK9RymzJ47rD5jCx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 out. 2022.

PASSETTI, Edson. Sociedade de controle e abolição da punição. São Paulo: **São Paulo em Perspectiva**, v. 13, n. 3, p. 56-66, 1999.

SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 183-215

SILVA, Jayana Nicaretta da. Apresentação. In: BRASIL. **Estatuto da juventude**: lei no 12.852, de 5 de agosto de 2013. Brasília, DF: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; Secretaria Nacional da Juventude, 2019.

VINUTO, Juliana “O outro lado da moeda”: o trabalho de agentes socioeducativos no estado do Rio de Janeiro. 2019. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

Capítulo 6

Adolescentes, tráfico de drogas e a elaboração da “noção de pessoa” em decisões judiciais⁴⁰

Carla Manguiera Gonçalves Machado⁴¹

1. Introdução

Toda investigação, ainda que incipiente, surge de uma lacuna no campo de análise, seja ela objetiva ou subjetiva. No caso da socioeducação, temos observado um movimento recente – nos últimos 15 anos – de pesquisas elaboradas a partir de uma gama de problemáticas diretamente relacionadas à relação entre indivíduo e sociedade. Aqui, podemos listar, por exemplo, as relações estabelecidas entre os adolescentes e seus pares nas instituições; entre os agentes de segurança socioeducativa; e até mesmo entre os jovens e as instituições

⁴⁰ Uma primeira versão foi apresentada no 21º Congresso Brasileiro de Sociologia, em Belém do Pará (2023).

⁴¹ Carla Manguiera Gonçalves Machado é formada em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). É mestre em Sociologia pelo PPGS/UFF e doutoranda em Sociologia pelo PPGSA/UFRJ. Tem experiência na área de Sociologia da Juventude e da Violência, com ênfase em adolescentes considerados em conflito com a lei, análises documentais, sistema socioeducativo e redes sociais.. E-mail: carlamgmachado@ufrj.br.

em que cumprem as chamadas medidas socioeducativas (Neri, 2009; Vinuto, 2019; Lyra, 2020; Galdeano e Almeida *et al*, 2018; Almeida, 2010; Vinuto e Alvarez, 2018).

Perceba, porém, que a análise mais detida junto aos modos de reprodução social também apresenta uma lacuna, um campo pouco explorado, seja na Sociologia do Crime e da Violência de forma mais ampliada, seja no recorte da socioeducação. E que lacuna seria esta? Falamos da produção de documentos, dos caminhos invisíveis que constroem e fortalecem as instituições, tornando-as quem elas são, e que também produzem os sujeitos que nela se inserem – seja objetiva ou subjetivamente.

É o caso, por exemplo, das sentenças judiciais, que fazem parte do objeto de pesquisa e centraliza o debate deste capítulo. Nas buscas, poucos foram os trabalhos encontrados – no campo da Sociologia da Violência – que privilegiassem a análise de sentenças ou a documental, de forma mais ampliada. Isto demonstra não apenas uma prevalência dos estudos que se debruçam sobre as relações, mas também, uma oportunidade profícua de ampliar as análises no campo. Advogo que os documentos, a análise de seu percurso, dos elementos dados e não dados são fundamentais para compreender as ações objetivas que são alvos de investigações mais primorosas. Muito daquilo que se observa objetivamente nas relações tem início em um espaço ordinário que, por sê-lo, acaba não sendo visto como um problema sociológico. Além de nossos próprios esforços em torno das sentenças (Machado, 2022),

pesquisadores como Jesus (2016; 2020) têm se dedicado à investigação documental com a finalidade sugerida.

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa, entre 2020 e 2022, pude observar que a ausência de estranhamento com relação ao ordenamento e funcionamento das instituições pode se tornar a mola propulsora de suas ações, por vezes ostensivas. Isto, quando se fala de tribunais, especialmente. Ao tomar a operacionalização institucional como “parte” de si mesma, tende-se a naturalizar abordagens, manejos, adjetivações e construções discursivas que, quando suspensas à análise, mostram-se problemáticas e complexas. À medida que me debruçava nas sentenças, esse estranhamento passou a ser uma espécie de companhia, visto que era objetivo do trabalho compreender, de fora, a construção discursiva dos documentos, feita por dentro. Era importante e necessário compreender como isto se dava a partir do que estava explícito, documentado, mas também por meio do não dito, que também se fazia presente de alguma forma. As narrativas foram os meios pelos quais consegui lançar luz ao que era invisível, tornando-os visíveis a olho nu. Posteriormente, tratarei das questões metodológicas que compreendem a pesquisa.

Fato é que, por ter se tratado de uma pesquisa desenvolvida ao longo do mestrado, alguns elementos mapeados e abordados a título de nota não foram aprofundados da forma devida, o que me fez elaborar um caminho de volta à investigação para retomar estes pontos em aberto. É o caso do objeto sobre o qual se debruça este capítulo: a noção de pessoa a partir dos discursos registrados em sentenças judiciais. A

elaboração múltipla do sujeito, conceito que consolidei na dissertação (Machado, 2022) e que tratarei aqui, foi algo observado nos discursos das personagens perfiladas – juízes, policiais militares e familiares dos adolescentes – uma vez que cada um deles trazia consigo uma visão – ou versão – muito particular do adolescente envolvido na ação. Ao afirmar a existência de uma *elaboração múltipla do sujeito*, aciono o outro, elemento externo ao adolescente, como precursor dominante. A partir disto, questiono em que medida e como essas elaborações do outro incidem sobre os adolescentes julgados, e de que maneira isto reverbera no processo inquisitorial das audiências e tomadas de decisão.

Assim como veiculei em outra oportunidade, este capítulo tem como objetivo iniciar uma discussão sobre a construção dessas noções de pessoa – ou de *self*, nomenclatura cunhada por Goffman (2002) – e, portanto, temos em mente seu valor exploratório, de experimentação. A própria interlocução que faremos com o debate antropológico cabe nestes dois pilares que sustentam a discussão. Mas, apesar disto, reafirmamos a originalidade do debate, iniciado já no mestrado, e da relevância de pensar uma Sociologia da Violência que seja também uma Sociologia da Fala, do Discurso e dos Documentos. Portanto, assim dispõem-se as elaborações: seguirei apresentando o percurso até o objeto e a metodologia deste capítulo, passando brevemente pelas questões desenvolvidas ao longo da dissertação. Depois, passarei ao debate interdisciplinar, tratando de compreender a noção de pessoa e sua aplicabilidade no que localizamos nas

sentenças. Prossegurei, a título de finalização, com os resultados obtidos.

2. O objeto

As sentenças emergiram como objetos potenciais para a pesquisa devido a uma série de acontecimentos, dentre elas, a pandemia. Com a impossibilidade de acessar quaisquer campos de forma presencial, era necessário encontrar uma nova forma de se fazer ciência, pautada nos cuidados que requeriam a crise sanitária. Foi a partir de uma leitura em Foucault (2004) que a análise de documentos se mostrou como algo possível. Neste escrito, o autor analisa minuciosamente duas sentenças, emitidas entre os séculos XVII e XVIII, salvo engano, e traz em suas ponderações questões importantes sobre o transpassar do poder sobre o sujeito julgado. Isto alertou para a possibilidade de manejar as sentenças emitidas contra adolescentes em uma perspectiva similar, a princípio. Mas, sobretudo, direcionou a pesquisa para pensar o processamento judicial do Rio de Janeiro enquanto precursor de uma sociabilidade violenta (Machado da Silva, 2004) que diariamente presenciamos.

Além do amparo clássico em Foucault (2004), que demonstrou ser possível avançar no debate, buscava bibliografias recentes capazes de auxiliar na construção e desenvolvimento do objeto. Mas, como já mencionado anteriormente, houve uma dificuldade em localizar trabalhos cujos objetos convergissem com o que ansiava. A análise de

documentos no âmbito da Sociologia do Crime e da Violência ainda é algo rarefeito, seja pela preferência dos pesquisadores pelas inserções em campo; ou pelo modo como lidamos com as estruturas institucionais, sejam elas visíveis ou não. Quando a normalidade se torna o fio condutor dessa ótica, torna-se mais difícil observar certas situações como problemas de pesquisa. Neste sentido, o trabalho que destaco nesta busca foi o elaborado por Jesus (2016; 2020), cujo objeto foram sentenças emitidas em casos de tráfico de drogas na cidade de São Paulo. Ainda que não se falasse de adolescentes como réus dos casos, este estudo foi importante por conceder um norte, e também elementos analíticos iniciais para pensar estes documentos.

Neste capítulo, falamos especificamente dos casos de tráfico de drogas envolvendo adolescente, mas permita desenvolver brevemente o relato de como localizei o conjunto que trabalhei. Como disse, a pesquisa se iniciou e se desenvolveu durante o período pandêmico, razão pela qual não poderia acessar presencialmente nenhuma instituição. Assim, a localização das sentenças emitidas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) aconteceu de forma remota, a partir da utilização de chaves de busca. O processo foi repetido três vezes, até chegar ao conjunto de 25 documentos. Para a pesquisa, importava que as sentenças tivessem sido emitidas por alguma comarca do estado do Rio de Janeiro; e que versassem sobre adolescentes e aplicação de medidas socioeducativas. É evidente que esse quantitativo não diz respeito a uma amostra representativa, mas ainda assim foi e

segue sendo um campo profícuo para a elaboração de questões relacionadas às instituições.

Uma vez tendo-as reunidas, a grande questão se tornou: como tratá-las? Como identificá-las? É certo que não bastava ter apenas os documentos em mãos, era necessário saber de que sentenças falava quando mencionava a existência do conjunto. Qual território prevalecia? E infração? Medida socioeducativa mais aplicada? A partir de uma série de questionamentos e da necessidade de traçar uma espécie de perfil, elenquei alguns pontos perfiláveis capazes de responder essas dúvidas. Era indispensável saber o local de ocorrência da infração; a infração cometida; medida socioeducativa aplicada; ano da ocorrência; número de adolescentes envolvidos nas ações; gênero. De todos os apontamentos, aqueles sobre o qual me debrucei com mais cuidado foi o da localização territorial, e explico. É evidente que o manejo dos documentos exige dos pesquisadores a mesma discrição e sigilo que empreendidos em entrevistas, e a necessidade de resguardar os adolescentes das ações foi o primeiro alerta a demonstrado. À medida que me inteirava dos casos e percebia que o território era uma questão importante, também questionava o modo como faria uso dele. Isto porque, caso abrisse os espaços urbanos sem restrições, poderia quebrar o sigilo e tornar aquele adolescente identificável. Foi a partir disto que optei pelo uso das regiões – metropolitana, norte e noroeste fluminense, sul e sudeste fluminense, serrana e dos lagos – como uma forma de localizar demograficamente cada caso, sem incorrer no risco de torná-los passíveis de identificação.

E qual foi o perfil obtido, afinal? Falando de todo o conjunto, foi observado que os casos se localizam entre os anos de 2012 e 2018, com ocorrência predominante na Região Metropolitana e Capital do Rio de Janeiro, somando 17 sentenças. Registrou-se um número baixo de sentenças para o interior do estado (08), mas isso não desqualifica o fato de que, nos últimos anos, a incidência da violência tem aumentado consideravelmente em algumas cidades, como é o caso de Campos dos Goytacazes e adjacências (Siqueira, 2016). Das infrações, o tráfico de drogas teve uma incidência considerável, sendo responsável por mais da metade dos registros documentais (14). A proeminência do ilegalismo foi uma das razões pelas quais optei por centralizá-lo no debate deste artigo, sobre o qual discorrerei adiante. A internação, medida mais gravosa, foi a mais aplicada pelos magistrados (11), além da liberdade assistida (06). Os adolescentes eram, em sua grande maioria, meninos, e agiam de forma individual.

Sabendo de que sentenças falava, passei para o segundo momento da pesquisa, a avaliação dos discursos, e para tanto, elenquei três personagens primordiais: os policiais militares (testemunhas de acusação), os familiares dos adolescentes (testemunhas de defesa) e os magistrados, responsáveis pelos casos. Não incluí as falas dos adolescentes neste montante justamente porque elas não são registradas nas sentenças na maioria das vezes. Para que isso fosse possível, foi utilizado o método de vocabulário de motivos, proposto por Wright Mills (2016). A escolha se mostrou bastante interessante por algumas razões. Primeiro, porque a partir dos vocabulários poderia

compreender os vocábulos em si, mas também o modo como eles poderiam exercer uma espécie de controle social sobre os sujeitos e suas narrativas. Segundo, porque, a partir da reunião de motivos por personagem, era possível compará-los entre seus iguais, mas também com os demais. Por exemplo: doravante os argumentos de um policial, era possível colocá-lo em perspectiva com outros policiais, mas também com familiares dos adolescentes. Esse movimento permitiu uma observação prismática sobre o objeto, o que foi de grande valia.

Fato é que, até o momento, debruçava-me sobre o conjunto geral das sentenças, objeto de pesquisa pregressa - neste capítulo, falamos detidamente sobre os casos de tráfico de drogas. Como cheguei a eles? Conforme já mencionado, o que chamou a atenção para esse fim foi, em um primeiro momento, o número de sentenças relacionadas ao tráfico de drogas, que diziam respeito a mais da metade do conjunto inicial. Por isso, julguei importante mencionar o percurso até esse primeiro montante para, enfim, chegar ao que interessa nessa discussão. Não seria possível fazê-lo sem um contexto. Segundo, destaco justamente os vocabulários de motivos. Ao analisar cada um dos personagens e seus argumentos, ligando-os às infrações cometidas pelos adolescentes, é possível observar que as narrativas criminalizantes – segundo policiais e juízes – estavam registradas em sentenças de tráfico. Quando colocadas em perspectiva com crimes lidos como *mais gravosos*, como homicídio, a diferença era abissal: enquanto as referentes ao tráfico se nutriam de uma narrativa disposta a condenar e a tornar o adolescente um *bandido*, um *traficante*,

as relacionadas a homicídio seguiam o fio condutor de descrição dos fatos, sem quaisquer apontamentos morais.

Essas *mãos de ferro* sobre os casos de tráfico e sua considerável incidência no conjunto estudado levou a priorizá-lo na análise da noção de pessoa (Mauss, 2017), justamente porque os motivos mostraram que há um desejo, ainda que não declarado, de tornar o adolescente aquilo que lhe é imputado. Neste caso, os esforços se reúnem em torno de transformá-lo, de fato, em *bandido*, em *criminoso*, em *traficante*, pela via do convencimento e do discurso. Há, como verificado, a construção de uma persona-adolescente no momento em que esse tipo de adjetivação começa a se mostrar; a elaboração de uma espécie de *self* (Goffman, 2002) a partir do outro, que se encontra com o corpo do adolescente e disputa espaço no conflito entre o que é sagrado e profano (Douglas, 2014) nas visões de mundo e de moral defendidas nas audiências. A isto, chamo de *elaboração múltipla do sujeito* (Machado, 2022), conceito que ajuda a compreender o desenvolvimento da noção de pessoa ante o adolescente julgado, a partir de seu outro, além de suas motivações. A seguir, tratarei disso com mais minúcias.

3. A fala

A *elaboração múltipla do sujeito* (Machado, 2022) de que falei, foi algo mapeado a partir dos vocabulários de motivos. Como mencionado, parti do método de Wright Mills (2016) para organizar, mapear e problematizar as narrativas de

cada um dos personagens envolvidos nas sentenças, elencados também na pesquisa. A avaliação de cada um deles ocorreu de forma individual, para pensar a partir do local de origem de cada um deles e os dispositivos nativos que sustentavam aquela narrativa; e também coletiva, visto que passei a observá-los em perspectiva.

Antes de falarmos de nossas percepções coletivas, é importante situar cada um dos personagens a partir de suas próprias narrativas, uma vez que o vocabulário de motivos também foi importante neste processo de caracterizá-los, em certa medida. Ao longo da dissertação, debruicei-me com riqueza de detalhes nas principais características das falas de policiais militares, familiares e juízes. Aqui, relembrei alguns pontos importantes que concederão espaço para as elaborações teóricas sobre a dimensão do sujeito.

Começamos, portanto, pelos policiais militares. Eram, em sua totalidade, elencados como testemunhas de acusação por terem presenciado o cometimento da infração e posterior apreensão do adolescente. Nas sentenças, toda a descrição dos fatos seguia aquilo que era dito pelos oficiais. Pode-se dizer que não havia uma narrativa neutra sobre o ocorrido, já que parti do pressuposto que a ética policial (Kant de Lima, Eilbaum, Pire, 2017) e a certeza da crença em seu saber (Jesus, 2020) enviesam, em certa medida, aquilo que é dito. O vocabulário de motivos foi sendo produzido a partir de cada uma das sentenças, emitidas em anos e localidades diferentes, e o que chamou a atenção foi justamente a aproximação dos

motivos, dos argumentos e até mesmo do modo como eles remontavam as situações que culminaram na judicialização.

Os vocabulários reunidos demonstraram que as narrativas de policiais militares se confluem na ideia de criminalização. Em diversos momentos, ao caracterizarem os espaços urbanos em que as infrações haviam ocorrido, a atribuição à ideia *de boca, de tráfico, de perigo*, era comum. *Lugar de boca de fumo*, por exemplo, era um dos termos mais mobilizados pelos policiais para adjetivar os locais de origem dos adolescentes, o espaço que eles ocupavam no momento da abordagem policial e, em consonância, as possíveis ações ostensivas empreendidas pelos oficiais. É evidente que essa forma de nominar e tornar conhecido um local não ficou restrita somente aos territórios. Os adolescentes eram igualmente indicados como *perigosos, criminosos, bandidos e traficantes*, ainda que algumas terminologias não fossem utilizadas de forma direta. Máximas como *sabemos quem é morador e envolvido*, por exemplo, indicavam a tônica da criminalização sobre os jovens, que eram, evidentemente, vistos como *envolvidos*. É igualmente evidente que esse tipo de criminalização não ficava só sobre o adolescente, mas se espalhava sobre seus familiares – testemunhas de defesa – e seus pares. Falarei disto posteriormente.

Outro ponto digno de nota acerca do que testemunham os policiais diz respeito ao padrão discursivo. Já mencionei anteriormente que as sentenças foram emitidas em anos e localidades diferentes, entre 2012 e 2018, o que diminui drasticamente a possibilidade de o mesmo policial ou

agrupamento testemunharem em dois processos distintos. Fato é que, apesar dessa impossibilidade, observei que todos os policiais, ao remontarem os ocorridos que culminaram na judicialização do adolescente, o fazem da mesma maneira.

Falo, portanto, de um agrupamento policial em patrulhamento de rotina – em um número minoritário, o acionamento ocorreu a partir de denúncias anônimas – em um bairro visto como ostensivo. Durante a ronda, os policiais avistam um grupo de jovens suspeitos e iniciam uma perseguição homérica em torno desses adolescentes. Digo homérica porque o teor dado a essa condução é digna de uma narrativa fantástica. Nesse momento, os policiais são vistos como os mocinhos que salvaguardam a sociedade da delinquência, enquanto os adolescentes são os vilões que precisam ser detidos. Toda essa narrativa se desenvolve no interior da comunidade, com obstáculos como muros, locais abandonados, etc., até o momento da apreensão. Salvas as particularidades de cada espaço e caso, esse é o modo como os policiais conduzem suas falas.

Se os policiais militares adentram as audiências com um tipo de discurso disposto a condenar o adolescente da forma mais gravosa, uma vez que ele é lido pelas forças operacionais como um *perigo*, um *risco*, os familiares fazem o sentido oposto. Ainda que utilize o artigo feminino no masculino, quando falamos desse corpo de defesa, estamos nos referindo a figuras femininas. Neste caso, listamos tias, avós, ex-companheiras, mães que ora têm seus testemunhos registrados, ora não. Mas, ainda que suas falas não estejam nas

sentenças, é importante trazer ao debate a dimensão do cuidado que está sobre as mulheres cujos semelhantes e familiares se encontram em situação de encarceramento e/ou judicialização. Spagna (2006) traz um debate consistente a esse respeito e destaca justamente a ideia de missão que recai sobre as mulheres, seja de se fazer presente ou de, a partir da presença, trabalhar pela manutenção da união familiar. É também uma forma de demonstrar que aquele sujeito, seja adolescente ou adulto, não está *largado*, que tem família, alguém que zele por ele.

O que observei nos motivos dos familiares entra em concordância com o que já havia sido posto por outras autoras, como Rocha (2020), Lyra (2016), Martins (2017) e Vianna e Farias (2011). No processo de defesa, não se fala estritamente sobre a infração, mas sobre o adolescente enquanto sujeito. Essas mulheres vão em suas vidas privadas em busca de uma série de determinantes que possam ser capazes, quando reunidos, de transformá-lo em um adolescente diferente do que está sendo posto em audiência. Falas que destacam, por exemplo, que aquele adolescente é um *bom menino, obediente, com boa convivência familiar e social, com frequência escolar*, são comuns. Em uma das sentenças, inclusive, a tia de um adolescente ressaltou que *ele sempre ia ao colégio, exceto em dias de tiroteio*, deixando claro que as ações ostensivas e criminosas não vinham do seu sobrinho, mas das testemunhas de acusação – os policiais.

Diante dos fatos narrados por ambas as testemunhas – ainda que sejam dissonantes entre si – cabe aos juízes ponderá-

los e, a partir disso, definir a sentença. O imaginário em torno da figura magistral conduz à ideia de que suas ações são pautadas na imparcialidade e no rigor da lei, mas não é o que acontece na maioria das vezes. Os motivos reservados aos juízes trazem algumas particularidades que gostaria brevemente de expor. Primeiro, é importante ressaltar a dificuldade em destacar seus vocábulos devido à relação intrínseca entre os discursos dos juízes e a condução ritualística das decisões judiciais. As sentenças, como é sabido, seguem um padrão comum, iniciando com uma série de citações de páginas importantes da peça processual, seguindo para a apresentação dos casos pelas testemunhas, colocações formais e a decisão. Sem a dimensão do estranhamento diante do modo como o documento foi produzido, era dificultoso o processo de reunião de motivos vinculados aos juízes. Mas, o que facilitou este processo foi justamente a segunda particularidade: a parcialidade e a dimensão moral.

Estes dois pontos são os elementos que caracterizaram os discursos dos magistrados, uma vez reunidos em um vocabulário. Observei que, no momento em que o espaço para a decisão é aberto, os testemunhos não são analisados e ponderados igualmente. Há uma *preferência* pelas narrativas policiais, à medida que aquilo que é posto pelos familiares é rapidamente descartado. Os argumentos para isto versam sobre falas *fantasiosas, fora da realidade, inconclusivas* por parte daqueles que estão no campo da defesa. Os que são verbalizados pelos oficiais são, por vezes, pontuados como *verídicos*, uma vez que *não haveria motivo para que ele*

mentisse ou alterasse fatos com vistas à condenação do adolescente. Esse ponto é bem articulado por Jesus (2020) ao tratar da crença na verdade e no saber policial que é nutrida pelos magistrados, uma vez que seu trabalho depende integralmente daquilo que é posto pelos oficiais.

Havia dito que o espraçamento seria algo que trataríamos, e a razão pela qual posterguei o tema até este momento é simples: esse processo de transferir às famílias, territórios, pares, o teor criminalizante dos discursos dos policiais não é algo feito por eles, mas pelos juízes. No processo de tomada de decisão, é comum que se utilize terminologias que colocam sobre as famílias e suas possíveis desestruturas a culpa pela judicialização do adolescente. Aliás, a utilização desse termo, *desestruturada*, é recorrente entre os magistrados. É uma forma de se estabelecer o culpado pela situação do adolescente que, neste caso, é o familiar que testemunha, mas também toda a família. É por isso que afirmamos que as famílias, as mulheres que se colocam como parte da defesa, não apenas concedem suas narrativas. Elas também são acusadas, condenadas, também cumprem a medida junto ao adolescente ao se disporem a estar semanalmente nas visitas, e sofrem com o espraçamento da sujeição criminal (Misse, 1999).

Temos, portanto, o panorama dos três principais discursos, das três narrativas que corporificam as sentenças. O que passei a observar a partir da análise comparativa entre os motivos foi que cada um deles – policiais, familiares e juízes – não constroem somente seus testemunhos, mas também novas

formas de ser do sujeito julgado. É como se, a partir do vocabulário, emergissem *novos adolescentes*, subjetivos, que passam a disputar o corpo presente. Exemplifico: ao longo de toda a narrativa policial, por exemplo, o que vi foi a emergência de um *sujeito-adolescente-criminoso, bandido, traficante, perigoso*, que é alvo merecedor das ações ostensivas dos oficiais por denotar perigo ao todo social. A dos familiares emergiu em contraponto, porque o que vislumbrei foi a presença de um *sujeito-adolescente-familiar, um bom menino, bem relacionado*, cujos vínculos privados e sociais denotam a não vinculação com atos infracionais. Sabendo que os discursos dos juízes se alinham parcialmente aos dos oficiais, a terceira persona que surge dos discursos é bem similar à primeira: há um *sujeito-adolescente-culpado* que, por ter se envolvido, precisa ser *retirado do convívio social* como forma de *ressocialização*.

As disputas que concorrem em uma audiência não dizem respeito somente à busca por uma espécie de *verdade* (Foucault, 2014). Disputa-se igualmente o corpo do adolescente, que se torna uma arena pública capaz de conter aquilo que é sagrado e o que é profano (Douglas, 2014). A *elaboração múltipla do sujeito*, de que falei, é manifesta no que é dito e atinge diretamente o modo como aquele adolescente passa a ser visto e também a se ver. Embora não tenha uma compreensão mais detida a respeito do modo como esse adolescente se enxerga – porque, novamente, as sentenças não registram seus discursos, em um processo cada vez mais voraz de apagamento do sujeito – a existência dessa situação nos

conduz à indagação: como essa elaboração da pessoa, dessa noção (Mauss, 2017), desse *self* (Goffman, 2002), é recebido pelo adolescente? Como podemos interpretar o movimento das partes testemunhais na construção dessa dimensão? De que forma elas concorrem para a neutralização ou para a criminalização ainda mais intensa dos corpos destes jovens? São essas as questões que busco compreender.

4. A noção de pessoa

A compreensão de que os discursos carregam consigo construções dissonantes de um mesmo sujeito chamou a atenção por algumas razões. Dentre elas, destaco o protagonismo do outro sobre o sujeito-adolescente, uma vez que é a partir daquilo que é posto pelo outro que os adolescentes passam a se reconhecer (ou não). A existência de um tipo de adolescente caracterizado pelos policiais, familiares e juízes convoca a pensar sobre o papel que cada um deles possui nesse processo de construção da noção de pessoa (Mauss, 2017) e como eles incidem de formas diferentes, a partir do poder que exercem sobre a estrutura (Foucault, 2014).

Para trazer luz e aprofundamento às questões aqui elucidadas, compreendendo a proeminência do papel desse outro – ocupado pelas personagens que já enumeramos – optei por uma análise interdisciplinar que contemplasse os estudos antropológicos sobre pessoa fractal (Wagner, 1991) e noção de pessoa (Mauss, 2017). Ao longo deste processo, também mobilizo sobre a ideia de *self*, de Goffman (2002). Mas, devido

ao fato de o autor se privar à análise de elaboração da representação a partir do próprio sujeito da ação, optei por firmar-me na interdisciplinaridade. Os estudos desenvolvidos na Antropologia, de antemão, concederam os subsídios necessários para pensarmos o papel que cada um dos *outros* exercem sobre o adolescente e como isso se manifesta na elaboração dessa noção de pessoa.

É evidente que, ao escolher tratar as sentenças sob o enfoque teórico da Antropologia, algumas dificuldades surgiram, como as diferenças metodológicas. Isto porque os conceitos aqui aplicados foram tratados pelos autores, em sua maioria, a partir de experiências de campo. No nosso caso, falamos de uma análise documental cuja fala não é aquela que extraímos do diálogo com os interlocutores. Ela está dada, por vezes editada (Jesus, 2020), em um documento. Como manejar a ideia da noção de pessoa neste caso? O que de fato auxiliou neste processo foi compreender, em primeiro lugar, a importância do estranhamento como parte da análise, uma vez que, sem ela, não seria possível perscrutar o que estava para além do que é dado. Isto nos leva ao segundo ponto, que é justamente perscrutar aquilo que está para além do explícito. Isso só acontece quando há um comprometimento com a estranheza, com a necessidade de ir além daquilo que conseguimos vislumbrar. Ao tomar esta posição na pesquisa, reuni condições de realizar uma análise comparada entre os dois campos, de forma interdisciplinar, e que fosse capaz de sanar as questões colocadas – ou de começar a aprofundá-las.

Quando falo do conceito de noção de pessoa, da relação entre indivíduo e sociedade, volto para a obra de Mauss (2017) e para sua incursão histórica sobre o termo. Essa compreensão maussiana de eu surge da elaboração relacional entre indivíduo e sociedade, em que a formação do primeiro só é possível mediante a coletividade. A elaboração do autor a respeito da noção de pessoa compreende uma espécie de “história social das categorias do espírito humano” (Mauss, 2017). Ao longo de toda a sua inteligência, Mauss (2017) procura traçar uma linha do tempo que permite captar o modo como essa questão tem sido trabalhada ao longo da história, até a era moderna. O objeto, neste caso, excluindo análises linguísticas e até mesmo psicológicas, é seu interesse por excelência sobre a questão moral do conceito, uma vez que “é evidente, sobretudo para nós, que nunca houve ser humano que não tenha tido o senso, não apenas de seu corpo, mas também de sua individualidade espiritual e corporal ao mesmo tempo” (*ibidem*, p. 369-371). Seu principal objetivo é avaliar, historicamente, como a noção de eu foi construída e influenciada pelas construções de seus tempos, movimento que pode ser continuado até os dias de hoje e em suas formas de reprodução social.

Tendo isto em vista, Mauss (*ibidem*) empreende uma retomada histórica para pensar como a noção de pessoa fundamentou-se ao longo da história – tendo em vista, evidentemente, seu caráter coletivo. Para tanto, o ponto de partida da sua análise é justamente os índios *pueblos*, dos Zuñi. Esse contexto é interessante porque destaca,

posteriormente, que cada indivíduo possui a sua função no interior da comunidade, que, a partir disto, lhe designa um nome – o *nome de infância*. A partir desse *modus operandi*, “o clã é concebido como constituído por um certo número de pessoas, na verdade personagens; e, por outro, o papel de todos esses personagens é realmente figurar, cada um por sua parte, a totalidade prefigurada do clã” (*ibidem*, p. 374).

É uma relação que, em certa medida designada pela troca, sustém ambos os lados: tanto o da coletividade do clã quanto dos indivíduos. Há uma agregação de sentido nessa relação, uma vez que o grupo não o é sem os sujeitos, e estes não atribuem a si uma identidade quando (e se) distantes do próprio clã. Overing (1991) também destaca essa ideia da responsabilidade coletiva ao tratar da realidade dos Cubeo, por exemplo. Neste caso, cada indivíduo possui uma função que não pode ser exercida por outro, elemento que garante, dentre outras coisas, a autonomia.

O primeiro ponto que gostaria de tratar é justamente esse: a atribuição de um nome, de um personagem, para que o rito do clã se torne válido. Esse movimento é também localizado nas sentenças, quando se toma como ponto de análise a relação existente entre os discursos policiais e jurídicos sobre os adolescentes. Na análise dos motivos, observei que há uma necessidade de se construir uma espécie de corpo perigoso, um ente criminoso cunhado no banditismo que extrapola a simples criminalização do sujeito julgado. Ao se atribuir ao corpo do adolescente a persona do perigo, o nome transgressor, não há apenas a afirmação de que é necessário

que se tenha uma postura enérgica por parte da justiça sobre aquele corpo. Afirma-se, sobretudo, a continuidade das ações ostensivas dos policiais militares e do ritual que torna possível as audiências. Perceba que a engrenagem policial e judicial só se movimenta a partir de um corpo criminoso que é por eles criado, e serve tanto como motivo quanto como receptor das ações de ambos. O corpo do outro – do adolescente – é o meio pelo qual se afirmam os papéis.

O que fundamenta essa pessoa-adolescente construída e atribuída ao corpo julgado é parte do que Kant de Lima, Eilbaum e Pires (2017) nomeiam como ética corporativa, mecanismo policial elaborado, dentre outras coisas, a partir das noções comuns de suas vidas privadas. Mas, também, parte do princípio cunhado por Jesus (2020) a respeito da crença no saber policial, por pairar sobre eles a certeza de que há uma distinção clara para que se identifiquem os sujeitos perigosos. A ausência de questionamento por parte dos juízes a respeito dessa crença também é fruto de outro espectro, uma vez que o trabalho dos magistrados depende daquilo que é feito pelos policiais. Logo, “se eles dizem que a pessoa estava em atitude suspeita, em local conhecido como ponto de venda de drogas, a droga separada e tal, ele sabe quem é o traficante, ele tá na área todo dia, a gente tem que acreditar nele” (Jesus, 2020, p. 7)⁴².

Outro ponto que nos interessa com relação aos nomes é o que Mauss (2017) problematiza ao falar sobre o contexto romano-latino. O autor faz uma incursão nos

⁴² Em um artigo publicado em Dilemas, aprofundo a questão dos discursos policiais. Para mais, consultar Machado, 2023.

costumes coletivos dos latinos para compreender a produção do sentido, ainda que primitivo, dado à noção de pessoa. Nas cerimônias dos clãs, os participantes se enfeitam de acordo com seus nomes “nativos”. Essa festividade local pode ser lida a partir de uma “confraria”, utilizando o termo do autor, ou um “mito” anterior a Roma. “No fundo, samnitas, etruscos, latinos ainda viviam na atmosfera que acabamos de deixar: personae, máscaras e nomes, direitos individuais a ritos, privilégios” (*ibidem*, p. 387). São relações que também se constituem a partir da diferenciação entre os sujeitos em um sentido que poderíamos nominar atualmente como “classe”. Famílias que nutriam determinados títulos eram também detentoras de uma série de privilégios em suas comunidades. Acreditamos que a própria obtenção do “direito a” alguma coisa restrita a determinados tipos em uma sociedade também consolida aquilo que a “pessoa” é, o modo como ela se enxerga.

O direito à *persona* é debatido no contexto romano a partir da adoção dos nomes e sobrenomes dos antepassados. Segundo Mauss (*ibidem*), a mudança que convergiu neste direito veio pelas mãos do imperador Cláudio, que permitiu que senadores gauleses passassem a utilizar o cognome de seus familiares. Antes, o cognome era confundido com a ideia de imago, a máscara utilizada sobre a face. “O uso dessas máscaras e estátuas deve ter sido reservado por muito tempo às famílias patrícias, e de fato – ainda mais que de direito – parece nunca ter se estendido muito na plebe” (*ibidem*, p. 388) A anuência do imperador em permitir o uso desse elemento familiar concedeu aos indivíduos um pertencimento à sua

própria natureza. Isto, contudo, não estava disponível a todos. Aqueles que eram escravizados eram igualmente excluídos dessa ordem, uma vez que eram interpretados como pessoas ausentes de corpo, personalidade, antepassados e de um *nome*.

Neste sentido, o direito a alguma coisa, às benesses, no contexto romano-latino, estaria diretamente vinculado a “quem” se destinaria, seja indivíduo ou família, sendo que essa validação, essa afirmação de *ser alguém* era algo denotado pelo outro, não pelo sujeito. Wagner (1991) pondera a mesma questão ao afirmar, sobre os melanésios, que “são os nomes e não os indivíduos ou os grupos que ‘ascendem’ na mola, que suscitam reverência, atenção e responsabilidade no kula, que servem como ‘grandes’ ou ‘pequenos’, às identidades que estamos predispostos a chamar de grupos” (Wagner, 1991, p. 5). À medida que retorno às sentenças para observar o poder que emerge sobre o outro ao trazer sobre o adolescente um tipo de nome, percebo duas questões: primeiro, que essa nomeação acontece de forma maciça, sobretudo nos casos de tráfico de drogas; segundo, que ainda que mapeemos uma tentativa de assemelhar junto ao adolescente algo que lhe confira humanidade, o que lhe resta na ponderação final são atribuições de banditismo.

O que há, quando vinculamos teoria e empiria, é uma espécie de reconhecimento social do nome que se vincula diretamente a quem o indivíduo é perante a coletividade. É uma forma de referenciação diante de uma sociedade fractal, que, por sê-la, concede ao sujeito a chance de se produzir e de se relacionar de forma múltipla. Isto nos lembra algo também

defendido por Wagner (*ibidem*), que é justamente a ideia de que a fala é também um artifício, ou seja, “o meio de sua fractalidade, aquilo que expande ou contrai a escala de reconhecimento e articulação para de adaptar a todas as exigências, fazendo com que a linguagem seja igual a todas as ocasiões ao transformar essas ocasiões em fala” (*ibidem*, p. 7-8). Por fractalidade ou pessoa fractal, a título de nota, compreendemos como “uma entidade cujas relações estão integralmente implicadas” (*ibidem*, p. 5).

O segundo ponto que destaco dessa análise interdisciplinar é justamente a questão da fabricação do corpo, que muito se assemelha com o que já foi mencionado sobre a atribuição de nomes para que se justifiquem os papéis sociais. A *persona latina* exposta por Mauss (2017) emerge justamente dessa ideia de fabricação do corpo, do eu e de uma consciência individual. Contudo, cabe frisar ainda o lugar que o outro, externo ao sujeito, possui nesse processo, uma vez que é sabido, conforme afirma Viveiros de Castro (1979), que o corpo e os indivíduos são elementos imaginados pela sociedade.

O autor também pontua que toda alteração sofrida pelo corpo do indivíduo também modifica a sua identidade e o papel desempenhado coletivamente. Se a fabricação do corpo delinea o domínio sobre o coletivo, mas também sobre o que é privado, a exibição do corpo e daquilo que lhe confere status perante os demais é posta como parte da vida pública, uma espécie de cerimonial (*ibidem*, p. 47).

O ponto a ser enfatizado é que o corpo é o locus privilegiado pelas sociedades tribais da América do Sul, como a arena ou o ponto de convergência desta oposição. Ele é o elemento pelo qual se pode criar a ideologia central, abrangente, capaz de, nas sociedades tribais sul americanas, totalizar uma visão particular do cosmos, em condições histórico-sociais específicas, onde se pode valorizar o homem, valorizar a pessoa, sem reificar nenhum grupo corporado, o que acarretaria a constituição de uma formação social radicalmente diversa. (Seager; Da Matta; Viveiros de Castro, 1979, p. 13).

No sentido da fabricação pelo elemento externo ao indivíduo, observo que o corpo do adolescente pode ser também lido como uma arena de disputa entre dois pontos distintos, mencionando os conceitos de Douglas (2014): a profanação, em que incluo a culpa, a acusação, o castigo, o perigo; e a sacralidade, a familiaridade, a inocência. Existe uma disputa sobre a fabricação do corpo do adolescente justamente porque afirmo que existe uma espécie de coisificação nos discursos das sentenças, uma elaboração abstrata e subjetiva que possui como alvo objetivo o corpo do adolescente julgado. A fabricação de um corpo condenável não passa somente pelo que carrega aquele que foi judicializado, mas também diversos elementos que fazem parte da sua vida cotidiana, como seu território e seus pares. A alteração do corpo citada por Viveiros de Castro (1979) nada mais seria do que o resultado das decisões judiciais incidindo sobre o adolescente, em que ele

deixa de ser um sujeito neutro para conter em si o peso da condenação.

É evidente que, quando falamos da fabricação do corpo nas sentenças judiciais, sabemos que elas são apenas mais uma camada sobre esse processo. Retorno aos escritos de Misse (1999) para consolidar essa afirmação, haja visto que os adolescentes julgados e posteriormente enviados para instituições socioeducativas são também alvos do processo de sujeição criminal de que fala o autor. Eles são vistos como os tipos sociais perigosos, socialmente concebidos pelo imaginário coletivo, cuja ordem que sobre eles impera é a da repressão, ainda que nenhum ato caracterizado como infracional ou criminoso tenha sido cometido. Em um *survey* produzido por Mendes e Julião (2019) a respeito dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa no estado do Rio de Janeiro, foi observado que mais de 70% deles são rapazes negros. Sabemos que esse processo de sujeição criminal também é produzido pelo racismo estrutural e institucional (Almeida, 2020) enraizados em nossa sociedade.

Um terceiro ponto que cabe ressaltar é a importância de compreender a sociedade e, conseqüentemente, os indivíduos como elementos relacionais, conforme defende Strathern (1989). Menciono esta assertiva porque, ao aprofundar a aplicabilidade do conceito de noção de pessoa (Mauss, 2017) nos discursos registrados nas sentenças, algo chamou a atenção: a parcialidade e o caráter intrínseco do elemento criminalizante sobre os adolescentes. O primeiro ponto que delimita esse tipo de narrativa é justamente a condução baseada

em uma moral privada. Os vocábulos dos juizes, por exemplo, traziam diversos mecanismos que atestavam uma espécie de opinião particular sobre a peça, que se distanciava, evidentemente, da condução legal. O modo como as famílias eram apontadas como *desestruturadas* e, por isso, *culpadas* e *responsáveis* pela judicialização; a caracterização dos mercados ilegais como situações *nefastas*; a abertura de precedentes na lei para que houvesse a internação do adolescente⁴³; dentre diversos juízos de valor que rondam a persona do adolescente no momento em que a decisão é comunicada.

Isto remonta o debate foucaultiano de construção da verdade, tendo em vista que esse tipo de elaboração, quando feita institucional e juridicamente, tem como aparato central justamente a questão moral. A necessidade de compreendermos a sociedade como um todo relacional também nos conduz a este debate – qual seja, sobre a possível *verdade* – uma vez que, havendo multiplicidade relacional, há uma multiplicidade de verdades. Conforme afirma Strathern (1989), se há uma regra para vinte sociedades, então temos vinte formas de

⁴³ Em um dos casos, o adolescente havia sido judicializado sob a acusação de envolvimento com o tráfico de drogas. Contudo, diversos expoentes do caso o direcionavam para o cumprimento de medidas mais brandas, como liberdade assistida e semiliberdade. Mesmo sabendo dos precedentes legais para a aplicação da internação, que inclusive não cabiam ao adolescente, o juiz prosseguiu com a decisão de interná-lo. Em sua justificativa, afirmou que ele abriria um quarto motivo para a aplicação da internação: o de afastar adolescentes do tráfico de drogas. Isto não está contido em nenhuma legislação especializada. O adolescente foi encaminhado para a medida mais gravosa.

conceber a mesma regra. Quando inteligimos que o outro que está diante de nós é produto de uma série de relações sociais – que são familiares, de vizinhança, escolares, afetivas, dentre tantas outras – passamos a ter uma leitura mais fidedigna daquilo que é trazido enquanto narrativa. Isto porque, até mesmo o modo como se constrói um discurso é perpetrado por essa gama de relações sociais.

A ausência de compreensão, por parte dos juízes e também dos policiais militares, quanto ao caráter relacional da sociedade – e da importância de preservá-lo no momento em que se julga o que se conta – conduz as decisões para uma interpretação de que as infrações estão intrínsecas aos adolescentes. Por vezes, a elaboração do sujeito que se constrói a partir do discurso leva a compreensão de que aquele adolescente é um tipo social perigoso (Misse, 1999) cujo desejo de delinquir lhe foi anterior. Isto é fruto da sobreposição moral e privada de certos personagens sobre os adolescentes, mas também da ausência de uma leitura assertiva sobre o modo como os indivíduos interagem, se relacionam e se constituem. Ao fim e ao cabo, o que observo nesse aprofundamento, especialmente neste último ponto, é que tanto os discursos e o modo como eles são conduzidos, quanto os aspectos morais e privados são acionados para que a judicialização e a condenação do adolescente se justifiquem; e, mais que isso, para que a ação disruptiva de certos atores seja devidamente mantida.

5. Conclusão

Todas as questões apuradas revelam a importância de se estudar documentos para pensar a Sociologia do Crime e da Violência. Ao longo deste capítulo, mais do que apenas aprofundar questões primariamente levantadas ao longo de uma pesquisa, o objetivo era ressaltar justamente a relevância dos caminhos invisíveis para a compreensão das interações sociais. Reafirmo e concordo com o que advogam Scott e Lyman (2009) ao apontarem a necessidade de pensarmos em uma Sociologia da Fala – e, neste caso, uma Sociologia da Violência e da Fala – uma vez é esse mecanismo o preceptor das ações dos sujeitos. Através do discurso, temos a oportunidade de desenvolver uma nova forma de observar nossos objetos empíricos. Neste caso, por meio das sentenças, pôde-se compreender de uma forma mais aprofundada não apenas o espaço das audiências, mas o modo como tudo se desenvolve para além desse lugar institucional.

Falando especificamente do objeto tratado – a noção de pessoa em sentenças de tráfico de drogas – creio que as motivações iniciais foram satisfeitas ao longo do texto, ainda que compreenda que é necessário aprofundamento nesta temática. Retomarei, portanto, alguns pontos que nos foram cruciais. É importante reforçar que, especialmente na Sociologia do Crime e da Violência, o manuseio e a análise de documentos demonstram um campo profícuo àqueles que se dedicam ao estudo das interações sociais a partir do uso desproporcional da força (Werneck, Talone e Teixeira, 2020).

Isto porque estas observações me levaram a compreender que as interações, antes de acontecerem e desenvolverem no plano material e físico, ocorrem sobretudo no discursivo. A fala, neste caso, é a porta-voz que justifica as ações posteriores perpetradas pelos indivíduos. É, também, o meio pelo qual a violência se propaga ou se inicia.

O entendimento de que essa fala carregava em si um pouco mais do que só o registro me conduziu não apenas à pesquisa concluída em 2022, mas também a esse aprofundamento, iniciado ao longo da investigação. O intuito era o de, a partir de uma análise interdisciplinar entre Sociologia e Antropologia, tecer algumas considerações iniciais sobre a elaboração da noção de pessoa nas decisões judiciais. Isto, evidentemente, também foi um desafio (plenamente superado), uma vez que falo de um elemento analítico que é estático, em detrimento das experiências de pesquisas antropológicas cujos interlocutores estavam em constante mutação. Apesar de estáticos, os documentos ainda carregam em seu modo de existir as relações sociais e seus pormenores, o que é fundamental na compreensão da interposição dos discursos.

Dito isto, a análise discursiva em conjunto com as questões teóricas exportadas da Antropologia me levou a alguns caminhos explicativos para aquilo que chamei de elaboração múltipla do sujeito. Todos os meios utilizados por policiais militares e juízes na condução de seus discursos preza pela manutenção de uma espécie de *modus operandi* institucional que perpassa diretamente o corpo do *outro* – neste

caso, do adolescente. Observei que a elaboração de nomes nas sociedades primitivas (Mauss , 2017) como forma de localização do sujeito em uma noção de pessoa específica daquele agrupamento muito se assemelha com aquilo que é feito pelos oficiais e magistrados. O nome, representado nas sentenças por adjetivações que conduzem a um entendimento sobre o sujeito baseado na criminalização, tem como finalidade localizá-lo no espaço-tempo como a justificativa das ações policiais e judiciais. Neste sentido, a criação de uma persona a partir dos nomes objetiva tão somente tornar cada vez mais possível a estrutura em que se inserem, que pode ser lida como uma realidade clânica.

O corpo também é construído, fabricado (Viveiro de Castro, 1979) por esses sujeitos que se intercalam entre a acusação e a decisão. Neste sentido, o adolescente passa não somente a figurar como a justificativa plausível para que o ritual ocorra e continue sendo possível para outros tantos. Ele também, através do seu corpo, passa a ser uma espécie de arena de disputa discursiva, em que visualizam a clara disputa entre a profanação do corpo, ou seja, a punição – que aos olhos de quem pune, se torna a sacralização, levando ao paradoxo do discurso – a culpa, o castigo, o *envolvimento*, e a sacralidade deste mesmo corpo, que se materializa por meio dos familiares e das narrativas privadas de suas vidas. O sagrado está, portanto, no comportamento exemplar, na obediência, na frequência escolar, no bom relacionamento entre os pares e em tantos outros elementos. O lugar que o adolescente ocupa, distante de qualquer humanidade, é o da coisificação. Ele deixa

de ser quem é e passa a vislumbrar uma série de simulacros de si mesmo que disputam o espaço de quem se é.

Essas elaborações chamam a atenção/ destacam para a necessidade de observar mais detidamente a fala como objeto sociológico, mas não somente a que é verbalizada, mas sobretudo a escrita, ainda que sejam elas fruto de uma série de edições. Há uma consciência de que as sentenças, por exemplo, são o resultado de um número considerável de cortes e muito do que foi tratado em audiência não registrado (Jesus, 2020). Ainda assim, o modo como os adolescentes são tratados e adjetivados, destituídos de sua humanidade e de noções simples e fundamentais como a de pessoa – que é posteriormente atribuída ao sujeito a partir de considerações ponderadas pelo próprio poder estabelecido – demonstram que as instituições, sejam elas jurídicas ou policiais, são extintas de qualquer interpretação interacional ou relacional da sociedade.

O adolescente, uma vez judicializado, passa a ser a judicialização. A infração cometida não é elaborada a partir de uma análise de suas relações, de seu espaço ou qualquer outro. A ausência dessa fractalidade, fazendo uso do termo de Wagner (1991), abre margem para a moralização dos discursos e da própria condução das decisões judiciais. A análise das interações é sobreposta pelas considerações privadas dos magistrados, fruto de suas verdades morais, e nisso está incluída, sobretudo, a noção de pessoa que se estabelece sobre o adolescente no momento da sentença. Estas seguem sendo questões para serem pensadas – e, mais do que isto, a serem analisadas com profundidade em regime de urgência.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Bruna Gisi Martins de. A experiência da internação entre adolescentes: práticas punitivas e rotinas institucionais. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, 2010.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro, Editora Jandaíra, 2020.

BECKER, Howard. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2008.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2014.

DUMONT, Louis. Introdução. In: Homo hierarchicus: o sistema de castas e suas implicações. , 1966.

GALDEANO, Ana Paula; ALMEIDA, Ronaldo (Coord). **Tráfico de drogas entre as piores formas de trabalho infantil: mercados, famílias e rede de proteção social**. Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP. São Paulo: CEBRAP, 2018.

HÉRITIER, Françoise. Família. In: Enciclopédia Einaudi, v. 20, Parentesco, Lisboa: Casa da Moeda, 1989.

JESUS, Maria Gorete Marques de. Verdade policial como verdade jurídica: narrativas do tráfico de drogas no sistema de justiça. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 35, n. 102, p. 1-15, 2020.

JESUS, Maria Gorete Marques de. O que está no mundo não está nos autos: a construção da verdade jurídica nos processos criminais de tráfico de drogas. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo, 2016.

KANT DE LIMA, Roberto; EILBAUM, Lucía; PIRES, Lênin dos Santos. Lógicas corporativas, particularismos e os processos de administração institucional de conflitos no Rio de Janeiro. CONFLUÊNCIAS: Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito, v. 19, nº 2, p. 18-35, 2017.

LYRA, Diogo. O Big Stick do morro: juventude, tráfico e virtude. 36º Encontro Anual da ANPOCS. São Paulo: Águas de Lindoia, p. 1-31, 2012.

LYRA, Diogo. Operários da firma: mundo do trabalho no mundo do crime. Revista Antropolítica, Niterói, n. 50, p. 90-115, 2020.

LYRA, Diogo. Cartografias afetivas na cidade: as esferas de pertencimento de jovens traficantes da Baixada Fluminense. Coleção Ensaios Brasileiros Contemporâneos, p. 149-166, 2016.

MACHADO, Carla Manguiera Gonçalves. Vozes que condenam: um estudo sobre as condenações de adolescentes no Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2022.

MACHADO, Carla Manguiera Gonçalves. A construção dos discursos contra adolescentes em sentenças do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc., Rio de Janeiro, vol. 16, n. 2, p. 1-25, 2023.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. Soc. Estado. 19 (1), p. 53-84, 2004.

MALLART, Fábio. **Cadeias dominadas: a Fundação CASA, suas dinâmicas e as trajetórias de jovens internos**. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

MARTINS, Luana Almeida. Entre a pista e a cadeia: uma etnografia sobre a experiência da internação provisória em uma unidade socioeducativa no Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Direito) – Universidade Federal Fluminense, 2017.

MAUSS, Marcel. Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a noção de “eu”. Sociologia e Antropologia, vol. 1. UBU Editora, p. 367-397, 2017.

MISSE, Michel. Marginais, malandros e vagabundos: a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Ciências Humanas – Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rio de Janeiro, 1999.

NERI, Natasha Elbas. “Tirando a cadeia dimenor”: a experiência da internação e as narrativas de jovens em conflito com a lei no Rio de Janeiro.

Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

OVERING, Joanna. A estética da produção: o senso da comunidade entre os Cubeo e os Piaroa. In *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, p. 7-34, 1991.

ROCHA, Luciane. Judicialização do sofrimento negro. Maternidade negra e fluxo do Sistema de Justiça Criminal no Rio de Janeiro. *Revista Latinoamericana*, Rio de Janeiro, n. 36, p. 181-205, 2020.

SCOTT, Marvin B.; LYMAN, Stanford M. Accounts. Dilemas: *Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, vol. 2, n. 2, 2009 [1968], pp. 139-172.

SEAGER, Anthony; DA MATTA, Roberto.; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 2-19, 1979.

STRATHERN, Marilyn; PEEL, J. D. Y.; TOREN, Christina. SPENCER, Jonathan. The concept of society is theoretically obsolete. INGOLD, Tim. *Key debates in Anthropology*. London: Routledge, p. 45-80, 1989.

VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 37, p. 79-116, 2011.

VINUTO, Juliana. Representações sociais sobre a família do adolescente em conflito com a lei: a lei e suas ressignificações. *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 22, p. 327-336, 2013.

VINUTO, Juliana; ALVAREZ, Marcos Cesar. O adolescente em conflito com a lei em relatórios institucionais: pastas e prontuários do “Complexo do Tatuapé” (Febem, São Paulo/SP, 1990-2006). *Tempo Social*, 30 (1), p. 233-257, 2018.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A fabricação do corpo na sociedade xinguana. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, n. 32, 1979.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Perspectivismo e multinaturalismo na América Indígena. In: **A inconstância da alma selvagem**. São Paulo: Editora Cosac Naify, 2002. p. 347-399.

WAGNER, Roy. The fractal person. In: Marilyn Strathern e Maurice Godelier (org). **Big Man and Great Men: personifications of power in Melanesia**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

WERNECK, Alexandre; TEIXEIRA, Cesar Pinheiro; TALONE, Vittorio da Gamma. An outline of a pragmatic sociology of 'violence'. *Sociologias*, ano 22, n. 54, p. 286-326, 2020.

WRIGHT MILLS, Charles. Ações situadas e vocabulários de motivos. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 15, n. 44, 2016.

ZALUAR, Alba. *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro: Revan, Ed. UFRJ, 1994.

Capítulo 7

Raça e mercado: os casos de Afroempreendedorismo no Rio de Janeiro e Salvador

Charlene Soares⁴⁴

1. Introdução

A arte de empreender, muitas vezes em condições infraestruturais e econômicas mínimas, é bastante conhecida pelos afrodescendentes brasileiros. Desde o período colonial, eles empreendem suas próprias vidas em redes de ajuda mútua e solidariedade que foram fundamentais não só para a sobrevivência destes em meio ao regime escravocrata que vigorou por quase 4 séculos, mas também para a preservação da cultural africana no Brasil. Entre essas redes, pode-se destacar os terreiros de Candomblé, as Irmandades religiosas exclusivas para pretos, e as associações beneficentes, como, a Sociedade Protetora dos Desvalidos (1932), na Bahia, a primeira organização civil de homens negros do país. Elas

⁴⁴Charlene Carvalho Soares é Mestre em Sociologia e doutoranda em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense (PPGS/UFF). Especialista em sociologia do trabalho, com ênfase em estudos de raça e gênero no mercado de trabalho. E-mail: charlenesoaresufrij@gmail.com.

foram reconfiguradas, atualizadas e ressignificadas nos dias atuais.

Ao analisar os princípios do empreendedorismo⁴⁵, tais como a criatividade, a inovação, e a capacidade de gestão de recursos, percebe-se que estas características já estavam presentes nas atividades de comércio e serviços praticadas por afro-brasileiros no período escravagista. Os pioneiros teriam sido os chamados “escravos de aluguel” ou de “ganho”, cujos donos alugavam seus serviços para outrem e aqueles recebiam parte do valor. Isso possibilitou que muitos negros escravizados comprassem suas alforrias e colaborassem para a compra da alforria de outros na mesma situação (Gorender, 1985; Mattoso, 1978, 1982). As “baianas de acarajé” são outro exemplo do que na contemporaneidade passou a ser denominado de empreendedorismo. As primeiras baianas eram negras africanas alforriadas que sustentavam suas famílias com a venda de iguarias preparadas nos terreiros de Candomblé, como o acarajé e o abará, pelas ruas da cidade de Salvador.

No período colonial, as redes de ajuda mútua e solidariedade atuavam como refúgios e suporte de promoção da vida. Os quilombos abrigavam negros que fugiam da violência da escravidão e as irmandades religiosas se reuniam para a compra de alforrias de seus integrantes e para sustentar as

⁴⁵ É importante destacar que o empreendedorismo é um advento do neoliberalismo na tentativa de debelar mais uma crise do capitalismo, que provocou o agravamento dos níveis de desemprego, declínio acentuado do Estado de bem estar com a privatização de serviços públicos essenciais e a perda de direitos sociais básicos (Dardot, Laval, 2016).

famílias desamparadas pela morte e, principalmente, contribuía na luta pela abolição da escravidão. No pós-abolição algumas dessas redes permaneceram, mas foram reconfiguradas em seus objetivos, outras redes surgiram com a emergência de novas demandas e de novos atores sociais. A luta que outrora era contra a escravidão, se transformou em luta pela inclusão social do negro e, posteriormente, contra o racismo e pela igualdade racial, uma questão de justiça social em um país que os negros representa 54% (IBGE, 2022a) da população, mas ocupam os piores índices de desenvolvimento socioeconômico.

Na contemporaneidade, esses laços em redes estão vivos em organizações sociais, em categorias profissionais e em coletivos diversos que atuam em diversificadas frentes: na promoção do direito à cidadania e à vida, na cultura e na identidade, na inclusão socioeconômica e no acesso à saúde, educação e moradia da população afrodescendente. O afroempreendedorismo é uma dessas redes pensadas enquanto um espaço coletivo de construção de possibilidades socioeconômicas e culturais para a população negra. Contudo, por estar inserido na lógica neoliberal, ele carrega tensões e contradições.

Este capítulo constitui um estudo comparativo sobre o afroempreendedorismos nas cidades do Rio de Janeiro e Salvador. A finalidade repousa em oferecer um panorama do cotidiano do afro-negócio nas duas cidades, abordando as dinâmicas que envolvem o empreendedorismo negro em ambas.

2. Afroempreendedorismo

O empreendedorismo tem se mostrado uma necessidade para a população negra brasileira frente à exclusão socioeconômica do mercado formal de empregos, problema que vem se agravando nas últimas décadas. Atualmente, esse grupo representa aproximadamente 65% dos 9,5 milhões de desempregados do país, cerca de 6,1 milhões de pessoas, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNADC) divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022).

Os empreendedores negros são maioria no país, representando mais 52% dos negócios (SEBRAE, 2022), mas embora sejam a maioria, os empresários negros ganham 32% a menos que os brancos. Já as empresárias negras ganham 42% menos. (SEBRAE, 2022). Sobre o nível de escolaridade: 40% possui nível fundamental, 44% nível médio e, pouco mais de 13% ensino superior (SEBRAE, 2022).

Afroempreendedorismo, empreendedorismo negro e empreendedorismo afro-brasileiro são termos usados por organizações como o Sebrae, Instituto Adolpho Bauer (IAB) e a Associação Nacional dos Coletivos de Empresários e Empreendedores Afro-brasileiros (ANCEABRA) como sinônimos, para denominar negócios geridos por pessoas autodeclaradas pretas ou pardas a partir das categorias de classificação utilizadas pelo IBGE.

Para esse estudo, faço uso do conceito de afroempreendedorismo apresentado por Santos (2019). O

termo designa (no sentido *stricto sensu*⁴⁶) iniciativas de homens negros e mulheres negras de constituírem negócios com vistas não só exclusivamente à geração de renda (sentido *lato sensu*), mas ao movimento de afroempreendedores “comprometidos em estruturar uma cadeia produtiva que respeite a questão racial, privilegiando práticas antirracistas em todos os momentos da construção do ato de empreender” (*ibidem*, p.37). Nesse sentido, o ato de empreender está atrelado ao comprometimento ético de combate à exploração racial e ao racismo, tanto ao longo da cadeia produtiva, quanto na sua materialização social.

Esses indivíduos, portanto, possuem o propósito político de promoção da cultura, identidade e estética negra e de combate ao racismo socioeconômico e cultural. Isso se faz por meio da promoção de estratégias de geração de renda e consumo junto à comunidade negra, bem como pela formação de uma rede de empregabilidade (Nascimento, 2018; Santos,

⁴⁶ Santos (2018) apresenta duas subdivisões conceituais para afroempreendedorismo, uma *lato sensu* e outra *stricto sensu*. A primeira definição, em sentido *lato sensu* amplo, se aproxima a de organizações como o Sebrae, Instituto Adolpho Bauer (IAB) e a Associação Nacional dos Coletivos de Empresários e Empreendedores Afro-brasileiros (ANCEABRA), segundo a qual afroempreendedorismo “[...] diz respeito ao movimento empreendedor realizado por negras e negros” (*ibidem*, p. 36). É o negro que decide empreender e escolhe qualquer ramo de atividade e um público qualquer para o seu produto/serviço, não se limitando a apenas consumidores negros. Já no sentido *stricto sensu*, afroempreendedorismo “diz respeito ao movimento empreendedor realizado por negras e negros, comprometidos em estruturar uma cadeia produtiva que respeite a questão racial, privilegiando práticas antirracistas em todos os momentos da construção do ato de empreender” (*ibidem*, p.37).

2019). Neste processo, destaca-se o papel de incubadoras e aceleradoras como a ‘Vale do Dendê’, o ‘Movimento Black Money’ e ‘Instituto Feira Preta’, que atuam exclusivamente apoiando afroempreendedores e seus negócios.

O afroempreendedorismo compartilha características com a vertente denominada empreendedorismo social, que tem como característica principal o desenvolvimento de estratégias de solução para problemas sociais de maneira eficiente e sustentável socioeconomicamente através dos mecanismos de mercado (Dees, 1998; Comini, 2011). Na prática, assume a função social de gerar uma pequena renda para milhares de brasileiros que não têm acesso ou foram expulsos do mercado formal de trabalho, portanto, sem direitos trabalhistas assegurados.

Empreendedores sociais “são aqueles que criam valores sociais por meio da inovação e da força de recursos financeiros, independente da sua origem, visando ao desenvolvimento social, econômico e comunitário” (Vieira, 2001, p.26). Esses sujeitos também sofrem o impacto da exclusão social consequente do modelo político e econômico neoliberal vigente, por isso necessita do suporte de políticas públicas que promovam o seu desenvolvimento. Movido pelo senso de justiça social e por ideias transformadoras, o empreendedor social almeja contribuir para a transformação social de sua comunidade e do mundo. Seu objetivo é retirar pessoas da situação de vulnerabilidade social, seu foco é nos problemas sociais buscando solução para eles (Melo Neto, Froes, 2002).

Melo Neto e Froes (*ibidem*) apresentam como características principais do empreendedorismo social: ser coletivo, produzir bens e serviços voltados à comunidade e o foco na solução de problemas sociais, tendo em vista sempre o impacto social que suas ações possam promover. Essa definição se aproxima da prática do afroempreendedorismo, que se tornou uma estratégia de enfrentamento à vulnerabilidade socioeconômica da população negra, o segmento social mais afetado pela crise no mercado de trabalho e as transformações que ocorreram nas últimas décadas (Nascimento, 2018).

2.1. Afroempreendedorismo no Brasil

O empreendedorismo não é novidade para a população negra no Brasil. A essa parcela da população brasileira foram impostas condições mínimas de sobrevivência, inicialmente pelo regime escravocrata colonial. Posteriormente, no pós-abolição, com o ingresso do Brasil na ordem capitalista, homens e mulheres negros foram excluídos das oportunidades de trabalho ou subaproveitados em detrimento de imigrantes europeus que foram importados em massa para substituição da antiga mão-de-obra escrava (Fernandes, 2008; Hasenbalg, 2005; Domingues, 2003). Excluídos do mercado de trabalho nascente no processo de industrialização, a população negra não teve outra alternativa de sobrevivência a não ser utilizar sua criatividade e sua força de trabalho para criar oportunidades próprias de renda.

Os negros passaram, então, a desempenhar atividades no mercado informal de trabalho em funções pouco qualificadas (Nogueira e Mick, 2013). Ainda no século XIX, os negros livres ou libertos constituíam significativa parcela dos artesãos, comerciantes e prestadores de serviços especializados, as quitandeiras também são exemplo das primeiras iniciativas ‘empreendedoras’ promovidas pela população negra no Brasil, “os antepassados da economia informal” (Nogueira Mick, 2013, p.102).

Entre as principais atividades de “superioridade técnica” desempenhadas pelos negros entre os séculos XVII e XIX, Freyre (2003) destaca a mineração de ferro, o trabalho com metais e madeira, a criação de gado, o uso de bois no transporte e do couro no vestuário, a culinária, o comércio de tecidos e sabão, a produção e comercialização de balaios. Além disso, destaca a atuação como mestres, sacerdotes e tiradores de reza e o desenvolvimento de expressão artístico-musical, entre outras.

A partir da década de 1970, o Movimento Negro e vários acadêmicos, tendo o suporte de diversos estudos realizados no âmbito do projeto UNESCO, passaram a denunciar o “mito da democracia social”, a sub-inclusão e a marginalização do negro na sociedade. Naquele momento, obtiveram grande relevância os trabalhos realizados por Florestan Fernandes (1978), que revelaram a existência do preconceito racial na sociedade brasileira. As contribuições de Carlos Halsenbalg (1979), que demonstrou a existência de desigualdade racial no país. No mercado de trabalho, passou-se

a denunciar o racismo disfarçado sobre a exigência da “boa aparência”, o tratamento desigual no ambiente de trabalho, além da falta de oportunidades para os negros (Damasceno, 2000, p.191).

Posteriormente, entre as décadas de 1980 e 1990, surgem as primeiras organizações de empresários negros: o Centro de Assessoramento e Coordenação Empresarial (CACE) em 1988, em São Paulo, o Centro de Estudos e Assessoramento de Empresários e Empreendedores Afro-brasileiros (CEM) e o Círculo Olympio Marques (COLYMAR), ambos fundados em 1991 no Rio de Janeiro. Em 1997 foi criado o Coletivos de Empresários e Empreendedores Afro-brasileiros (CEABRAs), já em 1999 surge a Associação Nacional dos Coletivos de Empresários Afro-Brasileiros (ANCEABRA).

Na atualidade, destaca-se a atuação de organizações no fomento ao desenvolvimento do afroempreendedorismo e do afroconsumo como estratégia de empoderamento econômico e social, de enfrentamento à vulnerabilidade socioeconômica e de promoção da valorização da identidade e cultura afro-brasileira. Essas organizações formam o ecossistema afroempreendedor que atua oferecendo suporte na estruturação e formalização, cursos de capacitação para a gestão, além de suporte tecnológico e financeiro. São exemplos dessas organizações a aceleradora Vale do Dendê, o Instituto Feira Preta - atual Pretahub -, o Movimento Black Money (MBM) e o D'Black Bank. A Vale do Dendê é uma holding social que atua na cidade de Salvador fomentando ecossistemas de

inovação e criatividade com foco na diversidade. A organização tem 3 pilares de atuação: a aceleradora Vale do Dendê, que investe em negócios de impacto social e econômico; a Vale do Dendê Academy, que atua na formação de novos talentos; e a Vale do Dendê Consulting, que oferece serviços de consultoria estratégica na elaboração de projetos de inovação para órgãos públicos e privados.

O Pretahub atua na promoção do desenvolvimento do afroempreendedorismo em todo o Brasil. Além de incubador de negócios, o hub oferece oficinas de capacitação para empreendedores. A organização possui 5 frentes de atuação: o Bioma, o Afrohub, o Afrolab, o Festival Pretas Potências e a Feira Preta. O Bioma - Comunicação Ancestral atua conectando comunicadores negros, indígenas, periféricos e LGBTQIAP+ com o mercado para impulsionar impactos positivos, a iniciativa tem por objetivo reconhecer e valorizar os saberes populares. Já o Afrohub uma frente de atuação do Pretahub que desenvolve capacitação em tecnologia e inovação através de workshops sobre ferramentas como: Facebook, Instagram e Whatsapp para Negócios, além de atividades de mentoria com executivos do Facebook, cursos de gestão, vendas e marketing.

O Afrolab é uma incubadora de negócios que tem como focos a inovação e o conhecimento, a organização oferece apoio e capacitação a afroempreendedores, desde a etapa inicial de desenvolvimento do negócio, a idealização do produto/serviço, até o processo de entrega ao consumidor final. Outra iniciativa do Pretahub é o Festival Pretas Potências,

evento voltado para afroempreendedoras, sua primeira edição aconteceu no dia 13 de maio de 2018, data da abolição da escravidão no Brasil, ressignificada pelo Movimento Negro como data da abolição inconclusa, o evento contou com uma programação voltada para inovação, criatividade e resistência da mulher negra.

A Feira Preta, por sua vez, foi criada em 2002 e foi a partir dela que as outras iniciativas passaram a ser gestadas. A Feira acontece anualmente e reúne afroempreendedores com o objetivo de promover seus negócios. São promovidas diversas atividades culturais, entre elas, shows musicais, apresentações de dança, exposições, literatura, moda e gastronomia, além de palestras e oficinas voltadas à comunidade afrodescendente.

Já o Fundo social Éditodos atua juntamente com ONGs, aceleradoras e empresas sociais na captação de recursos para fomento de projetos. O Éditodos é o resultado do trabalho desenvolvido no âmbito da Força Tarefa de Finanças Sociais, liderado pelo Instituto de Cidadania Empresarial (ICE). A iniciativa pretende impactar a vida de cerca de 10 milhões de moradores de áreas periféricas, de forma direta ou indireta.

Outro projeto de fomento ao afroempreendedorismo que vem ganhando destaque é o Movimento Black Money (MBM). A organização tem como objetivo incentivar o ecossistema afroempreendedor atuando nas duas pontas, tanto com afroempreendedorismo quanto com afroconsumo, estimulando a criação de uma rede de colaboração integrada entre empreendedores negros e a comunidade negra com o propósito de fazer com que os recursos gerados pela população

negra circulem dentro das próprias comunidades gerando empregos, oportunidades e renda para estas.

2.2. Afroempreendedorismo, consumo e identidade

Fenômeno que se desenvolve no Brasil a partir da década de 1990, o afroempreendedorismo surge com a proposta de valorização da cultura, estética e identidade afro-brasileira e africana através do desenvolvimento de produtos e serviços que ressignificam de maneira simbólica elementos da cultura africana e afro-brasileira (Almeida, 2014). A partir dos anos 2000, o país viveu um cenário de transformações sociais, com melhorias na qualidade da educação e democratização do acesso ao nível superior, ampliação de ofertas no mercado de trabalho, implementação de políticas públicas voltadas à redistribuição de renda e ao combate ao racismo. Essas mudanças contribuíram sobremaneira para a ascensão de uma parcela considerável da população negra, a chamada classe C.

Nesta nova conjuntura empreendedores e empresários negros vislumbraram novas oportunidades de negócios entre a necessidade prática dos consumidores e a afirmação identitária (Almeida, 2014). Os afroempreendedores foram responsáveis por criar todo um nicho de mercado utilizando elementos da cultura afro-brasileira e africana. Em comum com seu público-alvo, os afroempreendedores têm a experiência de não encontrar produtos que correspondam às suas características físicas e culturais, uma experiência de racismo compartilhada

por milhares de afrodescendentes no Brasil (Nascimento, 2018).

Ao desenvolverem produtos exclusivos para uma população até então marginalizada e estigmatizada, esses empresários foram também responsáveis pela concepção de um marcador político contra a ideologia do branqueamento que perpetua o racismo na sociedade também por meio das relações comerciais, contribuindo para a construção de subjetividades subalternas (Almeida, 2013). Sendo assim, “a ‘cultura’ torna ao mesmo tempo um ‘recurso’⁴⁷ de reivindicação de um lugar na economia, configurando-se como um importante mecanismo de fortalecimento político” (Silva, 2017).

Nesse contexto, o consumo também se constitui como um marcador étnico potente, uma forma de combate à opressão e de atribuição de valor cultural, quando utilizado como forma de resistência por homens e mulheres negras contra o racismo. Ademais, o consumo se estabelece como uma forma poderosa de expressão de cidadania, tendo em vista que a população negra esteve por muito tempo excluída dos processos de consumo, seja por questões proibitivas, como no caso dos escravizados (Sansone, 1999), ou por questões socioeconômicas. Na direção do que argumentou Canclini (2001, p.80), “No consumo se constrói parte da racionalidade integrativa e comunicativa de uma sociedade”. Assim, a dimensão cultural simbólica do consumo excede os valores de

⁴⁷ A cultura como ideia de recurso tenta solucionar problemas sociopolíticos, entre eles, os de diversidade e de intolerância, entre outros, bem como pode ser utilizada como instrumento para impulsionar o crescimento econômico e a geração de emprego (Yúdice, 2013).

uso e troca, já que os objetos dessas transações carregam consigo valores e significados culturais compartilhados pela sociedade.

Sendo assim, o ato de afroempreender e afroconsumir é, portanto, um ato político na medida que promove o fortalecimento social, político, econômico e identitário da comunidade negra por meio da promoção de uma cadeia produtiva antirracista que apresenta grande potencial de impacto na sociedade. Fry (2002) destaca o potencial político da preocupação estética. As mudanças de representação e autoapresentação, segundo o autor, podem contribuir para acabar com a discriminação e as desigualdades, promovendo uma “sociabilidade intensa” que possibilite a “formação de uma identidade ‘negra’ coletiva e vá além do interesse comum de produzir beleza” (*ibidem*, p. 324).

Esses processos de mercantilização e consumo da cultura negra fazem parte de um projeto maior de inclusão simbólica no campo discursivo da produção de representações sociais, tendo grande impacto na construção de subjetividades e identidades (Almeida, 2011). Deste modo, a prática de mercantilização e de consumo que envolvem afroempreendedor e seus clientes ultrapassam os limites de simples troca comercial, tendo em vista que, por meio dessa interação, ambos compartilham símbolos culturais, visões de mundo, autoafirmação, estilo de vida e posicionamento político antirracista.

Empresários negros que atuam no mercado étnico, ainda que não engajados com a questão racial, produzem muito

além de produtos e serviços para consumo. Eles produzem engajamento através do consumo, atuando como agenciadores da causa racial por meio da elaboração de produtos e serviços que, além de serem pragmáticos, funcionam como instrumentos antirracistas. Especialmente os produtos voltados para a cultura, estética, moda e educação têm o potencial de atuar na construção de identidades afrodescendentes de maneira positivadas, contribuindo para a reversão de um processo histórico de construção de identidades negras subalternizadas pautado no racismo.

3. Estudo de caso

Apresentamos os estudos de caso sobre afroempreendedorismo desenvolvidos nas cidades de Salvador e do Rio de Janeiro. A escolha das cidades se deve ao fato destas apresentarem as maiores concentrações de populações negras do Brasil, a primeira com 82%, já a segunda com 45% (IBGE, 2022a) e por apresentarem altas taxas de informalidade no mercado de trabalho, Salvador com cerca de 50% e o Rio de Janeiro com 38% (2023).

Início o capítulo com a cidade de Salvador que possui uma forte herança cultural africana, mas que apresenta altos níveis de desigualdades raciais na educação, trabalho e renda, assim como o Rio de Janeiro, que apesar de possuir o segundo maior PIB do Brasil, acumula índices alarmantes de desigualdades sociais e de violência urbana. Em seguida, traço um panorama sobre o afroempreendedorismo nas duas cidades,

os espaços, os eventos, as redes formadas por afroempreendedores que contribuem para alavancar os negócios.

3.1. Afroempreendedorismo na cidade de Salvador

Salvador é uma cidade que apresenta forte influência da cultura africana, essa influência cultural pode ser notada na culinária, na música, na dança, nas festas, entre outros elementos culturais. E não poderia ser diferente, a cidade recebeu uma grande quantidade expressiva de africanos escravizados no período colonial para atuarem nas lavoura e engenhos de cana de açúcar do Recôncavo Baiano e, mesmo, após a abolição da escravatura, o intercâmbio permanente com países africanos como o Benin e a Nigéria (Santos, Correia, Oliveira, 2016), garantiu que as raízes culturais africanas fossem fincadas, a cidade tem uma história de preservação da cultura africana bem peculiar, sobre isso o historiador Muniz Sodré (2002) afirma que

O patrimônio simbólico do negro brasileiro (a memória cultural da África) afirmou-se aqui (na Bahia) como território político-mítico-religioso, para a sua transmissão e preservação. Perdida a antiga dimensão do poder guerreiro, ficou para os membros de uma civilização desprovida de território físico a possibilidade de se “reterritorializar” na diáspora através de um patrimônio simbólico consubstanciado no saber vinculado ao culto aos muitos deuses, à institucionalização das festas, das

dramatizações dançadas e das formas musicais. (Sodré, 2002, p.53).

Devido ao seu legado cultural, a capital baiana foi palco na década de 30 de diversos estudos sobre as relações raciais realizados por pesquisadores da Escola de Chicargo que, enganosamente, ajudariam a legitimar a tese da ‘democracia racial brasileira’ amplamente difundido a partir da década de 50 com o ciclo de estudos patrocinados pela UNESCO. Visitaram a Bahia com esse propósito Herskorvitz, Franklin Frazie, Donald Pierson e Ruth Landes.

Como resultado do passado colonial e do forte intercâmbio que manteve com países africano (Santos, Correia, Oliveira, 2016), Salvador apresenta hoje a maior concentração de população negra, fora do continente africano e, do Brasil com cerca de 82%⁴⁸ de indivíduos autodeclarados, de acordo com o censo do IBGE (2022b). No que se refere ao mercado de trabalho, entre os anos de 2020 e 2021, em meio a pandemia de Covid-19, o Brasil bateu o recorde de desempregados, tendo a Bahia registrado a maior taxa, cerca de 20% da população, 1,27 milhões de pessoas desocupadas (PNADC, 2021). Salvador lidera o ranking de desocupação, com cerca de 17% da população nessa condição.

Dados do estudo “Síntese de indicadores sociais” realizado pelo IBGE (2023) demonstram que desigualdade salarial entre negros e brancos no Estado persiste, a diferença

⁴⁸ A porcentagem corresponde ao número de população autodeclarada preta e parda, de acordo com a classificação do IBGE, respectivamente 36,5% e 45,6%.

de -61,4% percentual de desvantagem para pretos em detrimento dos brancos. Já na educação, apesar dos avanços ocorridos na última década com políticas públicas de acesso ao ensino superior implementadas em favor da população negra, apenas 18,5% das pessoas que se declaravam pretas ou pardas com 25 anos ou mais tinham nível superior em Salvador. Entre os brancos, esse percentual foi de 44,6% (IBGE, 2017).

As principais atividades econômicas desenvolvidas na capital baiana são o comércio, prestação de serviço e o turismo. A população é estimada em aproximadamente 2.418 milhões habitantes, o segundo município mais populoso do Nordeste. A renda per capita da cidade é de 1,2 salários mínimos (IBGE, 2022b).

O mercado de trabalho em Salvador é marcado historicamente pela informalidade, atualmente, 50% da população baiana trabalha de maneira informal, ou seja, cerca de 590 mil trabalhadores sem carteira assinada (IBGE, 2023). Eles ganham, em média, metade do salário dos com ocupações formais, segundo os dados da PNAD Contínua. A informalidade é maior entre as mulheres, com aproximadamente 43%, enquanto, para os homens, o percentual fica em torno de 38%. Entre os trabalhadores que se declaravam pretos e pardos, o trabalho informal chega à proporção de 40,6%; entre os brancos, fica em 38,4% (IBGE, 2019).

A região nordeste detém 40% dos negócios negros do país, a Bahia reúne o maior percentual de afro-

empreendimentos com 13%⁴⁹. Tendo em vista esse cenário, é possível inferir que o empreendedorismo na cidade de Salvador nem sempre é uma escolha para a população, mas uma necessidade de sobrevivência. Sendo historicamente uma realidade para a população negra soteropolitana, o trabalhar por conta própria ocupa, desde o período colonial, espaço central na produção econômica da cidade. De acordo com Gorender (2016), os negros realizavam todo tipo de trabalho. Pelas ruas da cidade era comum encontrar os pioneiros do afroempreendedorismo, os negros e negras de ganho, as quituteiras e baianas de acarajé.

carpinteiros, pedreiros, calceteiros, impressores, pintores de tabuletas e ornamentação, construtores de móveis e carruagens, fabricantes de ornamentos militares, de lampiões, artífices de objetos de prata, joalheiros e litógrafos [...] alfaiate, sapateiro, barbeiro, cabeleireiro, curtidor, ferreiro, ferrador e outras (Gorender, 2016, p. 496).

De lá para cá, a cidade de Salvador passou por grandes mudanças, mas muitas características dos pioneiros do ‘empreendedorismo negro’ se preservaram. O tradicional comércio de rua ainda é muito forte na cidade, bem como as feiras nos bairros. Na capital baiana, assim como em boa parte do país, o empreendedorismo se tornou uma alternativa para fugir do desemprego causado pela crise econômica que tem seu

⁴⁹ Os donos de negócios no Brasil: análise por raça/cor. Rio de Janeiro: SEBRAE, 2016

maior impacto na população negra, que é a mais vulnerável graças às condições socioeconômica e ao racismo estrutural.

Na contemporaneidade, afroempreendedores sonham com o sucesso de suas marcas e produtos, especialmente junto ao público afrodescendente. Em meio à rotina de trabalho, participação em eventos, feiras, encontros e cursos de capacitação, eles buscam apreender as melhores técnicas de gestão dos empreendimentos para a melhoria da qualidade dos seus produtos e/ou serviços. Esses eventos são realizados por organizações e agências de fomento voltadas à promoção do desenvolvimento do afroempreendedorismo, como, a Vale do Dêndê, Agência Mercafro, Wakanda Educação, Preta Comunicóloga, Movimento Black Money, o Coletivo de Entidades Negras, Pretaria, Associação de Jovens Empreendedores da Bahia, Favela Hoding, Pretahub, Diver.SSA., entre outros.

3.2. Afroempreendedorismo no Rio de Janeiro

A cidade do Rio de Janeiro foi a capital do Brasil por quase dois séculos (1763-1960), é a segunda metrópole do país. Conhecida como “Cidade Maravilhosa” por suas belezas naturais, praias e montanhas que compõem a paisagem urbana, motivo pelo qual conquistou o status de Patrimônio da Humanidade pela UNESCO, em 2012, na categoria paisagem cultural (Cardoso, 2016). De tradição Boêmia, a cidade também é conhecida pelas manifestações culturais como o Samba, o Jongo, o carnaval e a Bossa Nova.

O centro da cidade está repleto de pontos culturais que contam a história de homens e mulheres negros escravizados, que desembarcaram no Rio ainda no período colonial, a região denominada Zona Portuária, conhecida como pequena África, abriga o denominado cemitério de ‘pretos novos’, o maior das Américas, onde milhares de negros recém-chegados, mortos prematuramente devido as condições insalubres das viagens realizadas nos porões dos navios, eram enterrados em covas coletivas. A Pedra do Sal na contemporaneidade se transformou em um local de memória e resistência para a população afrodescendente, onde são realizadas várias atividades culturais, entre elas, Rodas de Sambas, Feiras afros e até Bailes Blacks.

O Rio de Janeiro é o estado que concentra o 2º maior número de população negra do país, com cerca de 45%, pouco mais de 2.8 milhões de pessoas. A taxa de desemprego no município chega a 14,4% para negros, ante 10,4% para brancos (IBGE, 2019b). Já o índice de informalidade no estado é de 38% (IBGE, 2023).

O Estado possui cerca de 2,2 milhões de empreendedores, sendo que 74% destes não possui CNPJ, 65% dos empreendedores são homens e, seguindo a uma tendência nacional, mais da metade são negros. Além disso, 36,6% dos empregadores são negros, ante 46,3% de empregadores brancos (IBGE, 2019). Os dados ainda evidenciam a relação desigual de gênero e raça sobre as oportunidades de ascensão entre os empreendedores, que está diretamente associada às restrições de acesso ao crédito e outros fatores ligados à

produção e serviços de desenvolvimento empresarial (IBGE, 2019).

O município possui uma grande diversidade de atividades econômicas, sendo o comércio, a prestação de serviços e o turismo as principais, sendo responsáveis por 86% do PIB do município. As atividades indústrias são preponderantes na cidade, entre elas, a petrolífera, siderúrgica, metalúrgica, automobilística, química, farmacêutica e alimentícia.

Assim como no restante do país, especialmente em Salvador, como evidenciado acima, as desigualdades socioeconômicas entre negros e brancos no Rio de Janeiras são sentidas no acesso à educação e ao mercado de trabalho e nas diferenças salariais, entre outros indicadores sociais. A renda per capita da população é de pouco mais de 2,5 salários mínimos (trabalhadores formais), sendo que cerca de 37% da população sobrevive com renda de até meio salário mínimo, ou seja, abaixo da linha da pobreza (IBGE, 2022). Neste cenário de altas taxas de desemprego e informalidade, o empreendedorismo é uma saída para a falta de oportunidades no mercado formal de trabalho.

Na última década, com o acirramento da crise do neoliberalismo, caracterizada pelo desemprego estrutural, observou-se um aumento expressivo de um tipo de empreendedor motivado, não pela oportunidade, mas, pela necessidade de sobrevivência (Vale *et al.*, 2014). Aqueles que muitas vezes não possuem as condições necessárias para se inserir no mercado formal de trabalho, ingressam em atividades

empreendedoras em busca de geração de renda (Silvapalan; Balasundaram, 2012; Zalio, 2011). Estes indivíduos seriam, de certa maneira, forçados a empreender e montar seu próprio negócio, já que não haveria oportunidades formais de trabalho ou as formas existentes não seriam satisfatórias para eles.

No Rio de Janeiro, assim como em Salvador, os afroempreendedores têm uma rotina bem agitada que envolve *happy hour* para a prática de network, rodadas de negócios, a participação de eventos e feiras, muitos destes interligados com o propósito de fortalecimento do afroempreendedorismo por meio do desenvolvimento de um ecossistema de afroempreendedores. Entre os eventos pretos que acontecem na cidade, os bailes blacks que acontecem sempre acompanhados de feiras, um exemplo é o “Baile Black Bom” que acontece na Lapa. O “Wakanda in Madureira”, também possui características semelhantes, é um piquenique coletivo que acontece no Parque Madureira com a apresentação de atrações culturais e feira de afroempreendedores. Outro evento que se tornou point é o “Encontro Preto”, na Lapa, com rodas de conversas, saraus e feiras, o evento busca estimular o afroconsumo.

O estudo de campo evidencia que as cenas afroempreendedoras das duas cidades são bastante semelhantes em suas conjunturas, apresentando conexões entre os diversos atores envolvidos e as organizações. São comuns a realização de eventos e práticas formativas promovidos em conjunto por organizações das duas cidades, o que evidencia a formação de redes de apoio e de fomento e o fortalecimento do ecossistema

afroempreendedor. Essas redes contribuem para a disseminação do conceito de ‘Black Money’ em uma perspectiva comunitária e de cadeia produtiva que envolve o circular de capital e recursos dentro das comunidades negras promovendo o desenvolvimento dessa comunidade.

Grande parte desses empreendedores optou pelo associativismo como forma de fortalecimento dos seus negócios. Eles estão reunidos em associações, coletivos de afroempreendedores e lojas colaborativas, nos quais, além de dividirem os custos com os empreendimentos, compartilham experiências e enfrentam as dificuldades e obstáculos do empreendedorismo de forma coletiva, tendo o apoio dos parceiros.

4. Conclusão

Na contemporaneidade muito se discute sobre o tema empreendedorismo que se tornou uma das pautas principais enquanto saída para a crise do desemprego em massa que afeta o país, uma consequência da adoção do modelo político e econômico neoliberal que tem entre suas principais características a redução do estado como promotor de bem estar social, a redução de direitos sociais com a privatização de serviços públicos essenciais e a perda de direitos trabalhistas. Muitos críticos atribuem ao empreendedorismo a precarização da condição de trabalho, com a redução de direitos sociais atingindo camadas sociais mais vulneráveis ao desemprego, como é o caso dos trabalhadores negros e trabalhadoras negras.

Essas categorias reúnem dois grupos sociais extremamente vulneráveis no mercado de trabalho: os negros, pelo racismo estrutural, e as mulheres, pelo sexismo. No caso das mulheres negras, há intersecção entre essas duas formas de opressão e exploração, gênero e raça.

No caso da população afrodescendente, é importante salientar que o ‘empreendedorismo’, que outrora era chamado de trabalho informal, mas que ganhou uma nova roupagem para atender interesses economicistas neoliberais, tornou-se uma estratégia de resistência e de subsistência antes mesmo do fim do período escravocrata. Naquele cenário, homens e mulheres negros escravizados ou alforriados vendiam seus produtos e serviços nas ruas das cidades. A população negra ocupa, portanto, um protagonismo histórico no enfrentamento dos obstáculos e dificuldades impostos pelo racismo e as transformações sociais e econômicas.

Desde o início da pesquisa o tema afroempreendedorismo se mostrou bastante complexo por combinar o empreendedorismo, um fenômeno essencialmente mercadológico que foi se acentuando nos últimos 15 anos no Brasil em consequência das transformações políticas e econômicas, com o engajamento político percebido durante as entrevistas com os agentes.

Este trabalho buscou equilibrar as dimensões da história econômica e política dos negros, que buscaram no empreendedorismo formas de sobrevivência social na ausência de inserção qualificada no mercado de mão de obra livre. Além disso, o trabalho chama a atenção para o aumento da

informalidade do mercado de trabalho brasileiro via modelo econômico neoliberal, que deixa mais vulneráveis a população negra - homens e mulheres, especialmente esta última pelo peso do gênero.

A partir da análise da atividade empresária negra nas duas cidades com grande número de população negra, Rio de Janeiro e Salvador, é possível tecer algumas considerações. O Afroempreendedorismo é uma realidade nas duas cidades, nas quais o associativismo vem ganhando força como estratégia para se vencer os obstáculos enfrentados por grande maioria dos empreendedores negros. Figuram entre as dificuldades a falta de planejamento prévio, a falta de capacitação para gerir negócios e a escassez de capital para investimento, o que dificulta bastante o desenvolvimento e crescimento dos empreendimentos.

O cotidiano vivenciado por afroempreendedores nas duas cidades é bastante semelhante. Há uma participação recorrente em eventos diversos voltados para empreendedores para o desenvolvimento de network desses trabalhadores com vista a formação de um ecossistema empreendedor negro. Os eventos englobam, também, a capacitação através de cursos e mentorias para a gestão do negócio. As duas cidades sob análise, apesar das suas peculiaridades, apresentam um padrão semelhante da ação negra coletiva empreendedora, com alcance expressivo nas duas cidades. Observando esses dois casos comparativamente, pode-se dizer que o associativismo de caráter econômico é uma pedra fundamental para o desenvolvimento dos negócios desse segmento populacional, já

que se trata de uma realidade de grande informalidade e de discriminação no mercado de trabalho baseado em raça.

Sob esse enquadramento, pode-se defender, ainda, que além do caráter histórico dessa experiência empreendedora negra nas duas capitais brasileiras estudadas, há que se sublinhar o papel de sobrevivências para esse segmento nos espaços que lhes são reservados no mercado. Caracterizado pela alta competição e pelas desigualdades dos grupos no mundo competitivo, esse mercado é, por outro lado, composto por agências de pessoas negras que buscam se afirmar no campo dos pequenos negócios. Para isso, os afroempreendedores se valem da tradição da história negra nas cidades e das oportunidades emergentes no contexto econômico do século XXI.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Alex Sandro Macedo. Consumo e identidade: a produção para o consumo a partir dos insights dos empresários negros. In: NOGUEIRA, João Carlos. **Desenvolvimento e empreendedorismo afro-brasileiro**. Florianópolis: Editora Atilênde, 2013, p. 199-222.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e cidadãos**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

COMINI, Graziella Maria. Negócios inclusivos e Inclusivos: um panorama da diversidade conceitual. In: COMINI, Graziella Maria. **Mapa de Soluções Inovadoras: Tendências de empreendedores na construção de negócios inclusivos e inclusivos**. São Paulo: Instituto Walmart, 2011.

DAMASCENO, Caetana Maria. Em casa de enforcado não se fala em corda: notas sobre a construção social da "boa" aparência no Brasil. In: GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo.; HUNTLEY, Lynn. (Org.). **Tirando a máscara: Ensaios sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DEES, J. Gregory. **O significado de empreendedorismo social**. Stanford, Califórnia: Universidade de Stanford, 1998.

DOMINGUES, Petrônio. **Uma História Não Contada: negro, racismo e branqueamento no pós-abolição**. São Paulo: Senac, 2003.

DOMINGUES, Petrônio. O Mito da democracia racial e da mestiçagem (1889-1930). **Diálogos Latinoamericanos**, Aarhus (Dinamarca), n.10. 2005.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. vol. 1. São Paulo: Editora Globo, 5 ed. 2008.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48a. ed. São Paulo: Global, 2003.

FRY, Peter. Estética e política: relações entre raça, publicidade e produção da beleza no Brasil. In: GOLDENBERG, Miriam (comp.). **Nu e vestido: dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1985.

IBGE. **Desigualdades por cor ou raça em Salvador**. Salvador: IBGE, Supervisão de Disseminação de Informações Unidade Estadual do IBGE na Bahia (SDI – UE/BA), 2019a. Disponível em: http://generoe sexualidade.ffch.ufba.br/wp-content/uploads/2019/04/apresenta_camara_abr19_semvideo_compressed.pdf. Acesso em: 08 de fev. 2020

IBGE. **Empreendedores e a informalidade no estado do Rio de Janeiro**. Nota temática nº 50. Rio de Janeiro: IBGE, 2019a.

IBGE. **Panorama do Censo 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022a. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 18 jun. 2024

IBGE. **Panorama**. Salvador, Bahia. Rio de Janeiro: IBGE, 2022b. Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/salvador/panorama>. Acesso em: 10 de jan. 2022

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=39911>. Acesso em: 18 jun. 2024.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Terceiro Trimestre de 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2019b. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2019_3tri.pdf. Acesso em: 18 jun. 2024.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2023**. IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102052.pdf/>. Acesso em: 18 jun. 2024

MATTOSO, Katia de Queirós. **Bahia**: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX. Salvador: Hucitec, 1978.

MATTOSO, Katia de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MELO NETO, Francisco P.; FROES, César. **Empreendedorismo Social**: a transição para a sociedade sustentável. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

NASCIMENTO, Eliane Quintiliano. Afroempreendedorismo como estratégia de inclusão socioeconômica. In: **Seminário de Ciências Sociais do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo UFES, 2018, p. 1-19. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/scs/article/view/21718#:~:text=O%20afroempreendedorismo%20%C3%A9%20compreendido%20como,transforma%C3%A7%C3%B5es%20do%20mercado%20de%20trabalho>. Acesso em: 12 jul. 2019.

PRETAHUB. **Pretahub** - Aceleradora de empreendedorismo negro no Brasil. O que é Pretahub. Disponível em: <https://pretahub.com/>. Acesso em: 30 jan. 2020.

SANSONE, Livio. Os objetos da identidade negra: consumo, mercantilização, globalização e a criação de culturas negras no Brasil, **Mana**, v. 6, n. 1, p. 87-119, Abr. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/ssPGRFwMqPFm6mWbGDt5TYz/abstract/?lang=pt#:~:text=Trata%2Dse%20de%20um%20processo,viajam%20muito%20e%20para%20longe>. Acesso em: 15 mar. 2020.

SEBRAE. **Empreendedorismo por Raça-cor (e sexo) em 2022**. Unidade de Gestão Estratégica e Inteligência (UGE) do Sebrae Nacional, com apoio da Unidade de Relacionamento com o Cliente (URC). Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2023/02/Empreendedorismo-Raca-cor-Sexo-sebrae-2-trimestre-2022.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2024.

SILVA, Gleicy Mailly da. **Empreendimentos culturais, negócios sociais**: uma etnografia das relações entre economia e política a partir da Feira Preta em São Paulo. 2017. Tese (Doutorado em Antropologia Social) –

Faculdade de Filosofia e Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo. 2017. 290f.

SIVAPALAN, Achchuthan; BALASUNDARAM, Nimalathan. (2012). Level of entrepreneurial intention of the management undergraduates in the University of Jaffna, Sri Lanka: scholars and undergraduates perspective. **South Asian Academic Research Journals**, Thanesar (Índia), v. 2, n.10, p. 24-42.

THEODORO, Mário. A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil. In: THEODORO, Mário (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: IPEA, 2008. cap. 1, p. 19-48.

VIEIRA, Renata de Martins Farias. Elaboração de projetos sociais: uma aplicação. 2001. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Faculdade de Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2001. 169 f.

ZALIO, Pierre-Paul. (2011). Sociologie économique des entrepreneurs. In Steiner, Philippe; Vatin, François (Ed.), **Traité de sociologie économique**. Paris: Puf, 2011. p. 573-607.

SEÇÃO 3 – Conflitos e Segurança Pública

Capítulo 8

As fases de atuação da milícia em São Gonçalo: uma análise desde a década de 1970

Hemilim da Silva Lessa⁵⁰

1. Introdução

Nos últimos quinze anos, o domínio das milícias no estado do Rio de Janeiro vem crescendo em extensão e domínio territorial. São Gonçalo, segundo município mais populoso do estado, conhecido como Quartel General da organização criminosa Comando Vermelho, segue a tendência de expansão desses grupos organizados. Pesquisar a presença da milícia numa região dominada expressivamente pelo Comando Vermelho tem o potencial de oferecer aos próximos estudos evidências empíricas de como o processo de expansão do fenômeno se dá e, principalmente, qual o contexto e dinâmicas necessárias para sua compreensão.

Este capítulo tem como objetivo apresentar as mudanças na atuação das milícias ao longo das últimas décadas

⁵⁰ Hemilim Lessa é formada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense, mestre em Sociologia pelo PPGS/UFF. Tem experiência na área de sociologia urbana, com ênfase em violência. E-mail: hemilimlessa@id.uff.br.

em São Gonçalo. A pesquisa privilegiou a metodologia qualitativa, por meio de análise de materiais jornalísticos das décadas de 1970 a 2021⁵¹. A análise documental em material de imprensa é bastante útil para compreender como certos casos recebem atenção (ou não) da sociedade. No limite, olhar para a imprensa permite perceber como se dá o debate público sobre certos assuntos. O recorte temporal escolhido inicia-se em 1970 porque é nesse período que os grupos de extermínio ascendem na Grande Rio, área que compreende a região Metropolitana do Rio de Janeiro (Alves, 2008), e se estende até 2021.

As seções deste capítulo estão separadas por décadas, cada qual buscando compreender como os jornais identificam, nomeiam e caracterizam os grupos que assassinam, roubam e extorquem na região do município de São Gonçalo no intervalo analisado. A análise comparativa de cada período privilegiou seus modos de atuação, assinalando as mudanças, permanências e transformações observadas no que diz respeito ao que hoje se tem chamado de milícia.

Não foi analisado apenas seu *modus operandi*, mas também a forma que os jornais a nomeavam. Destaca-se que no lugar de “milícia”, até a década de 2000, usava-se o termo

⁵¹ Para isso, foram analisadas reportagens do jornal O Globo, como fonte primária, e demais meios jornalísticos como G1, O São Gonçalo, Foco, como fonte secundária. As palavras-chave utilizadas na pesquisa foram: “milícia em São Gonçalo”, “grupo de extermínio em São Gonçalo”, “Polícia mineira em São Gonçalo”, “chacina em São Gonçalo”, “justiceiros em São Gonçalo”, “Mão Branca em São Gonçalo”; “carro da linguixa em São Gonçalo” e “máfia em São Gonçalo”.

“polícia mineira”, que aparece pela primeira vez nos jornais em 1987. Observa-se, portanto, que os grupos que comumente são conhecidos como milícias, respondem às transformações das organizações (civis e militares) e formatos de atuação no espaçamento da região de São Gonçalo. No entanto, muito embora os modos de atuação durante as décadas venham se transformando, uma prática continua sendo o fio condutor de toda essa transformação: os assassinatos brutais.

2. Décadas de 1970 e 1980: período embrionário

A década de 1970 é de poucas menções a grupos de extermínio, terminologia encontrada na época para caracterizar grupos de matadores. Mais especificamente, apenas uma única notícia é encontrada entre as palavras-chave utilizadas: “extermínio em São Gonçalo”. Embora esteja sozinha dentro de uma década inteira, essa referência é bastante significativa, pois dialoga com o perfil das reportagens vindouras. A reportagem destaca: “Encontrada uma cabeça em Niterói” (O Globo, 1972). O texto explica que a cabeça decepada, com cortes profundos no rosto, pertence a um homem “bem moreno de cabelo crespo”. A matéria não identifica a vítima e nem seu algoz.

É interessante notar que, embora a chamada do jornal destaque o município de Niterói, no artigo, a parte do corpo foi localizada em São Gonçalo, no bairro de Boaçu. Outra característica da reportagem chama a atenção: “novos corpos foram encontrados” e, de acordo com a polícia, nas primeiras

quatro mortes já se esperava uma nova leva de assassinatos. E, embora não aprofunde as informações, o jornal destaca que a polícia já previa um número significativo de assassinatos semelhantes na região. Isso pode significar, em primeira análise, que havia uma constância ou um padrão nesse tipo de acontecimento, tendo em vista a expectativa da polícia de encontrar outros casos semelhantes.

Já na década de 1980, são encontradas reportagens destacando assassinatos violentos ocorridos diariamente, sem contar aqueles que não seriam registrados pela polícia, os quais teriam como principal característica a autoria de grupos de extermínio não identificados. Vale notar que é em meados da década, que o termo “polícia mineira” aparece pela primeira vez.

Um artigo jornalístico de 20 de junho de 1982 (São Gonçalo, 1982) afirma que há um grupo de extermínio atuando há meses na região. A reportagem também destaca que os números oficiais mostram que há 2 mortes por dia em São Gonçalo e Niterói, mas que esse número já teria sido maior em meses anteriores. Segundo o jornal, os delegados entrevistados afirmam que a violência na região possui dimensões maiores que a da Baixada Fluminense⁵². Apesar disso, esse tema não teve grande repercussão nas demais edições.

⁵² Não foi possível confirmar o principal dado indicado no texto - de que a violência em São Gonçalo seria mais alta do que a da Baixada Fluminense no momento histórico citado -, uma vez que a base de dados do Instituto de Segurança do Rio de Janeiro (ISP) apresenta números passíveis de comparação a partir de 2003.

A dinâmica de sequestros relâmpagos nas residências das vítimas aparece como um formato de atuação encontrado em muitos acontecimentos retratados pelos jornais na década de 1980, características dos dois termos retratados no jornal. O desfecho certo é o assassinato com práticas cruéis, como o afundamento de crânio, por exemplo. Outra característica encontrada nos anos investigados são as mortes por decepamento, nas quais várias partes do corpo são extraídas com objetos cortantes, como foices e semelhantes. É possível observar em dois casos a cabeça como única parte encontrada, mas também braços e pernas separados do restante do corpo (Corpo..., 1987, p.26; Fios..., 1987).

No início de 1983, o jornal O Globo noticiava que, naquele ano, um grupo de extermínio já havia assassinado pelo menos 50 pessoas (Grupo..., 1983). O canal relatou que o grupo havia iniciado suas atividades há, pelo menos, três meses e, dentre as mortes, nenhuma havia sido solucionada. As únicas informações sabidas dos assassinos repousavam na sua forma de atuação: os alvos eram sequestrados e torturados no início da madrugada, entre 23h e 2h da manhã, por homens encapuzados, e suas vítimas, todas consideradas delinquentes, por vezes, retiradas de suas casas e assassinadas logo adiante. Os carros usados nas expedições eram novos e imponentes e as vítimas eram jogadas numa área diferente dos locais onde aconteciam os sequestros.

No mesmo texto também há uma referência ao Bairro Alcântara, onde ocorreriam pelo menos 10 assassinatos por dia. A autoridade entrevistada, Maria de Lourdes Oliveira,

promotora de justiça, afirmou não ser possível descartar a atuação de policiais militares na formação desses grupos, principalmente pela sua característica de atuação e pelo calibre das armas. Formariam, então, os chamados de “grupos organizados de extermínio” os quais seriam responsáveis pela maioria dos assassinatos cometidos na região.

Em matéria de 1987 (Delegados..., 1987), o jornal aponta que Delegados da região de São Gonçalo haviam se reunido contra a “polícia mineira”, que aparece entre parênteses após o termo “grupo de extermínio”. A notícia retrata que o grupo criminoso atuaria em São Gonçalo, Niterói e Itaboraí. Composto por sete pessoas, três policiais militares, dois policiais civis e dois “bandidos”, seriam responsáveis pela maioria dos homicídios executados na região, solicitados por mandantes desconhecidos. Neste artigo vemos como é intercambiável o uso dos termos “polícia mineira” e “grupo de extermínio”. Na reportagem, é sublinhado também que seu modo de atuação estaria centrado na interceptação de menores de idade, visando a obtenção de lucros a partir do roubo, além da utilização de armas do exército. Sua principal atividade seria exterminar e ocultar provas impedindo as investigações. Aqui, tem-se uma atuação centrada no assassinato e captação de recursos, via assaltos através de terceiros. Assim, a princípio, seu objetivo estaria no extermínio de bandidos, mas essa configuração logo se transformou na atividade de matadores de aluguel. Ao passo que o “extermínio” se daria com a pretensão de fazer um tipo de limpeza social em detrimento de bandidos

e afins, os “matadores de aluguel”, prestariam algum serviço interessado a terceiros.

O jornal relata que essas organizações, ratificando o plural, estavam ativas há anos e seus integrantes nunca foram indiciados, tendo em vista o medo das pessoas, que, ao denunciarem, não se deixavam identificar pois consideravam a justiça incapaz de protegê-los. Ainda em 1987, o jornal apontou que ao menos 88 pessoas haviam sido assassinadas em São Gonçalo e Niterói, até o momento da reportagem, todas de autoria dos grupos de extermínio (Corpo..., 1987). Esta informação evidencia que os extermínios eram noticiados em formato de balanço durante a década, ou seja, os assassinatos raramente eram noticiados caso a caso.

Há, portanto, na década de 1980, uma convergência dos termos esquadrão da morte, grupo de extermínio e polícia mineira. Nesse período não são encontrados registros de oferta de serviços ou de que explorassem mercados comerciais. O que marca a atuação desses grupos, que ora são chamados de grupos de extermínio, ora de polícia mineira e ora de esquadrão da morte, é a violência desmedida e cruel, com a incidência de sequestros para outro município e por fim, o assassinato.

De acordo com Alves (2008), as décadas de 1970 a 1980 assistiram, na Baixada Fluminense, a ascensão dos grupos de extermínio, sendo responsáveis pelo assassinato de mais de 3 mil pessoas por ano. Um período traumatizante para a história da sociedade brasileira, pela ascensão da ditadura e, portanto, pelo total domínio das forças armadas no controle social da segurança pública. Essa ascensão significou o

nascimento e o fortalecimento dos grupos de extermínio no Brasil. Afirmativa que dialoga com Zaluar e Conceição (2007), que indicam que, embora na década de 1980 o Brasil vislumbrasse a democratização, se traçava um paradoxo inquietante: o período de democratização seria acompanhado de uma alta taxa de criminalidade, em especial a letalidade de homens jovens. As autoras apontam os baixos índices de investigação e de indiciamento dos assassinatos como uma das causas daquela conjuntura, isto é, não havia interesse político no enfrentamento daquele quadro.

A presente seção evidenciou a proeminência dos termos “esquadrão da morte”, “grupo de extermínio”, “polícia mineira” e suas atuações violentas pelo município de São Gonçalo no decorrer da década de 1980. A próxima seção, referente à década seguinte, destaca como estes mesmos grupos ganham uma nova forma de atuação: a extorsão.

3. Década de 1990: da extorsão e assassinato

“São Gonçalo: um assassinato a cada três horas” (Renato..., 1991), é o título de uma reportagem que destaca as recorrentes mortes no município, onde pelo menos 8 pessoas eram assassinadas por dia, todas de autoria desconhecida. O material levantado nas mídias tradicionais desenha uma comparação importante com a Baixada Fluminense. Apesar da estrutura de violência muito similar a esta região, principalmente no tocante ao número de homicídios efetuados por grupos de extermínio, São Gonçalo superou os números

de violência da Baixada em duas décadas: a primeira vez em 1982 (Motta, 1982) e a segunda em 1991 (Renato..., 1991).

No ano anterior, em 1990, segundo a reportagem, uma comissão especial instaurou-se entre os delegados das regiões vizinhas a São Gonçalo para apurar os grupos de matadores, entre os quais, policiais militares que seriam responsáveis pelo assassinato de, no mínimo, 50 pessoas. Em 1993, há o registro de outra ocorrência de autoria dos grupos de extermínio; dessa vez, o assassinato de quatro jovens com idades entre 16 e 22 anos (Quatro..., 1993). As mortes foram executadas sob o modus operandi já conhecido das décadas anteriores: intervir sobre delinquentes e de madrugada, mas dessa vez, encapuzados.

Em um destaque no jornal O Globo em 19 de julho de 1997 (Werneck, 1997), foi registrado o assassinato de uma mulher que havia denunciado a extorsão de um grupo formado por quatro policiais militares lotados no 7º batalhão de Alcântara. Acusados de fazer parte de um grupo de extermínio, supostamente extorquiam mães de dependentes químicos no bairro Covanca, São Gonçalo. O grupo sequestrava, torturava e depois extorquia dinheiro. Esse caso é o mais significativo dos anos 1990, uma vez que a década é marcada por um esvaziamento das notícias que remetem aos termos grupos de extermínio, polícia mineira ou esquadrão. Esse é um período conhecido pelos altos índices de violência no Rio de Janeiro (Silva; Leite; Fridman, 2005; Zaluar; Conceição, 2007), sendo, portanto, esperado que esse fato se espelhasse em número de

casos nos jornais. Isso não foi, contudo, o observado no levantamento feito para São Gonçalo.

Nas reportagens relatadas acima, também há um forte discurso a respeito da falta de interesse da polícia nas investigações. Comparativamente, Alves (2008) destaca que, nesta mesma década, a Baixada Fluminense assistia os grupos de extermínio assumindo os poderes legislativos e executivos de câmaras municipais. Assistia, além disso, o aparato policial se transformando num mediador de interesses políticos e do narcotráfico, trabalhando nos “favorecimentos profissionais[...], funcionamento de pequenas empresas, suborno, extorsão, favorecimento em processos jurídicos” (Alves, 2008, p.34-35). No entanto, percebe-se um movimento mais tímido de São Gonçalo no tocante aos aparelhos estatais, tendo em vista que não foram encontrados, nas notícias das décadas analisadas, fatos que indicassem um movimento semelhante na região estudada até 1990.

É notável que nas décadas de 1970 a 1980, houve diversos sequestros seguidos de assassinatos, ao passo que na década de 1990, em São Gonçalo, a extorsão ascende articulada a esses dois primeiros *modus operandi*, o que pode significar uma variedade de grupos agindo com estratégias distintas. Nesse sentido, esta seção demonstrou a ampliação dos modos de atuação dos grupos de matadores, sendo encabeçados por policiais, em sua maioria. Mais a frente, evidencia-se, principalmente, como estes grupos ganham novas classificações pela mídia.

4. Década de 2000: período de metamorfoses e ampliação dos termos utilizados para nomeação do fenômeno.

Na década de 2000, observam-se mudanças relevantes nas notícias sobre o que até então era nomeado sobretudo como “grupo de extermínio”. Um ponto que ilustra essas mudanças é a própria ampliação dos termos utilizados para rotular essas organizações. O termo milícia populariza-se na grande mídia, mas só em 2011 passa a ganhar fôlego nas reportagens da região, notoriamente em função do assassinato da juíza Patrícia Acioli. Antes disso, contudo, houve um hiato de muitos anos sem qualquer notícia sobre grupos de extermínio em São Gonçalo, uma vez que a última remete aos anos de 1987, chegando até 2007 sem se falar em grupo de extermínio.

O título “Carro da linguixa leva medo às favelas” aparece em 15 de julho de 2007 (O carro...2007). O termo se refere a agentes que abordavam pessoas de forma extremamente violenta: “tem quanto para perder? Senão vai morrer”. Os relatos afirmam que os crimes eram realizados por pessoas que utilizavam um veículo Blazer⁵³ e um Gol branco, e quem entrava nos automóveis nunca voltava vivo ou, se sim, retornava completamente violentado. O comandante entrevistado na reportagem confirma a existência dos carros, mas diz que nunca recebeu denúncias sobre o grupo que, segundo ele, era formado por policiais que faziam um “trabalho de inteligência”, também conhecidos como P2⁵⁴. Esta, para ele,

⁵³ Nome comumente atribuído aos carros de polícia do Estado.

às vezes precisava agir com certo rigor, mas nunca recebeu denúncias de excesso no uso da violência.

Os relatos destacados na reportagem dizem que o Carro da Linguixa fazia seu itinerário às terças à noite em busca de informações sobre pessoas envolvidas com tráfico, mas quando não as encontrava, intimidava com quem se deparava. O grupo de extermínio atuava na execução de traficantes, “maconheiros” e assaltantes. E contava com a participação do Capitão Nelson, atual prefeito da cidade, que ascendeu à vida pública como vereador em 2004.

Ainda na década de 2000 há outra virada de chave importante: a expansão dos negócios comerciais desses grupos, mas que não necessariamente significou o abandono das antigas práticas. O “Carro da linguixa” junto com a “máfia das vans” preenche o vazio de quase 20 anos sem notícias de grupos de extermínio e polícia mineira. Ao todo, foram encontradas 10 chamadas sobre o tema entre 2000 e 2011. De acordo com as reportagens, a máfia das vans era uma organização que contava com a participação de policiais militares que utilizavam de força brutal na disputa das linhas de vans e na cobrança de pagamentos pela permissão das linhas ilegais. A reportagem afirma que diversos crimes foram cometidos por “bandidos - muitos deles ligados à milícia”. Embora haja esse marcador explícito que tenta diferenciar milícia dos “bandidos” que compõem a máfia das vans, parece que esses dois grupos se

⁵⁴ P2 é o serviço de inteligência da polícia militar. Nessa área, os policiais trabalham disfarçados a fim de recolher informações para atuar na prisão de criminosos e apreensão de drogas.

entrelaçam. A participação de policiais militares no esquema e o uso da força letal em dezenas de assassinatos, principalmente a execução de testemunhas, talvez indique que “máfia” seja só mais um termo.

Mais especificamente em 2008, o jornal O Globo noticiou o assassinato de 50 pessoas na disputa pelo controle de cooperativas de vans e Kombis da cidade (Milícias ..., 2008). Uma dessas pessoas foi Maurício dos Santos Dias, morto em 2004, ele era presidente de uma cooperativa de vans que explorava a linha que fazia o trajeto para Santa Isabel, além de ser pré-candidato a vereador. No ano anterior, Robson Queiroz, presidente de uma outra cooperativa e dono de um ponto de vans, havia sido assassinado no bairro Alcântara.

Ainda em 2003, em 6 de novembro, o jornal O Globo (Cássia; Goulart, 2008), acompanhou a prisão de 27 integrantes da conhecida máfia das vans. Dentre os presos que atuavam em São Gonçalo havia policiais militares, acusados de assassinar dezenas de pessoas desde 1995, segundo a reportagem. Era um esquema que atravessava regiões, construindo interconexões com o município de Niterói. Meses antes dessa reportagem já se iniciava a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Milícias, liderada pelo então deputado Marcelo Freixo, na qual a cidade de São Gonçalo é citada (Rio de Janeiro, 2008). O relatório chama a atenção para a convergência das denúncias recebidas pelo disque-milícia com as informações previamente recolhidas pelo Ministério Público, defendendo assim a confiabilidade do conteúdo.

Um ponto importante a ser destacado do relatório é que, nessa mesma localidade, o Capitão Nelson, o atual prefeito da cidade, conhecido pelo imaginário dos moradores de São Gonçalo como um dos protagonistas do Carro da Linguíça, foi denunciado como líder de uma milícia composta por 14 policiais civis e militares. O grupo explorava a segurança de moradores e comerciantes do bairro de Jardim Catarina através da cobrança de uma taxa entre R\$30,00 e R\$100,00 por mês.

Exploravam também o transporte alternativo e sinal de TV a cabo. O relatório também sublinha que formas de intimidação eram comuns, a fim de obrigar os moradores a utilizarem os serviços. Conhecido como um policial linha dura, deve-se à fama do Carro da Linguíça sua ascensão ao mundo político (Albano, 2021), havendo contato com o apoio político do então chefe do executivo, Jair Bolsonaro, para ascender à Câmara Municipal.

Adiante, destacamos como o termo “milícia” ganha centralidade e, principalmente, uma postura mais opressiva da mídia.

5. Década de 2010: as milícias ganham centralidade

O jornalista Brunet (2010) chamou de “batalhão do gatilho” o 7º Departamento de polícia de Alcântara, destacando-o como uma das unidades policiais que apresentam altos números de execução sumária e um histórico significativo na participação em grupos de extermínio. No ano de 2011, o assassinato de Patrícia Lourival Acioli de 47 anos, titular da

quarta vara criminal do município desde 1999, constituiu um marco na história da segurança pública de São Gonçalo. A juíza foi brutalmente executada com 21 tiros ao chegar na sua residência, localizada em Piratininga, Niterói. Os assassinos, policiais militares do 7º Batalhão de São Gonçalo, estavam em duas motos e dois carros e haviam planejado sua morte com um mês de antecedência.

As investigações apontam que a causa da sua morte foi uma represália de policiais que participavam de milícias e grupos de extermínios. É importante observar que a reportagem utiliza os dois termos, demonstrando entender como organizações distintas. Segundo a reportagem, os três policiais que a mataram faziam parte de uma milícia em São Gonçalo chefiada pelo mandante do assassinato, Claudio Luiz de Oliveira, o então comandante do 7º Batalhão de Polícia Militar, localizado em Alcântara. Ainda segundo a reportagem, a juíza tinha em mãos 60 casos de autos de resistência forjados por policiais militares entre 2004 e 2010, averiguados em uma investigação conjunta do Ministério Público e da Polícia Civil. A magistrada já havia determinado a prisão de mais de 60 policiais no Rio de Janeiro e era vista como uma autoridade capaz de ser um impedimento veemente na atuação ilegal de policiais criminosos.

Acioli investigava justamente a relação entre os autos de resistência e a participação de milicianos, o que foi comentado pelo jornal em 2011 (Costa; Moura; Rocha, 2011). No dia do seu assassinato, Patrícia Acioli havia decretado a prisão de dois policiais militares pertencentes ao mesmo

Batalhão. Seu assassinato por milicianos não é o único ponto que merece ser destacado aqui. É importante, ademais, o fato de que o atual prefeito da cidade, Capitão Nelson, citado na CPI das milícias, foi o responsável pela segurança da juíza, tendo se afastado da função meses antes de sua morte.

O fio condutor que reúne essas duas frentes, o assassinato de uma magistrada e a força dos grupos de extermínio em São Gonçalo, é uma polícia militar especialista em matar. Isso porque, entre 2011 e 2021, o mesmo Batalhão responsável pelo assassinato da juíza, foi o que mais registrou mortes por intervenção policial, ficando à frente de Duque de Caixas, Belford Roxo e Queimados, consideradas as cidades mais violentas do Rio de Janeiro (ISP, 2021).

Além disso, a composição dos grupos de extermínio noticiados nessa década se dá, majoritariamente, com agentes da polícia militar, em particular do 7º Batalhão de polícia. O jornal O Globo destaca que o nascimento desses grupos se deu com o objetivo de fazer uma varredura dos “delinquentes e bandidos” da região, mas que, ao longo dos anos, novos interesses foram surgindo e novos empreendimentos foram se desenvolvendo (Delegados..., 1987). Uma possível causa dessa evolução pode ser atribuída à falta de obstrução das atividades de extermínio. A permanência ininterrupta das atuações criminosas permitiu seu fortalecimento e a evolução de suas operações, uma vez que o Ministério Público e as investigações não se concretizaram.

Em 2017, cinco pessoas foram assassinadas por milicianos em uma tentativa de expulsar o tráfico no Bairro

Boa Vista, no Morro do Abacatão (Provenzano; Rigel, 2017). Além desse acontecimento, outra chacina ocorreu em 2019, quando, a mando de milicianos, quatro pessoas morreram e sete ficaram feridas em São Gonçalo (Policia... 2019).

Outras ações que exploram o aparelho de autoridade do Estado foram investigadas na operação Calabar, realizada em 2017 (PMs..., 2017). Na diligência, foram declarados 184 mandados de prisão para o estado do Rio de Janeiro, entre os quais 96 se referiam a policiais da região de São Gonçalo, havendo 80 já presos no momento da reportagem. Além de diversas ilegalidades cometidas, os policiais militares eram responsáveis por 250 autos de resistência. Dentre os crimes enfrentados pela maior operação policial até então, estão aqueles que parecem dialogar muito bem com os velhos conhecidos dos policiais pertencentes aos grupos de extermínios, da mineira e milicianos, vistos nas décadas anteriores: sequestro de traficantes, que tinha o intuito de forçar o pagamento de um determinado valor - como a falsa prisão de traficantes a fim de obter ganhos maiores na extorsão; venda de armas e drogas apreendidas em operações policiais; oferecimento de escolta para traficantes; e principalmente, a prática de evitar operações policiais nos lugares em que são recebidas as propinas que os traficantes pagavam aos policiais

Uma matéria no ano seguinte destaca o que o ISP já vem mostrando: o 7º Batalhão de São Gonçalo é um dos maiores em denúncias de auto de resistência (Teixeira; Ouchana,2018). O artigo relata que, desde 1988, dos 168 autos registrados, em 32 foram encontradas falhas e 115 ainda

estavam sob investigação. Dentre os 32 casos com falhas, 70 policiais foram indiciados pelo assassinato de 35 pessoas. As investigações feitas pela promotoria do Júri do município apontam que as vítimas foram executadas e depois incriminadas. Vale trazer um trecho da reportagem: “São Gonçalo, cujo patrulhamento é de responsabilidade do 7º BPM, encabeça a lista com 34 autos de resistência em janeiro e fevereiro deste ano (2018), um aumento de 58,8% em comparação ao primeiro bimestre de 2017” (*ibidem*).

Na reportagem também consta que, em 2007, outros 100 autos de resistência foram investigados, dos quais 117 pessoas foram executadas e também incriminadas. No ano de 2005, um policial confessou que era utilizado o “kit assassino”, em que armas e drogas eram colocadas ao lado dos corpos assassinados a fim de incriminar as vítimas. Nesses crimes têm-se sempre os corpos removidos do local e as declarações dos policiais são as mesmas: “apenas resistimos”.

É, portanto, na década de 2010 que a mídia passa não apenas a falar de milícias mais incisivamente utilizando o termo, mas a se preocupar com os crimes anteriores cometidos por esses grupos. No limite, é nesta década que a mídia começa a construir a história da milícia são-gonçalense, uma milícia que se estrutura em prol do arrego⁵⁵ e dos assassinatos. Esta

⁵⁵ O arrego é a taxa que traficantes pagam aos policiais para se manterem praticando suas atividades sem interferências ou para não serem presos. De acordo com Misse (2011), o arrego seria “a troca assimétrica ou extorsiva, geralmente pactuada no tráfico de drogas (atacado ou varejo) e de armas.” (MISSE, 2011, p.23).

articulação se dá uma vez que os grupos de policiais não recebem devidamente o pagamento prometido, replicando práticas dos grupos de extermínio, como visto na década de 1980, a saber, sequestros.

Em 2018, há registro de milícias na região, noticiadas pelo *Enfoco* (Ação..., 2018) e *G1* (Operação..., 2019). Os jornais informam que uma operação policial impetrou 52 mandados contra duas milícias de São Gonçalo e uma no vizinho município, Maricá. Sua forma de atuação estaria no domínio territorial, com ameaças, torturas, morte e atividades como a oferta de segurança. Importante destacar que nessas reportagens os responsáveis pelas milícias não faziam parte do quadro de servidores públicos do Estado. Em outro texto editorial do *G1* (Fantti, 2019), a Delegada Bárbara Lomba, então titular da delegacia de Homicídios de Niterói e São Gonçalo, aponta que pelo menos 40% das mortes ocorridas no município eram de autoria dos grupos milicianos. Embora seja uma informação inverificável, permite desenhar um modo de atuação extremamente violento e baseado na execução.

No ano de 2021, que encerra o período investigado na pesquisa, foram encontradas poucas notícias de milicianos agindo em São Gonçalo. Ainda assim, há indícios de movimentação dos grupos. Torna-se possível assegurar essa afirmação a partir da leitura da notícia do jornal *O São Gonçalo*, segundo a qual um jovem de 28 anos foi assassinado por milicianos dentro de uma boate no bairro Rocha, em razão de uma briga. (Acusados..., 2021). Também em 2021, o *Jornal O Dia* destacou que a polícia teria prendido

o miliciano Luiz Felipe Azevedo Porto, responsável pela cobrança de taxas de segurança, nos bairros do Porto Velho, Porto Novo e Gradim (Dossares, 2020). Além disso, o Jornal UOL, submeteu indiretamente a chacina de nove pessoas no Complexo do Salgueiro à ação de milicianos (Sakamoto, 2021). Para o artigo, a sentença sem julgamento remeteria à prática do grupo.

6. Considerações finais

São diversos os casos violentos que não possuem a mesma repercussão em São Gonçalo, como recebeu o assassinato da juíza Patrícia Aciolli, mas que, no mínimo, envolvem ações questionáveis de policiais militares que atuam na região. Em um primeiro momento, nota-se que as décadas destacadas aqui apresentam poucas reportagens sobre os eventos de assassinatos e violências executadas pelos grupos de extermínio, polícia mineira e semelhantes. Os anos entre 2000 e 2010 mostraram um aumento dos casos retratados no jornal O Globo - fato que pode ser atribuído à CPI das milícias, que trouxe a temática para a arena de discussões da sociedade.

As reportagens destacadas nas seções anteriores evidenciam que o mesmo município que possui um alto número de autos de resistência, perpetrados por policiais militares, é o mesmo que apresenta um histórico comovente de assassinatos por grupos milicianos compostos por policiais militares, majoritariamente. Esse município tem no Carro da Linguíça, um forte protagonismo no imaginário dos moradores,

haja vista a eleição de um dos seus membros, Capitão Nelson, ao maior cargo da Câmara Legislativa municipal.

O capítulo também demonstrou a mudança nas nomenclaturas usadas para se referir aos grupos armados de extermínio pelo O Globo. Em 1983, o jornal adotou o termo “grupo de extermínio” e “Esquadrão da morte” para as mortes brutais, recorrentes e sem autoria. Já em 1987, essas mortes foram atribuídas à “polícia mineira”, havendo uma variação entre “grupos de extermínio” e “polícia mineira”, expressões são usadas como sinônimo naquele momento. Já em 1991, o termo “justiceiro” foi visto uma única vez. Esse cenário demonstra uma variedade de nomes para o mesmo grupo. Entretanto, todos carregam a mesma prática: o uso da força brutal, que tem na violência a mediadora da extorsão e a medida de eliminação, através do assassinato.

Esse intercâmbio de termos pode significar o desinteresse investigativo do jornal, apatia política e anuência, como também pode ser sintoma do que Achile Mbembe (2018) chamou de “necropolítica”. Isto é, um projeto político insidioso de eliminação da população pobre e negra, cuja estigmatização sob a justificativa do tráfico faz com que determinados corpos estirados e decepados ao chão não se emocionem, não causem comoção ou audiência. Se esses assassinatos sumários disfarçados de autos de resistência chamam atenção do público em geral, é no sentido de produzir certa anuência da sociedade civil com a “varredura” dos “bandidos” da cidade. A prerrogativa do “deixar morrer”, já salientada por Foucault (1975), como forma hegemônica de biopolítica no século XX,

também é evocada na filosofia de Mbembe (2018), pois diz respeito à legitimidade dada aos que permitem ou gerenciam a morte de determinados indivíduos, tendo em vista o bode expiatório do inimigo interno (Crestani, 2011).

Todavia, o mais paradoxal das atividades da milícia é a dissimulação de um poder soberano e cruel do Estado sob a aura de se fazer justiça, ora disfarça a função ativa da necropolítica através dos autos de resistência, incriminando as vítimas, ora os agentes milicianos do Estado arrebanham para si os louros dos feitos, pois o próprio líder dos milicianos ganha notoriedade ao ser eleito vereador e prefeito da cidade. Neste caso, o poder soberano e cruel do “fazer morrer” ou “deixar viver” (Foucault, 1975) se imiscuem ao “fazer viver” ou “deixar morrer” (*ibidem*), típico da biopolítica contemporânea. Assim, há uma cultura que não abandona práticas de uma violência brutal e medieval, coadunando-a com um suposto Estado de Direito falacioso e praticamente inexistente no que tange às populações mais carentes. Em resumo, a própria proteção do “Estado” se fantasia de necropolítica quando se trata das populações mais vulneráveis.

Nos jornais das últimas décadas, todavia, dificilmente se pode apreender as articulações que regiam as práticas de extermínio em São Gonçalo, não sendo possível mapear correlações políticas e eleitorais nas mortes. A presente pesquisa, entretanto, verificou três aspectos comuns às práticas dos grupos: extermínio, regulação das marginalidades e ganho econômico. Na análise das 30 reportagens que abordam as características das vítimas, envolvendo os grupos citados aqui,

pelo menos 6 delas retratam a presença de homens jovens e negros como vítimas, entre as idades de 16 a 30 anos. Essa informação dialoga com a média nacional atual, na qual 91,8% das pessoas assassinadas entre 2008 e 2018 eram homens, delas 71% negras (FBSP, 2020). Essa característica não é um elemento qualquer na análise deste capítulo. No balanço histórico trazido por Alves (2020), é destacado que a morte do jovem negro era um componente de mediação importante no mercado de drogas e semelhantes na Baixada Fluminense no período em que se debruça. O autor sublinha: “quanto mais negra a pele, mais bárbaro é o motivo, mais esquartejado o corpo, mais altas ficam as apostas na bolsa de valores do comércio de drogas e seus correlatos [...]” (*ibidem*, p.17).

Em um breve resumo do que foi apresentado neste capítulo, sublinho que até 1970 foram encontrados menos de 40 registros de assassinatos violentos atribuídos a grupos formados com participação de policiais. De 1982 a 1987, são noticiadas atividades tais como sequestro seguido de extermínio violento, esquartejamento e corpos encontrados decapitados, cujos suspeitos usuais são policiais militares. O que chama a atenção é a constante alternância entre os termos “grupos de extermínio” e “polícia mineira” - numa delas, inclusive, o primeiro aparece acompanhado entre parênteses do segundo.

Entre 1970 a 1993, destacam-se casos de assassinatos violentos, buscando a “purificação” da área de pessoas indesejadas, como usuários de drogas e assaltantes. Trata-se de uma espécie de controle violento e seletivo. Outra

característica notável é o perfil das vítimas, em sua maioria homens, jovens e pretos. Esse período é acompanhado da extorsão de dependentes químicos, traficantes e suas famílias. Seguindo a linha do tempo, nos anos 2000 houve uma expansão das atividades para a extorsão de vans e a consequente exploração de seu comércio. No entanto, a prática do extermínio não foi abandonada em São Gonçalo, uma vez que assassinatos foram continuamente perpetrados pelo Carro da Linguíça, destacado em 2007.

Até 2006, máfia ou polícia mineira eram os termos mais usados pelo jornal para se referenciar aos policiais militares que praticavam assassinatos e participavam de mercados ilegais. Em 2008, com a ascensão da CPI das Milícias no cenário nacional e com o indiciamento de 27 milicianos, políticos, policiais civis e bombeiros, em Niterói e São Gonçalo, atuando em Jardim Catarina e Rio do Ouro, as reportagens passaram a adotar essa nova nomenclatura. Desse modo, os termos grupo de extermínio e esquadrão da morte foram usados só até a década de 1990, quando o serviço oferecido se restringia a assassinatos. Curioso salientar que, enquanto se tratava exclusivamente de eliminar partes indesejáveis da população, os termos “extermínio” e “esquadrão da morte” foram aceitos quase que subliminarmente e de forma laudativa ao processo higienista implementado no submundo do crime. É quando esses grupos passam a ter outros “lucros”, supostamente interferindo em interesses econômicos empresariais mais amplos – como o controle da dita “gatonete” – que passam a ser designados

como “milícias”, uma forma de diferenciá-los da força policial oficial, a ser depurada de sua condição intrinsecamente violenta, haja vista sua participação na política, incluindo a tortura nas décadas da ditadura.

Na década de 2010, as reportagens sobre as mortes de São Gonçalo ganharam protagonistas diferenciados. Se a polícia mineira e os grupos de extermínio eram sinônimos em 1987, agora os termos se diferenciam. É justamente neste período que o termo “milícia” ganha proeminência e se torna autor principal de grande parte dos assassinatos brutais. Finalmente, foi demonstrado que a milícia tem se relacionado e articulado na defesa dos interesses dos traficantes da região. Esse fato contraria justamente o discurso que fortaleceu essas organizações criminais em sua origem, em outros locais do estado do Rio de Janeiro: que se tratavam de grupos que atuavam em prol da proteção da população contra o tráfico.

A presente análise conclui, portanto, que não há um único grupo, mas vários tipos de “milícias” em São Gonçalo, que não necessariamente compõem a força de segurança pública. Isto pode indicar uma mutação constante do termo e de seu modo de atuação, já que percebe-se uma ação imbricada de policiais, civis e traficantes atuando com o objetivo de monopolizar e ofertar compulsoriamente determinados serviços. Porém, atualmente, percebe-se que esses grupos têm se movido na direção de ocupar o campo político-partidário, vide o então prefeito da cidade, Capitão Nelson. Por último, diante desse aceno para as mudanças, vale notar que a prática

do assassinato violento tem permanecido como característica *sui gêneris* da segurança pública do município de São Gonçalo.

Referências Bibliográficas

AÇÃO contra milícias em São Gonçalo e Maricá. Enfoco. São Gonçalo e Maricá, p. 1-1. 24 set. 2018. Disponível em: <https://enfoco.com.br/destaque/acao-contra-milicias-em-sao-goncalo-e-marica-5082>. Acesso em: 15 dez. 2022.

ALBANO, Helcio. PREFEITO FALA COMO SE AINDA ESTIVESSE NO CARRO DA LINGUIÇA. São Gonçalo, 19 out. 2021. Disponível em: <https://www.jornaldaki.com.br/prefeito-fala-como-se-ainda-estivesse-no-carro-da-lingui%C3%A7a>. Acesso em: 08 dez. 2022.

ALVES, José Cláudio Souza. Dos barões ao extermínio: Uma história da violência na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

ACUSADOS de homicídio em São Gonçalo seriam ligados a grupo miliciano. O São Gonçalo. São Gonçalo, p. 1-1. 15 out. 2021. Disponível em: <https://www.osaogoncalo.com.br/seguranca-publica/113486/acusados-de-homicidio-em-sao-goncalo-seriam-ligados-a-grupo-miliciano>. Acesso em: 14 dez. 2022.

BRUNET, Daniel. O batalhão do gatilho: Quartel da PM em São Gonçalo lidera denúncias do uso de autos de resistência para encobrir execuções. O Globo, [Rio], 12 de set. de 2010, p. 22. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>> Acesso em: 22 de jul. de 2022.

CÁSSIA, Cristiane de; GOULART, Gustavo. Um Golpe na Máfia das vans. O Globo. Rio de Janeiro, p. 12-13. 05 nov. 2008. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1_2oUZ1DLXZYBmUjZYKPU4gbeY_Eg3jV_X. Acesso em: 01 out. 2022.

COSTA, Ana Cláudia. MOURA, Athos. ROCHA, Carla. Execução sumária: Juíza linha-dura que punia com rigor maus policiais foi assassinada com 21 tiros. O Globo, [Rio], 13 de ago. de 2011, p. 16.

Disponível em:

https://drive.google.com/drive/folders/1tNHKz5mzkqdB9_s8wF-3bec6Y3wrzJpC. Acesso em: 01 de nov. de 2022.

CRESTANI, Leandro De Araújo. O Surgimento do inimigo interno: Ditadura Militar no Brasil (1964 a 1985). Revista Eletrônica História em Reflexão, v. 5, n. 9, 2011.

CORPO sem cabeça e braços é encontrado na praia. Jornal O Globo, Grande Rio, 19 de jun. de 1987, p. 26. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1s6KOipI3uMIC5BbdOPHt9gL9w-SHcu7v>. Acesso em: 08 de ago. de 2022.

DOSSARES, Thuany. O Dia. [S.I], p. 1-1. 10 dez.2020. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2020/12/6044076-dh-de-niteroi-identifica-miliciano-que-atua-em-sao-goncalo.html>. Acesso em: 05 jan. 2023.

DELEGADOS se unem contra a ‘polícia mineira’. Jornal O Globo, Grande Rio, 1 de ago. de 1987, p.13. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1s6KOipI3uMIC5BbdOPHt9gL9w-SHcu7v>. Acesso em: 20 de mar. de 2022.

ENCONTRADA uma cabeça em Niterói. Jornal O Globo, Niterói, 2 de nov. 1972, p.19. Acervo O Globo. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1xSKO2qunV2RShkHXFEjcWVs9PHN0Btnh>. Acesso em: 08 de ago. de 2022.

FANTTI, Bruna. São Gonçalo: milícia atua em 40% das mortes na cidade. O DIA, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2019/06/5649045-sao-goncalo--milicia-atua-em-40--das-mortes-na-cidade.html>> Acesso em: 1 de dezembro de 2022.

FBSP. FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2020. São Paulo: FBSP, 2022. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>>. Acesso em: 11 de dez. de 2022.

FIOS de cabelo podem servir de prova de chacina. Jornal O Globo, Grande Rio, 27 de jun. de 1987, p. 15. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1s6KOipI3uMIC5BbdOPHt9gL9w-SHcu7v>. Acesso em: 08 de ago. de 2022.

FOUCAULT, M. (1975) Aula de 12 de março de 1975. In Os anormais: curso no collège de France 1974-1975. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GRUPO de extermínio já matou 50 este ano. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 17 de abril de 1983, p. 26. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1s6KOipI3uMIC5BbdOPHt9gL9w-SHcu7v>. Acesso em: 31 de out. de 2022.

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA (ISP). Governo do Estado do Rio de Janeiro. ISP Dados Abertos. Disponível em: <http://www.ispdados.rj.gov.br/>. Acesso em: 14 nov. 2022.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MISSE, Michel. Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades. Revista de sociologia e política, v. 19, p. 13-25, 2011.

MOTTA, Cezar. São Gonçalo bate fácil a violência da Baixada. E também tem ‘esquadrão’. O Globo, Niterói, 20 de jun. de 1982, p.11. Acervo O Globo.

Disponível em:

<https://drive.google.com/drive/folders/1s6KOipI3uMIC5BbdOPHt9gL9w-SHcu7v>. Acesso em: 19 de mar. de 2022.

MILÍCIAS já controlam 250 rotas de vans no Rio. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 30 de ago. de 2008, p. 29. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1_2oUZ1DLXZYBmUjZYKPU4gbeYeg3jV_X. Acesso em: 27 de jul. de 2008.

"O CARRO da linguíça" leva medo às favelas. O Globo. Niterói, p. 1-2. 15 jul. 2007.

Disponível

em:

https://drive.google.com/drive/folders/1_2oUZ1DLXZYBmUjZYKPU4gbeYeg3jV_X. Acesso em: 15 set. 2022.

OPERAÇÃO contra milícias de São Gonçalo e Maricá (RJ) prende 18. Rio de Janeiro: Globonews, 2019. (4 min.), son., color. Disponível em:<<https://g1.globo.com/globonews/jornal-globonews-edicao-das-10/video/operacao-contra-milicias-de-sao-goncalo-e-marica-rj-prende-18-7040314.ghtml>. Acesso em: 07 nov. 2022.

PMs indiciados na Operação Calabar respondem por 250 autos de resistência, diz delegado. G1, Rio de Janeiro, 30 de jun. de 2017. Disponível em:<<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/pms-indiciados-na-operacao-calabar-respondem-por-250-autos-de-resistencia-diz-delegado.ghtml>>. Acesso em: 11 de dez. de 2022.

POLÍCIA investiga se chacina em São Gonçalo, RJ, foi motivada por disputa entre milicianos e traficantes. G1. Rio de Janeiro, p. 1-1. 27 maio 2019.

Disponível em:

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/05/27/policia-investiga-se-chacina-em-sao-goncalo-rj-foi-motivada-por-disputa-entre-milicianos-e-trafficantes.ghtml>. Acesso em: 07 out. 2022.

PROVENZANO, Fabrício; RIGEL, Ricardo. Chacina deixa cinco mortos em São Gonçalo, no Rio; duas pessoas ficam feridas. Jornal Extra, Rio de Janeiro, 17 de mar. de 2017. Disponível em: <<https://extra.globo.com/casos-de-policia/chacina-deixa-cinco-mortos-em-sao-goncalo-no-rio-duas-pessoas-ficam-feridas-21075574.html>>. Acesso em: 01 de nov. de 2022.

QUATRO jovens são assassinados em São Gonçalo. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 16 de set. de 1993, p. 16. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/18HizPsINhIZkFt8qijR2dV1twhUtc0n4>. Acesso em: 21 de mar. de 2022.

SAKAMOTO, Leonardo. Chacina em São Gonçalo é mais um capítulo da República Miliciana do Brasil... Opinião. [S.I], p. 1-1. 22 nov. 2021.

Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2021/11/22/chacina-em-sao-goncalo-e-mais-um-capitulo-da-republica-miliciana-do-brasil.htm>. Acesso em: 1 out. 2022.

RENATO, Claudio. São Gonçalo: um assassinato a cada 3 horas. O Globo, [Grande Rio], 14 de abril de 1991, p. 26. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/18HizPsINhIZkFt8qijR2dV1twhUtc0n4>>. Acesso em: 31 de out. de 2022.

SILVA, Luiz Antonio Machado Da; LEITE, Márcia Pereira; FRIDMAN Luis Carlos. Fundação Ford. MATAR, MORRER, CIVILIZAR: o problema da segurança pública. [S.I]: Mapa, 2005. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/pdf/cursos_eventos/governanca_2006/gover_2006_01_matar_morrer_civilizar_luiz_silva.pdf. Acesso em: 08 nov. 2022.

TEXEIRA, Fábio; OUCHANA, Giselle. São Gonçalo é a região com maior índice de autos de resistência no primeiro bimestre. O Globo, Rio de Janeiro, 4 de abril de 2018, p. 11. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/sao-goncalo-a-regiao-com-maior-indice-de-autos-de-resistencia-no-primeiro-bimestre-22553098>>. Acesso em: 01 de nov. de 2022.

WERNECK, Antônio. PMs formavam grupo de extermínio em São Gonçalo. O Globo, [Rio], 19 de jul. de 1997, p. 23. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/18HizPsINhIZkFt8qijR2dV1twhUtc0n4>. Acesso em: 26 de jul. de 2022.

ZALUAR, Alba; CONCEIÇÃO, Isabel Siqueira. Favelas sob o controle das milícias no Rio de Janeiro. São Paulo em Perspectiva, v. 21, n. 2, p. 89-101, 2007.

Capítulo 9

A Doutrina da Guerra Revolucionária: quando a estratégia militar encontra as táticas policiais

Guilherme Theme Pavão⁵⁶

1. Introdução

A Guerra da Argélia (1954-1962), travada no contexto histórico dos levantes anticoloniais ocorridos em África e Ásia pós Segunda Guerra Mundial, ficou marcada pela introdução aplicação de estratégias, táticas, métodos e ensinamentos presentes na Doutrina da Guerra Revolucionária, uma doutrina militar elaborada por oficiais franceses durante a derrota na Indochina (1946-1952) e cujo objetivo era preparar o exército para lutar guerras de caráter contrainsurgente nas franjas do Império contra exércitos compostos em sua maioria, por membros da sociedade civil.

Posteriormente ao conflito argelino, os ensinamentos da Doutrina da Guerra Revolucionária são trazidos para as

⁵⁶ Guilherme Theme Pavão é formado em ciências sociais pela UFF, tem pós-graduação em cinema documental pela FGV, é mestre em sociologia pela PPGS/ UFF e doutorando pelo mesmo programa. Tem experiência em sociologia da comunicação e sociologia da violência com ênfase no estudo do controle territorial armado na América Latina. E-mail: guilhermetheme@id.uff.br.

escolas militares da América do Sul onde passam a servir como alicerces teóricos e bases doutrinárias às ações militares e policiais que se consolidam através de leis e instituições nos períodos de exceção que dominam o continente a partir dos anos sessenta.

Esse artigo aborda as transmissões de métodos criminais e tecnologias de repressão trazidas ao Brasil pelos militares franceses vindos da Argélia, em especial, os sistemas híbridos de inteligência e tortura, como a Operação Bandeirantes (Oban), onde policiais e militares atuam em conjunto reprimindo e interrogando dissidentes em centros clandestinos de detenção. Nesse ponto, assim como na Argélia, a tortura se transforma em uma arma de guerra em prol da conquista da informação.

Dentre as características da Doutrina da Guerra Revolucionária presentes tanto no Brasil quanto na Argélia encontram-se as tecnologias de rastreamento de população, a divisão do território urbano em zonas de controle, os centros clandestinos de detenção, a tortura como arma de guerra, as execuções sumárias, os desaparecimentos forçados, os esquadrões da morte e suas tecnologias de fazer desaparecer corpos.

2. O nascimento da Doutrina da Guerra Revolucionária: a Argélia como laboratório da violência colonial

Ao findar a primeira década da Guerra-Fria, oficiais associados à Escola Superior de Guerra (ESG) tomaram

conhecimento de que “o Exército francês parecia ter algo a mais a oferecer além de um *ethos*, mas uma doutrina militar para o exército brasileiro” (Martins Filho, 2012, p.527). Tratava-se da Doutrina da Guerra Revolucionária, uma estratégia militar que utilizava táticas de contrainsurgência desenvolvida pelos oficiais franceses no contexto das guerras de descolonização tanto na Ásia quanto na África a partir da segunda metade do século XX, em especial a Guerra da Argélia (1954-1962), onde sua capital Argel, havia se transformado num grande laboratório para futuros ditadores latino-americanos (Lazreg, 2008).

A Escola Superior de Guerra de Paris, após as experiências militares na guerra de descolonização na Indochina (1945-1952) e durante o conflito argelino (1954-1962), começou a difundir sua nova doutrina e os militares brasileiros, de 1951 a 1962, formaram o principal contingente de alunos latino-americanos da escola, representando 24,4% do total de discentes, seguidos pelos argentinos (Godoy, 2014). Ensinados na França, os militares brasileiros trouxeram os ensinamentos de contrainsurgência francesa para a Escola Superior de Guerra.

O coronel Charles Lacheroy, que acabara de completar missão na Indochina começou a dar palestras e a escrever sobre as técnicas da guerrilha que acabara de observar. Entre os teóricos também estavam incluídos o Major Hogard, o coronel Nemo, o capitão Souryis e o coronel Trinquier. A teoria foi ensinada na *École Supérieure de Guerre*, em Paris, para um

corpo discente internacional, com quase um quarto vindo da América Latina (Lazreg, 2008, p.38).

Para o general brasileiro Octávio Costa, um veterano das forças expedicionárias durante a Segunda Guerra Mundial, a Doutrina da Guerra Revolucionária representava a única guerra possível no horizonte de expectativas do nosso exército, “uma vez que nem a guerra nuclear, nem a guerra convencional seriam factíveis no Brasil. Já a guerra subversiva era um conflito que parecia estar aqui dentro” (Martins Filho, 2012, p .525).

Em outubro de 1961, na cidade de Buenos Aires, foi realizado o primeiro curso intercontinental de guerra contrarrevolucionária. Nele estiveram presentes trinta e sete oficiais ligados a quatorze países americanos, dentre eles o Brasil. “A natureza desse curso e seu caráter interamericano manifestam de maneira suficiente uma intenção de compromisso anticomunista (...) o maior inimigo de nossa forma de vida” (Robin, 2005, p.282). Posteriormente esse curso seria replicado no Brasil, no ano de 1962, tendo sido assistido por noventa oficiais do Estado-Maior.

Além de cursos de formação e conferências internacionais, uma literatura militar de origem francesa que falava sobre um novo tipo de guerra e sobre uma doutrina apropriada para vencê-la começava a circular nos meios militares sul-americanos. Destacam-se, em especial, as traduções dos livros *La guerra moderna* de Roger Trinquier para o castelhano em 1961 e *Guerra Revolucionárias e*

Guerras Insurrecionais de Gabriel Bonnet para o português em 1963, com prefácio do general Meira Mattos.

Segundo o *Oxford Dictionary*, uma doutrina militar é definida como um conjunto aprovado de princípios e métodos, destinado a fornecer às grandes organizações militares uma perspectiva comum e uma base uniforme para a ação (Oxford English Dictionary, 2024). A doutrina tem como função unificar o corpo militar em termos de tática e estratégias de combate, ou seja, formar um conjunto de ensinamentos e um conjunto de princípios. “No jargão militar, usa-se tipicamente a doutrina num sentido mais limitado, para referir-se a princípios estratégicos ou táticos particulares, como a doutrina de retaliação maciça” (Martins Filho, 2012, p.40) ou teoria da dissuasão nuclear.

A Doutrina da Guerra Revolucionária pode ser compreendida, então, como um conjunto de pensamentos militares e premissas que se unificaram para dialogar com o contexto histórico de seu tempo, como a crise do colonialismo com o colapso do Império francês e a Guerra-Fria nascente. “A doutrina se baseou em sentimentos nacionalistas profundamente enraizados entre o público francês, e articulou uma crítica a um sistema político em meio a uma crise de identidade na qual os militares figuravam de forma proeminente” (Lazreg, 2008, p.32). Essa doutrina funcionou, portanto, não somente como a unificação do corpo guerreiro ao propor uma tática e uma estratégia de combate, além de um inimigo codificado a ser abatido, mas também como “uma declaração sociológica sobre a relação entre estado, nação e

império” (*ibidem*).

No livro *A guerra moderna*, Roger Trinquier escreve que “desde a libertação da França em 1945 o Exército francês não conseguia deter o colapso do Império” (Robin 2005, p.65). Trinquier, assim como os demais teóricos da guerra revolucionária, defendia que, diante de um novo tipo de conflito e de um novo tipo de inimigo que se forjava, seria preciso que o exército espelhasse as táticas e as estratégias usadas pelos seus combatentes, e as adaptasse para o contexto contrainsurrecional e revolucionário. Essa característica da mimetização por parte do exército francês não era nova e remetia ao passado colonial do século XIX, onde os exércitos liderados por Thomas Bugeaud e Hubert Lyautey orgulhavam-se de sua capacidade de adaptação às novas condições de terreno. Estas incluíam as cadeias de montanhas da África do Norte (o Atlas), o deserto do Saara e as densas florestas do sudeste asiático.

A socióloga argelina Márnia Lazreg chama a atenção para a existência do termo nomadização presente nos manuais de guerra do exército colonial francês:

(...) uma expressão estranha, mas psicologicamente reveladora para se referir à estratégia de enviar pequenos comandos em operações rápidas e frequentes para caçar guerrilheiros, comparando soldados a nômades, carregando seus pertences com eles, perambulando por um vasto território. O termo conotava um desejo exótico de se tornar nativo, embora ultrapassando os nômades (Lazreg,

O termo Guerra Revolucionária, por sua vez, foi formulado pela primeira vez pelo coronel Charles Lacheroy em 1952 e definia um conflito não mais mediado por regras e leis do direito internacional, como, por exemplo, as leis da Convenção de Genebra, pois não era travado entre forças beligerantes nacionais. A Argélia, por exemplo, era considerada como uma parte integrante da França tanto quanto a Bretanha ou a Normandia, o que se evidencia numa declaração de François Mitterrand, à época ministro do interior em 6 de novembro de 1957: “Argélia é França e a França não reconhecerá nela outra autoridade que não seja a sua (...) de Flandres ao Congo há uma só lei, uma só nação e um só parlamento” (Robin, 2005, p.90).

As proteções legais de direito internacional que os franceses negavam aos seus inimigos internos, por se tratar de um conflito dentro de seus territórios, interditavam, por exemplo, o uso da tortura e as execuções sumárias. O parágrafo primeiro do artigo terceiro da Convenção de Genebra diz explicitamente que “a pessoa fora de combate deve ser tratada com humanidade sendo proibidas as ofensas à sua dignidade, especialmente os tratamentos humilhantes e degradantes”. É contra a Convenção de Genebra, portanto, que teóricos e adeptos da Doutrina da Guerra Revolucionária se insurgiram, com objetivo de transformar o colonizado, no caso argelino, os árabes em sua maioria, em um inimigo *a priori* “matável” e torturável. Para Roger Trinquier, “a tortura

é uma arma empregada em todas as guerras subversivas. Nelas todo prisioneiro falará, a menos que se suicide” (Plon, p. 67).

Para a historiadora Raphaëlle Branche, a Doutrina da Guerra Revolucionária caracteriza-se pela ambiguidade fundamental da recusa de se assumir como uma guerra oficial, sendo tratada pelas autoridades civis e militares como operação policial de pacificação através da manutenção da ordem pública. Para a autora, a diferença reside no fato de que, numa operação de manutenção da ordem pública, a relação de poder se dá entre governantes e governados, sendo os alvos do poder os próprios cidadãos, que, por não estarem amparados pelas leis internacionais, ficam vulneráveis aos abusos estatais. Uma consequência dessa ambiguidade jurídica e militar na Argélia foi, não somente a generalização da tortura, mas também a sua sistematização como política de estado. “Sem a teoria, a tortura não poderia ter sido sistematizada. Da mesma forma, sem a tortura, a doutrina de guerra antissubversiva não poderia ter sido implementada. Dentro desse contexto teórico e operacional, a tortura tornou-se um imperativo estrutural” (Plon, 2016 p.58).

Além da sistematização de ações que rompem com as leis de proteção do indivíduo em um estado de guerra, outra questão central da Doutrina da Guerra Revolucionária é ela transformar o cidadão em possível inimigo a ser abatido.

Na Guerra da Argélia, os dois primeiros anos revelam a centralidade da população. Em algumas áreas, os argelinos foram declarados

inimigos, para serem mortos, mesmo que fossem civis. Em outras, eles eram vistos como uma massa a ser controlada ou, na melhor das hipóteses, a ser seduzida (Branche, 2016, p. 30).

Para Roger Trinquier, na guerra moderna, o inimigo é muito mais difícil de se identificar, pois não há uma fronteira física, uma linha de demarcação clara que separa o amigo do inimigo. Neste tipo de conflito, a separação é “frequentemente ideológica, que deve ser delineada se os objetivos são encontrar e derrotar os adversários” (Trinquier, 2006 p. 34). Ao tratar da codificação do inimigo interno, reflete-se em cima de bases materiais, cujos efeitos são sentidos na prática, a partir de entidades jurídicas que estabelecem quais grupos étnicos são legalmente passíveis de serem torturados, violentados e mortos.

Para Paul Aussaresses, líder dos esquadrões da morte franceses em Argel e, posteriormente, adido militar no Brasil na década de 1970, “liquidar a FLN⁵⁷ pressupunha evidentemente não só uma vontade política, mas métodos adaptados pois “os quadros dos regimentos não eram formados para esse tipo de guerra” (Martins Filho, 2012, p. 533). O esquadrão da morte de Aussaresses, durante a fase urbana da guerra da Argélia, evento conhecido como *Batalha de Argel* (1957), funcionou como um grupo subordinado a Jacques Massu. Líder dos paraquedistas, Massu foi responsável por efetuar prisões e coletar informações mediante o uso de tortura

⁵⁷ Frente Nacional de Nacional (Front de Libération National) foi um partido político argelino fundado em 1954 com objetivo de conseguir a independência da Argélia.

em centros clandestinos espalhados por diversas regiões da Argélia, conhecidos como DOP⁵⁸, *Dispositif Opérationnel de Protection*, criados em 1957 pelo general Raoul Salan. Esse órgão funcionava como um híbrido de controle de informação e tortura, onde policiais e militares atuavam de forma conjunta fundindo táticas policiais e estratégias militares, que no Brasil, seria replicado tanto na Oban quanto posteriormente nos DOIs.

A estrutura do DOP estava inserida num sistema mais amplo, o *Centre de Coordination Interarmées (CCI)*, e funcionava como órgão responsável pelo centro de interrogatório e tortura. O CCI, criado em 25 de agosto de 1956 pelo general Paul Ely, chefe do Estado-Maior, teve como missão reunir inteligência operacional útil ao comando superior militar na Argélia. Sua direção foi instalada na capital Argel, foco da guerrilha urbana, com subdiretorias em Oran e Constantine e filiais em outras doze cidades do país.

Um conceito trazido pelo CCI e que explicita a sua hibridez era o de contrainteligência ofensiva, ou seja, um grupo de militares que fazia a repressão no terreno e que se utilizavam de técnicas policiais. Esse braço armado do CCI era justamente o DOP, que, além disso, servia também como centro de interrogatórios e tortura, onde agiam soldados, gendarmes e policiais.

Através de seus métodos, os Dops, em busca de informações, fogem dos padrões e da legalidade. Trabalhando fora da vista, nos

⁵⁸ Criado em 1957 como órgão central de informação e tortura pelo general Raoul Salan.

centros de triagem e trânsito onde os prisioneiros argelinos são reunidos, ou nas suas próprias instalações, o DOP integra quase sistematicamente a tortura nos seus interrogatórios, em nome da eficiência (Branche, 2016, p.467).

A tortura operada pelos militares franceses pode ser entendida como uma inflexão ou um terminal no qual os sistemas de informação e os sistemas operacionais se encontram. Detidos em ações policiais de rua, os suspeitos eram interrogados e torturados em órgãos de contrainteligência para que o ciclo da informação se retroalimentasse, e assim, com novas informações adquiridas sob tortura, os policiais retornassem às ruas para mais caçadas.

Do final de 1956 (data da criação do DOP por Raoul Salan) em diante, a tortura foi racionalizada, profissionalizada e sistematizada sob a liderança de generais comprometidos, sendo os mais notórios Jacques Massu, Maurice Challe e Raoul Salan. A tortura se tornou um método padrão para a triagem de indivíduos apanhados durante as rondas, verificações de identidade ou operações. Ela não era infligida apenas para obter confissões, mas também para obter informações de qualquer tipo (*ibidem*, p. 450).

No ano seguinte à criação do DOP foi criado o Dispositivo de Proteção Urbana (DPU), idealizado por Roger Trinquier e concentrado apenas em Argel durante a fase urbana do conflito. Como inspiração para o DPU, Trinquier, um

grande admirador de Napoleão Bonaparte, descobriu que durante a ocupação napoleônica na Renânia havia sido desenvolvido um sistema de controle da população, “que consistia em colocar um número em cada casa e estabelecer uma lista de habitantes para cada casa numerada” (Robin, 2005, p.150). Trinquier, então, sugere a Jacques Massu, líder dos paraquedistas, fazer o mesmo, primeiramente na Casbá e, posteriormente, em toda cidade de Argel.

Através do DPU, Trinquier conseguiu desenvolver um sistema de quadrilátero urbano, que posteriormente “se converterá numa referência para futuros ditadores” (*ibidem*, p.151). Argel e sua periferia foram divididos em setores, subsetores, quadras e grupos de casas. No final desse processo, as casas foram numeradas em um plano da cidade através de fichas preenchidas pelos moradores. “De um dia para o outro a Casbá foi invadida por centenas de paraquedistas, policiais munidos de latas e escadas” (*ibidem*, p.151).

Ao assumir poderes policiais, os paraquedistas liderados por Jacques Massu levaram as táticas policiais ao máximo para acabar com os focos da FLN. O desaparecimento forçado como arma de guerra também passa a ser sistematizado durante a batalha urbana. Segundo Aussaresses, “não era possível empreender uma ação judicial para toda gente que se prendia” (*ibidem*, p.146). O esquadrão da morte, portanto, utilizava os desaparecimentos como uma forma de desafogar o sistema judiciário, mais uma vez em busca de maior velocidade e eficiência. De acordo com Robin,

A dissimulação massiva de cadáveres, que hoje evocam os desaparecidos da Argentina ou da segunda guerra da Argélia (1992) é uma característica da batalha de Argel, onde militares franceses inauguraram um método considerado, assim como a tortura, uma arma de guerra contrarrevolucionária (*ibidem*, p.147).

Uma das técnicas criadas por Aussaresses e seu esquadrão da morte foram os voos da morte, com corpos sendo lançados do helicóptero na Baía de Argel. Jean-Marc Dreyfus e Elisabeth Anstett (2014), por exemplo, falam de processos altamente globalizados de transmissão de técnicas, circulação de conhecimentos e de saberes criminosos ao longo da segunda metade do século XX. Para os autores, esse deslocamento de técnicas e saberes podem ser encontrados na “doutrina de guerra de contrainsurgência, cujos efeitos podemos rastrear desde a Indochina e Argélia, onde foi forjada pelos militares franceses, ao Plano Condor da América do Sul e ao apartheid da África do Sul (*ibidem*, p.8).

3. A Operação Bandeirantes: o intercâmbio entre táticas policiais e estratégias militares no porão

Em um artigo escrito em 1969 para a revista *A Defesa Nacional*, vinculada ao Exército brasileiro, o major Waldyr Coelho, comandante da Operação Bandeirantes (OBAN) definiu a Doutrina da Guerra Revolucionária como sendo:

um tipo diferente das demais guerras, onde não há luta aberta entre exércitos. Na definição feliz

dos franceses, a GR é uma guerra abstrata contra inimigos invisíveis (...) há, portanto, necessidade de um Serviço Nacional de Informações para localizar a subversão em seu nascedouro (Coelho, 1969, p.69).

Ainda na perspectiva de Waldyr Coelho, no cenário de uma guerra revolucionária, seriam necessárias ações permanentes e efetivas, principalmente nos campos político, econômico e psicossocial para remover os antagonismos e imunizar a população da propaganda insidiosa comunista. Fazia-se necessário, portanto, “divulgar o perigo da guerra revolucionária a todos os quadros da polícia e das Forças Armadas com fins de garantir uma boa rede de informações para localizar a subversão em seu nascedouro” (Godoy, 2014, p.151).

É nesse contexto de uma guerra que se acreditava travar contra a subversão em solo brasileiro e contra um inimigo interno já codificado pela Lei de Segurança Nacional de 1969 que surgem uma série de órgãos responsáveis pela captura de informações através de interrogatórios coercitivos e tortura espalhados pela federação.

Em dezembro de 1968, com a decretação do AI-5, os militares organizaram uma máquina de inteligência e combate à guerrilha adotando as táticas usadas pelo exército francês na luta colonial da Indochina e da Argélia - os inimigos que, além de vencidos à bala, precisavam ser derrotados no campo das ideias (Manso, 2021, p.137).

Assim como o DOP argelino, esses organismos de informação foram os locais clandestinos onde policiais e militares passaram a conviver institucionalmente, intercambiando estratégias e táticas para lidar com o inimigo interno. Enquanto os militares aprendiam as táticas de repressão e controle de ruas, os policiais usavam a estratégia militar de combate ao inimigo interno para justificar sua violência em nome da defesa da pátria.

A Operação Bandeirante (Oban) é considerada o primeiro órgão híbrido de combate à guerrilha em território nacional. Isso significa que ela uniu um destacamento operacional, ou seja, um grupo tático de ação de ruas, e um destacamento de coleta de informação. A Oban constituiu um agente centralizador que fundiu informação e repressão, policiais e militares. “Embora fosse diretamente comandado pelo exército, exercia funções de polícia política” (Joffily, 2013, p.34).

Criada em julho de 1969 no Estado de São Paulo pelo comandante do II Exército, general José Canavarro Pereira, a Oban foi uma tentativa do regime militar de responder às ações da guerrilha urbana que agiam principalmente através de assalto a bancos, roubos de armas e de munições. O órgão tinha como premissa básica “a preocupação com a eficiência e a instantaneidade aliada a percepção do tempo como fator fundamental” (*ibidem*, p.27).

Em consonância com a Doutrina da Guerra Revolucionária, os militares brasileiros, ao acreditarem nos princípios de velocidade e brutalidade de que falavam Gabriel

Bonnet, Roger Trinquier e David Galula, foram “buscar táticas policiais para satisfazê-la. Acharam os métodos de tortura de presos comuns e as execuções dos esquadrões da morte, aos quais somaram a emboscada, a infiltração das organizações inimigas e a vigilância constante” (Godoy, 2014, p. 140).

Citando Mariana Joffily, o historiador Rodrigo Nabuco de Araújo observa que a Operação Bandeirantes nasceu sob o signo da clandestinidade, no interior dos serviços de informação do Exército, exatamente como os grupos de choque na Guerra da Indochina, os *Renseignement, Action et Protection* (RAP), embrião do DOP.

Seu arcabouço institucional é secreto, seus homens agem no mais completo sigilo, suas ações são encobertas pela censura da imprensa. Os oficiais e policiais integrados ao dispositivo executam operações criminosas, em nome da defesa interna, na ilegalidade, acobertados pelo sigilo, em total impunidade (Nabuco apud Plon, 2016, p. 82).

Replicando os métodos adotados pelos franceses em Argel, a tortura no Brasil começava a funcionar como uma inflexão onde o centro operacional encontrava o centro informacional. Capturados pelas táticas policiais de rua, os presos políticos eram submetidos a técnicas de interrogatórios que utilizavam as torturas físicas e psicológicas como armas de guerra. A finalidade era extrair o mais rápido possível as informações dos presos para o desmonte de uma célula tida como terrorista.

Subordinada à Segunda Seção do estado-maior das grandes unidades, essa célula repressiva era uma anomalia na estrutura militar convencional. Na originalidade e na autonomia, assemelhava-se ao dispositivo montado pelo general Massu em Argel (Gaspari , 2014, p.63).

A lógica de funcionamento da Operação Bandeirantes baseava-se permanentemente na dicotomia do legal e do ilegal, o que lhe conferia dinamismo e flexibilidade em suas ações repressivas (Joffily, 2013) e o aproximaria institucionalmente do DOP criado pelos franceses. Essa dicotomia entre o ilegal e o legal criou institucionalmente, tanto no Brasil quanto na Argélia, os porões clandestinos de tortura, pois “a ambiguidade obriga o governo a manter ao mesmo tempo uma situação mentirosa e um mundo clandestino” (Gaspari, 2014, p. 23).

Outro fator que permite entender a influência e a penetração da doutrina francesa nos órgãos da repressão são as filiações ideológico-militares de seus líderes e idealizadores. É interessante notar que duas das figuras mais proeminentes da Operação Bandeirantes eram o general Meira Mattos, que em 1963 prefaciou o livro de Gabriel Bonnet , e o major Waldyr Coelho, o primeiro comandante do órgão, que dava aulas sobre Doutrina da Guerra Revolucionária para o corpo de policiais, tendo escrito artigos sobre o tema em revistas militares como *A Defesa Nacional*. Segundo Meira Mattos,

Fomos no nosso Exército, talvez dos primeiros a se preocuparem e a estudarem as Guerras

Insurrecional e Revolucionária. Enfrentamos as dificuldades pioneiras do desbravamento do campo intelectual desses estudos, esbarrando-nos, a cada passo, com dificuldades variadas, ora de diferenciação entre essa nova forma de guerra e a guerrilha, confusão ainda hoje muito comum. Atualmente, entre nós, essas dificuldades já estão superadas (Mattos, 1963, p.3).

Já segundo Waldyr Coelho em um artigo na revista A defesa nacional escreve que:

Há necessidade de um Serviço Nacional de Informação - em tão boa hora criado no Brasil – para localizar a subversão em seu nascedouro e propiciar condições ao poder legal de se contrapor a ela quando ainda está em seus estágios iniciais. (Coelho, 1969, p.69).

Outra curiosidade que ilustra bem a proximidade entre as táticas da Operação Bandeirantes e os poderes conferidos aos paraquedistas franceses durante a *Batalha de Argel* foi o afastamento do general Manuel Rodrigues de Carvalho Lisboa, “contrário ao envolvimento do exército em ações de tipo policial” (Joffily, 2013, p.30). O general acabou sendo substituído pelo general José Canavarro Pereira, um dos idealizadores do órgão repressor criado durante o governo de Abreu Sodré.

No documento confidencial, elaborado no dia da criação da Oban, observa-se que, de fato, se tratava de um órgão híbrido cujas operações de informação, por meio dos

centros de inteligência e contraespionagem, se fundiam com órgãos de ações de captura e repressão nas ruas. A Oban, portanto, era uma Central de Coordenação subordinada ao II Exército e constituída por uma Central de Informações e uma Central de Operações. Na parte operacional eram em sua maioria homens saídos das unidades do choque e das radiopatrulhas, além de pertencentes aos batalhões centrais (Godoy, 2014)

O critério de seleção no qual o órgão se baseava para o recrutamento de soldados e policiais era a ideologia política ou a dureza com que agiam em serviço. Exemplo disso é que a maioria de seus integrantes eram provenientes da Divisão Estadual de Investigações (DEIC), conhecido por métodos cruéis de interrogatórios de suspeitos (Joffily, 2013).

Isso se devia, em parte, pela inexperiência em investigações policiais por parte dos oficiais destacados para a Operação Bandeirantes, o que culminaria com a forte presença de policiais civis, como Sérgio Paranhos Fleury, já à época pertencente ao Esquadrão da Morte, e o delegado Raul Nogueira, o Raul Careca, pertencente outrora ao CCC, o Comando de Caça aos Comunistas.

Segundo um ex-delegado do Departamento de Investigações Criminais do Estado de São Paulo, o núcleo policial da OBAN, provinha de um grupo especialmente selecionado de policiais duros que esse delegado havia originalmente reunido quando estava na diretoria do DEIC. Esses policiais já eram muito brutais quando os incorporou ao seu

novo esquadrão da morte oficial secreto da diretoria, mas tornaram-se ainda mais quando passaram a executar seu trabalho especializado para ele. Experientes em busca, captura e interrogatório esse grupo de policiais violentos foi então convidado a integrar a OBAN” (Huggins, 1998, p.175-176).

Com essa aproximação do universo policial, em especial, os policiais corruptos ligados aos porões de tortura, também chamados de “banda podre”, a lógica militar de segurança interna passou a valer-se das técnicas de tortura utilizadas pela polícia comum para conseguir atingir seu objetivo, no caso, erradicar o inimigo interno. Contra e st es, “a lógica do sopapo e do pau de arara passou a coexistir com outros métodos de tortura, que envolveram terror psicológico e a criação de uma rede clandestina de cárceres, onde os agentes agiram sem as restrições de uma unidade militar formal” (Jupiara & Otávio, 2015, p.35).

No Brasil, mesmo utilizando-se unidades de elite de paraquedistas e fuzileiros em operações antinsurreicionais, não se administrou o treinamento específico indispensável. As unidades operacionais misturaram-se aos núcleos de informação e todos se meteram na carceragem. Exemplo disso era a própria atividade do prédio da rua Tutóia. Nela conviviam equipes de busca, torturadores, analistas e carcereiros, como qualquer delegacia de subúrbio (Gaspari, 2021, p.69).

Um exemplo dos constantes intercâmbios entre táticas policiais e estratégias militares e suas consequências para a segurança pública encontra-se nas figuras dos policiais militares Absalom Moreira da Luz e Manoel Alvez do Nascimento. Eles fizeram parte da Oban e pertenciam ao grupo de elite Rondas Extensivas Tobias Aguiar (ROTA). Ao pesquisar sobre as resistências seguidas de morte no Estado de São Paulo entre os anos de 1970 e 1975 no banco de dados do Jornal *Notícias Populares*, Barcellos (1992, p.178) percebe que os primeiros nomes registados como matadores foram justamente os sargentos Luz e Nascimento, “PMs envolvidos na guerra contra a guerrilha. Ainda segundo Barcellos:

Os policiais militares e colaboradores da Oban formam a força auxiliar de repressão política, em apoio aos tiras civis do Dops e 71 agentes do Exército. São homens da chamada linha de frente. Usam trajes civis, metralhadoras, bombas, walkie-talkies, Veraneios com chapa fria. As vezes se infiltram nas organizações de esquerda para investigar. Mesmo nas operações tidas como regulares, como agora na rua Itatins, costumam agir de forma sigilosa, sem respeitar os mínimos direitos de seus inimigos (*ibidem*, p. 179).

A Oban, portanto, começou a sistematizar em seu sistema híbrido de atuação a utilização de táticas policiais como o fichário, o alcaguete, a infiltração, as simulações de tiroteio para acobertar execuções sumárias, as execuções extrajudiciais para alcançar os objetivos da estratégia militar de

aniquilamento do inimigo. Essas táticas foram importantes diante do novo tipo de conflito que se desenhava no horizonte e que deixaria marcas profundas na jovem democracia brasileira, pois formataram os policiais para lutarem em uma guerra. Essa aproximação entre policiais matadores e ideologia militar “forneceu aos grupos de matadores uma justificativa nobre para seus crimes. Eles matariam e torturariam em defesa da pátria, contra o comunismo” (Manso, 2021, p.268).

A polícia militar, reformulada a partir do decreto-lei de 1969, assumiria um papel crescente nos confrontos travados em favelas no contexto da guerra contra as drogas, levando a estratégia da aniquilação do inimigo para um contexto democrático. Segundo Barcellos, “uma observação mais detalhada do Banco de Dados mostra que os matadores da PM herdaram os métodos do passado. Vencida a guerra contra a guerrilha, passaram a usar os mesmos métodos contra os suspeitos da prática de crimes comuns”. (Barcellos, 1992, p. 72)

4. Considerações Finais

Este capítulo teve como objetivo mostrar como uma doutrina de guerra centrada na própria população como alvo inevitavelmente aproxima-se das táticas policiais com objetivos de controle e pacificação, trazendo a lógica bélica para os enfrentamentos urbanos. Procurei ao longo mostrar a historicidade e a transmissão de conceitos por meio do ensino de técnicas criminais em escola das forças armadas.

Ademais, foi mostrada a materialização desses conceitos em órgãos e instituições a partir de uma análise comparada entre a Argélia, campo de testes da Doutrina da Guerra Revolucionária e o Brasil, que serviu como laboratório para outras experiências ditatoriais no Cone Sul.

Debruçando-se sobre a lógica do enfrentamento bélico que marcou e ainda marca a segurança pública no processo de consolidação do estado democrático de direito, é possível aferir que “o Brasil é um caso evidente da presença de estados de exceção no processo de transição, o que viria a marcar de modo fundamental a democracia” (Teles; Safatle, 2010, p.32). Paulo Sérgio Pinheiro (Pinheiro, 1991) define a permanência da estrutura de exceção como a transposição das práticas autoritárias num regime democrático. Para Pinheiro, no entanto, há um agravante na transição brasileira pois a Constituição de 1988 reitera a organização dos aparelhos repressivos formulados durante a ditadura, sendo permeada pelas estruturas de violência ilegais cometidas durante a exceção. “O combate contra o crime comum segue as linhas convencionais e anteriores à ditadura, acrescidas pelas ilegalidades cometidas durante esse período, como a militarização do policiamento ostensivo” (Pinheiro, 1991, p.51).

De acordo com Daniel Hirata,

A herança da doutrina militar, orientada não à prestação de um serviço público de segurança e à proteção ao cidadão, mas sim para o combate aos "inimigos internos" é um tema amplamente

estudado como parte das dificuldades de implementação de políticas de segurança no contexto democrático brasileiro e analisada como parte dos resquícios autoritários presentes nas instituições do estado democrático de direito no Brasil (Hirata, 2015, p.33)

No contexto de redemocratização, portanto, “o foco discursivo da violência de Estado (deslocou-se) do inimigo interno ideológico para o inimigo da segurança pública, mantendo-se o aparato repressivo e a política militarizada” (Teles; Safatle, 2015, p.30). Além disso, favorecidos pela anistia geral ocorrida durante o período de transição, agentes ligados à tortura conseguiram se manter ou entrar novamente em cargos públicos, podendo com isso pautar as políticas de segurança.

Num estado democrático de direito, a política de segurança pública deveria voltar-se para a proteção do cidadão em todos os seus direitos constitucionais, garantindo o amplo exercício da cidadania. No entanto, como demonstra Luiz Eduardo Soares (Soares, 2021) , o arranjo institucional consagrado pela Constituição de 1988, no artigo 144 voltado para a segurança pública, mantém em seu arranjo a arquitetura constitucional criada pelo regime militar. Para Soares (2021, p.192), a transição para a democracia foi marcada pela inexistência de um ritual de passagem, permanecendo assim, em consonância com a antropologia de Victor Turner, num estado de ambiguidade liminar, onde lógicas contraditórias atuam de forma sobrepostas como os binômios democracia e autoritarismo, cidadania e exceção.

Referências Bibliográficas

ANSTETT, Elisabeth; DREYFUS, Jean-Marc. **Destruction and human remains: Disposal and concealment in genocide and mass violence.** Manchester: Manchester University Press, 2014.

AUSSARESSES, Paul. **Services Spéciaux: Algérie (1955-1957).** Paris: Perrin, 2003.

BARCELLOS, Caco. **Rota 66.** São Paulo: Editora Globo, 1992.

BONNET, Gabriel. **Guerras Insurrecionais e Revolucionárias.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1963.

BRANCHE, Raphaele. **La torture et L'armée pendant la Guerre d'Algerie.** Paris: Galimard, 2001.

FILHO, Martins Filho. **A conexão francesa: da Argélia ao Araguaia.** In: VARIA HISTÓRIA, Belo Horizonte, vol.28, n.48, jul/dez, p. 519-536, 2012

GASPARI, Élio. **A ditadura escancarada: as ilusões armadas** . Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014

GODOY, Marcelo. **A casa da vovó: uma biografia do DOI-Codi (1961-1991).** São Paulo: Alameda, 2014.

HIRATA, Daniel. Segurança pública e fronteiras: apontamentos a partir do "Arco Norte". *Cienc. Cult.* [online], vol.67, n.2, p.30-34 , 2015.

HUGGINS, Martha. **Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina.** São Paulo: Cortez Editora, 1998.

HUGGINS, Martha; FATOUROS, Haritos; ZIMBARDO, Phillip. Operários da violência: policias torturadores e assassinos reconstroem as atrocidades brasileiras. Brasília: Editora UNB, 2006 [Clique aqui para inserir texto.](#)

JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem : os relatórios na Operação Bandeirantes e no DOI de São Paulo (1969-1975).** 1. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Arquivo Nacional/Edusp, 2013.

LAZREG, Marnia. **The Torture and the twilight of Empire**. New Jersey: Princeton University Press, 2008

Oxford English Dictionary, s.v. “doctrine (n.),” March, 2024, <https://doi.org/10.1093/OED/3172693388>

PAES MANSO, Bruno. **A república das milícias: dos esquadrões da morte à era Bolsonaro**. São Paulo: Todavia, 2021.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Autoritarismo e transição**. São Paulo: Revista USP, Brasil, n.9, p.45-56, mai. 1991.

PLON, Leneide Duarte. **A tortura como arma de guerra: da Argélia ao Brasil: como os franceses exportaram os esquadrões da morte e o terrorismo de estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

ROBIN, Marie-Monique. **Los escuadrones de la muerte: la escuela francesa**. Buenos Aires: Editora Sudamericana, 2005.

SOARES, Luiz Eduardo. **Desmilitarizar: segurança pública e direitos humanos**. São Paulo: Boitempo, 2019

TELLES, Edson; SAFATLE, Vladimir. **O que resta da ditadura?** São Paulo: Boitempo, 2010.

TRINQUIER, Roger. **The Modern Warfare: a French View of Couterinsurgency**. London: PSI, 2016.

Capítulo 10

A polícia militar do estado do Rio de Janeiro: uma análise socioeconômica

Laissa Rodrigues Bezerra⁵⁹

1. Introdução

A pesquisa que deu origem a este trabalho teve seu início em 2018, quando escolhi a Polícia Militar do Rio de Janeiro (PMERJ) como objeto de pesquisa. As forças de segurança são sempre alvo de curiosidade e, sobretudo, de críticas e, ao tratarmos do estado do Rio de Janeiro, o foco desse debate é constituído pela Polícia Militar (PM). Após estudar as origens dessa instituição, pude compreender como, diferentemente de outras instituições que a precederam, a PM se manteve estável desde a sua criação - fator que atribuo à sua base de recrutas e o método como esses eram admitidos: indivíduos livres e pobres que, de forma voluntária, entravam na Polícia Militar e eram remunerados pelos serviços que

⁵⁹ Laissa Rodrigues Bezerra é formada em Relações Internacionais em 2015 pela Universidade Cândido Mendes, mestre em Sociologia pelo PPGS/UFF. Tem experiência na área da sociologia da violência, com ênfase em temáticas de violência urbana e policial. E-mail: laissarodrigues@id.uff.br.

prestavam (Holloway, 1997) esse novo método de recrutamento destoava daqueles empregados anteriormente que tinham o objetivo de manter nas forças policiais as classes privilegiadas daquela sociedade (*ibidem*).

Assim, a classe social surge desde a emergência da Polícia Militar como um elemento que não poderia ser ignorado, dado e variável fundamental para o desenvolvimento dessa nova instituição. Se, antes, os membros das forças policiais, pertencentes às classes abastadas da sociedade, eram recrutados de forma obrigatória, desempenhando seus serviços policiais somente em meio período e sem remuneração, agora, as fileiras da PM passaram a ser compostas por indivíduos oriundos das classes menos favorecidas, com uma profissão de período integral, algo que os categorizava de forma antes inexistente. Dada a importância que classe social tem na formação e composição da Polícia Militar, pareceu-me imprescindível compreender as relações sociais de classe dentro da corporação. Em meio às múltiplas questões que despertam o interesse sobre o mundo policial, busquei nesta pesquisa analisar o tema que avalio como indispensável para a compreensão dessa instituição: as relações de classe presentes antes de ingressarem na corporação. Como essas relações afetam a escolha dessa profissão, assim como sua agência dentro da corporação?

A construção e o uso privado da força, até então consentido pelas autoridades, representaria um obstáculo à formação do Estado brasileiro (Muniz, 1999). As forças policiais foram idealizadas pela elite liberal da época e criadas

para defender as demandas da classe que as inventaram. Embora as fileiras da PM fossem compostas por indivíduos pobres, e serem parte de suas estratégias de mobilidade social, esses indivíduos iriam defender os interesses dessa elite e direcionar suas ações repressivas aos grupos que, de alguma forma, representavam uma ameaça ao *status quo*: proteger a propriedade privada e exercer controle sobre o comportamento público – uma das preocupações do Estado Moderno (Holloway 1997).

Contudo, quando inserimos as exigências de proteção da propriedade privada e controle social no contexto de um Rio de Janeiro colonial e escravocrata, estaríamos diante da maior ameaça à manutenção daquele *status quo*: o comportamento e, em última instância, a própria existência das pessoas em condição de escravas. Isso significava que os principais alvos de repressão policial seriam as pessoas na condição de escrava, indivíduos que já sentiam o peso da autoridade dos senhores de escravo em seu domínio privado e que agora também teriam seu comportamento público reprimido (*ibidem*). Os agentes eram, ao mesmo tempo, alvo e agentes dessa repressão, um conflito que ilustra a importância da análise das relações de classe que operam dentro dessa instituição.

Haveria, como bem observou Bretas (1997, p. 44), uma dificuldade intrínseca na avaliação da polícia dada somente por seus contemporâneos, uma vez que a percepção pública de polícia é, em quase todos os lugares, a pior possível. É importante para esse trabalho a distinção entre as elites, que produzem demandas de acordo com suas próprias

necessidades, a polícia-instituição, criada para executar as demandas das classes abastadas e os policiais, que pertencem à segunda, mas não à primeira. Para avançar nessa importante distinção, a pesquisa avaliou que o melhor caminho seria começar pela análise socioeconômica dos ingressos da Polícia Militar, de onde eles procediam, como esses agentes se identificavam dentro dessas classes socioeconômicas, e como isso afetava, ou não, o direcionamento do uso da força conduzida por esses agentes.

2. A Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

Ao abordar a formação da PM é necessário compreender que a concepção dessa instituição aconteceu concomitantemente a o surgimento do próprio Estado brasileiro, como afirmam os estudos sobre o tema (Holloway, 1997; Bretas 1997; Muniz, 1999). A primeira foi concebida nos moldes modernos, ou seja, uma polícia profissionalizada e burocrática, o que resultou em um novo momento das forças de policiamento no Brasil e em um conflito com o governo que permanecia sendo uma colônia escravocrata portuguesa. A polícia da cidade do Rio de Janeiro, a então capital do país, foi o palco não apenas da construção do aparelho de policiamento, mas, além disso, da ruptura desse aparelho com o sistema colonial que o ordenava.

A PM demandava um modelo moderno de polícia, profissional e burocratizado, mas a aplicação desse modelo numa sociedade estratificada como a do Rio de Janeiro da

primeira metade do século XIX não ocorreria de forma simples. Na colônia, os conflitos eram mediados, ou mesmo resolvidos, pelo uso privado da força. O Estado, então, passou a ser quem executava essa interferência na vida das pessoas, encabeçada pelo poder coercitivo da polícia – e isso não aconteceria sem conflito (Muniz, 1999).

A ideia de que o Brasil, que até aquele momento nem mesmo era um Estado, ignorando seu contexto colonial e escravocrata, pudesse conceber uma força policial moderna era algo ambicioso, ainda que a polícia se distinguisse, não pelo uso real da força, mas por possuir autorização para usá-la. Ao ignorar esse conjunto de fatores, o que surgiu foi uma polícia *excepcional*, uma instituição com estruturas e princípios operacionais que tiveram sua inspiração em modelos de outros países, mas sem a necessária adaptação à realidade brasileira (Bayley, 2017; Holloway, 1997; grifo meu).

Como Tilly (1985) assinalou, em maior ou menor grau, os Estados que emergiram através da descolonização adquiriram sua organização militar de fora, ou seja, uma organização que não foi desenhada para a realidade daquele lugar e, portanto, sem as mesmas condições internas que estabeleceriam restrições mútuas entre governantes e governados. No Brasil, a inspiração da elite liberal derivava do modelo de policiamento inglês, construído em oposição à ameaça de uma polícia tradicional e de vocação totalitária como a francesa (Muniz, 1999). A contradição se apresentava no próprio modelo adotado como inspiração uma vez que a realidade brasileira do século XIX, sobretudo a carioca, com

sua sociedade complexa e em transformação, não seria capaz de conceber uma polícia cujas restrições entre os governantes e governados fossem mútuas.

3. Operadores de Classe na Instituição da Polícia Militar

A Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro possui três formas de ingresso na corporação e todas são acessadas via concurso público. Essas entradas são divididas por áreas de atuação dentro da instituição, a saber, vagas referentes às atividades exercidas por profissionais da área da saúde, vagas destinadas à formação de oficiais e, por fim, vagas destinadas aos soldados da Polícia Militar. A última forma de ingresso, e fundamento desta sessão, se destina aos candidatos à vaga de soldado da PM. Os pré-requisitos para a os pretendentes consistem somente no diploma do ensino médio, ter entre 18 e 30 anos, carteira de habilitação a partir da categoria B e uma altura mínima de 1,65 para homens e 1,60 para mulheres.⁶⁰

Nada obstante, como apontaram Abéles e Jeudy Maia (1997 apud Maia 2019), a compreensão de serviço público não possui a mesma definição nem mesmo em países europeus e é necessário distinguir as culturas que compõem cada estado nacional. É necessário distinguir, também, os processos institucionais por meio dos quais se aquiescem as burocracias quanto às configurações estatais de aprovação de seus agentes,

⁶⁰ Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro. Ano XL- Nº 101- Parte I. Quinta-Feira- 5 de Junho de 2014, p. 44.

para compreender este cargo público. Logo, para alcançar uma compreensão fiel do serviço público é preciso levar em consideração os aspectos materiais e ideológicos que agem na construção do estado a fim de estudar o mesmo a partir de suas práticas cotidianas e de suas representações que os grupos sociais levam consigo (*ibidem*).

O cargo de um Policial Militar é, sem dúvidas, um serviço público que se encontra elencado no quadro de serviços com definição complexa. Embora no Brasil a ocupação de um cargo no funcionalismo público garanta certo status de privilégio ao indivíduo, entre os próprios policiais existe a crença conformada de que a profissão deles configura uma ocupação de grau inferior (Bittner, 2017).

O modelo de concurso público foi implementado no Brasil pela reforma administrativa da década de 1930 e fez parte, de forma combinada, de uma extensa reforma educacional, executada pelo então Ministério da Educação e Saúde Pública do governo de Getúlio Vargas. Este governo, preocupado em criar condições educacionais para fazer “nascem uma elite com nova mentalidade” (Maia, 2019) direcionou a reforma para o ensino secundário e superior⁶¹. De tal modo, essas reformas foram assentadas em uma questão crucial, a saber, a busca pelo mérito e pela racionalidade. Fazendo uso

⁶¹ As reformas educacionais ocorridas durante o governo de Getúlio Vargas (1930- 1945 e 1951- 1954) privilegiaram o ensino das disciplinas de formação humanística clássica e visava substituir o aprendizado de física, química e ciências biológicas por meio do estudo dos discursos e relatos históricos de cidadãos e soldados nas construções de impérios póstumos (Schwartzman; Bomeny; Costa, 1984, p. 208).

dessa justificativa, Vargas implementou novas técnicas e práticas governamentais de admissão ao serviço público, sendo o concurso transformado em uma alegoria do sistema de mérito que se almejava implementar (*ibidem*).

Quando implementado nos anos 1930, o processo seletivo para o concurso público era de responsabilidade do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). O órgão ainda contava com o auxílio direto do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), vinculado ao Ministério da Educação e Saúde. Os concursos promovidos pela Divisão de Seleção⁶² prezavam pelo mérito e competência dos candidatos em seus processos seletivos e mantiveram a notoriedade no que diz respeito ao elevado nível de exigência das provas até hoje (*ibidem*).

O alto nível de exigência das provas do DASP tinha como resultado um número elevado de reprovados nos processos seletivos. Todavia, esse resultado não era notado como um atributo negativo pelos funcionários do Departamento. A explicação oferecida para as elevadas taxas de reprovação ficava sob a responsabilidade da baixa qualidade do ensino ofertado aos candidatos e a seu respectivo nível intelectual, abaixo do almejado (*ibidem*).

Maia (*ibidem*) ainda revela que a manutenção dos altos níveis de exigência das provas pelo departamento ilustra o viés elitista tácito na reforma educacional do período. Esse modelo

⁶² Criado para lidar com os concursos, o DASP era responsável por cuidar de todo o processo de admissão, estabelecendo conteúdos e elaborando as provas dos concursos oferecidas pelo órgão (Maia, 2019).

de seleção da “nata da nata” instituiu um modelo de seleção de prova para concursos públicos amplamente empregado a partir de então nos processos seletivos da administração pública em todos os níveis, conferindo ao concurso legitimidade social como método de admissão. Pode-se dizer, então, que os futuros servidores públicos de elite se sentem dignos do recebimento de uma gama de privilégios, algo provocado pela passagem por um exigente processo seletivo que deriva da corporificação da autoridade estatal transmitida a esses sujeitos e que gera esse sentimento de distinção ao grupo (*ibidem*).

Segundo Bomeny (1999 apud Maia, 2019) o ensino médio era o melhor momento de recrutar essa elite que seria aperfeiçoada nas universidades. Almejando um sistema educacional que deveria corresponder à divisão econômico-social do trabalho, essa elite exemplar seria um guia que induziria por imitação o comportamento das massas (Schwartzman; Bomeny; Costa, 1984). O concurso para a Polícia Militar, no entanto, não foi contemplado pelo plano de melhoria destinado às elites implementado pelas reformas administrativas e educacionais. Apenas recentemente o concurso da PMERJ passou a exigir que seus candidatos tenham concluído ou que estejam prestes a concluir o ensino médio. Até 1999, a conclusão do ensino fundamental era o suficiente (Caruso, 2004).

Nesse sentido, a escolha do indivíduo pelo ingresso na Polícia Militar do estado do Rio de Janeiro ocorre, de acordo com Muniz (1999) e Caruso (2004), menos sob a justificativa da vocação e da tradição familiar e mais sob a razão da

sobrevivência. Trata-se de uma tentativa de abrandar sua condição de precariedade (Rodrigues, 2021) com base na escolaridade, mas, sobretudo, com base no retorno financeiro e na estabilidade que o funcionalismo público oferece ao futuro policial. Sabendo, também, que a carreira militar dentro da polícia permite que os agentes ingressados na PMERJ não permaneçam condicionados ao diploma do ensino médio para progredirem no quadro de patentes das praças, ou mesmo aumentarem seus salários dentro de cada patente, a carreira na PM é vista como uma via exequível para a mudança de vida.

4. É Uma Questão de Educação

Concebendo classe social como condição de vida, esse conceito permite analisar como padrões de atitudes, comportamentos e socialização mudam de acordo com o lugar que cada indivíduo ocupa na estrutura social (Sørensen, 2015). Assim, é certo conjecturar que os agentes que compõem o quadro de praças, formados em sua maioria por indivíduos cuja escolaridade é de nível médio, com trajetórias individuais semelhantes aos demais indivíduos que compõem as camadas inferiores da estrutura social, reproduzam os padrões socialização da classe à qual pertencem. Do mesmo modo, os agentes que compõem o quadro de oficiais da corporação, formado por indivíduos que possuem nível superior de educação formal, podem apresentar um padrão de socialização distinto daquele apresentado pelas praças, já que, de acordo com Bourdieu (2007) é correto afirmar que o capital escolar

obtido em determinado momento manifesta, entre outras coisas, o nível econômico e social da família de origem.

De acordo com Bittner (2017) é baixo o número de pessoas que se empenham em ter o diploma universitário e gostariam de eleger uma ocupação que tem como exigência mínima o ensino médio completo, como é o caso da ocupação de policial militar. No entanto, no caso brasileiro, as vantagens oferecidas pelo funcionalismo público configuram um atrativo para essas pessoas que possuem educação de nível superior, como foi o caso da aprovada no concurso para soldado de 2014 entrevistada por mim. Recém graduada no curso de educação física e almejando a estabilidade do cargo e a possibilidade de elevar sua renda com o Regime Adicional de Serviço⁶³, ela então optou pelo concurso de soldado da PMERJ onde, chegando na fase final do processo seletivo, o policial que a entrevistava censurou a escolha feita pela candidata. Na opinião do agente, ela, enquanto alguém com nível superior de ensino, não deveria ter como preferência a entrada na Polícia Militar.

Ainda segundo Bittner (*ibidem*), existe a compreensão de que os chefes, capitães e mesmo os policiais veteranos não apreciam a perspectiva de trabalharem com recrutas que os

⁶³ O decreto estadual de 2012 estabeleceu a possibilidade dos policiais civis, policiais militares, bombeiros militares e agentes penitenciários, em sistema de turnos adicionais com escala diferenciada, sem detrimento da escala regular de serviço, possam, dentro de suas respectivas competências, participar voluntariamente de programas de administração estatal direta ou indireta por meio do Regime Adicional de Serviço (Rio de Janeiro, 2012).

superem em níveis educacionais. Para além do baixo interesse dos próprios indivíduos, como mencionado anteriormente, permanece a avaliação dos próprios policiais de que esses poucos sujeitos são considerados menos competentes entre os graduados e, deste modo, foi estabelecida a crença de que uma educação mais elevada seria um fator improdutivo, e não o contrário.

Essa característica foi ilustrada pela entrevista concedida a mim pelo cabo Mesquita ao relatar sua trajetória para este trabalho. Ao ingressar na PMERJ, o cabo que, à época, tinha apenas dezenove anos, via a si próprio como alguém demasiadamente jovem e inexperiente para aquela ocupação. O cabo conta que sempre estudou nos melhores colégios particulares da região onde morava, o que lhe proporcionava mais chances tanto de entrar na universidade quanto de entrar em uma instituição de ensino superior pública (Carvalhoes; Ribeiro, 2019). Todavia, fez a inscrição para o concurso por achar o conteúdo das provas simples e, sobretudo, por incentivo do pai, que é oficial da Aeronáutica, e inspirado pelo irmão, bombeiro salva-vidas. Ao relatar o encontro com os outros aprovados em sua turma de formação, ele descreve os companheiros como pessoas provenientes de famílias humildes que viram a entrada na Polícia Militar como a oportunidade de suas vidas. O cabo Mesquita descreve o encontro como um “choque de realidade”, porém, uma realidade da qual ele agora fazia parte, acrescentou.

5. Considerações Finais

Meu interesse em pesquisar a Polícia Militar foi, desde sempre, a necessidade de compreender como esses indivíduos elegiam uma profissão tão depreciada pela sociedade e, no caso específico do Rio de Janeiro, considerada de alto risco para os seus ocupantes. Afinal, como disse Soares (2015, p. 331), “acho que a polícia é questão de vida ou morte para muitos, além de ser decisiva para a democratização efetiva da sociedade brasileira”. Descobri, com esta pesquisa, que o universo da PMERJ é complexo e entender a escolha dos agentes pela carreira policial é apenas o começo.

A análise realizada aqui permite ao leitor uma melhor compreensão sobre a relação que a classe socioeconômica dos membros da Polícia Militar têm com a instituição e com os outros membros dela. Demonstrei como os operadores de classe estão presentes antes mesmo dos agentes ingressarem na instituição, uma vez que a opção pelo concurso é feita baseada na renda que o indivíduo receberá enquanto PM. Antes de usarem o pretexto da influência militar familiar para a entrada na corporação, o discurso que ganha proeminência entre os praças é aquele com referência à sobrevivência no sentido de trabalho, como o único meio de negar a carência fundamental e triunfar por um momento sobre a morte (Foucault, 1999). Desse modo, a conquista da farda, com os benefícios intrínsecos ao cargo de funcionário público brasileiro atrelados a ela, funciona como o principal elemento encorajador ao concurso de praça na Polícia Militar.

A exigência do nível médio de instrução educacional do concurso para soldado é fundamental para que o quadro de praças da instituição permaneça formado majoritariamente por indivíduos de instrução média e provenientes das áreas mais empobrecidas do estado. Com isso, é reforçada a prática na qual, uma vez membros da PM, os policiais passam a perseguir aqueles oriundos do seu mesmo seguimento social, rechaçando comportamentos próprios da classe à qual pertencem e que, por vezes, eles mesmos reproduzem.

É preciso considerar que, no Brasil, existem formas diferenciadas de acesso à Polícia Militar e que elas, por si só, já operam como um recorte de classes. A candidatura ao concurso para oficial apresenta como exigência básica o diploma de nível superior, ou seja, para exercer funções de comando o candidato não pode possuir o nível médio como as praças. A exigência do diploma de nível superior representa, efetivamente, a manutenção de uma estratificação social vivenciada pelos indivíduos fora da caserna, onde as classes privilegiadas, portadoras de um capital econômico, capital social e, em especial, capital educacional são conservadas no topo dessa hierarquia.

Deste modo, foi mantida, desde a sua fundação, uma organização cuja base é formada por indivíduos oriundos das classes inferiores, em sua maioria com instrução escolar mediana, que serão comandados por outros indivíduos de classes superiores a dos praças. É estabelecida, assim, uma relação de subalternidade não exclusivamente pelo quadro de patentes que a estabelece, mas, sobretudo, pela própria

condição para o ingresso. Ela determina, desde o processo seletivo, um recorte de classe com base no nível de instrução educacional, uma vez que a serventia dos conhecimentos adquiridos na universidade para o emprego do policiamento é questionada por pesquisadores da área.

Referências bibliográficas

BAYLEY, David H. **Padrões de Policiamento**: Uma análise internacional comparativa. Ed. 2. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

BITTNER, Egon. **Aspectos do Trabalho Policial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**: crítica social do julgamento. Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

BRETAS, Marcos Luiz. **A Guerra das Ruas. Povo e Polícia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional/Ministério da Justiça, 1997.

CARUSO, Haydée Caruso. **Das práticas e dos seus saberes**: A construção do “fazer policial” entre as praças da PMERJ. Dissertação (Dissertação em Antropologia) - UFF, Niterói, 2004., 137 p.

CARVALHAES, Flavio; RIBEIRO, Carlos Antônio. Estratificação horizontal da educação superior no Brasil- Desigualdades de classe, gênero e raça em um contexto de expansão educacional. **Tempo Social** - Revista de Sociologia da USP, v. 31, n. 1, jan./abr. 2019.

FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas**: Uma Arqueologia das Ciências Humanas. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HOLLOWAY, Thomas H. Polícia no Rio de Janeiro. **Repressão e resistência numa cidade do século XIX**. Tradução de Francisco de Castro Azevedo. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997.

MAIA, Bóris. **Sujeitos do Estado** - Aprendizado e tradição de conhecimento na preparação para concursos públicos da burocracia fiscal. Tese (doutorado) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019, 248 p.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. **Ser Policial é, Sobretudo, Uma Razão de Ser** - Cultura e Cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Tese (Tese em Ciência Política) - IUPERJ. Rio de Janeiro, 1999, 289 p.

RODRIGUES, Eduardo de Oliveira. O problema da escala: diálogos entre antropologia e geografia no Subúrbio Carioca. In: VIII Seminário Internacional do INCT-InEAC: Políticas públicas, direitos e conflitos em tempos de pandemia, 2021, Online. **Anais do VIII Seminário Internacional do INCT-InEAC: Políticas públicas, direitos e conflitos em tempos de pandemia.** Niterói: NEPEAC, v. 2., 2021.

SOARES, Luiz Eduardo. Por que tem sido tão difícil mudar as polícias? Rio de Janeiro: **Revista Praia Vermelha** - Estudos de Política e Teoria Social, v. 25, n. 2, p. 317- 331, jul./dez. 2015.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema.** Paz e Terra, 1984.

SØRENSEN, Aage B. Fundamentos de Uma Análise de Classe Com Base na Renda. In: WRIGHT, Erik Olin. **Análise de classe:** abordagens. Tradução de Marcus Penchel. Petrópolis: Vozes, 2015.

TILLY, Charles. War Making and State Making as Organized Crime. In: Peter Evans, Dietrich Rueschemeyer, and Theda Skocpol (eds.). **Bringing the State Back.** Cambridge University Press, 1985.

SEÇÃO 4 – Economia. Empresa e Desenvolvimento

Capítulo 11

A empresa de si sobre o corpo: os discursos e narrativas neoliberais dos profissionais da estética no Instagram

Guilherme Nonato Pio⁶⁴

1. Introdução

Profissionais da área da estética corporal, como nutricionistas, cirurgiões plásticos e *personal trainers*⁶⁵, estão cada vez mais investindo na sua autorrepresentação nas plataformas digitais. Eles buscam não apenas reconhecimento, mas também transcendem os saberes, práticas e serviços tradicionalmente associados às suas ocupações e formações acadêmicas. Tendo como base a observação e análise dos perfis desses profissionais no *Instagram*, entende-se que suas autorrepresentações tomam a forma de narrativas, contendo um modelo de mundo e de “eu”, articulado aos modos de

⁶⁴ Formado em Sociologia pelo ICHF/UFF, e mestre em Sociologia pelo PPGS/UFF. Tem experiência na área de sociologia digital, com ênfase na interação em ambientes digitais e o funcionamento das redes. E-mail: gnpio98@gmail.com

⁶⁵ A fonte em itálico será usada tanto para palavras em língua estrangeira, quanto em termos referentes aos investigados, enquanto que os conceitos estarão em negrito.

subjetivação e sociabilidade neoliberais. Neles, as interações sociais são orientadas pelas normas da concorrência e a busca por distinção, onde o “eu” ideal é aquele que se compreende como uma empresa que deve sempre buscar se valorizar.

Apesar de usufruírem de certa autonomia, as condições a partir das quais os empreendedores digitais (Ramos, 2019) operam são perpassadas por pressões midiáticas e algorítmicas que influenciam as autorrepresentações e escolhas táticas dos perfis. Esses agentes respondem às dinâmicas das plataformas e às demandas socioculturais que modificam as técnicas de apresentação de si. Nesse processo, os modos de conduta e o corpo são ressignificados a partir dos princípios do neoliberalismo, como o culto à *performance*, o **empreendedorismo de si** e a autorresponsabilização pela ineficiência ou eficiência, dentro do que Dardot e Laval (2016, p. 28) denominaram “subjetividade contábil e financeira”, na qual o sujeito se entende como um capital a ser desenvolvido e ampliado.

Este capítulo tem como objetivo mapear e discutir alguns dos principais pontos dessas autorrepresentações, que unem a fachada e a representação do profissional de saúde com as do empresário. Para além da venda de serviços, busca-se promover uma subjetividade propensa à gestão do corpo e da aparência, vistas como recursos a serem desenvolvidos em um cenário social que incentiva o constante aperfeiçoamento de si. Por meio de estratégias discursivas ligadas à suposta libertação das potencialidades dos indivíduos, são oferecidas narrativas que buscam orientar as condutas do público-alvo, de modo que

eles tomem ações que garantam ganho de engajamento para esses profissionais.

O *Instagram* foi o aplicativo no qual, neste trabalho, foram observados perfis de profissionais da área da estética corporal. A plataforma se caracteriza principalmente por ser um espaço de vídeos curtos que comporta fotografias e que oferece possibilidades de edição das postagens. Presente em computadores e aparelhos móveis, o *Instagram* se tornou um meio prático para registrar e compartilhar as experiências, ações e comportamentos do perfil com certa liberdade, pois seu “palco” e “platéia” o acompanham aonde quer que ele esteja.

Os modos de interação nos espaços sócio-digitais constituem um relevante aspecto cultural e social em uma sociedade atravessada por tecnologias digitais de comunicação. Nesse sentido, objetiva-se que o presente capítulo sirva como base para outros trabalhos no campo da sociologia digital ao apontar a existência da racionalidade neoliberal nas autorrepresentações e discursos dos profissionais da mudança estética. Associada à hiperconectividade da sociedade em rede e à lógica das mídias digitais, as mudanças estéticas passam a influenciar normas e saberes que fazem parte do campo da saúde e estética, modificando as noções comuns de corpo, beleza, imagem de si, *empoderamento* e sucesso.

Os perfis foram analisados entre novembro e dezembro de 2022, ao mesmo tempo em que a observação acompanhou as possíveis transformações que ocorreram nos perfis ao direcionar o olhar para suas postagens passadas. Foram observados perfis que faziam pelo menos três postagens por

semana e que possuíam mais de trinta mil seguidores, possíveis indicadores de uma presença regular na plataforma. Ademais, foram selecionados os empreendedores com um maior potencial em termos de fornecimento de dados, isto é, com postagens formadas por comentários, imagens, vídeos e textos cujos conteúdos poderiam engendrar discussões a respeito de suas ações em rede. Dos seis perfis estudados na dissertação que originou este capítulo, são elencados aqui três imagens de três perfis diferentes de nutricionistas, cirurgiões plásticos e *personal trainers*, de modo a expor os principais pontos da análise.

Em um primeiro momento, o trabalho trata do **sujeito neoliberal** e o ideal do **empreendedor de si**, além da dinâmica dessas novas redes sociais, constituídas sobre a mesma racionalidade. Em seguida, discute-se como o corpo passa a ser valorizado a partir dos ideais neoliberais da *autopromoção*, em um contexto de uma crescente exposição de imagens. Nessa mudança na relação com o corpo, na qual o sujeito deve se modificar procurando se valorizar e o “parecer” cada vez mais equivale a “ser”, há uma demanda por modos de transformação estética. Abre-se, então, espaço para a atuação de profissionais especializados nesse campo, que competem entre si pelo reconhecimento e pela atração de novos clientes dentro de plataformas digitais, não apenas como profissionais de saúde e de estética, mas especialmente como empreendedores. Por fim, com base no desenvolvimento teórico feito anteriormente, são apresentados os principais resultados da observação e da análise dos perfis desses profissionais no *Instagram*, se

atentando às diferenças e padrões entre as abordagens dos profissionais e suas ocupações.

2. O sujeito neoliberal e o mercado da atenção

Conforme argumenta Foucault (1995, 2008), a questão dos modos de subjetivação vincula-se aos aspectos produtivos das relações de poder. Este, em sua produção de significados, se efetua na capacidade de orientação das ações possíveis de sujeitos livres, potencializando-as ao invés de restringi-las. Há uma relação entre a subjetividade e a adequação às práticas e às normas culturais, de modo que os sujeitos são portadores de discursos coletivos, conjuntos de ideias e práticas articuladas que permeiam a compreensão do mundo. Sendo assim, a adesão a determinadas normas e discursos envolve uma relação de poder, pela qual há uma subjetivação.

Seguindo essa linha, o neoliberalismo engendra modos de subjetivação, que envolvem a forma como encaramos nossa existência e comportamento, e como interagimos com os outros e com nós mesmos, modos esses encarados como uma racionalidade. O termo neoliberalismo, segundo Dardot e Laval (2016), se relaciona com a realização de condutas de acordo com determinados princípios que irão garantir o resultado desejado. Esses princípios passam a orientar as condutas econômicas e, além disso, se tornam uma lógica geral para quaisquer condutas, independente de seus motivos e desejos. Assim, operam de modo a aumentar a capacidade de determinados agentes de conduzir ações em um contexto

pautado pela lógica competitiva de mercado. O capitalismo, e mais especificamente, o neoliberalismo, portanto, fazem valer seu poder não pela sua simples imposição aos indivíduos, mas atuando entre eles, reorientando suas motivações e ambições.

Esse sujeito que surge da nova **sociedade empresarial** é o sujeito a quem é incentivado o governo de si, o autoproduzir-se, estando propenso à ação e à ambição em todos os âmbitos da vida. Esta se torna um empreendimento de fato, um alvo de projetos e experiências pelos quais o indivíduo pode se valorizar ao melhorar seu desempenho e progredir em diferentes esferas sociais. Assim sendo, é requisitado que o indivíduo tenha um constante caráter empreendedor, que realize uma *gestão de si* através de certas capacidades corporais e mentais, como flexibilidade, afinidade ao risco, criatividade, autonomia e sociabilidade para que possa ser competitivo e valorizado (*ibidem*).

A dinâmica das plataformas digitais se baseia em uma disputa por atenção, realizada por meio de técnicas de apresentação de si para obter reconhecimento, especialmente por aqueles que agem como empreendedores digitais, ou seja, que buscam um acúmulo de atenção, seguidores e ganhos monetários na plataforma. A criação e uso de um perfil é como nós entramos nas plataformas, mas para sermos reconhecidos, precisamos interagir com a rede por meio de comentários, postagens e posicionamentos. Essa disputa é influenciada pela atividade algorítmica⁶⁶, capaz de manejar as interações sociais

⁶⁶ Dentro do contexto digital, algoritmos são sequências de ações que possuem como objetivo entender e prever os comportamentos dos

e o acesso a conteúdos dentro das mídias sociais. Desse modo, os perfis se empenham para entrar na classificação do algoritmo a fim de alcançar o impulsionamento. Isso corresponde a um ponto fundamental das técnicas de governo nas plataformas digitais: os sujeitos agem como empresas que estão concorrendo por atenção, sendo, assim, suscetíveis a estímulos e prejuízos relacionados à obtenção dela e ligados a ações que geram aprovação (Mirowski, 2013).

Sob essa ótica, pode-se concluir que o advento das mídias sociais digitais ampliou as possibilidades de promoção pessoal e profissional e a construção, edição e manutenção de *personas*, cuja visibilidade, expandida pelo alcance da *Internet* e a proliferação de dispositivos móveis, câmeras e telas, permite projetar um "eu" atraente para o olhar dos outros. Nesses termos, é favorecido um trabalho de *autogestão* do sujeito que direciona investimentos para a produção de um **“eu” empresarial** que cumpre os requisitos do mercado de trabalho neoliberal frente à concorrência, mas que também se torna um objeto de consumo lutando pelo bem escasso da atenção.

usuários, tendo como base um conjunto de informações geradas pela própria atividade humana dentro das plataformas. Por meio dessas informações, grupos sociais e seus interesses são classificados, podendo ser direcionados para determinados conteúdos e possibilidades de interação que possam influenciar suas ações futuras, a construção de *personas* e como os próprios indivíduos serão notados no ambiente digital. Desse modo, os algoritmos agem impulsionando e ocultando conteúdos e até outros usuários, induzindo emoções, visões de mundo e certos cursos de ações e interações (Ramos, 2019).

Os profissionais da estética, nesse contexto, podem se autorrepresentar de forma a serem vistos como detentores de modos de conduta que servem como exemplos a serem seguidos, com o “eu” exposto como um objeto de consumo. Esse “outro” possível ao qual o usuário é exposto influencia desejos e motivações, assim como a visão de si mesmo, o que pode levar a adoção da ideia do corpo enquanto objeto a ser aperfeiçoado.

3. “Parecer”: o novo “ser”

O corpo existe dentro de um contexto social e cultural. É por ele que o indivíduo se expressa ao mundo, com sua fachada, ou seja, sua maneira de se vestir, agir e falar nas interações, assinalando uma série de normas e discursos específicos sobre as quais o indivíduo foi socializado. No final da década de 60, a inserção do corpo na sociedade e sua relação com o indivíduo era pensada a partir da ideia de libertação do corpo, resultando em uma visão do corpo enquanto propriedade do sujeito, algo que pode ser visto de fora e estudado.

Somado a um cenário social cada vez mais individualista, o corpo aparece como uma parte destacada da expressão de si, e passa a ser visto como um símbolo de status e um objeto de consumo sobre o qual o indivíduo conecta o seu valor. A aparência é vista como uma espécie de capital, ao mesmo tempo em que se conecta com o próprio valor moral do indivíduo. Em um contexto no qual e em um cenário onde a aparência é peça fundamental no transcorrer tranquilo da

sociabilidade, o corpo torna-se palco de transformações que visam modificar o indivíduo em si, e fazê-lo se destacar na hierarquia social (Le Breton, 2007; Vigarello, 2006 *apud* Santos e Salles, 2009).

Na conjuntura analisada, os cuidados do corpo e da aparência sinalizam um ascetismo, um caráter de disposição, vontade e resiliência. A falta dessa **gestão de si**, por outro lado, faz com que o indivíduo seja caracterizado como alguém propenso a ociosidade, indo contra o caráter do sujeito *empreendedor* que é exigido não apenas no mercado de trabalho neoliberal, mas em outras esferas da vida social. Le Breton já havia apontado tal processo ao afirmar que

O homem mantém com o corpo, visto como seu melhor trunfo, uma relação de terna proteção (...) pois sabe que, em certos meios, é a partir dele que são estabelecidos os julgamentos dos outros. Na modernidade, a única extensão do outro é frequentemente a do olhar: o que resta quando as relações sociais se tornam mais distantes, mais mediadas (Le Breton, 2007, p. 78).

Não é coincidência que os perfis aqui estudados constantemente se apresentem com uma fachada e um corpo que estejam dentro dos padrões de beleza predominantes. Entendendo que esses elementos expressivos da interação podem sinalizar o sucesso das jornadas de vida e o esforço, sacrifício e aptidão consequentemente empregados, essa apresentação ocorre com roupas de marca ou uniformes

médicos em seus escritórios ou consultórios ou na realização de exercícios físicos, palestras, eventos ou cursos.

O uso do corpo nesses termos é inclusive favorecido pela crescente exposição de imagens nas mídias sociais. Na “era da *performance*” que se vive hoje, a *autopromoção* se torna norma e a representação de si se torna um espetáculo a ser visto, entendendo que

(...) em uma época dominada pela cultura midiática, qualquer vida não só gera uma quantidade crescente de imagens e relatos inspirados em tais moldes mas, além disso, essa ‘vida comum’ tende a se realizar nas imagens: ganha consistência ao se produzir com a ajuda dos códigos midiáticos e ao se plasmar nas telas que se multiplicam por toda parte (Sibilia, 2015, p. 356).

A “era da *performance*”, portanto, envolve a expressão midiática de sujeitos empreendedores de si. Eles cuidam de sua imagem a fim de que ela lhes proporcione um ganho de **capital humano** com uma autorrepresentação que cumpra expectativas e necessidades dos usuários alvo. Esse cuidado se relaciona à ideia de “marca”, que faz referência a um conjunto de valores distintos e positivos conectados a um serviço ou produto de modo a influenciar a compra e o uso por parte do consumidor. Assim, o empreendedor digital torna-se identificável e diferenciável da concorrência. Nesse sentido, as interações mediadas por plataformas digitais, como o *Instagram*, permitem a construção e manutenção de uma narrativa identitária, onde o *self-branding*, ou o “eu” enquanto marca,

se consolida através da interação contínua com o público por meio de *likes*, compartilhamentos e comentários, gerando um impulso algorítmico para o perfil (Ang *et al*, 2017).

Este contexto explica a crescente preocupação com imagem e beleza e a conseqüente ascensão de um mercado de profissionais da estética e bem-estar corporal. Por meio de diferentes estratégias de autorrepresentação, esses profissionais competem por possíveis clientes, capitalizando as motivações e desejos dos seus seguidores. O corpo existe, nessa ótica, enquanto meio de julgamento do outro e como uma forma de acúmulo de **capital humano** contra a concorrência através de técnicas de intervenção corporal, pelas quais é fabricado o **sujeito neoliberal**. A construção de uma *persona* atraente, um trabalho em grande parte consciente, é potencializada pela visibilidade das mídias sociais, considerando que postagens de vídeos ou imagens tem a capacidade de promover um determinado enunciado ou discurso com relação a certos padrões de beleza e corpo e a modos de subjetividade, ancorados em formas de sociabilidade.

Parte dos modos de subjetivação desses profissionais envolve um conjunto de técnicas de “*coaching*”, que remetem a orientação de condutas tendo uma base parecida com a doutrinação. O *coach*, no papel de um sujeito de grande sabedoria, utiliza um conjunto de falas e interações que tomam a forma de ensinamentos e discursos. Estes abrangem a expressão de um cuidado de si e de uma busca pela melhor adaptação à sociabilidade neoliberal via o autocontrole de si mesmo e de suas relações. Incentivado a realizar uma

autorreflexão sobre suas ações a partir de um novo entendimento das normas da vida social, o indivíduo se tornaria mais eficiente em suas relações sociais e apto a alcançar seus desejos.

A hipótese do trabalho é que as expressões de si de todos os perfis podem ser pensadas enquanto representações que tomam a forma de narrativas. Entendidas como um “conjunto de estruturas linguísticas e psicológicas transmitidas cultural e historicamente” (Brockmeier e Harré, 2003, p. 526 *apud* Casaqui, 2020, p. 4), elas são transmitidas por meio das novas tecnologias de comunicação e fazem parte de um discurso maior, expressando certas práticas e normas culturais. Essas narrativas são parte dos processos de retenção de atenção e de geração de uma impressão positiva, de um “eu” consumível que proclama discursos e visões de mundo relacionados à **empresa de si** e à ideia da vida enquanto uma jornada de projeto individual que exige empenho e investimentos. São acionados, por conseguinte, argumentos a favor da transformação estética. Quase como uma história, esse formato ganha força pela estrutura do *Instagram*, plataforma que possibilita ao seguidor um certo controle sobre a linha do tempo das postagens, podendo voltar aos primórdios do perfil e acompanhar suas mudanças e crescimento ou, dito de outra forma, a construção de sua *persona*.

4. Perfis

Nos perfis analisados, não há uma simples apresentação realizada de modo a resultar em certa impressão, mas uma construção conjunta na interação com diversos elementos humanos e não humanos. A dinâmica algorítmica, a composição de textos, a utilização de vídeos, múltiplas imagens e ferramentas de edição e o próprio funcionamento do *Instagram*, por exemplo, são elementos que precisam ser entendidos para que possam ser usados de maneira estratégica, criando, assim, conteúdos chamativos para patrocínios, seguidores e algoritmos. Além disso, considerando que as plataformas são construídas com base em modos de conduta e pensamento predominantes, é mais apropriado falar em “autorrepresentação” do que “representação”, levando em conta que as mídias sociais conectam-se com a ideia da **autopromoção**.

Descrevendo-se como um “escultor de sonhos”, escritor e palestrante, @dricardosamuel⁶⁷⁶⁸ é um caso exemplar da *promoção de si* entre os profissionais da estética, constituindo

⁶⁷ Perfil disponível em: <https://www.instagram.com/dricarosamuel/>. Acesso em: Fevereiro, 2023.

⁶⁸ Ícaro Samuel, entre 1998 e 2004, se graduou pela faculdade de medicina na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL-RS), onde também se especializou em Cirurgia Geral, obtendo o título de Especialista em Cirurgia Geral e Videocirurgia. Realizou 3 anos de Residência em Cirurgia Plástica no Hospital Federal dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro (HSE). É o CEO da rede de clínicas *Dream Clinic*, além de membro da SBCP (Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica) e da ASPS (Sociedade Americana de Cirurgia Plástica).

sua *persona* dentro de uma narrativa de um “eu” ideal, não apenas para seus seguidores, mas também para outros cirurgiões plásticos. Seu perfil se caracteriza por reproduzir a ideia de que estes profissionais devem ser vistos como “visionários” com grandes ideias e ambições que causam inveja e admiração. Caso contrário, tenderiam a desperdiçar um “potencial” por conta da incapacidade de planejamento, previsão e controle da própria vida.



Figura 1 – O trabalho do cirurgião
Fonte: Instagram (2021) ⁶⁹.

A vida é encarada como uma jornada e como alvo de investimentos para o próprio futuro, que exige uma dose de individualismo e interesse próprio⁷⁰. Nota-se, por parte desses

⁶⁹ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CSojh3VHUc2/>. Acesso em: Junho, 2024.

⁷⁰ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CkixmnRDKSD/>. Acesso em: Fevereiro, 2023.

perfis e de seus seguidores, uma visão da vida cotidiana pautada por *hashtags* como “#superação” e “#suamelhorversão”, componentes fundamentais na elaboração da narrativa mítica do empreendedor pautada na “imaginação de si como herói e a verossimilhança desse imaginário, tornado visível na vida midiaticizada do enunciador — em que felicidade e sucesso se tornam imagens” (Casaqui, 2020, p. 18).

O sonho vendido é a modificação do indivíduo através do “aperfeiçoamento” do corpo. O imaginário dominante nestas narrativas é tornar-se uma *melhor versão de si*, de possuir novamente a juventude, de se tornar alguém *empoderado* por meio da autoestetização. E todo esse ganho é alcançável àquele que se tornar paciente, normalizando-se os riscos que envolvem qualquer intervenção corporal e abrandando quaisquer possíveis obstáculos econômicos que possam vir a surgir na vida do seguidor, caso prossiga em busca do seu “sonho”.

A correlação entre transformação corporal e o caráter individual são parte de um processo de orientação de conduta no qual a *gestão de si* e o individualismo são incentivados. O corpo fora dos padrões dominantes de beleza é interpretado como um sinal de um potencial não concretizado, de modo que a transformação estética é vendida como o meio pelo qual o indivíduo pode se sentir mais adaptado a um contexto social em que a aparência se tornou um dos princípios a partir do qual o indivíduo é julgado pelos outros. Por isso, ele deve batalhar para conseguir realizar o sonho do procedimento da mudança

estética, e pelas vantagens sociais que lhe são proporcionadas, ignorando os riscos.

Os cirurgiões plásticos, portanto, devido ao caráter invasivo de sua intervenção, apresentam orientações e conteúdos técnicos em postagens, tendo em mente uma mudança direta do corpo do paciente. Sem o mesmo controle e contato com seu paciente em comparação às outras ocupações, o discurso dos perfis de nutricionistas tendem a sinalizar a importância da *gestão de si* através do autocontrole para combater os maus hábitos alimentares. Nesse sentido, em comparação com os cirurgiões plásticos, os profissionais de nutrição assumem um comportamento mais pedagógico e menos assertivo.

Este é o caso da @nutricionistataisrodrigues⁷¹⁷², que se apresenta como uma educadora, alguém que defende a existência de uma conduta disciplinada com respeito aos hábitos alimentícios. Observa-se que esses perfis de nutricionistas raramente trabalham em tons de negação, pois o que está em questão é a responsabilidade do indivíduo consigo mesmo, a fim de que ele possa usufruir de sua liberdade para comer o que quiser e ainda sim levar uma vida saudável.

Como evidencia a figura 2, propõe-se uma mudança na subjetividade baseada no exercício das capacidades individuais

⁷¹ Perfil disponível em:

<https://www.instagram.com/nutricionistaisrodrigues/>. Acesso em: Março, 2023.

⁷² Meses mais tarde, o nome do perfil foi mudado para

“@drataisrodriguess”, disponível em:

<https://www.instagram.com/drataisrodriguess/>.

e no entendimento do uso da liberdade e autonomia. Isso é feito por meio da criação de uma relação de positividade não apenas com a alimentação, mas com a vida. E a profissional está ali para educar o sujeito neste processo, isto é, ensiná-lo a se sentir melhor consigo mesmo, e a atingir o seu potencial mental e corporal, dentro de um discurso e postura semelhantes ao dos *coaches* e que envolvem a passagem de valores e a submissão a certos padrões de comportamento.



Figura 2 - Ensinaamentos
Fonte: Instagram (2022) ⁷³.

Essa orientação de condutas conversa com a ideia de que, diante das dificuldades da vida, a individualização da

⁷³ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CkLLyFmLVSp/>. Acesso em: Fevereiro, 2023.

sociedade e o desconforto consigo mesmo, o *empreendedorismo* se torna o caminho para a felicidade. As autorrepresentações baseadas nesse espírito do tempo permitem a audiência imaginar um futuro melhor ao tomarem as rédeas de suas vidas. Com isso, a nutricionista em questão cria uma imagem de uma pessoa de visão e planejamento, cuja profissão não é uma simples ocupação, mas uma resposta a um chamado para a ação, enquanto uma *empreendedora* cujo papel e trabalho são como positivos para a sociedade.

Na *personal trainer* @silvia.personal^{74 75}, observa-se um perfil em sintonia com as características do *Instagram* enquanto plataforma de vídeos curtos, considerando que a maior parte das postagens são nesse formato. Em grande medida, o pano de fundo é a academia, onde são filmadas as alunas realizando os exercícios sob a supervisão da profissional. Aquilo que chama a atenção, porém, é uma fachada pessoal com uma forte carga “física” e emocional por parte dos participantes dessas postagens.

Nos cirurgiões e nutricionistas analisados, são destacadas narrativas baseadas na valorização da mudança corporal, em que possíveis dores e frustrações são omitidas ou mascaradas e o resultado do processo advém do planejamento e da disciplina do indivíduo. Por sua vez, no campo da musculação e dos instrutores pessoais do corpo é notada a promoção e a venda de um caráter de disposição para o

⁷⁴ Disponível em: <https://www.instagram.com/silvia.personal/>. Acesso em: Maio, 2023.

⁷⁵ Silvia é treinadora física formada pela UGF (Universidade Gama Filho).

enfrentamento e a superação da dor, resumida na expressão “sem dor, sem ganho”. Entende-se que esse foco está relacionado com a natureza da musculação e a sua realização na academia, consistindo em um ato mais exigente em termos de energia e disposição física do que a cirurgia plástica e a dieta.



Figura 3 – O “carinho”
Fonte: Instagram (2022) ⁷⁶.

Não se observa nestes casos o uso de uma fachada de luxo e moda, como por vezes aparece em outros perfis. Por

⁷⁶ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CllqXvgM1oi/>. Acesso em: Maio, 2023.

outro lado, há um sentido direto e extrovertido na valorização da dor enquanto recurso transformador dos corpos, perceptível no dinamismo dos vídeos de exposição dos corpos em movimento e pela dedicação ao treino. Sua gestão sob um modo de *conduta empresarial* serve para chamar o olhar do outro. O corpo do *personal trainer*, similar ao ideal de beleza, saúde, força e disposição admirado e buscado por outros, serve como um dos atrativos na procura de possíveis novos clientes. Estes veem os profissionais como possuidores de características e aptidões capazes de os colocar em uma posição acima dos demais, e, assim, seriam aptos para fornecer orientação na busca pela transformação estética, com uma maior chance de sucesso em relações amorosas e um senso de *empoderamento*.

Esse papel fica explícito na autodescrição que a *personal* faz em seu perfil, colocando-se como uma “especialista em motivar mulheres à sua melhor versão” e uma “coach”⁷⁷. Isso implica uma articulação a respeito do sonho de ser alguém que merece atenção, um sujeito potencializado, produto de uma *gestão empresarial* da qual a profissional se passa como representante. Como nos outros perfis, por onde se observa a defesa de projetos de *autopromoção*, esse ideário é incentivado por uma narrativa motivacional com um olhar projetado para o futuro em que a satisfação com o corpo e o sucesso pessoal passa pela relação entre disciplina, esforço e orientação. No caso específico da *personal trainer*, há também

⁷⁷ Disponível em: <https://www.instagram.com/silvia.personal/>. Acesso em: Maio, 2023.

uma relação positiva com a dor, um sinal da força de vontade e trabalho duro que supostamente serão recompensados no futuro.

5. Considerações finais

A interação e a expressão do “eu” nas mídias sociais ocorre dentro de uma rede de diversos elementos, como usuários, textos, imagens, algoritmos e outras características próprias das plataformas digitais. Esses elementos e a expressão de si são afetados principalmente pelo fato dessas plataformas terem sua constituição relacionada ao modelo de subjetividade e sociabilidade neoliberal. Essas mídias funcionam tendo como base o social enquanto mercado. Nelas, os indivíduos se confrontam na busca por atenção e reconhecimento, destacando-se a expressão de um “**eu**” **empresarial**, que orienta a conduta de empreendedores digitais, tais como os profissionais da estética e mudança corporal no *Instagram*.

Mais do que venderem seus serviços relacionados à transformação estética, os perfis analisados vendem também uma narrativa de um “eu” ideal por meio de uma visão específica sobre o modo de pensar e tratar o corpo. Eles se colocam como exemplos, buscando se constituírem enquanto “marcas” pelo cuidado com a sua imagem e, assim, atrair seu público-alvo. Desse modo, esses profissionais se tornam sujeitos portadores do discurso do **indivíduo empresarial**, cuja *gestão de si* e a *autopromoção* se articulam à ideia do corpo

como um investimento, um símbolo do caráter **empreendedor**, algo pelo qual o indivíduo exerce sua independência e autonomia no mundo social.

Por meio dessa pesquisa, esses princípios foram observados nesses profissionais específicos, seja na orientação assertiva de condutas enquanto *coaches*, em seu ensino libertador e na quebra do senso comum como pedagogos ou na mão guia enquanto escultores de mentes e corpos. Essas abordagens podem ser encontradas, com mais ou menos força, nas diferentes profissões aqui estudadas, embora seja possível enxergar os diferentes modos pelos quais autorrepresentações e narrativas são montadas.

Para os cirurgiões plásticos, o “problema” do envelhecimento é algo que afeta o caráter ativo e empreendedor do sujeito ideal, de modo que é feita uma conexão entre o sonho da mudança estética, o risco que envolve esse processo, e os valores da *gestão de si*. Nos *personal trainers*, encontrou-se uma valorização de si através de uma exposição mais direta do corpo em atividade, demonstrativo da superação da dor e das dificuldades impostas pela vida. Por último, os nutricionistas agem buscando potencializar os hábitos alimentares de seus seguidores ao educá-los, incentivando uma *gestão de si* por meio do autocontrole e do planejamento alimentar a fim de que possam criar uma relação positiva sem a necessidade de sacrifícios.

O capítulo conclui, nesse sentido, que estes profissionais operam, em grande parte, segundo a subjetividade neoliberal. Eles difundem sua lógica e valores em suas próprias

autorrepresentações, ligadas a elementos como a disposição à ação e à realização de projetos de vida, a responsabilidade consigo mesmo, a adesão a riscos, a adaptabilidade e resiliência do sujeito, a busca constante por uma melhora de si, a ideia do corpo e da beleza como símbolos do sucesso individual etc. Os resultados aqui expostos, portanto, servem para demonstrar a considerável presença do discurso neoliberal na ressignificação das noções de saúde e estética, bem como no papel dos profissionais em questão.

Referências Bibliográficas

ANG, L.; KHAMIS, S.; WELLING, R. Self-branding, ‘micro-celebrity’ and the rise of Social Media Influencers. **Celebrity Studies**, v.8, n.2, p. 191-208, 2017. Disponível em: <https://opus.lib.uts.edu.au/bitstream/10453/98736/4/selfbrandingACCEPTED.pdf> Acesso em: Outubro, 2023.

CASAQUI, Vander. O papel da narrativa no projeto da sociedade empreendedora e na cultura da inspiração. **E-compós**, v. 23, p. 1-29, jan./dez, 2020. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/1850>. Acesso em: Fevereiro, 2022.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016. E-book. Disponível em: <http://www.afoicecomartelo.com.br/posfsa/autores/Dardot,%20Pierre/A%20nova%20razao%20do%20mundo%20-%20Dardot,%20Pierre.pdf>. Acesso em: Janeiro, 2022.

FOUCAULT, Michel. **O Sujeito e o Poder**. In: RABINOV, Paul; DREYFUS, Hubert. Michel Foucault: uma trajetória filosófica - para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MIROWSKI, Philip. **Never Let a Serious Crisis Go to Waste**: How Neoliberalism Survived the Financial Meltdown. Londres, Nova Iorque: Verso, 2013.

RAMOS, Jair de Souza. Machines among the crowd: on the political effects of algorithmic production of social currents. **Vibrant, Virtual Braz. Anthr.**, Brasília, v.16, 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/vb/a/cdnRbM4TmrSvpSMQwGtYb9f/?lang=en>.
Acesso em: Janeiro, 2022.

SANTOS, S. F. dos; SALLES, A. D. Antropologia de uma academia de musculação: um olhar sobre o corpo e um espaço de representação social. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v.23, n.2, p.87-102, abr./jun, 2009. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-46902009000200001. Acesso em: Dezembro, 2023.

SIBILIA, Paula. Autenticidade e performance: a construção de si como personagem visível. **Fronteiras - estudos midiáticos**, v. 17, n.3, set./dez, 2015. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/c7b5/565b8047ae3dafa21c94d22e011b231c3064.pdf>. Acesso em: Agosto, 2022.

Capítulo 12

Estado, Multinacionais e Entidades Empresariais: a construção política do Programa Rota 2030⁷⁸

Tamara Anita Alves Lima Marques⁷⁹
Raphael Jonathas da Costa Lima⁸⁰

1. Introdução

Um dos mais emblemáticos setores industriais, a indústria automotiva é um importante símbolo de modernidade, inovação e desenvolvimento econômico, desejado por inúmeros países em função da sua enorme capacidade de geração de emprego e renda. Exatamente por isso, o setor desfruta de enorme poder de barganha e influência na definição

⁷⁸ Agradecimentos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

⁷⁹ Tamara Anita Alves Lima Marques é formado em Administração pública pela Universidade Federal Fluminense, mestre em Sociologia pelo PPGS/UFF. Tem experiência na área de sociologia, com ênfase em sociologia econômica. E-mail: tamaraanitalm@gmail.com.

⁸⁰ Raphael Jonathas da Costa Lima é formado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, doutor em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de sociologia, com ênfase em Sociologia Econômica e Sociologia do Trabalho, E-mail: raphaeljonathas@id.uff.br.

das políticas industriais de países como o Brasil, onde, há mais de 60 anos, suas principais empresas, em geral multinacionais, vêm exercendo forte lobby junto ao Estado como forma de assegurar benefícios, sobretudo fiscais, através de políticas industriais.

O objetivo do presente capítulo é apresentar o processo político de construção de uma dessas políticas direcionadas ao setor automotivo, qual seja, o “Programa Rota 2030 - Mobilidade e Logística”, inaugurado no final de 2018, no governo de Michel Temer. A proposta é mostrar a atuação do empresariado na construção do programa, evidenciando como os interesses corporativos, mesmo em momentos de redução dos gastos públicos, conseguem ter êxito com o pleito por incentivos fiscais. Notadamente, o Rota 2030 surgiu da pressão de entidades como a Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) e o Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças) no sentido de induzir o governo a estabelecer uma agenda automotiva capaz de assegurar previsibilidade aos investimentos das empresas.

A pesquisa que resultou na presente discussão partiu de um levantamento bibliográfico e de uma pesquisa documental para obtenção de dados, analisando fenômenos sociais e relações de força e interesse que estão presentes na elaboração do regime automotivo (Minayo, 2002; Giddens e Sutton, 2017). A pesquisa abrangeu o período de 2016 a 2018, isto é, do início das negociações para a elaboração do Rota 2030 até a promulgação da lei nº 13.755/18 que o instituiu. As

informações são de websites do governo, de plataformas de conteúdo sobre o setor, de sindicatos de trabalhadores e do próprio setor empresarial, bem como de reportagens do Valor Econômico, um dos jornais com melhor cobertura da atuação das montadoras no Brasil.

O uso de dados secundários se justifica pela possibilidade de identificar a temática no espaço público. As buscas realizadas no Valor Econômico foram definidas a partir de recortes temporais e palavras-chave como “política industrial”, “Inovar-Auto”, “Rota 2030”, “Grupos de interesse” e “Anfavea”. As reportagens foram utilizadas para descrever o período entre as negociações e a promulgação da lei, e conseqüentemente para demonstrar como os atores empresariais se articularam durante aquele período. Ainda, documentos do Ministério da Economia foram utilizados para mapear como aconteceram as reuniões dos grupos de trabalho criados para as discussões relativas à elaboração do texto da lei.

2. O Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA)

As políticas econômicas têm por objetivo proteger o mercado e incentivar seu crescimento, dando assistência a setores considerados estratégicos para o crescimento econômico (Coronel, De Azevedo e Campos, 2014). Uma dessas políticas é a industrial, que pode ser descrita como um conjunto de ações, instrumentos, incentivos e regulações utilizadas pelo governo para estimular o progresso da indústria.

Dessa forma, a política industrial pode ser considerada, de acordo com Arbix (2000), como um “investimento público” voltado à atração de aporte de capital privado para o crescimento do país. Isso se deve ao fato de o governo ter utilizado essas políticas para conceder às empresas estrangeiras benefícios e incentivos fiscais, visando atrair investimentos para o país.

Nesse sentido, as políticas industriais para o setor automotivo foram importantes para sua implantação, consolidação, crescimento e manutenção, uma vez que, até a década de 1950, as primeiras montadoras⁸¹ que chegaram trouxeram seus veículos desmontados em kits⁸². Os kits continham as principais peças dos veículos, montando-os aqui como um meio de contornar o sistema tributário brasileiro, reduzindo o percentual de peças adquiridas no país (Addis, 1997; Vianini, 2018). Ainda, vale mencionar que outras empresas optaram por comercializar seus veículos por meio de uma rede de representantes.

Portanto, esse movimento contribuiu para o aumento da circulação de veículos no país e, conseqüentemente, para o surgimento de pequenas empresas nacionais que tinham como

⁸¹ Ford Motor Company, General Motors (GM), International Harvester, FNM (por meio de um contrato firmado com a Isotta Fraschini até 1949 e, no ano seguinte, com a Alfa Romeo S/A) e Fiat (PEDRONI, 2019).

⁸² São duas as estratégias: (1) Semi Knock Downs: trata-se de uma estratégia de exportação e montagem de veículos, na qual eles são exportados parcialmente desmontados para terem sua montagem finalizada em um novo local; (2) Completely Knocked Down: nessa estratégia os veículos são exportados totalmente desmontados para terem sua montagem iniciada em um novo local.

foco o mercado de reposição de peças para veículos. A construção de rodovias, como parte dos programas de política pública dos governos, favoreceu o crescimento do mercado, incentivando a chegada de novos revendedores de veículos⁸³. Entretanto, devido à Segunda Guerra Mundial, a demanda por novos veículos foi reprimida, o que, com o envelhecimento da frota, gerou um aumento das importações após o conflito e um desequilíbrio na balança de pagamentos. Esse contexto favoreceu o início da industrialização automotiva brasileira no governo Getúlio Vargas (1951-1954).

Em 1956, Juscelino Kubitschek foi eleito presidente e sua proposta de governo foi promover o progresso de forma acelerada, visando alcançar 50 anos de desenvolvimento em 5 anos de mandato. Portanto, a indústria automotiva, considerando sua relevância para o progresso econômico do país, ocupou um papel importante em seu plano de governo. Todavia, a opção de uma propriedade estatal ou a criação de um campeão nacional foram descartadas em virtude de limitações financeiras do empresariado brasileiro. Num cenário político adverso, optou-se pela coordenação estatal do processo e a oferta de incentivos para o investimento privado estrangeiro (Shapiro, 1994).

O governo instituiu o Conselho de Desenvolvimento (CD), primeiro órgão de planejamento no Brasil com atuação permanente, regulamentado após a posse de Kubitschek e

⁸³ A partir da década de 40 chega a Distribuidora de Automóveis Studebaker, que mais tarde ficou conhecida como Vemag Veículos e Máquinas Agrícolas S.A. (Latini, 2007).

subordinado à presidência da República. O CD teve como objetivo estudar um conjunto de pontos de estrangulamento da economia e de gargalos – sobretudo de quais setores econômicos deveriam ser priorizados ao nacionalizar a produção e fechar o mercado interno para equilibrar a balança comercial –, sendo os setores de energia e transporte identificados como os mais problemáticos. O Conselho elaborou um Plano com 30 metas para 5 setores específicos e criou grupos de estudos setoriais e grupos executivos. Estes grupos teriam a função de criar e supervisionar planos para esses setores conforme a política econômica do governo.

Em seguida, por meio de um decreto, foi instituído o Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA), um comitê para determinar as diretrizes da indústria automotiva no país, analisando, negociando, aprovando e monitorando os projetos das empresas. O plano de industrialização foi elaborado para dificultar as importações, forçando as empresas a produzirem veículos no país com um alto índice de nacionalização das peças em troca de incentivos financeiros (Shapiro, 1994).

A instalação da indústria automotiva era uma das principais propostas de Kubitschek para o crescimento econômico do país e o GEIA foi concebido a fim de estabelecer normas claras, efetivas e permanentes para que o setor tivesse a certeza de conduzir investimentos que favorecessem o crescimento econômico do país (Limonic, 1997). Além disso, o comitê fortalecia a aliança entre empresas nacionais de autopeças e o governo, ao estabelecer uma

estrutura horizontalizada para o setor automotivo brasileiro, por meio dos índices de nacionalização que as montadoras de capital estrangeiro deveriam seguir (Addis, 1997).

O GEIA controlou todo o processo e estabeleceu as bases para a instalação da indústria automotiva, protegendo, assim, o mercado interno e as empresas de autopeças. As montadoras apresentaram seus planos para a produção de veículos ao comitê, uma vez que existia o risco de não poderem mais operar no mercado interno brasileiro. Devido às normas do GEIA, elas tornaram-se dependentes dos fornecedores de autopeças, com as quais precisavam estabelecer uma relação de cooperação pautada em assistência técnica e tecnológica e no estabelecimento de contratos de longo prazo (*ibidem*).

Portanto, a implantação de plantas automotivas no país, naquele momento, beneficiava o setor de autopeças ao estabelecer uma indústria estruturada horizontalmente na qual os fabricantes de veículos eram responsáveis pela produção dos componentes principais e as empresas de autopeças pelo fornecimento dos demais itens. A estrutura foi parte de uma aliança entre os fornecedores e o governo, que se traduzia em uma relação de cooperação forçada entre o setor de autopeças e as montadoras, reféns do cumprimento das metas de nacionalização impostas pelo GEIA (*ibidem*).

O setor como um todo foi beneficiado pelo GEIA, responsável pelo primeiro grande fluxo de investimentos diretos estrangeiros relacionados à instalação de plantas automotivas no país. O GEIA ofereceu incentivos temporários que envolviam instrumentos da política econômica, como

questões cambiais, fiscais, de crédito e comerciais (Latini, 2007). Por exemplo, linhas de crédito, tarifas protecionistas, isenções fiscais, facilidades para importar máquinas e equipamentos, além de subsídios para empresas pequenas de capital nacional (Shapiro, 1994) foram aspectos constitutivos dessa política. Por outro lado, as empresas deveriam gradualmente atender ao índice de nacionalização da produção (o que favorecia o setor de autopeças), reduzir o valor dos carros e estabelecer metas de produção.

Resumidamente, de 1956 a 1959, foram estabelecidas diversas diretrizes por meio de decretos executivos para a implantação de fábricas automotivas dos seguintes segmentos de veículos: caminhões, jipes, caminhonetes, furgões, caminhões leves, carros de passeio e tratores agrícolas. O GEIA não pretendia limitar o número de fábricas instaladas no país ou escolher um campeão nacional, pois seu objetivo era estabelecer um mercado competitivo com o maior número de fábricas possível para estimular a concorrência e consolidar o setor, sem favorecer as montadoras com instalações, redes de manutenção e concessionárias no país. Os planejadores acreditavam que o mercado brasileiro se adequaria a uma estrutura oligopolista, o que ajudaria na economia de escala necessária para a indústria. Ao todo, o GEIA recebeu 30 propostas de 18 empresas para instalar suas fábricas no país, mas somente 11 passaram a produzir em território nacional.

3. Entidades empresariais automotivas

As primeiras entidades empresariais a representar os interesses do setor automotivo surgiram na década de 1950, quando a importação de peças cresceu de forma significativa e ameaçou as pequenas companhias brasileiras de autopeças que sofriam com a instabilidade cambial. A Associação Profissional da Indústria de Peças para Automóveis e Similares foi a primeira entidade do setor a surgir, em 1951, criada por algumas empresas nacionais de autopeças (Shapiro, 1994). A Associação passou a dialogar com a Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil (CEMIX)⁸⁴, e posteriormente com a Subcomissão de Jipes, Tratores, Caminhões e Automóveis⁸⁵. O objetivo era constituir-se como uma interlocutora dos interesses do setor junto ao governo, tendo em vista a difícil situação cambial que as empresas de autopeças viviam após o fim da guerra.

A Associação participou de encontros com funcionários de companhias privadas, outras associações de classe e órgãos governamentais e, de acordo com Latini (2007, p. 96), o grupo de indústria de autopeças já dispunha de “capacidade suficiente para influenciar as autoridades federais para que impedissem a

⁸⁴ A CEMIX foi criada pelo decreto-lei nº 3.293 de 21 de maio de 1941, tendo como objetivo estimular a exportação de produtos nacionais e regular as importações de produtos estrangeiros (Vianini, 2018).

⁸⁵ A Subcomissão para Fabricação de Jipes, Tratores, Caminhões e Carros foi criada em 1952 para propor estratégias voltadas a nacionalização da indústria automobilística no âmbito do CDI, estimulando a indústria de autopeças, bem como a produção interna de veículos (Shapiro, 1997; Leopoldi, 2000).

importação das peças fabricados no Brasil”. Com isso, a indústria de autopeças usou de sua influência para conseguir com que o governo elaborasse uma legislação que impedisse a importação de peças e componentes automotivos fabricados no país, promovendo a expansão das empresas de autopeças nacionais e também beneficiando montadoras cujas linhas de montagem instaladas no país funcionavam à base de kits, caso exemplar de Ford e General Motors (GM) (Vianini, 2018).

Os importadores, prejudicados pela resolução, criaram a Associação Nacional dos Importadores de Veículos, Máquinas e Peças Nacional para contestar a Resolução, e foram beneficiados pelo projeto de lei que isentava taxas de importação de equipamentos às fábricas com projetos aprovados pela Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI) (Latini, 2007). Porém, em 1953, foi aprovada a Resolução 311, que além de limitar ainda mais a importação de peças, proibiu a entrada de carros importados no país.

O setor de autopeças, com a finalidade de se transformar num órgão consultivo na idealização da industrialização automotiva, registrou no Ministério do Trabalho o Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças). A Subcomissão e a CEMIX solicitaram dados ao Sindipeças para auxiliá-las nas discussões sobre as estratégias de implementação da indústria automotiva. O Sindipeças produziu informações a respeito da capacidade das empresas em fornecer peças de qualidade e na quantidade exigida (Shapiro, 1994). Os estudos revelaram que a proteção do governo seria necessária para a manutenção dos

fornecedores internos de autopeças e a Subcomissão. A partir desses estudos, foi elaborado o Plano Nacional de Estímulos à Indústria de Autopeças e à Implantação Gradativa da Indústria Automobilística.

As principais montadoras⁸⁶, em sua maioria de capital estrangeiro e localizadas no estado de São Paulo, se reuniram, em 1955, e criaram a Associação Profissional dos Fabricantes de Tratores, Caminhões, Automóveis e Veículos Similares de São Paulo, que, no ano seguinte, registrou-se como Sindicato Nacional da Indústria de Tratores, Caminhões, Automóveis e Veículos Similares (SINFAVEA) (Lomoncic, 1997). Em 1956, foi criada a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), a entidade extraoficial das montadoras. A partir de então, SINFAVEA e ANFAVEA passaram a representar, conjuntamente, os interesses do setor e do capital transnacional, somando-se ao Sindipeças.

4. O Novo Regime Automotivo (NRA) da década de 1990

Na década de 1990, inúmeras outras ações governamentais contribuíram para impulsionar o setor, especialmente, em períodos de crise. Cabe citar a experiência das câmaras setoriais da década de 1990 e os incentivos para fabricação de carros populares; o Novo Regime Automotivo (NRA), responsável pela segunda onda de atração de plantas automotivas; e o Programa de Incentivo à Inovação

⁸⁶ Ford, General Motors, International Harvester, Vemag, Volkswagen e Willys Overland (Vianini, 2018).

Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores (Inovar-Auto), de 2012, que resultou no terceiro fluxo de investimentos estrangeiros direcionados ao país.

A década de 1990 foi marcada por um importante ciclo de investimentos do setor decorrente da desregulamentação da economia iniciada no governo de Fernando Collor de Mello e aprofundada nos governos de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. O processo de abertura econômica que caracterizou o período alavancou a implantação de novas plantas por multinacionais já estabelecidas (Volkswagen, por exemplo) no país e a chegada de novas empresas, como a PSA Peugeot-Citroën. Para o setor de autopeças nacional, o período em questão foi avassalador, uma vez que a abertura econômica acelerou a entrada dos fornecedores globais (Arbix, 2001).

Essa conjuntura responsável pelo segundo grande fluxo de investimentos automotivos para o Brasil foi conhecida como Novo Regime Automotiva (NRA) e provocou a descentralização da indústria para estados sem tradição na produção automotiva. O NRA ficou marcado também por incentivar uma “guerra fiscal” entre as federações com o intuito de atraírem investimentos diretos estrangeiros (IDEs) relacionados ao setor. Estados como o Rio de Janeiro e a Bahia, sem presença de montadoras, ofereceram diversos incentivos fiscais como forma de atrair montadoras, o que resultou, por exemplo, na implantação da Volkswagen (Resende-RJ) e da Ford (Camaçari-BA), a primeira em 1996 e a segunda em 2001.

Ao longo dos anos 2000, segundo dados da Anfavea, a indústria automotiva correspondeu a 5% no Produto Interno Bruto (PIB) do país e a 23% do PIB industrial, apesar do processo de desindustrialização em curso (ANFAVEA, 2015). Esse cenário positivo aconteceu em decorrência do bom desempenho que a economia brasileira teve entre 2004 e a metade de 2008 motivado pelo consumo doméstico. Para conter o impacto negativo da crise de 2008, o governo Lula lançou uma série de medidas anticíclicas e, entre elas, a redução da alíquota do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) para os carros como forma de incentivar a produção e o consumo (Prates, Fritz e De Paula, 2017).

Em 2011, o governo Dilma Rousseff – inicialmente, em parceria com o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e, depois, com as entidades representativas dos interesses das montadoras – iniciou a elaboração de uma nova política, dessa vez, mais claramente disposta a proteger as empresas incumbentes da crescente concorrência dos produtos importados, em sua maioria de procedência chinesa (Fligstein, 2007; Lima, 2021). Instituído pela lei nº 12.715/12 e entrando em vigor em 2013, o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores (Inovar-Auto) teve como objetivo incentivar o aperfeiçoamento tecnológico da indústria nacional por meio da concessão de crédito presumido para montadoras capazes de investir em pesquisa e desenvolvimento no país, de aumentar o conteúdo nacional na produção e, ainda, de melhorar a eficiência energética dos veículos.

A grande novidade do Inovar-Auto foi proteger a indústria automotiva instalada no país ao instituir uma cota anual de importação para as montadoras que não tivessem plantas no Brasil, e uma sobretaxa de 30% do IPI, caso essa cota fosse extrapolada (Lima, 2021). Esse “Super IPI” nasceu de uma articulação das empresas incumbentes (principalmente Volkswagen, Ford, General Motors e FIAT) representadas pela Anfavea como forma de frear a entrada dos importados e enfraquecer especialmente as empresas desafiantes chinesas que começavam a ingressar no mercado nacional. Essas empresas se faziam representar por entidades emergentes, como a Associação Brasileira das Empresas Importadoras e Fabricantes de Veículos Automotores (Abeifa) (*ibidem*).

Como consequência, uma nova onda de investimentos movimentou o setor automotivo até a Organização Mundial do Comércio (OMC) condenar o Brasil por prática de protecionismo, justamente por instituir um valor de IPI aos veículos importados que seria superior àqueles fabricados no país, o que antecipou o encerramento do programa. Anfavea e Sindipeças, contudo, se movimentaram nos bastidores para que o governo de Dilma, em 2016, antes do processo de impeachment que derrubou a presidenta, assegurasse a continuidade dos benefícios ao setor.

Quadro 3: Principais multinacionais nos três ciclos de investimento

<i>Firstcomers</i> (até a década de 1980)	<i>Latecomers</i> (segunda metade da década de 1990 e final dos anos 2000)	<i>Newcomers</i> (após 2012)
FIAT	Honda	Audi
Ford	PSA Peugeot-Citroën	BMW
General Motors	MAN Latin America	Jaguar Land Rover
Toyota		Nissan
Volkswagen		

Fonte: elaboração própria a partir de Lima (2021) e Shapiro (1997)

5. A criação do Programa Rota 2030 – Mobilidade e Logística

Nos últimos anos, a indústria automotiva vem passando por mudanças motivadas por questões relacionadas à mobilidade elétrica, à tecnologia de conectividade e ao desenvolvimento dos carros autônomos (Norton, 2023). Esse triângulo disruptivo vem promovendo mudanças na relação entre essa indústria e outros atores que integram o ecossistema do setor, tais como fornecedores, acionistas, trabalhadores e clientes. Nesse sentido, as estratégias de investimentos de novos produtos precisam cada vez mais considerar como será a relação de uso dos clientes com os carros e como esses serão desenvolvidos.

Diante deste cenário, as multinacionais têm optado por direcionar seus investimentos a unidades localizadas em regiões que proporcionam o melhor retorno financeiro com um menor custo. O Brasil sempre foi visto como um mercado com grande potencial de vendas, tanto que, no início de 2011, ocupava a quarta posição no mercado global de veículos. Porém, o crescimento no volume de vendas decorreu especialmente do aumento no volume das importações, fato que acendeu um alerta para a Anfavea, preocupada com o desequilíbrio entre produção externa e interna.

O Programa Inovar-Auto já refletia essa preocupação da entidade e de suas associadas. Antes do anúncio do seu fim, iniciou-se uma movimentação a favor da elaboração de um novo programa ou plano junto ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) e ao Ministério da Fazenda que pudesse viabilizar o aumento no volume das vendas e impulsionar novos investimentos nas plantas instaladas no país.

A Anfavea e o Sindipeças defendiam uma agenda que proporcionasse previsibilidade com relação ao que o governo esperava do setor e estímulos para a indústria de autopeças para que as empresas nacionais conseguissem minimamente acompanhar as mudanças tecnológicas que movimentavam a indústria global (Mantoan, 2016). Neste sentido, a Anfavea buscou interceder junto ao MDIC e iniciou as discussões referentes ao plano de substituição ao Inovar-Auto. A ideia, segundo Antônio Megale⁸⁷, então presidente da Anfavea, era

⁸⁷ Presidente da Anfavea entre 2016 e 2019.

construir “o futuro do setor automotivo” tendo como base uma agenda com previsibilidade de 30 anos (Olmos, 2017a).

A abertura das discussões sobre o novo ciclo de políticas para o setor automotivo aconteceu no segundo trimestre de 2017. Em uma cerimônia para Anfavea, Sindipeças e Abeifa, o então titular do MDIC, Marcos Pereira, apresentou um esboço com os fundamentos do programa, que recebeu o nome de Programa Rota 2030 - Mobilidade e Logística. A proposta era que tivesse a duração de 15 anos, com 3 ciclos de desenvolvimento, deixando assim de ser um plano de governo, que segue os ciclos de gestão política, que compreende apenas 4 anos, para se tornar, na visão do setor automotivo e do MDIC, uma política de Estado que daria previsibilidade aos investimentos das empresas, como defendeu Igor Calvet, então secretário de desenvolvimento e competitividade industrial:

O entendimento hoje desse ministério, em especial, e do governo, mais amplamente, é de que nós não conseguiremos fazer ou pensar em indústria e fazer política industrial em ciclos muito pequenos porque as decisões empresariais, em geral, são tomadas em ciclos mais longos [...] (Auto Esporte/Reuters, 2017).

Por meio da portaria nº 516/2017, o MDIC criou um grupo interministerial que recebeu o nome de Grupo de Alto Nível Rota 2030 Mobilidade Logística (GAN 2030). As discussões tinham previsão de duração de quatro ou cinco meses para que os últimos meses do ano fossem destinados às

regulamentações e a política pudesse entrar em vigor no início de 2018. A ideia defendida pelo MDIC era aproveitar, no texto do Rota, as cláusulas do Inovar-Auto que não tinham sido condenadas pela OMC e debater as principais questões da indústria automotiva, bem como um caminho para aumentar a competitividade do setor (Moreira, 2017).

Os ministérios e outras instituições oficiais que compuseram o GAN 2030 foram: MDIC; Fazenda; Planejamento; Ciência, Tecnologia e Comunicação; além do Ibama, Denatran, Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Itamaraty (Rittner, 2017a). As discussões para elaboração do texto foram divididas nos seguintes grupos de trabalho (GT) temáticos: reestruturação da cadeia de autopeças P&D; eficiência energética e novas tecnologias; segurança veicular; produção em baixos volumes e estrutura de custos para integração competitiva. Os GTs contaram com a participação de entidades representativas do setor automotivo, do governo, dos trabalhadores e do setor de educação.

Depois de mais de cem reuniões dos GTs, que ocorreram na Anfavea, no MDIC e no BNDES, entre abril e novembro de 2017, o então ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, passou a defender a revogação de todos os incentivos fiscais tradicionalmente concedidos ao setor (Simão, 2017). O governo Temer, naquele momento, priorizava a aprovação das reformas econômicas como forma de equilibrar as contas públicas e de retomar o crescimento econômico, e

entendia que o Rota 2030 e qualquer política de renúncia fiscal ao setor automotivo não contribuíam com a meta de redução do déficit público (Olmos, 2018a). O Ministério da Fazenda então passou a dificultar a aprovação do Rota 2030 no Congresso, atrapalhando as pretensões do MDIC e da Anfavea de iniciar o ano de 2018 com o novo programa já promulgado.

As negociações com objetivo de resolver o impasse continuaram entre os meses de março e abril de 2017, envolvendo representantes da indústria e do governo. Com a saída de Henrique Meirelles do Ministério da Fazenda para disputar a eleição para presidente da República, o novo ministro, Eduardo Guardia, até então secretário-executivo da pasta, informou que o Rota 2030 estava travado por falta de consenso a respeito das isenções fiscais e que não havia um prazo para o encerramento das negociações (Graner e Pupo, 2018). Para o Ministério da Fazenda, o setor já era beneficiado com a alíquota de 35% de imposto sobre a importação e o momento seria de revisão dos gastos relacionados à concessão de incentivos fiscais.

As montadoras argumentavam que estavam tendo prejuízos e, dessa forma segundo Rittner (2018a), o MDIC propôs que “créditos tributários concedidos às empresas do setor em troca de investimentos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico poderiam ser usados no abatimento, por três anos, de qualquer imposto federal”. Os constantes adiamentos do lançamento do Rota 2030 desagradavam as multinacionais, que entendiam que a falta de regras claras dificultava a realização de investimentos por suas

matrizes nas filiais brasileiras (Rittner, 2018b). Por outro lado, o impasse tendia a favorecer os importadores de automóveis, que viam suas vendas crescerem. Os presidentes do Sindipeças e da Anfavea avaliavam que, sem novas regras, produtos sem qualidade e com preços baixos tenderiam a dominar o mercado brasileiro, além de direcionar os futuros investimentos das matrizes a economias mais competitivas, isto é, com maior oferta de incentivos (Rodrigues, 2018), pois, sem os incentivos concedidos pelo programa, não seria lucrativo para algumas montadoras continuarem operando no país. Segundo Carlos Eduardo Gonçalves Cavalcanti, esse era o caso, por exemplo, da Jaguar Land Rover:

Enfim, que aí na hora que você encerra o plano, o cara fala “bom e agora o que eu faço? Como é que eu desenrolo esse elefante que eu tenho na mão cuja escala é pequena, não produzo, é uma escala baixa, tudo bem que eu atendo um público diferenciado, mas ainda assim talvez essa escala não seja para mim, nas minhas condições, mundo afora, não seja a mais relevante. E então aí os meus projetos mais de vanguarda eu não trago para cá, eu deixo lá fora, onde eu tenho escalas maiores ainda que pequenas, mas significativamente maiores do que no país” [...]. (Carlos Eduardo Gonçalves Cavalcanti - Assessor Econômico do Sindipeças. Entrevista concedida em 23/04/2021).

A pressão da Anfavea e do Sindipeças obrigou o governo a desenhar uma solução para o impasse em torno dos incentivos fiscais ao passo que as montadoras decidiram

apresentar cronogramas de investimentos para modernização, renovação das linhas de produtos e expansão, mesmo sem a definição do Rota, o que agradou a ala governista (Olmos, 2018e). A renovação dos benefícios fiscais via Rota 2030 acabou sendo firmada entre o setor e o governo Temer. O programa então foi instituído por meio da medida provisória nº 843/2018 e passou a incluir os seguintes incentivos: concessão de créditos tributários de 10,2% abatidos de Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre Lucro Líquido a partir de 2019 para as empresas que investissem em P&D; redução imediata do IPI na faixa entre 7% e 20% para veículos híbridos e elétricos, à depender do modelo; veículos a combustão que cumprissem metas de eficiência energética após 2023 teriam redução no IPI de 1% a 2%, bem como isenção da alíquota do imposto de importação para peças não produzidas no país (Pupo, Araújo, Jubé, 2018b).

Segundo a Exposição de Motivos (EMI) nº 00028/2018, enviada ao presidente Temer e que posteriormente seria encaminhada ao Congresso junto com a MP do Rota 2030, a medida provisória se tratava de uma norma com força de lei, com tramitação no legislativo dentro de 120 dias, entrando em vigor após sua publicação no Diário Oficial da União. Segundo a EMI nº 00028/2018 MDIC MF,

(...) a ausência de uma política em vigor pode acarretar em diversos riscos para a indústria automotiva nacional, como a indefinição quanto a novos investimentos na modernização das linhas de produção e em pesquisa e

desenvolvimento, a ausência de regramentos claros de mercado relacionados a metas globais de eficiência energética e desempenho estrutural e tecnologias assistivas à direção, aumentando o "gap" tecnológico e competitivo com os principais mercados globais e restringindo no País a expansão de novos postos de trabalhos qualificados na indústria automobilística (Brasil, 2018, p.4) .

6. A articulação Estado/empresariado na consolidação da indústria automotiva no Brasil

O desenvolvimento do setor automotivo historicamente contou com um forte engajamento do Estado, do empresariado nacional e do empresariado estrangeiro. O Estado entrou como coordenador do processo, definindo as regras de entrada das multinacionais, que dominaram a produção automotiva nacional. Ao empresariado nacional coube controlar o setor de autopeças, panorama vigente até a abertura comercial da década de 1990 que, como já salientado, implodiu a maioria das empresas nacionais a partir da entrada das grandes fornecedoras globais. A partir desse momento, empresas nacionais de autopeças foram vendidas, acabaram indo à falência ou foram adquiridas pelo capital internacional.

Nesse sentido, podemos destacar de forma breve no quadro a seguir objetivo do empresariado com os regimes automotivos:

Quadro 4: Regimes automotivos pós década de 90

Fonte: elaboração própria baseado em Arbix (1997) e Lima (2021)

Câmara Setorial	Novo Regime Automotivo	Inovar Auto	Rota 2030
Redução nas alíquotas do IPI e imposto sobre circulação de mercadorias e serviço	Aumento das alíquotas de importação	Aumento do IPI para carros importados	Aumento dos incentivos para P&D

7. Considerações Finais

Apesar de o Rota 2030 ter sido apresentado por representantes do setor, do governo e da mídia como uma política industrial que pretendia acompanhar a disrupção que estava acontecendo na indústria automotiva global, ele não é visto por especialistas do setor como uma política industrial. Isso porque o programa não teve o objetivo claro de promover uma direção para o setor com relação ao novo modelo de mobilidade que vem se colocando em função da agenda da transição energética. Indiscutivelmente, procurou definir alguns marcos a respeito da segurança veicular e da eficiência energética para os carros a combustão, além de estender o prazo de incentivos para determinadas regiões e para utilização de créditos tributáveis adquiridos durante o Inovar-Auto. Contudo, conforme as atas das reuniões que o antecederam indicam, o texto que o norteia não contou em sua elaboração

com uma participação mais ampliada dos trabalhadores, enquanto o Sindipeças, a Anfavea e o governo foram bastante proativos. O mesmo se deu com diversos programas que, elaborados desde que se projetou uma indústria automotiva nacional, sua construção respondeu a demandas bastante específicas.

A participação dos sindicatos dos trabalhadores durante o processo de elaboração do texto do Rota 2030 somente aconteceu por pressão do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, e ficou restrita a dois grupos de trabalho, mas o texto enviado para apreciação no Congresso não contava com diretrizes para geração e manutenção de empregos, pauta dos trabalhadores. A estes restou exercer pressão junto aos parlamentares para que aprovassem ementas relacionadas ao tema “trabalho”, que foram sugeridas durante a Comissão Mista do Congresso, responsável por avaliar a medida provisória de implementação do Rota 2030.

O processo de elaboração do Rota 2030 foi permeado por impasses até finalmente ter sua lei sancionada pelo presidente no final de 2018. Em um primeiro momento, um pouco antes de o texto seguir para a apreciação no Congresso, esses impasses eram entre o Ministério da Fazenda e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio Exterior e Serviços, que, nesse caso, estava representando os interesses das empresas do setor. Os impasses eram, sobretudo, a respeito do valor da desoneração fiscal que o governo poderia oferecer. Em um segundo momento, quando o texto já estava tramitando no Congresso, surgiu a questão da prorrogação de incentivos

para região norte, nordeste e centro-oeste do país. Nesse segundo caso, o impasse foi entre as montadoras, isto é, aquelas que defendiam a extensão do prazo e as que eram contrárias por acreditarem representar uma competição desleal.

Diante dessas circunstâncias, a sanção do Rota 2030 significou uma vitória para o setor automotivo, especialmente para as empresas mais tradicionais, isto é, europeias, japonesas e norte-americanas, representadas pela Anfavea e resistentes à entrada das chinesas, aglutinadas em torno da Abeifa. Além disso, como a intenção da indústria automotiva era aumentar o tempo de concessão dos incentivos para Pesquisa e Desenvolvimento e não perder os créditos tributáveis já alcançados, com a iminência de uma condenação da Organização Mundial do Comércio a sanção do texto do Rota 2030 cumpriu com esses objetivos. O empresariado automotivo também se revelou um ator social habilidoso (Fligstein, 2007) no processo decisório de elaboração de um regime automotivo para o setor, por sua enorme capacidade de pressionar e influenciar tanto o Legislativo quanto o Executivo para que suas demandas fossem atendidas. Isso aconteceu a partir das inúmeras reuniões envolvendo Anfavea, Sindipeças e representantes dos poderes Executivo e Legislativo, bem como de declarações dadas à imprensa.

Conclui-se, portanto, que, historicamente, o grupo de empresas incumbentes vem, década após década, exercendo forte influência sobre os processos decisórios relacionados à presença e atuação desse importante setor industrial no Brasil. É nesse sentido que suas mais emblemáticas associações,

nascidas ainda na década de 1950, quando o Estado brasileiro discutia as bases do desenvolvimento dessa indústria, vêm atuando e se apropriando de agendas como a da transição energética para assegurar a manutenção dos seus interesses. A Anfavea, e sua enorme capacidade de dialogar com governos liberais e desenvolvimentistas, talvez seja o melhor exemplo do poder que as entidades patronais se acostumaram a ter no âmbito da elaboração das políticas setoriais no Brasil.

Referências bibliográficas

ADDIS, C. Cooperação e desenvolvimento no setor de autopeças. In: ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, Mauro (orgs.) **De JK a FHC: a Reinvenção dos carros**. São Paulo: Scritta, 1997. .

ANFAVEA. **Anuário da Indústria Automobilística Brasileira**. São Paulo, 2015. Disponível em: <https://anfavea.com.br/anuario2015/Anfavea_2015.pdf> Acesso em: 02/04/2023.

ANFAVEA. **Sector automotivo apresenta ao Governo os pilares para a construção da indústria do futuro até 2030**. ANFAVEA, São Paulo, 25/04/2017. Disponível em: <<https://anfavea.com.br/docs/25.04.17>> Acesso em: 23/10/2020.

ARAÚJO, C., PUPO, F. e JUBÉ, A. **Por prazo eleitoral, Temer quer definição sobre o Rota 2030 hoje**. Valor Econômico, Brasília. 05/07/2018a. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2018/07/05/por-prazo-eleitoral-temer-quer-definicao-sobre-rota-2030-hoje.ghtml>> Acesso em 23/02/2022.

ARAÚJO, C., PUPO, F. e JUBÉ, A. **Rota 2030 concede R\$ 1,5 bi a montadoras**. Valor Econômico, Brasília. 05/07/2018. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2018/07/06/rota-2030-concede-r-15-bi-a-montadoras.ghtml>> Acesso em 23/02/2022.

ARBIX, G. A. T. **Uma aposta no futuro: os três primeiros anos da Câmara Setorial da Indústria Automobilística e a emergência do Mesocorporativismo no Brasil**. 1995. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995. doi:10.11606/T.8.1995.de-18042022-172721. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-18042022-172721/pt-br.php>>. Acesso em: 2022-12-02.

ARBIX, G. Desenvolvimento regional e guerra fiscal entre estados e municípios no Brasil. In: GUIMARÃES, Nadya A.; MARTIN, Scott. **Competitividade e desenvolvimento: atores e instituições locais**. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

ARBIX, G. **Guerra Fiscal e Competição Intermunicipal por Novos Investimentos no Setor Automotivo Brasileiro**. Dados – Revista de Ciências Sociais, v. 43, 2000.

ARBIX, G. Social-democracia sem concentração? **Novos Estudos Cebrap**, nº43, novembro de 1995. Disponível em: <https://novosestudos.com.br/produto/edicao-43/>. Acesso em: 23/1/2023

CORONEL, D. A.; AZEVEDO, André F. Z. de; CAMPOS, A. C. Política industrial e desenvolvimento econômico: a reatualização de um debate histórico. **BrazilianJournalofPoliticalEconomy**, v. 34, p. 103-119, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/hQnhpRSttpcPdn9VXJTJfWM/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 15/05/2021.

FLIGSTEIN, N. Habilidade social e a teoria dos campos. **Rev. adm. empres.** [Online]. 2007, vol.47, n.2, pp.61-80. ISSN 0034-7590.

FLIGSTEIN, N., DAUTER, L. A Sociologia dos mercados. **Caderno CRH**, v. 25, n. 66, p. 481-504, 2012 (artigo originalmente publicado em 2007 na Annual Review of Sociology). <https://doi.org/10.1590/s0103-49792012000300007>.

GIDDENS, A.; SUTTON, P. **Conceitos essenciais de Sociologia**. 2ed. São Paulo: Editora Unesp, p.43 a 72, 2017.

GOV. BR. Em SP, Marcos Pereira diz que política industrial deve ser de Estado e não de governo. Invest e export Brasil, Guia de Comércio Exterior e Investimento, Brasília, 5/05/2017. Disponível em <http://www.investexportbrasil.gov.br/em-sp-marcos> Acesso em: 22/07/2021.

GOV.BR. O Governo quer tornar a indústria automotiva brasileira competitiva globalmente, diz Marcos Pereira. Secretaria Especial do Comércio Exterior e Assuntos, Brasília, 10/11/2016. Disponível em: <https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-externor/pt-br/assuntos/noticias/mdic/governo-quer-tornar-a-industria-automotiva-brasileira-competitiva-globalmente-diz-marcos-pereira> Acesso em: 23/10/2020.

GRANER, F.; PUPO, F. Guardia defende revisão completa da estrutura do gasto tributário. Valor Econômico, São Paulo. 11/04/2018. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2018/04/11/guardia-defende-revisao-completa-da-estrutura-do-gasto-tributario.ghtml>> Acesso em: 22/05/2022.

JAIIME, P. O empresariado e a questão social: apontamentos para a interpretação de um novo associativismo empresarial no Brasil. **Revista de Administração Pública-RAP**, v. 39, n. 4, p. 939-976, 2005. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/2410/241021497006.pdf>> Acesso em: 22/10/22.

LATINI, S. **A implantação da indústria automobilística no Brasil**: da substituição de importações ativa à globalização passiva. São Paulo: Alaúde Editorial, 2007.

LEOPOLDI, M. A. P. **Política e interesse na industrialização brasileira**: As associações industriais, política econômica e o Estado. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LIMA, R. J. da C.; SANTOS, R. C. dos. Forjando a política automotiva brasileira: incumbentes e desafiantes na construção do programa Inovar-auto. **Revista Pós-Ciências Sociais**, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 355–380, 2021. DOI: 10.18764/2236-9473.v18n2p355-380.

LIMONCIC, F. **A civilização do automóvel**: a instalação da indústria automobilística no Brasil e a via brasileira para uma improvável modernidade fordista 1956-1961. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

MANTOAN, V. Novo presidente da Anfavea diz esperar manter interlocução com governo. Valor Econômico, São Paulo, 25/04/2016.

MINAYO, M. C. de S. (Org). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

NORTON, P. **Autonorama**: uma história sobre carros “inteligentes”, ilusões tecnológicas e outras trapaças da indústria automotiva. São Paulo: Autonomia Literária, 2023.

OLMOS, M. “Solução intermediária” para o Rota 2030 desagrada montadoras. Valor Econômico, São Paulo, 26/04/2018e. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/coluna/solucao-intermediaria-para-rota-2030-desagrada-montadoras.ghtml>>. Acesso em: 29/01/2022.

OLMOS, M. Otimismo e incertezas nas linhas de montagem. Valor Econômico, São Paulo, 08/01/2018a. Disponível em: <<https://valor.globo.com/empresas/coluna/otimismo-e-incertezas-nas-linhas-de-montagem.ghtml>> Acesso em 29/01/2022.

OLMOS, M. Venda de veículos cai em abril, mas Anfavea crê em “estabilização”. Valor Econômico, São Paulo, 5/05/2017a. Disponível em: <<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2017/05/05/venda-de-veiculos-cai-em-abril-mas-anfavea-cre-em-estabilizacao-1.ghtml>> Acesso: 22/01/2022.

PEDRONI, M. O. **A chegada da Fiat no Brasil**: uma nova entrante no oligopolizado mercado automobilístico brasileiro (1970 a 1973). [s.l.] Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/22874>> Acesso em: 16/05/2021.

PRATES, Daniela M.; FRITZ, Barbara; DE PAULA, Luiz Fernando. Uma avaliação das políticas desenvolvimentistas nos governos do PT. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 12, n. 21, p. 187-215, 2017. Disponível em: https://www.ie.unicamp.br/images/arquivos/Artigo_CSF.pdf. Acesso em: 16/03/2023.

REDAÇÃO AB. Montadoras apresentam sua visão da Rota 2030. Automotive Business, São Paulo, 25/04/2017. Disponível em: <<https://www.automotivebusiness.com.br/noticia/25690/montadoras>> Acesso em: 20/07/2021.

RELATÓRIO GRUPO 2 – P&D – novo ciclo política automotiva., 2017, SL, Relatório do Grupo 2 18/04/2017. Ministério da Economia. Acesso em 13/05/2022.

REUNIÃO DO GRUPO 1, 2017, Brasília: Relatório Grupo de trabalho 1 (Rota 2030) 29/03/2017. Ministério da Economia. Acesso em 13/05/2022.

REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO 6 – Estrutura de Custos para Integração Competitiva, Brasília, memória reunião GT 6 - novo ciclo da política automotiva - 29/03/2017. Ministério da Economia. Acesso em 13/05/2022.

REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO 6 – Estrutura de Custos para Integração Competitiva – 3ª reunião, Brasília, memória reunião GT 6 - novo ciclo da política automotiva - 18/04/2017. Ministério da Economia. Acesso em 13/05/2022.

AUTO ESPORTE/REUTERS. Rota 2030 vai substituir o Inovar-Auto com foco em tecnologia e competitividade. Canal Dana. 19/04/2017. Disponível em: <https://dana.com.br/canaldana/2017/04/20/rota-2030-vai-substituir-o-inovar-auto-com-foco-em-tecnologia-e-competitividade/>. Acesso em: 15/01/2021.

RITTNER, D. Novo regime automotivo estabelece metas até 2030. Valor Econômico, São Paulo, 18/04/2017a. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/coluna/novo-regime-automotivo-estabelece-metas-ate-2030.ghtml>> Acesso em: 6/09/2021.

RITTNER, D. Rota é adiado de novo; GM diz que fica difícil explicar à matriz. Valor econômico, Brasília, 12/04/2018b. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/coluna/rota-2030-e-adiado-de-novo-gm-diz-que-fica-dificil-explicar-a-matriz.ghtml>> Acesso em: 31/05/2021.

RODRIGUES, L. Impasse em programa do governo preocupa montadoras. Estado de Minas, Belo Horizonte. 18/04/2018. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2018/04/18/internas_economia,952435/impasse-em-programa-do-governo-preocupa-montadoras.shtml> Acesso em: 22/07/21

SHAPIRO, H. A primeira migração das montadoras: 1956-1968. In: ARBIX, Glauco e ZILBOVICIUS, Mauro (orgs.) **De JK a FHC: a Reinvenção dos carros**. São Paulo: Scritta, 1997, p. 24.

SHAPIRO, H. **Engines of Growth: The State and Transnational Auto Companies in Brazil**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

SIMÃO, E. Reunião tenta solucionar novo regime automotivo. Valor Econômico, São Paulo, 21/12/2017. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2017/12/21/reuniao-tenta-solucionar-novo-regime-automotivo.ghtml>> Acesso em: 20/10/2020.

VIANINI, F. M. N. **Planejando a ultrapassagem**: políticas industriais e setor automotivo no Brasil e na China. 2018. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/8236/1/fernandomarcusnascimentovianini.pdf>. Acesso em: 20/06/2021.

Entrevistas:

CAVALCANTI, C. E. G. Entrevista concedida a Raphael Jonathas da Costa Lima - professor da Universidade Federal Fluminense (RJ) - no dia 24 de abril de 2021 via google meet.

Capítulo 13

“Eu tenho medo de no futuro tudo isso virar empresa”: Lutas pelo direito comum ao mar e processos de desapropriação na Baía de Sepetiba

Jorge Carlos Dias de Sousa Junior⁸⁸
Valter Lúcio de Oliveira⁸⁹

1. Introdução

Em dezembro de 2021, através de matérias de jornais, moradores da Baía de Sepetiba (RJ) foram surpreendidos com a notícia da implementação de 4 termelétricas flutuantes em água e 36 torres de transmissão ao longo da costa do município de Itaguaí e do bairro de Santa Cruz, pertencente à cidade do Rio de Janeiro. Sob a responsabilidade da empresa turca Karpowership, o processo que culminou com a instalação do megaempreendimento se deu sem nenhuma forma de consulta prévia ou audiência pública junto à população envolvida e afetada, que em sua maioria são pescadores artesanais e

⁸⁸ Jorge Carlos Dias de Sousa Júnior é formado em Sociologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre em Sociologia pelo PPGS/UFF. Tem experiência na área de sociologia rural, com ênfase em conflitos socioambientais. E-mail: jorgedias@id.uff.br.

⁸⁹ Valter Lúcio de Oliveira é professor do PPGS/UFF. Tem experiência na área de sociologia rural e ambiental. E-mail: valteroliveira@id.uff.br

marisqueiras. Também chama atenção a forma açodada com que todo o processo se deu, além da falta de apresentação pela empresa de documentos e estudos prévios para a obtenção do licenciamento ambiental no Brasil, como o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).

A partir de tal constatação, o presente trabalho visa analisar a implementação dessas termelétricas na baía de Sepetiba, colocando acento na forma como as comunidades tradicionais da região estão sendo afetadas e manifestando suas perspectivas acerca do empreendimento. O trabalho também tem a finalidade de analisar o polêmico processo de licenciamento ambiental que autorizou a sua implementação. A análise em questão parte da constatação de que se está em curso um processo de apropriação privada do território e dos seus recursos naturais de usos comuns em que atores sociais, como pescadores e marisqueiras, são invisibilizados e têm seus meios de produção e reprodução social colocados em risco.

A pesquisa empírica que embasa este capítulo teve início no dia 12 de abril de 2022, por meio de um trabalho de campo na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) durante a Comissão de Saneamento da casa. Neste caso, a ordem do dia era justamente a implementação das termelétricas e seu licenciamento: "Discussão da instalação de 4 termelétricas a gás sobre balsas na baía de Sepetiba e de 36 torres temporárias de linha de transmissão de energia de 138 Volts.". A audiência contou com a presença de pescadores e marisqueiras que reivindicavam seu direito à pesca e se posicionavam contra a implementação junto a pesquisadores e

ambientalistas, três deputados estaduais, representantes do Instituto Estadual de Meio Ambiente (INEA) e da empresa Karpowership. Foi observado pelos deputados que aquele evento não consistia em uma audiência pública stricto sensu e não tinha a prerrogativa de deliberar sobre os rumos do empreendimento, porém serviu como meio de expor as denúncias relativas à falta de participação e violação de direitos socioambientais.

A principal denúncia, vinda dos pescadores, marisqueiras e pesquisadores presentes, foi a falta de estudos de impacto sinérgico, ou seja, uma avaliação de como o novo empreendimento afetaria e se somaria a outros impactos ambientais já existentes na baía. A constituição de um território entregue e dominado pelos interesses privados promove ali uma “zona de sacrifício”. Ou seja, uma região de acumulação capitalista onde também se acumulam diversos problemas de caráter socioeconômico e ambiental; ou ainda uma zona em que as normas e regras geradas pelo poder público podem ser burladas e relativizadas. Os licenciamentos de megaprojetos incidentes na Baía de Sepetiba estão envoltos em polêmicas e violações, como por exemplo a TKCSA, que durante anos funcionou sem Licença Operação (LO), operando até 2016 por meio de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC)⁹⁰ e que não evitou que o empreendimento produzisse graves danos

⁹⁰ Disponível em: <https://diplomatie.org.br/renovacao-da-licenca-da-ternium-exclui-a-populacao-e-ignora-violacoes-ambientais/#:~:text=De%20forma%20recorrente%2C%20a%20popula%C3%A7%C3%A3o,monitorar%20sua%20emiss%C3%A3o%20de%20gases.>

ambientais como o caso das duas “chuvas de prata” ocorridas no Bairro de Santa Cruz.

Foram, ainda, realizados trabalhos de campo mais longos, dessa vez no bairro de Santa Cruz, principalmente nas regiões da Colônia de pescadores Z15, na “Reta do João XXIII”, Pedra de Guaratiba e no município de Itaguaí, junto a pescadores e marisqueiras valendo-se, sobretudo, de entrevistas e observação direta. A partir disso, emergiram questões relacionadas ao futuro da pesca na baía, à gestão comum da Baía de Sepetiba por aqueles que vivem da pesca, aos processos de desapropriação de seus territórios e aos efeitos da desregulação e poluição ambiental nas práticas das populações afetadas.

As reflexões aqui introduzidas serão abordadas em duas partes principais. A primeira seção será uma breve etnografia da audiência da Alerj que ocorreu no dia 12 de abril de 2022, com foco em algumas falas centrais e incluindo um debate sobre o licenciamento das termelétricas, seus mecanismos e as suas estratégias. Na seção seguinte, analisaremos a atuação das empresas junto à construção da Baía de Sepetiba como uma “zona de sacrifício”, limitando a investigação apenas a dois processos de violação de direitos socioambientais na região: poluição e limitação das zonas de pesca. Para isso, incluímos alguns relatos e partes das entrevistas feitas com pescadores artesanais e marisqueiras durante o campo, enfatizando a relação desses com os processos de desapropriação de seus territórios. Na conclusão e de forma breve, evidenciamos a principal hipótese do trabalho:

a de que é possível pensar a dinâmica verificada na região a partir da noção de “empreendimento único”.

2. Empreendimento único: a potencialização do econômico e da destruição

O imbricamento de diversos megaempreendimentos que geram, por sua vez, diversos efeitos e conflitos socioambientais, constitui um processo que não deve ser analisado de forma isolada, se detendo nas suas estratégias e objetivos individualmente. Nesse sentido, parece adequado pensar analiticamente em termos de um “empreendimento único”. Ou seja, reconhecer a indissociabilidade dos processos e sua continuidade em uma espécie de rede de implementação de novos projetos e violações ambientais.

Nesse sentido, pretendemos aqui, analisar essas violações a partir do entendimento de que a Baía de Sepetiba é um espaço comum ou, como vão concluir alguns autores, um espaço que guarda “o comum”. Este se traduz em bens materiais e imateriais incorporados e apropriados de forma coletiva por muitos que ali vivem (Dardot, Laval, 2016; Malerba, 2019; Federici, Caffentzis, 2020). Assim, esses bens, observa Malerba (2019), não possuem características intrínsecas à sua natureza, na realidade devem ser entendidos como processos em que as sociedades têm constituído historicamente. Os pescadores afirmam, nesse sentido, que as empresas enxergam os recursos como uma propriedade delas, com uso ilimitado e não como algo que é compartilhado entre

aqueles que sempre viveram daqueles bens e promoveram uma gestão comum do mar e dos rios.

2.1 O acúmulo de violações ambientais na Baía de Sepetiba em dois momentos: o caso Ingá Mercantil e o caso Karpowership

O acúmulo de violações ambientais na Baía de Sepetiba foi um dos principais pontos levantados por pescadores durante a audiência, quando exigiram alguma avaliação de impacto sinérgico das termelétricas na região. Essa exigência tem como pano de fundo décadas de conflitos socioambientais que envolvem vários outros megaprojetos incidentes e poluentes na baía. São exemplos de empreendimentos e indústrias implantados na baía a Companhia Ingá Mercantil, o porto de Itaguaí, o caso da Ternium, a antiga ThyssenKrupp e a Companhia Siderúrgica do Atlântico Sul (CSA). Aqui são abordados apenas o caso da Companhia Ingá Mercantil e o caso mais recente das termelétricas da Karpowership.

2.1.1 O caso Companhia Ingá Mercantil

O caso da Companhia Ingá Mercantil é, historicamente, um dos mais conhecidos casos de violações ambientais, tendo seus efeitos sentidos há mais de 40 anos na região. A companhia processava minério para a produção de zinco para a metalurgia, produzindo um terço do material do Estado do Rio de Janeiro (Leite Lopes *et al*, 2004). No final dos anos 1990, a

empresa foi responsabilizada pelo evento conhecido como “maré vermelha” no mar de Sepetiba devido ao vazamento de um dique que continha lama poluída com toneladas de rejeitos. Segundo estudos mais recentes⁹¹, os efeitos na atualidade são o acúmulo desses metais no solo e subsolo da baía.

Dez anos após a falência da Companhia Ingá Mercantil, em 1998, a siderúrgica Usiminas adquiriu o direito sobre a área onde se instalava a antiga empresa, assim com a responsabilidade pela recuperação ambiental da região. Mesmo após décadas do acontecido e com uma liminar do Ministério Público determinando a indenização⁹² de um salário mínimo por semana para pescadores da região, o vazamento ainda não foi completamente controlado. Metais pesados continuam, portanto, sendo acumulados na baía, sobretudo após grandes chuvas que carregam o material para os rios e para o mar. Vale apontar que os interlocutores dessa pesquisa, muitos deles filhos e netos de pescadores, não conhecem qualquer pessoa que tenha recebido a indenização por esse passivo ambiental.

Quando questionados sobre a poluição causada pelas empresas, o maior temor dos moradores era de que esse material “subisse” do fundo do mar poluindo ainda mais as águas da região em meio às obras de novos empreendimentos

⁹¹ Disponível em: https://oeco.org.br/reportagens/1492-oeco_15581/ .
Acesso em: 20/01/2022

⁹² Informação presente em:
<http://verbetes.cetem.gov.br/verbetes/ExibeVerbete.aspx?verid=25>. Acesso em 20/01/2022.

que implicavam a dragagem na “boca do rio”⁹³. Não sendo um processo diretamente ligado à poluição, as dragagens, além de dificultarem a passagem de embarcações de pescadores, acabavam por mover todo aquele material depositado no fundo do mar. Sobre a expansão do Porto de Itaguaí e o processo supracitado:

Embora a ampliação do porto não seja percebida pelos entrevistados como atividade poluidora em si, acaba tendo esta conotação na medida em que as dragagens, necessárias para o aumento do calado que atenderá ao novo porto, deixam em suspensão na água marinha os sedimentos poluentes depositados durante décadas no fundo (Leite Lopes *et al*, 2004, p.46).

Muitos pescadores, cientes de tais danos, coletam amostras de água em períodos de maior poluição com o objetivo de obter provas das violações ambientais promovidas pelas empresas, tornando-se verdadeiros “fiscais da natureza” (ibidem, p.26). Além do mais, como bem observam Acselrad, Campello e Bezerra (2009), a poluição não é um fato dado e cabe aos sujeitos sociais reconhecê-lo naquilo que os autores vão definir como “sensibilidade à poluição industrial”:

É uma totalidade expressiva, uma vez que se evidencia no plano das relações sociais em curso e no plano individual mais profundo. Assim, a sensibilidade à poluição dependerá de

⁹³ Forma comum de se referir a região de acesso dos rios ao mar da Baía de Sepetiba.

uma série de condições que ultrapassa a simples percepção sensorial individual e que remete ao tipo de inserção econômica da comunidade, à existência prévia de organizações políticas locais, assim como às representações sobre a pureza no contato com o corpo humano (Acselrad, Campello, Bezerra, 2009, p.110).

Assim, há também a construção de saberes próprios sobre a poluição no local, com diversas formas de tipificação e classificação. Uma marisqueira da região da Colônia de Pescadores da Guarda (também conhecida como Z15) em Sepetiba relatou que a poluição da água possui diversas cores, texturas e cheiros diferentes. Além disso, a poluição ainda causa, segundo ela as mais diversas “irritações e vermelhidões”⁹⁴ na pele e nos olhos. Soma-se a isso o fato de, mesmo com as coletas e com os relatos, haver poucos vereditos sobre as causas desses fenômenos vindos de órgãos fiscalizadores. Um bom exemplo da tipificação é a “água de monte”, relatada por pescadores da Colônia de Pesca da Pedra de Guaratiba, sendo um tipo específico de acúmulo de poluição itinerante, que “se move pela baía”⁹⁵, podendo causar a morte de peixes e mariscos.

Essa tipificação realizada pelas pessoas afetadas pelos danos ambientais é a criação de um saber que se acumula com o tempo, sendo de extrema importância para o entendimento

⁹⁴ Relato feito em uma visita a campo em 2022.

⁹⁵ Fala de um pescador sobre poluição durante um encontro na Colônia de Pescadores de Pedra de Guaratiba.

da relação que se cria entre populações locais e os megaempreendimentos. Esse saber, conforme destacado por Foladori e Taks (2004, p.336), não é algo que está na essência dos pescadores, mas é expressão de uma relação entre eles e o seu meio que se manifesta na forma de uma “herança ecológica e social”.

Não é possível afirmar que a “água de monte” possui ligação direta com o caso da Companhia Ingá Mercantil, mas pode-se concluir que o acúmulo e as décadas de poluição, bem como a impunidade e inatividade do poder público abrem espaço para diversas especulações. É possível, no entanto, afirmar que as dragagens movem para a superfície todo aquele metal pesado acumulado no fundo da baía, se somando e agravando os diversos danos ambientais já acumulados na região. Além da poluição da água, outro fator que prejudica o trabalho dos pescadores artesanais é a perda de áreas de pesca que será abordado na próxima subseção.

2.1.2. A redução da área de pesca e o caso Karpowership e o “fim da pesca artesanal”

A reprodução social daquelas pessoas que vivem do mar tem sua existência claramente comprometida pelos megaprojetos uma vez que sua ontologia está, fundamentalmente, ligada a um metabolismo com a natureza (Lukács, 2013). A poluição seria sem dúvida um dos elementos mais graves desses processos, porém é apenas o mais visível deles.

Por meio das entrevistas e dos encontros realizados junto aos pescadores, foi relatado diversas vezes que há uma “redução de área” navegável da baía, dificultando a passagem dos barcos nos rios até o mar. Isso se deve ao fato de que as embarcações dos pescadores são obrigadas a manter um raio de 150 metros de distância dos empreendimentos ou de suas obras, teoricamente para evitar acidentes. No entanto, com as diversas obras, portos e indústrias na região, o espaço vai se reduzindo notavelmente e prejudicando a pesca artesanal, atividade fundamental para a reprodução social dos pescadores. Nas palavras de um pescador da região de Itaguaí sobre a condição da pesca na baía de Sepetiba: “É um círculo que tá se fechando.”⁹⁶

Os pescadores se deparam com a falta de peixes devido à poluição, ao excesso de iluminação e aos intensos barulhos e ruídos causados pelas embarcações e obras da região. Todos esses processos acabam afastando muitas espécies de peixes, tais como sardinha, tainha, robalo, entre diversas outras comuns à pesca. Isso obriga os pescadores a buscar a sua fonte de renda cada vez mais distante da baía de Sepetiba e cada vez mais próximo do “mar aberto”, ultrapassando a Restinga da Marambaia pela parte oeste da baía. Esse trajeto impõe a necessidade de equipamentos que poucos pescadores possuem. Os barcos devem ser maiores e mais resistentes, possuindo motores específicos e mais caros, e muitos são obrigados a alugar embarcações de terceiros para poder pescar.

O trajeto, que, segundo os pescadores, duraria cerca de

⁹⁶ Trecho retirado de entrevista realizada em 2023.

40 minutos para alcançar o pesqueiro mais próximo, agora pode durar 3 horas. O tempo no mar se estende, afetando suas outras atividades, incluindo o descanso. Mais custos também estão implicados nessa extensão do tempo no mar, com gastos com suplementos para alimentação, gelo para armazenar os peixes e combustível para navegar. Como se não bastasse toda a violência econômica, muitos pescadores apontam como fator impeditivo da pesca as violências físicas, como prisões, agressões e apreensões arbitrárias de seus equipamentos comandadas pela Marinha, pela Companhia Docas do Rio de Janeiro⁹⁷ ou até mesmo por seguranças particulares das empresas.

Criminalização, perseguição e marginalização de povos tradicionais são práticas recorrentes quando se trata de conflitos socioambientais. Essas ações podem partir tanto das empresas como de instituições estatais (Bronz, Zhouri, Casto, 2020), São ações de espoliação, de limitação dos seus espaços de trabalho e convivência comuns e, em últimas instâncias, ações que levam à prisão ou até mesmo à morte desses atores sociais (Arruda, 1999; Palitot e Oliveira, 2020).

Quando as populações resistem e permanecem, suas necessidades de exploração dos recursos naturais inerentes a seu modo de vida e sobrevivência raramente são reconhecidas. Ao invés disso, passa a ocorrer uma “criminalização” dos atos mais corriqueiros e fundamentais para a reprodução sociocultural destas comunidades. A caça, a pesca, a

⁹⁷ Autoridade Portuária responsável pela segurança dos portos públicos.

utilização de recursos da floresta para a manufatura de utensílios e equipamentos diversos, a feitura das roças, a criação de galinhas ou porcos, o papagaio na varanda, a lenha para cozinhar e aquecer, a construção de uma nova casa para o filho que se casou, etc., tudo isso é, de uma penada jurídica, transformado em crime e seus praticantes perseguidos e penalizados (Arruda, 1999, p. 84).

A violência e as violações devem ser pensadas no seu sentido mais amplo e estrutural Trata-se de um processo constitutivo da acumulação capitalista que, por meio da expropriação de bens naturais e meios de produção, seja qual for o seu período histórico, estará sempre marcado por processos opressão. Nas palavras de Karl Marx, a acumulação capitalista “está inscrita nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo” (Marx, 1996, p.341). Usando das mais diversas violências, o desenvolvimento capitalista, por meio da sua ânsia de acúmulo ilimitado, acaba predando “sem freios o ambiente que sustenta a sociedade humana ao mesmo tempo em que se torna mais violento, ao investir cada vez mais claramente contra os ‘obstáculos ao desenvolvimento’” (Costa, 2014, p.13). Estes obstáculos são representados pelas populações afetadas, gerando conflitos socioambientais.

A acumulação capitalista é uma relação social que se transforma, mas que deve ser compreendida em sua continuidade histórica. Nos casos aqui analisados essa continuidade se expressa tanto nos processos legais, como em todo o acúmulo de violações na Baía de Sepetiba e, mais

recentemente, com o caso da Karpowership que, nas palavras de Levien (2014), são definidos como “regimes de desapropriação”:

Essa é a implicação de enorme importância do reconhecimento segundo o qual a coerção extraeconômica, concebida como algo que se ameniza com a transição para o capitalismo, é, na verdade, um aspecto intrínseco e contínuo da acumulação no capitalismo avançado. Isso significa que o caráter e o resultado da desapropriação em momentos e lugares diferentes são formados por fatores políticos, econômicos e ideológicos heterogêneos e nacionalmente específicos que não podem ser deduzidos de circuitos globais do capital (Levien, 2014, p.36).

A lógica de desapropriação leva a uma apropriação privada daquilo que é comum, como o mar, os rios e o mangue. O acesso a esses bens, que antes eram entendidos como livre, comum a todos que vivem da pesca e da cata de marisco, “que de algum modo subverte a lógica do individualismo possessivo” (Malerba, 2019, p.99), passa a ser limitado apenas às empresas e seus interesses econômicos e privados. Nas palavras de um pescador: “A empresa vai impor o seu espaço”.

O que se tem, na realidade, é uma gestão que não se limita apenas à posse, seja coletiva ou privada, dos recursos naturais, muito menos enxerga nesses últimos um bem material ou um objeto. O que está em pauta é a atividade humana que há em comum entre esses homens e mulheres que vivem da

pesca. Como bem definem Dardot e Laval (2016, p.52), o comum nada mais é que algo intrinsecamente ligado à atividade, algo que se define como uma “co-atividade” e se realiza no mundo social através da práxis e de um princípio político que, muitas das vezes, não encontra o reconhecimento normativo necessário, justamente por anteceder essa relação.

A impossibilidade de futuros possíveis frente ao processo de violações ambientais na baía é um sentimento compartilhado pelos atores sociais entrevistados para essa pesquisa. O intenso processo de desapropriação, o recrudescimento da poluição e as violações de direitos socioambientais aparecem para muitos dos afetados como o único futuro possível para a Baía de Sepetiba nas atuais condições, ou como define bem a fala de uma marisqueira ao se referir ao futuro da pesca e da cata de mariscos: “Eu tenho medo de no futuro tudo isso virar empresa, até aqui onde eu moro, minha casa.”

Esse sentimento de um futuro distópico é algo muito comum ao neoliberalismo e foi muito bem explorado por Mark Fisher (2022) ao debater o conceito de “realismo capitalista” e a sua máxima: “É mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo”⁹⁸. Esse “fim do mundo” é inerente às mudanças climáticas que presenciamos no século XXI e ao iminente colapso ambiental das gerações futuras. A falta de condições materiais para exercer suas funções como pescadores ou marisqueiras e a percepção que cada vez mais empresas irão se somar aos processos de violação ambiental

⁹⁸ Frase atribuída a Fredric Jameson e Slavoj Žižek.

naquela baía levam a uma perspectiva pessimista e desacreditada sobre o futuro. Os moradores/trabalhadores se veem sem alternativas e com medo. Porém, Fisher (2022) destaca que o gerenciamento coletivo do futuro é a chave para sair dessa dinâmica, em oposição às formas autoritárias de imposição dessa realidade capitalista.

A própria marisqueira referida acima via em seus filhos a prova de que a pesca, apesar de tudo, ainda era possível na Baía de Sepetiba, já que mais de um deles tinha a pescaria como principal atividade econômica. Na Associação de Pescadores de Itaguaí, ao ser questionado sobre o futuro da pesca artesanal, um pescador afirma que, mesmo com o filho estudando e tendo a oportunidade de exercer outra função, gostaria que ele aprendesse a pescar, demonstrando a vontade de que essa tradição fosse passada para futuras gerações. Ainda sobre o futuro, afirma que o “caiçara” vai morrer no mar ou no mangue: “O mar corre no meu sangue, se você encostar na minha veia faz barulho de mar”.

3. Considerações finais

Os processos de violação socioambientais na Baía de Sepetiba parecem seguir um padrão, tanto em seus processos legais como em suas estratégias de apropriação do território. Os licenciamentos de outros megaprojetos também estão envoltos por polêmicas e violações, como, por exemplo, a TKCSA, que durante anos funcionou sem Licença Operação

(LO) e é responsável por duas “chuvas de prata”⁹⁹ no bairro de Santa Cruz. Prática semelhante foi observada no casa da Karpowership, que atuou para que o licenciamento fosse fragmentado visando, com isso, a produção de uma dinâmica em que a cancelar, ou mesmo interromper, a implantação do empreendimento já não são possibilidades concretas. É a estratégia de produção do fato consumado.

Os projetos encaram a legislação ambiental como um grande entrave para o seu acúmulo de capital e por isso as pressões para a desregulamentação e re-regulamentação são processos recorrentes na gestão neoliberal do Estado. As associações e colônias de pescadores, grupos de pescadores e marisqueiras, todos dentro de seus territórios e especificidades, constroem formas diversas de resistir aos megaprojetos, seja por meio de ações diretas como “barqueatas” para impedir a passagem de embarcações ligadas aos empreendimentos, seja pela coleta de dados sobre a poluição, através da reivindicação de maior participação nas decisões sobre o território ou pela construção e retomada de memória de uma Baía de Sepetiba, que, em algum momento, foi um território de vida para comunidades tradicionais, para fauna e flora ali presente.

As populações afetadas são protagonistas nos conflitos socioambientais reivindicando seus direitos e disputando os

⁹⁹ Disponível em:

<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2012/10/chuva-de-prata-cai-sobre-casas-em-santa-cruz-no-suburbio-do-rio.html><https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2012/10/chuva-de-prata-cai-sobre-casas-em-santa-cruz-no-suburbio-do-rio.html>. Acesso em: 20/02/2023.

sentidos e as estratégias para se reapropriar de seus territórios e recursos naturais. Conforme observado por uma liderança dos pescadores, a construção das termelétricas acarretaria a criação de mais uma “zona de exclusão de pesca que, no caso seria a última já que, segundo ele, se tratava da “última parte pescável” da baía, algo que não foi salientado por nenhum deputado e muito menos pelos representantes do INEA ou da empresa. Esses fatores só evidenciam a urgência da inclusão desses atores sociais na decisão sobre o futuro de seus territórios, algo que até então parece nunca ter ocorrido de forma efetiva.

Aquilo que é sentido por décadas por muitos atores locais é aqui analisado como uma “configuração de empreendimentos”, como se pudéssemos falar de um único empreendimento, diverso em suas atividades e interesses, mas único na forma de se implantar e produzir os diversos efeitos aqui expostos. O significado mental sobre o mundo material em seus sentidos culturais, sociais/ambientais e econômicos é construído a partir de uma compreensão de que o território das marisqueiras e pescadores vem sendo afetado por um “empreendimento único”. O desejo de que novas gerações de pescadores possam continuar suas atividades, mesmo que essa esperança esbarre em condições pouco favoráveis a isso, vem se traduzindo em formas de resistência e enfrentamentos que, ainda que com “armas” e poder muito desiguais, forcem o mundo capitalista a ver outros sentidos na relação entre ser humano e natureza.

Referências bibliográficas

ACSERALD, Henri. Ambientalização das Lutas Sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. Estudos Avançados USP: Dossiê Teorias Socioambientais, São Paulo, 2010, vol.24, n. 68, p.103-119, 2010.

ACSELRAD, Henri.; CAMPELLO, Cecília.; BEZERRA, Gustavo. O que é Justiça Ambiental? Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ANTUNES, André; MATHIAS, Maíra; TAVARES, Viviane. Vida e Morte na Zona de Sacrifício. In: EPSJV/Fiocruz. Disponível em: ?. Acesso em: 20/01/2023.

ARRUDA, Rinaldo. “Populações Tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. Ambiente & Sociedade, São Paulo, Ano II - N.5 - 2 Semestre de 1999.

BRONZ, D.; ZHOURI, A.; CASTRO, E. Apresentação: Passando a boiada: violação de direitos, desregulação e desmanche ambiental no Brasil. Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia, Niterói, 2020, n. 49, p.08-41, n. 49, 11 ago. 2020.

COSTA, S. Categoria analítica ou Passe-Partout político-normativo : notas bibliográficas sobre o conceito de sociedade civil. BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, n.43 (jan. 1997), p.3-25. Disponível em: [https://anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-43/472-categoria-analitica-ou-passe-partout-po litico-normativo-notas-bibliograficas-sobre-o-conceito-de-sociedade-civil/file](https://anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-43/472-categoria-analitica-ou-passe-partout-po-litico-normativo-notas-bibliograficas-sobre-o-conceito-de-sociedade-civil/file). Acesso em: 30/01/2023.

Foladori, Guillermo; Taks, Javier. Um olhar antropológico sobre a questão ambiental. Revista Mana: Estudos de Antropologia Social, Rio de Janeiro, 2004, n. 2, vol. 10, 2004.

GERHARDT, Cleyton. Grandes projetos de desenvolvimento e a produção estrutural da insustentável desigualdade ambiental. Campinas: RURIS, 2014, vol. 8, n.2, p.53-89, 15 maio. 2015.

GIFFONI, Raquel. O poder da crítica: um estudo sobre a relação empresa e movimentos sociais em um contexto de conflito ambiental. Estudos de

Sociologia: Dossiê Conflitos Socioambientais, construção de direitos e território. Araraquara, 2013, v.18, n.35, p.307-324 jul.-dez. 2013.

IKEDA, Riyuzo Junior. Zona de sacrifício ambiental: O caso da Baía da Sepetiba. Revista Política e Planejamento Regional Rio de Janeiro, 2018, vol. 5, n. 3 , setembro a dezembro de 2018, p.359- 380. -ISSN 2358-4556 359.

LEITE LOPES, José Sergio *et al* (Orgs.). A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial. Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.

LEVIEN, M. Da acumulação primitiva aos regimes de desapropriação. Sociologia & Antropologia, Rio de Janeiro, 2014, v.4, n.2, p.21-53, 2014. DOI: 10.1590/2238-38752014v4i2.

LUKÁCS, Georg. Para uma Ontologia do Ser Social, Volume 2. Tradução: Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013.

MALERBA, Juliana. Bens Comuns, In: LESBAUPIN, Ivo; CRUZ, Mauri (Org.). Novos Paradigmas Para Outro Mundo Possível. São Paulo: Usina Editora, 2019, p. 91-103.

MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Livro primeiro. Tomo 2 (capítulos XIII a XXV). São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1996.

PALITOT, E. M.; DE OLIVEIRA, K. E. Toda força à ré: territorializações indígenas e regressões estatais no nordeste do Brasil. Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia, Niterói, n. 49, 11 ago. 2020.

ROCHA, Flávio. A perspectiva racial do racismo ambiental: uma análise do conceito no Brasil e a população sacrificada na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S.l.], v. 14, n. Ed. Especi, p. 121-140, jun. 2022. ISSN 2177-2770. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/1335>. Acesso em: ?

TEIXEIRA, R. O. S; ZUCARELLI, M. C. A gestão dos conflitos e seus efeitos políticos: apontamentos de pesquisa sobre a mineração no

Espinhaço, Minas Gerais. Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia, Niterói, 2020, n. 49, p. 42-71, 11 ago. 2020.

TORQUETI, Gisele; PÁDUA, Vânia L. M. B. Baía de Sepetiba: uma aventura perigosa. ISSN online: 2176-9230 | ISSN impresso: 1984-4239. Revista Práxis, v. 12, n. 24, dezembro, 2020.

VIEGAS, R. N. Implantando Grandes Indústrias no Rio de Janeiro: Um estudo de caso dos projetos de UTE de Sepetiba e da Thyssenkrupp CSA. Revista dos Departamentos de Antropologia e Aqueologia, Ciência Política e Sociologia - UFMG. Belo Horizonte, 2011, n. 19.1, p.130-167, janeiro-junho de 2011.

Capítulo 14

Onde estão os pescadores? A Economia Solidária e o trabalho associado na pesca artesanal em Niterói, Rio de Janeiro

Larissa Ramalho¹⁰⁰

1. Introdução

A história dos lugares e das atividades econômicas é fundamental para entendermos os processos sociais com alguma densidade: em certa medida, o espaço e o tempo importam para a construção dos movimentos e das experiências compartilhadas entre as pessoas. A história da Economia Solidária parte de uma organização entre os trabalhadores em um momento histórico específico e passa por um processo de institucionalização décadas depois.

Na América Latina, essa institucionalização pode ser sentida com alguma intensidade no início dos anos 2000, quando países como Argentina, Uruguai, Equador e Bolívia promulgaram leis e incluíram pastas para tratar desse tipo de

¹⁰⁰ Larissa Ramalho é formada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense, mestre em Sociologia pelo PPGS/UFF e doutoranda em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ). E-mail: larissaramalho@iesp.uerj.br

atividade econômica em seus Ministérios da Economia e/ou do desenvolvimento social (Chiarello, Fonseca, 2021). No Brasil, esse debate encontrou espaço principalmente no final do século XX, notadamente a partir dos anos 1990, quando entrou em voga nas discussões acadêmicas, influenciadas pelas mudanças institucionais, econômicas e políticas iniciadas na década anterior e com o fim da ditadura civil-militar. Além da reestruturação produtiva, que fez cessar os postos de trabalho nas indústrias brasileiras, transformações como a descentralização administrativa e a abertura da economia ao capital estrangeiro foram um ponto de inflexão no modo como se organizava o mundo do trabalho até então (Nagem; Silva, 2013).

No espírito do movimento, diversos grupos sociais se associam a fóruns de economia solidária espalhados pelo país. Existem diferentes formas de organização nessa ótica: grupos informais, associações e cooperativas são algumas das possibilidades de atuação dos empreendimentos econômicos solidários, desde que mantidos os pressupostos de gestão democrática e participação ativa dos trabalhadores nas distintas etapas de produção. O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) é a representação máxima do movimento, reunindo os 160 fóruns estaduais, microrregionais e municipais do país, visando articular diferentes representantes da sociedade civil e política para pautar a economia solidária como modo de desenvolvimento econômico sustentável. Para isso, existem distintos segmentos que estruturam as instâncias deliberativas e

de gestão, como as entidades de apoio e fomento, os gestores públicos e os próprios empreendimentos associados.

Apesar de não existir consenso sobre as finalidades desse tipo de atividade econômica entre os pesquisadores, os autores latino-americanos geralmente abordam o tema em consonância com as características “utópicas” das iniciativas, isto é, visando a transformação da realidade em dois níveis. Primeiro, da massa de trabalhadores continuamente excluída da estrutura formal de emprego; segundo, da sociedade em geral, a partir do incentivo e disseminação dos ideais de cooperação e solidariedade, em oposição à competição e exploração da força de trabalho (Chiarello, Fonseca, 2021).

No estado do Rio de Janeiro, a intenção de absorver a Economia Popular Solidária nas estruturas já estava presente desde a promulgação da lei nº 5.315, de 17 de novembro de 2008, acompanhando a institucionalização que estava ocorrendo em âmbito federal. Niterói apresenta um histórico de iniciativas voltadas ao movimento, principalmente no que tange ao apoio da Universidade Federal Fluminense (UFF) com a Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários (IEES). O Fórum de Economia Solidária de Niterói, representação do movimento municipal, foi organizado em 2009, após a publicação da lei.

Como projeto político formal do município, a economia solidária começa a aparecer no plano Niterói Que Queremos, programa de metas de desenvolvimento social e econômico criado em 2013, durante a gestão de Rodrigo Neves (PDT), para nortear as políticas públicas municipais. Os objetivos de

desenvolvimento e inclusão social passaram a ser integrados pelo debate da economia solidária, sempre como argumento para garantir a qualidade de vida. Apesar disso, a associação entre prefeitura municipal e movimento social se institucionalizou apenas em 2019, com a criação do Centro Público de Referência em Economia Solidária, vinculado à Secretaria de Assistência Social e Economia Solidária (SMASES).

A partir de 2022, os pescadores artesanais de Niterói passaram a ser integrados paulatinamente na estrutura da economia solidária da cidade. Para além dos fatos relatados neste texto, há um fio condutor que parece fundamental para ligar os empreendimentos econômicos solidários à pesca artesanal - ambos são apreendidos como atividades econômicas alternativas. Nos panfletos e livros sobre economia solidária, bem como nas máximas repetidas nos encontros do grupo do Fórum de Economia Solidária de Niterói, observo que rotineiramente há uma frase entoada quase como um mantra para os mais integrados no espírito do movimento: “uma outra economia é possível”. Para quem fala e para quem lê, os motivos são óbvios, já que as explicações sobre o conceito geralmente são feitas em oposição à economia capitalista. Enquanto isso, os pescadores artesanais são reconhecidos como um povo ou comunidade tradicional, o que indica sua especificidade cultural, econômica, territorial e religiosa, segundo a lei nº 6.040, de 2007 (Brasil, 2007). A particularidade de seus modos de vida enseja as interpretações das suas atividades como um modo específico de fazer

econômico, que se coloca em oposição aos padrões ditados pela modernidade, conforme O'Dwyer (2016).

Em Niterói, o aterramento das praias para o crescimento urbano alterou significativamente a geografia do município, transformando também a prática da pesca artesanal. Assim como os demais povos tradicionais, os pescadores artesanais foram especialmente afetados pela urbanização crescente dos municípios, pelas mudanças climáticas e pela reestruturação produtiva que marcaram a passagem do século passado para os anos 2000. É nesse período que o movimento da economia solidária ganha força no Brasil, sendo alçada às estruturas do governo federal e, posteriormente, às esferas estaduais e municipais.

A partir de 2015, iniciou-se um processo de descontinuação das estruturas de gestão voltadas para a economia solidária no Brasil, que até então tinha como aspecto de força o apoio dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). O consequente esvaziamento da legislação federal que tratava desse tipo de atividade demandou uma reorganização interna às cidades e aos estados, que dependeu das articulações e interesses dos grupos políticos locais. No município de Niterói, a reorganização aconteceu a partir da inauguração do Centro Público de Referência em Economia Solidária de Niterói, conhecido popularmente como Casa Azul, na esteira da promulgação das leis estadual (Lei nº 8.351/abril de 2019) e municipal de economia solidária, logo após a descontinuação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), no final de 2019. Nesse momento, se criou uma cogestão do

Centro, em que se dividem funcionários da prefeitura, por um lado, e ativistas do movimento de economia solidária, por outro.

Três anos depois, em 2022, algumas comunidades de pescadores artesanais da cidade se integraram ao Fórum. Uma delas se organiza coletivamente na TAMBOA, sigla para Trabalhadores Associados do Mar de Boa Viagem. Para entender o que é a economia popular solidária, mais do que percorrer as formulações teóricas, interessa alcançar os motivos que levam à associação. Nessa direção, o objetivo do capítulo é apresentar o percurso da TAMBOA dentro da estrutura da Economia Solidária municipal de Niterói, analisando as motivações para a criação da Associação e do cadastro junto ao Fórum, observando as possibilidades de ação coletiva e os modos pelos quais as estruturas sociais mais amplas e a autonomia dos atores interagem entre si nas estratégias de ação social. Esse estudo contribui com anteriores e inova ao ter como foco a análise sobre a experiência dos pescadores artesanais, grupo historicamente tutelado e marginalizado pelo poder público, para observar o seu modo de organização e o sentido que esses atores dão às suas práticas.

O capítulo se organiza em três partes, além desta introdução. Na primeira seção, apresento de modo breve o histórico político de Niterói em associação à construção do Fórum de Economia Solidária e do Centro Público de Referência em Economia Solidária da cidade. O foco repousa na divisão das atividades do Fórum, principalmente no que tange à sua maior instância deliberativa, a plenária, a fim de

observar a integração dos associados aos espaços de socialização do movimento. Em seguida, retomo o processo de inscrição dos pescadores e marisqueiros artesanais organizados coletivamente na TAMBOA junto à estrutura de Economia Solidária do município. A última parte, por sua vez, é dedicada a algumas reflexões sobre o trabalho.

2. O Fórum de Niterói: “uma coisa é a Casa Azul, outra coisa é o Fórum”

O município de Niterói é um dos mais ricos e com maior IDH do país¹⁰¹, com a sétima posição do índice entre os municípios brasileiros, e o único do estado fluminense a figurar entre os dez primeiros lugares. A cidade geralmente é citada e comparada com sua vizinha mais famosa, o Rio de Janeiro, dada a proximidade entre as duas, que garante uma confluência diária de seus habitantes, que migram diariamente para trabalhar ou estudar.

Entender o local que Niterói ocupa nos cenários estadual e nacional é fundamental para analisar o histórico da economia solidária da cidade, localizando o objetivo mais amplo de torná-la uma cidade modelo e internacionalmente relevante como marca da gestão do Partido Democrático

¹⁰¹A renda média de Niterói é elevada pelos moradores da região das praias da Baía, que abarca os bairros de Boa Viagem, Ingá e Icaraí, que chegam a ganhar uma média quatro vezes maior que as outras localidades da cidade, especialmente na zona norte. Em 2010, quase 60% da população tinha renda de até dois salários mínimos (NQQ, 2013). Em 2021, o salário médio mensal era de 3,1 salários (IBGE, 2024).

Trabalhista (PDT). Este esteve à frente da prefeitura desde 1989, com um intervalo de 2001 a 2008, quando Godofredo Pinto, do PT, passou de vice a prefeito pela renúncia de Jorge Roberto Silveira (PDT) para concorrer ao governo do estado, sendo reeleito em seguida. De todo modo, o crescimento exacerbado da cidade foi vivido principalmente nas últimas décadas da ditadura civil-militar, com a construção da ponte Rio-Niterói e maior acesso à cidade por parte dos cariocas.

A tentativa de criar uma identidade específica para a cidade perpassou as gestões municipais a partir do Estado Novo, com o governo de Ernani do Amaral Peixoto (Luz, 2009) e logrou certo êxito especialmente com a inauguração do Museu de Arte Contemporânea (1996), projeto arquitetônico idealizado por Oscar Niemeyer que acabou se tornando cartão postal da cidade e um aparelho cultural de renome internacional. A população niteroiense foi constituída principalmente pela migração de pessoas oriundas do Norte Fluminense. Em um primeiro momento, o impulso à urbanização se deu na primeira metade da República, principalmente a partir dos anos 1940, com a nomeação de Ernani do Amaral Peixoto como interventor do estado, inaugurando um período de investimentos e parcerias público-privadas que fez intensificar o comércio local (Bittencourt, 2012), e com “a implementação de um parque industrial no estado” (Corte, Martins, p. 10). A criação da Universidade Federal Fluminense, em 1960, fomentou a migração para acessar o ensino superior, quando a cidade ainda era capital do estado, criando um cenário de letramento acadêmico e de apoio

à cultura, sobretudo a partir da gestão de Jorge Roberto Silveira, em 1989. Ao mesmo tempo em que a UFF se consolidava em Niterói, a construção da ponte Rio-Niterói em 1968 deu novo impulso ao crescimento do município.

O Projeto Niterói Que Queremos também pode ser entendido como uma continuidade dos governos do PDT no que tange ao fortalecimento da identidade de Niterói como um município de características próprias. Destacam-se suas diferenças com relação à cidade vizinha, especialmente ao demarcar a qualidade de vida decorrente da proximidade com o Rio de Janeiro, mas sem os “malefícios” de ser um ponto turístico de aporte internacional. O lema do projeto é um demonstrativo desse propósito: “Niterói, a melhor cidade do Brasil para se viver e ser feliz” (NQQ, 2013).

A gestão da cidade é pensada para alçar a cidade fluminense nas esferas nacional e internacional, seguindo as diretrizes da ONU para o desenvolvimento sustentável. Nos últimos anos, a proposta de aliar a tecnologia ao governo municipal, por exemplo, seguiu a esteira do debate sobre as cidades inteligentes, capitaneado em grande medida pela Coréia do Sul. Além disso, a ideia de cidade empreendedora norteia algumas das políticas públicas para a área econômica, levando a gestão do prefeito Axel Grael (2021/2024) a receber prêmios pelos planos criados na pandemia do Coronavírus para “manter a atividade econômica no município” (Prefeitura Municipal de Niterói, 2022). A criação do Centro Público de Referência em Economia Solidária foi celebrado como o

primeiro do estado do Rio de Janeiro, sendo anunciado como mais uma marca do pioneirismo da gestão municipal.

Apesar da centralidade do nome de Ernani do Amaral Peixoto ao inaugurar a tradição de investimentos culturais que deu início à construção social da identidade da cidade, a população do município o conhece não pelos seus feitos políticos, histórico militar ou pelo casamento com a filha de Getúlio Vargas. A familiaridade dos moradores da cidade com o nome do militante tenentista vem da avenida batizada em sua homenagem, que se consagrou como o coração do centro, servindo de acesso às barcas, ao terminal de ônibus e a praticamente todas as repartições públicas municipais. O fim da avenida é perto o bastante do Hospital Universitário Antônio Pedro e da rua que é seguida por quem quer chegar na ponte Rio-Niterói. Na última esquina e mais discreta que a maioria dos prédios, fica a Casa Azul, formalmente chamada de Centro de Referência Pública em Economia Solidária, que funciona como sede do movimento municipal e como local de trabalho para alguns funcionários da prefeitura associados à Secretaria Municipal de Assistência Social e Economia Solidária (SMASES).

A Casa Azul funciona de segunda à sexta-feira, das 10 às 17 horas. A associação ao movimento demanda o cadastramento presencial, que é feito todos os dias, com exceção das sextas-feiras. Os funcionários ficam responsáveis por receber pessoas atendidas e encaminhadas pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAs) e pelos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), as quais geralmente se tratam de

mulheres em situação de violência ou vulnerabilidade social e de indivíduos em algum tipo de tratamento psicológico e/ou psiquiátrico. Os militantes se responsabilizam por cuidar da loja que funciona dentro da Casa Azul e pelo monitoramento dos produtos comercializados. Até meados de 2022, aqueles que desejassem se associar ao Fórum precisavam passar por dois cadastros presenciais (um da prefeitura e outro do movimento) e um online. Esses cadastros nunca foram corretamente integrados, e ainda hoje existem dificuldades metodológicas e barreiras organizacionais para acompanhar os integrantes e estudar os resultados.

O viés de geração de renda e de emprego na ótica da inclusão social por parte da economia solidária faz com que haja uma revigoração no debate em momentos de crise. Em Niterói, por exemplo, o desemprego durante a pandemia do Coronavírus foi um contexto de crescimento do Fórum em mais de 100% (FES-NIT, 2023). Isso significa dizer que, apesar da perda de influência do movimento nas estruturas do governo federal, que se deu de modo mais acentuado a partir de 2016, as conquistas do movimento nos últimos dois anos vão ao encontro com as ideias de Lechat (2002) sobre a tendência desses empreendimentos surgirem em momentos de instabilidade econômica e insegurança social. Essas conquistas dizem respeito à promulgação da Política Municipal de Economia Popular Solidária, a tentativa da Prefeitura em se aliar ao movimento - o que não acontece sem conflitos - e a multiplicação dos associados.

Esse cenário parece ter norteado a decisão de se vincular a pasta da economia solidária na Secretaria de Assistência Social, seguindo o histórico nacional da institucionalização do movimento nas estruturas de governo. Essa decisão evidencia que o movimento segue sendo visto mais como uma forma de combater a extrema pobreza, sendo destinado aos grupos que não conseguem se inserir no mercado de trabalho formal, do que como uma nova forma de alavancar o desenvolvimento social para além dos pressupostos capitalistas. A pasta também foi uma das responsáveis por promover e divulgar a moeda social Araribóia, programa de transferência de renda no qual foram cadastrados os trabalhadores associados ao Fórum, bem como as demais famílias beneficiárias do CadÚnico¹⁰². Desse modo, integram algumas iniciativas da prefeitura de Niterói para fomentar o comércio e aquecer a economia local.

O aumento do número de membros durante a pandemia demandou uma reestruturação no fluxo de cadastro, cenário que constituiu a minha porta de entrada no campo e um dos pontos do meu interesse sobre o tema, uma vez que foi possível identificar um desconforto da gestão acerca da falta de conhecimento dos recém ingressos sobre os preceitos da economia solidária. As reflexões sobre os tensionamentos entre

¹⁰² O CadÚnico é um programa que reúne informações sobre as famílias de baixa renda e permite a participação nos programas sociais municipais, estaduais e federais, como o Bolsa Família, desde que o cadastro se mantenha atualizado. O serviço é associado ao Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

teoria e prática e/ou entre forma e substância, frequentemente presentes em debates sociológicos, são observadas na rotina do Fórum. O aceite aos valores é gerador de múltiplas e recorrentes tensões nos espaços de socialização do movimento, que não se resumem às feiras, reuniões e plenárias, mas se estendem também aos grupos de *WhatsApp*, principal circuito de articulação e discussão política.

A demarcação da diferença entre a “Casa Azul” e o “Fórum” também se vale desses valores, lembrados em eventos e rodas de conversa geridas pela coordenação da prefeitura. Recorrentemente, alguns associados entendem que os ideais do movimento de economia solidária são encarnados mais pelos funcionários públicos do que pelos militantes. Os primeiros são uma maioria de assistentes sociais, responsáveis por acolhê-los em sua chegada e em contextos de vulnerabilidade psicossocial. Essa diferenciação entre órgão da prefeitura e movimento social nem sempre é totalmente entendida por todos os associados, mas é evocada de tempos em tempos por ambos os lados.

De um ângulo, alguns entendem que “o que a casa Azul constrói, o Fórum destrói”¹⁰³; de outro, o contato direto com a prefeitura é entendido com desconfiança, um espaço de disputa aberta que não deve ser abandonado para garantir o cumprimento da lei municipal e para a conquista de mais

¹⁰³ Enunciado por uma servidora da prefeitura em uma roda de conversa no mês da mulher, após algumas associadas apontarem a falta de acolhimento nos espaços do Fórum, que assentiram com sua fala.

direitos, como o aumento do circuito Araribóia de feiras e a gratuidade de todas as barracas. O crescente número de membros e de espaços de comercialização expande os momentos de conflito e anima os mais antigos a afirmarem que a organização não tem mais o “espírito da EcoSol”.

Mas o que é esse espírito? As demandas e os pressupostos da economia solidária se valem de um ideal quase abstrato de solidariedade, em que indivíduos com diferentes demandas, interesses e propostas de sociedade se encontram em um mesmo espaço, que deve acolher a todos, igualmente. Entretanto, alguns grupos são menos representados do que outros, caso de alguns pescadores artesanais do município, que desde 2022 foram aproximados à estrutura do Fórum por intermédio de um edital de fomento que tinha, entre outros objetivos, a formalização de associações de pescadores nos termos da Economia Solidária. Este edital foi financiado pelo Termo de Ajuste de Conduta (TAC) entre a petrolífera Chevron e o Ministério Público Federal por conta dos vazamentos de óleo em 2011 e 2012 na Bacia de Campos, mais especificamente no Campo de Frades, no Rio de Janeiro. Nesse processo, algumas tentativas foram feitas para uma maior integração dos pescadores aos espaços do Fórum, o que nem sempre logrou êxito. Sendo os pescadores um grupo historicamente tutelado e marginalizado pelo poder público, existem uma série de barreiras burocráticas, técnicas e higiênico-sanitárias que impedem até mesmo a comercialização do pescado sem que seja necessária a figura de um atravessador.

Assim, sem reconhecer algumas especificidades sociais dos diferentes grupos que se aproximam ou são aproximados da Economia Solidária, as fronteiras entre acolher os marginalizados pela estrutura de emprego formal e incentivá-los ao “empreendedorismo solidário” são fluidas demais para perceber a existência de alguma diferença. Afinal, enquanto política pública, o município se vale da integração de uma certa massa de desempregados ou de subempregados ao aparato da Casa Azul, sem que haja algum indicativo de mudança no ideal de desenvolvimento da cidade. O secretário de Assistência Social e Economia Solidária, por exemplo, entende que as feiras da economia solidária são “uma opção de empreendedorismo que ganhou força no período pós pandemia” (Prefeitura de Niterói, 2023).

Enunciar o movimento da economia popular solidária como uma expressão do empreendedorismo reforça a ideia de que a institucionalização do movimento serve para combater a extrema pobreza. Desse modo, a responsabilidade é atribuída mais aos indivíduos do que à gestão pública para assegurar o sustento, e sempre como algo “provisório”, enquanto aqueles se encontram desamparados pelo desemprego. Isso parece ir de encontro ao projeto de desenvolvimento da Prefeitura de modo geral, já que inclusive incentiva o empreendedorismo como forma de alavancar a geração de renda, sendo um dos pontos do Niterói Que Queremos (2013) e uma marca da gestão de Axel Graef (PDT, 2021 - atual), ganhador dos prêmios regional e nacional Sebrae Prefeito Empreendedor em 2022. Essa iniciativa condecora gestores públicos e municípios envolvidos

no desenvolvimento de políticas públicas que incentivem pequenas empresas e o empreendedorismo.

Nos eventos que acontecem desde 2022, a lei que institui a economia solidária como política pública do município é rememorada pelo prefeito e pelo secretário da SMASES em associação ao desalento provocado pela pandemia de Coronavírus. A conjuntura era de criação do Renda Básica Temporária e do Busca Ativa, auxílios financeiros de apoio às famílias em situação de vulnerabilidade social, no primeiro caso, e aos trabalhadores individuais de ramos produtivos específicos, como a economia solidária, no segundo.

Esses programas são identificados como o início do planejamento para a criação da Moeda Araribóia, a moeda social de Niterói, que hoje fomenta empreendimentos econômicos solidários da cidade selecionados através de uma chamada pública, divulgada em agosto de 2023 (Secretaria da Fazenda de Niterói, 2023). Desse modo, o empreendedorismo e as iniciativas recentes voltadas para a economia solidária estão diretamente relacionadas aos programas inaugurados pelo cenário pandêmico de meados de 2020.

Demarcar a fronteira entre Casa Azul, órgão da prefeitura, e o Fórum, autoproclamado movimento social municipal, pode ser um desafio, já que ambos compartilham até o mesmo espaço físico. Como já argumentei, os espaços importam, nos permitindo alcançar os conflitos e tensões nas relações sociais que carregam disputas pelo pertencimento, pelo direito à memória e pelas propostas de diferentes tipos de

sociedade. Nesse sentido, observar a integração dos associados a estes espaços é fundamental, na medida em que possibilita um entendimento mais amplo sobre a capacidade de ação coletiva e articulação política. De especial interesse é verificar onde estão os pescadores nesses locais.

Os limites materiais acabam dificultando a articulação completa e irrestrita de todos os trabalhadores nos espaços de deliberação e de convivência na Casa Azul, já que esta funciona apenas em horário comercial e se localiza no centro da cidade. Os marisqueiros da TAMBOA, por exemplo, trabalham de terça à domingo, iniciando a jornada ao raiar do dia e terminando no meio da tarde, quando vendem o produto para os atravessadores. Às segundas, o descanso. Realizar o cadastro presencialmente, participar das feiras e das plenárias demanda um tempo que não está disponível para o grupo: um dia sem trabalhar afeta a renda do mês inteiro.

Há uma distância, portanto, entre a maior parte dos produtores dessas duas esferas (organização e produção), que se traduz nas dificuldades de comunicação entre as decisões, regras e informes gerais do grupo como um todo. Um dos objetivos deste capítulo, é, por conseguinte, refletir sobre as possíveis relações entre o nível de integração aos espaços de construção política da economia solidária com a classe social e o ramo produtivo dos associados. É uma iniciativa metodológica conduzida pela noção de experiência social, conforme Dubet (1994), para observar as condições objetivas do perfil dos associados e o seu reconhecimento e

pertencimento ao Fórum. Para isso, apresento brevemente a divisão das atividades naquele espaço.

2.1.A divisão das atividades

Segundo o seu Regimento Interno, o Fórum possui algumas instâncias representativas, quais sejam, a plenária municipal, os Grupos de Trabalho, a Secretaria Executiva, as redes associadas à economia solidária e o Conselho de Integração das Instâncias. A instância representativa máxima é a plenária, que acontece nas primeiras segundas feiras de cada mês, em local a ser definido nos dias anteriores, e tem como objetivos principais o cumprimento do Regimento Interno, a escolha da Secretaria Executiva e das Entidades de Apoio e Fomento, a constituição de Grupos de Trabalho e Grupos Temáticos, o atendimento às demandas dos Fóruns nacional e estadual de Economia Solidária, o planejamento e avaliação das ações de fortalecimento e divulgação do movimento na cidade.

Observando a concentração das atividades a partir do trabalho etnográfico realizado ao longo de quase dois anos, entendo o Fórum de Niterói a partir de duas esferas de ordenação: a de organização e a de produção. Esta diz respeito à produção das atividades e dos bens comercializados dentro da estrutura da Economia Solidária. Já a primeira, àqueles que organizam as feiras, as plenárias e o próprio cadastro, envolvidos ativamente nas demandas burocráticas e deliberativas que permitem o uso de espaços públicos, geram

as relações contratuais com os fornecedores das barracas utilizadas nas feiras e participam de reuniões privadas com os gestores públicos e funcionários da pasta de Assistência Social e Economia Solidária do município, articulando politicamente para ampliar o espaço da economia solidária no debate público.

Apesar das fronteiras serem borradas, na segunda esfera se concentram os inscritos no Fórum que não participam de nenhum coletivo imediatamente ligado à organização. Essa divisão me parece apropriada porque, apesar da maior instância representativa ser a plenária, no qual todos têm o direito de votar as decisões que serão acatadas pela Secretaria Executiva, muito escapa deste espaço de discussão. Para além da baixa adesão a esses encontros, a política que é feita no cotidiano pelas coordenadoras de feiras e pelos dirigentes dos grupos de trabalho fica à margem do que é debatido e conhecido pelos associados que não podem, impedidos pelo horário e local de realização das reuniões, e/ou não querem, por se sentirem distantes subjetivamente das discussões, participar das outras instâncias representativas.

Do mesmo modo, argumento que há dois tipos de entrada ao Fórum, cujas distinções se dão nas motivações para a associação. Identifico o primeiro tipo como a entrada orgânica, que se refere aos indivíduos que se articulam ao Fórum de modo mais espontâneo, ao perceberem alguma oportunidade imediata nos espaços de comercialização, ou ao entenderem a organização coletiva como uma estratégia política válida para alcançar algum objetivo. O segundo grupo é aquele que entra em contato com o Fórum por meio de

alguma mediação formalizada¹⁰⁴, que quase sempre faz parte do aparato público, como os CAPs ou os CRAS. Recorrentes neste tipo de entrada estão as mulheres em vulnerabilidade social frequentemente associada à violência de gênero e aos usuários das redes de atenção psicossocial que encontram fins terapêuticos na produção artística e/ou artesanal. Além desses, entretanto, se aproximam do Fórum grupos incentivados pelas entidades de assessoria e fomento, em geral estudiosos, militantes de algum movimento social ou trabalhadores do terceiro setor. Novamente, essa delimitação busca esgarçar as diferentes circunstâncias de entrada para fins analíticos.

A integração dos pescadores artesanais ao Fórum foi mediada por uma estrutura mais ampla e organizada, sobre a qual falarei mais adiante. Isso significa dizer, entretanto, que há um limite entre a fronteira que separa totalmente o Fórum da Casa Azul, pois essas duas estruturas interagem continuamente para o estabelecimento de estratégias, acordos políticos e crenças compartilhadas no fazer cotidiano da Economia Solidária no município. Como método analítico, recorro à plenária, uma das maiores estruturas do Fórum, para observar a integração dos associados e o lugar dos pescadores no movimento.

¹⁰⁴Aqui, a ideia de formalização qualifica a mediação para separar os indivíduos que se aproximam do Fórum a partir do contato com amigos, vizinhos ou conhecidos, que os estimulam a participar das atividades. O que quero diferenciar é justamente a influência exercida pela institucionalização da Economia Solidária, e que pode ser um fator que interfere na capacidade de articulação e mobilização política deste segundo grupo.

2.2. A plenária

A plenária é a maior instância deliberativa do Fórum de Economia Solidária de Niterói. Ela acontece às primeiras segundas-feiras de cada mês, das 14 às 17 horas, e segue uma pauta sugerida pelos Grupos de Trabalho e pela Secretaria Executiva. Esses encontros não têm local definido e os espaços utilizados variam mensalmente. Sua condução é estruturada em dois eixos, o primeiro sendo sempre de caráter formativo, atendendo às exigências de educação continuada nos termos da economia solidária. Nesse momento, podem acontecer palestras de convidados e/ou associados ao Fórum sobre temas caros ao movimento, conforme identificados nos regimentos das organizações econômicas solidárias nacional, estadual e municipal, e atendendo às demandas dos associados segundo a sua convivência nos espaços de comunicação e comercialização. Entre as pautas, estão, por exemplo, as discussões sobre machismo estrutural, bem viver e movimentos sociais. Além disso, o eixo de formação também pode ser usado para apresentar atualizações no regimento, novos integrantes da Secretaria Executiva, dos integrantes do Conselho de Economia Solidária do município e do estado.

O segundo momento da plenária é reservado para os informes gerais da gestão da Casa Azul - sempre apresentado pelo subsecretário de Assistência Social e Economia Solidária -, da Secretaria Executiva, dos Grupos de Trabalho, de Comitês temáticos temporários e dos Conselhos municipais convocados e/ou inscritos na reunião. Os informes são avisos importantes

para a estrutura de organização do movimento, como a necessidade de voluntários em algum Grupo de Trabalho, e discussões sobre eventuais problemas e discordâncias internas ao Fórum. Os representantes de cada grupo também aproveitam para tirar dúvidas dos presentes sobre as ações e o funcionamento dos espaços do Fórum, que podem ser virtuais ou físicos.

Virtualmente, esses espaços são o site de apresentação, os diversos grupos dentro do aplicativo de troca de mensagens e a ferramenta *Google Meet*, utilizada para plenárias remotas. O uso da internet para a comunicação diária acerca das atividades do Fórum fomenta muitas dúvidas por grande parte dos participantes, tema constante nos informes gerais. Essas ferramentas são de especial interesse para os produtores, já que a inscrição para participar das feiras acontece pelos grupos de mensagens. Já os lugares físicos da economia solidária são a Casa Azul e as feiras do circuito, que acontecem em diferentes locais da cidade.

Incorporar os ritos da celebração é uma importante iniciação política dos associados, que muitas vezes têm ali o primeiro contato com discussões políticas formais. Entender as etiquetas de inscrição, de vaias ou exaltações às falas dos representantes, pode ser um dos determinantes na presença assídua, ou não, dos associados. Isso acontece porque a apropriação dessas solenidades, que simboliza a integração do associado, e da pauta em discussão é um importante indicador da proximidade subjetiva dos participantes ao espaço.

A adequação aos simbolismos e às práticas demonstra a apreensão de um código específico, capaz de gerar o reconhecimento coletivo que estrutura a noção de experiência social para os indivíduos (Dubet, 1994). Reconhecimento esse que, para Dubet (*ibidem*), não é imediato, na medida em que passa pelos processos de julgamento e de auto reflexão, em uma abordagem que entende a ação de modo menos rígido e homogêneo, reconhecendo a diversidade de experiências e de lógicas que dão forma às práticas. Isso não significa dizer, entretanto, que a auto reflexão é apartada das estruturas sociais e que o conceito de experiência social sirva para uma visão meramente subjetivista da ação.

Cada lógica de ação é inscrita, submetida ao sistema social por meio de algum “elemento simples”, objetivo (*ibidem*, p. 139). A objetividade a qual Dubet se refere é relativa aos fatores que independem das escolhas de cada ator social e que dizem respeito aos aspectos “educativos” da socialização em cada cultura. São as imposições, as normas de conduta, as coerções situacionais que regem a integração ao sistema. A união das noções de integração e estratégia é feita por meio da mediação dos interesses e possibilidades dos atores sociais pelos “elementos simples” citados acima.

O autor utiliza também a noção de historicidade da ação, que rege justamente o entendimento sobre as lógicas heterogêneas sob as quais os atores se movem, dado a multiplicidade de espaços sociais pelas quais os indivíduos circulam com a queda da imagem da sociedade indivisível a partir da modernidade. A historicidade da ação permite que a

noção de estratégia não enrede pela linha da escolha racional, sob a qual as possibilidades são conscientemente analisadas e a escolha, derivada desse processo minucioso de análise, aconteça em um contexto de competição plena. Admitir as regras de conduta culturalmente determinadas e estruturas de coerção e dominação preexistentes ao indivíduo abre espaço para reconhecer as desigualdades na distribuição dos recursos, das próprias possibilidades e da capacidade de escolha.

A ideia de experiência social é central para observar os movimentos de ação coletiva. Ao reconhecer a possibilidade de auto reflexão e de uma certa distância do sistema social do indivíduo, se reconhece a postura crítica que permite a inscrição da identidade individual a um movimento social, por exemplo. A adesão ou não aos valores e normas culturais, entretanto, não acontece apenas em relação ao sistema social, mas ao próprio quadro de valores do movimento, mediado justamente pela desigualdade dos espaços sociais. Assim, para além das barreiras de ordem material, que impedem a participação de certos grupos pela incompatibilidade de horário, distância geográfica aos locais de deliberação e a falta de letramento formal e tecnológico que dificultam o uso dos aplicativos de mensagem para se comunicar, a tentativa de aproximar outros grupos sociais, como os pescadores artesanais do município, à estrutura do Fórum, esbarra na distância que esses indivíduos sentem em relação à própria experiência e aos grupos sociais dotados da capacidade de reconhecimento coletivo em um dado espaço.

A distância social é uma chave para entender as hierarquias entre pessoas pertencentes a diferentes classes e frações de classe que compartilham entre si certas práticas culturais (Bourdieu, 2002). Dito de outro modo, há algum nível de subjetividade compartilhada entre atores sociais que possuem experiências em comum e que podem orientar a sua movimentação dentro do espaço social. Para Bourdieu (2002), essa movimentação se articula às disposições que nascem a partir das experiências de vida repetidas sistematicamente a ponto de inserir-se na percepção do mundo social, servindo quase como um “instinto” aos indivíduos. É o que o autor chama de *habitus*, uma “forma incorporada da condição de classe e dos condicionamentos que ela impõe” (*ibidem*, p. 97).

Os pescadores artesanais sentem especialmente essa distância, já que os elementos que norteiam o reconhecimento entre si dizem respeito a modos de vida e condições de classe compartilhadas (Bronz, 2023). Apesar de não ser estanque, a socialização ocorre principalmente no território no qual realizam as práticas extrativistas e ao testemunho das transformações da terra e do mar, dotados de uma relação específica com os recursos naturais que escapa aos ideais ditados pela modernidade, conforme O’dwyer (2016). Os trâmites burocráticos para participar do Fórum tiveram que ser pensados especialmente para o grupo, que não seria capaz de passar pela formação, por exemplo, dado às condições específicas de trabalho¹⁰⁵.

¹⁰⁵Para facilitar o acesso do grupo ao Fórum, consideraram a formação dos membros da TAMBOA nos termos da economia

Segundo a base de dados do acompanhamento dos cadastrados, que utiliza as informações compartilhadas pela prefeitura municipal e pela gestão do Fórum para observar o padrão de atividade, até 30 de novembro de 2023 os associados eram 1.889, dos quais 42,3% tinham passado pela formação¹⁰⁶. Desses, apenas 2,3% não foram em nenhuma plenária entre dezembro de 2022 a novembro de 2023. Entretanto, a presença dificilmente é assídua: a maior parte dos formados, 30,7%, foi apenas a uma Plenária.

Esse dado, entretanto, não leva em consideração a data das formações. Para verificar qual o impacto da data de formação na presença, isto é, se a formação recente diminui ou aumenta a chance de participação contínua, excluí da base todos que participaram da formação entre maio e novembro de 2023, resultando em menos 134 associados. No universo dos 665 formados até maio do referido ano, a porcentagem dos que foram a apenas uma plenária é maior, totalizando 39%. Isso indica uma tendência de maior participação entre aqueles que passaram pela formação a partir de maio, já que, dentre esses, 28,3% foram à apenas uma Plenária. A partir dessas informações e do que pude observar no trabalho de campo, entendo que há uma tendência geral de os recém formados participarem mais ativamente nas plenárias imediatamente após a data de sua formação para poderem expor seus produtos nos

solidária realizada pelo projeto Pesca Solidária.

¹⁰⁶Entre os cadastrados sem formação em economia solidária, 55,8% não foram a nenhuma plenária entre os meses registrados e 35,4% foram a apenas uma.

espaços de comercialização. Isso acontece porque uma das regras para a venda no circuito araribóia de feiras da economia solidária é a presença contabilizada em ao menos três plenárias.

Tal regra demonstra a importância desse espaço para o funcionamento do Fórum, ou ao menos para os representantes de cada GT e da Executiva. Eles evocam em cada encontro a sua relevância ao indicarem que a participação de todos na Plenária é fundamental para realizar a autogestão democrática, dado que é a celebração da convivência de diferentes visões sobre a economia solidária e o espaço por definição de tomada coletiva de decisões. Considerando essa regra, tive como objetivo observar qual o grau de escolaridade e o tipo de rendimento obtido com o empreendimento para os indivíduos que compareceram a quatro plenárias ou mais.

Há uma leve variação para cima entre os presentes em quatro ou mais plenárias que completaram o ensino médio e o ensino superior (de 2% e 2,1%, respectivamente), e para baixo para aqueles que concluíram ou não o Ensino Fundamental (1,3% e 2,1%, respectivamente) em comparação à totalidade dos cadastrados. A maior variação, entretanto, se refere ao grupo que encontra no empreendimento econômico solidário complementação para os rendimentos de aposentadoria ou pensão, índice 9,2% maior para os frequentadores assíduos das plenárias. Esse dado confirma as observações durante o trabalho de campo, no qual verifiquei uma concentração de idosos nos espaços de convivência e comercialização, o que talvez ocorra pela disponibilidade de horário e/ou pela criação de vínculos sociais e afetivos concentrados por essa faixa etária

no Fórum, já que os ambientes de socialização são reduzidos nessa fase da vida.

A primeira plenária que pude participar foi a de julho de 2022, após ter passado pela formação e pelo cadastro. Naquele momento, as plenárias continuavam acontecendo de modo remoto, ainda em cumprimento das regras de distanciamento social por conta do Coronavírus. As plenárias remotas também aconteciam às primeiras segundas-feiras de cada mês, das 14 às 17 horas, mas o desconhecimento sobre as ferramentas virtuais pela organização e pelos associados, assim como as falhas de conexão, dificultava o acesso às informações. As principais dúvidas se referiam ao preenchimento da lista de presença, necessário para o cumprimento da regra de frequência mínima para a comercialização no Fórum, e às demais regras para a participação ativa no circuito econômico solidário da cidade - como a necessidade de completar o ciclo vacinal e comprovar a produção de algum bem ou serviço.

A volta das plenárias presenciais aconteceu no final do segundo semestre de 2022, momento em que fiquei incapacitada de acompanhar assiduamente pelo fim do recesso e retorno das atividades acadêmicas fixadas no mesmo dia e horário dos encontros. Em 2023, pude retornar com o acompanhamento. O crescimento dos associados ao Fórum demandou uma reestruturação da comissão organizadora para encontrar espaços com capacidade para um público de mais de mil pessoas. Isso resultou em uma frequente troca de localização, alternando entre auditórios públicos e salas de

diferentes secretarias municipais. Os desacordos e conflitos experienciados nesses eventos foram fatores que também dificultaram a permanência em apenas um local, uma vez que a intensa movimentação para a plenária alterava a rotina dos trabalhadores e demais usuários dos aparelhos.

Assim como nas plenárias virtuais, o foco principal dos participantes nos encontros presenciais se referia ao preenchimento da lista de presença, o que tem relação direta à possibilidade de comercializar os produtos ou serviços dos associados. Para assinar a lista, é necessário procurar o nome de cada associado em uma relação de mais de quinze páginas. Minha ajuda foi solicitada em todas as plenárias nas quais participei, e pude observar a formação das grandes filas para realizar a assinatura.

Contar a presença era mais importante do que integrar as discussões, o que pode ser um indicativo do pouco reconhecimento que os indivíduos encontram no espaço, isto é, uma demonstração da distância subjetiva entre o que acontece nesses encontros. Assim como grande parte dos inscritos no Fórum, os membros da TAMBOA, além dos limites de participação impostos pela dinâmica de trabalho, demonstraram pouco interesse em acompanhar as plenárias, em decorrência da baixa expectativa sobre os efeitos da inscrição ao Fórum e ao parco reconhecimento para com as discussões levantadas nos eventos.

Essa conclusão é derivada, em parte, da baixa taxa de retorno e frequência, uma vez que a regularidade pode inclusive construir o reconhecimento coletivo. Dessa forma,

como ficou evidente nas minhas participações posteriores, existia uma centralidade do GT de Comercialização nesses eventos, já que as principais preocupações se referiam a capacidade de geração de renda, apesar de uma então membro da Secretaria Executiva ter afirmado que “a renda é importante, mas não primordial” na economia solidária, fala que vai de encontro aos 43,3% dos cadastrados no Fórum que identificaram a renda como um dos motivos principais para a associação, dado que é ainda mais relevante se considerarmos os 34% que não informaram a motivação (Ecosol, 2023).

A possibilidade de comercializar os produtos nas feiras do circuito araribóia, assim, aparece como um dos principais fatores de interesse dos que procuram a Casa Azul para realizar o cadastro e daqueles que participam das plenárias. Desse modo, as atribuições deste GT são de especial importância para os participantes porque estruturam as estratégias de venda e tratam dos acontecimentos referentes às feiras, espaços que são a “espinha dorsal”¹⁰⁷ do movimento por promoverem a convivência regular entre os associados. Por outro lado, indica que a educação nos termos da economia solidária talvez não esteja se completando, dado a concentração de um grupo social específico nos ambientes de convivência do movimento.

¹⁰⁷Fala da mesma participante da Secretaria Executiva, em reunião privada no GT de comercialização.

3. A TAMBOA e o Fórum de Economia Solidária de Niterói

A aproximação do grupo de marisqueiros e pescadores artesanais da TAMBOA ao Fórum de Economia Solidária foi mediada pelos coordenadores do projeto Pesca Solidária, que participavam como Entidade de Apoio e Fomento no Fórum. Esses coordenadores foram os responsáveis por me convidar para participar das reuniões de fundação da Associação para que eu pudesse cadastrá-los.

É importante demarcar que, para o restante dos produtores, a inscrição é feita presencialmente na Casa Azul. A realização de um cadastro específico para os pescadores artesanais demonstra o interesse por parte da organização do Fórum e da Casa Azul de integrá-los ao espaço. As particularidades do trabalho na pesca dificultam o comparecimento do grupo nos dias úteis, das 10 às 16 horas. Essas condições, entretanto, não são restritas a essa atividade, mas são compartilhadas, na verdade, por grande parte dos trabalhadores que complementam a renda com outras atividades econômicas e/ou que são os únicos responsáveis pela produção dos bens e serviços comercializados.

Em um primeiro momento, as informações que eu tinha acesso sobre o grupo eram passadas pelos coordenadores do projeto Pesca Solidária. Pesquisando a Economia Solidária no município, me interessei pela Associação para entender melhor o funcionamento do trabalho coletivizado, já que a organização individual era predominante no Fórum. O cadastro presencial

foi o que permitiu a minha entrada em campo, até então, entendendo que a inscrição era de interesse dos pescadores. A minha presença nas reuniões, no entanto, me permitiu observar que eles não conheciam a Casa Azul, tampouco o circuito de feiras de economia solidária da cidade. A inscrição era incentivada abertamente pelos coordenadores, sempre em associação à capacidade de geração de renda que seria ampliada pela possibilidade de participação das feiras e rememorando os auxílios financeiros que os inscritos tiveram no momento da pandemia do Coronavírus. Esses argumentos eram repetidos a cada reunião, até o momento de início do cadastramento. No momento da realização do cadastro, os marisqueiros e pescadores se mostraram desconfiados, questionando as razões e se teriam acesso a algum benefício.

Meses depois do meu contato inicial com o grupo, foi realizada uma grande feira em celebração ao dia nacional da Economia Solidária, em 15 de dezembro de 2022, na Praça Juscelino Kubitschek, entre os bairros do Centro e do Gragoatá, em Niterói. Ainda naquele momento o cadastro não tinha sido finalizado. Mesmo sem ter passado por todos os procedimentos de inscrição, formação e plenárias, os pescadores puderam expor seus produtos, que foram vendidos rapidamente. Nesse evento, marisqueiros e marisqueiras participaram de rodas de conversa, sendo chamados ao centro para compartilhar as experiências do trabalho associado, apresentados já como membros do Fórum pelos representantes da prefeitura do evento.

O ano seguinte, 2023, foi um ponto de inflexão na minha relação com o grupo. Desde as primeiras reuniões, eu e minha colega de trabalho, Mariana Freitas, identificamos tensões e receios sobre o território ocupado por eles nas práticas econômicas e culturais particulares à pesca. Frequentemente relatavam as situações de desapropriação da área, perda de seus materiais de trabalho e o receio de serem expulsos de vez. Esses relatos indicavam um conflito territorial crescente na região, relacionados à socialização com os moradores de alta renda, à interação com as forças policiais e às obras de revitalização da Ilha de Boa Viagem, local de trabalho da comunidade.

Iniciamos um trabalho mais autônomo e totalmente separado dos coordenadores do projeto Pesca Solidária, construindo laços e vínculos que nos permitiram acessar mais profundamente a rotina na Ilha, os saberes geracionais dos pescadores e os conflitos internos ao grupo. Nesse processo, pude observar mais detidamente a distância material e subjetiva do grupo não só à Casa Azul enquanto aparelho público e ao Fórum enquanto movimento social, mas da maior parte dos órgãos municipais, estaduais e federais e das políticas de assistência aos quais tinham direito.

Os pescadores se instituíram, ao longo dos anos, como um grupo tutelado pelo Estado brasileiro a partir de suas regulamentações sobre a gestão dos territórios marítimos, que foi juridicamente extinta com a promulgação da Constituição de 1988, conforme relata Bronz (2023). A criação de Ministérios e normativas específicas para as atividades

pesqueiras não foi acompanhada pelo investimento na infraestrutura e na valorização cultural e econômica das comunidades tradicionais baseadas na pesca artesanal, com pouca articulação política dos pescadores (*ibidem*). Esse vácuo abre espaço para projetos como o Pesca Solidária, que facilitam os meios de assegurar o registro profissional desses trabalhadores junto a instituições como a Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ) e algum tipo de fomento necessário para a melhoria dos modos de trabalho, simultaneamente à criação de associações pouco orgânicas.

No caso da TAMBOA, o conflito territorial e o edital de fomento à Economia Solidária mencionado anteriormente foram fundamentais para que a inscrição no Fórum se completasse. Isso aconteceu porque o grupo identificou nas instituições que o apoiavam - como a Universidade Federal Fluminense e a Casa Azul - elementos de força para garantir a permanência no local. Isso não significou, entretanto, uma completa integração ao aparato da Economia Solidária: somente três dos associados, representantes da Diretoria Executiva da Associação, já foram até a Casa Azul e participaram de alguma plenária. Além disso, nunca mais comercializaram seus produtos no circuito de feiras da cidade.

4. Considerações finais

Ao longo do trabalho, fiz movimentos para tentar entender o que é a economia popular solidária. Em campo, o que observei foi uma multiplicidade de entendimentos e usos

dos espaços deste tipo de atividade econômica: a Casa Azul, o Centro Público de Referência em Economia Solidária de Niterói, um aparelho público na estrutura da Assistência Social, atendendo grupos marginalizados pela estrutura do emprego formal e pela organização social brasileira, que discrimina desproporcionalmente pessoas em vulnerabilidade socioeconômica e usuários da rede de atenção psicossocial; o Fórum de Niterói, que compartilha os espaços físicos com a Casa Azul, tem uma concentração de mulheres artesãs, ocupando as praças da cidade com seus produtos têxteis, aprendidos ao longo da vida no ambiente doméstico; e a Secretaria Municipal de Assistência Social e Economia Solidária, que encampa projetos e campanhas de transferência de renda, principalmente a partir da moeda Araribóia, a moeda social da cidade, estimulando o crescimento do Fórum e o fortalecimento da Casa Azul.

Esses espaços, que não gozam de completa autonomia, são utilizados por diferentes grupos sociais, detentores de diferentes tipos e níveis de capitais, que interagem continuamente na construção da Economia Popular de Niterói. Para entender o que é esse tipo de atividade econômica e social, mais do que ler o que os autores discutem sobre o tema, é necessário investigar as motivações que levam os atores sociais até ela. Isso acontece porque as motivações permitem uma análise mais ampla, que pode dizer respeito à relação dos indivíduos com o mercado de trabalho formal, com as atividades informais e com a identidade social de cada grupo,

que pode garantir ou não maior integração aos espaços de convivência do movimento, por exemplo.

Nesse processo, me interessei especialmente pelos pescadores artesanais, dotados de uma prática social, cultural e econômica particular, que os aproximam entre si de outras comunidades pesqueiras. Essa aproximação subjetiva acontece mesmo sendo única cada comunidade, com organizações e conhecimentos diversos, já que compartilham um certo tipo de experiência, que concerne ao testemunho das transformações ambientais e urbanas, além da desapropriação de seus territórios de origem e/ou de trabalho e da negação de seus direitos fundamentais.

O estímulo à aproximação dos pescadores artesanais ao cenário econômico solidário, entretanto, acontecia de modo tímido, impossível de ser visto a olhos externos à rotina de reuniões e conversas dos GTs e da Casa Azul. Do mesmo modo, essa proximidade não era ativamente construída pelos gestores e representantes, mas direcionada para outros atores sociais, como os coordenadores da Pesca Solidária, por exemplo. Esses coordenadores, por sua vez, já integram redes mais amplas de financiamento a iniciativas de trabalho associado, tendo certa ingerência nos debates locais sobre o tema.

Dito de outra forma, a aproximação dos pescadores às estruturas do governo municipal não foi feita a partir de políticas públicas específicas para este grupo social, mas dependeu, em primeiro lugar, da realização de um projeto externo à prefeitura - o Pesca Solidária - e, depois, de

incentivos financeiros a partir da abertura do edital de financiamento para empreendimentos cadastrados na Casa Azul e no Fórum. Nesse sentido, assim como a maior parte dos associados ao Fórum, a inscrição dos pescadores não significou a apreensão dos ideais da economia solidária conforme enunciados pela Secretaria Executiva, tampouco a apropriação dos espaços destinados à deliberação e articulação política, por um lado, e de comercialização, por outro. Há, assim, distâncias significativas entre o que é decidido e debatido nessas esferas e o cadastro para conquistar algum auxílio governamental ou ganho financeiro. Esse distanciamento pode estar associado ao tipo de entrada que cada grupo tem no Fórum, identificada por mim neste trabalho como as associações espontâneas e as que acontecem por intermédio de mediações formalizadas.

Do mesmo modo, a celebração da TAMBOA não trouxe grandes mudanças na organização do trabalho. Este continua sendo realizado de modo individual ou em pequenos grupos, que não compartilham igualmente os rendimentos da produção. A coletivização diz respeito aos materiais de trabalho, principalmente aos barcos, e a associação entre esses trabalhadores se mostrou para o grupo como uma forma de fortalecer uma luta identificada por eles como mais imediata do que a integração à economia solidária e que se refere ao direito de apropriação da Ilha de Boa Viagem e dos bairros do entorno. A inscrição na Casa Azul foi finalizada em um momento em que se uniram os possíveis ganhos financeiros pelo chamamento público de agosto de 2023 e os acirramentos dos conflitos territoriais referentes às obras de revitalização da

Ilha e da retomada da visitação pública às construções. A Casa Azul, enquanto órgão público, foi mencionada por eles como uma instituição municipal que os reconhecia enquanto trabalhadores, isto é, um argumento na direção da formalização do negócio e que respalda a permanência no local. O reconhecimento do grupo como comunidade tradicional pela prefeitura de Niterói por meio do decreto nº 15.058/2023 foi uma conquista que demonstra as possibilidades de ação coletiva do grupo (Niterói, 2023).

Assim, a participação no projeto Pesca Solidária, embora não tenha resultado nos objetivos imediatos esperados pelos coordenadores, que tinham metas específicas relacionadas à natureza do trabalho, encadeou a conquista de benefícios materiais e subjetivos para os membros da TAMBOA. Eles passaram a ser reconhecidos por outras instituições, moldando novas interações entre eles e a gestão municipal. Isso acontece porque os pescadores e marisqueiros artesanais da Ilha de Boa Viagem passaram a receber certa atenção após a formalização da Associação. Como grupo historicamente marginalizado, o trabalho associado se revela mais como uma forma de defender seus direitos e interesses mais fundamentais, como o direito à memória e ao território, do que aos ideais do trabalho coletivizado nos termos jurídico-burocráticos que apregoam os principais autores do tema, as legislações mais recentes e os militantes do Fórum de Economia Solidária de Niterói.

Referências bibliográficas

BRASIL. Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 2007.

BRONZ, Deborah. Da tutela à luta pela autonomia: políticas e direitos da pesca artesanal no Brasil. *Tessituras*, Pelotas-RS, v.11, n.1, p. 76-94, jan./jul., 2023. Disponível em: <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/tessituras/article/view/5547/5784>. Acesso em: outubro de 2023.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. Edusp, 2006. São Paulo: Edusp, 2006.

CORTE, Andréa Tello da; MARTINS, Ismênia de Lima. 50 anos da Universidade Federal Fluminense – 1960-2010. Andréa Tello da Corte e Ismênia de Lima Martins (Orgs.) Niterói : Editora da UFF, 2010.

DUBET, François. **Sociologia da Experiência**. Instituto Piaget, 1994. Lisboa, 1994.

LECHAT, Noëlle Marie Paule. As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil. In: Luiz Inácio Gaiger (Org). **Economia Solidária**. Volume 1, 2002.

LUZ, Margareth. “Nasce uma nova Niterói”: representações, conflitos e negociações em torno de um projeto Niemeyer. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 273-300, jul./dez, 2009. Acesso em: ?

NITERÓI. **Lei municipal nº 3.473 de 20 de janeiro de 2020**. Dispõe sobre a política municipal de Economia Popular Solidária. Niterói, 2021. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rj/n/niteroi/lei-ordinaria/2020/348/3473/lei-ordinaria-n-3473-2020-dispoe-sobre-a-politica-municipal-de-economia-popular-solidaria>

O'DWYER, Eliane Cantarino. Nas fronteiras do Estado-nação: conflitos socioambientais e incêndios florestais nas terras indígenas dos Awá-Guajá

no Maranhão. Revista Pós Ciências Sociais, v.13, n.26, p. 31–48, 2016.
Disponível em: <https://doi.org/10.18764/2236>. Acesso em: outubro de 2023.

Capítulo 15

O Projeto Aracruz Celulose S/A no Norte do Espírito Santo

Geraldiny Malaguti¹⁰⁸

1. Introdução

Este capítulo condensa os principais pontos da tese de doutoramento intitulada: “A implantação e expansão do Grupo Aracruz Celulose S/A na ditadura empresarial-militar brasileira: as violações de direitos dos indígenas e quilombolas do estado do Espírito Santo”, de minha autoria. O texto divide-se em três partes: primeiro, trata da criação do projeto da Aracruz Celulose S/A; depois, identifica os efeitos nocivos produzidos pela empresa às comunidades indígenas e quilombolas; e, por fim, evidencia a destruição ambiental causada pela empresa nesses territórios.

A tese foi fruto de uma pesquisa mais ampla intitulada “As cumplicidades entre a ditadura empresarial-militar brasileira e a Aracruz Celulose S/A nas violações de diversos direitos das comunidades indígenas (Tupiniquim, Guarani),

¹⁰⁸ Doutora em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação de Sociologia da Universidade Federal Fluminense (PPGS/UFF). Professora Substituta de Sociologia do Instituto Federal do Espírito Santo de Vila Velha (IFES/VV)

Quilombolas do Sapê do Norte (Espírito Santo) e trabalhadores da empresa”, coordenado pela Professora Doutora Joana D’Arc Fernandes Ferraz. Foi investigada a criação da empresa, sua instalação e expansão, suas relações com o regime ditatorial e os efeitos sobre o território e as populações que o ocupavam antes da chegada do Grupo Aracruz Celulose S/A. Essa pesquisa vinculou-se ao Edital “Responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a Ditadura”, lançado pelo Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF/UNIFESP) em parceria com o Ministério Público Federal (MPF) e financiado com recursos provenientes do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) Volkswagen.

A metodologia utilizada consistiu em um levantamento bibliográfico sobre a temática do período da ditadura empresarial-militar (e a utilização deste termo) bem como o projeto de criação da Aracruz Celulose S/A. Ademais, foi elaborada uma análise com a finalidade de elucidar como foi criado o projeto do Grupo Aracruz Celulose S/A, seus apoios políticos econômicos, institucionais, além dos incentivos fiscais recebidos pela empresa. Assim, a partir de uma abordagem qualitativa, foi possível compreender o apoio da classe empresarial ao golpe militar e ao regime ditatorial. Foi realizada, ainda, uma análise documental de relatórios anuais e setoriais de edições especiais e informais de investimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE, em 1982, acrescentou-se o S de Social e se tornou BNDES). O interesse repousou nos investimentos concedidos ao setor de papel e celulose e à Aracruz Celulose

S/A, por meio de suas distintas subsidiárias e programas de desenvolvimento do banco.

No objetivo de compreender como a Aracruz Celulose S/A adquiriu as terras para sua implantação no município de Aracruz - território indígena dos Tupinikim e Guarani - e sua expansão mais ao Norte do estado nos municípios de São Mateus e Conceição da Barra – território que compõe o Quilombo do Sapê do Norte, utilizou-se documentos indispensáveis. Entre eles estão: a Lei Delegada nº 16, de 16 de novembro de 1967; toda a documentação que compõe a Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa do estado do Espírito Santo (CPI/ALES/2002); o Relatório Técnico de Identificação e a Delimitação da comunidade de São Jorge (RTID, 2006); e duas Ações Civas Públicas (2013 e 2015). Por fim, foram realizadas entrevistas. A coleta e análise dessas distintas fontes permitiu concluir que houve uma articulação muito bem arquitetada pela empresa para fraudar requerimentos de terras e de registros para conseguir adquirir as terras indígenas e quilombolas.

A referida tese foi estruturada no formato de multipaper, contendo seis artigos, cada um deles abordando uma temática distinta acerca da relação do Projeto Aracruz Celulose S/A e o regime ditatorial. Dentre as temáticas abordadas, é possível citar as relações licenciosas entre Estado e classe empresarial/capital internacional, a utilização do discurso desenvolvimento econômico para justificar a exploração da natureza transformando-os em recursos para

utilização de empresas multinacionais, violações de direitos humanos a povos ancestrais e a fraude de títulos de terra.

2. Regime ditatorial e Aracruz Celulose S/A

Em uma entrevista dada ao Museu da Pessoa, Erling Lorentzen, um dos fundadores do Grupo Aracruz Celulose S/A explica a relação entre a empresa e o regime ditatorial:

P/1¹⁰⁹: Durante esse período todo de desenvolver o projeto, de tentar [encontrar] os sócios, o financiamento; quem era a equipe que o auxiliava?

Lorentzen: Tinha primeiro os sócios que estava bastante, apoiando bastante. Tinha o Leopoldo Brandão, que foi responsável pela parte florestal, e o Hernani Galdez [Ernani Galvêas] entrou como diretor financeiro no projeto. É uma história que não sei se vocês vão poder utilizar, mas pode ser registrado entre nós: **uma vez que o Dias Leite tinha sido um dos fundadores...**¹¹⁰ (Entrevista retirada do site do Museu da Pessoa. Grifo da autora)

Antônio Dias Leite era sócio proprietário da empresa de consultoria “Economia e Engenharia Industrial S/A” (Ecotec), empresa que realizou estudos sobre o potencial florestal no estado do Espírito Santo a pedido do governador do estado, escolhido indiretamente pelos ditadores, Christiano

¹⁰⁹ P1 é como consta no documento do Museu da Pessoa da pessoa que realiza as perguntas a quem está sendo entrevistado.

¹¹⁰ Disponível em: <https://museudapessoa.org/historia-detalle/?id=35784>

Dias Lopes. Dias Leite compôs o Conselho Consultivo de Planejamento (CONSPLAN), um órgão de consulta ligado diretamente ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, que tinha como função elaborar políticas de desenvolvimento. Além disso, foi presidente da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) nos anos de 1967 a 1969, Ministro de Minas e Energia de 1969 a 1974 e desempenhou papel significativo no projeto da binacional Itaipu.

Além dessas atuações nos setores público e privado, Dias Leite elaborou a minuta que, posteriormente, se transformou na Lei n.º. 5.106, de 2 de setembro de 1966. A lei concedia abatimento de até 50% no Imposto de renda de pessoa física ou jurídica para projetos de florestamento e reflorestamento.

P/1: O senhor já estava com a ideia?

Dias Leite – Sim, por isso que eu estava pensando no assunto. E eu verifiquei que não era possível. [...]. O Doutor Bulhões é uma pessoa de uma simplicidade muito grande. Ele falou na hora: “Então escreve, manda para mim”. E eu mandei para ele, que fez lá uns retoques, mandou para o Congresso, e passou. A lei de incentivo durou mais ou menos 15 anos.

P/2 – Quais foram as propostas que o senhor apresentou para fazer o reflorestamento?
Dias Leite – É uma leizinha mínima, de apenas seis artigos, mas que funcionou. Isso foi no tempo do Castelo Branco, quando o Doutor Bulhões era Ministro da Fazenda.¹¹¹

¹¹¹ Disponível em: <https://museudapessoa.org/historia-detalle/?id=32571>

Essa lei impactou em um crescimento exponencial no setor de papel e celulose, como podemos verificar na tabela abaixo.

Anos	Sem incentivos	Com incentivos	Total
Anteriores	39.975	-	39.975
1966	3.340	909	4.429
1967 (IBDF)	1.019	7.739	8.758
1968	2.174	19.828	22.002
1969	1.668	30.884	32.552
1970	6.890	47.719	54.609
1971	12.472	49.644	61.166
1972 (I PND)	15.155	67.668	82.823
1973	28.080	58.227	86.307
1974 (FISET/II PND/PNPC)	24.973	76.615	101.588
1975	24.412	104.093	133.505
1976	30.508	113.738	144.246
1977	41.180	70.863	112.043
1978	34.252	87.122	121.374
1979	34.295	65.572	99.867
1980	32.542	58.750	91.292
Total	337.755	859.371	1.197.126

Quadro 1 - Plantios homogêneos executados pela indústria de celulose e papel até 1980 – em ha

Fonte: Barcellos, 2008, p.189

Como mencionado acima, o governador do estado, Christiano Dias Lopes, encomendou à Ecotec (empresa de Dias Leite) um estudo para investigar a aptidão do estado, intitulado “Potencial Florestal e Silvicultura no Espírito Santo” (Dalcomuni, 1990). Em seu relatório a empresa informou sobre o potencial do plantio de eucalipto em terras tropicais como uma saída para a crise de produção de pasta de celulose no mundo. E indicou o município de Aracruz para abrigar o projeto da Aracruz Celulose S/A, com a justificativa de adequação das condições edafoclimáticas (com uma topografia plana) - era próximo ao mar e, conseqüentemente, ao Porto de Vitória (Dalcomuni, 1990). Segundo Dalcomuni (*ibidem*), a escolha do município de Aracruz se deu por diversos motivos

que combinavam os interesses das elites capixabas e o da Ecotec.

Vale destacar que o município vizinho, Linhares, também possuía as mesmas condições citadas (clima e relevo), no entanto, ele era ocupado por propriedades de grande e médio porte por uma elite local, que, inclusive, possuía registro de suas terras em cartório.

Estas condições também se faziam presentes no município de Linhares, situado entre Aracruz e São Mateus, no entanto ali não se estabeleceram os monocultivos de eucalipto. O que se verifica é que as localidades escolhidas constituíam territórios étnicos que vinham sendo ocupados de forma ancestral e não se legitimavam pela lógica da propriedade privada capitalista da terra-mercadoria, mas sim pela apropriação da terra-patrimônio como sustentação da vida. Neste sentido, constituíam formas de apropriação que não contavam com a documentação da terra, diferentemente de Linhares, onde a propriedade privada já se encontrava consolidada nos grandes latifúndios de gado da oligarquia regional (Ferreira, 2009, p.97-98)

Após apresentação do relatório, o projeto foi apresentado a alguns empresários: Antônio Dias Leite Júnior (da Ecotec), Otávio Cavalcanti Lacombi, Oliva Fontenelle de Araújo. Foi apresentado, também, a Fernando Machado Portela, acionista dos bancos Banco Boa Vista e Banco de Crédito Municipal S.A., e a Eliezer Batista, que foi presidente da Companhia do Vale do Rio Doce e Ministro das Minas e

Energia (1962 – 1963). João Maciel de Moura, Álvaro Soares, Afonso Soares, José Chagas e Renato Grajiollo foram outros empresários para quem o projeto foi apresentado.¹¹² Assim a Aracruz Florestal (Arflo) foi criada em janeiro de 1967, iniciando seu plantio no município homônimo na gestão do governador Dias Lopes.

No ano seguinte de sua criação, a Arflo conseguiu acessar os recursos do Programa de Diversificação do Instituto Brasileiro do Café e grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (IBC/GERCA). Por meio deste programa, foi viabilizada uma quantia de NCr\$1.500.000 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros novos) para aquisição de maquinários de plantio (Barcellos, 2008).

Além desses incentivos, a Arflo obteve subvenções Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDE à época), como apontam Juvenal e Mattos (2002). O BNDE teve um papel importantíssimo para o setor de papel e celulose, subsidiando estudos de viabilidade para o setor, como o plantio, a produção de fibra curta branqueada, e aportando recursos para instalação de complexos que conectavam a plantação e as fábricas (*ibidem*). O Banco ainda criou ainda várias políticas que impulsionaram o setor, ampliando o plantio de eucalipto em escala industrial. Segundo Juvenal e Mattos

¹¹² Relatório final da Pesquisa - “As cumplicidades entre a ditadura empresarial-militar brasileira e a Aracruz Celulose S/A nas violações de diversos direitos das comunidades indígenas (Tupinikim e Guarani), Quilombolas do Sapê do Norte do Espírito Santo e trabalhadores da empresa”. Página 45, 2023.

(*ibidem*), o BNDE investiu, entre os anos de 1967 e 1968, uma quantia equivalente a 100 (cem) milhões de cruzeiros no setor, além de criar inúmeros incentivos fiscais para projetos de instalação de fábricas de papel e celulose no território nacional. (*ibidem*)

No ano de 1972, a empresa se expandiu e criou o Grupo Aracruz Celulose S.A. (Arcel), constituindo-se em uma holding. A Aracruz Florestal S/A foi incorporada como subsidiária (Gomes, 2011) e ficou responsável por produzir madeira e desenvolver pesquisa florestal. As seguintes empresas também foram incorporadas como subsidiárias do Grupo Aracruz Celulose S/A: Aracruz Trading e Aracruz Internacional ficaram encarregadas do desenvolvimento de novos mercados.; a Portocel, um porto especializado no embarque de celulose no distrito de Barra do Riacho no município de Aracruz e a Aracruz Corretora de Seguros, empresa que agenciava seguro das demais empresas da holding (Dalcomuni, 1990).

No ano seguinte da sua expansão, a Arcel pleiteou apoio financeiro para a construção da planta da fábrica “A”, que se destinava à produção de celulose de fibra curta branqueada de eucalipto, perfazendo um total de 400 mil toneladas/ano totalmente voltada para a exportação. Assim, o projeto foi aprovado em 1974 e o BNDE previu um investimento de US\$400 milhões, destinados à obra e à criação de 660 empregos na fábrica e 1000 empregos no plantio (BNDES, 1991).

O BNDE também atuou concedendo incentivos e subsidiando todo o processo de expansão da Aracruz Celulose S/A por meio de suas subsidiárias, a exemplo da Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME), do Insumos Básicos S.A. Financiamento e Participações (Fibase), da Mecânica Brasileira S.A. (Embramec) e do Investimentos Brasileiros S.A (Ibrasa). Todas essas agências e programas autorizavam o Banco a destinar recursos não exigíveis em projetos prioritários que foram elegidos pelos seus próprios planos, como, por exemplo, as regiões prioritárias de reflorestamento (BNDES, 2002).

O BNDE concedeu outros tipos de investimentos à empresa. No ano de 1975, liberou, por meio do Conselho de Desenvolvimento Interno (CDI), a quantia de Cr\$152.089 em incentivos fiscais e financeiros para a Aracruz Celulose S/A, perfazendo 13,3% de investimento de todos os projetos financiados no ano (BNDE, 1977). Além de todo esse investimento, o BNDE se tornou o maior acionário da Aracruz Celulose S/A, com a seguinte composição: BNDES com 38,17%; Cia. Souza Cruz Ind. E Com. com 12,20%; Grupo Lorentzen com 12,67%; Billerud com 5,32%, Grupo Moreira Salles com 9,53% e outros acionistas com 22,11% (BNDES, 1991).

Ano	Valor	Ano	Valor
1974 ²³⁷	US\$44 milhões	1978	Cr\$ 280 milhões
1974	Cr\$ 867 milhões	1978	Cr\$ 186 milhões
1975	Cr\$ 429 milhões	1978	US\$ 10 mil
1975	Cr\$ 110 milhões	1978	US\$ 15 mil
1976	Cr\$ 85 milhões	1979	Cr\$ 88 milhões
1976	Cr\$ 90 milhões	1980	US\$ 25 milhões
1977	Cr\$ 31 milhões	1980	US\$ 10 milhões
1977	Cr\$ 11 milhões	1988	Cr\$ 27.965 mil
1977	US\$ 20 milhões	1990	US\$ 1.04 milhões Fábrica B
1977	US\$ 40 milhões	2001	R\$ 666,3 milhões Fábrica C
1978	Cr\$ 457 milhões	2003	US\$ 546 milhões Fábrica Veracel
-	-	2004	US\$100 milhões (Aracruz Trading S.A.)

Quadro 2 - Recursos do BNDES repassados para a ARCEL até o ano de 2003 (US\$, Cr\$, R\$)

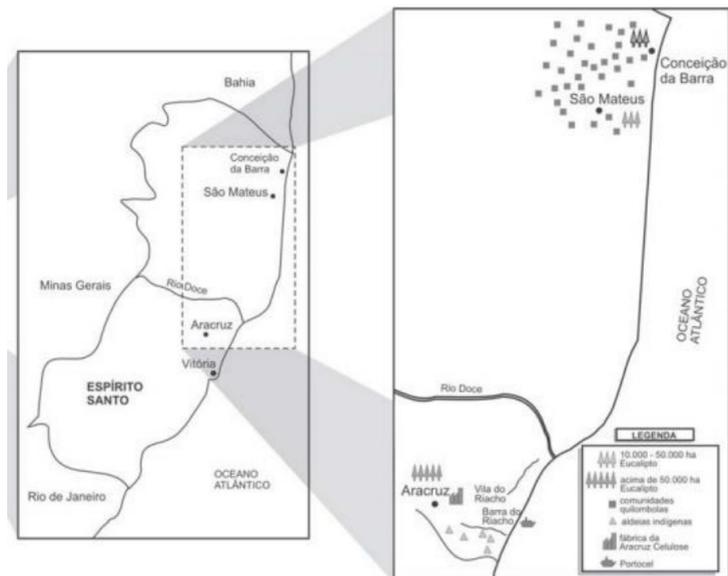
Fonte: Barcellos, 2008, p.225

Posteriormente, a Arcel concretizou o processo de fusão com o Grupo Votorantim Celulose e Papel, criando, no ano de 2009, a Fibria Celulose S/A. Em 2018, esta foi incorporada ao Grupo Suzano S/A.

3. Violações da Aracruz nas comunidades indígenas e quilombolas

Em contraste com a lógica capitalista que enxerga a terra como mera fonte de exploração econômica, estudiosos como Barcellos (2008), Maracci (2005), Loureiro (2006) e Teao (2018) revelam que esses territórios já eram habitados por comunidades tradicionais. Para estas populações, a terra representava um patrimônio ancestral, fundamental para a reprodução da vida, e não um produto a ser comercializado. Essa profunda conexão com a terra, por sua vez, dificultava a

regularização fundiária, o que as colocava em situação de vulnerabilidade jurídica em relação aos latifúndios já estabelecidos em Linhares, por exemplo.



Mapa Fábrika Aracruz, plantio, aldeias indígenas e áreas quilombolas
Fonte: Fase, 2006. p.14

A Ecotec adquiriu 10 mil hectares de terras da Companhia Ferro e Aço de Vitória (Cofavi), que depois foram incorporados ao patrimônio da Arflo e, segundo a própria empresa, o restante das terras foram adquiridas segundo negociação direta com nativos. Contudo, o que se constatou foi que, antes da implantação da empresa, havia 36 aldeias

indígenas e após, sua chegada, restaram apenas 3 aldeias: Caieiras Velha, Comboios e Pau-Brasil (Barcellos, 2008)¹¹³.

Ao longo da pesquisa, nos deparamos com um documento de extrema importância referente às aquisições de terras realizadas pela Aracruz Celulose S/A (Arflo e Arcel): os 45 volumes da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), instaurada pela Assembleia Legislativa do estado do Espírito Santo, em 2002. Essa comissão tinha como objetivo averiguar as denúncias de irregularidades na aquisição de terras por parte da Aracruz Celulose, na década de 1970.

Além da compra das terras da Cofavi, a Arflo informou durante CPI/ALES (2002) que comprou terras de posseiros. Contudo, o que a Comissão (2002) e o Relatório FUNAI nº 3649/75 apontam é que houve uma prática sistematizada de grilagens de terras indígenas. A Lei Delegada nº 16, de 16 de novembro de 1967, permitia que posseiros pudessem requerer terras consideradas devolutas junto aos órgãos competentes, desde que morassem por cinco anos na mesma e que comprovassem o cultivo e preservação de um quinto da extensão sem exploração. Burlando a Lei Delegada, a empresa solicitava a alguns funcionários que requeressem as terras em seus nomes, para, em seguida, repassá-las para incorporar a seu capital. Ainda, algumas empresas menores compravam as terras e as repassavam, tendo sido incorporadas quase em sua maioria ao capital da Aracruz Celulose S/A. (Malagutti, 2023) Dessa forma, a CPI/ALES (2002) comprovou que funcionários

¹¹³ Importante salientar que o processo de demarcação e reocupação das terras indígenas pelos povos originários segue em curso.

da Aracruz Celulose S/A requeriam grandes glebas de terras e, logo em seguida, as repassavam para a empresa.

Houve, ainda, uma prática violenta de expulsão dos indígenas de suas terras por meio de contratação nos quadros funcionais da empresa de militares reformados, principalmente de agentes da Polícia Militar. Como o Tenente Merçon e Orlando Cavalcanti, essas figuras ameaçavam os indígenas a saírem de seu território. Outra prática constatada pela CPI/ALES (2002) eram os chamados “correntões”, que tinham por objetivo limpar o terreno para o plantio de eucalipto. Esse hábito consistia em uma corrente grossa amarrada a dois tratores que por onde passavam derrubavam indiscriminadamente árvores e afugentavam animais da região.

A Aracruz Celulose S/A ainda utilizou a tática de negação da identidade e da existência de indígenas na região. No primeiro caso, a empresa não contratava para seu quadro de funcionários nenhuma pessoa que reivindicasse ser indígena. O sociólogo Henri Acselrad (2007) apontou que, para conseguirem emprego na Aracruz, mesmo que informal, os indígenas deviam negar sua indigeneidade. Loureiro (2006) cita o jornal A Tribuna, que veiculou uma reportagem no ano de 1978 relatando que havia cerca de 500 Tupiniquins subempregados nas obras da fábrica (Loureiro, 2006).

Durante a implantação e expansão da Aracruz Celulose S/A no município de Aracruz, foram elaborados pela FUNAI alguns relatórios para constatar a existência dos indígenas na região. Esses relatórios surgiram em função das lutas dos indígenas contra a empresa. A FUNAI interveio porque os

indígenas e os movimentos sociais pressionaram e provaram a sua existência imemorial. O Relatório nº 3649, de 1975, elaborado por antropólogos, denunciou que houve a prática ilegal de grilagem na aquisição das terras da Aracruz Florestal.

Outra questão levantada durante a CPI/ALES (2002) foi a convivência da FUNAI, principalmente na expansão da empresa e construção da planta da fábrica “A”. Todos os presidentes da FUNAI de 1967 até 1985 estavam vinculados ao Ministério do Interior, instituído pelo Decreto Lei nº 25, de fevereiro de 1967. Sua principal função, de acordo com Art. 3º era regular “a estruturação, as atribuições e o funcionamento dos órgãos da Administração Federal” (Brasil, 1967). Na prática, a FUNAI estava ligada a um órgão que respondia diretamente ao poder central do regime ditatorial e não possuía liberdade para tratar das demandas pertinentes à questão indígena.

No caso dos quilombolas do Sapê do Norte (território que engloba os municípios de São Mateus e Conceição da Barra) os efeitos da expansão da empresa não foram muito diferentes. Contudo, a prática de inserção no território quilombola teve algumas estratégias distintas. Sua expansão para o Norte do estado do Espírito Santo ocorreu já no início da década de 1970 e teve, inicialmente, alguma resistência para entrar nas comunidades quilombolas do Sapê do Norte. Ao perceber isto, a Aracruz Celulose S/A utilizou uma estratégia de inserção nas comunidades específica: a utilização de um integrante da comunidade, Benedito Braulino, mais conhecido como Pelé.

De acordo com os quilombolas, eles tinham pouco contato com pessoas de fora e foi Benedito Braulino quem promoveu a entrada da Aracruz Celulose S/A nas comunidades quilombolas. Era Pelé que intermediava as conversas de compra e venda das terras ocupadas pelo Quilombo do Sapê do Norte. Isso acontecia porque ele fazia parte da comunidade e tinha a confiança das pessoas. Os quilombolas acreditavam nas promessas de que seriam bem pagos e que a empresa traria oportunidades de empregos. As promessas, contudo, não foram concretizadas.

Existia um cara naquela região que se chamava Pelé. E os negros não tinham grande relação com as comunidades brancas. O Pelé morava em São Mateus, era referência do povo negro no norte do Estado do Espírito Santo. Supõe-se que ele foi usado, pela própria empresa para ter acesso às comunidades negras, porque se o branco fosse não teria acesso. O Pelé foi usado para fazer essa transação de relação com a comunidade negra. (...) Ele começou a ir às comunidades e comprar algumas terras. Das outras terras eles mandavam as pessoas saírem mesmo, várias famílias que conhecemos foram mandadas sair da terra. (CPI, 2002, fls 8.038)

Todavia, as negociações, jamais satisfatórias, cederam lugar a ameaças, protagonizadas pelo próprio Pelé e seus aliados - tanto policiais quanto ex-policiais. Aqueles que resistiam à venda eram silenciados por prisões arbitrárias ou punidos por ousarem se manifestar contra a injustiça. Sem alternativas e iludidos com promessas vazias, muitos quilombolas se viram obrigados a abandonar suas casas e

buscar refúgio em Vitória, principalmente no Morro de São Benedito.

A CPI/ALES (2002) ouviu depoimentos das lideranças quilombolas do Sapê e, segundo os relatos, havia uma prática recorrente de convencimento dos quilombolas a venderem suas terras a preços muito abaixo do valor de mercado e que a empresa traria melhoria da região. Pelé fazia a transação em nome de outras pessoas e empresas menores que em muitos casos transferiam a titularidade da terra para a Aracruz Celulose S/A. Pode-se citar ainda algumas empresas que participaram desse esquema: a Brasil-Leste Agroflorestal (BLASA), com 4.172,37 hectares; a Santa Cruz Urbanizadora, com 655,79 hectares; e, por fim, a ECOTEC, com 21.040 hectares - empresa que foi incorporada à ARCEL em 1978, conforme consta na CPI/ALES (2002).

De acordo com o Mapa de Conflitos, elaborado pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), o território do Sapê do Norte era composto pelos municípios de São Mateus e Conceição da Barra, com um total de doze mil famílias espalhadas por mais ou menos cem comunidades (ENSP/FIOCRUZ, 2015). Contudo, após o processo de expansão da Aracruz Celulose S/A para esses municípios, restaram aproximadamente 30 comunidades remanescentes de quilombos, totalizando 1,2 mil famílias. Muitas delas estavam organizadas em sítios familiares que foram constituídas por laços de parentesco e compadrio, estabelecendo redes de solidariedade e trocas, vínculos familiares e vínculos religiosos (*ibidem*).

Ainda segundo depoimentos das lideranças quilombolas na CPI/ALES (2002), a Aracruz Celulose S/A não teve qualquer comprometimento com os territórios, com o meio ambiente ou com as populações.

O que eles fizeram? Começaram a expulsar todas as famílias de todas as comunidades que tinha sua cultura, tinha sua dança, tinha suas comidas típicas, tinha mata, vivia na natureza. (Entrevista de Domingo dos Santos - Conceição da Barra Espírito Santo. Entrevista realizada por Joana D'Arc Fernandes Ferraz em agosto de 2022.)

Esse processo de expansão da empresa causou a expulsão de cerca de 90% das famílias que viviam nas terras quilombolas do Sapê. Além de provocar sua migração para a capital do estado e sua região metropolitana, forçou-os a abrir mão de suas terras e tradições e adotarem uma nova forma de viver (ENSP/FIOCRUZ, 2015). As famílias que ainda se encontram no território têm que lidar com o imprensamento entre os eucaliptais, que limitam sua mobilidade intra-comunidades e diminuem a extensão de suas terras para o cultivo de lavoura de subsistência.

Quase uma década depois do encerramento da CPI/ALES (2002), o Ministério Público Federal do Espírito Santo (MPF/ES) instaurou a Ação Civil Pública (ACP) nº 0000693-61.2013.4.02.5003 contra o Grupo Aracruz, atual Fíbria S/A, o BNDES e o Estado do Espírito Santo. A ACP tinha dois objetivos: i) declarar nulo todo o processo de doação de 21 títulos de propriedades adquiridas na década de 1970,

que foram consideradas devolutas e passaram para o domínio da Aracruz Celulose S/A, perfazendo um total de 5.938 hectares concedidos de maneira fraudulenta; ii) proibir e suspender o financiamento de qualquer tipo de recurso por parte do BNDES à empresa. Entretanto, a quantidade de terras estava equivocada, sendo, na verdade, ainda maior do que a declarada no documento. Em 2015, então, o MPF/ES acrescentou outra ACP à primeira, a de número 0104134-87.2015.4.02.5003/ES, com mais 30 propriedades.

4. Destruição ambiental

Com a presença da Aracruz Celulose S.A., os territórios Guarani e Tupinikim sofreram uma drástica redução e efeitos ambientais devastadores. Houve uma derrubada indiscriminada da Mata Atlântica, afetando a biodiversidade com o decréscimo de espécies como pequenos mamíferos e aves. O “Relatório de Impactos da Apropriação dos Recursos Hídricos pela Aracruz Celulose nas Terras Indígenas Guarani e Tupiniquim”, organizado pela Associação de Geógrafos Brasileiros em 2004, comprovou que foram desmatados 430 km² de floresta tropical fluvial nativa para o monocultivo de eucalipto, causando o esmaecimento dos rios que eram e são fundamentais para a existência indígena no território (Barcellos; Ferreira, 2007 apud Barcellos, 2008, p.287).

A utilização de agrotóxicos também foi feita de forma indiscriminada pela Aracruz Celulose S/A. Nos documentos CPI/ALES (2002), alguns trabalhadores relataram que o uso de

agrotóxicos gerou doenças, como glaucoma e leucopenia, doença que causa a baixa de leucócitos ou glóbulos brancos no sangue. A falta do uso de equipamentos de segurança individual e de medidas de segurança causaram acidentes, alguns trabalhadores perderam membros do corpo ou ficaram com lesões corporais.

A Organização Não Governamental (ONG) Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), instituição atuante na causa ambiental, elaborou em 2006 um documento para avaliar a situação ambiental da região, “H2O para Celulose X Água para todas as línguas: O conflito ambiental no entorno da Aracruz Celulose S/A - Espírito Santo”. O documento aponta que até 1995, a Aracruz Celulose S/A utilizou como isca de formiga o dodecacloro, além desse agrotóxico utilizou ainda

Celulose aplica: Scout N.A., Goal BR, Chopper N.A, Mirex-S, Formicida Granulado Dinagro S N.A, Formicida em Porta-Iscas (10g), Confidor 700 GRDA, Goal 240 N.A, K-Othrine 2P N.A, Fomicida em Porta-Iscas (5g) e Tuit N.A. 6 (FASE, 2006, p.21 e 22)

Sobre os impactos causados ao meio ambiente, Maracci (2005) aponta que, para a captação de água para as fábricas de celulose, houve o estreitamento da boca da barra em Barra do Riacho, provocada por desvios de rios e córregos nas imediações do povoado. Além de nascentes, foram atingidos os rios Juhúna, Mãe Boa, Pavor, Engenho e São Pedro. Outro impacto causado pela empresa se deu pelos efluentes

despejados no mar, nas imediações de Barra do Riacho. No total são três emissários submarinos, sendo que dois deles já existiam desde a criação da primeira fábrica na década de 1978 (*ibidem*).

Mesmo com o fim do regime ditatorial, pode-se constatar uma violação continuada exercida pela empresa. De acordo com Maracci (*ibidem*), baseada no Relatório DESC intitulado “Violação de Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais na Monocultura do Eucalipto: a Aracruz Celulose e o estado do Espírito Santo”, foi exemplo disso “o caso do Canal Caboclo Bernardo (referência a uma personalidade cultural da região) que desviou água do Rio Doce para abastecer as fábricas do Grupo Aracruz (Maracci, 2005, p.8482 apud Fase, 2002).

O histórico de destruição ambiental no território indígena pela Aracruz Celulose S/A relatado acarretou a diminuição espacial ocupada pelos povos tradicionais e a constante falta de água. Diante disso, pode-se considerar que houve a “morte social” das aldeias, entendida como a supressão de um modo de existência por meio de diversas práticas e dinâmicas, principalmente, pela perda ou redução do território originalmente ocupado pelos indígenas. Isso porque é a partir do território que se estabelecem as relações sociais entre eles. Assim, quando ele é reduzido ou tomado, as relações que nele se fazem se esfacelam, levando ao desaparecimento dos seus hábitos, costumes e rituais.

O território indígena alicerça suas culturas, seu significado vai muito além de mero recurso natural a ser

explorado, como é entendido por culturas “brancas”. Ele é parte fundante da cultura dos povos indígenas, formando sua cosmovisão e criação de identidade. Quando o direito à terra e à natureza são suprimidos desses povos, o que ocorre é uma negação de sua existência. No caso dos indígenas Guarani e Tupinikim, essa morte social pode ser associada à instalação e à expansão da Aracruz Celulose S/A, por meio da lógica do capital monopolista e com apoio de agentes do Estado, da repressão ditatorial e da elite empresarial.

5. Considerações finais

A primeira questão a se destacar para a conclusão deste capítulo circunscreve-se no âmbito das vantagens econômicas obtidas pela Aracruz Celulose S/A. Por meio de inúmeros financiamentos de programas e subsidiárias do BNDES, tais como FINAME e FIBASE, e, inclusive, tendo o banco como acionista majoritário, comprova-se que surgimento da empresa bem como sua existência dependeram de recursos públicos proveniente do BNDES, ao ponto da Aracruz Celulose S/A ser considerada como um caso de sucesso pelo banco.

Outra prerrogativa da empresa foi o envolvimento de seus criadores com a estrutura estatal da ditadura empresarial-militar. Quando não possuíam relações com o alto escalão, compunham a estrutura burocrática-administrativa do Estado. Foi o caso de Antônio Dias Leite e Eliezer Batista, ambos circularam tanto no setor público, ocupando cargos de prestígio

dentro da administração estatal, como no setor privado, sendo acionistas da Aracruz Celulose S/A.

A questão ambiental não se faz menos importante, como demonstrado. A instalação e expansão da empresa com o monocultivo de eucalipto promoveu o desvio de córregos e rios, bem como suas secas. Isso causou problemas de abastecimento para o uso da água em lavouras e consumo das populações citadas. A utilização de agrotóxicos também promoveu problemas como doenças e contaminação do solo e recursos hídricos que podem ser sentidos até o momento presente.

Atrelado a isso, percebe-se ainda que o regime ditatorial utilizou-se do discurso de levar o desenvolvimento para as regiões desaquecidas economicamente para promover uma espécie de “limpeza” étnica em territórios não “desenvolvidos”, apropriando-se das terras ancestrais. Os Relatórios da FUNAI, a CPI/ALES (2002) e as duas ACPs, de 2013 e 2015, constatam esse fato.

A CPI/ALES (2002) evidenciou a prática de esbulho das terras quilombolas. Os posseiros requeriam as terras calcados na Lei Delegada, contudo, repassavam rapidamente esses títulos para a Aracruz Celulose S/A. Já nas duas ACPs e nos documentos que as compõem, como o RTID, comprovou-se a existência da população remanescente de quilombo nos municípios de São Mateus e Conceição da Barra.

Esse esbulho só foi possível devido ao fato de que esses territórios eram ocupados por populações ancestrais e não possuíam a titularidade da terra. Entendida como suporte para a

reprodução da vida e suas existências, a visão indígena sobre o território se afasta drasticamente da lógica capitalista que utiliza a natureza como fonte de recursos a serem explorados. Em decorrência dessa singularidade, tanto os indígenas quanto os quilombolas não possuíam a titularidade das terras, como ocorria com o município de Linhares, ocupado por inúmeros latifúndios estabelecidos pela oligarquia local.

O esbulho de terras, a devastação ambiental, a expulsão das populações originárias e ancestrais e, conseqüentemente, a formação dos “Desertos Verdes”, causado pelo plantio industrial de eucalipto, ocasionaram o esfacelamento das relações sociais estabelecidas ao longo de anos cultivadas. Como evidenciado, a esse processo dá-se o nome de “morte social”, que retira dos indígenas seus espaços de criação de vínculos e laços sociais. Dessa maneira, se esvaece todo o sentido de existência elaborado a partir do meio físico, como os espaços das histórias da região e comunidade, os espaços sagrados e de manifestação religiosa. Por fim, mesmo a subjetividade indígena perde seu sentido.

Referências bibliográficas

ACSELRAD, Henri. Conflitos ambientais - a atualidade do objeto. In: ACSELRAD, Henri (org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fundação Heinrich Böll, 2004.

ACSELRAD, Henri. O movimento de resistência à monocultura do eucalipto no Norte do Espírito Santo e Extremo Sul da Bahia – uma sociologia da recusa e do consentimento em contexto de conflito ambiental. In: **XIII Congresso Brasileiro de Sociologia**. Recife: UFPE, 2007.

BARCELLOS, Gilsa Helena. **Desterritorialização e R-existência Tupiniquim**: mulheres indígenas e o complexo agroindustrial da Aracruz Celulose. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais. 2008. 426 páginas.

BRASIL. Lei nº 5.106, de 02 de setembro de 1966. Dispõe sobre os incentivos fiscais concedidos a empreendimentos florestais. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/19JyPFEno-APo8cVtyqWzoLKcryZ5cD4q/edit>. Acesso em: 16 de maio de 2024.

BRASIL. Justiça Federal. Ação Civil Pública nº 0000693-61.2013.4.02.5003/ES. Seção Judiciária do Espírito Santo, 1ª Vara Federal de São Mateus, 2013.

BRASIL. Justiça Federal. Ação Civil Pública nº 0104134-87.2015.4.02.5003/ES. Seção Judiciária do Espírito Santo 1ª Vara Federal de São Mateus, 2015.

BNDES. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. Ação Financiadora do BNDE em 1966. Revista do BNDE. 1967.

BNDES. Papel e Celulose. In: **BNDES Setorial**. Edição Especial, p.88-103. nov. 1997

DALCOMUNI, Sonia Maria. **A implantação da Aracruz Celulose no Espírito Santo** – Principais interesses em jogo. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola da UFRRJ. 1990. 500 páginas.

DREIFUSS, Renè Armand. **1964**: A conquista do Estado, ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

ESPÍRITO SANTO. Lei Delegada nº 16, de 16 de novembro de 1967. Organiza o Departamento de Terras e Colonização e dá outras Providências. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/es/lei-delegada-n-16-1967-espirito-santo-organiza-o-departamento-de-terras-e-colonizacao-dtc-e-define-a-politica-de-terras-do-estado>. Acesso em: 01 de junho de 2024..

ESPÍRITO SANTO. Resolução nº 2.028, de 13 de março de 2002. Cria Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar possíveis irregularidades no licenciamento das atividades da empresa Aracruz Celulose S/A.

FASE. Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. H2O para Celulose X Água para todas as línguas: O conflito ambiental no entorno da Aracruz Celulose S/A - Espírito Santo. Organizadores CALAZANS, Marcelo e Mirelles, Daniela Meirelles. 2006.

FERREIRA, Simone Raquel Batista. **“Donos do lugar”**: a territorialidade quilombola do Sapê do Norte - ES. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2009.

FUNAI. Relatório nº 3649/1975.

ROGEDO, Isa Maria Pacheco. **Relatório de viagem a Vitória encaminhado à Diretoria do DGPC**. FUNAI, Relatório antropológico, 22 de agosto de 1975.

RICK, Hildegart Maria de Castro. **Relatório de viagem a aldeamento no município de Aracruz, ES**. FUNAI. 1 de setembro de 1975.

JUVENAL, Thaís Linhares e MATTOS, René Luiz Grion. O setor de Celulose e papel. In: **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social 50 anos: Histórias Setoriais**. Org. SÃO PAULO, Elizabeth Maria de e FILHO Jorge Kalache. Rio de Janeiro. p.49-76. 2002

LOUREIRO, Klítia. A instalação da empresa Aracruz Celulose S/A e a “moderna” ocupação das terras indígenas Tupiniquim e Guarani Mbya. Vitória: **Revista Ágora**, n.3, p.1-32, 2006.

MALAGUTI, Geraldiny. **A implantação e expansão do Grupo Aracruz Celulose S/A na ditadura empresarial-militar brasileira**: as violações de direitos dos indígenas e quilombolas do estado do Espírito Santo. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2023.

MARACCI, Marilda Teles. A apropriação de territórios para monocultura de eucalipto, impactos socioambientais e conflitos territoriais no Espírito Santo-Brasil. In: **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**, 20 a 26 de março de 2005. São Paulo: Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/1891/1403>. Acesso em: 03 de abril de 2024.

SALGADO, Iliany Maria; ALIMONDA, Héctor Alberto. Reflexões sobre o monocultivo de eucalipto em Conceição da Barra (ES – Brasil) e seus efeitos desfavoráveis. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 24 n. 2, out./2016-jan./2017. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/769>. Acesso em: 23 de maio de 2024

TEAO, Kalna Mareto. Juntos na terra, juntos na luta e juntos na História: relações interétnicas entre Tupinikim e Guarani Mbya no Espírito Santo. In: **XXIX Simpósio Nacional de História**. Contra os Preconceitos: História e Democracia. Brasília. 2017. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502146578_ARQUIVO_Juntosnaterra2.pdf. Acesso em: 23 de maio de 2024.

Fiocruz. Fundação Oswaldo Cruz. **Mapa de Conflitos**. Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/es-quilombo-de-sape-do-nortereduzidosa-10-em-pessoas-e-territorio-continuam-na-luta-pela-titulacao-de-suasterras/> Acessado em: 20 de maio de 2024

SEÇÃO 5 – Imprensa, redes e tecnologias sociais

Capítulo 16

Imprensa negra fluminense no contexto da Ditadura Empresarial-Militar

Helbson de Avila¹¹⁴

1. Introdução

Estudar a história, a estrutura e os produtores de conteúdo da imprensa negra ajuda a compreender a construção, a consolidação e o entendimento de uma narrativa única e exclusivamente a partir do olhar e da vivência da população negra. Além disso, essa perspectiva se propõe a intermediar o debate em torno da construção de uma identidade racializada a partir da memória e dos feitos desta parcela da população na sociedade, expondo conteúdos e dando ênfases favoráveis ao tratar de assuntos críticos da realidade da população.

Dessa forma, a imprensa negra se fez enquanto veículo que reverteu a ideologia da democracia racial estabelecida e difundida pela imprensa tradicional hegemônica. Ela não se limitou às narrativas de denúncia e/ou reivindicação, também

¹¹⁴ Helbson de Ávila é formado em Economia pela AEDB, mestre em Sociologia pelo PPGS/UFF. Tem experiência na área de sociologia das relações raciais, com ênfase em interseccionalidade e etnografia. E-mail: helbsondeavila@gmail.com.

divulgou ações, projetos e propostas específicas da cultura afro-referenciadas no intuito de despertar uma sensibilidade crítica da vivência da população negra no contexto de busca pela cidadania negra. Esta fase da imprensa negra, enquanto fenômeno social, foi um marco para o pleno exercício dos direitos fundamentais e superação da cidadania regulada, que, aprofundada pelo racismo midiático em sua defesa da democracia racial, tendo como consequência a omissão de seus efeitos no pós-abolição até os dias atuais.

Nesse sentido, o presente capítulo tem como finalidade investigar a população negra por meio de suas formas comunicacionais de denúncia do racismo no Brasil. Deve-se destacar que a imprensa negra tem uma história longa que retoma ao século XIX e segue por todo o século XX. O foco, contudo, repousa na compreensão da forma pela qual a imprensa negra se desenvolveu durante o regime militar (1964-1985), tendo como o caso de estudo a imprensa negra fluminense. Acompanhando o debate da literatura especializada, o trabalho evidencia como a democracia racial era o grande mito a ser enfrentado pelos intelectuais negros que produziam a imprensa negra durante o período autoritário brasileiro.

O objetivo deste trabalho repousa em identificar, caracterizar e conceituar a imprensa negra. Para tal, realizei uma breve mirada nas contribuições sobre a comunicação das Escolas de Frankfurt, seguida da Escola de Chicago e por fim na vertente das Américas, bem como na do Brasil, respectivamente com a criação da CIESPAL (Centro

Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para América Latina) e da Intercom.

Depois, dedico-me à contextualização das lutas contra a ditadura empresarial-militar (1964-1985), objetivando situar o período histórico a partir das notas nas imprensas à época. Foi um período em que a elite conservadora da política nacional cerceou direitos e impôs crenças e ritos, como foi o caso da democracia racial. Conforme aponta Paulina Alberto (2017, p.337), “os militares que tomaram o poder depois de 1964 usaram a democracia racial como ideologia oficial do Estado”.

Em oposição à teoria do embranquecimento, a democracia racial era uma ideologia¹¹⁵ que pregava a miscigenação como característica do Brasil. Ela era expressa pelo elogio do mito das três raças fundadoras (negros, brancos e indígenas), bem como pela negação do racismo enquanto experiência concreta dos brasileiros. O principal objetivo da classe dominante era inviabilizar o debate acerca da situação do negro na sociedade. Com maior incidência entre os anos de 1930 e 1980, sua implementação visava superar a ideologia do branqueamento, teoria biologizante da vida social que preconizava o Brasil como um país de brancos em cem anos (Schwarcz, 1993). Dessa forma, a democracia racial oferecia uma nova chave interpretativa para a realidade brasileira: a recusa do determinismo biológico e a valorização do aspecto cultural, reversível em suas diferenças (Jaccoud, 2008).

¹¹⁵ Segundo o dicionário de sociologia de Rui Leandro Maia (2018, p.355), “ideologia” refere-se a um “conjunto de valores, crenças (...), opiniões, atitudes inerentes à natureza do homem e da sociedade, à sua condição e funcionamento passados e presentes, ao seu devir.”

Em seguida, o capítulo analisa a construção ideológica da comunicação contra-hegemônica da imprensa negra no cenário de fortalecimento do mito da democracia racial. As condições adversas às liberdades individuais decorrentes do período ditatorial facilitavam a operacionalização não só da imprensa, mas também de sua maior abrangência e capacidade de formar (e, em certos casos, deformar) opinião. Althusser (2022) identificou esse veículo como um aparelho ideológico de Estado, visto que a imprensa não possuía estatuto público e constituía uma instituição privada.

Nesse sentido, a imprensa hegemônica, principal instrumento de comunicação de massa da elite, de caráter empresarial privado, cumpre sua função enquanto aparelho ideológico do Estado. Diante disso, a realocação da pauta racial no centro do debate nos finais dos anos de 1980 contou com a significativa atuação dos intelectuais negros e negras, resistindo, além da ditadura, aos embates político-ideológicos, tanto com a imprensa operária como também com a esquerda tradicional.

Por fim, este capítulo ainda identifica a estrutura da imprensa como um organismo social de comunicação de massa, bem como a intencionalidade dos operadores diante do contexto e da conjuntura. Esta estrutura¹¹⁶ exige uma análise conceitual dos elementos da comunicação de massa, assim

¹¹⁶ Definição extraída do Dicionário de Sociologia, editado em 2005 (1ª reimpressão em 2018 pela Editora Paulus), sob a direção de Luciano Gallino e traduzido por José Maria de Almeida, bem como do Dicionário de Conceitos Essenciais de Sociologia de Anthony Giddens e Philip W. Sutton (2ª edição revisada pela Editora UNESP).

elencados como seus elementos constitutivos, indispensáveis para a realização da mesma.

2. Contextualização do problema de investigação

Embora a imprensa negra brasileira tenha sido bastante estudada por sociólogos, historiadores e antropólogos, os periódicos negros que se fazem presentes na esfera pública nacional desde o século XIX (Pinto, 2010) possuem menos estudos durante o período da ditadura empresarial-militar (1964-1985). Curiosamente, a ditadura é muito estudada pela historiografia nacional e estrangeira, mas pouco se sabe até hoje sobre como tal regime afetou os ativismos políticos negros e a vida da população negra deste país. Segundo o historiador Petrônio Domingues, esse período ditatorial:

Representou uma derrota, ainda que temporária, para a luta política dos negros. Ele [o golpe] desarticulou uma coalizão de forças que palmilhava no enfrentamento do “preconceito de cor” no país. Como consequência, o Movimento Negro organizado entrou em refluxo (Domingues, 2007, p.111).

As perseguições aos movimentos sociais e aos militantes que lideravam as lutas pela retomada do Estado democrático, incluindo os ativistas das causas raciais (Pires, 2018), não foram casos isolados. Eles foram encobertos pelos agenciadores do Estado com a colaboração de empresas privadas, incluindo do segmento da comunicação, sobretudo a

imprensa. Parte desta conquistou hegemonia naquela ocasião ao reverberar o discurso de uma ala da sociedade que flertou com a ação golpista de 1964, cujo objetivo foi a manutenção do conservadorismo que norteava o pensamento social brasileiro à época. A imprensa respaldou prisões arbitrárias, invasões a domicílio, expropriação de lugares de moradia (remoções), torturas físicas e psicológicas, dentre outras (*ibidem*).

O rompimento de uma prolongada visão engessada e sedimentada nas ideias ditatoriais vem se consolidando com as recentes pesquisas a partir da instauração da Comissão Nacional da Verdade (CNV). O historiador Lucas Pedretti (2018) destaca que essas recentes pesquisas diversificam e aprofundam temáticas específicas que nos dão uma maior amplitude conjuntural do que foi o período ditatorial. Essas investigações desconstróem a narrativa das forças repressoras, que apontavam a inevitável e necessária abordagem ‘violenta’ em suas intervenções contra as supostas guerrilhas comunistas urbanas. Ainda, segundo o autor:

Os historiadores foram influenciados pelas narrativas que resumiam a ditadura a um embate entre o Estado e a oposição armada [...]. Com isso, conformou-se uma espécie de tipologia clássica sobre os personagens e as violências da ditadura [...], o que se entendia como violência do Estado ditatorial eram as ações de repressão política em sentido estrito (*ibidem*, p.95).

A presença do racismo na sociedade brasileira foi ideologicamente encoberta pelo discurso oficial da democracia

racial. Essa construção ideológica do Estado e da sociedade vem desde o contexto dos anos de 1930, como evidenciam as análises em buscas documentais majoritariamente realizadas na hemeroteca da Biblioteca Nacional. Faz-se necessário destacar que a presente pesquisa se fez por meio de análises dos processos observados ao longo de dois anos de pesquisas bibliográficas, como também consultas em arquivos pessoais, originários da minha própria atuação militante. Do material coletado na pesquisa, me dediquei particularmente à imprensa negra fluminense, que se justifica pela enorme presença do ativismo antirracista no estado do Rio de Janeiro, indicado nas literaturas especializadas como relevante para os estudos da imprensa negra.

Para a condução deste trabalho, considero o racismo como um fenômeno social cuja abordagem analítica se desdobra em três dimensões, a saber: ideológica, prática e estrutural (Campos, 2017). Considerando que o homem é biologicamente predestinado a construir e habitar um mundo com os outros, este torna para si a realidade dominante e definitiva (Berger; Luckmann, 2003), considerei dar um passo atrás a fim de resgatar as bases que sustentaram os discursos e, conseqüentemente, as narrativas. Dessa forma, o discurso enquanto materialidade específica da ideologia (Orlandi, 2012), torna a memória uma experiência essencialmente necessária para a compreensão da maneira como é construída as narrativas dessa imprensa contra-hegemônica.

Tal construção, elaborada por indivíduos inseridos em um contexto de rompimento com os signos da modernidade, é

formada na interação entre o eu e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior, que é o eu real. Este, contudo, é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais exteriores e as identidades que esses oferecem (Hall, 2023), o que nos dá a dimensão desse processo de construção de uma nova realidade a partir da atuação dos intelectuais negros e negras.

Ainda no despertar de minha atuação e efetiva inserção no movimento negro, assim como todos os jovens negros e negras, fui confrontado e questionado sobre a legitimidade da pauta no contexto. A racialização gerava incômodos que logo a resposta vinha em forma de cerceamento. Esta prática, muito presente nas relações sociais, evidencia a legítima adesão e persistência ao mito da democracia racial forçada em meio à reprodução dessa ideologia, ainda presente no pensamento social brasileiro. Contudo, de forma tímida, dei sequência aos trabalhos, colocando no ar um blog destinado às pautas raciais cujo nome era um chamado ao envolvimento nas questões que nos afligiam. O blog ‘Reconquistar a Negritude’ ficou no ar, à disposição dos internautas por longos 15 anos, entre 2003 e 2018.

Entre uma postagem e outra, tive a imensurável honra de ser contactado pela direção do IPCN, na pessoa do diretor de comunicação, professor Adagoberto Arruda (in memoriam). Em um momento do processo de reestruturação da entidade, em 2003, Arruda solicitou a publicação de uma de suas matérias no blog. Fiz a publicação por solidariedade, mas também visando a possibilidade de ter mais visualizações no

blog. Este foi um dos primeiros contatos que tive com esta instituição, e sem mensurar o simbolismo deste ato. Hoje percebo a relevante contribuição que pudemos trocar, em meio a ação orquestrada pelo regime autoritário, que propôs desarticular o movimento negro.

A capacidade de resistência dos intelectuais negros e negras (Cunha Júnior, 2003), me instigou a realizar esta pesquisa, buscando compreender como a imprensa negra colabora com o debate público. Esse veículo continua construindo e disputando espaço para centralizar o debate racial no pensamento social brasileiro ao longo da história. Seu surgimento no Brasil destaca-se como um espaço de resistência e afirmação cultural, destinado a dar voz a uma população historicamente marginalizada. Dessa forma, a análise deste fenômeno deve considerar as influências teóricas e práticas das escolas de comunicação, que intermedeiam a evolução deste setor.

A Escola de Frankfurt, através de seus teóricos como Adorno e Horkheimer, introduziu a crítica à indústria cultural e à manipulação das massas (Cirino, Tuzzo e Temer, 2014). As noções de cultura de massa e indústria cultural se revelam pertinentes na análise da imprensa negra, pois muitas vezes a mídia convencional perpetua estereótipos raciais e sociais, enquanto a imprensa negra visa desconstruir essas narrativas, propondo, assim, uma contraposição ideológica.

Já a Escola de Chicago, com seu foco em estudos urbanos e sociais, enfatizou o papel da comunicação na formação de identidades urbanas e sociais. A experiência de

grupos e movimentos sociais na cidade de Chicago pode ser vista como um paralelo ao que se observa na comunicação negra no Brasil — a luta por reconhecimento e afirmação em um espaço que historicamente marginaliza as vozes afro-brasileiras.

Na América Latina, especialmente nas décadas de 1960 e 1970, a comunicação popular ganhou força através da criação de centros de estudos como a CIESPAL e a Intercom. Essas instituições fomentaram a pesquisa e o desenvolvimento de uma comunicação voltada para as massas, com ênfase na educação popular e na diversidade cultural. A comunicação se torna um instrumento de luta e expressão, fundamental para a organização social e política dos grupos marginalizados, expressa no estatuto do IPCN. A criação do CIESPAL em 1967 e da Intercom em 1979 marcam um importante avanço nos estudos de comunicação, inserindo a perspectiva da comunicação popular, e, por consequência, da imprensa negra.

Sendo a imprensa um organismo social de comunicação de massa, deve ser analisada sob diversas perspectivas: suas estruturas internas, a formação de seu conteúdo e a potencialidade de suas vozes. O estudo da intencionalidade por parte dos operadores de comunicação em contextos sociais e políticos distintos permite entender como a imprensa negra atua como um espaço de afirmação cultural e resistência.

Logo, a comunicação é um espaço de memórias e lutas coletivas, onde a diversidade cultural deve ser reconhecida e valorizada. Nesse sentido, a imprensa negra desempenha um papel crucial nesse processo, servindo não apenas como meio

de transmissão de informações, mas como um canal de expressão e resistência. Essa análise requer a compreensão das especificidades da comunicação e das condições sociais na qual a imprensa negra se desenvolve, no amplo campo da comunicação social.

3. Metodologia, fontes de investigação e resultados iniciais

Este capítulo é fruto de uma pesquisa realizada durante os anos de 2022 e 2023 e defendida no ano em que se levantaram as reflexões acerca dos 60 anos da ditadura empresarial-militar (2024). Durante o percurso do meu mestrado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense (PPGS/UFF), dediquei-me à consulta dos acervos da Hemeroteca Digital e do Acervo da Biblioteca Nacional.

A metodologia empregada na dissertação fundamentou-se em uma abordagem qualitativa, alicerçada na análise de conteúdo de periódicos da imprensa negra fluminense produzidos durante o período da ditadura empresarial-militar no Brasil. Mediante a utilização de fontes primárias, tais como jornais e revistas negras da época, a pesquisa visou identificar e analisar as múltiplas formas de denúncia do racismo presentes nessas publicações. Essa abordagem metodológica permitiu uma investigação aprofundada do fenômeno, possibilitando a compreensão das estratégias discursivas empregadas pela imprensa negra para expor e combater as manifestações de discriminação racial em uma conjuntura política adversa. Desse

modo, a análise qualitativa desse corpus documental revelou-se fundamental para elucidar as dinâmicas sociais, culturais e políticas que permearam a atuação da mídia negra fluminense durante o período da ditadura brasileira.

No decorrer do trabalho, procedeu-se primeiramente a um amplo e minucioso levantamento e seleção dos periódicos da imprensa negra fluminense que se encontravam em circulação durante o período do regime militar no país. Após essa etapa inicial de mapeamento e identificação desse corpus documental, dei início ao processo de coleta e organização sistemática dos exemplares dessas publicações, com o cuidadoso registro e catalogação de informações cruciais, tais como datas de edição, conteúdos abordados e os contextos históricos mais amplos nos quais estavam inseridos. Tal esforço metódico visou garantir o acesso e a preservação desse importante acervo, de modo a possibilitar futuras análises aprofundadas acerca das dinâmicas, perspectivas e transformações que marcaram a imprensa negra fluminense ao longo desse conturbado período da história brasileira.

A análise de conteúdo realizada neste estudo seguiu uma abordagem sistemática e rigorosa, visando identificar padrões, temáticas recorrentes e estratégias empregadas pela imprensa negra para denunciar o racismo de forma contundente e eficaz. Foram minuciosamente examinados diversos elementos constitutivos dessa importante mídia, tais como os discursos veiculados, as imagens publicadas, os editoriais redigidos, as reportagens elaboradas e a interação estabelecida com o público leitor. Essa análise de conteúdo permitiu

desvelar as nuances e os mecanismos pelos quais a imprensa negra se posicionou como um agente fundamental na luta contra o preconceito e a discriminação racial, atuando como uma voz potente e engajada na defesa dos direitos e da dignidade da população afro-brasileira. O estudo desse corpus documental revelou uma riqueza de recursos comunicacionais e uma consistência argumentativa que, ao longo do tempo, contribuíram decisivamente para amplificar e legitimar as reivindicações por justiça social e igualdade étnico-racial.

Nesse contexto, foram examinadas as formas pelas quais esses periódicos atuaram como importantes veículos de expressão e mobilização da comunidade afro-brasileira, desempenhando um papel crucial na construção de uma identidade e consciência negra em meio ao cenário de opressão e discriminação vigente. Além disso, foram exploradas as relações entre a imprensa negra e o contexto político e social da época, incluindo a censura imposta pelo regime militar e as estratégias empregadas pelos periódicos para contornar a repressão. A análise visou compreender o papel da imprensa negra fluminense na luta contra o racismo estrutural e na consolidação de uma voz ativa para a população negra na ditadura empresarial-militar, contribuindo para uma narrativa e uma agenda política próprias desse segmento historicamente marginalizado.

Em uma análise detida e minuciosa, os resultados obtidos neste estudo foram cuidadosamente interpretados à luz das mais robustas teorias sociológicas acerca das relações raciais, dos processos comunicacionais e das manifestações de

resistência política. Tal abordagem multidisciplinar possibilitou uma compreensão mais abrangente do fenômeno investigado, lançando luz sobre o papel fundamental desempenhado pela imprensa negra brasileira como instrumento de denúncia do racismo estrutural e de promoção efetiva da igualdade racial neste país. Longe de se constituir em mera retórica ou em iniciativas pontuais, a atuação da imprensa negra revela-se como uma força social de extrema relevância, capaz de mobilizar consciências, articular pautas reivindicatórias e fomentar transformações sociais duradouras no tocante à superação das profundas desigualdades raciais que ainda permeiam a sociedade brasileira. Nesse sentido, a presente análise assume caráter verdadeiramente propositivo, almejando contribuir para uma reflexão mais ampla e aprofundada acerca deste fenômeno complexo e multifacetado.

4. A história da imprensa negra

A imprensa negra acompanhou a evolução da história do Brasil e protagonizou fenômenos emblemáticos, como foi o chamado pasquinagem (Oliveira, 2011), respectivo à fase inicial da imprensa no país. Já na primeira República, com outras características, foi caracterizada como imprensa político-partidária, contribuindo significativamente para a constituição da maior entidade do movimento negro à época: a Frente Negra Brasileira (FNB).

No período delimitado para a reflexão deste capítulo (1964-1985), os embates se situavam no contexto da Guerra Fria, bem como em um contexto de lutas políticas dos movimentos sociais pacifistas, feministas e pelos direitos civis. No contexto africano, o momento era de lutas pelas independências das jovens nações contra o colonialismo e imperialismo europeus; no cenário latino-americano, de ascensão de regimes autoritários; e, no caso do Brasil, além do autoritarismo de Estado, a nação brasileira buscava impor a ideologia da democracia racial.

Nesse sentido, as alternativas eram as ações e organizações muitas vezes clandestinas, de tal modo que a imprensa negra caminhou lado a lado com outras iniciativas da sociedade civil para expor suas ideias em boletins também alternativos, como foi o caso da imprensa operária. A imprensa negra, naquele período, contribuiu para recentralizar o debate racial no contexto da sociedade, bem como para a rearticulação do ativismo negro. Desse modo, foram fortalecidas as iniciativas existentes e surgiram novas organizações do movimento negro, com destaque para o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR).

O cenário de acirramento da repressão e imposição da ideologia da democracia racial considerava toda uma construção massiva de identidade nacional e supressão de um histórico social.

Ao assumir o mito da democracia racial como uma de suas bases ideológicas, a ditadura empresarial-militar garantia, de um lado, que fosse intocado o modelo de supremacia branca e os privilégios a ele decorrentes; de outro, sufocava qualquer possibilidade de enfrentamento direto da população não branca sobre as violências sofridas (Pires, 2018, p.1062).

Neste trecho, o autor afirma que foi no período da ditadura empresarial-militar que houve a materialização autoritária das estratégias e ações idealizadas pela elite conservadora. Havia o nítido intuito de manter as condições de privilégios diante do temor da possível tomada do poder pelas forças progressistas. Esta situação de enfrentamento resultou na instrumentalização do Mass Media¹¹⁷, considerando seus vários elementos constitutivos e interacionais, a saber: o emissor, o receptor, o conteúdo, seus aspectos técnicos e organizacionais e não menos importante o processo de comunicação.

No livro *Termos da Inclusão* (2017), da pesquisadora argentina Paulina Alberto, a categoria intelectuais negros é utilizada para o estudo da imprensa negra brasileira. Seguindo essa linha, busco me ater ao que se refere à atitude frente à autoridade e às instituições, uma vez que o presente trabalho trata das ações sociais dos intelectuais negros frente à sociedade e às autoridades do Estado à época, bem como aos

¹¹⁷ Mass media são meios de comunicação que visam fornecer informações ao maior número possível de pessoas simultaneamente. Podemos dizer que a primeira mídia de massa foi a imprensa escrita (jornal), depois o rádio, em seguida a televisão e, finalmente, a internet.

aparatos das instituições governamentais e empresariais. Neste último caso, trata-se das recém criadas empresas de comunicação que se consolidaram hegemônicas, reproduzindo o discurso do governo da democracia racial à época.

Os intelectuais negros eram homens e mulheres que se dedicavam a pensar uma nova realidade para a população negra em seu respectivo período histórico. O sociólogo Matheus Gato de Jesus (2010) aponta que os intelectuais negros são homens que fazem reflexões acerca da luta por cidadania frente aos desafios advindos com as mudanças na sociedade brasileira. Segundo o autor, “o que parece atravessar o pensamento desses homens tão diferentes é o sentimento de que o dilema da modernidade à brasileira encerra-se na singularidade das aspirações políticas do ex-escravo pela cidadania” (*ibidem*, p. 18). Dessa forma, ele demarca com a propriedade que confere a estes homens e mulheres negros e negras que a condição para ser um intelectual negro está na “capacidade para narrar a história com todas as frustrações dessa memória coletiva, no interior de linguagens políticas e estéticas comprometidas e avalizadas por esse mesmo processo de dominação” (*ibidem*, p. 19).

A frente de luta dos intelectuais negros e negras, materializada em suas ações, tem como intuito a naturalização da vida social nos parâmetros estabelecidos. Isso significa que o racismo se configura nos embates ideológicos considerando a tridimensionalidade ideológica, prática e estrutural.

Com base na teoria do realismo crítico, a pesquisa se norteia a partir de uma compreensão integrada das ações da

imprensa negra no contexto da ditadura empresarial-militar. A dimensão ideológica, como uma primeira dimensão, foi identificada no conjunto de ideias e valores da elite que operou o golpe de Estado, editado em alguns editoriais da imprensa tradicional em ascensão à condição hegemônica.

A dimensão prática, por sua vez, foi reconhecida na indissolução do condicionamento raça e classe, quando por vezes o processo de racialização, embora evidente, era encoberto tanto por setores golpistas, quanto por muitos contrários ao regime de exceção. Esta dimensão, por sua vez, contribui significativamente para o processo de naturalização interseccional das diferenças sociais e raciais, percebidas assimetricamente no contexto nacional.

Por fim, a dimensão estrutural identificada no entendimento do aparelhamento do Estado. Cabia ao setor de comunicação reverberar as narrativas das forças armadas na gestão do Estado, reforçando a prática do racismo como uma forma bastante específica de naturalizar a vida social, isto é, de explicar diferenças pessoais, sociais e culturais a partir de diferenças tomadas como naturais (Guimarães, 1999).

Dessa forma, essa luta multidimensional, diante das dinâmicas raciais na sociedade, articula a memória coletiva como ordenamento da vida político-social, fundamentada em ideias e valores. Essa luta também utiliza linguagens políticas enquanto estruturas institucionalizadas e estabelece a prática na estética. “Parte significativa da intelectualidade negra, que sustentava teoricamente o movimento, articulou a linguagem marxista, notadamente no uso do conceito de classe, com a

crítica social traduzida em termos raciais” (Rios, 2012, p. 46). Este confronto de afirmações e narrativas legitimam o intelectual negro e negra como emissor na imprensa negra, munido de autoridade para exercê-lo.

5. Estrutura da imprensa negra

Esta seção apresenta a estrutura da imprensa negra. Compreende-se que, apesar da complexa organicidade exigida para o pleno funcionamento desta rede de comunicação de massa, os intelectuais negros e negras se dispuseram a atuar enquanto operadores da imprensa negra e agiram ativa e coletivamente para o enfrentamento à imprensa hegemônica.

A comunicação como um fenômeno social deve considerar um ator social enquanto agente reflexivo como emissor. Este ator é, em geral, um intelectual ou alguém que faz o trabalho de exposição de argumentos reflexivos e/ou situações problemas na sociedade. Esta é uma função exercida por uma pessoa, um colegiado ou mesmo uma equipe especializada em determinado assunto, uma tarefa de emissor na estrutura da comunicação de massa que não pode ser confundida com aquela que produz, embora estejam bem próximos.

A cientista social e socióloga Vera França (2006, p.62) destaca que o emissor está “situado na instância da produção, ele (em princípio) detém a iniciativa, o controle e as decisões concernentes à emissão: o quê falar, quando, como, a quem — definições estas baseadas em seus objetivos e finalidades”. A

autora ainda destaca que esta é uma autonomia relativa que pode ser constatada e considerada nos estudos acerca da função deste agente. Nesse contexto, o intelectual negro ou negra, sendo um agente reflexivo na função de emissor, exerce sua autoridade tradicional e reforça sua autoridade coletiva frente a um contingente social, buscando sua legitimação. Dessa forma, o papel do emissor assume uma tarefa de suma importância. É ele que transmite a mensagem não apenas com os escritos, como também com sua vivência e autoridade legitimada.

O conteúdo, nessa direção, é um elemento de suma importância na contextualização das ações dos proponentes, uma vez que a partir dele é possível captar e determinar diversas intencionalidades da reflexividade objetivamente por meio das análises quantitativas e qualitativas. Sob essa ótica, a imprensa negra constrói uma narrativa única e exclusivamente a partir do olhar e da vivência da população negra. Ela intermedia o debate sobre uma identidade racializada a partir da memória e dos feitos desta parcela da população na sociedade, expondo conteúdos e dando ênfases favoráveis ao tratar de assuntos críticos da realidade da população. A análise destes conteúdos vem comprovar a importância da contribuição do estudo da memória para a construção da identidade negra no período em questão. O conteúdo deve, não apenas, ser atrativo, mas também dotado de uma significância para o público almejado pelo comunicador, completando desta forma o ciclo e a função da comunicação de massa.

O desafio de entender e interpretar a sociedade com base na vida cotidiana da população negra, lança luz às

motivações que podem ser lugar-comum ou ponto de inflexão dos citados perfis. A esse respeito, Berger (2003, p. 35) diz: “a vida cotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente.” Nesse sentido, o receptor produz significações aos conteúdos, construindo socialmente uma realidade, uma noção intersubjetiva de senso comum. Visto que há uma pluralidade de perfis, há inúmeras interpretações da realidade enunciada. Dessa forma, não bastava que os emissores da imprensa negra falassem ou escrevessem sobre pessoas negras, era preciso que eles vivessem aquela experiência e realidade. Eles compreendiam, assim, a dinâmica de ser negro na realidade brasileira e, por isso, contribuía para a construção social dessa realidade nos seus conteúdos. A centralidade da temática racial nos debates da imprensa negra difundiu ideias contextualizadas da atuação, sejam elas políticas ou de entretenimento, que objetivavam o estabelecimento e garantia da plena cidadania da população negra. A imprensa negra era caracterizada como alternativa e contra-hegemônica na medida em que

O campo jornalístico se incorpora no campo da indústria cultural, este muito mais amplo, complexo e contraditório [...] buscava discutir, nomear e tornar públicas as contradições de um projeto de poder autoritário ancorado nas contradições de uma sociedade estruturalmente desigual” (Neto, 2022, p. 127)

Impulsionada pelo midiativismo negro, essa imprensa constituía voz dissoante dos meios de comunicação convencionais, cuja atuação contribuiu para a formulação histórica da ideologia da democracia racial, mantendo uma cobertura estereotipada e pouco aprofundada das questões referente a situação do negro na sociedade.

No cenário ditatorial, a instituição do AI-5 (Ato Institucional n.º 5) promoveu um recuo da grande imprensa. Com isso foi aberto um espaço para o desenvolvimento das imprensas alternativas, apesar de muitas delas terem operado na clandestinidade. Com característica próxima à pasquinagem, a organização da imprensa negra no período da ditadura empresarial-militar guarda em si a peculiaridade da realização coletiva e da divisão dos proventos da distribuição dos mesmos.

O processo de comunicação, como parte integrante da estrutura de comunicação, refere-se à captação, produção, elaboração, transmissão, difusão e agregação de ideias em formas de conteúdos midiáticos informativos nas suas mais variadas formatações. Estas podem ser em textos curtos ou longos, imagens de artes críticas explicativas, fonadas ou televisivas. Podem ser, também, por meios dos canais digitais. O processo de comunicação examina, então, as especificidades de cada comunicação de massa, considerando a função e seus efeitos desejados. Assim, ele é uma ação social ao refletir a intencionalidade do agente comunicador em produzir os conteúdos conscientemente, com base em alguns conhecimentos prévios de técnicas gerenciais, buscando, para além de se comunicar, um efeito formador.

5. Considerações finais

As considerações finais deste capítulo apontam para os desdobramentos da capilarização da imprensa negra, considerando o contingenciamento da sociedade. Sob esta ótica, destaca-se a tendência anti-sistêmica da imprensa negra pela busca contínua para: 1) o rompimento da invisibilidade negra por meio das estruturas de comunicação, em particular as voltadas para abordagem das questões relativas ao cotidiano da população negra; e 2) a quebra da invisibilidade, que trouxe ao conhecimento diversos intelectuais negros e negras, cada qual em suas respectivas áreas de atuação protagonizando a construção de uma nova realidade. Esta estratégia reuniu as condições para que intelectuais de todo Brasil, mesmo durante o refluxo imposto pelo período da ditadura, se mantivessem ativos dando visibilidade as suas pautas e constituíssem a maior entidade do movimento negro contemporâneo, o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR), criado em 17 de julho de 1978.

Este trabalho evidencia a necessidade de maiores investigações sobre a temática racial durante a ditadura empresarial-militar, posto que produções dessa natureza são escassas nas ciências sociais. A imprensa e os documentos de organizações negras são fontes ricas de pesquisa para adentrar o mundo das classes populares das cidades fluminenses, mostrando as diversas realidades vividas pelos negros. Tais realidades, como foi mostrado no presente capítulo, eram

formuladas por intelectuais negros, que não tinham espaço de expressão na grande imprensa hegemônica no país.

As produções contra-hegemônicas dos intelectuais negros foram fundamentais para contrastar com as narrativas dos grandes periódicos. Elas se mostraram, também, eficientes para serem contrastadas aos discursos dos governantes durante o contexto da Ditadura Empresarial-Militar. Enfim, a volta do Brasil para a democracia, com o desmantelamento do regime ditatorial, também pode ser lida pelas lentes dos segmentos críticos da sociedade e sem poder econômico. Tais vozes retiraram da invisibilidade temas, demandas e experiências que marcaram a vida das pessoas brasileiras racializadas.

Referências bibliográficas

ALBERTO, Paulina. **Termos de inclusão**: intelectuais negros brasileiros no século XX. Campinas: Editora da Unicamp, 2017.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 14ª Edição, 2022.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

CAMPOS, Luiz Augusto. Racismo em três dimensões: uma abordagem realista-crítica. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, p. 329-507, 2017. Disponível em: <https://anpocs.org.br/2017/12/05/vol-32-no-95-sao-paulo-2017/>. Acesso em: 21 de julho de 2024.

CIRINO, José Antônio Ferreira; TUZZO, Simone Antoniaci; TEMER, Ana Carolina Rocha Pessôa. Teoria crítica social para leitura crítica da mídia. **Comunicação & Informação**, v. 17, n. 2, p.155–172, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/index.php/ci/article/view/33271>. Acesso em: 21 de julho de 2024

CUNHA JÚNIOR, Henrique Antunes. Movimento de consciência negra na década de 1970. Fortaleza: **Revista Educação em Debate**, ano 25, vol. 2, p.47-54, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/15183>. Acesso em: 21 de julho de 2024.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, v.12, p.100-122, 2007. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/1980>. Acesso em: 21 de julho de 2024.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2023.

JACCOUD, Luciana. O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial. In: THEODORO, Mário *et al* (Orgs). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea, 2008.

JESUS, Matheus Gato de. **Negro, porém republicano**: investigações sobre a trajetória intelectual de Raul Astolfo Marques (1876-1918). Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2010.

NETO, Leopoldo Pedro. Embates entre contracultura e socialismo: disputas simbólicas na imprensa alternativa brasileira durante a ditadura militar. *Revista Alterjor*, v. 26, n. 2, p.123-137, 2022. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/194650>. Acesso em 21 de julho

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. A relação entre a história e a imprensa, breve história da imprensa e as origens da imprensa no Brasil (1808–1930). *Historiæ*, v. 2, n. 3, p. 125–142, 2011.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios & procedimentos. Campinas: Pontes Editores, 2015.

PEDRETTI, Lucas. Ditadura, remoções forçadas e a luta dos moradores de favelas da Guanabara (1963–1973). **Clepsidra** - Revista Interdisciplinária de Estudos sobre memória, v.5, n.10, p.94–115, 2018. Disponível em: <https://revistas.ides.org.ar/clepsidra/article/view/354>. Acesso em: 21 de julho de 2024.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Imprensa negra no Brasil do Século XIX**. Selo Negro, 2010.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. Estruturas intocadas: racismo e ditadura no Rio de Janeiro. **Revista Direito e Práxis**, v. 9, p. 1054–1079, 2018.

RIOS, Flávia. O protesto negro no Brasil contemporâneo (1978–2010). **Lua Nova** - Revista de Cultura e Política, p. 41–79, 2012.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XIX. Editora Companhia das Letras, 1993.

Capítulo 17

Imprensa sindical: um capítulo da comunicação política do movimento de trabalhadores

Marcos Vinícius Sales¹¹⁸

1. Introdução

Este capítulo é resultado da dissertação de mestrado defendida no programa de pós-graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal Fluminense (UFF)¹¹⁹, defendida em 2023 e intitulada “A Central Única dos Trabalhadores e sua comunicação política digital em tempos de generalização do neoliberalismo”. Nesse sentido, as reflexões aqui colocadas fazem parte de uma pesquisa mais ampla e que, em sua completude, possui outras discussões e informações importantes para o debate sobre o projeto de comunicação política realizado pelo movimento sindical.

¹¹⁸ Doutorando em Sociologia e Antropologia (Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia - PPGSA/UFRJ). Mestre em Sociologia (Programa de Pós-graduação em Sociologia - PPGS/UFF). Mestre em Planejamento Urbano e Regional (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR/UFRJ). Atualmente integra como pesquisador colaborador o Núcleo de Estudos e Políticas sobre Juventudes, Educação e gênero: violências e resistências da FLACSO BRASIL.

¹¹⁹ Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/32225>. Acesso em 17 abr. 2024.

A imprensa sindical desempenhou um papel de incontestável importância na trajetória do movimento sindical, servindo como uma ferramenta de comunicação política. Desde os seus primórdios, a imprensa sindical tem sido a voz dos trabalhadores, proporcionando uma plataforma para a articulação de demandas, a disseminação de informações e a mobilização de ações coletivas. Em um contexto em que os meios de comunicação tradicionais, de forma geral, ignoravam ou marginalizavam as questões trabalhistas, a imprensa sindical se estabeleceu como um canal de comunicação independente e resiliente.

Nos primeiros anos do movimento sindical, as publicações sindicais eram muitas vezes simples panfletos ou boletins, impressos de forma rudimentar e distribuídos nas fábricas e locais de trabalho. Essas publicações pioneiras assumiram centralidade na educação política dos trabalhadores, informando-os sobre seus direitos, alertando para problemas transversais à vida dos trabalhadores e, acima de tudo, organizando um campo de coletivas. Apesar das limitações tecnológicas e dos recursos escassos, essas primeiras experiências de comunicação sindical foram essenciais para a consolidação de sindicatos e do movimento sindical de forma mais ampla.

A imprensa sindical consolidou uma trajetória de muitas publicações que fizeram a disputa contra hegemônica e colocaram para a sociedade a narrativa do movimento dos trabalhadores. Nesse sentido, este texto representa um esforço de documentar essa memória, tendo como objetivo central

destacar o nascimento, evolução, auge e arrefecimento da imprensa sindical levando em conta as dinâmicas que a atravessaram ao longo do tempo.

Essa memória registrada pode revelar padrões, tendências e mudanças significativas na comunicação política sindical, fomentando percepções diversas sobre como a imprensa sindical se adaptou às novas tecnologias e contextos políticos ao longo do tempo. Preservar essa memória possibilita valorizar o legado das lutas da classe trabalhadora e fomentar as investigações no fértil campo de estudo da comunicação política.

2. Imprensa sindical: os primeiros passos da comunicação política

Os diferentes tempos e espaços que marcam a trajetória de lutas da classe trabalhadora mostram que as metodologias de comunicação desempenham papel fundamental na divulgação de ideias, agitação e sensibilização dos indivíduos. Quando se trata da transformação social, a comunicação política¹²⁰ é dos pontos mais relevantes.

Os movimentos coletivos produzem suas ferramentas de comunicação e elaboram estratégias para dialogar com sua base e/ou um público mais amplo. A imprensa sindical, neste caso, é uma das metodologias de comunicação política adotada pelos

¹²⁰ Comunicação política diz respeito ao discurso e à ação na conquista da opinião pública em relação à ideias ou atividades que tenham relação com o poder.” (Duarte, 2011).

movimentos sindicais, entendida por Vieira (1996) como um “conjunto de instrumentos e ações utilizados pelas entidades sindicais para se comunicar com a sociedade”. Em acordo com Araújo,

A imprensa sindical é um processo de comunicação *sui generis* em contraposição a outros meios e processos de grande circulação, que atuam diretamente na esfera da cultura de massa. Envolve grupos, posturas ideológicas, instituições e táticas como elementos integrantes de sua força social, os quais não se organizam, nem se desenvolvem ou se reproduzem, sem que se disseminem ou se estabeleçam contrapontos internos e externos ao movimento sindical. Essa é a sua ação característica e fonte de distinção em relação a outros meios comunicativos (Araújo, 1996, p. 11).

Este tipo de jornalismo, organizado por trabalhadores, nasceu com o começo da industrialização, no final do século XIX. Esta organização se constituiu, principalmente, por incentivo de trabalhadores imigrantes da Espanha, Itália e Portugal - países nos quais as ideias anarquistas, naquela época, tinham visibilidade e influência significativas. Nesse contexto, a comunicação política feita de trabalhadores para trabalhadores era o instrumento para a formação político-ideológica do grupo. Por isso, num tempo em que o único instrumento de comunicação era o jornal, foram feitas centenas de jornais operários no nosso país (Giannotti, s.d).

Os boletins e jornais surgem como um canal de expressão das ideias e posições defendidas pelos trabalhadores e que jamais teriam espaços nas grandes publicações da imprensa tradicional e, em especial, a imprensa operária assume logo um papel de veículo de denúncia dos trabalhadores brasileiros (Dutra, 2001, p. 2).

Vito Giannotti e Cláudia Santiago (1997) contam que no “1º Congresso Operário Brasileiro”¹²¹, em 1906, os 43 delegados participantes propuseram, pelo menos, três projetos que dividiram águas na história de lutas organizadas por trabalhadores brasileiros: A criação da Confederação Operária Brasileira; a programação da greve geral para o primeiro de maio de 1907 e a criação do jornal “A Voz do Trabalhador”. Luta e imprensa operária sempre andaram juntas. Conquistas imediatas e disputas ideológicas sempre combinaram (Dutra, 2001, p. 3).

¹²¹ O Primeiro Congresso Operário Brasileiro foi um evento importante para o movimento operário, tendo sido o primeiro esforço de luta coordenada dos trabalhadores de várias partes do país. Ver: TOLEDO, Edilene. Primeiro Congresso Operário Brasileiro. Verbetes CPDOC. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PRIMEIRO%20CONGRESSO%20OPER%C3%81RIO%20BRASILEIRO.pdf>. Acesso em 22 nov. 2022.



Figura 1: A Voz do Trabalhador, Rio de Janeiro, 1º de maio de 1913.

Fonte: Centro de Documentação e Pesquisa Histórica (Universidade Estadual de Londrina)

Sobre as influências ideológicas que predominaram na trajetória da imprensa sindical, Miani (2016) informa que a história da imprensa sindical brasileira é permeada por momentos bastante distintos e plurais. Primeiro, as publicações de caráter anarquista ligadas aos imigrantes operários, podem ser caracterizadas como as primeiras ferramentas de comunicação política sindical. Logo após surge e ganha relevância a influência dos comunistas e socialistas em meio ao

movimento sindical dos anos 20, inspirados pelas experiências da Revolução Russa em 1917.

Um sindicalismo autônomo e independente, como o que se desenvolveu predominantemente durante a Primeira República Brasileira (1889-1930), produziu uma imprensa marcada por valores de autonomia e independência em relação ao Estado, privilegiando um discurso político-ideológico doutrinário e configurando o jornal sindical como um instrumento de politização do operariado brasileiro (*ibidem*, p. 71).

O estabelecimento da estrutura sindical oficial durante o Estado Novo (1937-1945), trouxe um sindicalismo tutelado pelo Estado, menos combativo, marcado por práticas institucionalizadas e corporativas (*ibidem*, p. 71). Getúlio Vargas e as classes dominantes brasileiras estavam conscientes de que era necessário controlar os trabalhadores. “O país era uma panela de pressão pronta para explodir e precisava de uma válvula de escape.” (Secretaria Especial de Comunicação Social, 2005, p. 31).

Nos anos iniciais da década de 60, quando a ditadura militar começa a tomar forma, vê-se a perseguição e o massacre de publicações sindicais, fazendo com que elas deixem de existir e/ou aconteçam de forma precária, na clandestinidade. Com a emergência do “novo sindicalismo”¹²²,

¹²² O Novo Sindicalismo, ou “sindicalismo autêntico”, como também se tornou conhecido, desafiou a legislação antigreves e começou a romper as amarras da organização sindical subordinada ao Estado, modelo implantado no país desde a década de 1940. Os trabalhadores impulsionaram a luta pela

no final da década de 70 - ainda com ditadura militar vigente - as experiências de comunicação da imprensa sindical adquiriram outras características, com intuito de se reaproximar da base, reformular a linguagem, instrumentalizar os trabalhadores e despertá-los para seu potencial de transformação social. Essa nova modalidade se constituiu no decorrer dos processos de mobilização dos trabalhadores e no avanço das lutas pela redemocratização do país (Miani, 2010, p. 143).

(...) o surgimento do “novo sindicalismo” no final da década de 1970 representou o que de mais significativo o movimento sindical brasileiro produziu como resistência e combate à ditadura civil-militar (1964-1985) e como perspectiva para a organização política e a mobilização da classe trabalhadora durante o período de transição para a redemocratização do país, fazendo emergir, concomitantemente, uma “nova imprensa sindical” (Verdelho, 1986 apud. Miani, 2016, p. 71).

A partir da década de 80, os trabalhadores inauguraram uma nova etapa nas experiências de comunicação política através da imprensa sindical. Multiplicaram e aperfeiçoaram as

redemocratização não somente por meio de greves: iriam criar seu próprio partido, o PT, em 1980, e a Central Única dos Trabalhadores, a CUT, em 1983. Articulado com outros movimentos sociais, o Novo Sindicalismo levaria a pauta dos trabalhadores às ruas e à Assembleia Constituinte (1987-1988), conferindo nova qualidade à luta política na transição da ditadura para o regime democrático.

Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/novo-sindicalismo>. Acesso em 16 nov. 2022.

técnicas produzindo experiências em rádio, audiovisual e multimídia, todos colocados a serviço dos objetivos de produzir e comunicar suas ações e políticas (Miani, 2022, p. 228). Nesse momento também é notável o crescimento da profissionalização da imprensa sindical, ou seja, a contratação de profissionais específicos da área da comunicação e jornalismo para cuidar das tarefas pertinentes aos jornais, revistas e boletins produzidos pelos sindicatos. De acordo com Castro (1995), a profissionalização é um desdobramento de discussões sobre a comunicação política e das lutas por redemocratização feitas pelos sindicatos naquela época.

3. A profissionalização da imprensa sindical: um ponto de virada

A nova imprensa sindical foi caracterizada pela contratação de profissionais especializados em fazer comunicação, como jornalistas, radialistas e outros correlatos. De acordo com Verdelho (1986), essa profissionalização da comunicação sindical favoreceu uma relação de aprendizado entre os profissionais contratados e os sindicalistas que eram responsáveis pela comunicação política dos sindicatos.

Nessa medida, os profissionais de comunicação puderam aprofundar seu conhecimento sobre a realidade dos sindicatos ao mesmo tempo em que os sindicalistas se familiarizaram com as técnicas de comunicação. Verdelho (1986) pontua ainda que nesta relação surgem novos meios de comunicar e outros são resgatados ou revalorizados.

Araújo (2003) analisa que a profissionalização dos departamentos de comunicação dos sindicatos não afastou os dirigentes do acompanhamento desta tarefa tão importante. Segundo o autor, o “diretor de imprensa” representa o sindicato na estrutura redacional e atua como um “guardião ideológico” dos interesses da organização, consistindo sua missão fundamental zelar para que os conteúdos e as notícias que compõem o jornal não representem uma ruptura com a linha política do sindicato.

Este investimento na profissionalização dos jornais sindicais fez parte de políticas de comunicação pensadas pelo movimento sindical. A Central Única dos Trabalhadores (CUT), por exemplo, vem, de longa data, articulando seus dirigentes para debater coletivamente sobre comunicação política e estratégias de aproximação dos trabalhadores da base.

Entre 90 e 92 a Central Única dos Trabalhadores (CUT) estimulou a criação do Coletivo Estadual de Comunicação com o objetivo de propor políticas de comunicação a serem adotadas pela Central e repassadas aos sindicatos. O núcleo, após a realização do “Seminário de Políticas de Comunicação” em 1990, apontou a necessidade de aproximar os dirigentes do dia a dia da comunicação, desmistificando-a, e ouvindo o que pensavam sobre o papel dos departamentos (*ibidem*, p. 4).

O impacto da profissionalização na imprensa sindical chama atenção de Miami (2016). O autor considera que a

reformulação do layout dos jornais, da diagramação dos textos, dos recursos visuais e a forma de apresentar as notícias foi fundamental para tornar os jornais mais atrativos e interessantes aos leitores.

O fato de ser produzido por um jornalista garantiu aos veículos da imprensa sindical uma qualidade gráfico-editorial que até então não se via nas publicações dos sindicatos. Com isso, o interesse do trabalhador pela leitura do jornal de sua entidade de classe supostamente foi despertado e/ou intensificado, afinal se agregou ao processo de produção jornalística dos sindicatos o que há de mais avançado e especializado em termos de pesquisa em comunicação (*ibidem*, p. 146).

4. A imprensa sindical na conjuntura política e o uso estratégico da linguagem

As transformações na imprensa sindical desde o final do século XIX vão ao encontro do que Araújo (1996) aponta sobre a relação das informações veiculadas com a conjuntura política. A autora demonstra que as forças sindicais acompanham os dramas sociais do tempo e se articulam conforme necessidades específicas. Nesse sentido, a imprensa sindical sempre está posicionada politicamente e transparece uma postura reflexiva sobre os temas que explora nas páginas dos seus jornais e boletins. Araújo afirma que:

A apresentação das matérias e o tratamento dos acontecimentos variam a cada conjuntura político-social, pois dependem do estado de avanço político das forças sindicais e das condições de produção, materiais e ideológicas daquela imprensa (*ibidem*, p. 15).

Vito Giannotti, referência em estudos sobre comunicação realizada por sindicatos, informa que a principal característica da imprensa sindical é “deixar claros quais são seus objetivos, ou seja, deixa claro que tem lado, que defende uma classe e dentro dela dá especial atenção a um setor, ou seja, cada jornal se dedica prioritariamente a uma categoria específica. Não tem nenhuma postura de falsa neutralidade, de equidistância.” (Giannotti, s.d.). Nesse sentido, adota-se uma prática comunicativa dialógica e horizontal, feita com e para os trabalhadores (Castro, 1995).

Essa especificidade da imprensa sindical vai ao encontro do que Araújo (2003) chama de “natureza fundamentalmente engajada”. Neste caso, além de fornecer informações, a imprensa sindical cumpre seu papel militante ao expor e defender uma política específica, ao posicionar-se sobre os eventos atuais e ao colocar suas convicções como um componente central de sua prática jornalística.

Na perspectiva de Clauss Offe (1984), a comunicação política feita por sindicatos combina duas lógicas: a monológica, centralizadora e hierarquizada das decisões, e a dialógica, cuja eficácia e legitimidade passam pela participação e iniciativas democráticas de afirmação institucional. Isso significa que mesmo que a linha editorial e as tarefas da

imprensa sindical sejam uma decisão de um representante, encarregado da comunicação, estas não são realizadas sem uma tentativa constante de incluir os indivíduos que compõem a base do sindicato. Cabe salientar que esta forma de atuação coloca a imprensa sindical numa contracorrente ao que faz a mídia hegemônica.

Na imprensa de massa, em que a informação tem valor de mercado e precisa gerar lucro, a formação política para transformação social não é, nem de longe, um de seus objetivos. Essa diferença configura dois tipos de gestão totalmente distantes: se, para a imprensa do mercado, o dirigente precisa ter expertise para negócios, na imprensa do sindicato, é necessário estar comprometido e sensível às causas do grupo. A diferença fundamental entre os objetivos do dono de um veículo de comunicação (lucro) e um dirigente sindical (prestígio) ilustra as diferenças entre o tipo de informação que se produz em uma empresa de comunicação e um sindicato (*ibidem*, p. 257)

Estudiosos que se debruçaram sobre a trajetória da imprensa sindical (Castro, 1995; Araujo, 1996; Giannotti & Santiago, 1997; Miani, 2010; Linhares, Castro, Carvalho, 2017; Giannotti, 2014) afirmam que ela é responsável por fazer contraposição aos meios de comunicação de massa e disputar hegemonia. Entende-se que a imprensa sindical obedece a outra lógica, que não a do capitalismo, na qual a informação não é mercadoria.

Diz-se, então, que a comunicação política na imprensa sindical tem um papel na formação política dos trabalhadores,

oferecendo uma visão abrangente da realidade para desenvolver a consciência de classe. Souza, complementa essa ideia informando que

[...] a imprensa sindical não se apresenta como uma mercadoria a ser consumida, como na imprensa em geral, mas, sim, como um meio de falar com a classe trabalhadora, por meio de matérias de interesse coletivo que visam, além de trazer informações, apresentar preocupações, fazer denúncias, apresentar propostas, difundir ideias, entre outros (*ibidem*, 2021).

Santiago e Giannotti (1997, p. 41) descrevem que a comunicação empreendida por sindicatos têm o objetivo de ser “esclarecedora, formadora e, ao mesmo tempo, aglutinadora”. Isso significa que, além de esclarecer questões e eventos importantes, a comunicação sindical visa educar os trabalhadores, desenvolvendo neles uma compreensão mais profunda das questões sociais e econômicas que afetam suas vidas e, ao mesmo tempo, fazer da informação produzida uma ferramenta de mobilização.

A relação entre o que a imprensa sindical produz e sua base é um aspecto que chama atenção. Na perspectiva de Carvalhal e Thomaz Júnior (1999) a imprensa sindical explicita o nível de articulação entre dirigentes e trabalhadores da base e, por isso, é preocupação central a adoção de uma linguagem que alcance os trabalhadores. Nesse sentido, a produção de material para a imprensa sindical exige um conhecimento profundo dos trabalhadores da categoria, considerando

aspectos como escolaridade, condições de trabalho e local de moradia. Isso implica o uso de uma linguagem adaptada às características desses trabalhadores para garantir que a mensagem seja clara e eficaz.

Além das preocupações com a linguagem e com a elaboração de estratégias de comunicação que sejam compatíveis com o universo dos trabalhadores, a imprensa sindical tem como determinação ser um amplo suporte nas lutas feitas pelos movimentos sociais de trabalhadores. De acordo com Dutra (2001), desde que o movimento dos trabalhadores está em atividade, seja em greves, assembleias, manifestações ou passeatas, os jornais tinham presença garantida, cumprindo seu papel de informar e mobilizar os trabalhadores para a luta.

Na comunicação desenvolvida por sindicatos o leitor deve se sentir refletido. Ao invés de meros consumidores de produtos e informações, a imprensa sindical pretende tornar o público co-autor do processo de decisões importantes do conteúdo e também das formas escolhidas (*ibidem*, p.11). Nesse caminho, o jornal sindical almeja não só aprimorar as técnicas para produzir informações, mas também os métodos de aproximação da base, servindo como mediação do político, do econômico e do social, jamais esquecendo que o receptor tem capacidade de discernimento, de pensar, de optar e de construir (*ibidem*).

Refletir seus leitores é uma tarefa que exige conhecimento e empatia de quem produz para com quem recebe o jornal em mãos. Na imprensa sindical, o envolvimento

de dirigentes e da base contribui para a exposição das informações, críticas e análises em uma linguagem não engessada. Os jornais sindicais mesclam em suas páginas recursos linguísticos diversos para num mesmo exemplar trazer tonalidades diferentes para os assuntos abordados. A imprensa sindical não tem compromisso com a formalidade, tão valorizada em veículos da imprensa de massa.

As charges, por exemplo, são recursos usados abundantemente pela imprensa sindical. Este recurso comunicativo ganhou destaque na comunicação política dos sindicatos com o surgimento do novo sindicalismo, a partir do qual foi adotada uma postura mais crítica e combativa à realidade sociopolítica vigente na sociedade. De acordo com Miani, a charge é:

[...] uma representação humorística de caráter eminentemente político que satiriza um fato ou indivíduo específicos; ela é a revelação e defesa de uma ideia, portanto de natureza dissertativa, traduzida a partir dos recursos e da técnica da ilustração. [...] A charge deve ser reconhecida como uma espécie de “editorial gráfico” (Miani, 2005, p. 25).

Muitos chargistas encontraram espaço e fizeram carreira com suas ilustrações para a imprensa sindical. Nos veículos da imprensa tradicional, comprometidos com uma ideia de neutralidade e imparcialidade, não havia espaço para o desenvolvimento profissional dos chargistas. A charge traz em si a crítica, a desconstrução de tabus e, muitas vezes, oposição e ridicularização de situações sociais. Esse recurso é

uma produção de natureza opinativa e, portanto, dissertativa, oferecendo ao leitor determinada perspectiva de análise crítica a respeito de um fato da realidade sociopolítica atual por meio de recursos visuais (Miani, 2016).



Figura 2: Charge retiradas do livro “Ilustrações Sindicais de Laerte Coutinho.

Fonte: Coletâneas de ilustrações publicadas, originalmente, nos jornais, boletins e revistas de entidades sindicais brasileiras, entre 1977 e 1986”¹²³

Caracterizada pela efemeridade, a charge está relacionada a um fato específico, portanto, seu sentido está inscrito em um tempo e espaço determinados. O humor pertinente às charges é datado, ou seja, só existe a partir do contexto em que a charge é produzida. Este humor não tem função apenas de disparar o riso, mas é fundamentalmente caracterizado por sua propriedade de “minar a lei” (Miani,

¹²³ Disponível para download em domínio público:
https://esquerdaonline.com.br/wp-content/uploads/2021/06/ilustracao_sindical.pdf. Acesso em 28 de nov. 2022

2016, p. 253), promovendo uma transgressão na apropriação dos elementos que compõem o contexto retratado por determinada charge.

Miani (*ibidem*) ainda evidencia que este recurso comunicativo abundou na imprensa sindical e passou a fazer parte das produções comunicativas rotineiramente, tornando-se uma estratégia comunicativa, marcada sobretudo por sua contundência crítica e persuasiva. O autor ainda destaca que a charge, com a sua ludicidade e bom humor, contribui para registrar e interpretar “os mais ínfimos e também os mais complexos processos e fatos políticos decorrentes do contexto da luta de classes” (*ibidem*, p. 251).

A charge é uma poderosa ferramenta de comunicação na imprensa sindical, graças à sua capacidade de sintetizar críticas e mensagens complexas de maneira impactante. Utilizando humor e ironia, as charges conseguem expor injustiças, denunciar abusos e abordar situações absurdas que marcam o cotidiano da classe trabalhadora. Essa forma de expressão assume muitas camadas de conteúdo que podem não ser percebidas, mas chamam mais atenção por sua visualidade.

Essa forma de comunicação é ainda mais eficaz em contextos nos quais grande parte do público tem pouco tempo disponível para ler textos longos repletos de reflexões rebuscadas. A charge tem o objetivo não apenas de informar, mas também de provocar questionamento e inquietação, contribuindo para a imprensa sindical desafiar visões estabelecidas e promover uma conscientização entre os trabalhadores.

5. O dever contra hegemônico e os desafios para sua realização

Na leitura de Vito Giannotti (s.d.), a imprensa sindical cumpriu um papel importante como imprensa alternativa de 1980 a 2002, fazendo a disputa contra-hegemônica. Na análise do especialista, as décadas de 1980 e 1990 foram os anos da melhor fase da imprensa sindical. Em suas palavras, este período foi “a fase do ascenso das lutas, quando o Brasil foi o campeão de greves no mundo: de 1978 a 1990. Depois a imprensa sindical refletiu o refluxo do movimento.

Caracterizar a imprensa sindical como veículo de informação contra hegemônico concorda com o que Lênin (1975), uma figura importante na história da revolução proletária, observou sobre a comunicação política para a classe trabalhadora. Segundo ele, a imprensa operária é a base da organização dos trabalhadores. Além de difundir ideias, educar politicamente e conquistar aliados políticos, ela deveria ser um propagandista, um agitador e, sobretudo, um organizador coletivo (Linhares, Castro, Carvalho, 2017). Lênin ainda diz que a tarefa imediata numa revolução é elaborar ferramentas convenientes para unificar a luta, como um jornal para toda a classe, já que as ações de conscientização pulverizadas ajudam a disseminar as ideias sociais-democratas, mas são insuficientes para a unidade da classe operária e, portanto, para disputar a hegemonia.

É importante considerar que o projeto de comunicação política através da imprensa sindical viveu e ainda convive

com desafios. De acordo com Dutra (2001), dois fatores provocaram diretamente a irregularidade da imprensa sindical: a falta de recursos e as constantes perseguições sofridas - principalmente na ditadura militar (1964 - 1985).

Em relação ao primeiro fator destacado, é importante ponderar que devido à ausência de publicidade - uma relevante fonte de recursos para a mídia - os jornais operários frequentemente enfrentavam dificuldades financeiras, necessitando da contribuição financeira de militantes, redatores e editores para sustentar as publicações. O que, a longo prazo, acaba perdendo fôlego. No que diz respeito a perseguição policial na ditadura, Dutra (2001) pondera que este elemento contribuiu sobremaneira para a desorganização da imprensa operária, já que os processos de fiscalização resultaram em danos a equipamentos e prisões arbitrárias de militantes, fazendo necessário grandes esforços para rearticulação, muitas vezes, impossíveis.

Atualmente a perseguição policial da ditadura não é uma realidade. Contudo os desafios de financiamento ainda persistem. Uma das experiências mais exitosas da imprensa sindical, a Revista do Brasil - lançada em maio de 2006 e encerrada em 2017 - representou um projeto de comunicação sindical e popular viabilizado pela combinação de esforços e recursos de mais de duas dezenas de sindicatos de várias regiões do país, mas que foi interrompido devido à falta de verbas para sua manutenção.

Os sindicatos que investiram na criação de suas próprias revistas, certamente, tomaram consciência da importância estratégica da comunicação para os objetivos políticos da organização sindical e tiveram que investir em equipe de profissionais e em recursos para a viabilização de tais projetos editoriais. Porém, os altos custos para a manutenção de uma revista sindical impressa própria foram decisivos para que muitas experiências tivessem vida curta e outras, apesar de terem se mantido por vários anos, não conseguissem ter maior longevidade (Miani, 2022, p. 241).



Figura 3: Revista do Brasil publicada em agosto de 2010.

Fonte: “A reportagem de capa do número 50 da revista conta como foi a conquista da TVT, projeto que entra no ar no dia 23 deste mês. A revista destaca as inovações da nova mídia em construção e os problemas da mídia decadente.”

6. O legado da imprensa sindical para o movimento de trabalhadores

A grande maioria dos sindicatos brasileiros têm consciência da importância da comunicação política para as atividades da entidade. Nos anos recentes tem-se visto que as centrais sindicais estão fazendo um esforço para ampliar o público que acessa suas informações e suas formas de fazer comunicação. As redes sociais na internet têm sido uma possibilidade para alcançar este objetivo. Nelas, é apresentado para a sociedade um processo de formação política dialógica, no qual os fatos e as notícias não são simplesmente narrados, mas são analisados e convidam o leitor à reflexão e ao debate.

A formação política propicia a compreensão da realidade para além do que se apresenta como dada, evidente e natural, enxergando nexos e relações que escondem informações e condicionam visões, percepções e posições. Desse modo, as práticas de comunicação, como as apresentadas nos exemplos acima, acomodam processos de formação que potencializam dentre outras coisas, à compreensão de que os efeitos das pautas reivindicatórias e das mudanças no mundo do trabalho não afetam somente aos trabalhadores ligados diretamente a elas, mas à toda população (Linhares, Castro, Carvalho, 2017, p. 14).

Enquanto na trajetória da comunicação política sindical no século XX comunicar era um projeto com objetivo de

mobilizar os atores diretamente implicados na luta sindical, no século XXI, as ações de comunicação têm por finalidade, cada vez mais, sensibilizar a “opinião pública”, ente que se transformou numa espécie de árbitro dos conflitos que se travam no âmbito da sociedade (Araújo, 2003). A necessidade de dialogar com a opinião pública, apontada por Araújo (2003) surge num contexto de expansão da internet e acesso a computadores. Na medida em que se ampliam as possibilidades de comunicação, os sindicatos se defrontam com a urgência de expandir as formas de transmissão da mensagem e diálogo com a classe trabalhadora para enfrentar com êxito a disputa da hegemonia, ou seja, é preciso usar todas as armas.

A profissionalização vivida pela imprensa sindical contribuiu para que, com a chegada da internet, os sindicatos expandissem o projeto de comunicação e formação política. Os jornalistas contratados chamavam atenção para os benefícios de se produzir informação para a ampla sociedade e acompanhar as inovações do mercado de comunicação. Com os limites impostos à impressão de mais exemplares físicos, a internet possibilitou caminhar nessa direção e, com isso, surgiram as primeiras experiências de comunicação política sindical na internet. A Central Única dos Trabalhadores (CUT), por exemplo, editou o primeiro boletim eletrônico, o Rápido, que foi o exemplo para vários outros e que durou até o fechamento daquele departamento de comunicação, em final de maio de 2007 (Gionnatti, s.d.).

Atualmente, a comunicação política sindical é majoritariamente realizada pela internet e redes sociais virtuais.

As estratégias de comunicação se ampliaram consideravelmente com os dinamismos da tecnologia. É possível encontrar sites, perfis em redes sociais diversas, programas de webrádio (podcasts), vídeos e outros tipos de mídias audiovisuais.

Mesmo com as mudanças evidenciadas, os sindicatos não se desviaram do seu projeto de comunicação e formação política voltado para a transformação da sociedade e para a disputa contra hegemônica. Diversificaram os formatos, aderiram novos recursos, expandiram o público para além dos trabalhadores da base, tudo isso para fortalecer uma comunicação mais totalizante. Ainda assim, a imprensa sindical na internet dispensa a neutralidade e a imparcialidade, continua claramente comprometida com seus objetivos e demarcando sua posição na disputa política. Por isso, pode-se pensar a ação dos movimentos sindicais na internet como um tipo de ciberativismo, já que o objetivo não é puramente informar, mas formar e fazer a disputa.

A comunicação política sindical tem em sua trajetória diferentes veículos. Como descreve Araújo (1996) eles acompanham a conjuntura político-social e se desenvolvem no tempo para dar suporte à luta dos trabalhadores. As novas tecnologias da informação e comunicação representam um novo caminho para a comunicação desenvolvida pelo movimento sindical e correspondem ao momento presente. Entretanto, mesmo com todas as suas possibilidades, não apagam a relevância e as contribuições dos outros recursos de comunicação política utilizados.

Dos instrumentos de comunicação oral expandida pelo auto falante, passando pela materialização da informação nos panfletos, jornais, revistas e tantos outros até os meios digitais em consonância com as suas funções, características e linguagens, com o contexto social e político que os envolve e as implicações destes nos movimentos e entidades de trabalhadores, o uso destes instrumentos situados historicamente correspondem ao papel da comunicação na organização dos trabalhadores (Linhares, Castro, Carvalho, 2017, p. 2).

7. Considerações finais

Neste capítulo, destacamos a relevância histórica e contemporânea da imprensa sindical como um instrumento fundamental de comunicação política dentro do movimento dos trabalhadores. Observamos como a imprensa sindical se consolidou como uma ferramenta de comunicação contra-hegemônica e se comprometeu a ser um espaço de formação e mobilização para a classe trabalhadora. Em sua forma inicial assumiu a forma de panfletos e boletins ainda amadores até uma fase mais profissionalizada, com uma estrutura mais robusta e uma linguagem estratégica para alcançar seus objetivos. A trajetória dessa imprensa reflete as transformações políticas, sociais e tecnológicas enfrentadas pelo movimento sindical, demonstrando uma capacidade de adaptação e resistência mesmo diante de adversidades, como a repressão

policial durante a ditadura militar e a falta de recursos financeiros.

O debate sobre a imprensa sindical se atualiza com a introdução de novas tecnologias de comunicação, especialmente no contexto de uma sociedade cada vez mais digitalizada. A transição para plataformas digitais abriu novas possibilidades para a disseminação de informações e a mobilização de trabalhadores, ao mesmo tempo em que impôs desafios relacionados à hegemonia dos meios de comunicação tradicionais e à necessidade de inovação constante. Neste sentido, a discussão sobre a imprensa sindical se amplia para considerar como as tecnologias digitais podem ser utilizadas para fortalecer a comunicação política dos trabalhadores, oferecendo novos espaços para a expressão de suas demandas e a articulação de suas lutas. A pesquisa apresentada aqui procura alguns aspectos dessas dinâmicas, destacando a importância de uma abordagem crítica e estratégica no uso dessas ferramentas.

As reflexões trazidas neste capítulo apontam para a necessidade contínua de adaptação e inovação dentro da imprensa sindical. Ao documentar e analisar a história e os desafios atuais da comunicação sindical, esperamos contribuir para o fortalecimento do debate sobre o papel da imprensa como um componente vital na comunicação política do movimento dos trabalhadores. Este estudo ressalta a importância de preservar a memória das lutas sindicais e de continuar investigando as novas formas de comunicação que surgem em um contexto de constante mudança. Busca-se não

apenas entender o passado e o presente, mas também preparar o terreno para futuros desafios e oportunidades na comunicação política do movimento sindical.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Silvia. Imprensa sindical: a tipicidade de uma comunicação política. *Comunicação e Sociedade*. São Bernardo do Campo: IMES, n.26, p. 9-24, 1996.

ARAÚJO, Vladimir. **O jornalismo de informação sindical no Brasil: atores, práticas e estratégias de produção jornalística**. Tese de Doutorado. Universidade Panthéon-Assas Paris-II. 2003.

CARVALHAL, Marcelo & THOMAZ Junior, Antonio. A comunicação sindical frente à ofensiva neoliberal. **Geografia em Atos (Online)**, n. 1, v. 1, p. 15–26, 1999. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/view/7573>. Acesso em: 13 dez. 2023.

CARVALHO, Guilherme. Muito além do jornal: a nova imprensa sindical. **Estudos em jornalismo e mídia**, v. 10, n. 1, p. 256-273, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2013v10n1p256>. Acesso em: 13 abr. 2023.

CASTRO, Cosette. As transformações no mundo do trabalho e a comunicação sindical. **Revista FAMECOS**, v. 4, n. 7, p. 168-179, 1997. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/2997>. Acesso em: 13 dez. 2023.

CASTRO, Cosette. Comunicação Sindical - Mitos e Possibilidades. In: **XVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação em Aracajú**. 1995. Disponível em: <https://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/7e9b80a99908a72b27325f14fcd6a616.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2023.

DUARTE, Jorge. Sobre a emergência do(s) conceito(s) de Comunicação Pública. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling (org.). **Comunicação Pública, Sociedade e Cidadania**. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2011. p. 121-134.

DUTRA, Joana. Comunicação sindical, do exercício da democracia à catequização da base. In: **XXIV Congresso Anual em Ciência da Comunicação / Núcleo de Pesquisa - Políticas e Estratégias de Comunicações**. 2001

GIANNOTTI, V. Qual o papel da imprensa sindical hoje? NPC: Núcleo Piratininga de Comunicação, s.d. Disponível em: <https://nucleopiratininga.org.br/qual-o-papel-da-imprensa-sindical-hoje/>. Acesso em 10 de out. 2022.

GIANNOTTI, Vito; SANTIAGO, Cláudia. **Comunicação sindical: falando para milhões**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LENINE, Vladimir. **Informação de classe: a natureza classista da informação**. 1ª ed. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1975.

LINHARES, Maria; CASTRO, Eduardo; CARVALHO, Ártemis. O papel da comunicação sindical na formação política dos trabalhadores. In: **Simpósio Internacional de Educação e Comunicação - SIMEDUC**, n. 8, 2017. Disponível em: <https://eventos.set.edu.br/simeduc/article/view/8560>. Acesso em: 13 dez. 2023.

MIANI, Rozinaldo Antoni. Coletâneas de charges da imprensa sindical: fontes visuais para uma história a contrapelo. **Revista Tempo e Argumento**, v. 8, n. 18, p. 249-267, 2016. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180308182016249>. Acesso em: 13 dez. 2023.

MIANI, Rozinaldo Antonio. A Imprensa Sindical em Revista: uma análise da Revista do Brasil. **Animus. Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, v. 21, n. 45, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/animus/article/view/65800>. Acesso em: 13 dez. 2023

MIANI, Rozinaldo Antonio. Imprensa sindical: conquistas, impasses e desafios no contexto da disputa pela hegemonia – In: **Simpósio Lutas Sociais na América Latina Imperialismo, nacionalismo e militarismo no Século XXI**, 2010.

NETTO, Miguel. Comunicação e Sindicalismo: os dilemas da linguagem sindical na (des)mobilização dos trabalhadores. **Revista Científica Semana Acadêmica**, n. 43, v. 1, 2013. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo/comunicacao-e-sindicalismo-os-dilemas-da-linguagem-sindical-na-des-mobilizacao-dos>. Acesso em: 13 dez. 2023

OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

SANTIAGO, Claudia; GIANNOTTI, Vito. **Teoria e Prática da Comunicação Sindical**. 1ª Ed. Brasília: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, 2014.

Secretaria Especial de Comunicação Social. **Breve história da imprensa sindical no Brasil**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2005.

SOUZA, Marc. **A Importância da Imprensa Sindical**. SIFUSPESP, 16 abr. 2022. Disponível em: <https://www.sifuspesp.org.br/noticia/colunas/coluna-do-marc/8661-a-importancia-da-imprensa-sindical>. Acesso em 03 out. 2022.

VERDELHO, Valdeci. A nova imprensa sindical. In: FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo Lins e (Org.). **Comunicação popular e alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, p.80-98, 1986.

VIEIRA, Toni André. **Comunicação sindical: proposta de uma política para as entidades**. 1ª ed. Canoas: Ed. ULBRA, 1996.

Capítulo 18

Os usos das redes e as masculinidades: violência política de gênero nos grupos de extrema direita no digital

Juliana Lencina da Silva¹²⁴

1. Introdução

As práticas de violência contra mulheres podem ser observadas em diversas dimensões da vida social e podem apresentar as mais variadas formas e narrativas. No entanto, o comum que determina esse tipo de violência é a relação e poder que há na desigualdade de gênero. O poder e o político são termos que quase sempre andam juntos e no caso das mulheres que ocupam cargos políticos, a desigualdade de gênero frequentemente se camufla nas disputas de interesses num espaço historicamente dominado por homens, o público. A internet, como transformadora de interações via informação

¹²⁴Juliana Lencina da Silva é socióloga pela Universidade Federal Fluminense, mestre em Sociologia pelo PPGS/UFF e doutoranda em Antropologia pelo PPGA/UFF. Tem experiência na área de sociologia da comunicação, estudos das relações de gênero e sexualidade, mulheres na política institucional e na sociologia digital, com ênfase em violência contra mulher nos espaços digitais, masculinidades e extrema direita bolsonarista. E-mail: julianalencina@id.uff.br.

ocupa papel central para a compreensão das disputas políticas, e não somente, viabiliza a criação de um movimento de uma nova direita com projetos transnacionais.

O capítulo apresenta algumas das complexidades das práticas violentas contra parlamentares brasileiras nas redes sociais, tendo como objetivo analisar a violência de gênero na política relacionando aos ataques contra a mulher nos espaços digitais através da retórica bolsonarista. A indicação de alguns instrumentos da retórica bolsonarista frente aos episódios dos ataques, retomando a discussão da misoginia nas redes.

A forma pelo qual o bolsonarismo desmoraliza a parlamentar através de ataques nas redes é típico da reação violenta do movimento da *alt-right* frente às ideologias compartilhadas na internet que tomaram caminhos que alimentam motivações políticas eleitorais ao redor do mundo (Nagle, 2017). Essas reações contra grupos de mulheres estão diretamente relacionadas à defesa da masculinidade e das tentativas de reafirmar o poder dos homens em determinados espaços, neste caso, na política (Connell, 2016). Também foi possível aproximar o comportamento violento nas redes à figura do *troll* e determinar que os ataques contra mulheres que estão relacionados ao compartilhamento de memes e montagens de imagens, apresentam um material quase sempre hiperssexualizado a partir da depreciação do corpo feminino e de discurso antifeminista.

2. O movimento *altright* e o bolsonarismo nas redes

*“A mulher de César não basta ser honesta, deve parecer honesta”*¹²⁵

Caio Júlio César era Pontífice Máximo, um dos mais altos cargos da religião de Estado da Roma Antiga. Em 62 a.C., A Regia, residência oficial do Pontífice, daria lugar às celebrações anuais em honra a *Bona Dea*¹²⁶. Naquele ano, suspeita-se que o jovem Públio Clódio, um aristocrata de família ilustre em início de carreira política, era apaixonado por Pompéia, esposa do Pontífice que estaria presente na celebração com outras mulheres. Clódio teria se vestido em trajes femininos e invadido a celebração em busca de Pompéia, surpreendendo uma escrava que logo notou que se tratava de um homem. O invasor foi expulso e foi aberto um processo por sacrilégio contra Clódio. Meses depois, ele seria absolvido devido à costura de alianças políticas e largas somas em suborno aos jurados, além da relutância do próprio César em depor contra o suposto invasor dos rituais. Neste caso, o erro político, o da invasão de uma celebração religiosa, somado à invasão de sua residência a fim de perseguir sua esposa Pompéia, já seriam mais que suficientes para Júlio César punir Clódio. Porém, Júlio o perdoa, mas não perdoa sua esposa Pompéia, punindo-a.

A frase inicial caiu em ditado popular, e não se sabe precisamente quando começou a ser usada. Ela indica que princípios morais não apenas orientam os indivíduos e suas

¹²⁵ Referência ao texto clássico: Plut. Caes. 10.6. 85

¹²⁶ Divindade de origem Grega, cuja celebração era vedada a homens.

ações, mas também elaboram formas de validá-los a partir de determinadas configurações sociais (Weiss, 2015). No cenário político brasileiro, apesar das iniciativas de maior representatividade, como a lei de cotas nas eleições e canais de denúncias no país, a violência moral impede mulheres de participarem das redes de disputas no campo político, ao mesmo tempo que as coloca em uma corrida de poder na qual homens são protagonistas nos avisos de partida e de chegada.

Assim como as indicações de Angela Nagle em *Kill All Normies* (2017), o comportamento de grupos de direita na internet foi disseminado através da zombaria de *memes* carregados de discursos de ódio em contrapartida ao estabelecimento da comunicação *mainstream* formal e institucionalizada. Frequentemente esse comportamento é investido a partir da figura do *troll* nas redes, o que retorna ao próprio surgimento da ‘nova direita’ na internet, tendo sua parte avançado para o extremismo político. Essa possibilidade de contestar a comunicação institucionalizada das grandes massas, num primeiro momento, conquista grupos progressistas através do incentivo numa espécie de combate gramsciano da mídia. Apesar disso, são os grupos conservadores que conquistam esses espaços devido a uma já existente configuração de relações criada por uma luta cultural das décadas que antecedem a criação de fóruns e *blogs* (Nagle, 2017). É possível observar nessas redes o argumento da liberdade de expressão que é colocado quase sempre como um argumento de defesa ao comportamento agressivo nesses

espaços, também carregados do discurso contra o politicamente correto, bastante utilizados na retórica da direita bolsonarista.

A partir do movimento que ficou conhecido como *gamergate*¹²⁷, as práticas antifeministas no digital puderam ser não só observáveis, mas também compreendidas através da lógica *altright*¹²⁸ que Nagle (2017) propõe. A necessidade de defesa do ‘homem ocidental ameaçado’ pela conquista de espaço de mulheres mobiliza discursos raivosos contra quem tenta evidenciar as desigualdades ou menos, por apenas estar ocupando um espaço que ‘desagrada’ o público masculino. O *gamergate* de 2014 gerou casos de ameaças do público de videogame contra a jornalista Anita Sarkeesian e a desenvolvedora de jogos Brianna Wu. Ambas sofreram diversos ataques sob a justificativa que estariam ‘atrapalhando’ o mercado de jogos pelos questionamentos da integridade e qualidade dos mesmos a partir de suas críticas feministas, como, por exemplo, a hipersexualização de personagens femininos nos jogos, o comportamento machista de gamers durante as partidas, e também críticas à perseguição, assédio e bullying de gamers com nomes femininos nas plataformas e jogos online.

Essa *altright*, que é forjada a partir do que a autora chama de ‘*Chan Culture*’ (associada aos fóruns 4chan e 8chan, entre outras plataformas onde é possível o anonimato de discussões), possui em sua base o argumento da liberdade de

¹²⁷ Movimento de assédio online contra mulheres do mundo gamer.

¹²⁸ *Alternative Right*. Termo recorrentemente utilizado para designar o movimento de uma parcela da direita política na internet.

expressão desenvolvida de forma contraditória ao respeito de direitos de minorias, colocando-se quase sempre contra um outro argumento, o do politicamente correto. As discussões carregadas de elementos lúdicos e odiosos, atingem, dentre outros grupos minoritários, essencialmente grupos de mulheres, sobretudo os que levantam pautas feministas.

Um outro ponto que está diretamente associado à estratégia de comunicação dessa nova direita é a defesa da masculinidade, motivada pela constante ameaça do homem branco neoliberal. Tal qual o caso do *gamergate* de 2014, a ameaça da masculinidade fica evidente quando a discussão é direcionada a grupo de mulheres que, de certa forma, desagradam ou ocupam espaços que não condizem com seus papéis, transformando-os, assim, em espaços de resistência (Nagle, 2017) através de uma disputa de gênero por uma “formação discursiva” de violência (Connell, 2016, p.17). Ou seja, a defesa da masculinidade envolve o ataque às conquistas de direitos de grupos e mulheres e LGBTQIA+.

Vestidos como personagens *vikings*¹²⁹, a invasão de grupos de homens brancos pró-Trump em 2021, na sede do Congresso dos Estados Unidos em Washington, evidencia que essa defesa ao masculino tem sido constantemente representada em governos de extrema direita pelo mundo.

¹²⁹ Também conhecida como a Invasão do Capitólio, em 06 de janeiro de 2021, grupos de homens brancos vestidos com peles de animais, bandeiras dos Estados Unidos e outros símbolos nacionalistas, invadiram a sede do Congresso do país após a contagem de votos e resultados desfavoráveis à reeleição de Donald Trump.

3. Uma foto vale mais que mil palavras? O discurso no Instagram como uma vitrine de sociabilidade e propaganda a partir das possibilidades de ação no/e através do digital

Os usos e as formas pelas quais se organizam algumas práticas no interior de plataformas digitais requer, num primeiro momento, a compreensão do próprio funcionamento da plataforma em questão. Deve-se levar em consideração o espaço e os objetos dispostos como participantes das ações investigadas. Para isso, é uma descrição das disposições, permissões e possibilidades que a plataforma dá aos seus usuários para que seja possível uma análise das ações através dela e por ela.

O Twitter (atual X) tem sido utilizado como uma das principais plataformas de comunicação direta pela maioria dos ocupantes de cargos políticos no cotidiano de seus trabalhos. Constitui-se como um canal de respostas rápidas onde prevalece o discurso textual, mas que possibilita, também, o compartilhamento de outros formatos como memes, fotos e vídeos. Já o Instagram, que também tem sido habitado por figuras públicas do campo político institucional, se difere do Twitter por possuir, desde a sua idealização como plataforma, uma centralidade no discurso imagético.

Criada em 2010 e comprada pela empresa Facebook (atual Meta) em 2012, o Instagram é uma plataforma para compartilhamento e visualização de conteúdo dos usuários cadastrados. A comunicação é feita sobretudo a partir de discursos imagéticos. Mesmo quando por textos, o conteúdo

audiovisual é central, podendo ser dividido em quatro setores de ferramentas: postagem, stories, *direct* (mensagens privadas) e pesquisar. Seu acesso pode ser feito via dispositivos móveis ou *desktops*, sendo que o acesso por aplicativo em *smartphones* é o mais utilizado e completo em funções disponíveis. As últimas atualizações também fornecem facilidade para busca de negócios e lojas próximas ao local de acesso do usuário.

O Instagram está como uma das gigantes plataformas publicitárias disponíveis no mercado. Não à toa, inúmeras empresas veem possibilidades de ganhos com a propaganda de seus serviços e produtos por meio de permuta de celebridades e *influencers* digitais levando como o principal pré-requisito, o número de seguidores, diretamente relacionado ao alcance da propaganda. A plataforma se apresenta como rede social um pouco mais dinâmica pela comunicação via imagem, mesmo quando, por texto, o discurso escrito está numa interseção com o audiovisual. Em outras palavras, seus desenvolvedores têm apostado absolutamente no discurso imagético e feito valer financeiramente o ditado popular “uma imagem vale mais que mil palavras”.

Ao longo do tempo, os stories permitiram maior vigilância de celebridades que usam a plataforma para exibir o cotidiano, muitas vezes em busca de publicidade dos produtos e serviços das marcas que têm contrato. Um caso emblemático sobre os riscos de exposição no Instagram foi da empresária e

modelo estadunidense. Kim Kardashian¹³⁰, assaltada em um quarto de hotel em Paris em 2016. Estima-se que os assaltantes, que roubaram cerca de 10 milhões de dólares de seus bens e a mantiveram como refém por algumas horas, acompanhavam toda sua rotina e localização - e das joias que estavam com ela no dia do crime. Acompanhavam até mesmo o horário que estaria dormindo sozinha no quarto, através do que compartilhava nos stories do Instagram.

Cabe compreender como há ação no espaço das plataformas digitais. No campo sociológico, questionam-se algumas das compreensões sobre o funcionamento do algoritmo em relação às ações humanas, da mesma maneira que alguns estudos sobre as relações de poder através e de objetos de fato possam existir. Também são observadas algumas relações nesses espaços que servirão para caracterizar a violência por meio dos comentários deixados nas postagens pelos usuários. Os argumentos acerca do ‘incentivo’, ‘design’ e ‘enquadramento’ apresentados por Badouard, Romain; Mabi, Clément e Sire Guillaume (2016) indicam algumas possibilidades de relações de poder em ambientes digitais. Eles são definidos pelos usos do espaço, que, na perspectiva foucaultiana, trata-se de questões acerca das permissões e de dispositivos de saberes. Esses elementos se apresentam de diversas formas em redes sociais e podem ser lidos através das ações no Instagram.

¹³⁰ Kim Kardashian é dona de um dos maiores perfis no Instagram, perdendo o ranking apenas para sua irmã Kylie Jenner. Algumas fontes consideram a família armênio-estadunidense Kardashian-Jenner as figuras públicas que mais influenciaram o mercado publicitário na plataforma.

O primeiro argumento, o *'incentivo'*, se categoriza a partir da mediação de algoritmos e da própria construção do algoritmo que parte do que desenvolvedores e empresas colocam como objetivo. Ou seja, o conteúdo disponível aos usuários parte de um incentivo criado para cumprir os interesses de empresas, que, no caso do Instagram, é terreno fértil para uma vitrine publicitária de inúmeras outras empresas que se estabelecem ou se utilizam da plataforma como meio de obter maior lucro em suas vendas. Logo, um dos interesses dos desenvolvedores da rede social é obter o maior número de *views - visualizações* - e fidelidade dos usuários. Isso é feito por meio de uma estratégia de criação de bolhas de interesses, segmentando nichos de consumidores a partir das informações de comportamento através da comunicação do usuário na plataforma.

Já o segundo argumento, o do *'design'*, está inserido num debate sobre limitações das ações que usuários sobre arquitetura do espaço. Essas limitações do próprio *layout* da plataforma, como a disposição dos botões as publicações no *feed*, as caixas de mensagens privadas (*direct*), ferramentas como os *stories*, etc. É devido ao *design* que o argumento das permissões aparece de forma mais forte, pois está associada à ação do usuário, não tendo muito espaço para reflexão ou contingência dos seus usos como no caso do incentivo da ação através do algoritmo. O *design* apresenta sobretudo as limitações de ação. Por exemplo, a postagem audiovisual só pode ser feita por uma finalidade de formas, e não além, logo todos os usuários deverão agir dentro desse número de

possibilidades. Assim, é dado controle maior à plataforma sobre a ação do usuário.

Por fim, o terceiro argumento sobre o “*framing*”, ou seja, o enquadramento, trata de uma forma de estipular e restringir ações, o que se assemelha ao segundo argumento. O enquadramento, contudo, é construído a partir da própria limitação da interface do software, o que se insere no debate das regulamentações e normas para programadores e desenvolvedores, ou, em outras palavras, no debate das regras técnicas que permitem programadores desenvolverem ferramentas a partir das normas dos sistemas operacionais. No entanto, o argumento também pode ser estendido, no caso do Instagram, às normas de censura de conteúdo ou ao banimento dos usuários por *spam*, por discursos de ódio, conteúdo pornográfico ou demais formas de violação de regras ou não cumprimento do uso.

4. Joice Hasselmann e a categoria mulher na extrema direita

O caso da parlamentar e ex-deputada Joice Hasselmann se tornou emblemático para as investigações sobre a violência política contra mulheres no Brasil por ter sido hostilizada pelo próprio grupo que a elegeu. Em análises de comentários do Instagram, as postagens em sua conta oficial no ano em que foi eleita (2018) e na pós ruptura com bolsonaristas, apresentam uma crescente de conteúdos pró direitos femininos. Assim como no Twitter, há o apelo dos memes compartilhados com figuras e elementos satíricos nas imagens, que se apresentam,

na maioria das vezes, num discurso sexualizado e de ataque ao corpo. São promovidas comparações com outras parlamentares, em especial as da oposição, o que consolida a disputa de interesses com foco na imagem, sobretudo da beleza entre essas mulheres.

Em uma de suas falas relatando contra a família Bolsonaro na CPMI das Fake News em 2019, a então deputada Joice Hasselmann chega a dizer que o ‘bolsonarismo não é uma direita de verdade’, pois os valores da mulher para o bolsonarismo são diferentes de outras formas de organização do conservadorismo político. Hasselmann se questiona, então, como a direita bolsonarista tem posicionado as mulheres em suas estratégias. Ela discorre sobre o comportamento do governo de direita em relação à oposição de esquerda: “nem aqueles que faziam *fake news* na esquerda fizeram algo parecido com o que eles estão fazendo” (fala da ex-deputada durante a CPMI *fakenews* em 2018). E declara que o governo Bolsonaro não é ‘uma direita verdadeira’, pois não respeitam os valores da família e da mulher, o que posiciona Joice distante dos interesses ideológicos do bolsonarismo a partir de uma comparação com os grupos da esquerda. Isso evidencia, pelas diferenças das outras direitas políticas no país, que se trata de uma extrema direita criada a partir do movimento *altright* e que se segmenta em contraposição ao institucional.

O termo Peppa virou ofensa em comparação à protagonista de um desenho animado infantil britânico homônimo representado por uma família de porcos. Como o desenho atinge níveis globais de alcance, não é possível

associar a incidência do termo ‘peppa’ no Twitter apenas às ofensas contra Joice. Porém, logo é observado que bolsonaristas no Twitter recorrentemente usam o termo ‘pepa’ (com o erro na grafia, apenas um ‘p’) e pode ser constatado seu aumento de frequência na rede social 78 a partir de dois eventos: sua destituição como líder do PSL na Câmara, o que resultou na discussão com Eduardo Bolsonaro e seu depoimento na CPMI das fake News.

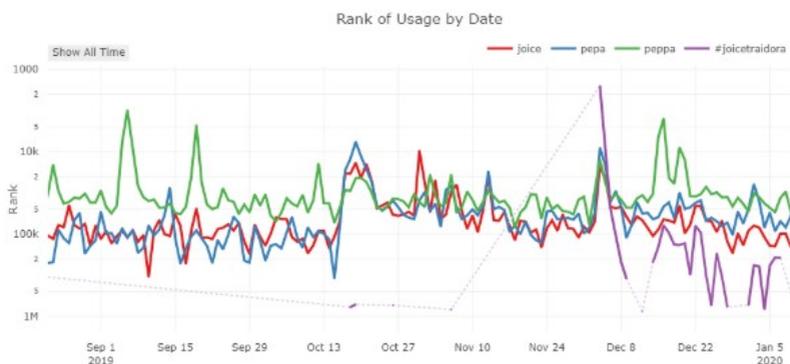


Figura 1- Ranqueamento em escala logarítmica de tweets e retweets entre set.19 a a jan.20.
 Dados: Computational storylab Twitter Decahose API.

O bolsonarismo ataca projetos progressistas através da defesa de um “[...] ideário saudosista masculino da família tradicional heteronormativa patriarcal” (Solano, 2019. p.318). Para Joice Hasselmann, a categoria é articulada como alegação aos ataques recebidos por colegas e eleitorado, já que supostamente deveria estar inserida nos valores que defendem. Contudo, a deslealdade de uma mulher para os grupos pró

bolsonarismo apresenta um incômodo reativo, no qual cabe a uma percepção de desaprovação por suas ações, levando-a a outra categoria de mulher - no caso, classificada próxima às parlamentares da oposição com o revés de já ter estado na categoria de mulher ideal, quando anteriormente era aliada.

5. O ódio ao feminino e a ameaça ao masculino: análise da violência contra Joice Hasselmann em redes sociais

A disputa política é permeada por mudança de alianças e aproximações por interesses por parte dos envolvidos. No caso da ex-deputada Joice, essas alianças e aproximações podem ser indicadas como um exagero à crítica de sua mudança de interesses, mesmo Hasselmann ainda mantendo seu posicionamento ideológico partidário e permanecendo no partido pelo qual foi eleita. A traição de Joice está relacionada à sua falta de lealdade diretamente ligada aos valores femininos, de forma que os deslizes das mulheres, nessas relações resultam em julgamentos da sua moralidade. É devido a esses ataques de traição que são desencadeados diversos outros ataques, como o de sua competência profissional e confiança de sua fala, já que se trata da parlamentar que ‘traiu os homens que a colocaram no cargo’.

Há também um constante questionamento do mérito de sua trajetória como parlamentar e depreciação do trabalho presente em todas as fases de sua trajetória, mesmo antes da ruptura. Esses questionamentos surgem a partir de comparações com outros colegas homens, sendo o mais citado

o seu colega e deputado Eduardo Bolsonaro. Seguindo os argumentos de ‘incentivo’ e ‘design’ de Badouard, Mabi e Guillaume (2016), esse comportamento é resultante da maior vigilância do cotidiano dos atores que estão nas redes, neste caso, da ex-deputada através da plataforma do Instagram.

Um dos resultados dessa vigilância cotidiana é uma maior frequência de associação de seu sucesso político devido à família Bolsonaro, gerando numa incessante cobrança de reconhecimento, ou seja, uma espécie de prestação de contas, o que promoveu a ofensa de traidora. Mesmo com críticos ao seu trabalho antes da ruptura com o governo bolsonarista, o que desencadeia uma onda de ódio a imagem da ex-deputada e fala nas redes sociais é o momento no qual critica seu colega e filho do então presidente, o deputado Eduardo Bolsonaro. Nesse momento, ainda é possível observar uma defesa de Joice ao ex-presidente Bolsonaro, mas alguns eleitores se dividem.

A intolerância à traição fez com que Joice fosse alvo de ataques, visto que a ex-deputada constituiu parte de seu grupo de aliados no passado. A violência aqui se caracteriza como um projeto de afastar o ‘novo inimigo’, um exercício na ‘política dos antagonismos’ (Solano, 2019), através de ataques ‘desmoralizantes’. Investe-se constantemente do papel de *troll* para conseguir mobilização nas redes, maior número de visualizações do conteúdo compartilhado, *likes* e seguidores. Nesse caso, os desdobramentos de violência no digital, segundo Lumsden & Morgan (2015), possuem influência da própria mídia no investimento do discurso de ‘*don’t feed the trolls*’. Tantos os conselhos para que ela não dê atenção às

ofensas, quanto na tentativa de silenciamento pelo próprio pedido de Eduardo no Twitter, se consolidam como uma violência simbólica contra Joice.

6. Considerações finais

Este capítulo destacou a importância de se observar a violência política de gênero através da relação entre a misoginia das redes e retórica bolsonarista. Para isso, quais seriam as relações dos ataques nos espaços digitais com a violência contra uma parlamentar? É colocado em questão se a violência sofrida contra a deputada estaria relacionada a pressupostos mais amplos do bolsonarismo. Conclui-se que a violência sofrida por ela nas redes está diretamente relacionada a questões fundamentais da direita bolsonarista. Essas questões estão presentes no centro das estratégias e dos métodos comunicacionais da nova direita internacional (*ibidem*). Nesse cenário, o bolsonarismo, especificamente, se fundamenta numa retórica transnacional contra proposições falaciosas dos estudos de gênero procedentes de *fake news* e ideias conspiracionistas, como a ‘ideologia de gênero’ e a distribuição do ‘*kit gay*’, que, por sua vez, possuem estreita relação com o moralismo religioso na América Latina (Rocha, 2021; Biroli, Machado, Vaggione, 2020).

A internet criou possibilidades de inserção de mulheres em espaços que antes não eram ouvidas. Criou, ademais, a possibilidade de melhor organização na disseminação de ideias e compartilhamento de casos contra mulheres em seus

ambientes de trabalho, ambientes domésticos e nas demais formas de relações em que foi possível quebrar o silêncio através da comunicação anônima e remota (Ging; Siapera; Chemaly, 2019). Não à toa, o antifeminismo na internet tem crescido como reação discriminatória das descobertas e conquistas de mulheres nesses espaços, uma tentativa de retomar o status quo nas disputas de poder.

A polarização entre progressistas e conservadores não é apenas um resultado do comportamento dos espaços digitais. Os setores da esquerda motivaram práticas, mesmo que sem a intenção, em um ambiente novo e ‘vazio’ ideologicamente, onde a extrema direita se fez vencedora. A polarização foi levada, assim, para cada vez mais distante do centro partir das disputas de interesse de cada um promovidos por essas plataformas. Um ponto irônico é que essa nova direita tem se utilizado da exaustão do uso desenfreado dos termos ‘fascismo’ e ‘extremismo’ pela esquerda ao longo dos anos para benefício próprio. Isso pode ser notado na zombaria do termo ‘mi-mi-mi’ e em demais práticas contra o politicamente correto.

A compreensão da criação do que é conhecido hoje como *websocial* (Castells, 2003) é criada e estabelecida através de ideais empresariais e, portanto, tomada por grandes empresas do Vale do Silício. Espera-se dessa lógica de mercado que os produtos da *websocial* tenham objetivos também comerciais de seus usos (Castells, 2003; Pasquale, 2017; Ramos, 2019), levando, assim, a enfatizar a importância de se observar a formação dessas novas práticas em ambientes digitais através de dimensões que acatam a ordem neoliberal.

Contudo, também é importante questionar que, mesmo tendo sido projetada para fins específicos - no caso, para o lucro destas empresas -, a *websocial* escapou de alguns dos objetivos de seus desenvolvedores. São exemplos a organização política através de bolhas polarizadas, descontrole de criação de *Fake News*, ações algorítmicas, vazamento de informações privadas, novas práticas de violência, manipulação de destinos eleitorais democráticos etc.

Em Castells (1999), há uma abordagem bastante pessimista dessas novas configurações quando são abordados alguns fluxos informacionais na sociedade contemporânea a partir da que ele estabelece como redes. Devido a essas novas transformações, debates recentes na Sociologia sobre os usos de novas tecnologias de comunicação e informação dão alertas à necessidade de atenção às novas práticas encontradas em ambientes digitais. O modo pelo qual os usuários agem nesses espaços elaborou uma complexidade de questionamentos caros ao campo sociológico. Vale destacar que essas práticas têm uma relação direta com o valor da informação, o que leva à uma análise nas dimensões econômicas impactando outros setores da vida social.

Referências bibliográficas

BADOUARD, Romain; MABI, Clement e GUILLAUME, Sire. Beyond “Points of Control”: logics of digital governmentality. **Internet Policy Review**, n.5, vol.3, 2016.

BIROLI, Flavia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. **Gênero, Neoconservadorismo e Democracia: Disputas e Retrocessos na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2020.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade**. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999.

CONNELL, Raewyn. **Gênero em termos reais**. São Paulo: Ed. Versos, 2016.

GING, Debbie; SIAPER, Eugenia e CHEMALY, Soraya. **Gender hate online: understanding the new anti-feminism**. Springer International Publishing. Palgrave Macmillan, Cham, Suíça, 1ª ed. 2019.

LUMSDEN, Karen & MORGAN, Heather. Media framing of trolling and online abuse: silencing strategies, symbolic violence, and victim blaming. **Feminist Media Studies**, n.17, vol.6, p.926-940, 2017.

MANTILLA, Karla. Gendertrolling: Misogyny Adapts to New Media. **Feminist Studies**, vol.39, n.2, 2013. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/journal/846>. Acesso

NAGLE, Angela. **Kill All Normies: Online Culture Wars de 4chan e Tumblr a Trump and the Alt-Right**. Reino Unido: Zero Books, 2017.

PASQUALE, Frank. A esfera pública automatizada. São Paulo: **Revista Líbero**, ano 20, n. 39, p.16-35, 2017.

RAMOS, Jair. Machines among the crowd: on the political effects of algorithmic production of social currents. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, n. 16, 2019.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Guerra cultural e retórica do ódio: Crônicas de um Brasil pós-político.** São Paulo: Ed.Caminhos editora e livraria. 2021.

SOLANO, Esther. **A bolsonarização do Brasil in Democracia em risco: 22 ensaios sobre o Brasil hoje.** São Paulo: Companhia das Letras. 2019.

WEISS, Raquel. Apresentação do dossiê: Sociologia e Moral. Sociologias, v. 17, n. 39, p.16-24, 2015.

Capítulo 19

Estratégias para o estudo das Fake News

Marllon Jorge Motta da Silva¹³¹

1. Introdução

O fenômeno das notícias falsas, comumente referido como "*Fake News*", tornou-se uma preocupação central na sociedade contemporânea. Sua presença é notória não apenas nos canais de mídia convencionais, mas também nos registros acadêmicos, em periódicos, revistas e obras literárias especializadas. Nesses contextos, a disseminação de *Fake News* é amplamente percebida como uma ameaça significativa à integridade democrática e à esfera pública (Brasil, 2022a; Budak *et al.*, 2024; Recuero, Gruzd, 2019; Rodrigues, Bonone, Mielli, 2020). Desde os discursos proferidos pelo mais alto cargo político até as postagens corriqueiras nas redes sociais, a questão de como enfrentar esse fenômeno emerge como um desafio premente. A ubiquidade das *Fake News* transcende os limites tradicionais da comunicação, permeando diversas

¹³¹ Marllon Jorge Motta da Silva é formado em Sociologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre em Sociologia pelo PPGS/UFF. Tem experiência na área de sociologia da comunicação, com ênfase em circulação de *Fake News*. E-mail: marllonmotta@id.uff.br.

esferas da vida contemporânea e sendo mobilizada por uma variedade de atores sociais.

Especificamente no Brasil, durante as eleições de 2018, 2020 e 2022, diversos mecanismos de divulgação de *Fake News* foram empregados (Mello, 2020; Recuero, Gruzd, 2019; Rodrigues, Bonone, Mielli, 2020). Em resposta, agências de checagem se mobilizam para monitorar, localizar e desmentilas (G1, 2018; Palacios, 2019), enquanto a Câmara dos Deputados avançou em discussões sobre a definição, o combate e os impactos atribuídos às *Fakes* (Barreto, Jaborandy, 2021; Brasil, 2022b). Cientistas, jornalistas e outros atores apresentam evidências substanciais da existência de esquemas estruturados de criação e divulgação de desinformação (Mello, 2020; Piaia, Alves, 2020). O problema das *Fake News* emerge da desinformação enquanto prática, mas se estabelece nas narrativas de crise como fenômeno construído e renovado a ser combatido.

No que diz respeito à produção científica sobre o tema, observa-se a variedade de teorias empregadas. São diversas as apostas empíricas pelas quais os pesquisadores constroem suas análises e descrições deste fenômeno tão fugidivo. Entretanto, a despeito da ampla variedade de trabalhos, há padrões gerais e evidentes nas construções das pesquisas. Destaca-se, entre eles, o grande número de pesquisadores que optam por estudar os aplicativos de troca de mensagens (Bapaye, Bapaye, 2021; Cesarino, 2018; Junior *et al.*, 2022; Piaia, Alves, 2020; Resende *et al.*, 2018). Sob a justificativa empiricamente sustentada de que estes são alguns dos ambientes mais

importantes para o processo de circulação massiva de notícias falsas, muitos destes pesquisadores, então, passam a buscar vestígios da circulação em grupos do *WhatsApp* ou *Telegram*. Um movimento que mantém uma predileção pela análise de grupos ligados à direita ou extrema direita, teorias da conspiração e o *modus operandi* do ecossistema de desinformação (Cavalini *et al.*, 2023; Cesarino, 2018; Machado *et al.*, 2019; Resende *et al.*, 2018; Resende *et al.*, 2019; Nascimento *et al.*, 2024).

No presente capítulo, apresento as estratégias empíricas normalmente selecionadas pelos pesquisadores no momento em que decidem estudar a circulação de *Fake News* em aplicativos de troca de mensagens. O foco repousa em aspectos metodológicos, sobretudo na construção de amostras e nos limites gerais de tal construção: a análise a partir de “bolhas”¹³², o foco na estrutura de divulgação e a atenção demasiada às camadas mais internas do processo de circulação. Logo após, é apresentada a escolha metodológica realizada durante a pesquisa de dissertação dedicada à circulação de notícias falsas em grupos de bairro do *Telegram* (Motta, 2024). A análise se concentrará nos potenciais ganhos empíricos e teóricos ao selecionar grupos periféricos – nos quais a exposição às *Fakes* é contingente e limitada –, ao invés de grupos centrais do ecossistema de divulgação – onde a

¹³² A partir de Piaia (2021), entende-se “Bolhas” a partir de um sentido flexível do conceito de câmaras de eco. Nesse sentido, elas constituem ambientes em plataformas que facilitam e conduzem fluxos de ideias convergentes, reforçando crenças e predisposições individuais, ainda que, ocasionalmente possa haver contato com ideias divergentes.

exposição é rotineira e massiva. O trabalho busca, assim, contribuir para esta agenda de pesquisa contemporânea e extremamente relevante.

2. Por que olhar para os aplicativos de troca de mensagens?

Em outubro de 2018, Patrícia Campos Mello assinou reportagem na *Folha de S.Paulo* sobre aquilo que chamou de “pacotes de disparo em massa de mensagens” por *WhatsApp* (Mello, 2018). Na reportagem, a jornalista revelava uma prática ilegal de compra de disparos em massa de mensagens contra o PT no *WhatsApp* executada às vésperas do segundo turno das eleições de 2018 – disputada pelos candidatos Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT). Mello publicizou nomes de empresas que ofereceriam serviços de divulgação, os valores cobrados por unidade de mensagem disparada (algo entre R\$0,08 e R\$0,40 por mensagem disparada), além denunciar algumas das práticas utilizadas pelas agências para burlar os filtros e limitações impostas pelo *WhatsApp* (*ibidem*).

Tanto na reportagem, quanto no livro que a sucede (Mello, 2018; 2022), Mello indica que tais práticas eram generalizadas e não se limitavam apenas ao disparo de *Fakes*. Os disparos de mensagem inicialmente serviam para qualquer tipo de conteúdo, verdadeiros ou falsos. No entanto, como sugerem as diversas fotos divulgadas durante a CPMI das *Fake News* (Brasil, 2019) por um funcionário de uma das empresas de disparos em massa, mesmo ultrapassando os limites da divulgação de conteúdos falsos, os disparos em massa de

mensagens serviam para a disseminação de *Fake News*. Essa prática, associada às pesquisas que indicam uma alta taxa de utilização do aplicativo como fonte de informação (DataSenado, 2019) e aos dados obtidos por meio do monitoramento dos aplicativos de troca de mensagens (Resende *et al.*, 2018), tem levado os pesquisadores a se concentrarem nestes aplicativos. Não é por acaso que, para Ortellado (Lo Prete, 2022), como para outros tantos pesquisadores, o *WhatsApp* ocuparia a posição de aplicativo mais perigoso no que diz respeito à desinformação.

Mas nem todas as pesquisas que se voltam aos aplicativos de troca de mensagens estão limitadas ao *WhatsApp*. Nascimento *et al.* (2024) e Cavalini *et al.* (2023) descrevem a migração de grupos de extrema direita para o *Telegram* e a sua importância no processo de divulgação e circulação de conteúdos ligada, muitas vezes, à tentativa de alguns grupos de burlarem mecanismos de vigilância dos aplicativos “*mainstream*” (Zannettou *et al.*, 2017; Cavalini *et al.*, 2023). Desse modo, o *Telegram* é apresentado como uma rede alternativa, tecida por inúmeros atores que buscam agir em segredo.

No fim, a própria migração de atores da extrema direita para a plataforma do *Telegram* – após uma série de medidas tomadas pelo *WhatsApp* em resposta à movimentação do governo – traz o olhar de diversos pesquisadores para o aplicativo, que passa a figurar entre os aplicativos tidos como importantes para o ecossistema de divulgação de *Fake News* (Nascimento, 2024). Uma condição sustentada, em diversos

estudos, pela correlação recorrentemente presente entre os grupos de extrema direita e um conjunto de narrativas intimamente relacionadas à desinformação. Entre elas, destacam-se o caso das *Fakes* presentes na campanha eleitoral de 2018, as sobre a Covid-19, ou mesmo as da suposta fraude das urnas eleitorais, dentre outras (Cesarino, 2018; Piaia, 2021; Oliveira, 2020).

3. Por que estudar o *Telegram*?

Na pesquisa de mestrado (Motta, 2024), que subsidiou a discussão deste capítulo, a escolha do *Telegram* como ambiente de observação da circulação das *Fake News* se justificou, além da relevância do aplicativo acima mencionada, por características e possibilidades analíticas específicas da plataforma. Há, no aplicativo, uma ferramenta única, quando comparado com outros aplicativos de troca de mensagens: a presença de grupos georreferenciados. Dentro do *Telegram*, é possível encontrar grupos denominados "grupos locais", uma categoria atribuída pela própria arquitetura da plataforma aos grupos ancorados em uma determinada região, definida arbitrariamente pelo fundador do grupo a partir de um ponto de coordenada.

Em resumo, o *Telegram* apresenta uma funcionalidade que conecta pessoas de determinada região a partir da localização do aparelho celular. Os grupos locais tornam-se abertos e acessíveis num raio de até dois quilômetros. A opção de “busca por pessoas próximas” (funcionalidade do

Telegram), apesar do que sugere o nome, não funciona apenas para pessoas. A “busca por pessoas próximas” também dá acesso a grupos que estejam ancorados na região. Os grupos locais (aqui denominados de grupos de bairro), então, são todos os grupos passíveis de serem encontrados a partir da “busca por pessoas próximas”. São grupos integrados majoritariamente pela população e pelos visitantes de uma região, com alto grau de intersecção de membros, e que mantêm uma série de padrões, tanto no que diz respeito à comunicação dentro dos grupos, quanto aos modelos de nomeação dos próprios grupos.

Durante a pesquisa de dissertação (Motta, 2024), essa funcionalidade mostrou sua utilidade na medida em que possibilitou a utilização do território como critério principal para a delimitação empírica da amostra de grupos a serem analisados. Com a “busca por pessoas próximas” foi possível selecionar grupos acessíveis a partir do território de São Gonçalo e Niterói, onde operei uma sequência exaustiva de buscas em diferentes pontos dos municípios a fim de cobrir a totalidade da área estudada. Por essas razões, foi selecionado o *Telegram* pela importância atribuída ao aplicativo no ecossistema de circulação de *Fake News*, mas também pela oportunidade de construção de uma amostra georreferenciada que habilita a coleta, visualização e análise de dados que, haja visto sua estreita relação com um determinado território, traziam consigo possibilidades ainda subproveitadas.

4. Os padrões no estudo dos grupos em aplicativos de troca de mensagens

Quando atentamos para a literatura sobre *Fake News* fica evidente a presença de padrões na condução das pesquisas. Os monitoramentos, por exemplo, são conduzidos em extensas bases de dados que aglutinam o histórico de conversa da maior quantidade de grupos possíveis (Junior *et al.*, 2022; Machado *et al.*, 2019; Resende *et al.*, 2018); ou, pelo menos, da maior quantidade possível de grupos relevantes à pesquisa. Há, em muitos projetos, *scripts* e códigos meticulosamente construídos na tentativa de classificar mensagens quanto à sua veracidade, ou pelo menos quanto à sua “qualidade” (Fatos, 2020). Já as etnografias virtuais, com abordagens quantitativamente menores, buscam normalmente observar grupos relevantes e acessíveis, como os grupos de caminhoneiros, de bolsonaristas ou de profissionais da saúde (Evangelista, Bruno, 2019).

Ao mapear as diferentes metodologias comumente aplicadas ao estudo dos aplicativos de troca de mensagens, Piaia (2021) apresenta uma classificação em três tipos que se relaciona diretamente com a observação desse padrão. 1) As pesquisas que se utilizariam de *surveys*, grupos focais, etnografias e entrevistas, voltadas para a construção de dados mais gerais acerca dos usos dos aplicativos. 2) As pesquisas de “imersão” (Piaia, 2021, p.60), que consistiriam no ingresso do pesquisador em grupos de aplicativos de trocas de mensagens para a análise do histórico de conversa. E 3) As pesquisas de análise dos conteúdos e interações arquivados em repositórios;

um método que se expressa, principalmente, no estudo dos registros e inscrições produzidos por atores envolvidos em seu combate, como é o caso das mídias e das agências de checagem.

Sobre a imersão, especificamente, Piaia (*ibidem*, p.63) chama atenção para a “limitação estrutural em relação à formação da amostra”. Para o autor, como as amostras se utilizam comumente de critérios que vinculam a relevância para o estudo e a relação de proximidade com grupos, ideologias ou personalidades políticas, os estudos baseados em imersão tenderiam a construir-se sobre vieses que representariam mais determinadas “bolhas” do que o universo que se pretenderia estudar. Assim, Piaia edifica sua crítica frente às pesquisas de imersão e à prática de construção de amostras comumente utilizadas. O autor problematiza, sobretudo, a construção das amostras, trazendo como alternativa a utilização de arquivos de repositório na tentativa de estabelecimento de uma análise que fure as bolhas.

Dourado e Salgado (2021), assim como faz Piaia (2021), utilizam do arquivo construído por agências de checagem para a observação do processo de circulação de *Fake News* dentro de aplicativos de troca de mensagens. Ambos abrem mão da construção em primeira mão da base de dados analisada, tomando a base de dados construída pelos empreendimentos de checagem como fonte principal de suas pesquisas. A partir da base de dados que é constituída sobre

dois modelos distintos de coleta¹³³, Piaia (*ibidem*) analisa o fenômeno das *Fake News* por uma perspectiva que busca romper os limites da análise de grupos de política.

Já Resende *et al.* (2019), por sua vez, apresenta um modelo de construção de amostra dos mais recorrentes e que serve de exemplo do modelo de construção de imersão apresentado por Piaia (2021). Sua amostra se inicia a partir da busca por *links* de grupos potencialmente ligados à circulação de *Fake News*. Para tal, Resende *et al.* (2019) pesquisa por palavras-chave ligadas aos nomes de políticos e de partidos e às ideologias políticas extremistas. A busca é efetuada em ferramentas como *Google* e retorna uma grande quantidade de grupos. Ao fim, os autores ingressaram nos grupos encontrados para a coleta de dados. Grupos estes que se apresentam intimamente conectados à temática política utilizada como critério de busca e construção da amostra.

Cesarino (2018), em seu texto *Populismo digital*, investe em uma abordagem qualitativa a partir de uma etnografia virtual. A autora trilha o caminho utilizado por Resende *et al.* (2019) e por tantos outros pesquisadores: o de operar buscas em sites e redes sociais à procura de grupos “relativos à política” (Cesarino, 2018, p. 6). Assim, Cesarino passa a observar grupos de *WhatsApp* com diferentes arquiteturas. Alguns grupos com alto controle na emissão de mensagens (grupos onde apenas os administradores podiam

¹³³ A denúncia feita por colaboradores ao *WhatsApp* do projeto “Comprova”; e a coleta feita por *softwares* de monitoramento, levando como critério de inclusão na amostra era a ocorrência do conteúdo com uma frequência maior do que cinco aparições

enviar mensagens), aos quais associou a “segunda camada da bolsosfera¹³⁴” (Cesarino, p. 6, 2018), e outros grupos (estes associados à “terceira camada da bolsosfera”) nos quais envio de mensagens era habilitado a todos os membros.

No trabalho de Cavalini *et al.* (2023), por outro lado, podemos observar, empiricamente, como as categorias de Piaia se efetivam e se misturam na prática. Ao operar buscas utilizando palavras-chave para localizar grupos ou canais de *Telegram* para serem analisados, Cavalini *et al.* se utiliza de uma estratégia de *snowball*¹³⁵ a fim de controlar a validade da amostra construindo-a a partir da seleção de grupos tendo como critério a presença de *Fake News*. Os grupos que deram início ao *snowball* foram escolhidos a partir de grupos associados a “pessoas, sites, e páginas citadas em inquéritos relacionados à *Fake News* e discurso de ódio conduzidos pela Suprema Corte e pelo Senado” (*ibidem*, p. 9). A partir das menções e encaminhamentos presentes nos grupos iniciais retirados do inquérito, Cavalini *et al.* produziu sua amostra como uma rede. Algo que caminha na fronteira entre a imersão

¹³⁴ Bolsosfera é o termo utilizado por Cesarino para nomear o conjunto da rede pela qual circulam as narrativas e as informações de uma esfera pública bolsonarista (Cesarino, 2018).

¹³⁵ A estratégia de *snowball* foca na construção de redes de indivíduos (nós) similares entre si, tomando um indivíduo como origem da construção de rede (*seed*). No caso de Cavalini *et al.* (2023) esses nós são representados pelos grupos de *Telegram*. Assim, a partir de grupos de *Telegram* (*seeds*) e das mensagens encaminhadas, dentro desses grupos, os autores acessam (enquanto constroem) uma rede que conecta grupos a partir da presença de conteúdos similares. O resultado disso é uma amostra que alcança quantidades relevantes de nós similares a partir de poucos indivíduos iniciais.

e a análise de repositório, mas que permanece, sobretudo, restrita aos canais mais centrais do ecossistema de circulação de *Fake News*.

Em Machado *et al.* (2019), vê-se, mais uma vez, uma variação do mesmo processo de busca operado por Resende *et al.* (2019) e Cesarino (2018). Os autores utilizam da busca por *links*, operada a partir de palavras-chaves como “política, direita, esquerda, liberal e conservador” (Machado *et al.*, 2019, p. 1014). Assim, os pesquisadores constroem aqui, tanto quanto nos outros trabalhos, o mesmo padrão que fundamenta a questão denunciada por Piaia (2021): a presença de amostras construídas sobre “bolhas” de grupos de política.

No fim, a construção de amostras é uma tarefa que resulta em escolhas que privilegiam determinados aspectos enquanto descartam outros. E ainda que haja uma vasta literatura sobre *Fake News*, há, também, padrões significativos nas pesquisas sobre o tema. Ao tratar de pesquisas centradas nos aplicativos de troca de mensagens, esse padrão se apresenta na predisposição para controlar a amostra dentro dos grupos sobre os quais há uma maior expectativa (ou mesmo uma maior evidência, ou mais acontecimentos previamente registrados ou mecanicamente registrados) da presença de *Fake News*: os grupos de política. O que favoreceria, como bem pontua Piaia (2021), uma análise edificada sobre “bolhas” – ou seja, análises que, em alguns casos, buscam generalizar a compreensão sobre o fenômeno, mas cuja amostra está tão limitada aos grupos internos e mais centrais ao processo de circulação de *Fake*

News que apenas refletiria as regularidades presentes em subculturas especializadas.

5. A opção dos grupos locais de *Telegram*

Enquanto a amostra (mais corriqueira) construída a partir da seleção de links se apresenta repetidas vezes organizada em torno do mundo da política a fim de maximizar o encontro com as *Fakes*, a opção de uma amostra de grupos locais adota o caminho oposto. Aqui, a amostra é construída sobre a base da geolocalização, tomando-a como critério inicial e fundamental. Uma escolha que apresenta riscos e potencialidades distintas. Ao optar por grupos para além dos de políticos, assume-se o risco de diminuição dos encontros com *Fake News*, uma vez que a literatura sobre o tema indica estes grupos políticos como sendo os ambientes centrais dentro do ecossistema de circulação de *Fake News*.

No caso do presente trabalho, na análise dos grupos locais de São Gonçalo e Niterói, tal risco não se efetivou, e foi possível observar uma série de dinâmicas de enunciação, divulgação e recepção de *Fake News* nos grupos da região (Motta, 2024). Em resumo, ainda que não houvesse acesso a grupos fundados sobre o tema da política, foi possível observar como a comunicação sobre o tema é não apenas presente, como movimenta um volume grande de mensagens (*ibidem*), sendo um dos assuntos mais conversados depois das conversas em busca de contatos íntimos e dos anúncios e propagandas.

Por outro lado, passada a fase de risco quanto ao retorno de dados válidos para uma análise acerca das *Fake News*, o potencial dos dados coletados habilita uma série de correlações e análises que recompensam o uso da metodologia. Para construir a amostra, é possível a utilização de dois caminhos distintos: 1) uma construção manual e 2) uma construção automatizada. No primeiro caminho, o pesquisador utiliza dos recursos disponíveis para a operação de “buscas (sistemáticas) por pessoas próximas” em toda a região definida como campo de pesquisa. Seja a partir da movimentação pelo território ou com a utilização de *softwares* de mascaramento de geolocalização, o pesquisador se utiliza da ferramenta do *Telegram* repetidas vezes e em diferentes coordenadas, ingressando nos grupos da região. No caso desta pesquisa, para reduzir o custo de análise dos grupos, mantive determinados critérios que se basearam na análise prévia durante o processo inicial de construção da amostra.

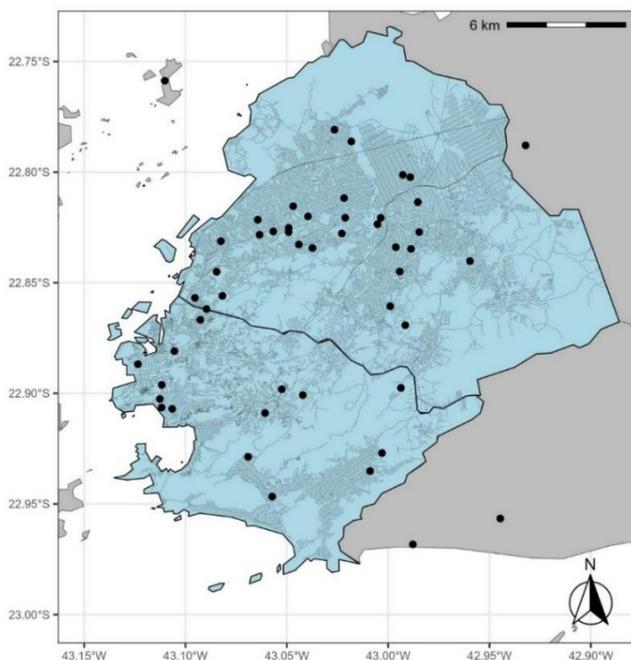
Durante o início do processo de ingresso em grupos, foi possível verificar que os grupos locais com poucas pessoas tendiam a ter menos (ou até nenhuma) troca de mensagens. Assim, mantive como critério de inclusão a necessidade do grupo de ter mais de 20 membros. Igualmente, foi verificado que os grupos fundados sobre a temática da busca por parceiros sexuais mantinham uma comunicação focada no seu propósito de criação (com poucas ou nenhuma variação de conversa). Nesse sentido, optei, também, pela exclusão dos grupos nomeados pela temática da busca por parceiros.

De maneira geral, foi seguido o caminho tomado pelos pesquisadores sobre o tema: ingressar apenas nos grupos públicos e abertos para todos. Contudo, outros dois critérios foram utilizados para a construção da amostra. Pelo posicionamento teórico com atenção à recepção das *Fakes* (Giglietto *et al.*, 2019), foram excluídos da amostra os grupos onde os membros não tinham habilitada a opção de escrever mensagens. Ademais, acompanhando a noção de grupo público, optei por não ingressar nos grupos cuja nomeação fazia referência a condomínios residenciais específicos.

Quanto ao caminho automatizado para a produção da amostra, observou-se a possibilidade de criação de um *script* que automatize o processo de ingresso nos grupos, bem como o de coleta de dados. Nesse sentido, há a possibilidade de utilização de linguagens de programação para a automatização da construção de amostra baseada em georreferenciamento, o que facilita o trabalho ao reduzir o tempo e os recursos necessários para a construção da amostra, além, ainda, de viabilizar análises mais rápidas cobrindo uma grande extensão territorial.

De qualquer forma, cumprida a etapa de construção da amostra, a coleta de dados apresenta uma série de possibilidades até então pouco utilizadas pela literatura. É possível acessar toda a qualidade de dados que normalmente são buscados e coletados nas pesquisas baseadas em grupos de política *links*, mídias, texto, temporalidades e os dados de identificação dos grupos como números de membros, quantidade de mensagens e mídias. Por outro lado, há uma

série de novos dados que estão disponíveis e que habilitam modos de visualização e de análise georreferenciada. Cada grupo possui uma coordenada à mostra no aplicativo e que pode ser coletada, estruturada em uma base de dados e plotada em um mapa. Esse constitui um processo de visualização até então pouco utilizado na literatura (Ver Mapa 1).



Mapa 1: Ancoragem dos grupos pelas ruas da cidade

Fonte: Motta, 2024

Ao contrário, na tentativa de territorializar os dados coletados, pesquisadores como Resende *et al.* (2018) utilizam

do número de DDD dos usuários como instrumento para rastrear a localidade um grupo (Ver Imagem 1). Na pesquisa em questão, o critério era a presença de uma maioria simples de membros com um certo DDD. Assim, com 50% mais 1 de usuários com DDD 21, por exemplo, o grupo seria classificado e analisado como um grupo do Rio de Janeiro. A questão aqui, contudo, está na própria escala de territorialização que, com uma amostra de grupos locais, torna-se possível o mapeamento preciso e confiável do ecossistema de grupos, o esforço de territorialização das amostras não georreferenciadas muitas vezes inviabiliza uma análise mais nítida e passível de ser conectada diretamente com determinado território.

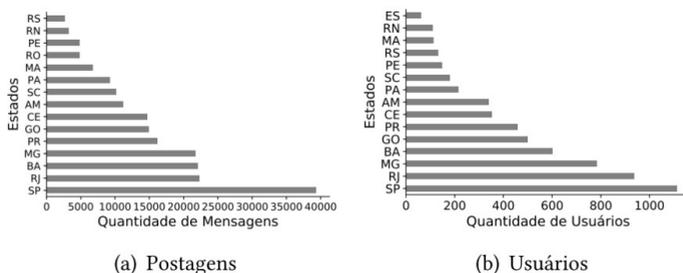
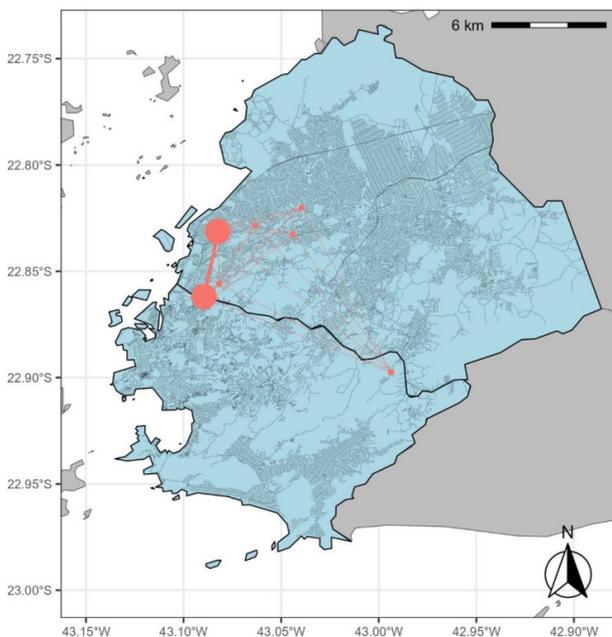


Figura 1: Modelo de territorialização de amostras não georreferenciadas
 Fonte: Resende et al., 2018

Ao mesmo tempo, a circunscrição da amostra ao território faz com que tenhamos um conjunto que compartilhe, entre si, uma série de relações que apenas podem ser efetivamente observadas a partir da sua relação com a região. Os grupos locais de São Gonçalo e Niterói, por exemplo,

apresentam regularidades no modo como as escolhas de nome e perfil de grupo se apresentam. Há, nitidamente, um conjunto de grupos que são identificados a partir do nome da região a qual pertence, bem como um outro conjunto que afirma de antemão, em seu nome, a finalidade para qual foi criado, como é o caso dos grupos destinados a comércio, que recebem palavras como: desapega; pequenos negócios, entre outros.

Os grupos locais ainda habilitam a construção de grafos baseados na região estudada. Assim, ao observarmos a circulação recorrente de *Fake News* de atores dentro de São Gonçalo e Niterói, foi possível construir uma rede de circulação de *Fake News* que atuou na região entre os meses de junho e novembro de 2022. A rede, nomeada de Rede Qz (Ver Mapa 2), circulou mensagens de apoio a um candidato a Deputado Estadual cuja imagem se vinculava ao então candidato à Presidência Jair Messias Bolsonaro. No fim, as ações observadas da rede indicam um envio de 13 *Fakes* diferentes, com a ampla maioria buscando a deterioração da imagem do candidato Luiz Inácio Lula da Silva. Durante os três meses foram observadas um total de 50 envios, quando somado a frequência absoluta de todas as *Fakes* circuladas, tanto em vídeo quando e imagem.



Mapa 2: Mapa da Rede Qz

Fonte: Motta, 2024

Uma outra valência deste modelo de construção de amostra, ainda não exaustivamente explorada, é a correlação com dados sociodemográficos disponibilizados em bases de dados como o IBGE. Ao cruzar as localizações e os dados gerais dos grupos, atentando para o processo de circulação de *Fake News*, a possibilidade de conectar tais dados com informações sobre a distribuição demográfica de determinados grupos no território pode ajudar a desvelar outras facetas do

fenômeno de circulação de *Fake News*, bem como do uso mais cotidiano dos grupos locais, para além da temática da desinformação.

Por fim, vale destacar novamente a relação entre os grupos locais e os ecossistemas de divulgação de *Fake News*. Dentro do ecossistema geral, os grupos locais tendem a ser grupos periféricos. São grupos que requerem, para o ingresso, a presença em determinada região. Isso se opõe ao padrão de ingresso nos grupos via *links*, que normalmente são utilizados para as amostras mais corriqueiras. Sobre estas, tem-se a expectativa de que os ingressantes tenham buscado entrar ativamente no grupo – o que indicaria um maior interesse e afinidade dos membros à temática e, até mesmo, as narrativas presentes nesses grupos.

A relação entre grupos periféricos e grupos centrais do ecossistema de divulgação de *Fakes* auxiliam na observação do processo de comunicação como um todo. Pensar os grupos centrais ajuda na observação das práticas de criação de *Fakes*, mas também nas estruturas coordenadoras do processo de divulgação massiva. Pensar os grupos periféricos, por sua vez, habilita a análise dos momentos em que um conteúdo é exposto a atores menos afins. Nesse caso, a análise dos grupos locais pode auxiliar na observação dos modos como a recepção se relaciona com a circulação de *Fake News*, seja ela em disparos massivos ou em enunciações ocasionais.

Na presente pesquisa, pôde-se observar como a recepção se utiliza do conhecimento acerca dos enunciadores produzido a partir do histórico de interações anteriormente

experimentadas. Um histórico que, por sua vez, acontece de modo intergruppal, ou seja, o relacionamento ultrapassa a unidade do grupo, indo ao sistema de grupos locais da região. Isso só é possível de ser observado ao tomar nota de uma característica fundamental dos grupos locais da região de São Gonçalo e Niterói, que é a alta interseccionalidade dos membros dos grupos. Notou-se, então, reações às *Fakes* que denunciam sua falsidade e reações que atacam diretamente os enunciadores. Ao mesmo tempo, foi observada a presença de interações de validação, que tendiam a ser curtas ou efetivadas por emojis.

6. Considerações finais

Busquei, com este capítulo, apresentar as estratégias metodológicas comumente adotadas pelas pesquisas direcionadas às *Fake News* em aplicativos de troca de mensagens. Há uma tendência evidente sobre a qual inúmeros trabalhos vão sendo estruturados; uma tendência que apresenta vantagens claras e prósperas no que diz respeito à quantidade de dados obtidos, mas que também possui limites, sobretudo, quando se busca a territorialização dos dados e a representatividade.

Ao mesmo tempo, há outras possibilidades de construção de amostras e de estruturação de dados que podem ser igualmente úteis na observação dos fenômenos. Ampliar e alargar as possibilidades de visualização são fundamentais para que se consiga produzir um conhecimento aprofundado acerca

dos processos de circulação de *Fake News*. Assim, se olhar para os grupos centrais do ecossistema de circulação de *Fakes* auxilia no entendimento da estruturação de disparos massivos, atentar para os grupos periféricos auxilia na visualização dos processos de convencimento e de influência no momento mais “perigoso” dos processos de circulação - quando o conteúdo pode realmente mudar a ideia de atores que não participam da cultura na qual estes conteúdos, ou narrativas, são criados e disseminados.

Nesse sentido, a proposta de uma atenção às camadas externas das bolhas dentro do processo de circulação de *Fake News*, juntamente com a tentativa de construção de uma amostra georreferenciada, pode auxiliar na ampliação dos estudos sobre o fenômeno. Na tentativa de entender as *Fake News*, a presença dos mais diferentes caminhos de pesquisa abre portas para diferentes formas de se observar e analisar a questão. Mudar a perspectiva, apostar em diferentes objetos e modos de construção de amostra pode gerar frutos e auxiliar na compreensão mais profunda do processo de circulação, seja em ambientes de bolhas, ou fora delas.

Nesse sentido, a opção do estudo dos grupos de bairro se abre como caminho para estudar grupos das camadas mais externas ao processo de circulação, enquanto habilita uma série de estruturas de dados que só são visíveis a partir da georreferenciação. Olhar os grupos de bairro no *Telegram* é, ao fim, uma aposta empírica que se aproveita da ferramenta disponível no próprio aplicativo, mas que não tem pretensão de ser paradigmática. Trata-se de uma abordagem complementar,

mais uma alternativa que se abre aos cientistas que optem por observar a disseminação de *Fake News* em aplicativos de troca de mensagens.

Referências bibliográficas

BAPAYE, Jay; BAPAYE, Harsh. Demographic factors influencing the impact of coronavirus related misinformation on whatsapp:cross-sectional questionnaire study. **JMIR Public Health and surveillance**, v. 7, 2021.

BARRETO, Alana; JABORANDY, Clara. A crise jurídica da sociedade de informação: o combate às redes de desinformação e o cenário da infodemia no Brasil. **Boletim Hitoriar**, v. 8, n. 2, p. 17-30, 2021.

BRASIL. Senado Federal. Reunião – 30/10/2019 – 8ª – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – *Fake News*. Secretaria-geral da mesa: secretaria de registro e redação parlamentar, 2019. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento/download/c7279236-d618-473c-a6e2-52b3a36dc160>. Acesso em: 29 de julho de 2024

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Program against disinformation focused on the 2020 Elections [recurso eletrônico]: actions and achievements report / Tribunal Superior Eleitoral. – Dados Eletrônicos (127 páginas). – Brasília: Superior Electoral Court, 2022a.

BRASIL. Congresso Nacional. CPMI – *Fake News*: comissão parlamentar mista de inquérito destinada a investigar os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate pública; a utilização perfis falsos para influenciar os resultados das eleições de 2018; a prática de cyberbullyng sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre agentes públicos; e o aliciamento e orientação de crianças par o cometimento de crimes de ódio e suicídio. 2022b. Disponível em: Relatório da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News - Atividade Legislativa - Senado Federal. Acesso em: 29 de julho de 2024.

BUDAK *et al.* Misunderstanding the harms of online misinformation. **Nature**, vol. 630, p. 45-53, 2024.

CAVALINI *et al.* Politics and disinformation: analyzing the use of Telegram’s information disorder network in Brazil for political mobilization. *First Monday*, v. 28, n. 5, 2023

CESARINO, Leticia. Populismo digital: roteiro inicial para um conceito, a partir de um estudo de caso da campanha eleitoral de 2018. Manuscrito em desenvolvimento, Dezembro, 2018.

DATASENADO, Pesquisa. Redes sociais, notícias falsas e privacidade de dados na internet. 2019. Disponível em: mais-de-80-dos-brasileiros-acreditam-que-redes-sociais-influenciam-muito-a-opinioao-das-pessoas (senado.leg.br). Acesso em: 29 de julho de 2024

EVANGELISTA, Rafael; BRUNO, Fernanda. Whatsapp and political instability in Brazil: targeted messages and political radicalization. **Internet Policy Review**, v. 8, p. 1-23, 2019.

FATOS, Aos. Radar aos Fatos: metodologia de redes. 2020. Disponível em: metodologia-radar.pdf (aosfatos.org). Acesso em: 29 de julho de 2024

G1. G1 lança Fato ou Fake, novo serviço de checagem de conteúdos suspeitos. G1: Fato ou Fake. 30 de julho de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/07/30/g1-lanca-fato-ou-fake-novo-servico-de-checagem-de-conteudos-suspeitos.ghtml>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2024.

GIGLIETTO *et al.* 'Fake News' is the invention of a liar: How false information circulates within the hybrid news system. **Current Sociology**, v. 67, p.1-17, 2019.

JUNIOR *et al.* Telegram Monitor: Monitoring Brazilian Political Groups and Channels on Telegram. TheWebConf'22, arXiv:2202.04737v1 [cs.SI], 2022.

MACHADO *et al.* A Study of Misinformation in WhatsApp groups with a focus on the Brazilian Presidential Elections. The Web Conference (WWW'19), San Francisco, USA. ACM, New York, NY, USA. 2019.

MELLO, Patrícia. Empresários Bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp. Folha de S.Paulo, 2018.

MELLO, Patrícia. **A máquina do ódio: notas de uma repórter sobre Fake News e violência digital**. Companhia das Letras, 2020.

MOTTA, Marllon. **Fake News em circulação**: uma análise a partir dos grupos locais do *Telegram*. Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-graduação Stricto Sensu em Sociologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre. Orientadores: Prof. Dr. Lucas Correia Carvalho; Prof.^a Dra. Raquel Guilherme de Lima, Niterói (162 páginas), 2024.

NASCIMENTO *et al.* “Instankáveis” contra o Bolstil: racismo, misoginia e antissemitismo em chats do Telegram (2020-2023). In: BARBOSA, Bia; TRESKA, Laura; RONCARATTI, Laura; TENÓRIO, Mozart; MIELLI, Renata; LAUSCHNER, Tanara (Orgs.). **TIC, Governança da Internet, Gênero, Raça e Diversidade**: tendências e desafios. São Paulo: Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, 2024.

OLIVEIRA, Thaianne. Desinformação científica em tempos de crise epistêmica: circulação de teorias da conspiração nas plataformas de mídias sociais. **Revista Fronteiras** – estudos midiáticos, 22(1), p.21-25, 2020.

PALACIOS, Marcos. *Fake News* e a emergência das agências de checagem: terceirização da credibilidade jornalística? Core, 2019.

PIAIA, Victor. **Comunicação política e construção da realidade**: o WhatsApp nas eleições presidenciais de 2018. Tese (doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 181 páginas, 2021.

PIAIA, Victor; ALVES, Marcelo. Abrindo a caixa preta: análise exploratória da rede bolsonarista no WhatsApp. **Intercom** - RBCC, São Paulo, v. 43, n. 3, p. 135-154, 2020.

LO PRETE, Renata. O assunto #773: Eleições – usos e abusos nas redes sociais. G1, 16 de agosto de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/podcast/o-assunto/noticia/2022/08/16/o-assunto-773-eleicoes-usos-e-abusos-nas-redes-sociais.ghtml>. Acesso em: 29 de julho de 2024.

RECUERO, Raquel; GRUZD, Anatoliy. Cascatas de *Fake News* Políticas: um estudo de caso no Twitter. São Paulo [online]: **Galaxia**, n. 41, p. 31-47, 2019.

RESENDE *et al.* A System for Monitoring Public Political Groups in WhatsApp. WebMedia '18: In Proceedings of the 24th Brazilian symposium on multimedia and the web, Salvador, BA, Brazil, 2018.

RESENDE *et al.* (Mis)Information Dissemination in WhatsApp: Gathering, Analyzing and Countermeasures. In Proceedings of the 2019 World Wide Web Conference (WWW '19). São Francisco, CA. 2019.

RODRIGUES, Theófilo; BONONE, Luana; MIELLI, Renata. Desinformação e crise da democracia no Brasil: é possível regular *Fake News*? Niterói: **CONFLUÊNCIAS**, n.3, vol. 22, p. 30-52, 2020.

ZANNETTOU *et al.* The Web Centipede: Understanding How Web Communities Influence Each Other Through the Lens of Mainstream and Alternative News Sources. arXiv:1705.069476 [cs.SI], 2017.

SEÇÃO 6 – Cultura, Subculturas e Espaços Urbanos

Capítulo 20

Da Geração Beat aos Beatles: o Uivo do Sargento Pimenta

Álvaro Oliveira Marcolino¹³⁶

1. Introdução

Os Beatles foram um referencial ao longo da Revolução Cultural da década de 1960, marcando a trilha sonora daquela geração e amplificando as transformações culturais representadas pela juventude, fundamentada, sobretudo, na contracultura. Em 1980, John Lennon disse que: “Qualquer que fosse o vento da época, ele também impulsionava os Beatles. Não nego que fôssemos a bandeira no mastro do navio. Mas o barco inteiro estava em movimento” (Heylin, 2007, p. 17). Nessa frase, Lennon sintetiza a ideia de que havia uma teia cultural que influenciava e era influenciada pelos Beatles, uma correnteza de transformações culturais maior do que os indivíduos. Este trabalho busca mapear essa teia de contracultura que forneceu referências inspiradoras para a fase

¹³⁶ Álvaro Oliveira Marcolino é formado em História pela UFRJ, mestre em Sociologia pelo PPGS/UFF. Tem experiência na área de sociologia da música, com ênfase em música do século XX. E-mail: aomarcolino@gmail.com.

psicodélica dos Beatles, bem como estabelecer a rede de contracultura que conecta os Beatles à Geração Beat.

Em *A Contracultura* (1969), de Theodore Roszak, o autor traz uma definição de contracultura que indica o que seria esse movimento no final da década de 1960, coincidindo com a psicodelia nos Beatles. Roszak associa esse movimento cultural a uma minoria de jovens e alguns mentores adultos, que buscam na psicologia da alienação, no misticismo oriental, nas drogas psicodélicas e em experiências comunitárias maneiras de se contrapor aos valores e pressupostos que constituíram a sociedade ocidental (Roszak, 1972). O próprio Roszak destaca o papel do poeta beat Allen Ginsberg como referência no desenrolar do movimento *hippie* da década de 1960 e aponta para a Geração Beat uma possível raiz da contracultura.

2. De Liverpool à Nova York, a contracultura e Bob Dylan

Para Barry Miles (2000b), o aumento da escolaridade e o acesso às novas informações, decorrente do investimento governamental nos institutos de arte, foram determinantes para as transformações sociais que ocorreram na Inglaterra ao longo da década de 1960. Vários foram os músicos dessa geração que estudaram nos institutos de arte: Eric Clapton, David Bowie, Pete Townshend, Keith Richards, todos os integrantes do Pink Floyd e John Lennon (*ibidem*). Eram nesses institutos de arte que algumas ideias e obras *beat* começaram a circular no meio artístico da juventude britânica, inclusive, gerando um

incômodo em Lennon e seu grupo de amigos da faculdade de arte, que viam um valor cultural em Liverpool semelhante ao que se atribuía à São Francisco dos escritores *beat*. Eles acreditavam que deveriam promover a arte, cultura e linguagem liverpuliana, criando um movimento cultural novo ao invés de importar um norte-americano. John Lennon, Stuart Sutcliffe, Rod Murray e Bill Harry se autointitularam “Os Dissidentes”, uma Geração Beat para Liverpool chamar de sua. Em parte, a visão idealizada pelos quatro não se concretizou como planejado, mas Lennon conseguiu um alcance inimaginável com os Beatles, divulgando a cultura de Liverpool para o mundo.

Outras características do estilo de vida *beatnik* podem ser notadas ainda nessa fase “proto-Beatles”, como algumas viagens de carona feitas por Paul McCartney, primeiro na companhia de George Harrison, e outra com John Lennon. McCartney e Harrison viajaram de carona em duas oportunidades durante os anos de 1957 e 1958. Foram em direção ao sul durante suas férias escolares, dormindo improvisadamente em locais como um banco de reservas de um pequeno estádio (Miles, 2009). Paul repetiu a aventura com John Lennon em 1960, quando foram de carona até Caversham. Em 1961, John e Paul viajam de carona novamente, dessa vez para Paris (*ibidem*).

É possível traçar um paralelo entre essas viagens de carona e a vida na estrada da Geração Beat, porém parece improvável que essas obras tenham sido inspiração para as viagens de McCartney e Harrison, já que *On the Road* foi

publicado apenas em setembro de 1957. É possível que pelo menos Lennon tenha tido contato com algumas obras dos escritores *beat* enquanto cursava a faculdade de arte, mas as viagens de John e Paul provavelmente tinham como inspiração primária as experiências anteriores de McCartney. O contato com a cultura *beatnik* pode ter assumido um papel complementar nessas ocasiões, já que Lennon e McCartney conheceram um poeta *beat* britânico ainda no início da década de 1960, Royston Ellis. Bill Harry, amigo que John Lennon fez durante a faculdade, o apresentou à literatura *beat*. O mesmo Bill Harry também criou um jornal sobre a cena musical de Liverpool, o *Mersey Beat*, “misturando Kerouac, música e o rio lamacento” (Norman, 2009, p.242). De qualquer forma, essas experiências demonstram como as viagens de carona estavam presentes na cultura de uma juventude artística do pós-guerra, seja por estímulos culturais ou pelas condições materiais impostas pela época.

Foi durante os anos no curso de arte que Lennon rebatizou a banda com a ajuda de seu amigo Stuart Sutcliffe. Cabe destacar que Barry Miles descarta a possibilidade de o nome Beatles ter surgido relacionado à Geração Beat. A versão de Miles é a de que a origem do nome vem de uma dupla inspiração: a banda The Crickets, que acompanhava Buddy Holly e uma fala presente no filme *O Selvagem* (Miles, 2000b). O biógrafo Phillip Norman (2009) discorda dessa versão defendendo que nenhum dos envolvidos havia assistido ao filme até aquele momento. Norman indica que teria sido o poeta Royston Ellis o responsável por apontar aos membros da

banda o possível trocadilho com o “*beat*”, de Geração Beat. Independentemente de o que inspirou o batismo da banda, é evidente que os Beatles estavam conscientes do movimento contracultural *beat* que ocorria nos Estados Unidos. Soma-se a isso a reportagem sensacionalista publicada pelo tabloide *People*, que denunciava os “horrores” do estilo de vida *beatnik* adotado pela juventude das escolas de arte de Liverpool, tendo na reportagem uma fotografia de jovens no prédio em que moravam Lennon e Sutcliffe.

Ao retornarem à Inglaterra, algumas temporadas convivendo no ambiente *underground* de Hamburgo, assinam com o empresário local Brian Epstein que assume a missão de conseguir um contrato de gravação para os rapazes, que foi assinado junto o selo Parlophone, por onde lançam seu primeiro álbum, *Please Please Me*, de 1963. Epstein cria uma estratégia de tornar a imagem do grupo mais palatável para o público do *showbiz* britânico, redefinindo sua postura de palco e substituindo os trajes inspirados no *underground* alemão para ternos feitos sob medida. As vendas dos discos dispararam, tornando os Beatles a banda britânica mais bem sucedida durante os anos de 1963 e 1964, que os gabaritaram para uma turnê nos Estados Unidos.

Nos Estados Unidos, os Beatles são apresentados a Bob Dylan. Esse encontro foi um fenômeno que provocou transformações sem precedentes na música ocidental, um catalisador entre os ideais de contracultura e a cultura de massa. Bob Dylan foi apresentado aos Beatles quando o grupo inglês estava no topo do mundo da música *pop*, já Dylan

começava a ser reconhecido como voz literária, visto como um poeta e não apenas como cantor *folk*. Dylan trazia consigo grandes experiências e conexões dentro da contracultura norte-americana, havia formado um ciclo de amizades *beatnik* nos seus tempos de faculdade onde pôde se aproximar do legado que a Geração Beat havia deixado. Seus amigos conheceram e conviveram com Burroughs, Kerouac, Ginsberg e Ferlinghetti (Sounes, 2002).

A conexão de Dylan com a cultura *beat* se aprofundou quando ele foi para Nova York, onde se estabeleceu como um cantor folk, circulando no ciclo social de artistas da contracultura. Ele pôde absorver a carga literária da Geração Beat e incorporar essa poesia nas letras de suas composições, além de adentrar no estilo de vida *beatnik* com a utilização da cannabis não apenas como droga recreativa, mas como processo para as suas composições. Van Ronk afirma que “Bobby é, em grande parte, um produto da geração *beat*” (Shelton, 2011, p.154). Ele vai além e sugere que: “Dylan de fato pertence à mesma prateleira que Kerouac. Não vemos outros como ele. Bobby inseriu-se na poesia *beat* já na extremidade mais longínqua. Ele assoma acima de todos eles, exceto talvez de Ginsberg.” (ibidem).

O encontro entre Bob Dylan e os Beatles em 1964 estabeleceu afinidades entre esses artistas que foram capazes de provocar influências mútuas. Por um lado, os Beatles incorporaram a poética e a pluralidade de temas contidos nas composições de Dylan, provocando uma grande transformação na maneira de compor do grupo, criando letras mais subjetivas

e poéticas, libertando-se da fórmula de “garoto ama garota”. Foi no álbum *Rubber Soul* que a inspiração na obra de Dylan fica evidente.

Das composições de Lennon nesse álbum, “Norwegian Wood” é trabalhada em uma estética sonora muito semelhante ao que Bob vinha fazendo, “Nowhere Man” traz uma sofisticação poética ao retratar um “homem de lugar nenhum, indo para lugar algum”, “The Word” traz a palavra amor sendo utilizada no sentido de amor universal, subvertendo o significado em que a palavra era utilizada nas composições anteriores dos Beatles e abrindo caminho para novas canções que vão na direção do que seria o movimento *hippie*. A composição de Harrison, “Think for Yourself” apresenta uma sofisticação poética muito superior às suas canções anteriores, tratando dos perigos de se aceitar uma verdade pronta, convidando o ouvinte a desenvolver pensamento crítico. Em McCartney, podemos ver que Dylan o inspirou a tratar com mais subjetividade e pessoalidade o tema de separação amorosa, como pode ser visto em “You Won’t See Me” e “I’m Looking Through You”.

No início de 1965, veio a resposta de Bob Dylan, não só ao encontro com os Beatles, mas a toda a invasão britânica de bandas de *rock*. Se os britânicos haviam se apropriado do *rock ‘n roll*, ressignificado e transformado sua sonoridade, era chegada a hora de Dylan retomar as rédeas da música norte-americana e “trazer tudo de volta para casa”, de onde vem o título *Bring It All Back Home*. A transição do considerado maior compositor norte-americano da época para o mundo das

guitarras elétricas contribuiu para a noção de que o *rock* não servia apenas para cantar canções rasas, ele poderia servir de plataforma para explorar sentimentos mais complexos e subjetivos da mente humana, e expor as principais preocupações daquela juventude.

Se antes o modelo de fazer dinheiro no mercado fonográfico era enfiar garotos com guitarras dentro de ternos feito sob medida, o personagem de *beatnik* de guitarra abre a porteira para que novas estéticas sonoras e visuais dominassem o *mainstream*, alavancando músicas com maior teor poético nas paradas de sucesso. Foi aberto o alçapão por onde a contracultura vazaria do *underground* e se espalharia pelas paradas de sucesso, pavimentando o caminho para outras tantas bandas que estivessem dispostas a experimentar algo não convencional.

O encontro entre Beatles e Bob Dylan também foi especialmente interessante por ter representado a primeira vez em que os músicos britânicos tiveram contato com a *cannabis*. Muito relacionada à população afro-americana, mexicanos e à Geração Beat, a maconha era pouco conhecida na Inglaterra e pouco difundida nos ambientes sociais da juventude branca, que preferia o álcool. Portanto, a maconha é uma substância relacionada às culturas marginalizadas, e o próprio Bob Dylan passou a utilizá-la após o primeiro contato que teve com a juventude *beatnik*.

O jornalista Al Aronowitz foi quem apresentou Dylan aos Beatles e providenciou a *cannabis* que foi consumida naquela noite. Não coincidentemente, havia sido Al Aronowitz

quem apresentara Bob Dylan ao poeta Allen Ginsberg, o que indica uma clara evidência de que o uso da maconha pelos músicos da década de 1960 e pela juventude *hippie* remete a uma tradição muito difundida pela Geração Beat. Barry Miles (2000b) afirma que Paul McCartney, quando apresentou a maconha à Mick Jagger, se tornou um elo entre os músicos ingleses e a Geração Beat estadunidense.

3. O *underground* londrino e a psicodelia

O contato com Dylan abriu portas para a contracultura e incentivou que os Beatles buscassem mais inspirações nas cenas *underground*, sobretudo em sua terra natal. Eles ainda se encontraram com Bob Dylan mais algumas vezes em Londres, em uma delas foram apresentados ao poeta *beat* Allen Ginsberg. A presença de poetas *beat* em Londres a partir de 1965 foi importante para acelerar a criação de uma rede de contracultura na Inglaterra, aproximando artistas e produtores culturais que formaram galerias e organizaram diversos *happenings* e eventos musicais.

Um evento marcou o florescimento das redes de cultura *underground* em Londres: a leitura de poesias no Royal Albert Hall, que foi batizada de *International Poetry Incarnation*. Ginsberg havia sido apresentado a Barry Miles, que o hospedou em sua casa em Londres. Juntos, eles reservaram o Royal Albert Hall para aproveitarem a iminente visita de Lawrence Ferlinghetti e Gregory Corso. A leitura atraiu um bom público de jovens interessados na contracultura e foi

responsável por conectar parte dessa juventude que se mobilizou para ampliar a cena de cultura *underground*. Barry Miles reconhece a importância do evento que ajudou a organizar, porém comenta que por diversas vezes esse acontecimento recebe maior importância do que de fato teve.

Foi através desse evento que Miles foi apresentado a John Dunbar, que o levou até Peter Asher, cunhado de Paul McCartney. Miles, Dunbar e Asher, juntos, abriram a Índica Book & Gallery, ambiente central para o desenvolvimento da contracultura londrina e para estabelecer o elo entre os Beatles, sobretudo McCartney, e a contracultura que se ampliava em Londres. McCartney se envolveu pessoalmente com o projeto da Índica, tendo sido o primeiro cliente, já que o estoque ficava na casa da família Asher, onde Paul vivia na época. Ele adquiriu os livros *And It's a Song*, de Anselm Hollo; *Peace Eye, poemas de Ed Sanders*; *Drugs and the Mind*, de Robert Silvester de Ropp; e *Gandhi on non-violence (ibidem)*. A primeira compra de McCartney demonstrava o interesse dele de caminhar ao encontro dos valores da contracultura da época, o interesse em trazer a linguagem poética para a música, a curiosidade sobre os efeitos das drogas na mente e a vontade de se aproximar da cultura oriental em busca de respostas não respondidas pelo Ocidente.

A Índica era responsável por importar e divulgar obras da Geração Beat e outras publicações de contracultura que vinham dos Estados Unidos, também selecionava os principais lançamentos da música de Nova York e enviava esses discos diretamente aos Beatles, a pedido de McCartney. A

proximidade com Miles e Dunbar e a frequência em que ia à Índica proporcionou um mergulho de McCartney na arte de contracultura e a todo tipo de novidade que surgia no mundo da música. Como era uma presença constante na casa de Miles, McCartney pôde ter contato com as últimas obras de Burroughs, Ferlinghetti e Ginsberg e com vários exemplares da *Evergreen Review*, revista literária de contracultura de Nova York (*ibidem*).

Miles também apreciava música concreta, *jazz* progressista e música experimental. Foi através de Miles que Paul McCartney buscou suas principais referências de música de vanguarda, como Stockhausen, John Cage, Luciano Berio e Subotnik (*ibidem*). Eles também conversaram muito sobre as obras de Terry Riley, Steve Reich, Pierre Schaeffer e Pierre Henry. McCartney e Miles chegam a ir a uma palestra de Luciano Berio, onde os artistas puderam ter uma breve conversa. De acordo com Miles, a principal referência de música de vanguarda de McCartney naquele período era John Cage. Miles, então, leva Paul a uma apresentação de Cornelius Cardew, reconhecidamente o principal discípulo de Cage na Inglaterra. Cardew estava se apresentando com o grupo AMM em um *happening* em que o conceito girava em torno de que todo o ruído produzido na sala fazia parte da música, o que incluía o público na apresentação, e McCartney pôde participar produzindo som com uma moeda correndo ao longo da serpentina de um aquecedor ou a batucando em sua caneca de cerveja (*ibidem*).

Inspirado pela música de vanguarda, McCartney começou a realizar seus próprios experimentos musicais com dois gravadores de fitas Brenell que mantinha em casa. Ele costumava preparar colagens de fitas ao recortar pedaços de gravações próprias e trechos retirados de transmissão de rádio, os unia com uma cola e as colocava para tocar de trás para frente, o que resultava em efeitos parecidos com os que foram utilizados em “Rain” e ao longo de muitas canções do disco *Revólver*. Era comum que McCartney levasse algumas fitas de *loops* e colagens sonoras ao apartamento de Dunbar, onde encontros de *beatniks* e *junkies* eram comuns. Lá, eles costumavam gravar mais *loops* ou tocá-los enquanto consumiam maconha e vinho (*ibidem*). Foram precisamente esses experimentos que forneceram a experiência necessária para a produção dos efeitos sonoros presentes em “Tomorrow Never Knows”.

Envolto ao mundo da música de vanguarda, McCartney e Miles têm a ideia de que seria ótimo existir um estúdio de gravação onde poetas e músicos de vanguarda pudessem realizar seus experimentalismos, então Paul resolve investir na criação de tal estúdio. O objetivo era criar um equivalente aos discos mensais da *Evergreen Review* e da *Big Table*, revistas de literatura alternativa que publicavam em disco trechos de entrevistas, conversas e leituras, acrescentariam também o material de música de vanguarda produzido no estúdio (Miles, 2014). O estúdio se tornou ponto de encontro da rede artística de amigos que ia de Paul McCartney ao poeta *beat* William

Burroughs, passando por John Dunbar, Robert Fraser, Barry Miles, Antony Balch, entre outros (Miles, 2000b).

William Burroughs já vinha desenvolvendo a técnica de *cut-up* na literatura há muitos anos. Consistia em recortar diversos trechos de um texto e reorganizá-los de maneira aleatória, de modo que o resultado era muito diferente do texto original. Na década de 1960, Burroughs começou a testar essa técnica literária em gravações sonoras. Na prática, ele fazia o mesmo processo, porém com gravações em fitas, algo muito próximo ao que McCartney estava fazendo na mesma época. Dessa forma eles desenvolveram um interesse mútuo sobre esse tipo de montagem sonora.

No fim de março de 1966, Paul McCartney convidou John Lennon para conhecer o espaço da Índica, onde ele se deparou com um exemplar de *The Psychedelic Experience*, uma versão psicodélica do *Livro Tibetano dos Mortos* publicado por Timothy Leary, um grande defensor do LSD. No livro, Lennon encontrou a frase: “*whenever in doubt, turn off your mind, relax, float downstream*” (*ibidem*, p. 288). John utilizou a frase como abertura de sua canção mais audaciosa até então, que definiu as bases para o experimentalismo dos Beatles: “Tomorrow Never Knows”. A canção traz uma letra sobre a experiência de Lennon com o LSD e a forma como a droga altera e expande a mente, fazendo-o enxergar o mundo sob outras perspectivas. Lennon tinha o objetivo de fazer seu vocal soar como Dalai Lama dando ensinamentos do alto de uma montanha, o que foi resolvido pelo engenheiro de som

Geoff Emerick passando a voz de John por um amplificador Leslie.

Uma das características da contracultura listadas por Roszak (1972) é o misticismo oriental. Na busca por respostas na direção de encontrar um novo estilo de vida que superasse a falta de respostas que a cultura ocidental poderia oferecer durante o pós-Segunda Guerra Mundial, diversos artistas começam a buscar soluções vindas de fora de sua própria cultura, e olharam para as culturas orientais como possível fonte para solucionar seus questionamentos.

No início da década de 1960, alguns escritores *beat* já estavam mergulhados no budismo, como Gary Snyder, Allen Ginsberg e Kenneth Rexroth. John Cage tem suas maiores influências musicais vindas do Oriente, originadas dos seus estudos sobre o *zen* budismo e a cultura indiana, o que formou as bases para o que ele construiu sobre “música aleatória”. Timothy Leary adapta o *Livro Tibetano dos Mortos* para a experiência com LSD, e reforça uma relação que vem se construindo, no Ocidente, entre o uso de drogas psicodélicas e a cultura oriental. Os Beatles tiveram um papel importante nesse processo de associação da música indiana com a psicodelia, já que, desde que teve contato com músicos indianos nas gravações do filme *Help!*, George Harrison traz instrumentos indianos para suas canções, como é o caso de “Love You To” e “Whithin You Without You”, presentes nos discos da fase psicodélica da banda, que se tornou o principal veículo de divulgação desse gênero musical para a juventude ocidental.

Ao longo dos anos de 1966 e 1967, uma rede de contracultura se estabelece através do Atlântico, provocando uma grande troca cultural entre artistas ingleses e norte-americanos. Essa troca provocou inspirações mútuas, que levaram bandas a explorar territórios inexplorados inspirados pela música indiana, pela música de vanguarda e por uma sonoridade que viria a se tornar o *rock* psicodélico. Bandas como os Byrds, os Beach Boys e os Beatles se inspiravam mutuamente e cada lançamento de álbum provocava mais uma onda de inspiração para levar a produção musical a um outro lugar. Através da Índica, discos de bandas emergentes, como o Velvet Underground, circularam no meio dos músicos ingleses quase que imediatamente após o lançamento, algumas vezes até antes do lançamento oficial. Veículos de comunicação alternativa, como o *International Times* (IT), divulgavam entrevistas com os principais expoentes dessa contracultura transatlântica, e chegou, em suas primeiras edições, publicar entrevistas com McCartney e Harrison falando sobre temas como drogas, música eletrônica e religiões orientais.

Em 1967, a contracultura londrina já era muito ativa e possuía diversos agentes. As boates londrinas, que se estabeleceram ainda no final da década de 1950 e passaram a tocar *rock* no início da década seguinte, passavam a absorver o público e as bandas que se dedicavam a ter uma abordagem não convencional. Grupos como o Pink Floyd, o Soft Machine e o Move já eram queridos pelo público alternativo e ganhavam cada vez mais espaço em eventos dedicados à contracultura,

como o *14 Hour Technicolor Dream*. É certo que McCartney já havia se impressionado com as apresentações do Pink Floyd antes mesmo de mergulhar na gravação de *Sgt. Pepper's*, já Lennon certamente presenciou uma apresentação da banda durante o processo de gravação do icônico disco dos Beatles (Heylin, 2007). Jimi Hendrix já havia desembarcado e criado um forte impacto na cena *underground* londrina no final de 1966, tendo se tornado amigo próximo dos Beatles. Hendrix chegou a morar por alguns meses no apartamento de Ringo Starr na Montagu Square, o mesmo imóvel que por cerca de um ano abrigou o estúdio experimental onde trabalharam McCartney e William Burroughs.

4. Considerações Finais

A própria arte de capa do disco *Sgt. Pepper's* representa a importância dessa rede de inspirações artísticas que forneceram aos Beatles as referências necessárias para combinarem talento e inovações sonoras e estéticas, ela traz, definitivamente a *pop-art* para o epicentro da música *pop* ao associar Robert Fraser e Peter Blake como responsáveis pela capa. O conceito, por si só, já parecia inovador. Criar uma banda fictícia, a *Sgt. Pepper's Lonely Hearts Club Band*, para que os Beatles pudessem se desassociar dos personagens de si mesmos produzidos durante a beatlemania e tivessem a liberdade para pôr em prática suas experimentações e inovações, tanto na sonoridade, quanto nas letras.

A construção da capa revela parte dessa teia de influências de contracultura que estruturam a obra por detrás das belas canções. A ideia era que a banda fosse fotografada em meio a artistas que os inspiravam. Tanto os quatro Beatles, quanto os responsáveis pela produção da capa sugeriram nomes de atores, atrizes, músicos, escritores e gurus, que estampam a capa junto dos quatro Beatles indicando a diversidade dessa teia inspiradora. Entre os principais músicos estão: Bob Dylan e Stockhausen. Um representado a inspiração pelo aprofundamento das letras das canções e o outro representando a forte influência da música de vanguarda no processo de criação do disco. Entre os escritores estão: William Burroughs, Edgar Allan Poe, Aldous Huxley, Oscar Wilde e Lewis Carroll. Nota-se a presença de ilustres escritores ingleses e do poeta *beat* Burroughs. Além de atores e comediantes como Marlon Brando e Lenny Bruce, é notável a presença de gurus indianos simbolizando a cultura oriental como forte inspiração dessa geração de artistas.

A trajetória dos Beatles só pode ter sido concebida como foi naquele tempo e espaço específicos. A possibilidade de uma banda alcançar um sucesso tão arrebatador com um alcance tão imenso foi fruto do momento histórico de pós-guerra, de uma juventude que clamava por novidades, tudo isso unido ao poder da globalização e do alcance dos meios de comunicação da época. Dessa forma, puderam se colocar na posição favorável de se tornarem o veículo que conduziu a juventude da época em direção aos valores da contracultura,

contribuindo para a construção do espírito do tempo que marcou a segunda metade da década de 1960.

A rede de contracultura que se formou através do Atlântico forneceu as inspirações e referências necessárias para que as urgências por mudanças daquela juventude contribuíssem para que os artistas tivessem as ferramentas necessárias para provocar uma efervescência cultural que alimentou as transformações daquela década. A união desse contexto favorável ao talento inquestionável dos quatro rapazes de Liverpool possibilitou a produção de uma das grandes obras musicais do século XX, um dos pilares da juventude que protagonizou a revolução cultural da década de 1960, e como disse John Lennon, transformou os Beatles na “bandeira no mastro do navio”.

Referências bibliográficas

CUNNINGHAM, Trent. **Psychedelic Orientalism: Representations of India in the Music of The Beatles**. Trabalho de conclusão curso (Bacharel em filosofia). University of Pittsburgh, 2011.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2002.

HEYLIN, Clinton. **Sgt. Pepper's Lonely Hearts Club Band – Um ano na vida dos Beatles e amigos**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2007.

MILES, Barry. **Paul McCartney - Many Years From Now**. São Paulo: DBA, 2000b.

MILES, Barry. **The Beatles Diary**. London: Omnibus Press, 2009.

MILES, Barry. **Call Me Burroughs – A Life**. Nova York: Twelve, Hachette Book Group, 2014.

NORMAN, Philip. **John Lennon: a vida**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ROSZAK, Theodore. **A Contracultura**. 2ª ed., Petrópolis: Vozes, 1972

SHELTON, Robert. **No direction home – A vida e a música de Bob Dylan**. São Paulo: Larousse, 2011.

SOUNES, Howard. **Dylan - A Biografia**. São Paulo: Conrad Editora, 2002.

Capítulo 21

Dos bailes às resenhas: reconfigurações do funk carioca ao longo das décadas

Norma Suely Miranda Magalhães¹³⁷

1. Introdução

O propósito deste capítulo é revelar como o movimento funk se estabelece e se desenvolve nas favelas e periferias no estado do Rio de Janeiro, considerando os atravessamentos e as lutas enfrentadas neste percurso. Os dados trazidos nas próximas linhas são resultado de uma pesquisa sociológica realizada entre os anos de 2022 e 2024¹³⁸ que também pretendeu desmistificar construções imaginárias em torno do movimento funk, principalmente o de "galeras". Utilizando-se de técnicas qualitativas, como entrevistas e observação

¹³⁷ Norma Miranda é Bacharel em Sociologia com formação em 2021 pela Universidade Federal Fluminense, onde também concluiu o curso de Mestrado em Sociologia pelo PPGS/UFF em 2024. E-mail: nmiranda@id.uff.br.

¹³⁸ Este capítulo é um recorte da dissertação de mestrado defendida em abril de 2024, que teve por finalidade preencher o requisito para a obtenção do título de mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense, sob a orientação dos Professores: Dr. Lucas Correia Carvalho e Dra. Raquel Guilherme de Lima.

participante, a pesquisa buscou acompanhar como os integrantes das “galeras funk” se apropriam de certas experiências pretéritas vividas como funkeiros, bem como as motivações e as relações com diferentes grupos e instâncias do poder público que viabilizam a principal manifestação do funk das antigas, as “resenhas¹³⁹”. No anexo deste capítulo, há uma tabela que apresenta algumas das características sociodemográficas dos interlocutores, bem como as “resenhas” que foram etnografadas. Houve o cuidado de optar por manter o anonimato de cada um, visto que alguns não se sentiram confortáveis para expor suas identidades.

O debate teórico apresentado ao longo do texto está em diálogo com as informações obtidas através de entrevistas em profundidade, realizadas com um grupo de 28 pessoas. Elas foram submetidas a perguntas abertas, que geraram ricas discussões¹⁴⁰ sobre variados temas. Em sua grande maioria, os entrevistados eram homens negros residentes de comunidades carentes (favelas) das regiões de Niterói e São Gonçalo. Somente uma pessoa foi entrevistada

¹³⁹ “Resenhas”, segundo os atores e a observação participante, é uma das expressões utilizadas para definir os “encontros das galeras”. Quando não usam o termo “resenha” ou “resenha das antigas”, geralmente indicado para reuniões menores, utilizam do termo “baile da antiga” para a definição de promoção de festas que esperam um maior número de participantes no evento. Além disso, o grupo define a escolha dos termos “resenha” ou “baile da antiga”, conforme percebido durante as entrevistas, para diferenciar os seus eventos de outras reuniões e festas funk que possuem como pauta uma proposta de bailes que vão orquestrar aquilo que eles chamam de “funk dos novinhos” ou baile de favela.

¹⁴⁰ Essas discussões podem ser consultadas por meio do link disponibilizado no Anexo deste capítulo.

respondendo pelo município do Rio de Janeiro, sendo este o Presidente e fundador oficial da Gestão Duas Vezes Inteligente (G2D); todas as demais respondem pelos municípios de Niterói e São Gonçalo. Dentro deste cenário, foi feita uma breve recuperação histórica do funk, e dos seus formatos organizacionais que foram se modificando desde o seu aparecimento no Rio de Janeiro. Entre os anos 1970 até os anos 1980, os bailes da pesada caracterizam o início do movimento. Do final dos anos 1980 até os anos 1990, a violência operava como código de honra¹⁴¹ e conduta por meio dos “festivais de galera” e depois se oficializava nos “bailes de corredor”. Nos anos 2000, há o elemento surpresa que nasce junto com a proposta do “funk sensual” ou “proibidão da putaria”: o proibidão vai abordar a pauta das facções criminosas e a realidade das guerras e conflitos provocados pelo Estado, sob a justificativa de combate às drogas, nos bailes de favela. Na sequência, em 2015, o baile se reconfigurou no “funk das antigas”, se reinventando para não sucumbir.

2. Os bailes da pesada

Em 1970, mais precisamente em 12 de julho daquele ano conforme aponta Hermano Vianna (1987), aparecia o termo “baile da pesada”, criado pelos discotecários Ademir

¹⁴¹ Argumento de minha autoria, defendido no Trabalho de Conclusão de Curso. MAGALHÃES, Norma. Comunidade, territórios e bailes funk de corredor, 2021. Universidade Federal Fluminense.

Lemos (1946-1998) e Newton Alvarenga Duarte, o Big Boy (1943-1977). Os “bailes da pesada” movimentavam o Canecão, tradicional casa de shows do Rio de Janeiro, tocando clássicos como James Brown, Tony Tornado, Tim Maia e The Stooges. A casa de espetáculo ficava localizada no bairro de Botafogo, área nobre do Rio de Janeiro. O encontro da festa funk, que reunia milhares de jovens negros e de periferia, começou a acontecer, portanto, não no gueto, mas em território que concentrava pessoas de classe social elitizada e majoritariamente branca (*ibidem*).

Segundo matéria do Jornal GGN (2011), na década de 1970, havia mais de 400 equipes de som que promoviam bailes frequentados por incontáveis jovens. Dentre elas, estavam a Furacão 2000, a Black Power e a Soul Grand Prix. Havia o baile Black, marcado pelo “baile da pesada”, e o baile daqueles que curtiavam rock, conhecidos como os cocotas.

Os cocotas iam pros bailes de rock do subúrbio, tinham cabelo parafinado, visual meio surfista, usavam calças baixas. O negócio deles era só diversão. Já o baile Black era mais sério, mais social, todo mundo ia bem-vestido, produzido. Era uma espécie de ritual, tinha coreografias ensaiadas etc., recorda DJ Marlboro (GGN, 2011).

A matéria “Black Rio – O orgulho (importado) de ser negro no Brasil” de Lena Frias (1976)¹⁴², que escrevia e

¹⁴² A matéria de 1976 não encontra-se disponível integralmente. Contudo, é possível acessar parte dela no endereço <https://prensadebabel.com.br/1976-o-ano-em-que-o-rio-de-janeiro-descobriu-que-era-black/>. Acesso em 05 jul.

publicava para o Jornal do Brasil, serviu para batizar o movimento de Black Rio, que inclusive foi usado para nomear uma banda. Contudo, faz-se necessário pontuar o quanto o título da matéria serviu para gerar desconfiância. Isto porque, ao invés do movimento Black ser tratado a partir do parâmetro de algo globalizado e maior que um acontecimento restrito ao Brasil, o artigo sugeriu que os pretos brasileiros estavam importando o seu próprio orgulho a partir de um norte que não os pertence.

Como apontado por Luciana Oliveira (2018), a jornalista em questão não se importou em contextualizar que a juventude branca também é consumidora globalizada de filmes, roupas, discos e ideias. Logo, também esta camada seria copiadora? Ou o termo já teria cunho racista? A frase da matéria refere-se aos Blacks como os outros, diferenciando-os ou separando-os do grupo dos chamados “cocotas”, isto é, os brancos que curtem rock. A esse respeito, Dom Filó afirma, em entrevista à revista Veja:

Por que se aceita com toda naturalidade que a juventude da zona sul se vista de jeans, dance o rock, frequente discoteca e cultue Mick Jagger, enquanto o negro da zona norte não pode se vestir colorido, dançar o soul e cultuar James Brown? Por que o negro tem que ser o último reduto da nacionalidade ou da pureza musical brasileira? Não será uma reação contra o fato de ele haver abandonado o morro? Contra uma eventual competição no mercado de trabalho? Por que o negro da zona norte deve aceitar que

2024.

o branco da zona sul (ou da zona norte) venha lhe dizer o que é autêntico e próprio do negro brasileiro? Afinal, nós que somos negros brasileiros nunca nos interessamos em fixar o que é autêntico e próprio do branco brasileiro (Black Rio, 1976, p. 158).

A figura que talvez melhor encarnou o Black brasileiro foi o lendário Dom Filó, criador da Soul Grandprix, equipe que se identificava mais fortemente com o movimento Black Power. As referências eram mais estéticas do que política: calça boca-de-sino, roupas coloridas, enjeitadas cabeleiras etc. A despeito disso, o Estado encara os frequentadores dos bailes Black como potenciais ameaças às narrativas falaciosas de uma democracia racial inexistente. Segundo DJ Marlboro (1976): “Quando viram aqueles caras dançando junto, com aquelas roupas e cabelos, os militares perceberam que ali nascera um líder, ali no meio, ia dar uma grande merda para o governo. Foi aí que eles passaram a perseguir os blacks”. As análises contidas na obra de Luciana Oliveira (2018) apontam que:

O gesto político se consolidava, efetivamente, na oferta de novos repertórios simbólicos e culturais que ressaltavam a capacidade de intervenção de seus atores sociais [os frequentadores dos bailes Black], cujas ações espontâneas apresentavam uma alteração na realidade social, propondo novas estratégias culturais e políticas emancipatórias (Oliveira, 2018, p.42).

Percebe-se, ao lançar luz naquele momento histórico, uma interpretação de que a juventude negra daquele período estava construindo um cenário para lideranças, e isso não só no Rio, mas em cidades como Salvador, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre. Ideias globais ligadas à raça, em consonância com novos modos de fazer política, estavam a se desenvolver. Anos depois, em 2011, o jornal GGN (Nassif, 2011) remonta a mesma época evidenciando perseguições ao movimento lideradas pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Por trás das equipes de som, o Dops acreditava que existiam grupos clandestinos de esquerda. Um exemplo de perseguição foi o acontecido com Asfilófilo de Oliveira Filho, ou Dom Filó, como era conhecido. Nascido no Rio de Janeiro em 23 de novembro de 1949, é DJ, engenheiro civil, jornalista, produtor cultural, cine-documentarista e ativista do Movimento Negro (Dom Filó, 2011). Além disso, é pós-graduado em marketing pela ESPM, possui MBA em gestão esportiva pela FGV e é o fundador do acervo “Cultne”, atualmente, maior acervo audiovisual de cultura negra da América Latina. Criador da Soul Grandprix, Dom Filó era uma figura central no que foi apelidado pela imprensa carioca como Black Rio. Em 1978, ele foi levado pelo Dops, amparado pela lei da vadiagem.

Não havia, portanto, a necessidade de discursos ou bandeiras políticas explícitas por parte dos frequentadores e organizadores dos bailes Black. Eram festas marcadas por elementos de identidade, etnicidade, sociabilidade negra, representatividade e afins, mais um motivo pelo qual eram alvo

de perseguições justificadas pela manutenção da ordem social em plena ditadura militar.

3. Os bailes de mulão

Nos anos de 1980, surgiram os bailes de “mulão”. Nas palavras de um entrevistado:

Eu comecei a ir para o baile de Mulão com 13/14 anos, começou nos anos 1980. Eu sou da época do funk Brasil. Quando começou o funk do Dj Marlboro, Ademir Lemos. Na época tocava na rádio Manchete. Então, isso foi na década de 1980, entendeu? O Mulão começou ali. Depois veio a época dos festivais e isso tudo foi pegando. O baile dos Encontros de Gigantes (festivais de equipes de som)”. (E9¹⁴³, São Gonçalo)

O termo “mulão” vem do fato das pessoas pularem na festa, todas ao mesmo tempo, com as mãos uma nos ombros das outras. Com isso, forma-se a “mula”, a partir da ideia de todos serem um corpo só. “Começa com um “trenzinho” e quando se junta um número muito grande de pessoas

¹⁴³ O modelo utilizado para citação dos trechos de fala dos entrevistados está inspirado na obra:

GUILHERME DE LIMA, Raquel. Para Além do ‘Trânsfuga de Classe’: A socialização plural em narrativas da primeira geração de formados no ensino superior. <https://orcid.org/0000-0002-0253-9144> (1) Departamento de Sociologia e Metodologia das Ciências Sociais (GSO) – Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói – RJ, Brasil.

compondo esse “trenzinho”, é dado o nome de “Mulão” (Cymrot; 2011, p. 75).

Em algumas partes das entrevistas, fica claro que o “Baile de Mulão” era um encontro no qual as galeras se apresentavam sem um tema estabelecido pelos organizadores do evento. Eles indicavam somente o local da festa e os participantes combinavam de “invadir de mulão”, ou seja, chegariam em massa. Uma das entrevistadas diz que adorava ficar “lá no meio pulando” (E3, São Gonçalo).

Já outro entrevistado e diretor (E2, São Gonçalo) explica que os frequentadores podiam “andar o baile todo”, pontuando que não havia restrições com relação a transitar no espaço. Esse relato é importante porque diferencia os “bailes do mulão” dos “bailes de corredor”, frequentes nos anos de 1990, que possuíam uma corda no meio com o intuito de dividir o espaço do clube em dois lados, no qual a violência ficava restrita ao espaço da corda.

4. Festival de galera

Nos anos 1990, o movimento funk no Brasil, com a importante participação do DJ Marlboro, reforçou a fusão do ritmo norte-americano e influenciou muitas letras de rap nacionais. Além disso, este DJ se tornou residente do programa da Xuxa em 1994, que, por ser de ordem nacional, fazia crescer o “barulho do funk” para o restante do Brasil e do mundo. Foi neste contexto de expansão musical que as letras começaram a dar ênfase e enaltecer o nome de algumas favelas. A música da

dupla Claudinho e Buchecha é um exemplo entre várias outras com o mesmo formato:

Boassú, Boa Vista, Young Flu
Vianna e Madama, Paiva, Trovão Azul
Martins, Catarina, Jóquei, Arsenal
Cruzeiro, Pecado, Caçador, Central
(Rap do Salgueiro – Claudinho e Buchecha-
1990)

A letra do rap de galera do Salgueiro retrata dois tempos e formatos de baile: o “festival” e o “corredor”. No “festival de galeras”, quando o DJ convocava as “galeras” (conforme seus laços de união) para se apresentar com bolas e uma maquete temática, os funkeiros iam “pulando de mulão” enquanto uma pessoa, no palco, cantava o rap daquela galera específica. Nesta hora, as brigas irrompiam. O rap de galera servia para fomentar as rivalidades entre as galeras, ao mesmo tempo que gerava representatividade.

No festival, ainda sem corda, a briga acontecia em qualquer espaço do clube e um grande espaço se abria no meio. Um corredor imaginário, por conseguinte, já estava se estabelecendo, isto porque cada “mulão” tinha o seu espaço reservado no clube e quando outro “mulão” desfilava próximo àquele espaço, as brigas eram parte do espetáculo. Nesta parte da história, pode se dizer que qualquer clube já possuía linhas imaginárias reservadas para determinadas galeras.

Caso uma pessoa fosse para outro clube, diferente da sua cidade, teria que buscar afinidade com galeras da cidade

local e negociar a “formação de mais um bonde”, ampliando, assim, os pertencimentos e as distinções. “As brigas antes esporádicas que aconteciam quando um “mulão” passava próximo a outro “mulão”, já estava oficializada pela promoção dos bailes chamados “festivais de galera”, segundo o interlocutor E2, residente de São Gonçalo. Os atores começaram a fazer uma espécie de gestão de territorialidades, que se construía a partir do sentimento de pertencimento. Teias inteiras no interior do território da favela começaram a se engajar na busca de transcender suas relações, antes só pessoais, e a sensação de identidade e pertencimento movia as pessoas no sentido de mostrar a sua força e a força da sua localidade.

5. Bailes de corredor

Na ritualização da violência nos bailes funk, os grupos não visavam propriamente à eliminação do inimigo, cuja permanência parecia garantir o clima de excitação e competição, mas o reconhecimento de um território. A participação no jogo compensava um cotidiano que, em geral, os excluía (Herschmann; 2000, p. 174-175).

Como as rivalidades já eram um fato nos bailes, a partir das linhas imaginárias, os clubes espalhados pelo Rio de Janeiro se readaptaram para dar lugar oficial ao espaço das brigas entre 1994 e 1995. Entradas, banheiros, enfermarias, estacionamento para os ônibus e afins; tudo com espaços

reservados às galeras do Lado A e do Lado B. Os donos das maiores equipes de som da época - Furacão 2000, ZZ Disco, A Gota, Dudas - nomearam alguns interlocutores para que a organização desse certo, e estes eram chamados de “representantes de galera”. As equipes forneciam crachás de identificação e alguns ingressos para os representantes, indivíduos tidos como destemidos e populares entre as mulheres. Nas palavras dos entrevistados:

“Levantar o nome do meu bairro ou comunidade, e ganhar fama de um dos melhores!” (E6, São Gonçalo)

“Participar para mim era a oportunidade de representar a minha galera através das minhas composições musicais.” (E7, São Gonçalo)

“Defender o nome da minha galera.”. (E18, Niterói)

Como é possível perceber pelos relatos, a violência e o companheirismo (lealdade) eram códigos da conduta dos participantes. A violência era a pitada de glamour, ou seja, era o que alimentava o ego de cada participante, ou aquilo que todo guerreiro do corredor experimentava: sensação de vitorioso frente ao adversário, de guerreiro destemido, além de protetor entre as mulheres. A rivalidade era alimentada pelos donos das equipes, quando faziam a convocação para os duelos durante a semana inteira por meio da extinta Rádio Imprensa FM.

Como evidenciado anteriormente, havia, no meio do clube, uma corda dividindo os espaços em lados A e B, formando o corredor, para onde iam as pessoas que queriam brigar. Os maiores espaços do clube eram ocupados por pessoas que iam ao baile para dançar e ver o espetáculo, e não propriamente para brigar.

Pode-se concluir que a violência possuía para as galeras que os frequentavam um caráter lúdico. O jogo radical praticado nas pistas de dança refletia não só a glamorização da violência, como também uma sociabilidade violenta ampla, que permeia toda a sociedade. (Cymrot; 2011, p.170)

Danilo Cymrot (2011) reflete de forma sistemática a respeito do que as brigas de fato significavam para quem as curtia. O autor não criminaliza as pessoas que frequentavam o movimento, acima de tudo, ele evidencia a seletividade da lei e da violência usada pelas mãos do Estado. Por fim, revela como essa violência chega até as pessoas que a sentem no cotidiano favelado.

A bruta ruptura que se impôs aos bailes funk de corredor dos anos de 1990, uma das principais vias de lazer e cultura para os moradores de favelas, baseou-se no problema da violência e na forma sistemática pela qual o Estado interviu. Os anos 90 dividiram-se entre “Festival de galera”¹⁴⁴ e

¹⁴⁴ Do palco, o DJ ou o organizador do baile chamava grupo por grupo (conforme os laços de união das comunidades) para se apresentarem. Nesta hora, o volt mix era aberto para uma pessoa cantar enquanto sua galera (grupos de comunidades) pulava e então desfilava. O termo desfilava era

“corredor”¹⁴⁵, que teve seu fim no espectro da criminalização dos eventos nos anos 2000. A criminalização do funk por parte do poder público estendeu-se aos funkeiros e aos moradores de comunidades, em um processo de segregação, por meio do qual os bailes, condenados pela ilegalidade, foram empurrados às favelas.

6. Bailes de favela

Sem apoio e autorização para a realização dos eventos, nos anos 2000, parte dos funkeiros passam para o contexto dos bailes de favela. “São eventos concentrados nos espaços da favela e com a presença ativa do tráfico de drogas” (E10, Niterói). Nesta fase, conforme entrevistas, nascem duas vertentes então chamadas de proibidas: o “funk da putaria” que apela para a sensualidade das mulheres e o “funk proibidão” que narra o cotidiano violento e neurótico dos moradores. Há, contudo, segundo os entrevistados, um nicho de funkeiros que não se veem representados por nenhuma dessas duas novas vertentes e são eles o objeto central deste estudo.

Os “proibições” apresentam letras de oposição à polícia e sua forma letal de agir dentro das periferias. Em segundo

dado pelo entendimento da organização das comunidades na qual cada uma tinha seu momento e um tempo para mostrar o tamanho de seus integrantes que se organizavam com um tema do desfile que era designado pela equipe de som, sempre com antecedência, para mostrar o trabalho que desenvolveu para aquele tema específico.

¹⁴⁵ Nasceram os clubes de corredor após o fim dos festivais de galera em 95 (aproximadamente).

lugar, fica claro que esse movimento liderado pelos MC's (Mestres de Cerimônia ou os intérpretes das canções), que já foram perseguidos e presos pela polícia por apologia ao tráfico ou por crime organizado, não pode mais ser julgado como um ato criminoso. Nesse sentido, Danilo Cymrot (2011) destaca que o “proibidão” incomoda porque explicita uma realidade que a sociedade prefere esconder.

O momento da produção dos proibidões renderam perseguição e prisões à inúmeros MC's. MR Catra do Borel, por exemplo, um dos pioneiros, gravou um CD inteiro com versões ditas proibidas ao final de 1999. Alvo de perseguições constantes, o funkeiro fez a mudança de abordagem artística do proibidão para o funk putaria, estilo no qual ganhou o título de rei. Segundo Facina (2009), proibir o funk é segregar ou tornar invisível a experiência do que é ser jovem e favelado no contexto urbano brasileiro. Criminalizar a cultura do funk, incluindo o “proibidão”, é, em outras palavras, criminalizar os pobres.

7. Resenhas

O andamento da pesquisa revelou até a sua conclusão que o “funk das antigas”, de “galeras” ou as “resenhas” surgiram como resposta à proibição dos “bailes de corredores” nos anos 1990. Naquele contexto, a música negra e suas expressões artísticas tornaram-se inseparáveis, desempenhando um papel fundamental no ressurgimento do movimento do funk.

Atualmente, os encontros do “funk das antigas” ocorrem somente quando há autorização da polícia. Uma das estratégias adotadas pelos organizadores desses eventos é obter o aval do Estado, via polícia, e nomear os encontros como “resenhas”, fugindo assim do estigma associado ao termo “baile funk”. Pode-se perceber a preocupação presente na fala de um entrevistado:

É que a gente primeiro começou a fazer as regras para que o funk da antiga fosse diferenciado de outros movimentos que não condiz com o nosso movimento. Então, no nosso movimento foi da antiga. É extremamente proibido apologia ao sexo, drogas, ao crime, a qualquer tipo de situação que não seja favorável à sociedade e a gente está dentro dessas regras, nos nossos bailes. Se chegar à comunidade durante o evento e tocar algum tipo de música referente a esse... esse tipo de apologia, essa galera fica suspensa durante um ano, ela fica um ano sem, sem fazer evento. (E14, Niterói)

O entrevistado faz referência direta aos chamados “bailes de favela”, que tocam proibições, e aos chamados de “funk dos novinhos”, que contam com o apoio do tráfico de drogas local e têm apelo sexual. Esta postura de não permitir que o funk da antiga seja confundido com outras vertentes é uma posição importante para os próprios promotores das “resenhas”. Além disso, torna-se um argumento central utilizado para tornar, frente ao Estado e ao debate público, os encontros que eles promovem menos estigmatizados. As

penalidades para quem não obedecer às regras, chegam em conjunto no interim do debate entre os organizadores, como percebemos no trecho acima.

Abaixo (E1, São Gonçalo), um dos interlocutores da presente pesquisa explica como se deu a criação de uma dessas “resenhas”, por meio do grupo “Guerreiros das Antiga” ou GDA.

Em 2015, dois amigos conversando, dois amigos moradores da Engenhoca/Niterói, resolveram ousar e arriscar para tentar unir os dois lados e funcionou. Surgiu o grupo Guerreiros da Antiga (GDA). Salvo engano o nome Paulo César Teixeira, o PC, que criou. Ele hoje é designer que faz uns flys para as galeras e todas as outras artes: bandeiras, camisas e vestidos. Enfim. A parte de visual do funk é dos precursores, mas a criação mesmo foi com o Patrick e o Pé, ambos são moradores da Engenhoca, Niterói.

Eu respondo da ponte para cá. O GDA foi o primeiro do estado do Rio de Janeiro, mas depois surgiu: União de Niterói e depois também surgiu o RM (União da Região Metropolitana) os Lendários Bonde do Expulsa, União sem Fronteiras... enfim. Então foi organizando dessa forma e para dar continuidade ao funk que tudo começou e acabou por retornar com o nome funk da antiga. O dia 22/01/2015 foi um marco na história do funk da antiga no RJ. Todo mundo foi, não teve violência, não teve confusão, teve nada! Todo mundo pulou, brincou e lembrou os velhos

tempos, foi um grande flashback. (E20, São Gonçalo).

A partir das narrativas dos entrevistados, sobretudo dos organizadores das “resenhas”, remontam o processo de formação do “funk das antigas”, bem como as intrincadas e complexas relações de aproximação e afastamento entre as imagens de funk elaboradas por esses organizadores em relação às outras vertentes ou movimentos funkeiros do passado e do presente.

Tudo começou na favela com pessoas desempregadas, pessoas que não tinham, como eu, perspectiva nenhuma de vida... a se encontrar ali. Pessoas que estavam desempregadas, outras pessoas que acharam sentido e vontade de fazer um emprego. Neste contexto, começaram as ações sociais, a partir de pessoas sem nenhuma perspectiva de vida. (E5, São Gonçalo).

O marco de origem, por assim dizer, do funk das antigas aparece em muitas entrevistas como um acontecimento desprezioso, surgido de uma conversa informal entre dois moradores de uma comunidade de Niterói no ano de 2015, quinze anos depois após a proibição dos bailes. Atualmente, as “resenhas” se espalharam por todo o estado do Rio de Janeiro, subdividindo-se em siglas que representam suas respectivas regiões e com diretores responsáveis.

No Leste Fluminense, as organizações das “resenhas” contemplam, além de GDA (GUERREIROS DAS

ANTIGAS) e G2D (GESTÃO DUAS VEZES INTELIGENTE), que são as maiores, outras várias diretorias que também concorrentes, organizam as suas festas de maneira independente. Suas siglas são muitas, contudo, foram localizados interlocutores oriundos das seguintes células: RESISTÊNCIA FUNK; UZO (UNIÃO DA ZONA OESTE); UN (UNIÃO DE NITERÓI); URM (UNIÃO DA REGIÃO METROPOLITANA); LENDÁRIOS ITABORAÍ; UNIÃO SEM FRONTEIRAS; UBA (UNIÃO DOS BAILES FUNK DA ANTIGA); GDA (GUERREIROS DA ANTIGA); G2D (GESTÃO DUAS VEZES INTELIGENTE).

As reuniões de cada grupo são extremamente organizadas a partir dos laços de união ou desunião que caracterizavam o antigo cenário dos anos 1990. Isto porque, naquela década, “seria impensável reunir em paz as galeras dos lados A e B, dada a forte rivalidade” (Entrevistados em consonância com a afirmação: E1 – E28). Esta rivalidade ainda é sentida entre os seus componentes.

Os entrevistados revelaram ter sido um grande desafio conseguir tal feito, visto que o tráfico de drogas pesou ainda mais neste processo. Embora as galeras dos lados A e B não firmavam sua rivalidade pela premissa de facção criminosa, morar em comunidade de facção X era tido como um impeditivo para transitar em espaços de facção Y, sob pena de morte.

Tem gente que nunca pisou tal lugar. Eu estou falando fisicamente porque dentro de uma cidade caótica, dentro uma guerra urbana, você fica cerceado por não conhecer, você finca uma

bandeira da paz real no lugar. Exemplo: Na época de baile corredor, aquela pessoa não podia pisar lá e a outra não podia pisar aqui. E nisso também veio no próprio programa estrutural da cidade: o tráfico. E você tem medo de ir. Hoje através do funk da antiga, independente da construção da violência, você pode pisar. Porque hoje uma camisa de funk da antiga te dá a credibilidade de que você é uma pessoa do bem. (E10, Niterói).

O que se tem como fato é que o diálogo entre os diretores das “resenhas”, que antes foram representantes de galera, atravessa não só a polícia, mas também a liderança das comunidades, para que a festa aconteça sem nenhum perigo. Muito embora os entrevistados não tocam no ponto sensível de como se dá os acordos com os chefes das comunidades locais, talvez por insegurança ou medo, até aqui sabe-se que todos os encontros são oficialmente registrados na Delegacia de Polícia, local responsável por liberar um alvará de permissão. Mais que isso, não há perigo iminente para quem mora em comunidades de facções rivais transitar em espaços disputados pelo tráfico.

Porque é o seguinte: muita gente perdeu a vida, muita gente ficou para trás, muita gente ficou pelo caminho. Então quem viveu e quem sofreu tudo que a gente sofreu, hoje, tem um orgulho de estar numa resenha com pessoas que estão vivas e que por muito tempo eram desunidos. E hoje estar aqui apertando a mão, não precisa ser amigo... Isso mostra que quando se tem um “alemão vivo”, prova que eu também estou

vivo. Porque é a prova viva que eu curti aquilo, entendeu? Não estou sendo tolerado, mas sim respeitado e recebido. (E10, Niterói).

Como reforçam os organizadores, as “resenhas” são iniciativas da comunidade e para a comunidade. Uma necessidade das periferias para as periferias, um desabafo ou uma vontade de dizer: estamos vivos. Quantos mais estão? Quem aceita o desafio de agradecer e apertar a mão do seu antigo rival? Quem estaria disposto a um resgate a partir da premissa da paz? Mais uma vez, o passado revela sua força na concepção, organização e sociabilidade das “resenhas”. Neste novo momento do movimento, há uma conciliação com o passado.



Figura 1: Quem são os Guerreiros?

As pessoas que brigavam ou frequentavam os bailes de corredor. Assim, a logotipo desenvolvida pelo grupo GDA, Guerreiros das antigas, são duas mãos entrelaçadas formando uma união com as duas cores: o vermelho e o azul, simbolizando

o fogo e o gelo. Com as duas mãos no meio ali, entendeu? Guerreiros das antigas. E tinha também o lance de facção que um lado é vermelho e o outro é azul.

(E10, Niterói. Criador das artes.)

O DJ mais presente nas reuniões e em 90% de todas as “resenhas” – conforme identificado no percurso da pesquisa que este trabalho trata -, sejam elas de quaisquer células (controladas pelo GDA ou G2D), é o DJ Canibal. A própria equipe Furacão 2000 já o procurou querendo contratá-lo e o fato foi constatado por meio das redes sociais, que também está servindo de veículo observador. O DJ, no entanto, fundou sua própria equipe e nos informou isto enquanto esteve na qualidade de entrevistado. Segundo o colaborador, a empresa Furacão fez o convite para que ele tocasse em um evento e ele aceitou, o que não significa que ele esteja a serviço exclusivo dela. Na festa, o maior influenciador é o Dj e a empresa Furacão já entendeu o novo cenário.

Atualmente, os diretores de galera são os responsáveis pela organização de suas festas e contratam a equipe de som que preferem, e não mais o inverso. Isto significa que se uma galera for fazer uma “resenha” ou baile da antiga, o diretor representante daquela comunidade irá buscar contato com a equipe de som, pagar para usar as caixas de som e escolher o DJ. Descentralizou-se, assim, o poder antes concentrado nas mãos dos grandes empresários e o favelado decide quem será a

atração e como se dará a festa. Nas redes sociais, especialmente no Facebook, nota-se que o diretor da G2D e o DJ Canibal são os maiores influenciadores deste momento específico do funk e não são inimigos, apenas bons concorrentes nesta cena.

Percebe-se, em conversa com os entrevistados, que o termo “baile funk” carrega um sentido tão estigmatizado e perseguido pelas autoridades policiais que o nome “resenha” (que significa reunião, na acepção de seus participantes) foi dado a alguns encontros de galeras atuais. Os entrevistados, quando questionados, disseram que se um jovem de hoje citar que vai ao baile, o destino é lido como ir a um evento promovido pelo tráfico de drogas ou “baile de favela” e isso ocorre por falta de opção de um lazer como esse em um local que não exponha a sua vida.

Não falar baile é uma forma de fuga, a não ser que se pronuncie: baile das antigas. É justamente assim que eles vão deixando a sua marca. Surge uma nova configuração do funk carioca que tem marcado os finais de semana de milhares de pessoas espalhadas na atualidade, não apenas pelas cidades de Niterói e São Gonçalo, mas já observado em todo o Estado do Rio de Janeiro, tendo inclusive certa aderência pela parte da grande mídia que noticiou¹⁴⁶ o fato em data na qual o baile das antigas foi considerado patrimônio cultural imaterial do Rio em 29, de setembro, de 2023. O formato das festas consiste no resgate dos raps e montagens que antes eram tocados nos famosos bailes de corredor. Contudo, agora há um novo visual

¹⁴⁶ Matéria disponível em < <https://globoplay.globo.com/v/11986749/>>. Acessado em 05, de julho, de 2024.

marcado não mais pela violência, mas pela união entre as comunidades.

8. Conclusão

A pesquisa pretendeu desmistificar construções imaginárias em torno do movimento funk, principalmente o de "galeras". A reapropriação do passado nesta nova configuração extinguiu o motor da violência, ao mesmo tempo em que enalteceu os territórios e a figura do então “guerreiro da antiga,” que revelava sua força antes no formato das brigas nos salões. Como apontado no trabalho de Joana D’Arc Ferraz (2018), os atores dos anos de 1990 mostraram-se atentos a recobrar o passado preservando seus rumos ao futuro.

Não se calem as vozes¹⁴⁷, não se deixem calar. Não se perca a esperança. Não se deixem perder. Não se perca a lembrança, não se deixe perder. Se perder a memória vai tudo morrer. Não se esqueçam dos mortos, não se deixem esquecer. Que olvidar nossos mortos é deixar de viver.(A Pandorga e a Lei. Op. Cit)

As memórias em consonância ganharam força e corpo. Isto foi percebido pela maneira por meio da qual os integrantes inverteram a lógica da promoção violenta dos eventos - antes concentrada nas mãos de um pequeno nicho empresarial – tomando para si a responsabilidade de pensar outros meios nos quais a união de todas as galeras fosse

¹⁴⁷ A Pandorga e a Lei. Op. cit.

possível. As vidas perdidas nos salões são rememoradas nas bandeiras suspensas na ornamentação das festas ou mesmo nas estampas das camisas, vestidos, bonés etc. que são chamadas pelos seus interlocutores de “manto sagrado”.

Bandeiras ou camisas, muitas vezes seguem fazendo referência a alguém que veio a óbito, tendo sua vida ceifada durante as brigas que antes foram fomentadas nos clubes Rio de Janeiro pelos donos das equipes de som. Afetos e sensações de perda foram um dos combustíveis que se mostraram presentes entre os entrevistados que não esqueceram seus mortos e não se deixaram esquecer, ao mesmo tempo em que compreenderam que o passado poderia e foi usado como possibilidade de ação.

A pirâmide de poder inverteu seu modo operacional e, na atualidade, quem decide como, onde e quando acontecerão as festas são os integrantes, que seguem a conferir prestígio e reconhecimento entre os seus e para os seus. Toda a sorte de humilhação, mortes e violência, ecoados pelas vozes dos participantes que colaboraram para este trabalho, não foram esquecidas. Foram, pelo contrário, transformadas em força e capacidade para uma reinvenção futura de uma experiência antes vivida. Assim, cumpriu-se o desafio proposto de subtrair o necessário para a afirmação da vida, como colocado no trecho escrito por Ferraz (*ibidem*).

As articulações das “resenhas” estão baseadas nos antigos moldes dos bailes de corredor. Nelas, é encontrada uma rede de proteção, seja do passado ou estabelecendo novas maneiras de se articular no presente, marcada por crenças

naquilo que se deve defender, pactuar ou dividir. As ações devem se ater a sentimentos de fidelidade. Nesta nova configuração, o modo operacional se dá livre de interferências das vertentes dos funks produzidos após os anos 2000, algo que visa preservação e memória. A proteção e o enaltecimento dos territórios que vão compor aquilo que se designou pelo nome de “bondes” seguem conferindo força aos componentes e as suas respectivas comunidades, a partir dos moldes dos anos de 1990.

Referências bibliográficas

CYMROT, Danilo. 2011. **A criminalização do funk sob a perspectiva da teoria crítica**. São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2016.

FERRAZ, Joana D'Arc Fernandes. **A Pandorga e a Lei: passado-presente-futuro**. Revista Maracanan. n.18, p. 134-156, jan./jun, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/maracanan/article/view/31248>. Acesso em: 05 jul. 2024.

HERSCHMANN, Micael (Org.). **Abalando os anos 90: funk e hip-hop, globalização, violência e estilo cultural**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

OLIVEIRA, Luciana Xavier. **Blacks sob vigilância. In: A cena musical da Black Rio: estilos e mediações nos bailes soul dos anos 1970 [online]**. Salvador: EDUFBA, 2018, p. 159-187. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/26088/1/ACenaMusicalDaBlackRio-LucianaOliveira-2018-EDUFBA.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2024.

OLIVEIRA, Luciana Xavier. **Novos Olhares - Vol.8 N.1 ARTIGO | Disputas ideológicas, cultura negra e jornalismo cultural** 34. DOI: 10.11606/issn.2238-7714.no.2019.150341. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/novosolhares/article/download/150341/154341/356621>. Acesso em 05 jul. 2024.

VIANNA, Hermano. 1987. **“O baile funk carioca: festas e estilos de vida metropolitanos”**. **Dissertação de mestrado em Antropologia Social**. Rio de Janeiro: UFRJ. Disponível em: <http://goo.gl/jpmGFg>. Acesso em: 05 jul. 2024.

VIANNA, Hermano (Org.). **Galeras cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

NASSIF, Luiz. **VAI começar o baile black**. GGN, 2011. Disponível em: <https://jornalggm.com.br/musica/vai-comecar-o-baile-black/>. Acesso em: 19 fev. 2024.

FILÓ, Dom. Biografia. Wikipedia, 2011. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Dom_Fil%C3%B3#:~:text=Asfil%C3%B3fio%20de%20Oliveira%20Filho%20\(Rio,em%20gest%C3%A3o%20esportiva%20pela%20FGV](https://pt.wikipedia.org/wiki/Dom_Fil%C3%B3#:~:text=Asfil%C3%B3fio%20de%20Oliveira%20Filho%20(Rio,em%20gest%C3%A3o%20esportiva%20pela%20FGV). Acesso em: 19 fev. 2024.

ORTEGA, Rodrigo. Kondzilla vira maior canal do YouTube no Brasil e quer dominar funk além de clipes. G1, 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/musica/noticia/kondzilla-vira-maior-canal-do-youtube-no-brasil-e-quer-dominar-funk-alem-de-clipes.ghtml>. Acesso em: 19 fev. 2024.

Anexo: Tabela dos entrevistados

TABELA

Entrevistado	Sexo	Idade	Raça	Local	Função
E1	M	41	NEGRA	SG	ARTISTA COORDENADOR
E2	M	48	BRANCA	SG	G2D
E3	F	49	BRANCA	SG	G2D EX
E4	F	43	BRANCA	SG	COORDENADORA COORDENADOR
E5	M	44	BRANCA	SG	GERAL G2D
E6	M	44	NEGRA	RJ	PRESIDENTE G2D COORDENADOR
E7	M	50	NEGRA	SG	G2D EX
E8	M	44	NEGRA	SG	REPRESENTANTE
E9	F	44	NEGRA	SG	FREQUENTADOR
E10	M	45	NEGRA	NIT	DESIGNER
E11	M	43	NEGRA	NIT	COMUNICAÇÃO E MÍDIA
E12	M	48	BRANCA	NIT	PRESIDENTE GDA
E13	M	51	BRANCA	NIT	VICE-DIRETOR GDA EX COODENADOR
E14	M	53	NEGRA	NIT	GDA
E15	M	42	BRANCA	SG	PROMOTOR DE

					EVENTOS
E16	F	47	NEGRA	NIT	MC
E17	F	43	NEGRA	NIT	ARTISTA
E18	M	42	NEGRA	NIT	FREQUENTADOR
E19	M	48	NEGRA	NIT	FREQUENTADOR
E20	M	44	NEGRA	NIT	ARTISTA
E21	M	42	BRANCA	NIT	EX DIRETOR GDA
E22	F	49	BRANCA	SG	FREQUENTADOR
E23	M	47	NEGRA	NIT	ARTISTA
E24	F	43	NEGRA	NIT	FREQUENTADOR
E25	M	48	NEGRA	SG	FREQUENTADOR
E26	M	45	NEGRA	SG	FREQUENTADOR
E27	M	43	NEGRA	SG	FREQUENTADOR
E28	F	41	BRANCA	NIT	FREQUENTADOR

SG: São Gonçalo

NIT: Niterói

Capítulo 22

*Subculturas do skate: a experiência do Jiboia DIY em São Gonçalo–RJ*¹⁴⁸

Jean Moura¹⁴⁹

Luciano Hermes da Silva¹⁵⁰

Nelson Diniz¹⁵¹

1. Introdução

A prática do skate de rua tem como característica central a apropriação dos espaços urbanos, ao subverter os padrões previsíveis de utilização do mobiliário encontrado nas

¹⁴⁸Este texto é fruto da dissertação de mestrado “*Subculturas do Skate: um estudo a partir das experiências Araruama Skate (2010-2020) e Jiboia*”, apresentada por Jean Moura, em 2023, para obtenção do título de mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense (PPGS/UFF).

¹⁴⁹ Jean Moura é formado em Licenciatura em Educação do Campo pela UFRRJ, mestre em Sociologia pelo PPGS/UFF, doutorando em Educação pelo PPGEDUC/UFRRJ. Tem experiência na área de Sociologia Urbana com ênfase em subculturas e skate. E-mail: jean_mouraa@hotmail.com.

¹⁵⁰ Luciano Hermes da Silva é formado em Geografia. Mestrando em História Comparada no PPGHC-UFRJ. Tem experiência no ensino de Geografia. E-mail: lucianohermesdasilva@gmail.com.

¹⁵¹ Nelson Diniz é formado em Geografia. Doutor em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR-UFRJ. Tem experiência nas áreas Geografia e Planejamento Urbano e Regional, com ênfase nos estudos urbanos. Email: nelson.filho.1@cp2.edu.br.

idades. Isso ocorre quando, por exemplo, um skatista desliza sobre corrimãos, bordas e canteiros ou salta sobre uma escada. Essa subversão dos usos autorizados dos objetos e formas espaciais tende a instaurar múltiplos conflitos com os demais usuários dos espaços públicos. Essa relação Diniz e Silva (2016) chamam de “contra-uso skatista”.

Tal tendência ao conflito colaborou para a criminalização da prática do skate de rua em várias cidades do Brasil e do mundo. Foi o caso da cidade de São Paulo, em 1988. Entretanto, com seu desenvolvimento esportivo e sua difusão como espetáculo midiático, o skate chegou ao extremo oposto. Hoje, é uma categoria dos Jogos Olímpicos e uma indústria bilionária¹⁵².

A maioria das competições de skate, inclusive nas Olimpíadas, ocorrem em pistas, também chamadas de *skateparks*. Essas pistas passaram a ser construídas com mais frequência no Brasil principalmente em São Paulo, a partir da década de 1990, tendo em vista que o número de skatistas era grande na cidade. Isso se fez visando o confinamento da prática do skate em seus limites, pois o *street skate* ou skate de rua é uma prática relativamente disruptiva, que “produz barulho, traz danos a propriedades e [...] põe em risco a

¹⁵²Sua primeira aparição nos Jogos Olímpicos foi em Tóquio, em 2021, com as modalidades *street* e *park*. O skate também foi confirmado para os Jogos Olímpicos de Paris (2024). Segundo o site da Confederação Brasileira de Skate (CBSk), o mercado do skate faz circular, no Brasil, mais de R\$1 bilhão/ano em vendas de roupas e acessórios. No que diz respeito ao mercado mundial, as cifras giram em torno de US\$3 bilhões, com uma fatia de US\$300 milhões no Brasil (CBSk, s/d).

integridade física de pedestres” (Machado, 2021, p. 8). No extremo, autores como Leonardo Brandão (2006, p. 118), um dos principais pesquisadores da prática do skate no Brasil, enxergam a construção dessas pistas como uma forma de “disciplinarizar corpos desviantes”.

Apesar dessa “esportivização”/“disciplinarização”, que é, segundo Tony Honorato (2013), um deslocamento do skate como prática cultural para o skate como prática esportiva, muitos skatistas se identificam mais com sua dimensão cultural/comportamental, permanecendo, prioritariamente, nas ruas. Essa dimensão é chamada por Machado (2021, p.1) de “cidadinidade skatista”. O autor buscou em Michel de Certeau e em Michel Agier a definição de “cidadinidade” enquanto “uma maneira astuciosa, transgressiva e tática de se fazer a cidade”, incorporando-a ao estudo da prática do skate de rua¹⁵³. Pode-se dizer, então, que a cidadinidade skatista se expressa não só quando os skatistas utilizam o mobiliário urbano, mas também quando atribuem sentidos mais complexos à sua presença nos espaços urbanos em geral, o que envolve, por exemplo, relações de identificação e pertencimento, além do estabelecimento de redes de sociabilidade e reciprocidade.

No limite, os skatistas chegam mesmo a modificar as formas espaciais da cidade e/ou a construir novos objetos, de maiores ou menores dimensões. Trata-se, conforme a expressão nativa, do DIY, uma sigla para “*Do it Yourself*” ou “Faça você mesmo”. O DIY é um conceito geralmente

¹⁵³Diniz e Silva (2016) também recorreram às elaborações de Michel de Certeau para construir seu conceito de contra-uso skatista.

utilizado para definir atividades nas quais se dispensa a contratação de um profissional. No âmbito do skate, trata-se da produção, pelos próprios skatistas, de obstáculos adequados à sua prática. Obstáculos que podem ser móveis, de madeira ou ferro, ou fixos, de alvenaria em lugares abandonados ou subutilizados. Assim, o DIY estaria contido na cidadinidade skatista, sendo igualmente reprimido a depender do local de ocorrência¹⁵⁴.

O Jiboia DIY¹⁵⁵ é um exemplo dessa prática. Desde 2021, um grupo de skatistas ocupou e autoconstruiu uma pista de skate/espaço cultural no antigo Piscinão de São Gonçalo. Trata-se de um complexo de lazer, esporte e cultura que foi desativado em 2014. Apesar de não ser um espaço legalizado, o Jiboia não enfrenta repressão do Estado. Padrões muito pontuais de conflitos podem ser observados, na medida em que o referido espaço foi, desde então, marcado pela subutilização. Há baixíssima frequência dos demais cidadãos, típica de situações de abandono.

No entanto, em 2022, foi anunciada a construção de um Parque Urbano no local, numa parceria entre as autoridades municipais e o governo do Estado do Rio de Janeiro. No geral, o projeto se assemelha a casos como o do Parque Madureira, no subúrbio carioca. Assim, a tolerância/ignorância das

¹⁵⁴Há casos em que essa prática é legitimamente reconhecida e mesmo estimulada/financiada pelo poder público, em geral, como uma forma de estabelecer parcerias público-privadas e com o intuito de afastar usuários ainda mais indesejados dos espaços públicos, como mendigos, traficantes, prostitutas, etc. Cf., a respeito, Diniz e Silva (2014).

¹⁵⁵ Doravante Jiboia

autoridades, que, aparentemente, nem sabiam da existência do Jiboia, foi substituída por uma grave ameaça. Por mais que o projeto contemple a construção de uma pista de skate, ele prevê a destruição do Jiboia. Sobre os skatistas construtores deste espaço paira a preocupação em relação à construção da nova skatepark. Temem pela má execução das obras, o que poderia resultar em um novo cenário de subaproveitamento, ao menos no que diz respeito à prática do skate.

Os skatistas Jiboia mobilizaram-se para participar da audiência pública de apresentação do projeto do Parque Urbano, realizada na Câmara de Vereadores de São Gonçalo em dezembro de 2022. Seu “programa máximo”, digamos, era contornar a destruição, sugerindo a permanência e integração de sua pista/espço cultural ao projeto. Algo que não foi acatado, como se verá no relato mais pormenorizado a seguir.

Em suma, o Jiboia é um espaço totalmente autogestionado, que, apesar de não ter energia elétrica ou água encanada, não depende e não tem por objetivo depender do poder público. E, ao que tudo indica, é justamente essa precariedade da estrutura física do local, além do seu isolamento, o que atrai os participantes. Assim sendo, é como se consolidasse um estilo próprio, sintetizado na expressão nativa “JiBoys”, em alusão ao estilo dos “Z-Boys”, grupo que está na origem e faz parte do mito fundador da prática do skate. Nos dois casos, trata-se de estilos marcados pelo descompromisso e/ou resistência à esportivização do skate e por grande afinidade com movimentos contraculturais, a

exemplo do movimento *punk*, ainda que os Z-Boys tenham sido uma “equipe de skate”, o que os “Jiboys” não são.

Mas se o skate que é praticado em casos como o do Jiboia não é um esporte, o que ele é? Essa prática se enquadra melhor no que Dick Hebdige (1979) denominou como “subculturas”. Para o autor, a relação com a cultura dominante, o compromisso, a autonomia, o caráter distintivo consciente e a construção do estilo são alguns critérios para delimitar uma subcultura. Mais do que afirmar o que é o Jiboia, pretendemos ilustrar os limites e possibilidades da utilização do conceito de subcultura para a análise de grupos skatistas que não se identificam com a dimensão esportiva dessa prática. Cabendo lembrar que essa é uma contribuição ao debate acadêmico sobre o skate, que abre caminho, inclusive, para estudos comparativos, uma vez que o Jiboia encontra correspondências em vários outros casos no Brasil e no mundo.

Cumpramos mencionar, por fim, um aspecto decisivo, relativo à delimitação do objeto em questão e no modo como lidamos com ele. No que tange ao Jiboia, estamos na condição da observação participante, ou melhor, na condição da participação observante (Wacquant, 2002), já que temos uma relação orgânica com esse coletivo. Isto é, na condição de observadores dessa experiência, somos, a um só tempo, objetos e sujeitos da observação.

2. O surgimento do skate: contracultura, esporte e mercado

O skate é uma prática com múltiplos sentidos e grande potencial para gerar conflitos e tensões. Isso é verdadeiro desde sua origem, que remete aos “pais do skate”: os “Z-Boys”. Os Z-Boys eram jovens surfistas/skatistas de Dogtown, região sul de Los Angeles, nos Estados Unidos, que, conforme Brandão (2009, p. 2), ficaram conhecidos por “revolucionar” a prática do skate na década de 1970.

Em meados da década de 1970, foram construídas as primeiras pistas de skate, simulando o formato das piscinas, mas também introduzindo novas formas, como os *half-pipes*¹⁵⁶. Assim, a prática do skate tendeu a ficar confinada nesses espaços. Mas, após o auge dos investimentos na construção dessas pistas nos Estados Unidos, grande parte das quais foi fechada, novas gerações de skatistas passaram a circular, prioritariamente, pelas ruas.

Isso se deu, inicialmente, na passagem dos anos 1970 aos 1980, justamente quando uma manobra, o *ollie*, produziu uma nova revolução¹⁵⁷. Trata-se de um salto sem pegar o skate com as mãos, que é fundamental para as demais manobras do skate de rua, permitindo pular escadas, subir e deslizar em corrimãos, bancos, canteiros e um longo, etc. O padrão de apropriação do mobiliário urbano que decorre dessa revolução aumentou a capacidade de geração de conflitos, não mais com

¹⁵⁶Pistas no formato de um meio tubo de grandes dimensões.

¹⁵⁷Cabe considerar, ainda, que estavam sendo feitas uma série de invenções em termos de materiais utilizados nos acessórios e peças de skate, como o uso do poliuretano nas rodas.

proprietários individuais, mas com a totalidade dos “não skatistas” que também vivem nas cidades.

Atualmente, nos Estados Unidos e em todo o mundo, esses conflitos não desapareceram. Eles têm sido, no mínimo, “modulados” pelo reconhecimento do skate como esporte, espetáculo e negócio lucrativo. Então, lançamos a pergunta: o skate nasceu subversivo e foi progressivamente disciplinado pelos imperativos do esporte e do mercado? As coisas não são tão simples. Voltemos aos Z-Boys, isto é, ao “mito fundador do skate”.

O nome do grupo é uma abreviatura de “Zephyr”, uma loja de peças e acessórios para surfe e skate que, posteriormente, virou uma “equipe” composta por doze indivíduos. Esses jovens ficaram conhecidos pelo estilo irreverente, influenciado por várias matrizes da contracultura, por inventarem uma maneira de surfar no concreto, mas também eram “atletas/competidores” de uma “marca”.

Enfim, essa contextualização permite ilustrar que a tensão ou o deslizamento entre a contracultura, o esporte e o mercado, é constitutiva do skate. E é isso que nos coloca diante da possibilidade de abordá-lo como uma “subcultura”, nos termos de Dick Hebdige (2018). Inclusive porque esse aparente paradoxo remete ao que o autor chama de “subcultura espetacular”, criada, por exemplo, quando há uma “onda de histeria na imprensa” em torno de algo que, na origem, foi uma “subcultura”.

3. O skate como subcultura

Originalmente publicado em 1979, *Subcultura: o significado do estilo*, de Dick Hebdige (2018), é considerado um clássico do tema. O autor analisa os jovens britânicos das décadas de 1960-70, que deixaram de acreditar nos valores globais da época. Na obra, são abordados os movimentos *punk*, *mod*, *hippie* e *skinhead*, todos eles tendo a música como elemento central na construção das respectivas subculturas. Hebdige (2018) utiliza uma abordagem semiológica, pois parte dos sistemas de compreensão de significados, que não só os grupos, mas a sociedade como um todo desenvolvem.

Inspirado em Michel Foucault, Hebdige (2018) afirma que as subculturas remetem ao conceito de dominação e resistência nas micro-relações, permitindo compreender o atrito entre seus signos e as demais culturas. Para ele, a construção de estilos é fundamental para estabelecer uma subcultura, o que pode se dar a partir do uso de determinados objetos e substâncias, que se tornam signos dessa subcultura. Signos que, por sua vez, desafiam as normas sociais da cultura hegemônica, que busca disciplinar e uniformizar as chamadas subculturas. Ou seja, uma subcultura surge a partir da interação conflituosa que mantém com a cultura dominante. Em suma, as subculturas podem ser assim definidas:

As subculturas formam-se em compromissos comunitários e simbólicos com o sistema mais amplo da cultura industrial tardia; eles são organizados em torno de idade e classe, mas

não totalmente determinados por elas, e são expressos na criação de estilos. Esses estilos são produzidos dentro de “conjunturas” históricas e culturais específicas; não devem ser interpretados simplesmente como resistência à hegemonia ou como soluções mágicas para tensões sociais – como supunham os teóricos anteriores. Em vez disso, as subculturas juntam (ou hibridizam) estilos a partir das imagens e da cultura material disponíveis para elas, no esforço de construir identidades que lhes conferirão “autonomia relativa” dentro de uma ordem social fraturada por classe, diferenças geracionais, trabalho, etc. (Hebdige, 1999, p. 441, tradução nossa).

Mas de que maneira isso serve para compreender o que se passa no universo do skate? Nossa hipótese é que existem diversos movimentos de skatistas espalhados pelo mundo que podem ser observados enquanto “subculturas skatistas” em razão da relação conflituosa que eles mantêm com as culturas que tendem a se tornar dominantes nesse universo, neste caso, as culturas que surgiram em torno da dimensão esportiva/espetacular do skate. A Figura 1 ilustra o que está em questão. Trata-se de uma camiseta comercializada em *skateshops*¹⁵⁸, que passaram a compor o estilo de diversos skatistas, expressando resistência à identificação do skate com o universo esportivo, sobretudo do esporte olímpico.

¹⁵⁸ Termo nativo que faz alusão a lojas especializadas na comercialização de produtos vinculados à prática do skate.



Figura 1: “O skate é um crime, não um esporte olímpico”.

Fonte: <https://www.thepointskateshop.com/the-point-olympic-crime-wht.html>.

Mas, além da relação com a cultura dominante, existem outros critérios para identificar uma subcultura. O primeiro, a *identidade*, refere-se ao pertencimento a um grupo cultural distinto, tratando-se, “no fundo, de perceber se existe um

sentimento de filiação, ‘nós’ versus ‘outros’” (Hebdige, 2018, p. 52). O critério do *compromisso* indica o quanto a participação em uma subcultura afeta a vida cotidiana dos indivíduos: padrões de amizades, hábitos, distribuição do tempo e dedicação à subcultura. O *caráter distintivo consciente* remete aos valores, significados, símbolos e práticas distintivas em relação a outros grupos (*ibidem*), mobilizando mecanismos de diferenciação dos chamados *posers*, ou até mesmo de outras subculturas. Por fim, há o critério da *autonomia*.

Defende-se aqui que essa abordagem das subculturas tem grande potencial para contribuir com o crescente interesse, no campo das ciências sociais, em torno da prática do skate. O que se segue é uma tentativa de aplicar essa abordagem ao caso particular do Jiboia DIY.

4. O coletivo Jiboia e seu espaço cultural/pista de skate

Podemos dizer que a ocupação do espaço do antigo Piscinão de São Gonçalo pelos skatistas teve duas fases. A primeira começou quando uma quadra de basquete 3x3, que estava abandonada, passou a ser frequentada, ocasionalmente, por skatistas locais. Durante dois anos, esse foi o padrão de relação dos skatistas com a quadra, não havendo uma apropriação em sentido estrito, prevalecendo a prática de manobras que dispensam o uso de obstáculos.



Figura 2: Piscinão de São Gonçalo (out./2013).

Fonte: <https://www.andrecorrea.com.br/projetos/desenvolvimento-economico/piscinao-de-sao-goncalo-idealizado-por-andre-correa-e-reaberto-ao>

Em 2019, os skatistas tentaram construir uma rampa de alvenaria, porém não chegaram a concluir o trabalho. Somente durante a primeira fase da pandemia de Covid-19 é que os skatistas resolveram construir, de fato, algum obstáculo na quadra. A construção de um caixote de concreto com borda de metal e a instalação de um corrimão, também de metal, cimentado no piso da quadra foram as primeiras intervenções dos skatistas no Piscinão. Avançaram, assim, do uso circunstancial à autoconstrução, ainda que sua presença no local permanecesse irregular.

Não houve repressão. Isso se explica porque a quadra, assim como todo o entorno, pode ser considerada um espaço

não desejado. Com exceção de eventuais partidas de futebol e da prática de caminhada ao redor da lagoa artificial desativada, nenhum dos usos originalmente previstos do antigo parque podem ser observados atualmente. Apesar da mudança de relação com o espaço, a frequência dos skatistas permaneceu inconstante. Sem dúvida, isso criou as condições para que a cantoneira de metal do palco e o corrimão fossem furtados, liberando espaço para as partidas de futebol no local. Meses depois, o corrimão foi encontrado, em estágio de oxidação, nas margens do mangue.

A segunda fase da ocupação do Piscinão pelos skatistas começou no final de abril de 2021. Alguns obstáculos pré-moldados em concreto foram doados e instalados na quadra. No dia da instalação, um vídeo de uma jiboia flagrada no entorno do local circulou em grupos de mensagens do bairro onde está localizado o antigo parque. Por coincidência, uma das rampas pré-moldadas trazia o desenho de uma serpente. Não houve dúvidas: foi posicionada onde, supostamente, a jiboia havia sido filmada.

Devido a essa “mística”, o local recebeu o nome de “Jiboia”. Esse é, por assim dizer, o “mito fundador” que circula entre os skatistas, o que revela um forte padrão de identificação simbólica com o espaço. No final de semana seguinte, foi retomada a dinâmica de apropriação da quadra, na forma do que se pode chamar de cultura DIY propriamente dita. Foram construídos, de uma só vez, três obstáculos de diferentes tamanhos, entre 40 cm e 1 metro de altura. O Jiboia já contava,

então, com perfil em rede social e ganhava, rapidamente, visibilidade entre skatistas do Rio de Janeiro.



Figura 3: Autoconstrução do Jiboia DIY (mai./2021).

Fonte: acervo pessoal.

No decorrer de 2021, inúmeros mutirões, acompanhados de sessões de skate, churrascos e confraternizações espontâneas, garantiram a construção de obstáculos dentro e ao redor da quadra. Para tanto, os skatistas-construtores empenharam seus próprios recursos, contaram com doações e realizaram campanhas de arrecadação. Ainda assim, boa parte do material utilizado é de reaproveitamento. Como resultado, hoje, sobre as ruínas de parte do que fora o Piscinão de São Gonçalo, encontra-se uma autoconstrução

conduzida por skatistas habilidosos não só com os pés, mas também com as mãos. Com a ayoconstrução foi se estabelecendo um forte sentimento de pertencimento a esse lugar.

Ainda que clandestino, o Jiboia teve um pouco de sua dinâmica registrada na gravação de um programa de TV. Trata-se de uma produção audiovisual que reúne uma sequência de episódios com a temática da construção e manutenção de espaços pelos próprios skatistas. Ou seja, uma produção que retrata a cultura DIY. Como resultado , foram construídos novos obstáculos e uma pintura artística foi executada. Sem dúvida, esse registro expressa as proporções assumidas por essa iniciativa dos skatistas locais e pode ser usado como trunfo numa eventual negociação com o poder público, quando da possível destinação do espaço para outras finalidades.



*Figura 4: Skatista baiano em visita ao Jiboia DIY (out./2023).
Fonte: acervo pessoal.*

Por fim, cabe mencionar que a expansão e a permanência do Jiboia é celebrada, com frequência, em eventos

ligeiramente mais organizados do que as reuniões/confraternizações espontâneas que, em geral, sucedem-se a todas as sessões de skate. Recorrendo a geradores, uma vez que não há energia elétrica no local, em todas elas os skatistas mobilizaram bandas da cena underground de São Gonçalo e do Rio de Janeiro, algumas das quais envolvendo skatistas, que se apresentaram ao vivo.

5. Considerações finais: Jiboia como subcultura skatista

Ao final da pesquisa, conseguimos enxergar no coletivo Jiboia todos os critérios propostos por Hebdige para classificar um grupo enquanto uma subcultura. O critério de identidade, que na subcultura é analisado através da forma como o indivíduo se sente pertencente a um grupo cultural distinto, fica nítido ao observar o comportamento dos Jiboys. Muitos dos integrantes moram próximo a pistas de skate ou possuem condições de ir até uma. No entanto, preferem estar no antigo Piscinão, um local considerado insalubre e perigoso por grande parte da população local. Acreditamos que isso ocorre, principalmente, porque no Jiboia eles não disputam espaço com outros skatistas/atletas que, porventura, se identificam mais com a dimensão esportiva da prática do que com a cultural. Ou seja, a identidade dos Jiboys é construída a partir de um processo de diferenciação.

Pode-se, ainda, notar a relação “nós” versus “outros”, tanto no que diz respeito à identidade, quanto na disputa pelo espaço com outros cidadãos, como, por exemplo, jovens que

soltam pipa ou instrutores de autoescola que dão aula no local. A própria dificuldade em instalar obstáculos na primeira fase da ocupação, é reflexo dessa disputa. Mas, apesar das dificuldades, os Jiboys permaneceram no local, mantendo um forte distanciamento dos poucos outros grupos que também frequentam o espaço. Uma estratégia utilizada foi grafitar o muro que cerca o local .

O critério do compromisso indica o quanto a participação em uma subcultura afeta a vida cotidiana do indivíduo: padrões de amizade, hábitos, distribuição do seu tempo e dedicação à subcultura. Esse critério é um dos mais visíveis no Jiboia, a exemplo da organização e responsabilidade que os membros tiveram em construir os obstáculos e fazer a manutenção do espaço por três anos. A maioria dos envolvidos são adultos que começaram a andar de skate ainda no século passado. Muitos deles são casados, têm filhos e trabalham, mesmo assim conseguem manter o compromisso com o coletivo.

Sobre o caráter distintivo consciente, trata-se dos valores, significados, símbolos e práticas distintivas, em relação a outros grupos. São mecanismos de diferenciação dos chamados *posers*, ou até mesmo de outras subculturas. Um dos operadores de diferenciação do Jiboia é o próprio espaço. Por ser numa região isolada, e até considerada perigosa do município de São Gonçalo, só frequenta o espaço quem de fato se identifica com o coletivo. A precariedade do local é outro fator do caráter distintivo, não há banheiros, água encanada, ou luz elétrica. Até as rampas da pista foram construídas numa

inclinação que dificulta a prática do skate; apenas skatistas experientes conseguem andar no local com facilidade.

O critério de autonomia, utilizado para verificar o papel das forças econômicas e das mídias enquanto elementos cruciais na construção e manutenção das subculturas, também é visível no Jiboia. O grupo conta com bandas de rock, shapes, adesivos, camisetas e produção de zines. Ou seja, desde a ocupação e a construção, passando pela manutenção do espaço, até a participação em audiência pública, todas as atividades foram feitas de forma autônoma.

Segundo Hodkinson (2002), somente quando os quatro critérios (identidade, compromisso, caráter distintivo consciente e autonomia) se aplicam de forma cumulativa é que um determinado grupo pode efetivamente ser considerado uma subcultura. Caso não se aplique, o autor sugere recorrer aos conceitos de neotribo, common culture ou cena – entre outros, para descrever grupos juvenis com características mais fluidas, parciais e efêmeras,

A partir do que foi exposto, podemos identificar o Jiboia como uma subcultura. Não só pelos critérios propostos por Hodkinson, que no caso presente se verificam, mas pela própria relação que o grupo estabelece com a cultura dominante, através dos signos que utiliza para construir uma identidade, um estilo e uma “corporeidade” (Brandão, 2006), distinguindo-se de outros grupos de skatistas.

Referências bibliográficas

BORDEN, Iain. **Skateboarding, space and the city: architecture and the body**. Londres: Bloomsbury Academic, 2001.

BRANDÃO, Leonardo. *Corpos deslizantes, corpos desviantes: a prática do skate e suas representações no espaço urbano*. Dissertação de mestrado em História. Universidade Federal de Grande Dourados, UFGD, 2006.

CBSK. Mercado de Skate no Brasil e no Mundo. Site da Confederação Brasileira de Skate, s/d. Disponível em: <<http://www.cbsk.com.br/cms/dados/mercado-do-skate-no-brasil-e-no-mundo/5>> Acesso em 13 jan. 2022.

DINIZ, Nelson, SILVA, Luciano Hermes da. *O skate e a produção social do espaço público*. Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos, Vitória, 2014. Disponível em: <https://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1403971542_ARQUIVO_O_ArtigoCBGFinalizado.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2024.

DINIZ, Nelson, SILVA, Luciano Hermes da, *Contra-uso skatista dos espaços públicos do Rio de Janeiro*. E -metropolis, Rio de Janeiro, nº 27, ano 7, 2016. Disponível em: <<http://emetropolis.net/artigo/202?name=contra-uso-skatista-de-espacos-publicos-no-rio-de-janeiro>>. Acesso em: 11 jul. 2024.

DIY, Jiboia. @jiboia_diy. Instagram, 2022. Disponível em: <https://www.instagram.com/jiboia_diy/> Acesso em 15 jun. 2022.

HEBDIGE, Dick. The function of subculture. In: DURING, Simon. **The Cultural Studies Reader**. New York: Routledge, 1999.

_____. **Subcultura: O significado do estilo**. Lisboa, Maldoror, 2018.

HODKINSON, Paul. **Goth: identity, style and subculture**. Oxford: Berg, 2002.

HONORATO, Tony. *A esportivação do skate (1960-1990): relações entre o macro e o micro*. Rev. Bras. Ciênc. Esporte, Florianópolis, v. 35, n. 1, p. 95-112, jan./mar. 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbce/a/YR8rSXcvGF4bVyZv83SdnrR/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 11 jul. 2024.

MACHADO, Giancarlo Marques Carraro. *De “carrinho” pela cidade: A prática do street skate em São Paulo*. Dissertação de mestrado em Antropologia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2011.

MACHADO. Giancarlo Marques Carraro. *Os enquadramentos da cidadinidade: sobre os impactos da prática do skate de rua na cidade de São Paulo*. Rev. antropol., São Paulo, v. 64, n. 3., 2021. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/189652>> Acesso em: 11 jul. 2024

WACQUANT, Loic. **Corpo e alma: notas etnográficas de um aprendiz de box**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

ZARKA, Raphaël. *On a day with no waves: a chronicle of skateboarding 1779-2009*. Paris: Éditions B42, 2011.

Capítulo 23

Mobilidades e Concepções de Liberdade na Vida Corrida das Motoentregadoras

Ana Raquel Rosa do Couto¹⁵⁹

André Dumans Guedes¹⁶⁰

1. Introdução

Iremos, neste capítulo, apresentar as experiências, ideias e valores de *motogirls* - entregadoras motofretistas que utilizam a motocicleta como principal meio de locomoção para trabalhar. Para tanto, descrevemos algo das práticas econômicas, das mobilidades e das moralidades constituintes dos (e constituídas nos) meios pelos quais motogirls de Rio Bonito - município situado na sub-região Leste Fluminense da

¹⁵⁹Ana Raquel Rosa do Couto é formada em Sociologia pela Universidade Federal Fluminense, mestre e doutoranda em Sociologia pelo PPGS/UFF. Tem experiência na área de sociologia e antropologia, com ênfase em antropologia da economia, das mobilidades e das casas. E-mail: anaraquel@id.uff.br.

¹⁶⁰ André Dumans Guedes é formado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestre em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ) e doutor em Antropologia Social (PPGAS/Museu Nacional/UFRJ). Tem experiência na área de etnografias das mobilidades, casas e economias; povos e comunidades tradicionais, técnicas, naturezas e modos de vida; extrativismos, conflitos socioambientais e efeitos sociais de grandes projetos de investimento.

Região Metropolitana do Rio de Janeiro - buscam ganhar a vida.

Recorremos aqui a uma perspectiva que, já utilizada com sucesso em outros trabalhos (Guedes 2013a; 2013b; 2014, 2015, 2020a, 2020b), concede atenção às práticas de mobilidade - que nos interessam por si mesmas e também como forma de acesso a valores e concepções de mundo. A abordagem proposta privilegia, numa chave etnográfica, a atenção às categorias e concepções dos sujeitos em questão como procedimento chave para a compreensão desse universo. Além do trabalho de campo de cunho etnográfico realizado por um dos autores (Ana Raquel Rosa do Couto) em Rio Bonito, utilizamos aqui também alguns dados recolhidos em grupos de mulheres motociclistas reunidas via Facebook e Whatsapp.

Na próxima seção, retomamos algo do debate bibliográfico a respeito dos entregadores, assim como indicamos o quadro analítico e conceitual - relativo ao estudo das “mobilidades” - a que recorremos para tratar desse objeto. Em seguida, apresentamos ao leitor Gisele: nossa protagonista, a motogirl que iremos acompanhar ao longo deste trabalho. No item seguinte, tratamos de algumas das moralidades e ideias constituintes desse mundo das entregadoras, discutindo como um mesmo termo - a ideia de “liberdade” - se faz presente em concepções díspares. Na conclusão, articulando a análise com alguns debates contemporâneos a respeito do (neo)liberalismo e do “empreendedorismo”, apontamos a direção na qual pretendemos encaminhar nossa investigação sobre esse tema.

2. Alguma bibliografia para pensarmos entregadores e mobilidades

Em meio à pandemia do Covid-19 em 2020, tornaram-se particularmente visíveis certas práticas que já há algum tempo vinham se difundindo nas cidades brasileiras: os “serviços” realizados por entregadores que transportam, de moto e bicicleta, até a casa dos consumidores, as mercadorias que eles adquiriram via telefone ou *on-line*. A preocupação com os efeitos sociais e transformações deflagradas pelas novas tecnologias de comunicação; as recentes transformações na legislação trabalhista; o incremento das atividades informais e/ou marcadamente precarizadas; a própria visibilidade desses entregadores nas ruas ou nas portas de residências em tempos de pandemia; tudo isso contribuiu para que essas atividades e aqueles que delas se encarregam passassem a atrair a atenção de cientistas sociais – o que é, atestado, por exemplo, pela repercussão da coletânea organizada por Antunes e Filgueira (2020). Os autores que, de forma pioneira, se debruçaram sobre as práticas e vivências desses entregadores tomaram como uma chave analítica privilegiada a configuração desse novo contexto delineado pela “uberização” ou pelo “trabalho digital” desses motoboys e ciclistas que atuavam via o sistema de “delivery” (Filgueiras e Pedreira 2019; Abílio et al. 2020; Woodcock 2020; Schwedersky 2018a e 2018b).

Nesse artigo, buscamos uma outra perspectiva para tratar desse tema. Para tratar dessa “nova” realidade, partimos de um diálogo com uma série de etnografias que, realizadas nas

grandes metrópoles e se inspirando nos trabalhos precursores de Machado da Silva (2002), têm buscado já há algum tempo examinar as múltiplas estratégias pelas quais certos segmentos profissionais ou grupos populares vêm buscando “ganhar a vida” (Silva, 2017; Fernandes Alvarez e Perelman, 2020). No contexto radicalizado pela pandemia, os esforços dessas pessoas para “sobreviver na adversidade”, no entrelaçamento de “mercados e formas de vida” - em uma alusão ao título da obra de Hirata (2018) -, suscitam uma reflexão que nos estimula a pensar como se constituem mutuamente “as vidas e os corpos das pessoas que vivem ou trabalham em situação precária nas ruas” (Frangella e Rui, 2017, p.23).

É também em função dessas preocupações que trazemos a questão da mobilidade para o primeiro plano. Para autores como Creswell (2006), as ciências sociais e humanas têm presenciado, nas últimas décadas, uma “mobility turn”. Essa “virada da mobilidade” constitui um movimento intelectual que “vem buscando atribuir dinamismo a análises que se desenvolveram historicamente via um foco no que é estático e fixo, preocupando-se sobretudo com ‘estruturas sociais’ a-espaciais” (Urry 2007, p. 6). Estamos diante, portanto, de “perspectivas teóricas que questionam aquelas correspondências anteriormente tomadas como dadas entre grupos, lugares e culturas”, privilegiando assim menos as “raízes [roots]” das formas socioculturais e mais as “rotas [routes]” que as (re)produziriam (Salazar, 2013, p.533).

No esforço para operacionalizar empiricamente tais percepções, recorreremos a certos procedimentos etnográficos de

comprovada rentabilidade: foi concedida uma atenção minuciosa a como ideias e categorias associadas ao movimento e ao deslocamento se fazem presentes nos vocabulários, lógicas, narrativas e saberes dos sujeitos aqui considerados. Podemos identificar a origem dessa perspectiva nas críticas que Palmeira e Wagner (1977, p.30) fizeram, num trabalho hoje considerado clássico, ao conceito de “migração”.

Esses autores mostram como o recurso a uma categoria como essa, oriunda do vocabulário das ciências sociais, subsumia e obscurecia uma multiplicidade de formas diferentes de deslocamento e movimento. Estes poderiam ser apreendidos e melhor compreendidos em suas particularidades pela análise atenta das categorias nativas usadas para sua referência. Revelando-se notavelmente rentável no estudo da mobilidade em certos universos rurais (Comerford et al., 2015; Guedes, 2015a), uma abordagem que privilegia as categorias, ideias e práticas nativas de conhecimento faz com que a “mobilidade” deixe de ser simplesmente “um tipo de fenômeno” para referir-se também “a uma abordagem” - conforme os termos sugeridos por Peirano (2002, p.17) para a consideração dos deslocamentos ocorridos, ao longo da história da antropologia social, no estudo dos rituais.

No presente trabalho, a mobilidade aparece, então, numa dupla chave: como fenômeno a ser examinado e também como uma linguagem ou código. Partindo dos resultados e de procedimentos de pesquisa bem-sucedidos em investigações anteriores de um dos autores deste capítulo (Guedes 2013a, 2013b; 2014, 2015a, 2015b, 2020a, 2020b), argumentamos

aqui que o exame dessas categorias de mobilidade e das atividades vinculadas às mobilidades, nessas ocupações e universo que nos interessam, possibilitam uma porta de entrada particularmente interessante para que pensemos fenômenos que, do ponto de vista do analista, podem parecer pertencentes a uma outra ordem. Com frequência, as categorias e os vocábulos utilizados para falar de seus deslocamentos e movimentos oferecem uma linguagem privilegiada através da qual esses sujeitos diversos podem falar de suas vidas, de suas atividades, dos espaços por onde circulam e daqueles com quem interagem. Foi o que mostramos para certos garimpeiros, trabalhadores volantes e caminhoneiros, a partir de categorias relativamente triviais como “correr atrás”, “caçar”, “avançar na vida”, “não ficar parado” ou “correria” (Guedes, 2011; 2013b).

3. Giselle e suas entregas: luta e correria

Numa tarde de sábado, Ana Raquel havia chegado em casa atrasada, sem tempo para preparar o almoço. Ela se lembrou, então, do contato de uma pensão que uma amiga lhe havia dado, e fez o pedido. Sua mãe recebeu a comida e comentou que “nunca tinha visto mulher entregar”. Foi então que Ana se deu conta que as experiências e atividades de Gisele - a entregadora de que tratamos aqui - poderiam definir um objeto de pesquisa interessante para sua dissertação.

Gisele é uma mulher preta de 29 anos que foi criada pelos seus avós no município de Rio Bonito, onde nasceu. Via intermediação de parentes, desde a adolescência ela trabalhou

em casas de família como faxineira. Por um outro período, ela foi porteira de prédio e, depois, se ocupou entregando documentos. “Mas aí houve essa época em que nessa pensão eles precisaram de um motoboy. Meu primo era colega do dono, e falou: ‘ah, coloca minha prima para trabalhar com você’¹⁶¹ ...”

Na pensão, ela entrega quentinhas de segunda a sábado, das 8h às 15h, utilizando sua própria moto para trabalhar e recebendo uma diária - um valor fixo previamente combinado pelo dia de entrega que realiza. Adicionam-se a isso as taxas de entrega, que variam em função da distância percorrida e que fornecem os recursos para o combustível e a manutenção de sua moto. “No trabalho de entrega só tem eu. Aí quando eu estou muito sufocada eu chamo alguém para me ajudar. Na cozinha no momento tem duas meninas, e fica mais a minha patroa. Como ela está com problema do sogro doente, ela está afastada, aí ficam duas na cozinha e eu na entrega...”

Além das entregas que realiza para a pensão, Gisele tem um segundo emprego, trabalhando com serviços gerais em uma loja de roupas num bairro de classe média de Rio Bonito. Seu dia-a-dia, então, está de fato marcado pela *correria*, ela se dividindo entre o trabalho de entregas, a limpeza da loja, seus afazeres domésticos e os próprios deslocamentos entre os diferentes lugares em que exerce essas atividades. Nessa *luta* diária, Gisele está sempre buscando atalhos, debaixo de chuva

¹⁶¹ Este é um trecho de uma série de conversas realizadas e registradas por um dos autores deste capítulo e Giselle ao longo dos anos de 2020 e 2021 no trabalho de campo que compõe esta etnografia. Ao longo do texto, outros trechos como esse serão mobilizados.

ou sob o sol quente, pilotando velozmente. “Tudo o que eu faço é de moto. Não faço nada a pé, não consigo. De moto é tudo mais rápido”.

Em dezembro de 2021, para *dar conta* das entregas num período em que o comércio da cidade está aberto até mais tarde todos os dias, Gisele vinha fazendo hora-extra. Sua vida, sempre atribulada e agitada, estava agora ainda mais *corrida* nesse período do ano em que o *movimento* se intensifica. Essas variações sazonais (Mauss, 2003) nos interessam aqui por propiciar a oportunidade para sugerirmos uma distinção entre uma acepção “extensiva” e uma “intensiva” do termo *movimento* (Guedes, 2013; 2014; Dainese e Carneiro, 2015; Cortado, 2018). No primeiro caso, estamos diante do movimento na sua dimensão geográfica mais estrita, associado a deslocamentos espaciais; no segundo, o que se evidenciam são as ideias de agitação e turbulência (como quando falamos de um lugar ou de uma situação como “movimentado”).

O valor analítico dessa diferenciação tem como contraface a sobreposição desses dois sentidos do termo em certos enunciados e situações concretos e o que essa mistura entre eles dois pode expressar. Isso se dá especialmente quando o que está em jogo são as preocupações de nossos interlocutores com o *movimento* da economia e a circulação do dinheiro. Ainda mais nessas circunstâncias, é preciso fazer como Gisele nesse período: *lutar* e *correr atrás*, movimentando-se (especialmente) para aproveitar o movimento (intensivo, sazonal, econômico) e, assim, aumentar

suas chances de *avançar* na vida (alcançando alguma “mobilidade social”, por exemplo).

4. Concepções de liberdade nesse mundo das entregas

Na sua obra mais conhecida, a antropóloga sino-americana Anna Tsing (2016) se propõe a estudar os coletores de cogumelo matsutake na costa nordeste dos Estados Unidos, prática que envolve grupos das mais variadas origens étnicas (diferentes imigrantes oriundos do Sudeste asiático, “latinos”, americanos brancos empobrecidos, intermediários e comerciantes japoneses). As andanças e transações comerciais dessas pessoas estão pautadas por uma precariedade e uma instabilidade que nos estimula a aproximá-las das moto-entregadoras de que tratamos aqui.

Dada essa aproximação, encontramos no trabalho de Tsing a sugestão de um procedimento analítico que nos parece frutífero. Essa autora sugere que, na investigação desses mundos delineados pelo comércio dos cogumelos, consideremos o que ela chama de “freedom assemblage” (*ibidem*, p.86). Esses “agenciamentos” - o termo usualmente utilizado na tradução da expressão “assemblage” - remetem a situações sociais efetivamente existentes; mas também a um enquadramento possível (e frutífero) do objeto da investigação. “Emaranhados locais específicos de regulamentações, práticas, escolhas racionais e imaginação futura - aspiração sob condições tecnológicas e políticas que mudam rapidamente em um mundo interconectado (*ibidem*, p.23, tradução nossa)”,

esses agenciamentos reúnem e entrelaçam provisoriamente trajetórias e elementos heterogêneos - e, no que nos interessa particularmente, ao fazê-lo eles “ arrastar a economia política para dentro delas” (*ibidem*).

Para circunscrevê-los e neles navegar, Tsing se serve de todas essas situações empíricas em que, das bocas de seus interlocutores, ela ouviu o termo “liberdade” sendo proferido. Tratamos aí de um termo que - como veremos na próxima sessão - ocupa um lugar singular na vida social e política do Ocidente (e não apenas dele, é claro). E que também, por isso, se caracteriza por uma multiplicidade de sentidos e usos conflitantes e contraditórios. “ A liberdade (...) é tanto um eixo de comunalidade quanto um ponto a partir do qual as agendas específicas da comunidade se dividem ” (*ibidem*, p.86). Mas é justamente nesse seu potencial para gerar equívocos, mal-entendidos, desentendimentos e polêmicas que os “freedom assemblages”, ou agenciamentos, revelam o seu rendimento analítico. Inspirados por esse procedimento, nesta seção iremos apresentar um apanhado de situações e contextos em que esse significante se faz presente na vida e nas elaborações de Gisele.

Voltemos assim àquele dezembro de 2021, quando o *movimento* do fim do ano estava obrigando Gisele a fazer hora-extra. Ainda que recebendo por isso, ela manifestava certa contrariedade com essa carga de trabalho extra; e tais circunstâncias a estimularam a verbalizar alguns de seus valores e expectativas perante a vida, seu trabalho e sua relação com sua patroa. Ter um patrão “gritando na cabeça” o tempo todo, “sufocando”: tudo isso a fazia pensar se não seria melhor

trabalhar com mais *liberdade*. Liberdade para fazer seu próprio horário, para começar e terminar a trabalhar na hora que ela quiser. Liberdade para poder se recusar a realizar certas tarefas que lhe pareciam degradantes, ou não condizentes com suas atribuições na pensão.

Era isso o que ocorria naquele dezembro, quando a patroa lhe solicitou que ela fizesse uma hora-extra para lavar o chão da cozinha e do banheiro com as outras funcionárias. Gisele se indignou com esse pedido; mas não disse nada, e cumpriu o que lhe fora demandado. Se ela fez isso, se não se sentiu “livre” para dizer não, foi porque se sentiu presa a uma dívida de gratidão, oriunda do carinho que a patroa lhe manifestava: carinho expresso, por exemplo, nas mensagens e ligações que ela lhe enviava em seu aniversário, ou no fato de que, nas vezes em que Gisele bebeu demais nas festas da família da patroa para as quais fora convidada, essa última não a repreendeu. Tal dívida de gratidão é oriunda também de todas as *ajudas* que sua patroa lhe fornecera, para além das obrigações contratuais ou formais entre elas. Quando Gisele machucou o ligamento da mão e teve que ficar em casa, sem poder dirigir a moto, a patroa lhe pagou os quinze dias que ficou parada.

Gisele continua, assim, trabalhando com sua patroa. Mas está atenta a essas conversas e reflexões, tão frequentes entre suas colegas moto-entregadoras, que também se servem dessa gramática e semântica em torno do significante “liberdade” para refletirem sobre as suas condições de trabalho (e sobre eventuais alternativas a elas). Uma dessas outras

mulheres é Rose, que trabalhou com limpeza de casas, em fábricas de estamperia, como secretária de uma fábrica e também como zeladora. Diante da rigidez dos horários de trabalhos nessas atividades, e preocupada em ter tempo para se dedicar ao término do seu ensino supletivo e para poder acompanhar os estudos dos filhos, ela decidiu ser uma motogirl como um “caminho de liberdade”¹⁶². Fazendo seus próprios horários de entregas, Rose argumenta que encontrou esse sossego de “não ter que dar conta de nada a ninguém”.

Outra moto-entregadora argumenta que, apesar de todas as dificuldades e de não poder contar com eventuais *ajudas* de um patrão, prefere estar “por conta própria”. E ela prefere agir assim em função do que ela própria experimentou com antigos patrões: não eram raras as incongruências entre o que se acordava (e mesmo o que estava em contratos formais) e o que acontecia “na prática”. Muitas dentre elas contrapõem favoravelmente a “liberdade” às “lei-berdades”. Com esse último termo, elas evocam a flexibilidade dos horários que emergem dessas relações “regulamentadas” com os patrões.

Num outro registro, a liberdade se vincula a uma valorização da mobilidade espacial propiciada pelos

¹⁶² Fontes (2023, p.11) mostra como essa busca por flexibilidade nos horários, usualmente associada a certas vantagens dos “empreendedorismos” em contraposição às ocupações formais, vincula-se com frequência a uma “caregiver ethic” particularmente comum na vida das mulheres que precisam contribuir com a renda da casa. No caso de uma de suas entrevistadas, “the experience of ‘working and being a mother at the same time’ showed her that she needed flexibility” - a “liberdade” evocada por Rose - “more than stability to fulfil the caregiver ethic she embraced” (*ibidem*, p.12).

deslocamentos de moto. Para Gisele, sua “paixão pela liberdade” se expressa e é vivenciada de modo particularmente intenso, nessas altas velocidades que ela experimenta em seu veículo. Como evidenciam inúmeros dos etnógrafos que se dedicam à questão da mobilidade (cf. Vidal e Guedes, 2021), são bastante comuns as situações nas quais a mobilidade ganha seus sentidos e atrativos em contraponto a uma certa imagem da casa como espaço por excelência da rotina, do cotidiano e da previsibilidade. Nessa direção, a liberdade e o movimento concretizam-se sobretudo ao ar livre, longe dos confinamentos impostos pelas quatro paredes ou pela vida urbana, em aventuras vivenciadas proximamente à natureza ou nas pistas velozes das estradas.

Nos fins de semana, quando Gisele se propõe a “sair sem hora para voltar”, ela ensaia o exercício de uma liberdade que almeja e idealiza, tendo em vista seu futuro. Se os contornos e conteúdos dessa liberdade não estão claramente definidos, algo dela pode ser vislumbrando nos passeios que Gisele realiza em seu horário livre, quando pode “estar cada hora em lugar”, numa situação que propicia um evidente e significativo contraponto a todo controle exercido sobre ela em seus ambientes de trabalho. É também nessas circunstâncias que Gisele evoca símbolos e apetrechos - jaquetas de couro, jeans, a trilha sonora de rock - que, de modo emblemático e convencional, promovem essa conexão entre as motocicletas e a ideia de *liberdade*.

Ainda no que se refere à questão do gênero, as conexões entre liberdade e mobilidade promovidas pelas

motocicletas demonstram-se relevantes. Gisele recorre a uma expressão comum entre as moto-entregadoras para dar conta do que pode implicar uma mulher estar ao volante de uma moto, enaltecendo o que significou para ela: “passar da garupa para o guidão”. Quando na garupa de uma moto pilotada por um homem, a mulher estaria nesse papel subordinado da “escudeira”, alguém que apoia, ajuda e dá suporte aos que pilotam; aqueles que estão no comando definem os rumos e caminhos da dupla. Passando ao controle do guidão, a mulher desafia esse arranjo convencional e afirma sua pretensão a uma maior autonomia - na casa, no casamento, nos negócios e projetos que compartilha com um homem. Essa passagem da garupa ao guidom constitui ela própria uma forma relevante de mobilidade, que por envolver um reordenamento dos papéis e hierarquias entre os gêneros, pode-se adjetivar como “social”.

Para as moto-entregadoras, está colocado então esse desafio: elas precisam enfrentar os estereótipos que associam as mulheres à casa ou à garupa. Mas, uma vez no guidão, elas têm que enfrentar também as situações em que, na moto, elas são reduzidas a objetos sexuais - o que pode ser exemplificado por imagens como a apresentada abaixo, bastante comuns nas redes sociais.



Fonte: Facebook. Acesso em: 06 ago. 2021.

Uma estória ilustra esses desafios.

Alguns [policiais] são caras de pau, passei a primeira vez retornando de uma entrega, tranquilo, só perguntou meu nome e mandou seguir. Na segunda volta de entrega tive que passar de novo por eles. Daí ele pediu para parar e pediu documentos daí começou: "Você faz entrega, mocinha?" "Aham" "Posso pedir pra fazer uma entrega lá em casa?" Eu olhei putaça pra ele, falei "já posso seguir meu caminho ou vai ter mais gracinha?" (Couto, 2021, p.112).

É diante dessas dificuldades que a passagem da “garupa ao guidom” e o usufruto da *liberdade* correspondente dependem de algo crucial: a *manha*. Tratamos aqui dos saberes e habilidades necessários para lidar com situações de assédio. Para Gisele, é preciso mostrar firmeza e “não dar confiança” a esses que realizam o assédio; ao mesmo tempo, é preciso algum tato nessa demonstração dessa firmeza, a fim de evitar represálias violentas e agressivas. É nesse “saber dosar” que reside a *manha*.

Algumas das ambiguidades vivenciadas por essas motogirls se materializam na *bag* - a mochila ou bolsa carregada pela entregadora. A mulher que a utiliza atesta que está no comando do guidão. Por outro lado, é comum ouvir das entregadoras que o design desse equipamento atesta que ele foi projetado para corpos masculinos. Nas mulheres, as bags causam dores recorrentes de coluna e incômodos frequentes pela pressão que exercem nos seios delas.

As categorias *movimento* e *liberdade* se prestam igualmente para que conheçamos o que essas próprias pessoas pensam e falam sobre seus projetos e sonhos, assim como as “pesquisas” (Borges, 2013) por elas realizadas enquanto *correm atrás* do que querem, sondando e investindo nas possibilidades que podem ser abertas nos ambientes, cidades e universos pelos quais trafegam. Nas suas idas e vindas diárias de moto, Gisele sente construir um *caminho* para o que considera sua *liberdade*: mudança de vida. Ela enxergou nas entregas a oportunidade e um meio necessário para alcançar o que entende por essa mudança, a concretização de sonhos. O

seu projeto futuro de vida é juntar dinheiro para fazer um curso de segurança de eventos e trabalhar nessa área.

5. Conclusão

Numa primeira aproximação, os diferentes sentidos de liberdade veiculados nas falas de Gisele e Rose podem ser associados à clássica distinção do filósofo e cientista político Isaiah Berlin (2002) entre uma “liberdade positiva” e uma “liberdade negativa”. A primeira seria uma liberdade para que alguém aja em prol de algo ou em perseguição de objetivos, valores ou éticas particulares, uma liberdade *para; já a segunda seria* centrada na eliminação de constrangimentos que impõem obstáculos ou impedem que alguém alcance algo, sendo, portanto, uma liberdade que visa a libertação *de* algo.

Contudo, o fato de Gisele ser uma mulher preta nos estimula igualmente a especularmos sobre como essa “liberdade” pode também estar vinculada às memórias da escravidão histórica e à persistência de seu legado discriminatório nos dias de hoje. Tendo em vista essas questões, vale à pena relembrar a pergunta que o cantor jamaicano Bob Marley, no refrão daquela que é provavelmente sua canção mais conhecida (“Redemption Song”) nos coloca: “Won’t you help to sing/ these songs of freedom?” - ou, em português [...].

Os discursos e histórias que fazem apelo à liberdade - as “canções” de que fala esse artista - possuem como que um apelo mágico que nos convida e induz a entoá-los

coletivamente. Mas eles devem ser pensados sempre no plural – tratamos não de *uma* canção, mas de *canções* – e na sua diversidade. Ao evocar aquele “freedom assemblage”, ou agenciamentos, Anna Tsing (2016) tem em mente justamente esse imperativo - teórico, metodológico e político - de colocar no primeiro plano essa diversidade, ressaltando as incongruências, disparidades e equívocos dela resultante.

Colocando o ponto nesses termos, podemos com mais propriedade evocar, ainda que rapidamente, um espinhoso e clássico problema: os modos e meios pelos quais certas ideias e noções do pensamento erudito, da filosofia política ou das ciências sociais circulam “sociedade” afora, inspirando concepções “populares” – e vice-versa, essa circulação contribuindo para moldar e transformar as primeiras. Nesse sentido, nossos objetivos nesta pesquisa estão também configurados pelos entrecruzamentos, diálogos e tensões “emergindo nas interseções de tradições historicamente inter-relacionadas de pensamento político comum e especializado - ideologias, no senso comum do mundo (...) - e formações sociais concretas cujas características estruturais, organização social e construção cotidiana no fluxo da realidade social são o material tradicional da etnografia” (Fedirko et al., 2021, p.374, tradução nossa).

Nessa chave, a investigação dessas concepções de liberdade está intrinsecamente correlacionada ao “liberalismo” - o conjunto de doutrinas políticas e econômicas que, muitas vezes conflitantes entre si, pode ser considerado “a ética mais

dominante em nossa era ” (Mahmood, 2007, p.148 apud Fedirko et al 2021, tradução nossa).

“O liberalismo tem sido fundamental para a construção do mundo moderno. Seja como uma ideologia progressista de emancipação individual, uma formação governamental, uma justificativa para a expansão capitalista ou uma tradição filosófica que informa tanto o imperialismo quanto a resistência anticolonial, os projetos liberais buscaram “reordenar o mundo” (Bell, 2016) de diversas maneiras, embora relacionadas. As doutrinas liberais informaram e se cristalizaram por meio de projetos modernos de governo violento e resistência cívica, e deram origem a instituições e “códigos de vida” (Bayly 2011: 132) que são ao mesmo tempo extremamente variados e relacionados por meio das preocupações e valores que expressam” (Ferdiko et al, 2021, p.373, tradução nossa).

Se seguirmos a trilha delineada por certa literatura contemporânea dedicada ao “trabalho informal e precário” (Lima e Oliveira, 2021), o avatar do liberalismo que mais obviamente se articularia ao caso estudado aqui seria essa “ideologia empresarial neoliberal” (Fontes, 2023, tradução nossa) que parece permear as práticas sociais de entregadores e grupos similares. Nessa perspectiva, “o neoliberalismo é melhor concebido não como um conjunto específico de estruturas ou políticas econômicas, mas como uma lógica que pode ser adaptada e mesclada com culturas e modos de vida anteriores em cada contexto” (*ibidem*, p.2, tradução nossa). Estando essas “ideias neoliberais (...) incorporados em práticas sociais bastante comuns ” nas periferias, “elas deveriam estar p.1). É isso o que buscamos fazer ao mapear a diversidade de

situações que, na vida de uma moto-entregadora como Gisele, estão pautadas por aquelas “liberdades”.

Essas últimas expressam e agenciam disposições e valores cuja origem é frequentemente exterior ou anterior à emergência de ideias e práticas neoliberais ou empreendedoras. Essa exterioridade ou anterioridade não implica, por outro lado, que tais disposições e valores não possam ser apropriadas e postas a funcionar de acordo com aquelas ideias e práticas. Nos termos de Tsing (2016, p.66), essas disposições e valores - as mobilidades e moralidades que abordamos neste capítulo - correspondem aos “elementos não-capitalistas dos quais o capitalismo depende”¹⁶³.

Em desenvolvimentos posteriores desta pesquisa, pretendemos seguir a proposta dessa autora, que define como encaminhamento analítico crucial o estudo de como se dá a tradução - aquilo que Guyer (2016) chama de “conversão” - desses “elementos não-capitalistas” em “formas econômicas capitalistas”. A liberdade valorizada por essa mulher preta que aprendeu desde cedo a desconfiar de padrões autoritários e controladores (e que, não por acaso, nomeia tais situações como “trabalho escravo” ou “cativeiro”) pode, assim, se atualizar em rejeições “empreendedoras” de contratos de trabalho formais. Essas traduções, conversões e atualizações não se dão automaticamente, nem num vácuo, mas via

¹⁶³ Note-se que, para Tsing (2016), é o capitalismo de modo mais genérico que opera de acordo com essa apropriação de “previous cultures and ways of life” que, na perspectiva de Fontes (2023), caracteriza a lógica neoliberal

imbricamentos, composições e mediações “institucionais” que nos cabe investigar.

Referências bibliográficas

ABÍLIO, Ludmila Costhek; ALMEIDA, Paulo Freitas; AMORIM, Henrique; CARDOSO, Ana Cláudia Moreira; FONSECA, Vanessa Patriota da; KALIL, Renan Bernardi; MACHADO, Sidnei. Condições de trabalho de entregadores via plataforma digital durante a Covid-19. **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano, Campinas**, Edição especial - Dossiê Covid-19, p. 1-21, 2020.

ÁLVAREZ, Maria Inés Fernández; PERELMAN, Mariano. Perspectivas antropológicas sobre las formas de (ganarse la) vida. **Cuadernos de Antropología Social**, 51, 2020.

ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, Ricardo; FILGUEIRAS, Vitor. Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo. Niterói: **Contracampo**, v. 39, n. 1, p. 27-43, abr./jul. 2020.

BERLIN, Isaiah. **Liberty**. Oxford University Press, 2002.

BORGES, Antonadia. Mulheres e suas casas: reflexões etnográficas a partir do Brasil e da África do Sul. **Cadernos pagu** (40), p.197-227, jan./jun. 2013.

BRKVOCI, Carna. Minority sexualities, kinship and non-autological freedom in Montenegro. **Social Anthropology**, v. 29, n.2, may 2021.

CARNEIRO, Ana; DAINESE, Grazielle. Notas sobre diferenças e diferenciações etnográficas do movimento. Campinas: Ruris – **Revista do Centro de Estudos Rurais**, v. 9, n. 1, p. 143-166, 2015.

CASTRO, Matheus Fernandes de. A pandemia e os entregadores por aplicativo. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 20, p.70-80, 2021.

COMERFORD, John; Ana Carneiro; Grazielle Dainese. **Giros Etnográficos em Minas Gerais: conflito, casa, comida, prosa, festa, política e o diabo**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015.

CORTADO, Thomas. **À Beira da Cidade: Política e Poética da Urbanização no Jardim Maravilha.** Tese de Doutorado em Antropologia Social, PPGAS, Museu Nacional, UFRJ, 2018. 623 p.

COUTO, Ana Raquel Rosa do. **Pra frente que se anda: As Dinâmicas e Moralidades das Motogirls.** Dissertação de Mestrado em Sociologia, PPGS, UFF, 2022. 127 p.

CRESWELL, Tim. **On the move: mobility in the modern Western world.** London: Routledge, 2006.

FEDIRKO, Taras; SAMANANI, Farhan; WILLIAMSON, Hugh F. Grammars of liberalism. **Social Anthropology**, v. 29, n.2, may 2021.

FILGUEIRAS, Vitor Araújo; PEDREIRA, Sara Costa. Trabalho descartável: as mudanças nas formas de contratação introduzidas pelas reformas trabalhistas no mundo. Salvador: **Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades**, n. 248, set./dez., p. 578-607, 2019.

FONTES, Leonardo. Between dreams and survival: The (Dis)Embeddedness of Neoliberalism among Entrepreneurial Workers from São Paulo's Peripheries. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 48(3), 2023.

FRANGELA, S., RUI, Taniele. Corpos Precários: apontamentos para a relação entre corpo e cidade, Política e Trabalho. **Revista de Ciências Sociais**, n. 47, 2017.

GUEDES, André Dumans. **O Trecho, As Mães e Os Papéis**: Etnografia de Movimentos e Durações no Norte de Goiás. Rio de Janeiro: Garamond, 2013a.

_____. Na estrada e na lama com Jorge, um brasileiro: trabalho e moradia nas fronteiras do desenvolvimento. **Horizontes Antropológicos**, v.19, 2013b.

_____. Fever, Movement, Passion and Dead Cities in Northern Goiás. **Virtual Brazilian Anthropology (Vibrant)**, Dossiê Etnografias da Economia, v. 11(1), 2014.

_____. **Andança, Agitação, Luta, Autonomia e Evolução**: Sentidos do Movimento e da Mobilidade. Revista do Centro de Estudos Rurais (Ruris), Unicamp, v. 9, p. 111-141, 2015.

_____. **Narrando, comparando e maldizendo pousos, andanças e alojamentos**. Revista do Centro de Estudos Rurais (RURIS), Unicamp, v. 12, p. 23-52, 2020a.

_____. Andarilho, Peão, Trabalhador, Pioneiro: Variações e Transformações nos Sentidos e Práticas Associados ao Correr o Trecho. In: 32 Reunião Brasileira de Antropologia RBA, 2020, Rio de Janeiro. Anais da 32 RBA, 2020b.

GUYER, Jane. **Legacies, Logics, Logistics**: Essays in the Anthropology of the Platform Economy. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2016.

HIRATA, Daniel. **Sobreviver na Adversidade**: mercados e formas de vida. 1. ed. São Carlos: Edufscar, 2018.

LIMA, J.C. e OLIVEIRA, R.V. de Oliveira. O empreendedorismo como discurso justificador do trabalho informal e precário [Entrepreneurship as a discourse justifying informal and precarious work]. **Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar**, v.11, n.3, p.905-32, 2021.

MAHMOOD, Saba. **Politics of Piety**: The Islamic Revival and the Feminist Subject. Stanford: Stanford University, 1998.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre as variações sazoneiras das sociedades esquimó. In: **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naif. p. 423-505, 2003.

PALMEIRA, Moacir; ALMEIDA, Alfredo Wagner. A invenção da migração. In: **Relatório Final do Projeto Emprego e Mudança Sócio-econômica no Nordeste**, vol. 1. Rio de Janeiro: PPGAS-MN/UFRJ, 1977.

PEIRANO, Marisa. A análise antropológica de rituais. O Dito e o Feito. Rio de Janeiro: **Ensaio de Antropologia dos Rituais**. NUAP, Relume-Dumará. 2002.

PERELMAN, Mariano. Vivendo el trabajo: Transformaciones sociales cirujeo y venta ambulante. **Trabajo y Sociedad**, n. 23:45-65, 2014.

SALAZAR, Noel B. Towards an anthropology of cultural mobilities. **Crossings: Journal of Migration and Culture**, n.1 v.1, p.53-68, 2010.

SILVA, Luiz Antônio Machado da. **Da informalidade à empregabilidade** (reorganizando a dominação no mundo do trabalho). Salvador: **Caderno CRH**, n. 37, p.81-109, jul./dez, 2002.

SILVA, Marcella Carvalho de Araújo. **Obras, casas e contas:** uma etnografia de problemas domésticos de trabalhadores urbanos, no Rio de Janeiro. Tese de Doutorado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2017.

URRY, John. **Mobilities**. Cambridge: Polity, 2007.

WOODCOCK, James. O panóptico algorítmico da Deliveroo: mensuração, precariedade e a ilusão do controle. In: Antunes, R. (org). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

Capítulo 24

*Espaços de lazer em Campo Grande: uma perspectiva do Direito à Cidade no subúrbio do Rio de Janeiro*¹⁶⁴

Gabriella Grey Moreira¹⁶⁵

1. Introdução

O processo de urbanização de Campo Grande, um bairro originalmente rural, começou durante um período de transformação demográfica e econômica no Brasil. Conhecido inicialmente por suas atividades agrícolas, especialmente o cultivo de laranjas, o bairro foi gradualmente incorporado ao crescimento urbano do Rio de Janeiro. A chegada da estação de trem em 1878 e o desenvolvimento comercial ao seu redor marcaram o início da urbanização, facilitando a mobilidade para a região central da cidade (Silva; Marques Filho, 2019).

¹⁶⁴ Este artigo é derivado da minha dissertação de Mestrado, defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal Fluminense (UFF), em março de 2024, sob orientação do professor Jorge de La Barre.

¹⁶⁵ Gabriella Grey Moreira é formada em Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e atualmente é mestranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UFF). Tem experiência na área de sociologia urbana, com ênfase em direito à cidade. E-mail: gabriellagrey@id.uff.br

Na década de 1940, a transformação de residências agrícolas em áreas urbanas ocorreu em conjunto com o desenvolvimento do comércio e a industrialização, culminando na criação do Distrito Industrial de Campo Grande. Em 1960, o declínio da citricultura levou ao abandono de propriedades rurais e à venda de terras para empreendimentos imobiliários, resultando na construção de Conjuntos Habitacionais (COHABs) financiados pelo Banco Nacional da Habitação (BNH), destinados à população de baixa renda e afetados por enchentes e deslizamentos (Santos, 2005).

Esse crescimento desordenado e o planejamento urbano ineficiente resultaram em problemas socioambientais, como poluição dos rios, moradias irregulares e falta de infraestrutura básica, afetando a qualidade de vida dos moradores (Silva; Marques Filho, 2019). Nos anos 2000, o bairro viu a construção de condomínios residenciais, prédios comerciais e *shoppings centers*, mas essa expansão não foi acompanhada pela adequação da infraestrutura, gerando problemas no sistema viário e no transporte público (ibidem).

Campo Grande evoluiu de uma área rural para uma comunidade urbana em constante crescimento. Suas características atuais refletem sua história agrícola, o impacto da industrialização e as demandas urbanas contemporâneas. Hoje, é um dos bairros mais populosos do país, desempenhando um papel importante na Zona Oeste do Rio de Janeiro.

Ainda que muitos dos problemas e questões identificados em Campo Grande, e em diversas outras

localidades com processos de urbanização similares ou distintos ao bairro estudado, encontrem ressonância nas proposições do direito à cidade, é especialmente notável a escassez de estudos sobre lazer dentro dessa temática. Essa lacuna na literatura motiva a realização deste projeto que visa examinar os espaços de lazer à luz da teoria de direito à cidade, com foco na acessibilidade desses equipamentos no bairro de Campo Grande, no subúrbio carioca. O estudo busca compreender de que forma as interações entre os indivíduos e os espaços de lazer impactam sua relação com o ambiente urbano e as dinâmicas da cidade

2. A Urbanidade como Intersecção entre Direito à Cidade e Direito ao Lazer

Para iniciar a abordagem do tema, é importante observar os conceitos de direito à cidade e ao lazer. Em 1968, o sociólogo francês Henri Lefebvre (2008) delimitou o conceito de direito à cidade, compreendendo a urbanidade como chave para esse direito, englobando encontros e trocas sociais que permitem o uso pleno da vida urbana. Lefebvre destacou que a lógica capitalista transforma o espaço urbano em mercadoria, moldando a cidade para maximizar o lucro, ao invés de atender às necessidades dos habitantes. Ele ressaltou a importância de transformar a cidade em um espaço dinâmico onde o valor de uso e a vida urbana sejam priorizados (Lefebvre, 2011).

Por sua vez, o sociólogo Joffre Dumazedier, um dos pioneiros na sistematização do lazer, propôs uma abordagem

qualitativa do assunto, considerando-o um modo de vida influenciado pela atitude do indivíduo. Dumazedier (1976) destacou que o lazer é caracterizado pelo tempo desvinculado de responsabilidades profissionais, familiares e sociais, e pela qualidade da experiência vivenciada nesse período livre. Ele identificou três funções essenciais do lazer: descanso, distração e desenvolvimento humano, enfatizando que as atividades de lazer criam laços de sociabilidade e impactam as vivências coletivas e individuais.

Assim, para efetivar o direito à cidade e ao lazer, é crucial a existência de espaços de encontro plurais e significativos. Esses espaços promovem a inclusão, a participação cidadã e o bem-estar coletivo. No entanto, como Rechia (2015) esclarece, é importante discutir como diferentes grupos são incluídos ou excluídos desse direito, questionando até que ponto ele é estendido a todos os cidadãos de forma igualitária.

David Harvey (2010) percebe o modo de produção capitalista como determinante para a distribuição de renda e a expressão dessa distribuição no espaço urbano. O autor enfatiza que a ocupação territorial das cidades segue padrões determinados por fatores étnicos e proximidade de instituições, mas é amplamente controlada pelo mercado imobiliário. Em resumo, os espaços de lazer são diretamente afetados pelas disposições da cidade, que os pressiona a sucumbir ao valor de troca, mas esses espaços também podem buscar urbanidade e manter as potencialidades da cidade vivas.

3. Disparidades na Distribuição dos Espaços de Lazer no Rio de Janeiro

No Rio de Janeiro, a distribuição dos espaços de lazer reflete as desigualdades sociais e econômicas. Bairros centrais e mais abastados, como Zona Sul e Barra da Tijuca, contam com infraestrutura de lazer robusta, enquanto bairros suburbanos, como Campo Grande, sofrem com a escassez de tais espaços. Essa disparidade resulta de políticas urbanas que historicamente privilegiaram áreas centrais e turísticas, onde o valor de troca dos imóveis é mais alto. Consequentemente, bairros periféricos são negligenciados, e a população dessas áreas enfrenta dificuldades para acessar espaços de lazer de qualidade.

Victor Andrade de Melo e Fabio de Faria Peres destacam a desigualdade na distribuição de recursos de lazer no Rio de Janeiro. Embora a cidade seja privilegiada em termos de oferta de espaços de lazer, com museus, cinemas e teatros, a distribuição desses recursos é desigual. Enquanto bairros do subúrbio da Zona Oeste acumulavam apenas 4,5% dos equipamentos de lazer, os bairros do Centro e da Zona Sul tinham cerca de 65% da totalidade (Melo; Peres, 2005).

Essa notável disparidade revela como a diferenciação socioeconômica se reflete no espaço urbano, ressaltando a necessidade de redistribuição e descentralização dos equipamentos de lazer no Rio de Janeiro. Para que a cidade seja verdadeiramente acessível a todos, é essencial promover políticas que garantam o direito à cidade e ao lazer de forma

equitativa, assegurando que todos os cidadãos tenham acesso a espaços de convivência e interação social.

4. Espaços de Lazer em Campo Grande

Considerando a defasagem persistente no acesso ao lazer e à vivência urbana nos subúrbios, esta seção aprofunda a análise dos espaços de lazer antigos e atuais no bairro que abriga uma parcela significativa da população carioca: Campo Grande. Pretende-se não apenas identificar os locais de importância marcante para a Zona Oeste, mas também compreender as interações sociais entre os moradores e esses espaços de lazer, explorando suas histórias e significados para a comunidade.

Na década de 1950, Campo Grande foi palco de um movimento cultural significativo: o Teatro Rural do Estudante (TRE). Um grupo de jovens estudantes do Rio, entusiastas do teatro, desenvolveu um extraordinário esforço para levar um bom teatro ao povo da zona rural, especialmente às crianças, encontrando compreensão e apoio por toda parte (Oliveira, 2009). A inovação artística do TRE residia na apresentação de peças com forte carga social, destinadas a um amplo espectro de espectadores, transformando o teatro local em um centro vibrante de cultura, lazer e entretenimento (Lima, 2007).

Em 1956, os esforços do TRE resultaram na construção de um espaço onde os habitantes do bairro e adjacências podiam figurar como artistas e como público. Contudo, o projeto inicial do Teatro de Arena Elza Osborne, que incluía

um teatro principal, um teatro laboratório, salas de leitura, cinemateca e espaços para convivência com outros clubes de teatro, nunca se materializou conforme o planejado. Obstáculos financeiros levaram a uma revisão do plano original, resultando na ideia de estabelecer um Teatro de Arena, uma solução mais acessível e alinhada com as circunstâncias financeiras restritivas.

A partir de 1958, o desejo de expandir e aprimorar o Teatro persistia, mas nenhuma alteração significativa foi realizada até o início da década de 1990, um período marcado por abandono gradual. Durante essas décadas, o Teatro permaneceu praticamente inalterado, sem receber os investimentos e melhorias necessários. Apenas na década de 1990 houve a retomada das melhorias do espaço com o reaproveitamento de materiais disponíveis, destacando-se uma lona utilizada durante a Rio ECO-92.

Assim, a primeira Lona Cultural carioca surgiu como um símbolo de criatividade e resiliência, servindo como um plano piloto que influenciou a criação da Rede de Arenas e Lonas Culturais pela prefeitura do município. Nos anos 2000, a Lona Cultural continuou a desempenhar um papel fundamental na vida da comunidade, proporcionando alegria e entretenimento. As apresentações de peças infantis e palhaços eram uma fonte constante de felicidade para as crianças, e o espaço era frequentemente utilizado para apresentações de escolas locais.

No entanto, esse período de alegria foi efêmero. Em 2012, surgiram relatos alarmantes sobre o estado da Lona

Cultural, evidenciando sua deterioração gradual. A estrutura do teatro havia se deteriorado consideravelmente, com goteiras, camarins sem ventilação, espelhos rachados, além de paredes e tetos descascados. O desgaste físico da Lona Cultural revela uma triste perda de um espaço cultural estimado pela comunidade local, expondo o local às intempéries e necessitando de remendos. É crucial reconhecer esses desafios que impedem os suburbanos de ter acesso a espaços de lazer de qualidade, afastando-os da urbanidade

Assim como a mobilização dos estudantes e moradores do bairro para a criação e melhorias no Teatro Rural do Estudante, outro espaço de lazer incentivou mobilizações para sua sua manutenção: o Cine Palácio Campo Grande. Vieira (2009) relata que o Cine Palácio Campo Grande, imortalizado na lembrança de muitos, é recordado não apenas pelas enormes filas em espiral até as bilheterias, mas também pelo fervor e entusiasmo que envolviam esses momentos. Essas cenas eram uma ocorrência típica durante as exibições das comédias estreladas pelos Trapalhões, que arrancavam risadas e sorrisos do público, assim como nos emocionantes sucessos de ficção científica, como E.T. e Contatos Imediatos do Terceiro Grau. Esses filmes não apenas entretinham, mas também criavam laços com os espectadores, marcando momentos especiais em suas vidas e contribuindo para a construção de memórias ligadas ao cinema e ao próprio bairro de Campo Grande.

Porém, mesmo com um valor inegável, em 30 de setembro de 1990, encerrou-se um capítulo importante na história de Campo Grande com o fechamento do Cine Palácio,

após 28 anos de funcionamento. Este momento foi caracterizado pela exibição do último filme, "Uma Linda Mulher", em uma despedida que deixou um profundo impacto na comunidade local. À medida que as luzes se apagavam na tela pela última vez, também se encerravam as atividades daquele que já foi o maior cinema da cidade do Rio de Janeiro.

Ao passo que se espalhava a informação de que o cinema seria transformado em uma igreja, a apreensão crescia entre os moradores. A ideia de perder um dos poucos espaços estruturados de lazer disponíveis na região era angustiante. Com a falta de outras opções de entretenimento, o fechamento do Cine Palácio representava não apenas o fim de um ícone cultural para toda a cidade do Rio, mas também o desaparecimento de uma importante fonte de sociabilidade e integração comunitária no subúrbio. Por essa razão, o fechamento não foi visto de maneira apática pelos populares. A mobilização popular objetivava manter o cinema enquanto espaço de caráter agregador, com múltiplas exibições de filmes em uma localidade que oferecia fácil acesso para diversas pessoas. Infelizmente, o processo de tombamento que decorreu do abaixo-assinado organizado pelos moradores apenas garantiu a manutenção da estrutura do cinema. Sua função de lazer, o grande motivo para a luta dos campo-grandenses, se perdeu. Esse foi o fim do que se constituía não apenas como um espaço de lazer e entretenimento, encontro de pessoas e grupos diversos, mas também como uma referência de espaço de exibição cinematográfica na região (Vieira, 2009).

Assim como os cinemas de rua fortaleciam os laços entre os moradores, os estádios ajudam a criar uma identidade local. O próximo espaço de lazer de Campo Grande a ser examinado é o Estádio Ítalo Del Cima, inaugurado em 29 de abril de 1960 para servir como sede do Campo Grande Atlético Clube, fundado em 1940. O estádio leva o nome de seu fundador, o imigrante Ítalo Del Cima, que cedeu o terreno para a construção da sede do Campusca (Oliveira, 2009).

Nos anos 70, o estádio foi reformulado, ampliando sua capacidade e modernizando suas estruturas, tornando-se o segundo maior estádio privado do Rio de Janeiro (Valle, 2018). Além de atrair renomados talentos do futebol, o Estádio Ítalo Del Cima serviu como palco para apresentações de grandes artistas, contribuindo para a efervescência cultural de Campo Grande. Nomes como Legião Urbana, Paralamas do Sucesso e Elba Ramalho se apresentaram no local. José Ricardo Silveira relembra: “Quando aconteciam essas festas aqui, lotava. Dava movimento, as famílias de Campo Grande já sabiam onde se divertir” (Santos, 2019).

Apesar dos feitos alcançados, o clube caiu no esquecimento a partir de meados da década de 1995, quando voltou a jogar nas divisões mais baixas. O estádio passou por um declínio progressivo, sediando poucas partidas da terceira divisão e, posteriormente, sucumbiu à deterioração, transformando-se em um depósito de móveis e resíduos (ibidem).

O entorno do estádio também sofreu transformações significativas, com destaque para o fechamento da antiga

estação de trem João Ellis após o rebaixamento do time. A estação, inicialmente aberta para atender os torcedores, foi desativada com o declínio do clube. Maicon Roberto Pacheco destaca: "A falta de ônibus nos obriga a caminhar até a estação de Vasconcelos ou de Campo Grande, o que representa uma grande dificuldade" ("Estação de trem abandonada dificulta locomoção em Campo Grande", 2014).

Mesmo diante das dificuldades, o Campusca demonstra esforços para se reerguer. Desde 2019, têm sido observadas reformas no estádio, incluindo pintura, renovação na fachada e a inauguração de uma loja oficial. O retorno de shows, como o de Mumuzinho em setembro de 2021, evidencia a tentativa de reavivar o local. A campanha "Campo Grande grande de novo" reflete o desejo de ressurgimento e revitalização, com a expectativa de que esses esforços resultem na restauração do clube e do estádio, proporcionando novamente acesso a atividades de qualidade em um espaço de lazer com uma história tão rica em sociabilidade no bairro.

Além dos cinemas de rua e estádios, os clubes também elucidam as dinâmicas dos espaços de lazer. Melo e Santos Júnior (2020) destacam a relevância desses espaços como centros de atividades sociais e de organização comunitária. Embora inicialmente acessíveis apenas a sócios, muitos clubes passaram a oferecer atividades de lazer ao público em geral, desempenhando um papel crucial na sociabilidade e estabelecendo laços de solidariedade dentro da comunidade (Fraga; Santos, 2015).

Em Campo Grande, um exemplo marcante foi o Luso Brasileiro Tênis Clube, fundado em 28 de outubro de 1959 por portugueses e brasileiros, com obras intensificadas a partir de 1967 (Souza, 2016). O clube proporcionava encontros entre familiares e amigos, oferecendo diversão em um ambiente acolhedor. Um evento importante era o Luso City, festa junina criada em 1985 que reunia moradores de diversos bairros (Souza, 2016).

O Luso Brasileiro também se destacava pela capacidade de receber shows de artistas renomados, como Tim Maia, Lulu Santos, Djavan, Sérgio Reis, Biquini Cavado, Titãs e Ultraje a Rigor. Durante a primeira década dos anos 2000, eventos promovidos por rádios, como a Festa Alegria da Rádio FM O Dia, marcaram a presença do Luso na cena cultural carioca, atraindo pessoas de diversas partes da Zona Oeste em busca de diversão e música ao vivo.

O clube Luso Brasileiro resistiu até o início da década de 2010, com a maioria dos shows e festas associadas a igrejas evangélicas. Em 2013, o clube encerrou oficialmente suas atividades, e seu espaço se transformou em três condomínios na Estrada do Campinho. Esse fechamento representa um processo que traz repercussões negativas para a organização e construção de redes de sociabilidade e solidariedade, especialmente das camadas populares (Melo; Peres, 2005).

Ora, ao analisar o histórico dos espaços selecionados, uma conclusão é possível: Campo Grande exemplifica a contradição dos subúrbios. Embora tenha abrigado espaços importantes para a cidade, nunca se sentiu verdadeiramente

integrado a ela, exigindo constante mobilização para manter locais de sociabilidade e identidade abertos.

O movimento do Teatro Rural do Estudante exemplifica a necessidade de organização para construir e manter espaços de lazer, evitando sua deterioração. O Teatro de Arena, em seu auge, influenciava outros espaços do bairro, como a feira organizada pelos moradores. O declínio da Lona Cultura fez a feira mudar de lugar e reduzir de tamanho. O Estádio Ítalo Del Cima também exemplifica essa influência, com a manutenção de uma estação de trem que beneficiava moradores e torcedores. Esses espaços de lazer influenciam a sociabilidade não apenas dentro de seus muros, mas também nas ruas do bairro.

A transformação de espaços queridos pela população em condomínios fechados ou shoppings, como o Luso e os cinemas de rua, reflete mudanças no estilo de vida e na identidade local, muitas vezes impulsionadas pelo mercado (Harvey, 2012). Essas modificações alteram a percepção da cidade como um espaço coletivo para uma visão mercadológica, condicionando o acesso aos espaços de lazer à capacidade financeira dos indivíduos. Grupos de renda mais alta fazem uso ativo do espaço, enquanto os de renda mais baixa ficam à mercê dele.

A introdução de elementos que privilegiam o valor de troca, como grandes igrejas, shoppings e condomínios, sufocou a possibilidade de florescimento e manutenção do valor de uso em Campo Grande. As mudanças no cenário do bairro indicam não apenas a perda dos espaços de encontro e lazer, mas

também um esvaziamento da autenticidade do bairro, justamente pontos que, de acordo com Tavolari (2016) são demandas que justificam a luta pelo direito à cidade.

A Casa Bosque emerge em resposta ao descontentamento e frustrações geradas pela diminuição dos espaços de lazer e às consequências abrangentes que isso acarreta na vida das pessoas — incluindo a deterioração da sociabilidade, limitações no desenvolvimento humano, perda de identidade cultural e enfraquecimento do senso de pertencimento comunitário.

Fundada em 2017, a Casa Bosque se tornou um reduto cultural na zona oeste, promovendo expressões artísticas locais. Isabel Duarte, artista visual e administradora do espaço, transformou a antiga casa de sua avó em um centro cultural, em resposta à demanda da comunidade por atividades de lazer significativas. Segundo Isabel, o espaço se originou quando começaram a surgir ideias para diversas atividades, como aulas de ioga e shows, a partir da permacultura iniciada por seu primo Paolo (Entrevista com Isabel em, 8 de novembro de 2023).

A Casa Bosque reocupa o vazio deixado pelo desaparecimento de antigos espaços de lazer, refletindo o espírito e as aspirações culturais de Campo Grande. A comunidade e projetos externos desempenharam papéis cruciais na consolidação do espaço, que se inspira na rica cultura local. Exemplo disso é o Festival da Supervia, celebrando artistas que se apresentam nos trens, como Vagão Caiçara e Pedro Lemos.

O espaço também promove artistas locais que abordam temas regionais, como Alan Bernardes, conhecido por músicas que exploram a vida em Campo Grande.

Além das apresentações musicais, a Casa Bosque abriga a Feira Multicultural e de Artesanato, que destaca a diversidade criativa da região, oferecendo uma variedade de itens e atrações musicais ao vivo.

Entre os projetos colaborativos, destacam-se cursos de capoeira, teatro, eventos de forró e ioga, e o Cine Bosque, inaugurado em 2022, que exhibe filmes brasileiros não comerciais. Esse cineclube, articulado com outros movimentos como o Cine & Manas, promove sessões de cinema seguidas de debates, trazendo visibilidade a produções da periferia. O Sarau Sangue Laranja, outro projeto recente, abrange rodas de conversa, oficinas e batalhas de poesia, envolvendo jovens de 15 a 19 anos.

A Casa Bosque é um ponto de convergência para diversas manifestações culturais, atraindo um público variado. Eventos como rodas de chorinho e feijoada aos domingos reúnem famílias, enquanto shows noturnos atraem jovens. Essa diversidade destaca a capacidade do espaço de unir diferentes gerações e perfis.

Assim, as atividades desenvolvidas nesse espaço sinalizam como um bastião de esperança e oportunidade em meio às dificuldades enfrentadas pela comunidade de Campo Grande. Afinal, o centro também desempenha um papel vital na promoção da cultura, do lazer, do reconhecimento e do bem-estar na comunidade, como exposto ao longo de toda essa

seção. De forma engajada, a Casa Bosque mantém vivo os vislumbres de urbanidade na Zona Oeste, se expressando através do lazer e se concretizando em um espaço com possibilidades para todos

5. Considerações finais

Analisando os espaços de lazer de Campo Grande sob a ótica do direito à cidade, torna-se claro que esses locais são essenciais para a identidade urbana e a sociabilidade. O estudo revelou disparidades no acesso e dificuldades na manutenção desses espaços vitais para a qualidade de vida. A distribuição desigual de riqueza e bens públicos, as pressões do mercado imobiliário e a priorização do valor de troca sobre o valor de uso influenciam negativamente a disponibilidade de espaços de lazer, muitas vezes negligenciando as necessidades da população suburbana.

Entretanto, também foram observados exemplos de resistência e luta pela preservação desses espaços, evidenciando a forte ligação entre os locais de lazer e a comunidade de Campo Grande. Segundo Harvey (2010), esses espaços adquirem significado à medida que as pessoas se definem neles, reconhecendo suas relações e a importância de eventos locais.

Os espaços de lazer são fundamentais para o direito à cidade e a melhoria da qualidade de vida urbana. Eles proporcionam interações sociais e experiências culturais, contribuindo para uma urbanidade inclusiva e dinâmica. No

entanto, como ressalta Lefebvre (2008), o direito à cidade vai além da simples visitação ou retorno a estruturas urbanas tradicionais. Ele representa a aspiração por uma vida urbana transformada e renovada, que inclui toda a complexidade e diversidade das experiências contemporâneas. Assim, a concepção de urbanidade não deve se limitar a alguns espaços de lazer, mas deve ser estendida a toda a cidade, beneficiando a todos.

Referências bibliográficas

DUMAZEDIER, J. (1976). **Lazer e Cultura Popular**. São Paulo: Perspectiva.

G1. Estação de trem abandonada dificulta locomoção em Campo Grande, Rio. *G1 Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 22 set. 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/09/estacao-de-trem-abandonada-dificulta-locomocao-em-campo-grande-rio.html>.

HARVEY, D. (2010). **Social Justice and the City**. Athens: University of Georgia Press.

HARVEY, D. (2012). **Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution**. London: Verso Books.

LEFEBVRE, H. (2008). **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro.

LEFEBVRE, H. (2011). **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG.

LIMA, A. (2007). **História do Teatro Brasileiro: Do Modernismo ao Teatro do Oprimido**. Rio de Janeiro: Editora Zahar.

MELO, V. A. de, & Peres, F. de F. (2005). **Lazer e Cultura Popular**. Rio de Janeiro: EdUERJ.

OLIVEIRA, M. (2009). **História do Teatro de Campo Grande**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa.

RECHIA, S. (2015). **Espaços de Lazer e a Cidade Contemporânea**. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

SANTOS, M. (2005). **Campo Grande: Histórias e Transformações**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio.

SILVA, R. J.; MARQUES FILHO, P. (2019). **Urbanização e seus Desafios**. São Paulo: Editora UNESP.

SOUZA, T. (2016). **Clubes e Sociabilidade no Rio de Janeiro**. Niterói: Editora UFF.

TAVOLARI, T. (2016). **A Luta pelo Direito à Cidade**. São Paulo: Boitempo. VALLE, L. (2018). **Futebol e Identidade Local**. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras.

Sobre os organizadores

Carolina Zuccarelli

Professora do Departamento de Sociologia e Metodologia das Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense (UFF), onde também coordena o Grupo de Pesquisa sobre Desigualdades Estruturantes. Suas pesquisas se concentram em temas relativos à desigualdade social, estratificação educacional com foco no ensino superior brasileiro, sua oferta financeirizada e conexão com o mercado de trabalho.



Juliana Vinuto

Professora Adjunta do Departamento de Sociologia, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD), todos da Universidade Federal Fluminense. Coordenadora do Negra-UFF (Núcleo de Estudos Guerreiro Ramos) e integrante do Laesp-UFF (Laboratório de Estudos sobre Conflitos, Cidadania e Segurança Pública) e do Necvu-UFRJ (Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana). Também integra a Coalizão pela Socioeducação. Suas pesquisas se concentram em temas relativos à sociologia da violência e da punição, com foco nos atravessamentos raciais e de gênero em instituições de privação de liberdade, especialmente as medidas socioeducativas.



Cristiano Monteiro

Professor do Departamento de Sociologia e Metodologia das Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia na Universidade Federal Fluminense. Coordenador do NEOS - Núcleo de Pesquisa em Economia, Organizações e Sociedade e pesquisador do DTA - Desenvolvimento, Trabalho e Ambiente (UFRJ). Suas áreas de interesse são Sociologia Econômica e Sociologia Histórica e temas de interesse incluem as relações entre Estado, mercado e desenvolvimento, estratégias empresariais e políticas públicas.



